



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
SESSÃO CONJUNTA

ANO LVI - N° 026 - SÁBADO, 23 DE JUNHO DE 2001 - BRASÍLIA-DF

Mesa Diretora não disponível.



**CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

LDO 2002

PROJETO DE LEI N.º 4, DE 2001-CN

**DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A
ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2002 E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

PARECER FINAL

**Presidente: Senador CARLOS BEZERRA
Relatora: Deputada LÚCIA VÂNIA**

**CONGRESSO NACIONAL**

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
RELATORIA DO PROJETO DE LEI Nº 4/2001-CN - PLDO 2002

PARECER Nº 18, DE 2001-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização sobre o Projeto de Lei nº 4, de 2001-CN, que "Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da lei orçamentária para o exercício de 2002 e dá outras providências."

Autor: Poder Executivo

Relatora: Deputada LÚCIA VÂNIA

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
ANÁLISE	2
A Lei de Responsabilidade Fiscal - LC nº 101/00 e o PLDO/2002	2
Metas e Prioridades da Administração Pública Federal	4
Despesas obrigatórias de duração continuada e o contingenciamento	5
Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado	6
Obras a serem incluídas na proposta orçamentária e cujo valor ultrapasse R\$ 2 milhões	9
O superávit primário e seu identificador	9
Precatórios	10
Reserva de Contingência	11
Demonstrativos e Informações Complementares	11
Metas de resultados fiscais	12
Medidas voltadas a assegurar as prerrogativas constitucionais e a autonomia financeira e orçamentária dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público.	13
Destinação de Recursos Públicos para o Setor Privado: Subvenções Sociais, Auxílios e Contribuições	14
Transferências voluntárias da União para Estados, Distrito Federal e Municípios	14
Obrigação antecipada de gasto com ações específicas - FUNDEF e IRRIGAÇÃO	15
Agências financeiras oficiais de fomento	15
Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	16
Dívida Pública Federal	16
Alterações na Legislação Tributária	16
Programação orçamentária e limitação de empenho e movimentação financeira (contingenciamento)	17
Anexo de Metas Fiscais	18
Obras com indícios de irregularidades	20
VOTO DO RELATOR	21

INTRODUÇÃO

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2002 - PLDO/2002, PLN nº 4/2001 foi encaminhado pelo Presidente da República ao Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 199/2001 - CN (nº 329, de 11.04.2001, na origem), em cumprimento ao disposto no art. 35, § 2º, II, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, e no art. 165, § 2º, da Constituição.

Remetido oportunamente o projeto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMPOF, de acordo com o art. 166, § 1º, da Constituição e, definido o seu calendário de apreciação, nos termos do que estabelece a Resolução nº 2/95 - CN, foi-lhe atribuída, pelo Excelentíssimo Presidente da CMPOF, Senador Carlos Bezerra, a honrosa tarefa de relatá-lo.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
RELATORIA DO PROJETO DE LEI Nº 4/2001-CN – PLDO 2002

ANÁLISE

A análise do PLDO/2002 teve como pano de fundo a delicada situação econômica pela qual passa a economia brasileira – a par do que ocorre com seus principais parceiros econômicos – e a crise energética, que demonstrou ser urgente a apropriação de investimentos nesse setor.

Procuramos avaliar a proposta apresentada pelo Poder Executivo partindo das disposições constitucionais e legais que regem a matéria, tendo sempre em vista o aprimoramento do texto legal, especialmente no que diz respeito às importantes funções que foram atribuídas à LDO por meio da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

Sob tal ótica, foram apreciadas as emendas de meus ilustres pares com o propósito de aperfeiçoar a proposta encaminhada.

Nos termos do art. 165, § 2º, da Constituição, a lei diretrizes orçamentárias deve:

- compreender as metas e prioridades da administração pública federal, em consonância com o plano plurianual – PPA, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente;
- orientar a elaboração da lei orçamentária anual;
- dispor sobre as alterações na legislação tributária; e
- estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

A Constituição Federal, em seu art. 165, § 9º, prevê que a legislação complementar estabeleça normas de gestão financeira. A LRF, tratou de alguns aspectos relativos às finanças públicas, mas ainda não suplantou a antiga Lei nº 4.320, de 19 de março de 1964, que aguarda sua substituição por uma nova lei complementar.

Enquanto tal lei complementar não é aprovada, a lei de diretrizes orçamentárias, que é sucessivamente aprimorada, tem sido instrumento para a busca de soluções criativas para os problemas ainda não resolvidos pela legislação básica sobre finanças públicas.

Por sua vez, a Lei de Responsabilidade Fiscal atribuiu à lei de diretrizes orçamentárias funções importantíssimas no que se refere ao equilíbrio das contas públicas, conforme será visto detalhadamente mais adiante.

A partir dessa realidade e visando ao aprimoramento deste importante instrumento legal, a análise das emendas procurou pautar-se pelo máximo aproveitamento das contribuições oferecidas pelos meus nobres Pares.

As emendas apresentadas ao Projeto, num total de 1.828 emendas, representaram um enorme potencial de aperfeiçoamento.

Ao Anexo de Metas e Prioridades foram apresentadas 959 emendas. Muitas receberam parecer pela aprovação. Outras, porém, não puderam ser acolhidas. Não porque lhes faltassem justa motivação e pertinência, mas porque as limitações orçamentárias que se impõem e as prioridades que se apresentam de forma tão premente, como é o caso das ações de combate à pobreza e dos urgentes investimentos em geração de energia elétrica, impedem que todas as aspirações sejam tidas como prioritárias ao mesmo tempo.

O texto legal e seus anexos foram aprimorados por boa parte das 888 emendas a ele apresentadas e que incorporamos em nosso substitutivo.

A Lei de Responsabilidade Fiscal – LC nº 101/00 e o PLDO/2002

A LRF ampliou em muito as funções da LDO, atribuindo-lhe, adicionalmente às de foro constitucional, competência para tratar das seguintes matérias:

**CONGRESSO NACIONAL****COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**
RELATORIA DO PROJETO DE LEI Nº 4/2001-CN - PLDO 2002

- a) equilíbrio entre receitas e despesas (art. 4º, I, a);
- b) critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31 (art. 4º, I, b);
- c) normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos (art. 4º, I, e);
- d) condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas (art. 4º, I, f; art. 26, *caput*);
- e) o estabelecimento do montante e da forma de utilização da reserva de contingência (art. 5º, III);
- f) índice de atualização monetária do principal da dívida mobiliária a ser refinanciada (art. 5º, § 3º);
- g) demonstração do impacto e do custo fiscal das operações realizadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN (art. 7º, § 2º);
- h) estabelecimento da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso (art. 8º, *caput*);
- i) despesas a serem excluídas da aplicação do mecanismo de limitação de empenho e movimentação financeira (art. 9º, § 2º);
- j) critérios para limitação, pelo Poder Executivo, do repasse dos valores financeiros aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público, no caso de não ser efetivada a limitação de empenho na hipótese prevista no art. 9º, § 2º (art. 9º, § 3º)¹;
- l) condições para concessão ou ampliação de incentivos ou benefícios de natureza tributária (art. 14, *caput*);
- m) definição de despesa irrelevante para fins de aplicação do art. 16 da LRF (art. 16, § 3º);
- n) definição, facultativa, de limite para a despesa total com pessoal a ser utilizado como parâmetro para repasse de recursos financeiros para esse fim aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público (art. 20, § 5º);
- o) situações excepcionalizadas da vedação de contratação de horas-extras imposta ao Poder ou órgão cuja despesa total com pessoal houver alcançado o limite prudencial de 95% (art. 22, parágrafo único, inciso V);
- p) exigências para a realização de transferências voluntárias pela União (art. 25, § 1º);
- q) critérios para, primeiramente, alocar recursos para os projetos em andamento e as despesas de manutenção do patrimônio público e, após, incluir novos projetos na lei orçamentária anual e nas de créditos adicionais (art. 45, *caput*).

É preciso consignar que para cumprimento do disposto no art. 45, a LRF determinou, no parágrafo único desse artigo, que o Poder Executivo encaminhe, até a data de envio do PLDO, relatório contendo as informações necessárias ao estabelecimento dos critérios para alocação de recursos entre projetos em andamento, conservação do patrimônio público e novos projetos. Infelizmente, conforme nos comunicou o Poder Executivo, essas informações, dada a exigüidade de tempo, ainda não puderam ser produzidas, inviabilizando, consequentemente, o estabelecimento de critérios mais específicos.

¹ Dispositivo considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em recente decisão liminar em apreciação de Ação Direta de Inconstitucionalidade.

**CONGRESSO NACIONAL****COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**
RELATORIA DO PROJETO DE LEI Nº 4/2001-CN - PLDO 2002

Ainda em decorrência da LRF, a LDO passou a conter dois novos anexos: o de Metas Fiscais, documento primordial de planejamento fiscal, condicionante da elaboração dos orçamentos; e o de Riscos Fiscais, instrumento de evidencição de situações que, se concretizadas, implicarão novos gastos ou redução de receitas, com implicações no planejamento e na execução orçamentária. Farão parte do Anexo de Metas Fiscais:

- demonstrativo da evolução do patrimônio líquido;
- demonstrativo da origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
- avaliação da situação financeira e atuarial do regime geral de previdência social;
- avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos;
- avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos;
- avaliação da situação financeira e atuarial do fundo de Amparo ao Trabalhador;
- avaliação da situação financeira e atuarial dos demais fundos públicos e programas estatais de natureza atuarial;
- demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita;
- demonstrativo da margem de expansão da despesa obrigatória de caráter continuado, objeto de comentários específicos neste parecer.

O PLDO 2002 tratou de todas essas matérias, umas de forma mais aprofundada, outras menos, conforme o grau de conhecimento e consenso já alcançado sobre elas. Deve-se reconhecer que várias reuniões técnicas (e políticas) serão necessárias para firmar entendimentos quanto ao alcance e operacionalização das novas competências da LDO. Contudo, o prazo requerido para essas discussões transcende em muito o tempo disponível para apreciação do projeto, razão pela qual algumas matérias ainda não tiveram melhor tratamento na LDO

Metas e Prioridades da Administração Pública Federal

A disposição desta Relatoria seria pelo acolhimento, como prioridade, de todas as ações que vão ao encontro das aspirações da população, não fossem as inevitáveis restrições orçamentárias, que qualquer governo enfrenta ao se deparar com tamanha gama de necessidades ainda não supridas, e o fato de que as prioridades elencadas na LDO não se opõem como limitação à programação. As metas ali definidas representam níveis mínimos para os resultados pretendidos e não impedem a realização de ações em outros programas que não estejam contidos no Anexo.

Dessa forma, considerando que foi apresentado um grande número de emendas ao Anexo de Metas e Prioridades, e que o atendimento integral dos pleitos inviabilizaria a finalidade constitucional da LDO de priorizar tão-somente as ações mais relevantes e, considerando também que o projeto de lei já envolve número significativo de prioridades - cerca de 270 ações - esta Relatoria estabeleceu os critérios para seleção das ações a serem incluídas na LDO/2002, explicitados a seguir.

Crerios Gerais:

- buscar a aprovação do maior número possível de iniciativas de parlamentares, sem a inclusão de um número excessivo de ações - o que descaracterizaria a finalidade constitucional da LDO de orientar a elaboração do orçamento e de relacionar as prioridades para o exercício seguinte;

**CONGRESSO NACIONAL**

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
RELATORIA DO PROJETO DE LEI Nº 4/2001-CN – PLDO 2002

- rejeitar as emendas que não indicaram o programa, ou pretenderam a criação de novos (conforme veda o art. 5º da Lei nº 9.989/2000 - PPA 2000/2003);
- rejeitar as emendas que pretenderam a inclusão de ações não previstas no PPA ou no Orçamento (conforme dispõe o art. 7º, parágrafo único da Lei nº 9.989/2000 - PPA 2000/2003);
- rejeitar as emendas que pretenderam a ampliação de metas de ações já previstas no PLDO, salvo exceções com grande demanda nos orçamentos, como saneamento e habitação;
- rejeitar as emendas que pretenderam priorizar ações com localização determinada – a nível de subtítulo – salvo as áreas que exigem tal nível de especificação, como irrigação, transporte, infra-estrutura e energia.

Crítérios Específicos :

- priorizar o atendimento de emendas na área de infra-estrutura, transportes e irrigação, cujo objeto seja considerado essencial para desenvolvimento nacional.
- dar ênfase às ações específicas na área de assistência social, mormente ao que toca ao combate à exploração sexual e à defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

Crítérios de Uniformização :

- ajustar, dentre as emendas aprovadas, programas, projetos e ações indicadas, a fim de uniformizá-los aos descritores já utilizados nos orçamentos e no Plano Plurianual;
- ajustar, dentre as emendas aprovadas, produto, metas e unidade de medida indicados, a fim de compatibilizá-los aos indicadores utilizados nos orçamentos e no Plano Plurianual.

Despesas obrigatórias de duração continuada e o contingenciamento

A LRF introduziu na Administração Pública o conceito de despesa obrigatória de caráter continuado, assim definida no art. 17 da LRF: "Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios". Tal categoria de despesa mostra similitude com as despesas "que constituem obrigações constitucionais e legais do ente", excepcionalizadas de contingenciamento pela LRF em seu art. 9º, § 2º.

Trata-se de conceito novo e cuja interpretação padece de construção mais consistente. Assim, a LDO 2001 (Lei nº 9.995, de 25/07/2000) determinou, no art. 8º, § 3º, inciso XXXV, que o Poder Executivo disponibilizasse, até quinze dias após o encaminhamento do projeto de lei orçamentária de 2001, "a relação das ações que constituem despesas obrigatórias de caráter continuado, de que trata o art. 17, da Lei Complementar no 101, de 2000".

Tal relação foi efetivamente encaminhada na proposta orçamentária para 2001 e, com algumas exclusões, constou do texto da lei orçamentária para 2001, Lei nº 10.171, de 05.01.01, nos seguintes termos "Art. 12. As ações do Quadro III, anexo a esta lei, contendo a relação de despesas obrigatórias de caráter continuado, nos termos do art. 17 da LRF, constituem obrigações legais para fins de aplicação do disposto no § 2º, art. 9º da LRF." O dispositivo foi vetado sob o argumento de ser matéria estranha à lei orçamentária, o que não ocorre na LDO.

Foram apresentadas emendas no sentido da inclusão na LDO/2002 da mesma relação constante da lei orçamentária para 2001. Entendemos que a discriminação detalhada das despesas obrigatórias continuadas na LDO/2002, como previsto no art. 2º, § 2º, do substitutivo, contribuirá para delimitar tal categoria de programação. Por seu caráter cogente de gasto, foi por nós excepcionalizada de possíveis contingenciamentos ao longo da execução orçamentária e financeira de 2002, art. 64 do PLDO/2002.

**CONGRESSO NACIONAL****COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**
RELATORIA DO PROJETO DE LEI Nº 4/2001-CN – PLDO 2002

A relação em apreço se mostra necessária não só para balizar o contingenciamento mas, principalmente, para definir aquelas ações absorverão a margem de expansão das despesas obrigatórias continuadas, seja em decorrência da criação ou do aumento de despesa. Para tanto fica facultado ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão a inclusão de ações dessa natureza na relação.

Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado

Esse conceito ainda não está suficientemente compreendido, cabendo-nos, pois, primeiramente empreender uma análise da finalidade do estabelecimento de uma margem de expansão para despesas obrigatórias de caráter continuado.

A origem e o fundamento da margem de expansão era o inciso III do art. 4º da LRF, que estabelecia ser atribuição da LDO definir limites e condições para a expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado referidas no art. 17, elaborando-se um demonstrativo para esse fim, a ser incluído no Anexo de Metas Fiscais :

Art. 4º. " A Lei de Diretrizes Orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição e:

III – definirá limites e condições para a expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado referidas no art. 17;

§ 2º O Anexo conterá, ainda:

V – demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado"

O inciso III do art. 4º, incluído pelo Congresso Nacional durante a tramitação da LRF, foi vetado² provavelmente porque sua motivação não foi adequadamente compreendida.

No entanto, o dispositivo que previa a elaboração de demonstrativo da margem de expansão (art. 4º, § 2º, V) não foi vetado, e daí deriva a obrigatoriedade de sua apresentação. Portanto, a finalidade dessa margem há de ser melhor esclarecida, haja vista que, por força do veto oposto, não mais está consignada na lei complementar a atribuição de a LDO impor limites e condições para expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

Essa margem de expansão está relacionada essencialmente às exigências formuladas no artigo 17 da LRF para criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado (DOCC): o ato que criar ou aumentar despesas dessa natureza deverá estar acompanhado de comprovação de que as metas fiscais não serão afetadas e os efeitos financeiros do ato deverá ser compensado por aumento permanente de receita (elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, criação ou majoração de tributos e contribuições) ou redução permanente de despesa.

Como a LRF, no art. 17, exige que essas despesas sejam compensadas, a margem de expansão deve, obrigatoriamente, se basear em previsões de aumentos permanentes de receitas e em medidas de redução permanente de despesa. Não poderá haver margem de expansão sem previsão de ocorrência de pelo menos uma dessas hipóteses.

² Razões do Veto: "O art. 17 do projeto de lei complementar já estabelece as regras para a expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado. Por outro lado, se as despesas já foram legalmente definidas como obrigatórias, não há de se estabelecer limites e condições para sua expansão. Portanto, em face da contradição que apresenta a redação do dispositivo em questão, sugere-se oposição de veto, por contrariar o interesse público".

**CONGRESSO NACIONAL****COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**
RELATORIA DO PROJETO DE LEI Nº 4/2001-CN – PLDO 2002

No ano passado, no projeto de LDO/2001, o Poder Executivo apresentou demonstrativo indicando que a margem de expansão seria nula. Ou seja, não poderiam ser previstos no orçamento criação ou aumentos de despesas obrigatórias por novos atos normativos, nessas incluídas contratações, aumentos e readequação de carreiras de servidores e aumentos reais de benefícios previdenciários. O Congresso rejeitou tal proposta e determinou, na LDO (Lei nº 9.995, de 2000) que o projeto de lei orçamentária anual viesse acompanhado de novo demonstrativo.

A rigidez quanto às exigências de fontes de compensação aceitáveis (aumento de receita permanente e redução permanente de despesa) para aumentos das DOCC levou o Poder Executivo, na apresentação do PLOA 2000, a flexibilizar a interpretação da expressão "ampliação da base de cálculo" no sentido de passar a considerar compreendido nesse conceito o acréscimo real de receita derivado do crescimento real do PIB³.

Deixadas de lado as críticas que se pode fazer a essa interpretação sob o ponto de vista dos conceitos e do entendimento doutrinário sobre a matéria explícitos e implícitos na legislação tributária, detemo-nos na avaliação de sua repercussão.

Uma vez entendido "o crescimento real da atividade econômica como um dos fatores determinantes do aumento da base de cálculo, e a receita dele derivada como aumento permanente de receita para fins de demonstração da origem dos recursos para custeio da criação ou aumento de despesa obrigatória de caráter continuado, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 17, a previsão de crescimento real de receita (deduzidas as transferências constitucionais e legais por repartição de receita) passa a constituir fonte de compensação. Esse montante está designado no demonstrativo como "margem de expansão bruta". Portanto, os atos que criarem ou aumentarem despesas obrigatórias de caráter continuado poderão indicar como compensação essa previsão de receita, mas deverão estar acompanhados das medidas legais que viabilizem a utilização dessa fonte.

Ao ser estabelecida uma margem de expansão com base no aumento de receita derivado do crescimento da economia estar-se-á reservando uma parcela dessa receita para custear a realização de novas despesas obrigatórias. Assim, uma vez incluídas no orçamento até o montante permitido pela margem, as despesas poderão ser executadas, independentemente de implementação de outras medidas de compensação, pois os recursos que as custearão são considerados oriundos de aumento permanente de receitas e o fato de terem sido incluídas nas despesas é suficiente para comprovar que não afetarão as metas fiscais.

Mas essa margem não constitui limite à expansão das DOCC, visto que, se forem apresentadas outras formas de compensação (atos reduzindo despesas permanentes ou majorando tributos e contribuições), despesas obrigatórias poderão ser criadas ou aumentadas em valor superior ao definido no demonstrativo. Contudo, sem dúvida alguma, ela é um forte instrumento de controle prévio, viabilizando ou restringindo a expansão de despesas de pessoal,

³ "A estimativa de margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado é um requisito introduzido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Apesar de não haver uma definição específica deste conceito na referida Lei, seu art. 17, ao tratar da criação de despesas obrigatórias de caráter continuado, traz elementos à compreensão da natureza do problema. Nesse artigo, exige-se como requisito, para a efetivação desse grupo de despesas, a compensação pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa, onde aumento permanente de receita é aquele proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição. Entende-se como conceito de base de cálculo a grandeza econômica ou numérica sobre a qual se aplica uma alíquota para obter o montante tributário a ser arrecadado. Assim, o crescimento real da atividade econômica é um dos fatores determinantes do aumento da base de cálculo da arrecadação tributária."

**CONGRESSO NACIONAL**

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
RELATORIA DO PROJETO DE LEI Nº 4/2001-CN – PLDO 2002

de benefícios previdenciários, entre outras despesas obrigatórias de caráter continuado, cujo rol deverá constar em anexo à LDO.

Nesse ponto se evidencia talvez a função mais importante da margem de expansão: controlar no processo orçamentário o crescimento das despesas obrigatórias dentro de um processo planejado, transparente, conjunto e coerente de fixação de metas fiscais, previsão de expansão de gastos com pessoal, previdenciários, entre outros, estimativa de renúncia de receitas e análise de equilíbrio entre gastos obrigatórios e gastos discricionários.

Contudo a terminologia empregada no demonstrativo do PLDO/2002 propicia entendimentos confusos a respeito do tema. Deve ficar clara a distinção entre prever o crescimento das receitas e estabelecer limites para a expansão das despesas em geral, e prever uma margem de expansão para as despesas obrigatórias de caráter continuado, que se aplica exclusivamente para os casos de criação ou aumento derivados de novos atos normativos, nunca em relação aos aumentos conseqüentes de leis anteriores.

Sem pretendemos neste parecer estabelecer definitivamente novas terminologias (até mesmo porque o assunto ainda merece discussão aprofundada), efetuamos correções que nos pareceram pertinentes. O montante no demonstrativo denominado "margem de expansão bruta", foi designado como "Previsão de aumento real de arrecadação". Deduzidas desse montante as transferências aos Estados e Municípios por repartição constitucional ou legal de receitas, obtemos a "margem de expansão bruta".

As demais deduções constantes do demonstrativo (salário-mínimo, militares e outras), à falta de explicações consistentes sobre as razões porque foram incluídas como deduções, entendemos indevidas e as excluimos.

As alterações efetuadas estão demonstradas no quadro abaixo:

MARGEM DE EXPANSÃO EM 2002 DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE DURAÇÃO CONTINUADA		
DEMONSTRATIVO do PROJETO DO	DEMONSTRATIVO PROPOSTO	R\$ milhões
SALDO DA MARGEM DE EXPANSÃO 2002	MARGEM DE EXPANSÃO BRUTA PARA 2002	
1. Margem Bruta	Previsão de aumento real de arrecadação	8.317
2. Transferências constitucionais	(-) Transferências constitucionais	1.837
3. Margem Líquida (1-2)	(=) Margem de expansão bruta	6.480
4. Despesas	-	
Salário Mínimo	-	
Militares	-	
Outros	-	
5. Saldo Líquido (3-4)	-	

Essa "margem bruta" poderá ser alocada total ou parcialmente para criação e aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado. Aqui reside exatamente o principal papel da LDO quanto à margem de expansão: defini-la. No processo de definição, deve-se levar em consideração que parte do acréscimo real de receita derivado do crescimento da economia será destinada a investimentos, ao crescimento real das despesas obrigatórias derivado de legislações anteriores, à geração do superávit primário necessário à manutenção do equilíbrio fiscal, entre outras possíveis alocações, bem como que proporção do orçamento está sendo comprometida com despesas obrigatórias, que restringem as demais ações estatais.

Nesse ano, a discussão sobre essa questão avançou, mas, em virtude de se tratar de mecanismo novo, e ainda pouco conhecido, para alocação de recursos, não se pôde aprofundar o debate de forma ampla sobre a finalidade e os critérios para a fixação da margem de expansão na

**CONGRESSO NACIONAL****COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**
RELATORIA DO PROJETO DE LEI Nº 4/2001-CN – PLDO 2002

LDO. O montante consignado no quadro estará disponível para alocação em ações envolvendo criação ou aumento de despesas obrigatórias e será objeto de repartição entre os Poderes e o Ministério Público no processo de consolidação das propostas orçamentárias conduzido pelo Poder Executivo.

Propomos que o PLOA seja acompanhado de demonstrativo atualizado da margem de expansão bruta e de outro discriminando as ações onde os recursos que compuseram a margem foram alocados, de forma compatível com o Anexo de despesas obrigatórias de caráter continuado previsto no art. 2º, § 2º do substitutivo e com o Anexo de alterações com pessoal previsto no art. 59 do substitutivo.

É fundamental registrar que a base de cálculo a partir da qual é definida a margem de expansão não é constituída unicamente pela previsão de acréscimo real de receita decorrente do crescimento real da atividade econômica. Nela podem, e devem, ser incluídas outras receitas cujo crescimento guarde relação com a elevação do PIB, e recursos oriundos de atos que reduzam despesas permanentes, que elevem alíquotas, criem ou majorrem ou ampliem a base de cálculo de tributos e contribuições (administrados pela SRF e outros). Por essa razão, foi incorporada ao projeto emenda prevendo que a atualização do demonstrativo considere essas hipóteses.

Com essas modificações e observações avançamos no entendimento e na aplicação do conceito de margem de expansão, importante instrumento previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal para planejamento e controle desse grupo de despesas que profundo impacto provoca a médio e longo prazos nos orçamentos da União.

Obras a serem incluídas na proposta orçamentária e cujo valor ultrapasse R\$ 2 milhões

Preocupados com a fiscalização e acompanhamento das obras mais relevantes e que venham a compor a proposta orçamentária para 2002 propomos aprimoramentos na relação das obras cujo valor ultrapasse R\$ 2.000.000,00.

Assim, incluímos a estimativa do período de 2002 a 2003, nos termos do art. 16 da LRF, tal determinação é importante para se analisar a consistência da proposta, inclusive a luz do que dispõe o art. 16 da LRF, que exige a compatibilidade das despesas com os exercícios seguintes.

Vinculamos as obras à observância dos custos, em termos do CUB, como definido no art. 63 do PLDO/2002. Finalmente, propomos que a falta de encaminhamento das informações em comento exclua a obra do rol de ações do Anexo de Metas e Prioridades, inclusive para fins de sua inclusão no rol de despesas condicionadas à posterior regularização, § 7º do art. 80 do PLDO/2002.

O superávit primário e seu Identificador

Com a crescente relevância que vem sendo dada ao parâmetro do resultado primário, decorrente de sua eleição como indicativo da saúde financeira do Estado, já incorporado pela LRF, art. 9º, e por sucessivas LDOs. Faz-se necessária a precisa identificação da natureza do gasto e de seu financiamento, se financeiros ou primários (não financeiro). Tal indicador já foi adotado como faculdade pela LDO/2001 e se transformou em identificador de resultado primário para a despesa na programação de trabalho da lei orçamentária para 2001 (coluna RP). Agora propõe-se que no projeto de lei orçamentária para 2002 venha como identificador não só da despesa como também da receita.

No mesmo sentido, propomos que, no art 8º do PLDO/2002, o demonstrativo dos resultados primário e nominal do governo central, implícitos na lei orçamentária, deva fazer parte



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
RELATORIA DO PROJETO DE LEI Nº 4/2001-CN - PLDO 2002

da mesma, como anexo. Tal demonstrativo conterá as receitas e despesas, primárias e financeiras, de acordo com a metodologia apresentada.

Precatórios

A Emenda Constitucional nº 30, de 13.09.00, alterou profundamente o processo de execução contra a Fazenda Pública, como previsto no art. 100 da Constituição, exigindo desta Relatoria alterações nos arts. 7º e 22 do PLDO/2002, que disciplinam a matéria. Para tanto, levamos em consideração as emendas apresentadas e a colaboração de órgãos do Poder Judiciário, que colaboraram com o aprimoramento da projeto.

A exigência da data do ajuizamento da ação originária restringir-se somente quando o processo tiver ingressado após 31.12.99, deve-se ao fato dessa informação somente ser relevante para distinguir as ações que devem ser parceladas, art. 78, do ADCT, introduzido pela EC nº 30/00, quando anteriores a tal data e as não parceláveis, quando posteriores.

A fixação no § 4º, I, do valor mínimo de cada parcela, que não poderá ser inferior ao valor de R\$ 5.181, excetuando o resíduo, se houver, objetiva dar tratamento isonômico aos credores o. Fazenda e reduzindo os custos de processamento dos precatórios, sem aumentar excessivamente os gastos.

Ainda nesse sentido, mantivemos o limite para precatórios de pequeno valor previsto no PLDO/2002, ainda que sabedores da existência do PL nº 3999-A/01, do Poder Executivo, art. 17, que fixa para os julgados de pequenas causas o valor de sessenta salários mínimos e que se encontra em tramitação na Câmara dos Deputados. Prevendo sua aprovação ainda sob a égide da LDO/2002 prevê-se que o valor previsto no art. 22 possa vir a ser substituído por outro que vier a ser definido em lei.

O art. 100, § 3º, da Constituição, retirou do instituto do precatório a execução de pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor e que deva a Fazenda Federal, Estadual, Distrital ou Municipal pagar em virtude de sentença judicial transitada em julgado. Para a normatização do pagamento de tais débitos incluímos parágrafo nos arts. 7º e 22 identificando especificamente tais despesas, que ficarão a cargo dos Tribunais a que estejam vinculados os juízos de primeiro grau, responsáveis pelo pagamento.

O índice a ser aplicado na atualização dos precatórios no momento do pagamento, outra inovação introduzida pela EC nº 30, foi alterado do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas, para o Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - série Especial (IPCA-E), divulgado pelo IBGE, e previsto na Lei nº 8.383/91 como índice para o cálculo da UFIR. O IPCA-E foi utilizado para correção dos precatórios, como índice oficial de atualização até 2000.

A introdução do § 7º, do art. 22 do PLDO, prevendo que para fins de identificação do beneficiário, poderá ser considerado o primeiro autor de cada processo, exceto nas ações de que trata o § 3º deste artigo, destina-se àquelas ações plúrimas onde por vezes estão presentes no polo ativo do processo milhares de beneficiários, em especial quando se trata de pleito de servidores públicos.

A flexibilização, no § 3º, da exigência de constar dos autos dos processos de desapropriação de imóvel residencial do credor, da comprovação de ser imóvel único à época da imissão na posse, deve-se ao fato de não ser disponível tal informação nos processos de precatórios anteriores a 2001.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
RELATORIA DO PROJETO DE LEI Nº 4/2001-CN – PLDO 2002

Reserva de Contingência

No que diz respeito à reserva de contingência – prevista no art. 5º, inciso III, da LRF –, procuramos garantir que esta não utilizasse recursos do orçamento da seguridade social, mantendo a determinação de que a reserva seja constituída exclusivamente por recursos da esfera fiscal do orçamento.

Pelo texto do substitutivo, o projeto de lei do orçamento deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional com uma reserva no valor correspondente a dois por cento da receita corrente líquida. Dessa forma, o Congresso Nacional poderá fazer frente à necessidade de alocação de recursos para o atendimento das demandas que serão objeto de análise pelo Poder Legislativo, devendo remanescer na lei orçamentária uma dotação correspondente a um por cento da receita corrente líquida na reserva de contingência.

Nos termos do § 2º do art. 32 do substitutivo, os recursos que serão objeto de realocação por parte do Congresso deverão ser considerados como despesa primária para efeito do cálculo do resultado fiscal, ou seja, não devem ser computados como superávit, pois sua alocação em regra destina-se a despesas primárias.

Demonstrativos e Informações Complementares

O Capítulo II do PLDO/2002 – Da Estrutura e Organização dos Orçamentos – estabelece, em seu art. 8º, os elementos constitutivos do projeto de lei orçamentária: I - texto da lei, II - quadros orçamentários consolidados, III - anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, IV - anexo do orçamento de investimento, e V - discriminação da legislação da receita e da despesa. No substitutivo foi acrescentado o inciso VI – “relação das ações que constituem despesas obrigatórias de caráter continuado, de que trata o art. 17, da Lei Complementar nº 101, de 2000”.

Os quadros orçamentários, a que se refere o inciso II, são enumerados no § 1º do art. 8º. No substitutivo foi acrescentado o inciso XV: - “demonstrativo com a metodologia de cálculo das necessidades de financiamento, cujo demonstrativo constará em anexo à lei orçamentária, nos termos do § 1º do art. 8º”.

As informações complementares constarão de Anexo específico, conforme estabelece o § 3º do art. 8º, que serão encaminhadas até quinze dias após o envio do projeto de lei orçamentária. Esse anexo é uma inovação do PLDO/2002, que objetiva tornar o texto da lei menos extenso e maçante, e justifica-se pelo crescimento do volume de informações complementares ao longo dos últimos anos.

No que se refere ao prazo de encaminhamento, entendemos que parte das informações complementares poderiam ser encaminhadas juntamente com a proposta orçamentária. Algumas dessas informações certamente já estão disponíveis, quando da sua elaboração, e agilizariam os trabalhos da Comissão Mista de Orçamento. Cabe lembrar que, a exemplo do que ocorreu em 2000, o projeto de lei orçamentária deverá ser sancionado até 31 de dezembro de 2001.

O Anexo de Informações Complementares ao PLDO/2002 foi objeto de 42 emendas. Grande parte dessas emendas objetivava introduzir demonstrativos já existentes nas informações complementares, nos quadros orçamentários consolidados ou, ainda, passíveis de serem obtidos a partir da base de dados encaminhada; tais emendas foram consideradas aprovadas na forma do substitutivo. Já outras emendas solicitavam informações que não deveriam constar da LDO, e sim de pedido de informações ao Poder Executivo; tais emendas foram rejeitas.

As emendas aprovadas foram aquelas que recuperavam a redação da LDO/2001, de forma a evitar perda de informações, ou solicitavam novas informações consideradas necessárias para a análise da proposta orçamentária. A orientação da Relatoria foi a de acrescentar o mínimo possível

**CONGRESSO NACIONAL****COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**
RELATORIA DO PROJETO DE LEI Nº 4/2001-CN – PLDO 2002

de novos demonstrativos, de forma a evitar aumento ainda maior do volume de informações constantes do Anexo. As novas informações agregadas ao Anexo foram as seguintes:

- discriminação dos recursos destinados aos Programas "Comunidade Solidária", "Avança Brasil", "Rede de Proteção Social" e "Projeto Alvorada";
- informações sobre pessoas contratadas para desenvolver projetos junto ao Governo por Organismos Internacionais, sendo que no recente Decreto, nº 3.751, de 15.02.01, o Poder Executivo determinou a adoção de procedimentos a serem observados para fins de gestão de projetos no âmbito dos acordos de cooperação técnica com organismos internacionais;
- informações sobre as contrapartidas constantes da proposta orçamentária;
- evolução do estoque e da arrecadação da Dívida Ativa da União;
- informações acerca das dotações destinadas a entidades privadas a título de subvenções, auxílios ou contribuições;
- evolução do resultado primário das principais empresas estatais federais nos últimos três anos e a estimativa para 2001 e 2002.

Esclarecemos que o § 10 do at. 8º, que trata da renúncia fiscal das contribuições do Regime Geral da Previdência foi realocado em seu inteiro teor para ser incluído no inciso VIII do Anexo de Informações Complementares.

Metas de resultados fiscais

Nosso substitutivo é coerente com a meta de superávit primário de 3% do Produto Interno Bruto – PIB – para o setor público consolidado, a ser atingido em 2002. Desse resultado positivo, a contribuição de estados e municípios é estimada em 0,6% do PIB.

Estamos mantendo em nosso substitutivo (art. 18) o resultado primário fixado no projeto, que cabe à União, de 2,4% do PIB, sendo R\$ 26.408,7 milhões (2% do PIB) do orçamento fiscal e da seguridade social, conforme consta do Anexo de Metas Fiscais, e R\$ 5.281,7 milhões (0,4% do PIB), do Programa de Dispendios Globais (PDG) das empresas estatais federais.

Ampliamos, também em nosso substitutivo, a comunicação entre esses resultados, prevendo que as duas metas se possam compensar reciprocamente. Com isso, abrimos a possibilidade de que, desde que mantido o compromisso global com o ajuste e com a meta consolidada para o governo federal, o esforço fiscal possa ser calibrado segundo a evolução das finanças públicas. Se o excedente em relação ao valor de referência ocorrer no PDG das empresas estatais, poderá compensar redução equivalente na meta de resultado dos orçamentos fiscal e da seguridade; e vice versa.

Entendemos que esse dispositivo – exigência de superávit nos dois orçamentos e a regra de compensação – serão elementos fundamentais da equação fiscal em 2002, como está sendo em 2001. Entretanto, para que pudessem constar da LDO, consideramos necessário amplo conhecimento da série histórica (Anexo, "Relação de Informações Complementares", XXX) e da metodologia de cálculo desse resultado (art. 8º, § 2º, X), que exigimos em nosso substitutivo. Estamos prevendo também o acompanhamento bimestral da execução do PDG e da reprogramação de seus resultados para o exercício (art. 18, § 2º e art. 67, § 3º, V). Nas informações solicitadas, demos destaque às principais empresas e aos gastos com investimentos (Anexo, "Relação de Informações Complementares", XXX).

Muito se debateu sobre a oportunidade de proceder à revisão do Anexo de Metas Fiscais e, conseqüentemente, dessas metas para 2002. A razão seria poderem estar desatualizadas as projeções macroeconômicas, em decorrência das mudanças recentes no cenário econômico interno. Comentamos esse item com mais detalhe quando analisamos o anexo de metas fiscais.

**CONGRESSO NACIONAL****COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**
RELATORIA DO PROJETO DE LEI Nº 4/2001-CN – PLDO 2002

Para que se pudéssemos levar adiante o debate parlamentar, foi também indispensável esmiuçar a questão da estimativa do superávit do PDG das empresas estatais federais para 2002.

Observou-se no decorrer da apreciação do projeto de LDO que o valor mínimo fixado para o resultado primário das estatais em 2002 correspondia à metade do que efetivamente se apurou em 2000 (R\$ 10,2 bilhões) e pouco menos que a mais recente projeção atualizada para 2001 (R\$ 6,1 bilhões). Na LDO de 2001 constou meta mínima de R\$ 1,2 bilhão. Foi-nos esclarecido que o aumento da projeção para 2001 deveu-se principalmente à revisão da estimativa de lucros da Petrobras, diante da tendência à alta da taxa de câmbio e do preço internacional do barril de petróleo. Parte desse ganho foi anulado por perda de arrecadação da parcela do preço específica destinada à amortização do saldo negativo da conta petróleo.

Com o reconhecimento da gravidade da crise energética, o redobrou-se a preocupação com investimentos necessários para enfrentar o problema. Alguns argumentaram que, mantida em 2002 a regra da compensação, haveria pressões no sentido da ampliação do superávit das estatais, de forma a descomprimir as despesas orçamentárias propriamente ditas. Outros entendiam que o excedente do setor produtivo estatal terá que ser menor que o previsto, para que as empresas do setor elétrico aumentem seus investimentos na geração e distribuição de eletricidade. Nosso substitutivo sinaliza a necessidade desses investimentos em diversos dispositivos, a que nos referimos em outro item deste relatório.

Em relação à meta de superávit das empresas estatais, não foi possível determinar em quanto o superávit inicialmente previsto das estatais será diminuído em 2002, caso o setor elétrico tenha que suportar as perdas decorrentes de menores venda de energia e providenciar a continuidade dos investimentos necessários em infra-estrutura energética.

Entretanto, é preciso lembrar que a maior parte do resultado das estatais advém da PETROBRAS, cujas receitas se beneficiaram da desvalorização cambial e também do aumento do preço internacional do barril de petróleo. Portanto, é incerta a forma pela qual os recentes acontecimentos na área de energia afetarão o resultado consolidado das estatais.

Por essa razão, flexibilizamos a composição de metas do superávit primário durante o processo de elaboração da proposta orçamentária.

Medidas voltadas a assegurar as prerrogativas constitucionais e a autonomia financeira e orçamentária dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público.

Asseguramos, no art. 19 do PLDO/2002, que as alterações decorrentes dos créditos adicionais aprovados até 30 de junho de 2001 e relativos ao Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público da União sejam incluídos nos limites de outras despesas correntes e de capital em 2002, para efeito de elaboração de suas respectivas propostas orçamentárias, o conjunto das dotações fixadas na lei orçamentária de 2001.

Introduzimos o § 3º no mesmo artigo disciplinando o aproveitamento da margem de expansão do art. 4º, § 2º, V, da LRF, para fins de compensação de que trata o art. 17, § 2º, da LRF, quando da criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, no âmbito dos Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público da União, desde que observadas as restrições ali elencadas.

No art. 39 do PLDO/2002, duas importantes alterações foram procedidas por esta Relatoria para reafirmar as prerrogativas do Congresso Nacional no trato das questões orçamentárias. Inicialmente suprimimos, em atendimento a inúmeras emendas apresentadas, o § 6º, que impedia o aumento do valor global dos projetos de lei de orçamento e de créditos adicionais. Falaciosa a menção ao inciso I do art. 63, e ao § 3º do art. 166, ambos da Constituição, pois o primeiro

**CONGRESSO NACIONAL**

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
RELATORIA DO PROJETO DE LEI Nº 4/2001-CN – PLDO 2002

excepciona expressamente a possibilidade de aumento de despesa por emendas ao orçamento e o segundo prevê a possibilidade do uso de recursos decorrentes da correção de erros ou omissões, e é o que o Congresso Nacional vem procedendo nos últimos anos com razoável grau de parcimônia. Esclarecemos que em grande parte, as reestimativas feitas pelo Congresso Nacional tem sido confirmadas pela execução como demonstra o quadro a seguir:

EVOLUÇÃO DA PREVISÃO E DA ARRECADAÇÃO EFETIVA DAS RECEITAS DO TESOIRO

em R\$ bilhões

EXERCÍCIO	PROPOSTA	LEI ORÇAMENTÁRIA	EXECUÇÃO	SALDO EM %
	A	B	C	C / B
2000	Proposta	Lei nº 9.969/00	Execução	
Desdobramento	Proposta	Lei nº 9.969/00	Execução	
Receitas Correntes	237,4	244,7	252,5	3,2
Receitas Tributárias	73,7	77,3	78,7	1,8
Receitas Contribuições	134,6	138	139,7	1,2
1999				
Desdobramento	Proposta	Lei nº 9.789/99	Execução	
Receitas Correntes	204,2	210,7	216,5	2,8
Receitas Tributárias	70,2	63,9	73,4	14,9
Receitas Contribuições	105,8	114,9	112,6	-2,0
1998				
Desdobramento	Proposta	Lei nº 9.598/98	Execução	
Receitas Correntes	192,8	193,1	196,9	2,0
Receitas Tributárias	65,9	65,9	67,4	2,3
Receitas Contribuições	103,3	103,3	93,3	-9,7

Ainda no art. 39, § 7º, incluímos a obrigatoriedade do encaminhamento dos projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto os recursos destinados a pessoal e dívida, que deverão ser encaminhados ao Congresso Nacional no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido.

Destinação de Recursos Públicos para o Setor Privado: Subvenções Sociais, Auxílios e Contribuições

Atendendo a diversas emendas, incluiu-se dispositivo por meio do qual passa-se a exigir autorização de lei específica para a alocação de recursos no setor privado a título de contribuições, em conformidade com o que dispõe o art. 26 da LRF.

Com essa medida dá-se às contribuições o mesmo tratamento conferido às subvenções sociais e auxílios – no que tange à exigência de lei específica –, corrigindo-se, assim, lacuna da lei que vinha induzindo o gestor público a se utilizar desmedidamente do instituto “contribuições”, como forma de “driblar” as exigências impostas, particularmente no que diz respeito à concessão de subvenções sociais.

Transferências voluntárias da União para Estados, Distrito Federal e Municípios

Propomos aprimoramentos no que tange ao disciplinamento das transferências voluntárias da União para Estados, Distrito Federal e Municípios previsto no art. 33 do PLDO/2002:

- redução das exigências de contrapartida para os municípios de pequeno porte, Inciso II, a, I e II;

**CONGRESSO NACIONAL****COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**
RELATORIA DO PROJETO DE LEI Nº 4/2001-CN – PLDO 2002

- aumento da publicidade, via INTERNET, de informações relativas aos convênios, a serem fornecidas pelos órgãos responsáveis pelas transferências, contendo no mínimo, data da assinatura dos convênios, nome do conveniente, objeto, valor liberado e classificação funcional, programática e econômica do respectivo crédito, § 6º; e
- dispensa das exigências relativas a convênios, §§ 2º, 3º e 4º do art. 33 do PLDO/2002, para as transferências relativas aos programas “Dinheiro Direto na Escola”, “Alimentação Escolar” e “Apoio a Estados e Municípios para a Educação Fundamental de Jovens e Adultos”, todos sob a responsabilidade do Ministério da Educação, § 8º.

Incluímos o novo § 7º no art. 33 do PLDO/2002, com o objetivo de esclarecer os reais limites da proteção conferida no § 3º do art. 25 da LRF, de não serem suspensas as transferências voluntárias relativas a ações de educação, saúde e assistência social quando Estados, Distrito Federal ou Municípios excederem os limites previstos na própria LRF. Assim, são expressamente listadas ali as hipóteses legais da LRF que não sujeitam a suspensão das transferências voluntárias para os setores já mencionados.

Obrigação antecipada de gasto com ações específicas – FUNDEF e IRRIGAÇÃO

Inúmeras emendas solicitaram a inclusão de dispositivos indicando ou mesmo obrigando o atendimento de despesas em áreas específicas da seguridade social. Reconhecemos o mérito das iniciativas, entretanto, ao par de aprimorarmos o Anexo de Metas e Prioridades, pois ali é que devem ser fixadas as ações julgadas relevantes pelos senhores parlamentares, deixamos ao processo orçamentário propriamente dito a tarefa de otimizar a alocação dos escassos recursos federais. Todavia, recomendamos a inclusão de dispositivo quanto ao FUNDEF e à irrigação (art. 42 do ADCT) por já constarem da LDO/2001 e serem de origem constitucional.

Destacamos, quanto à irrigação, a fixação de critérios técnicos precisos para a avaliação do mandamus constitucional, discriminando expressamente a subfunção 607 – Irrigação como parâmetro para avaliar a observância do art. 42 do ADCT, tanto na elaboração e apreciação da peça orçamentária quanto em sua execução.

Agências financeiras oficiais de fomento

O PLDO/2002 retirou a exigência de o Poder Executivo demonstrar, em audiência pública perante esta Comissão, em abril e setembro, a aderência das aplicações dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento à política estabelecida na LDO. Entendemos, porém que o preceito deve ser mantido no corpo da LDO.

Buscamos aperfeiçoar, ainda, o dispositivo que prescreve a apresentação bimestral de demonstrativo dos empréstimos e financiamentos concedidos pelas agências oficiais de fomento, exigindo-se um maior grau de detalhamento das informações, que atualmente são discriminadas apenas por região e setor de atividade, em especial a origem dos recursos aplicados.

Essas exigências coadunam-se com a necessidade de aprimoramento do processo de controle no âmbito do Poder Legislativo, em face da pobreza de informações e determinações alusivas às agências de fomento. O extraordinário poder financeiro deste setor, muitas vezes maior que todo o investimento constante da lei orçamentária anual, não é condizente com as quase nulas intervenções parlamentares por intermédio da LDO.

Consideramos oportuno, ademais, incluir o financiamento de investimentos em geração e transmissão de energia elétrica como prioridade para o BNDES, assim como apoio a programas relativos à eficiência no uso das fontes de energia.

**CONGRESSO NACIONAL****COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**
RELATORIA DO PROJETO DE LEI Nº 4/2001-CN - PLDO 2002**Despesas com Pessoal e Encargos Sociais**

A proposta do Poder Executivo difere muito pouco da LDO/2001 em vigor, tendo sido necessários pequenos ajustes em atenção a emendas apresentadas. Três inovações, contudo, merecem registro:

- obrigatoriedade de constar do relatório bimestral de execução orçamentária a discriminação das despesas com pessoal e encargos sociais;
- exigência de constar da lei orçamentária anual recursos para a revisão geral de pessoal, prevista no inciso X do art. 37 da Constituição Federal e
- excepcionalidade para as despesas com pessoal e encargos sociais da Justiça Eleitoral, face à realização de eleições gerais no ano de 2002.

Dívida Pública Federal

Foi alterada a redação do art. 48 do PLDO/2002 para garantir a apresentação de todo o refinanciamento da dívida pública federal, separadamente das demais despesas com o serviço da dívida, e não apenas da parcela em títulos (mobiliária). Foi também incluído parágrafo único definindo o conceito de "refinanciamento da dívida".

Em razão da tramitação de projeto de lei tratando da questão do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, acrescentamos inciso ao art. 51 do PLDO/2002, referente ao rol de autorizações a serem incluídas na lei orçamentária para a emissão de títulos públicos federais. Incluiu-se aquela relativa à eventual participação do Tesouro Nacional no pagamento dos expurgos dos índices de correção do FGTS, ocorridos nos Planos Verão e Collor I, em montante suficiente para atender às determinações legais que regulamentarem o assunto.

Alterações na Legislação Tributária

Tendo em vista o contido na LRF, mantivemos a exigência prevista no PLDO de que o projeto de lei ou a medida provisória somente serão aprovados se atendidas as exigências do artigo 14 da LRF, aplicando tais exigências, também, à concessão de benefícios financeiros, com o intuito de favorecer a manutenção do equilíbrio orçamentário e das metas fiscais vigentes.

Dado que a estimativa do impacto orçamentário e financeiro do projeto de lei é condição para sua aprovação, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, inserimos na Projeto de Lei as Diretrizes Orçamentárias para 2002 o § 2º ao artigo 60, que contém a determinação para que o Poder Executivo proceda à estimativa desse impacto, ou ofereça subsídios técnicos para realizá-la, no prazo de noventa dias, quando solicitado por órgão colegiado do Poder Legislativo.

Quanto à inclusão na lei orçamentária de estimativa de receitas condicionadas, não obstante as inúmeras emendas apresentadas, mantivemos quase na íntegra a redação da proposta enviada pelo Poder Executivo, por entendermos crucial ao País, especialmente neste momento de incertezas no panorama econômico, a manutenção dos resultados orçamentários constantes no Anexo de Metas Fiscais. Contudo, incluímos no texto do substitutivo o § 5º ao artigo 61, que veda a inclusão no projeto de lei orçamentária para 2002 dos efeitos de propostas de alteração legislativa cujos recursos sejam destinados ao custeio de despesa com pessoal e seus encargos. Essa emenda visa evitar o engessamento do Congresso Nacional na realocação das dotações orçamentárias, tendo em vista as limitações impostas pela Constituição Federal. Além disso, sendo essa modalidade de gasto de natureza inflexível e previsível, faz-se necessário que seja financiada por fontes seguras e certas de receita.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
RELATORIA DO PROJETO DE LEI Nº 4/2001-CN – PLDO 2002

Programação orçamentária e limitação de empenho e movimentação financeira (contingenciamento)

Caso seja necessária a limitação do empenho e da movimentação financeira para atingir a meta de resultado primário, nas condições previstas no art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, mantivemos a determinação, que já consta da LDO de 2001, que sejam fixados percentuais distintos para "projetos", e "atividades" e "operações especiais" (art. 67). Rejeitamos diversas emendas que pretendiam um percentual único para o conjunto das dotações atribuídas aos três instrumentos de programação, pois tal tratamento seria prejudicial aos Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público, cujas dotações para projetos – preponderantemente investimento – são pequenas. A adoção de um percentual único aplicado aos três Poderes preservaria proporcionalmente mais as atividades a cargo do Executivo, que poderia efetuar comodamente seus cortes em despesas de projetos; os demais Poderes, ao contrário, limitariam drasticamente suas atividades, por contarem com pouco investimento por eliminar.

Revigoramos, neste mesmo artigo, dispositivo prevendo a existência de uma relação das despesas que não se incluem no elenco sujeito a limitação, por serem de execução obrigatória. Essa relação acompanhará a lei orçamentária, em prol da transparência.

A LRF autoriza que a LDO preveja outras despesas que ficarão imunes à limitação de empenho e de movimentação financeira, mesmo sendo necessário o contingenciamento. Outras despesas, de acordo com nosso substitutivo, também escapam a essa limitação, porém apenas no caso de a receita reestimada na lei orçamentária vier a ser superior ao previsto na proposta orçamentária encaminhada pelo Executivo. São elas, até o limite dos montantes constantes da proposta, as demais despesas com ações vinculadas às funções saúde, educação e assistência social.

Já a limitação de empenho, no que tange a atividades dos Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público, não poderá redundar em montantes disponíveis inferiores aos constantes da proposta orçamentária de 2002, desde que a nova estimativa de receita revista pelo Poder Executivo seja superior àquela estimada na proposta orçamentária.

Em caso de necessidade de impor limites ao orçamento aprovado, cabe ao Executivo informar aos demais o montante com que cada um deve contribuir para o contingenciamento dos gastos em até 23 dias do encerramento do bimestre no qual verificou a insuficiência da receita. Além disso, oferecerá os elementos que permitam demonstrar a procedência da medida.

No mesmo prazo, o Poder Executivo terá encaminhado ao Congresso Nacional, relatório justificando, com memória de cálculo das reestimativas, a necessidade de limitar empenho e movimentação financeira. Em nosso substitutivo, esse relatório foi valorizado e acrescido dos elementos mínimos que permitirão ao Legislativo uma apreciação correta. Deverá conter ainda a revisão das projeções das variáveis macroeconômicas constantes do Anexo de Metas Fiscais; a alteração de despesas de natureza obrigatória; os cálculos e as razões da frustração das receitas, atualizando-se os demonstrativos correspondentes que acompanharam a proposta orçamentária; e a estimativa atualizada do superávit primário das empresas estatais, acompanhada da memória dos cálculos para as empresas que responderem pela variação.

O relatório será apreciado pela Comissão Mista e, caso decorram 15 dias sem pronunciamento conclusivo, será admitido.

Em até 7 dias após o recebimento da informação oriunda do Executivo, os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público, com base nela, estabelecerão em atos próprios os montantes disponíveis para empenho e movimentação financeira em cada um dos conjuntos de despesas a seu cargo.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
RELATORIA DO PROJETO DE LEI Nº 4/2001-CN – PLDO 2002

Nosso substitutivo também traz inovações a respeito da programação financeira do Poder Executivo (art. 72). O cronograma anual de desembolso contemplará as metas quadrimestrais para o resultado primário e bimestrais de realização de receitas, distinguindo-se a natureza não financeira das financeiras, com a separação das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal das demais. Exige-se o destaque das receitas resultantes do combate à sonegação e à elisão fiscal, admitindo-se que devam crescer em 2002, e da cobrança administrativa e da dívida ativa.

Como na LDO de 2001, continua-se a obrigar a fixação de limites bimestrais para a execução de despesas, por órgão do Poder Executivo, e limites mensais de desembolsos, incluindo os restos a pagar, que devem vir segregados, separando-se os recursos do Tesouro dos demais. O referencial para a programação dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União continua sendo os duodécimos, exceto no caso das despesas com pessoal, que têm trajetória específica.

Anexo de Metas Fiscais

A proposta de LDO reafirmou o compromisso do governo com o ajuste fiscal. Longamente adiado, o equilíbrio das contas públicas é fundamental para a consolidação da estabilidade macroeconômica. Fundamental porque é elemento-chave para a credibilidade da política econômica, cuja ausência determinou o fracasso de outros planos de estabilização no passado.

O substitutivo que apresento mantém integralmente as metas fiscais propostas pela governo. Superávit primário de R\$ 26,4 bilhões para o governo central e de R\$ 5,3 bilhões para as empresas estatais. Esses valores somados ao que se projeta de superávit para estados e municípios darão ao setor público consolidado superávit primário de 3% do PIB, valor expressivo em qualquer economia.

A princípio, esse valor seria o suficiente para estabilizar a razão entre a dívida pública e o produto interno bruto (PIB), de acordo com os parâmetros macroeconômicos projetados. Não há como deixar de mencionar que há incertezas quanto ao comportamento da taxa de câmbio, de juros, de inflação e de crescimento da economia. Câmbio e juros estão em patamares bem menos favoráveis que os projetados na proposta. Pairam dúvidas quanto à taxa de inflação e de crescimento da economia. O comportamento do cenário internacional e do quadro interno serão importantes, além da capacidade de reação dos gestores da política econômica.

No cenário externo a principal preocupação continua sendo a Argentina, em razão da indefinição do desfecho dos seus problemas. O sucesso da operação de *swap*, alongando o perfil de sua dívida de curto prazo, é um passo importante, embora outras medidas tenham quer tomadas para garantir a solvência daquele país. Nos Estados Unidos, mais uma redução da taxa básica de juros foi boa notícia para a economia mundial, particularmente para o Brasil, favorecendo o financiamento do déficit em conta-corrente.

Internamente, ainda não se tem uma avaliação clara dos impactos da crise energética sobre a economia brasileira. Espera-se queda da taxa de crescimento do PIB em relação ao inicialmente projetado, mas não se conseguiu dimensionar o tamanho dessa queda. Também não está visível a duração da crise. Argumenta-se, que caso as chuvas voltem no segundo semestre de 2001, os problemas estariam superados em 2002, eliminando-se essa restrição ao crescimento. Além disso, o governo programou muitos investimentos em fontes alternativas de energia. A inflação também pode ser afetada, em razão de a demanda agregada reagir mais lentamente que a oferta agregada, pressionando os preços. A elevação da taxa básica de juros na última reunião do Comitê de Política Monetária (1/6/2001) pode contribuir para a reversão das expectativas de aumento de preços e para contenção da demanda.

**CONGRESSO NACIONAL****COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**
RELATORIA DO PROJETO DE LEI Nº 4/2001-CN – PLDO 2002

Ressalte-se que os investimentos adicionais em energia constituirão fonte de pressões sobre as contas públicas, dificultando o atingimento das metas programadas. Somam-se, assim, às pressões pelo reajuste geral de servidores públicos e de se prorrogar a CPMF ou substituí-la. Um caminho é a contenção de investimentos programados em outras áreas, redirecionando-os para a área energética, que se tomou prioritária.

Há óbvias dificuldades na contenção desses investimentos uma vez que o cenário não é o mesmo da proposta inicial. Embora a proposta de LDO não explicitasse, estava implícita expansão das despesas de investimento, em patamar bem superior à média da segunda metade da década de 1990, a exemplo do ocorrido na proposta orçamentária para 2001. No entanto, o ajuste terá que ser feito a fim de se evitar um mal maior, que é a perda da credibilidade da política econômica.

Discutiu-se a conveniência de o Congresso alterar o Anexo de Metas Fiscais, em razão das mudanças nos parâmetros macroeconômicos que balizaram a proposta, em face dos últimos acontecimentos. Um caminho seria ouvir, em audiências públicas, técnicos das instituições encarregadas de fazer projeções macroeconômicas, como o IBGE, a Fundação Getúlio Vargas, o IPEA e o Banco Central. Isso infelizmente não se materializou. Buscamos contatos com o Ministro de Minas e Energia e com representantes do Conselho de Gestão da Crise de Energia Elétrica. Concluímos que o quadro ainda é bastante preliminar para uma avaliação definitiva.

Argumentam os especialistas que faltam estudos para uma projeção confiável sobre o crescimento. A conclusão sensata a que chegamos foi de que é ainda cedo para se poder avaliar plenamente os impactos da crise sobre a economia e as contas públicas. Qualquer iniciativa de alterar o Anexo de Metas Fiscais ou a estimativa de superávit das estatais federais seria precipitada. Correríamos o risco de interferir negativamente nas expectativas dos agentes econômicos. Além disso, quaisquer novas projeções do Congresso viriam a ser rediscutidas passados um ou dois meses da adoção das medidas de redução do consumo de eletricidade, à luz de novos dados.

Contudo, dada a meta de superávit primário equivalente a 2,4% do PIB, simulações elaboradas por nossas consultorias mostram que queda na taxa real de crescimento econômico, em pouco diminuiria o resultado a ser alcançado, e que um pequeno aumento da taxa de inflação compensaria essa queda do crescimento real. Em termos nominais, tanto PIB quanto superávit primário a ser atingido não se alterariam.

Os demais itens do Anexo de Metas Fiscais tratam dos seguintes demonstrativos exigidos pela Lei Complementar nº 101/2000: (i) da avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior; (ii) da evolução do patrimônio líquido da União e da origem e aplicação dos recursos obtidos pelo governo federal com o programa de desestatização, no período entre 1998 a 2000; (iii) da estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado e dos benefícios tributários e beneficiários; (iv) da avaliação da situação financeira e atuarial dos Regimes Geral de Previdência Social (RGPS) e próprio dos Servidores Públicos Civis e Servidores Militares e do Fundo de Amparo do Trabalhador.

Esses demonstrativos representam significativos avanço para a compreensão da sociedade sobre a situação das contas públicas, aumentando, juntamente com o Anexo de Riscos Fiscais, a transparência e a previsibilidade.

Mantivemos as informações contidas nesses anexos praticamente na íntegra. As modificações foram as seguintes:

(i) no Demonstrativo dos Benefícios Tributários e Previdenciários, estava zerado o valor estimado na proposta para o setor de Informática em 2001, mas o Poder Executivo informou posteriormente, em reunião na Comissão Mista de Orçamento, que o valor era R\$ 1.230 milhões.

**CONGRESSO NACIONAL****COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**
RELATORIA DO PROJETO DE LEI Nº 4/2001-CN – PLDO 2002

(ii) no Demonstrativo da estimativa da margem de expansão, havia entendimento no projeto de LDO de que as despesas de duração continuada criadas em 2001 completariam sua compensação em 2002. No caso específico, o aumento do salário mínimo, o reajuste de militares e item menos expressivo classificado na rubrica "outros". Entendemos que a Lei Complementar nº 101/2000 não permite a compensação escalonada. Há que se criar uma despesa obrigatória de caráter continuada com a totalidade da compensação feita no ano. Nesses dois casos, a lei orçamentária para 2001 previu a compensação com a previsão de aumento de receitas em decorrência das leis de combate à sonegação e à elisão tributária aprovadas no segundo semestre de 2000. Não caberia, portanto, compensação residual em 2002. Foi o procedimento que adotamos no nosso Substitutivo.

A exigência de Anexo de Riscos Fiscais foi das principais inovações da Lei de Responsabilidade Fiscal. O projeto de LDO enumerou as possibilidades de ocorrências que podem contribuir para aumentar o fluxo de despesas, diminuir o fluxo de receitas ou aumentar o endividamento público. Como bem ressalta o texto, a menção desses riscos não implica, de forma alguma, reconhecimento por parte do governo de que passivos reclamados são de fato devidos. É apenas indicação prudencial, visando a aumentar a transparência sobre a situação fiscal.

Obras com indícios de irregularidades

No tocante ao tratamento dado às obras com indícios de Irregularidades graves, foram feitas pequenas alterações em relação ao projeto de lei encaminhado ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo, de forma a atualizá-lo conforme as discussões levadas a efeito na CMPOF no 2º semestre de 2000, durante a discussão da LOA/2001.

Foram mantidas a necessidade de remessa pelo TCU ao Congresso Nacional, em 30.09.2001, de informações sobre obras constantes do orçamento da União, incluindo os indícios de irregularidades identificados e os contratos, subtrechos, parcelas e convênios firmados para cada obra. As obras com indícios de irregularidades graves poderão receber recursos da União, porém a execução dos contratos ou subtrechos em que foram identificados os indícios ficará suspensa até a adoção de medidas saneadoras e posterior liberação pelo Congresso Nacional.

Uma dessas alterações foi a inclusão das obras constantes do orçamento de investimento das estatais a serem fiscalizadas pelo TCU, dado o volume de recursos que as mesmas recebem. Tornou-se obrigatória ainda, para o TCU, a disponibilização em sua página na Internet do relatório consolidado de atualização das informações referentes a obras irregulares. Ambas as modificações já haviam sido incorporadas à LOA/2001.

Além disso, incluiu-se dispositivo que dá à Comissão Mista e ao Congresso Nacional competência para suspender a execução de obras em que tenham sido constatados indícios de irregularidades graves ao longo do exercício financeiro.

Outra inovação diz respeito ao relacionamento entre os contratos relativos a obras fiscalizados pelo TCU e os subtítulos constantes da proposta orçamentária para 2002, o qual será encaminhado à Comissão Mista pelos órgãos setoriais de planejamento e orçamento.

De modo a permitir um melhor acompanhamento da execução dos contratos referentes a obras acima mencionados, verificou-se que o SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais seria importante ferramenta para cumprir tal objetivo. Nesse sentido, incluiu-se dispositivo que obriga a constituição de grupo de trabalho com representantes dos três poderes e do Ministério Público da União, a fim de estabelecer procedimentos para o ingresso de todos os órgãos e entidades dos mesmos no aludido sistema.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
RELATORIA DO PROJETO DE LEI Nº 4/2001-CN – PLDO 2002

VOTO DO RELATOR

Alicerçados nas razões e argumentos expendidos em nosso Relatório, somos pela aprovação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2001 (Projeto de Lei nº 4, de 2001 - CN), na forma do Substitutivo que submetemos à elevada consideração dos Senhores Parlamentares.

Sala da Comissão, em de junho de 2001.


Deputada Lúcia Vânia
RELATORA



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

LDO 2002

PROJETO DE LEI N.º 4, DE 2001-CN

**DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A
ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE
2002 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

SUBSTITUTIVO

Presidente: Senador CARLOS BEZERRA
Relatora: Deputada LÚCIA VÂNIA



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 4, DE 2001-CN

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2002 e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição, as diretrizes orçamentárias da União para 2002, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da administração pública federal;
- II - a estrutura e organização dos orçamentos;
- III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos da União e suas alterações;
- IV - as disposições relativas à dívida pública federal;
- V - as disposições relativas às despesas da União com pessoal e encargos sociais;
- VI - a política de aplicação dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento;
- VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária da União; e
- VIII - as disposições gerais.

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

Art. 2º Em consonância com o art. 165, § 2º, da Constituição, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2002 são as especificadas no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária de 2002 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas, devendo observar as seguintes prioridades:

- I - consolidar a estabilidade econômica;
- II - garantir o crescimento econômico com desenvolvimento social;
- III - combater a pobreza, por meio da inserção social;
- IV - consolidar a democracia e a defesa dos direitos humanos.

§ 1º Na destinação dos recursos relativos a programas sociais, será conferida prioridade às



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

áreas de menor Índice de Desenvolvimento Humano, podendo ser desagregado por distrito e setor censitário.

§ 2º Acompanha esta Lei relação das ações que constituem despesas obrigatórias de caráter continuado de ordem legal ou constitucional, nos termos do art. 9º, § 2º da Lei Complementar nº 101, de 2000, sendo facultado do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão a inclusão de novas ações.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 3º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e

IV - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º As atividades, projetos e operações especiais serão desdobrados em subtítulos, especialmente para especificar sua localização física integral ou parcial, não podendo haver alteração das respectivas finalidades.

§ 3º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam.

§ 4º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais, e respectivos subtítulos com indicação de suas metas físicas.

Art. 4º Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação, a fonte de recursos, o identificador de uso, e os grupos de despesa conforme a seguir discriminados:

I - pessoal e encargos sociais - 1;

II - juros e encargos da dívida - 2;

III - outras despesas correntes - 3;

IV - investimentos - 4;

V - inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição ou



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

aumento de capital de empresas - 5; e

VI - amortização da dívida - 6.

Parágrafo único. As unidades orçamentárias serão agrupadas em órgãos orçamentários, entendidos como sendo o de maior nível da classificação institucional.

Art. 5º As metas físicas serão indicadas em nível de subtítulo e agregadas segundo os respectivos projetos e atividades e constarão do demonstrativo a que se refere o art. 8º, § 1º, inciso XIV, desta Lei.

Art. 6º Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes da União, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, exceto as relativas aos conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos do Tesouro Nacional, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira ser registrada na modalidade total no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

§ 1º Excluem-se do disposto neste artigo as empresas que recebam recursos da União apenas sob a forma de:

I - participação acionária;

II - pagamento pelo fornecimento de bens e pela prestação de serviços;

III - pagamento de empréstimos e financiamentos concedidos; e

IV - transferências para aplicação em programas de financiamento nos termos do disposto nos arts. 159, inciso I, alínea "c", e 239, § 1º, da Constituição.

§ 2º Todas as receitas e as despesas decorrentes das operações no âmbito do Programa Nacional de Desestatização relativas a participações acionárias da União e das operações de securitização envolvendo títulos da dívida pública mobiliária federal, constarão da lei orçamentária anual nos seus valores brutos, vedada qualquer dedução.

Art. 7º A lei orçamentária discriminará em categorias de programação específicas as dotações destinadas:

I - às ações descentralizadas de saúde e assistência social para cada Estado, para o Distrito Federal e para o conjunto dos Municípios de cada um dos Estados;

II - ao pagamento de benefícios da previdência, para cada categoria de benefício;

III - aos benefícios mensais às pessoas portadoras de deficiência e aos idosos, em cumprimento ao disposto no art. 203, inciso V, da Constituição;

IV - às ações de alimentação escolar para cada Estado, para o Distrito Federal e para o conjunto de Municípios de cada um dos Estados;

V - às despesas com auxílio-alimentação/refeição, assistência pré-escolar e assistência médica e odontológica no âmbito dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e do Ministério Público da União, inclusive das entidades da administração indireta que recebam recursos à conta dos pagamentos fiscal e da seguridade social;

VI - à concessão de subvenções econômicas e subsídios;



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

VII - à participação em constituição ou aumento de capital de empresas;

VIII - ao atendimento das operações realizadas no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal da renegociação da dívida dos Estados e dos Municípios, bem como aquelas relativas à redução da presença do setor público nas atividades bancária e financeira, autorizadas até 5 de maio de 2000;

IX - ao pagamento de precatórios judiciais, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos;

X - às despesas com publicidade, propaganda e divulgação oficial,

XI - ao cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado consideradas de pequeno valor, que constarão da programação de trabalho dos respectivos tribunais; e

XII - às despesas com previdência complementar.

§ 1º O disposto no inciso V deste artigo aplica-se, igualmente, aos órgãos e entidades que prestem, total ou parcialmente, os referidos benefícios a seus servidores e dependentes, por intermédio de serviços próprios.

§ 2º A inclusão de recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais para atender às despesas de que trata o inciso V deste artigo fica condicionada à informação do número de beneficiados nas respectivas metas.

Art. 8º O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional e a respectiva lei serão constituídos de:

I - texto da lei;

II - quadros orçamentários consolidados;

III - anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

IV - anexo do orçamento de investimento a que se refere o art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição, na forma definida nesta Lei; e

V - discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos orçamentos fiscal e da seguridade social.

§ 1º Os quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, são os seguintes:

I - evolução da receita do Tesouro Nacional, segundo as categorias econômicas e seu desdobramento em fontes, discriminando cada imposto e contribuição de que trata o art. 195 da Constituição;

II - evolução da despesa do Tesouro Nacional, segundo as categorias econômicas e grupos de despesa;

III - resumo das receitas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;

IV - resumo das despesas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

V - receita e despesa, dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo categorias econômicas, conforme o Anexo I da Lei nº 4.320, de 1964;

VI - receitas dos orçamentos fiscal e da seguridade social de acordo com a classificação constante do Anexo III da Lei nº 4.320, de 1964, identificando a fonte de recurso correspondente a cada natureza de receita e o orçamento a que pertencem;

VII - despesas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo Poder e órgão, por fontes de recursos e grupos de despesa;

VIII - despesas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo a função, subfunção, programa, e grupo de despesa;

IX - recursos do Tesouro Nacional, diretamente arrecadados, nos orçamentos fiscal e da seguridade social, por órgão;

X - programação referente à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 212 da Constituição, em nível de órgão, detalhando fontes e valores por categoria de programação;

XI - recursos destinados à irrigação, nos termos do art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, por região;

XII - resumo das fontes de financiamento e da despesa do orçamento de investimento, segundo órgão, função, subfunção e programa;

XIII - fontes de recursos por grupos de despesas;

XIV - despesas dos orçamentos fiscal e da seguridade social segundo os programas de governo, com os seus objetivos e indicadores para aferir os resultados esperados, detalhado por atividades, projetos e operações especiais, com a identificação das metas, se for o caso, e unidades orçamentárias executoras; e

XV - demonstrativo dos resultados primário e nominal do governo central implícitos na lei orçamentária, contendo receitas e despesas, primárias e financeiras, de acordo com a metodologia apresentada, identificando a evolução dos principais itens.

§ 2º A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária conterá:

I - análise da conjuntura econômica do País, atualizando as informações de que trata o § 4º do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, com indicação do cenário macroeconômico para 2002, e suas implicações sobre a proposta orçamentária;

II - resumo da política econômica e social do Governo;

III - avaliação das necessidades de financiamento do governo central, explicitando receitas e despesas, bem como indicando os resultados primário e nominal implícitos no projeto de lei orçamentária para 2002, os estimados para 2001 e os observados em 2000, evidenciando a metodologia de cálculo de todos os itens computados nas necessidades de financiamento e os parâmetros utilizados;

IV - indicação do órgão que apurará os resultados primário e nominal, para fins de avaliação do cumprimento das metas;

V - justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e da despesa; e



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

VI – demonstrativo sintético, por empresa, do Programa de Dispendios Globais, informando a origem dos recursos, com o detalhamento mínimo igual ao estabelecido no § 3º do art. 48 desta Lei, bem como a previsão da sua respectiva aplicação, por grupo de despesa, e o resultado primário dessas empresas com a metodologia de apuração do resultado.

§ 3º O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional até quinze dias após o envio do projeto de lei orçamentária, por meios eletrônicos, demonstrativos contendo as informações complementares relacionadas no correspondente Anexo a esta Lei.

§ 4º Os valores constantes dos demonstrativos previstos no parágrafo anterior serão elaborados a preços da proposta orçamentária.

§ 5º O Poder Executivo enviará ao Congresso Nacional os projetos de lei orçamentária e dos créditos adicionais em meio eletrônico com sua despesa regionalizada e discriminada, no caso do projeto de lei orçamentária, por elemento de despesa.

§ 6º Os órgãos setoriais do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal encaminharão à Comissão de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição, no mesmo prazo fixado no § 3º deste artigo, demonstrativo contendo a relação das obras que constaram da proposta orçamentária e cujo valor ultrapasse R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), contendo:

I - especificação do objeto ou etapa da obra, identificando o respectivo subtítulo orçamentário;

II - estágio em que se encontra;

III - cronograma físico-financeiro para sua conclusão;

IV - etapas a serem executadas com as dotações consignadas no projeto de lei orçamentária, incluindo a estimativa para os exercícios de 2002 a 2003; e

V - demonstração do cumprimento do art. 66.

§ 7º A falta de encaminhamento das informações previstas no § 6º excluirá a obra do rol de ações do Anexo de Metas e Prioridades, sem prejuízo da aplicação das medidas previstas no § 7º do art. 83.

§ 8º A Comissão Mista Permanente prevista no § 1º do art. 166 da Constituição terá acesso a todos os dados utilizados na elaboração da proposta orçamentária, inclusive por meio do Sistema Integrado de Dados Orçamentários – SIDOR.

§ 9º Os demonstrativos e informações complementares exigidos por esta Lei identificarão, logo abaixo do respectivo título, o dispositivo a que se referem.

§ 10º No demonstrativo de que trata o inciso V do § 1º deste artigo serão discriminadas, separadamente, as estimativas relativas às contribuições dos empregadores para a seguridade social, incidentes sobre a folha de salários, o faturamento, os lucros e a contribuição dos trabalhadores, estabelecidas, respectivamente, nos incisos I e II do art. 195 da Constituição.

§ 11. O projeto de lei orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, considerando os acréscimos de receita resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis que implicam aumento da base de cálculo, bem como de alterações na legislação tributária, e demonstrará sua utilização, de forma compatível com os anexos previstos no § 2º do art. 2º e no art. 59.

Art. 9º Para efeito do disposto no artigo anterior, os Poderes Legislativo, Judiciário e o



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Ministério Público da União encaminharão ao Órgão Central do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, por meio do SIDOR, até 10 de agosto, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária, observadas as disposições desta Lei.

Art. 10. No projeto de lei orçamentária será atribuído a cada subtítulo, para fins de processamento, um código seqüencial que não constará da lei orçamentária.

Parágrafo único. As modificações propostas nos termos do art. 166, § 5º, da Constituição, deverão preservar os códigos seqüenciais da proposta original.

Art. 11. Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

Parágrafo único. As atividades com a mesma finalidade de outras já existentes deverão observar o mesmo código, independentemente da unidade executora.

Art. 12. A modalidade de aplicação, referida no art. 4º desta Lei, destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I - mediante transferência financeira a outras esferas de governo, órgãos ou entidades, inclusive decorrente de descentralização orçamentária; ou,

II - diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário, por outro órgão ou entidade no âmbito do mesmo nível de governo;

Parágrafo único. A especificação da modalidade de que trata este artigo será efetuada pela Secretaria de Orçamento Federal, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, observando-se, no mínimo, o seguinte detalhamento:

I - governo estadual - 30;

II - administração municipal - 40;

III - entidade privada sem fins lucrativos - 50;

IV - aplicação direta - 90; ou

V - a ser definida - 99.

§ 1º Não se aplica a exigência estabelecida no inciso II do art. 39 desta Lei quando da definição de que trata o inciso V deste artigo.

§ 2º É vedada a execução orçamentária com a modalidade de aplicação "a ser definida - 99".

Art. 13. O identificador de uso, a que se refere o art. 4º desta Lei, destina-se a indicar se os recursos compõem contrapartida nacional de empréstimos ou de doações, ou destinam-se a outras aplicações, constando da lei orçamentária e de seus créditos adicionais pelos seguintes dígitos, que antecederão o código das fontes de recursos:

I - recursos não destinados à contrapartida - 0;

II - contrapartida de empréstimos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD - 1;

III - contrapartida de empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - 2; ou

IV - outras contrapartidas - 3.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

§ 1º Os identificadores de uso incluídos na lei orçamentária ou nas leis de abertura de créditos adicionais, observado o art. 26 desta Lei, poderão ser modificados exclusivamente pela Secretaria de Orçamento Federal, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, mediante publicação de portaria no Diário Oficial da União, com a devida justificativa, para atender às necessidades de execução.

§ 2º Observado o disposto no art. 26 desta Lei, a modificação a que se refere o § 1º poderá ocorrer, também, quando da abertura de créditos suplementares autorizados na lei orçamentária.

Art. 14. Para fins da apuração do resultado primário previsto no art. 18 desta lei, o projeto de lei orçamentária conterá código identificador de resultado primário em todas as categorias de programação da despesa e em todas as fontes de recursos, que identificará se a despesa é de natureza financeira ou primária, de acordo com a metodologia de cálculo das necessidades de financiamento, cujo demonstrativo constará em anexo à lei orçamentária, nos termos do § 1º do art. 8º.

Art. 15. As fontes de recursos que corresponderem às receitas provenientes de concessão, permissão e ressarcimento pela fiscalização de bens e serviços públicos constarão na lei orçamentária com código próprio que as identifiquem conforme a origem da receita, discriminando-se durante a execução, no mínimo, aquelas decorrentes do ressarcimento pela fiscalização de bens e serviços públicos e concessão ou permissão nas áreas de telecomunicações, transportes, petróleo e eletricidade.

Art. 16. Os fundos de incentivos fiscais não integrarão a lei orçamentária, figurando exclusivamente no projeto de lei, em conformidade com o disposto no art. 165, § 6º, da Constituição.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 17. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária de 2002 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Parágrafo único. Serão divulgados na Internet, ao menos:

I - pelo Poder Executivo:

- a) as estimativas das receitas de que trata o art. 12, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 2000;
- b) a proposta de lei orçamentária, inclusive em versão simplificada, seus anexos, a programação constante do detalhamento das ações e as informações complementares; e
- c) a lei orçamentária anual; e
- d) a execução orçamentária com o detalhamento das ações por Unidade da Federação;



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

II - pelo Congresso Nacional, o Parecer Preliminar, os relatórios setoriais e final e o Parecer da Comissão, com seus anexos.

Art. 18. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária de 2002 deverão levar em conta a obtenção de superávit primário conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais, nos orçamentos fiscal e da seguridade social, e de R\$ 5.281.749.000,00 (cinco bilhões, duzentos e oitenta e um milhões, setecentos e quarenta e nove mil reais) no programa de que trata o inciso VI do § 2º do art. 8º desta Lei.

§ 1º Na elaboração, aprovação e execução dos orçamentos mencionados no *caput* deste artigo, poderá haver compensação entre as metas estabelecidas para os orçamentos fiscal e da seguridade e para o programa de que trata o inciso VI do § 2º do art. 8º desta Lei.

§ 2º Sem prejuízo do disposto no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, o Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, no prazo de trinta dias após o encerramento de cada quadrimestre, e quinze dias após o fechamento do SIAFI, no encerramento do exercício, relatórios de avaliação do cumprimento da meta de superávit primários dos orçamentos fiscal e da seguridade social e, no prazo de sessenta dias, da meta para o programa de que trata o inciso VI do § 2º do art. 8º desta Lei, bem assim das justificações de eventuais desvios, com indicação das medidas corretivas.

Art. 19. O projeto de lei orçamentária poderá incluir programação condicionada, constante de propostas de alterações do Plano Plurianual 2000-2003, que tenham sido objeto de projetos de lei específicos.

Art. 20. Os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público da União terão como limites de outras despesas correntes e de capital em 2002, para efeito de elaboração de suas respectivas propostas orçamentárias, o conjunto das dotações fixadas na lei orçamentária de 2001, com as alterações decorrentes dos créditos adicionais aprovados até 30 de junho de 2001.

§ 1º No cálculo dos limites a que se refere o *caput* deste artigo, serão excluídas as dotações destinadas ao pagamento de precatórios e construção ou aquisição de imóveis.

§ 2º Aos limites estabelecidos de acordo com o *caput* deste artigo e o parágrafo anterior, serão acrescidas as despesas da mesma espécie das mencionadas no referido parágrafo e pertinentes ao exercício de 2002, as de manutenção de novas instalações em imóveis adquiridos ou concluídos nos exercícios de 2001 e 2002 e as destinadas à realização do processo eleitoral de 2002.

§ 3º A compensação de que trata o art. 17, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, quando da criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, no âmbito dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem de expansão do art. 4º, § 2º, V, da mesma Lei Complementar, desde que observado:

I - o limite das respectivas dotações constantes da lei orçamentária e seus créditos adicionais;

II - os limites transitório, prudencial e permanente constantes da citada Lei Complementar;

e

III - os Anexos previstos nos arts. 2º, § 2º, e 59 desta Lei.

§ 4º A aplicação do limite de que trata o art. 72 da Lei Complementar nº 101, de 2000, para fins das despesas necessárias à realização do processo eleitoral do ano de 2002, tomará como base o



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

montante verificado no exercício de 2000, desde que constante de programação específica.

Art. 21. A alocação dos créditos orçamentários será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela execução das ações correspondentes, ficando proibida a consignação de recursos a título de transferência para unidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social.

Parágrafo único. A vedação contida no art. 167, inciso VI, da Constituição, não impede a descentralização de créditos orçamentários, para execução de ações de responsabilidade da unidade descentralizadora.

Art. 22. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 23. O Poder Judiciário, sem prejuízo do envio das relações de dados cadastrais dos precatórios aos órgãos ou entidades devedores, encaminhará à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, à Secretaria de Orçamento Federal, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e aos órgãos e entidades devedores, até 15 de julho de 2001 ou dez dias úteis após a publicação desta Lei, prevalecendo o que ocorrer por último, inclusive em meio eletrônico, na forma de banco de dados, por intermédio dos seus respectivos órgãos centrais de planejamento e orçamento, ou equivalentes, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária de 2002, conforme determina o art. 100, § 1º, da Constituição, discriminada por órgão da administração direta, autarquias e fundações, e por grupo de despesas, conforme detalhamento constante do art. 4º desta Lei, especificando:

- I - número da ação originária;
- II - data do ajuizamento da ação originária quando ingressada após 31 de dezembro de 1999;
- III - número do precatório;
- IV - tipo de causa julgada;
- V - data da autuação do precatório;
- VI - nome do beneficiário;
- VII - valor do precatório a ser pago; e
- VIII - data do trânsito em julgado.

§ 1º Os órgãos e entidades devedores, referidos no *caput* deste artigo, comunicarão à Secretaria de Orçamento Federal, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no prazo máximo de cinco dias contado do recebimento da relação dos débitos, eventuais divergências verificadas entre a relação e os processos que originaram os precatórios recebidos.

§ 2º A relação dos débitos, de que trata o *caput* deste artigo, somente incluirá precatórios cujos processos contenham certidão de trânsito em julgado da decisão exequenda e atendam a pelo menos uma das seguintes condições:

- I - certidão de trânsito em julgado dos embargos à execução; e
- II - certidão de que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos respectivos cálculos.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

§ 3º Além das informações contidas nas alíneas do *caput* deste artigo, para os precatórios sujeitos ao parcelamento previsto no art. 78 do ADCT, o Poder Judiciário encaminhará à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, à Secretaria de Orçamento Federal, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e aos órgãos e entidades devedores, no caso de ações plurimas, os valores individualizados, por nome do autor/beneficiário do crédito ou sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas (CPF) ou Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda, particularizando, se disponível a informação nos autos, as sentenças judiciais originárias de desapropriação de imóvel residencial do credor, desde que comprovadamente único à época da imissão na posse.

§ 4º A inclusão de recursos na lei orçamentária de 2002, para o pagamento de precatórios, tendo em vista o disposto no art. 78 do ADCT, será realizada de acordo com os seguintes critérios:

I - nos precatórios não-alimentícios, os créditos individualizados, cujo valor for superior à R\$ 5.181,00 (cinco mil, cento e oitenta e um reais), ou outro que vier a ser definido em lei, serão objeto de parcelamento em até dez parcelas iguais, anuais e sucessivas, estabelecendo-se que o valor de cada parcela não poderá ser inferior ao valor de R\$ 5.181,00 (cinco mil, cento e oitenta e um reais) ou outro que vier a ser definido em lei, excetuando o resíduo, se houver;

II - os precatórios originários de desapropriação de imóvel residencial do credor, desde que comprovadamente único à época da imissão na posse, cujos valores ultrapassem o limite disposto no inciso anterior, serão divididos em duas parcelas, iguais e sucessivas, observado o § 3º deste artigo;

III - parcela a ser paga em 2002, decorrente do valor parcelado dos precatórios nos exercícios de 2000 e 2001; e

IV - os juros legais, à taxa de seis por cento ao ano, serão acrescidos aos precatórios objeto de parcelamento, a partir da 2ª parcela.

§ 5º Para cumprimento do disposto no inciso III do parágrafo anterior, as entidades da Administração indireta deverão enviar à Secretaria referida no § 1º deste artigo, no prazo estabelecido no § 1º deste artigo, a relação dos precatórios parcelados nos exercícios de 2000 e 2001, especificando número do precatório, nome do beneficiário e o valor a ser pago no exercício de 2002.

§ 6º A atualização monetária dos precatórios, determinada no § 1º do art. 100 da Constituição e das parcelas resultantes da aplicação do art. 78 do ADCT, observará, no exercício de 2002, a variação do Índice de Preços ao Consumidor - Série Especial (IPCA-E), divulgado pelo IBGE.

§ 7º Para fins de identificação do beneficiário, poderá ser considerado o primeiro autor de cada processo, exceto nas ações de que trata o § 3º deste artigo;

§ 8º As requisições dos créditos de pequeno valor, de qualquer natureza, nos termos do § 3º do art. 100 da Constituição, como previsto no art. 7º, XI, serão feitas pelo juiz da execução diretamente ao Tribunal competente, que, para a efetivação do pagamento, organizará as requisições em ordem cronológica contendo os valores discriminados por beneficiário e natureza alimentícia e não alimentícia.

Art 24. Além da observância das prioridades e metas fixadas nos termos do art. 2º desta Lei, a lei orçamentária e seus créditos adicionais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101, de 2000, somente incluirão projetos ou subtítulos de projetos novos se:



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

I - tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos e respectivos subtítulos em andamento; e

II - os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa, considerando-se as contrapartidas de que trata o inciso III do *caput* do art. 34 desta Lei.

§ 1º Para fins de aplicação do disposto neste artigo, não serão considerados projetos com títulos genéricos que tenham constado de leis orçamentárias anteriores.

§ 2º Serão entendidos como projetos ou subtítulos de projetos em andamento aqueles cuja execução financeira, até 30 de junho de 2001, ultrapassar vinte por cento do seu custo total estimado, conforme indicado no demonstrativo previsto no inciso XVII do Anexo da Relação das Informações Complementares ao Projeto de Lei Orçamentária de 2002, desta Lei.

Art. 25. Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas com:

I - início de construção, ampliação, reforma voluptuária ou útil, aquisição, novas locações ou arrendamentos de imóveis residenciais;

II - aquisição de mobiliário e equipamento para unidades residenciais de representação funcional;

III - aquisições de automóveis de representação, ressalvadas aquelas referentes a automóveis de uso:

a) do Presidente, Vice-Presidente e ex-Presidentes da República;

b) dos Presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e dos Membros das Mesas Diretoras da Câmara dos Deputados e do Senado Federal;

c) Presidentes dos Tribunais Superiores;

d) dos Ministros de Estado e do Supremo Tribunal Federal;

e) do Procurador-Geral da República; e

f) dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica;

IV - celebração, renovação e prorrogação de contratos de locação e arrendamento de quaisquer veículos para representação pessoal;

V - ações de caráter sigiloso, salvo quando realizadas por órgãos ou entidades cuja legislação que as criou estabeleça, entre suas competências, o desenvolvimento de atividades relativas à segurança da sociedade e do Estado e que tenham como precondition o sigilo, constando os valores correspondentes de categorias de programação específicas;

VI - ações que não sejam de competência exclusiva da União, comum à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou com ações em que a Constituição não estabeleça a obrigação da União em cooperar técnica e financeiramente, ressalvadas aquelas relativas ao processo de descentralização dos sistemas de transporte ferroviário de passageiros urbanos e suburbanos, até o limite dos recursos aprovados pelo Conselho Diretor do Processo de Transferência dos respectivos sistemas;

VII - clubes e associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres, excetuadas creches e escolas para o atendimento pré-escolar;

VIII - pagamento, a qualquer título, a servidor da administração pública ou empregado de



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços de consultoria ou assistência técnica, inclusive custeados com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais; e

IX - compra de títulos públicos por parte de órgãos da administração indireta federal, exceto para atividades legalmente atribuídas ao órgão.

§ 1º Desde que as despesas sejam especificamente identificadas na lei orçamentária, excluem-se da vedação prevista:

I - nos incisos I e II do *caput* deste artigo, as destinações para:

- a) unidades equipadas, essenciais à ação das organizações militares;
- b) unidades necessárias à instalação de novas representações diplomáticas no exterior;
- c) representações diplomáticas no exterior;

d) residências funcionais dos Ministros de Estado e dos membros do Poder Legislativo em Brasília; e

e) as despesas dessa natureza, que sejam relativas às sedes oficiais das representações diplomáticas no exterior e que sejam cobertas com recursos provenientes da renda consular;

II - no inciso III do *caput* deste artigo, as aquisições com recursos oriundos da renda consular para atender às representações diplomáticas no exterior;

III - no inciso VI do *caput* deste artigo, as despesas para atender à assistência técnica aos Tribunais de Contas estaduais, com vistas ao cumprimento das atribuições estipuladas na Lei Complementar nº 101, de 2000, e para ações de segurança pública nos termos do *caput* do art. 144 da Constituição.

§ 2º Os serviços de consultoria somente serão contratados para execução de atividades que comprovadamente não possam ser desempenhadas por servidores ou empregados da Administração Federal, publicando-se no Diário Oficial da União, além do extrato do contrato, a justificativa e a autorização da contratação, no qual constará, necessariamente, quantitativo médio de consultores, custo total dos serviços, especificação dos serviços e prazo de conclusão.

Art. 26. Os recursos para compor a contrapartida nacional de empréstimos internos e externos e para o pagamento de sinal, amortização, juros e outros encargos, observados os cronogramas financeiros das respectivas operações, não poderão ter destinação diversa das referidas finalidades, exceto se comprovado documentadamente erro na alocação desses recursos.

Art. 27. Somente poderão ser incluídas no projeto de lei orçamentária dotações relativas às operações de crédito contratadas ou cujas cartas-consultas tenham sido autorizadas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, até 30 de junho de 2001.

Parágrafo único. Excetua-se do disposto neste artigo a emissão de títulos da dívida pública federal.

Art. 28. Sem prejuízo do disposto na Lei nº 8.020, de 12 de abril de 1990, somente poderão ser destinados recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, inclusive de receitas diretamente arrecadadas dos órgãos e entidades da administração pública federal, para entidade de previdência fechada ou congêneres legalmente constituída e em funcionamento até 10 de julho de 1989, desde que:



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

I - não aumente a participação relativa da patrocinadora, em relação à contribuição dos seus participantes, verificada no exercício de 1989; e

II - os recursos de cada patrocinadora, destinados a esta finalidade, não sejam superiores àqueles verificados no balanço de 1989, atualizados pelo IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas.

Art. 29. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas, aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

I - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação, e estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS;

II - sejam vinculadas a organismos internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;

III - atendam ao disposto no art. 204 da Constituição, no art. 61 do ADCT, bem como na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; ou

IV - sejam vinculadas a missão diplomática ou repartição consular brasileira no exterior e tenham por objetivo a divulgação da cultura brasileira e do idioma português falado no Brasil.

§ 1º Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos cinco anos, emitida no exercício de 2002 por três autoridades locais e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º É vedada, ainda, a inclusão de dotação global a título de subvenções sociais.

Art. 30. É vedada a inclusão de dotações, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de "auxílios" para entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos e desde que sejam:

I - de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino especial, ou representativas da comunidade escolar das escolas públicas estaduais e municipais do ensino fundamental ou, ainda, unidades mantidas pela Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - CNEC;

II - cadastradas junto ao Ministério do Meio Ambiente, para recebimento de recursos oriundos de programas ambientais, doados por organismos internacionais ou agências governamentais estrangeiras;

III - voltadas para as ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, prestadas pelas Santas Casas de Misericórdia e outras entidades sem fins lucrativos, e que estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS;

IV - signatárias de contrato de gestão com a administração pública federal, não qualificadas como organizações sociais nos termos da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998;

V - consórcios intermunicipais de saúde, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública federal, e que participem da execução de programas nacionais de saúde; ou

VI - qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, de acordo com a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999.

Parágrafo único. Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

inclusão de dotações na lei orçamentária e sua execução, dependerão, ainda, de:

I - publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de auxílios, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;

II - destinação dos recursos exclusivamente para a ampliação, aquisição de equipamentos e sua instalação e de material permanente, exceto no caso do inciso IV do *caput* deste artigo; e

III - identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

Art. 31. A execução das ações de que tratam os arts. 29 e 30 fica condicionada à autorização específica exigida pelo *caput* do art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Parágrafo único. A destinação de recursos para entidades privadas, a título de "contribuições", nos termos do art. 12, §§ 2º e 6º, da Lei nº 4.320, de 1964, fica condicionada à autorização específica de que trata o *caput* deste artigo.

Art. 32. A reserva de contingência será constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal e será equivalente a, no mínimo, dois por cento da receita corrente líquida na proposta orçamentária, e a um por cento na lei, sendo considerada como despesa primária ao menos metade do montante da reserva constante da proposta, para efeito de apuração do resultado fiscal.

Parágrafo único. Não será considerada, para os efeitos do *caput*, a reserva à conta de receitas vinculadas e diretamente arrecadadas dos fundos e das entidades da administração indireta.

Art. 33. Os investimentos programados no orçamento fiscal para construção e pavimentação de rodovias não poderão exceder a vinte por cento do total destinado a rodovias federais.

Parágrafo único. Não se incluem no limite fixado no *caput* deste artigo os investimentos em rodovias para eliminação de pontos críticos e adequação de capacidade das vias.

Art. 34. As transferências voluntárias de recursos da União, consignadas na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, para Estados, Distrito Federal ou Municípios, a título de cooperação, auxílios ou assistência financeira, dependerão da comprovação, por parte da unidade beneficiada, no ato da assinatura do instrumento original, de que:

I - instituiu, regulamentou e arrecada todos os tributos previstos nos arts. 155 e 156 da Constituição, ressalvado o imposto previsto no art. 156, inciso III, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, 17 de março de 1993, quando comprovada a ausência do fato gerador;

II - atende ao disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 2000; e

III - existe previsão de contrapartida, que será estabelecida de modo compatível com a capacidade financeira da respectiva unidade beneficiada, tendo como limite mínimo e máximo:

a) no caso dos Municípios:

1. três e oito por cento, para Municípios com até 25.000 habitantes;

2. cinco e dez por cento, para os demais Municípios localizados nas áreas da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, da Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA e no Centro-Oeste;

3. vinte e quarenta por cento, para os demais; e

b) no caso dos Estados e do Distrito Federal:



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

1. dez e vinte por cento, se localizados nas áreas da ADENE e da ADA e no Centro-Oeste;
e

2. vinte e quarenta por cento, para os demais.

§ 1º Os limites mínimos de contrapartida fixados no inciso III do *caput* deste artigo, poderão ser reduzidos quando os recursos transferidos pela União:

I - forem oriundos de doações de organismos internacionais ou de governos estrangeiros e de programas de conversão da dívida externa doada para fins ambientais, sociais, culturais e de segurança pública;

II - destinarem-se a Municípios que se encontrem em situação de calamidade pública formalmente reconhecida, durante o período que esta subsistir;

III - beneficiarem os Municípios, incluídos nos bolsões de pobreza identificados como áreas prioritárias no "Comunidade Solidária", no Programa "Comunidade Ativa" no "Projeto Alvorada" e na Lei Complementar nº 94, de 1998; ou

IV - destinarem-se ao atendimento dos programas de educação fundamental.

§ 2º Caberá ao órgão transferidor:

I - verificar a implementação das condições previstas neste artigo, bem como observar o disposto no *caput* do art. 35 da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, exigindo, ainda, do Estado, Distrito Federal ou Município, que ateste o cumprimento dessas disposições, inclusive por intermédio dos balanços contábeis de 2001 e dos exercícios anteriores, da lei orçamentária para 2002 e correspondentes documentos comprobatórios; e

II - acompanhar a execução das atividades, projetos ou operações especiais, e respectivos subtítulos, desenvolvidos com os recursos transferidos.

§ 3º A verificação das condições previstas nos incisos do *caput* deste artigo se dará unicamente no ato da assinatura do convênio, sendo que os documentos comprobatórios exigidos pelos órgãos transferidores terão validade de, no mínimo, cento e oitenta dias a contar de sua apresentação.

§ 4º Nenhuma liberação de recursos transferidos nos termos deste artigo poderá ser efetuada sem o prévio registro no Subsistema de Convênio do SIAFI.

§ 5º Não se consideram como transferências voluntárias para fins do disposto neste artigo as descentralizações de recursos a Estados, Distrito Federal e Municípios que se destinem à realização de ações cuja competência seja exclusiva da União, ou tenham sido delegadas com ônus aos referidos entes da Federação.

§ 6º Os órgãos responsáveis pelas transferências de que trata este artigo deverão disponibilizar na Internet informações contendo, no mínimo, data da assinatura dos convênios, nome do conveniente, objeto, valor liberado e classificação funcional, programática e econômica do respectivo crédito, em conformidade com o disposto na Lei nº 9.755, de 16 de dezembro de 1998.

§ 7º Para efeito do § 3º do art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 2000, não serão suspensas as transferências voluntárias relativas a ações de educação, saúde e assistência social quando Estados, Distrito Federal ou Municípios incidirem nas hipóteses previstas nos art. 11, parágrafo único; art. 23, § 3º, I, art. 31, § 2º, art. 33, § 3º, art. 51, § 2º, art. 52, § 2º e art. 55, § 3º, da Lei complementar nº 101, de 2000.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

§ 8º Ficam dispensadas das exigências previstas nos §§ 2º, 3º e 4º deste artigo as transferências relativas aos programas “Dinheiro Direto na Escola”, “Alimentação Escolar” e “Apoio a Estados e Municípios para a Educação Fundamental de Jovens e Adultos”, todos sob a responsabilidade do Ministério da Educação.

§ 9º A execução orçamentária e financeira no exercício de 2002 das ações relativas à programação de trabalho a serem executadas na forma prevista neste artigo e cujos créditos orçamentários não identifiquem nominalmente a localidade beneficiada, inclusive aquelas destinadas genericamente a estado da Federação, fica condicionada à prévia publicação, em órgão oficial de imprensa, dos critérios de distribuição, e respectivas alterações.

Art. 35. Os empréstimos, financiamentos e refinanciamentos, com recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, observarão as seguintes condições, ou, se for o caso, aquelas definidas em lei específica de que trata o art. 27, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101, de 2000:

I - na hipótese de operações com custo de captação identificado, os encargos financeiros não poderão ser inferiores ao referido custo; e

II - na hipótese de operações com custo de captação não identificado, os encargos financeiros não poderão ser inferiores à Taxa Referencial *pro-rata tempore*.

§ 1º Serão de responsabilidade do mutuário, além dos encargos financeiros previstos nos incisos anteriores, eventuais comissões, taxas e outras despesas congêneres cobradas pelo agente financeiro.

§ 2º Nos orçamentos fiscal e da seguridade social, as categorias de programação correspondentes a empréstimos, financiamentos e refinanciamentos indicarão a lei que definiu encargo inferior ao custo de captação.

§ 3º Acompanhará o projeto e a lei orçamentária demonstrativo do montante do subsídio decorrente de operações e prorrogações realizadas no exercício com recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, desdobrando-o, se for o caso, pelos exercícios durante os quais transcorrer a operação.

Art. 36. As prorrogações e composições de dívidas decorrentes de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos concedidos com recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social somente poderão ocorrer se vierem a ser expressamente autorizadas por lei específica.

Art. 37. A destinação de recursos para equalização de encargos financeiros ou de preços, pagamento de bonificações a produtores e vendedores e ajuda financeira, a qualquer título, a empresa com fins lucrativos, observará o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Parágrafo único. Será mencionada na respectiva categoria de programação a legislação que autorizou o benefício.

Art. 38. A programação a cargo da unidade orçamentária Operações Oficiais de Crédito - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda conterà exclusivamente as dotações destinadas a atender a despesas com:

I - refinanciamento da dívida externa garantida pela União, reestruturada nos termos das Resoluções do Senado Federal vigentes, e da dívida interna adquirida e refinanciada ao amparo da Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993;

II - financiamento de programas de custeio e investimento agropecuário e de investimento agroindustrial;



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

III - financiamento para a comercialização de produtos agropecuários, inclusive os agroecológicos, nos termos previstos no art. 4º do Decreto-lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, financiamento de estoques previstos no art. 31 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, e, também, financiamento para aquisição de produtos agropecuários de que trata o art. 5º, § 5º, inciso IV, da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995;

IV - financiamento de exportações, desde que tais operações estejam abrangidas pelo Programa de Financiamento às Exportações - PROEX;

V - equalização de preços de comercialização de produtos agropecuários e equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, previstos em lei específica;

VI - financiamento no âmbito do Programa de Revitalização de Cooperativas Agropecuárias - RECOOP; e

VII - contratos já celebrados relativos:

a) ao Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados e dos Municípios; e

b) à redução da presença do setor público nas atividades bancária e financeira.

§ 1º As despesas de que trata este artigo serão financiadas com recursos provenientes de:

I - operações de crédito externas;

II - emissão de títulos públicos federais, destinados ao pagamento integral da equalização de taxas de juros dos financiamentos às exportações de bens e serviços nacionais e dos financiamentos à produção de bens destinados à exportação, nos termos do PROEX;

III - retorno de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos concedidos, a qualquer tempo, nas modalidades que, a partir de 1988, passaram a integrar as Operações Oficiais de Crédito - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, observando-se que:

a) o retorno do refinanciamento da dívida externa do setor público, reestruturada nos termos das resoluções do Senado Federal, será aplicado, exclusivamente, no resgate de amortizações, juros e outros encargos dos títulos do Tesouro Nacional emitidos para aquela finalidade; e

b) o retorno dos créditos refinanciados ao amparo da Lei nº 8.727, de 1993, destinar-se-á, exclusivamente, ao pagamento de amortizações, juros e outros encargos da dívida assumida pela União, nos termos da referida Lei;

IV - prêmio relativo à venda, pelo Governo Federal, de contratos de opção de venda de produtos agropecuários; e

V - emissão de títulos públicos federais, destinados ao pagamento integral da liquidação das operações contratadas no âmbito do RECOOP.

§ 2º Os financiamentos de programas de custeio e investimentos agropecuários serão destinados, exclusivamente, aos mini e pequenos produtores rurais e suas cooperativas e associações, ressalvados aqueles financiados por recursos externos.

§ 3º Poderão ser financiados também com recursos não previstos no § 1º deste artigo, obedecidos os limites e condições estabelecidos em lei:

I - os empréstimos e financiamentos decorrentes de programas de custeio e investimentos



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

agropecuários destinados aos mini e pequenos produtores rurais e suas cooperativas e associações e à formação de estoques reguladores e estratégicos, determinados pelo Conselho Monetário Nacional;

II - as despesas com equalização de preços na comercialização de produtos agropecuários e com equalizações de taxas de juros e outros encargos em operações de crédito rural; e

III - contratos já celebrados relativos:

a) ao Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados e dos Municípios;

b) à redução da presença do setor público nas atividades bancária e financeira.

Art. 39. As fontes de recursos as modalidades de aplicação aprovadas na lei orçamentária e em seus créditos adicionais poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução, se publicadas por meio de:

I - portaria do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, para as fontes ;

II - portaria do dirigente máximo de cada órgão a que estiver subordinada a unidade orçamentária, para as modalidades de aplicação, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito na modalidade prevista na lei orçamentária.

Art. 40. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na lei orçamentária anual.

§ 1º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e dos respectivos subtítulos e metas.

§ 2º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

§ 3º Os créditos adicionais destinados a despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade.

§ 4º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 5º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 8º, § 1º, inciso VI, desta Lei.

§ 6º Os projetos de lei de créditos adicionais terão como prazos improrrogáveis para encaminhamento ao Congresso Nacional, a data de 31 de outubro de 2002.

§ 7º Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto os recursos destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

§ 8º É vedada a suplementação das dotações das categorias de programação canceladas nos termos do parágrafo anterior, salvo a existência de legislação superveniente.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Art. 41. Os decretos de abertura de créditos suplementares autorizados na lei orçamentária serão submetidos pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão ao Presidente da República, acompanhados de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e dos respectivos subtítulos e metas.

Parágrafo único. Até cinco dias após a publicação dos decretos de que trata o *caput* deste artigo o Poder Executivo encaminhará à Comissão Mista Permanente prevista no art. 166, § 1º, da Constituição, cópia dos referidos decretos e exposições de motivos, inclusive em meio magnético, observado o disposto no § 5º do art. 40 desta lei.

Art. 42. No projeto e na lei orçamentária para o exercício de 2002 serão destinados os recursos necessários:

I - à complementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef, nos termos do art. 6º, §§ 1º e 2º, da Lei nº 9.424, de 1996;

II - ao atendimento do disposto no art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, na subfunção 607 – Irrigação.

III - ao atendimento do desenvolvimento das regiões administrativas integradas, nos termos do art. 43, da Constituição.

§ 1º A distribuição dos recursos de que trata o inciso II observará a proporcionalidade prevista, mantendo-se o mesmo critério durante a execução orçamentária.

§ 2º Na elaboração da proposta orçamentária, a Justiça do Distrito Federal e dos Territórios dará prioridade à implantação e descentralização dos Juizados Especiais.

Art. 43. A destinação de recursos para as ações de alimentação escolar obedecerá ao princípio da descentralização e a distribuição será proporcional ao número de alunos matriculados nas redes públicas de ensino localizadas em cada Município, no ano anterior.

Art. 44. Os recursos alocados na lei orçamentária, com as destinações previstas nos arts. 7º, incisos IX e XI, e 26 desta Lei, somente poderão ser cancelados para a abertura de créditos adicionais com outra finalidade mediante autorização específica do Congresso Nacional.

Seção II

Das Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social

Art. 45. O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, obedecerá ao disposto nos arts. 167, XI, 194, 195, 196, 199, 200, 201, 203, 204, e 212, § 4º, da Constituição, e contará, dentre outros, com recursos provenientes:

I - das contribuições sociais previstas na Constituição, exceto a de que trata o art. 212, § 5º, e as destinadas por lei às despesas do orçamento fiscal;

II - da contribuição para o plano de seguridade social do servidor, que será utilizada para despesas com encargos previdenciários da União;

III - do orçamento fiscal; e

IV - das demais receitas diretamente arrecadadas pelos órgãos, fundos e entidades que integram, exclusivamente, este orçamento.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

§ 1º A destinação de recursos para atender a despesas com ações e serviços públicos de saúde e de assistência social obedecerá ao princípio da descentralização.

§ 2º Os recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, incisos I, alínea "a", e II, no projeto e na lei orçamentária, não se sujeitarão a desvinculação e terão a destinação prevista no art. 167, inciso XI, da Constituição.

Art. 46. A proposta orçamentária incluirá os recursos necessários ao atendimento:

I - do reajuste dos benefícios da seguridade social de forma a possibilitar o atendimento do disposto no art. 7º, inciso IV, da Constituição; e

II - da aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde, em cumprimento ao disposto na Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000.

§ 1º Os recursos necessários ao atendimento do aumento real do salário-mínimo, caso as dotações da lei orçamentária sejam insuficientes, serão objeto de crédito suplementar a ser aberto no exercício 2002, observado o disposto no art. 17 e 24 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 2º Para efeito do inciso II do *caput*, consideram-se ações e serviços públicos de saúde, a totalidade da dotação do Ministério da Saúde, deduzidos os encargos previdenciários da União, os serviços da dívida e a parcela das despesas do Ministério financiada com recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Art. 47. Para a transferência de recursos do Sistema Único de Saúde - SUS, efetivada mediante convênios ou similares, será exigida contrapartida dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios de acordo com os limites estabelecidos no art. 34 desta Lei, ressalvado o disposto no inciso III, alínea "a", item 3, do referido artigo, cujo limite mínimo é de dez por cento.

Seção III

Das Diretrizes Específicas do Orçamento de Investimento

Art. 48. O orçamento de investimento, previsto no art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição, será apresentado, para cada empresa em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

§ 1º Para efeito de compatibilidade da programação orçamentária, a que se refere este artigo, com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, serão considerados investimentos as despesas com aquisição do ativo imobilizado, excetuadas as relativas à aquisição de bens para arrendamento mercantil.

§ 2º A despesa será discriminada nos termos do art. 4º desta Lei, segundo a classificação funcional, expressa por categoria de programação em seu menor nível, inclusive com as fontes previstas no parágrafo seguinte.

§ 3º O detalhamento das fontes de financiamento do investimento de cada entidade referida neste artigo será feito de forma a evidenciar os recursos:

I - gerados pela empresa;

II - decorrentes de participação acionária da União, diretamente ou por intermédio de empresa controladora;

III - oriundos de transferências da União, sob outras formas que não as compreendidas no inciso anterior;



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

IV - oriundos de empréstimos da empresa controladora;

V - oriundos da empresa controladora, não compreendidos naqueles referidos nos incisos II e IV deste parágrafo;

VI - decorrentes de participação acionária de outras entidades controladas, direta ou indiretamente, pela União;

VII - oriundos de operações de crédito externas;

VIII - oriundos de operações de crédito internas, exclusive as referidas no inciso IV deste parágrafo; e

IX - de outras origens.

§ 4º A programação dos investimentos à conta de recursos oriundos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, inclusive mediante participação acionária, observará o valor e a destinação constantes do orçamento original.

§ 5º As empresas cuja programação conste integralmente no orçamento fiscal ou no orçamento da seguridade social não integrarão o orçamento de investimento das estatais.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL

Art. 49. A atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada da União não poderá superar, no exercício de 2002, a variação do Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), da Fundação Getúlio Vargas.

Art. 50. As despesas com o refinanciamento da dívida pública federal serão incluídas, na lei orçamentária, em seus anexos e nas leis de créditos adicionais, separadamente das demais despesas com o serviço da dívida, constando o refinanciamento da dívida mobiliária em unidade orçamentária específica.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, entende-se por refinanciamento o pagamento do principal, acrescido da atualização monetária da dívida pública federal, realizado com receita proveniente da emissão de títulos.

Art. 51. A lei orçamentária não poderá incluir estimativa de receita decorrente da emissão de títulos da dívida pública federal superior à necessidade de atendimento das despesas com:

I - o refinanciamento, , os juros e outros encargos da dívida, interna e externa, de responsabilidade direta ou indireta do Tesouro Nacional ou que venha a ser de responsabilidade da União nos termos de Resolução do Senado Federal;

II - o aumento do capital de empresas e sociedades em que a União detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto e que não estejam incluídas no programa de desestatização, devendo os títulos conter cláusula de inalienabilidade até o seu vencimento;

III - a desapropriação de imóveis rurais, para fins de reforma agrária, nos termos do art. 184, § 4º, da Constituição, no caso dos Títulos da Dívida Agrária, e para assentamentos de trabalhadores rurais, com outras modalidades de títulos;

IV - a equalização de taxas de juros dos financiamentos às exportações de bens ou serviços



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

nacionais e dos financiamentos à produção de bens destinados à exportação, no âmbito do PROEX, devendo os títulos conter cláusulas de atualização cambial até o vencimento;

V - a aquisição de garantias complementares aceitas no exterior, necessárias à renegociação da dívida externa, de médio e longo prazos;

VI - a entrega de recursos a unidades federadas e seus Municípios, na forma e condições detalhadas no anexo da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, alterado pela Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000;

VII - contratos já celebrados no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados e dos Municípios, bem como aqueles relativos à redução da presença do setor público nas atividades bancária e financeira;

VIII - financiamentos no âmbito do RECOOP; IX - a cobertura de resultados negativos do Banco Central do Brasil, observado o art. 28 da Lei Complementar nº 101, de 2000; e

X - a participação do Tesouro Nacional no pagamento dos expurgos dos índices de correção do FGTS ocorridos nos Planos Verão e Collor I, em montante suficiente para atender às determinações legais que regulamentarem o assunto.

Art. 52. A receita decorrente da liberação das garantias prestadas pela União, na forma do disposto no Plano Brasileiro de Financiamento 1992, aprovadas pelas Resoluções do Senado Federal nºs 98, de 23 de dezembro de 1992, e 90, de 4 de novembro de 1993, será destinada, exclusivamente, à amortização, juros e outros encargos da dívida pública mobiliária federal, de responsabilidade do Tesouro Nacional.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DA UNIÃO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 53. O Poder Executivo, por intermédio do órgão central do Sistema de Pessoal Civil - SIPEC, publicará, até 31 de agosto de 2001, a tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral de pessoal civil, demonstrando os quantitativos de cargos ocupados por servidores estáveis e não-estáveis e de cargos vagos, comparando-os com os quantitativos do ano anterior.

§ 1º Os Poderes Legislativo e Judiciário, assim como o Ministério Público da União, observarão o cumprimento do disposto neste artigo, mediante atos próprios dos dirigentes máximos de cada órgão, destacando-se, inclusive, as entidades vinculadas da administração indireta.

§ 2º Os cargos transformados após 31 de agosto de 2001, em decorrência de processo de racionalização de planos de carreiras dos servidores públicos, serão incorporados à tabela referida neste artigo.

Art. 54. O relatório bimestral de execução orçamentária conterá em anexo a discriminação das despesas com pessoal e encargos sociais, de modo a evidenciar os quantitativos despendidos com vencimentos e vantagens fixas, despesas variáveis, encargos com pensionistas e inativos e encargos sociais para as seguintes categorias:

- I - pessoal civil da administração direta;
- II - pessoa militar;
- III - servidores das autarquias;



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

IV - servidores das fundações;

V - empregados de empresas que integrem os orçamentos fiscal e da seguridade social.

Art. 55. Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e o Ministério Público da União terão como limites na elaboração de suas propostas orçamentárias, para pessoal e encargos sociais, observado o art. 71 da Lei Complementar nº 101, de 2000, a despesa da folha de pagamento de abril de 2001, projetada para o exercício, considerando os eventuais acréscimos legais, inclusive revisão geral sem distinção de índices a serem concedidos aos servidores públicos federais, alterações de planos de carreira e admissões para preenchimento de cargos, em conformidade com o disposto no art. 59 desta Lei.

§ 1º Os recursos para a revisão geral de pessoal prevista no inciso X do art. 37 da Constituição e a excepcionalidade para as despesas com pessoal e encargos sociais, face à realização das eleições gerais no exercício de 2002 poderão, constar da lei orçamentária em categoria de programação específica.

§ 2º Aos limites estabelecidos de acordo com o *caput* deste artigo serão acrescidas, na Justiça Eleitoral, as despesas necessárias à realização do processo eleitoral do ano de 2002, em montante devidamente demonstrado com base em valores verificados nos últimos pleitos eleitorais.

Art. 56. No exercício de 2002, observado o disposto no art. 169 da Constituição, e no art. 59 desta Lei, somente poderão ser admitidos servidores se:

I - existirem cargos e empregos públicos vagos a preencher, demonstrados na tabela a que se refere o art. 53 desta Lei, considerados os cargos transformados, previstos no § 2º do mesmo artigo, bem como aqueles criados de acordo com o art. 59 desta Lei;

II - houver vacância, após 31 de agosto de 2001, dos cargos ocupados constantes da referida tabela;

III - houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa; e

IV - for observado o limite previsto no art. 55.

Art. 57. Os projetos de lei sobre transformação de cargos, a que se refere o § 2º do art. 53 desta Lei, bem como os relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais, no âmbito do Poder Executivo, deverão ser acompanhados de manifestações da Secretaria de Recursos Humanos e da Secretaria de Orçamento Federal, ambas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em suas respectivas áreas de competência.

Parágrafo único. Os órgãos próprios do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e do Ministério Público da União assumirão em seus âmbitos as atribuições necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 58. Aplicam-se aos militares das Forças Armadas, no que couber, as exigências estabelecidas neste Capítulo.

Art. 59. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição, atendido o inciso I do mesmo dispositivo, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, constantes de anexo específico da lei orçamentária, observado o disposto no art. 71 da Lei Complementar nº 101, de 2000.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Parágrafo único. Para fins de elaboração do anexo específico referido no *caput*, os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público da União informarão, e os órgãos setoriais do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal submeterão a relação das modificações de que trata o *caput* deste artigo ao órgão central do referido Sistema, junto com suas respectivas propostas orçamentárias, demonstrando sua compatibilidade com o disposto na Lei Complementar nº 101, de 2000, com o projeto de lei orçamentária.

Art. 60. No exercício de 2002, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver extrapolado noventa e cinco por cento dos limites referidos no art. 55 desta Lei, exceto no caso previsto no art. 57, § 6º, inciso II, da Constituição, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejem situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no *caput* deste artigo, é de exclusiva competência do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Art. 61. O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

Parágrafo único. Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do *caput*, os contratos de terceirização relativos a execução indireta de atividades que, simultaneamente:

I - sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade, na forma de regulamento;

II - não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinto, total ou parcialmente;

III - não caracterizem relação direta de emprego.

CAPÍTULO VI

DA POLÍTICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO

Art. 62. As agências financeiras oficiais de fomento, respeitadas suas especificidades, observarão as seguintes prioridades:

I - para a Caixa Econômica Federal, redução do déficit habitacional e melhoria nas condições de vida das populações mais carentes, via financiamentos a projetos de investimentos em saneamento básico e desenvolvimento da infra-estrutura urbana e rural;

II - para o Banco do Brasil S.A., aumento da oferta de alimentos para o mercado interno e da oferta de produtos agrícolas para exportação e intensificação das trocas internacionais do Brasil com seus parceiros comerciais;

III - para o Banco do Nordeste do Brasil S.A., Banco da Amazônia S.A., Banco do Brasil S.A. e Caixa Econômica Federal estímulo à criação de empregos e ampliação da oferta de produtos de consumo popular, mediante apoio à expansão e ao desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas;



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

IV - para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES:

- a) desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas direta e indiretamente, com recursos próprios ou repassados, como forma de ampliar a oferta de postos de trabalho e fortalecer sua capacidade de exportação;
- b) financiamento dos programas estratégicos do Plano Plurianual 2000-2003;
- c) reestruturação produtiva, com vistas a estimular a competitividade interna e externa das empresas nacionais;
- d) financiamento nas áreas de saúde, educação e infra-estrutura, incluindo o transporte urbano e os projetos do setor público, em complementação aos gastos de custeio;
- e) financiamento para investimentos na área de geração e transmissão de energia elétrica, bem como a programas relativos à eficiência no uso das fontes de energia; e
- f) financiamento para controle de erosão associado a programas municipais de melhoria de estradas rurais;

V - para a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP e o BNDES, promoção do desenvolvimento da infra-estrutura e da indústria, da agricultura e da agroindústria, com ênfase no fomento à capacitação científica e tecnológica, à melhoria da competitividade da economia, à estruturação de unidades e sistemas produtivos orientados para o fortalecimento do Mercosul e à geração de empregos; e

VI - para o Banco da Amazônia S.A., Banco do Nordeste do Brasil S.A. e Banco do Brasil S.A., redução das desigualdades sociais nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País, mediante apoio a projetos voltados para o melhor aproveitamento das oportunidades de desenvolvimento econômico-social e maior eficiência dos instrumentos gerenciais dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte - FNO, do Nordeste - FNE e do Centro-Oeste - FCO.

§ 1º Os encargos dos empréstimos e financiamentos concedidos pelas agências não poderão ser inferiores aos respectivos custos de captação e de administração, ressalvado o previsto na Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989.

§ 2º É vedada a concessão ou renovação de quaisquer empréstimos ou financiamentos pelas agências financeiras oficiais de fomento a:

I - empresas e entidades do setor privado ou público, inclusive aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como às suas entidades da administração indireta, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital com direito a voto, que estejam inadimplentes com a União, seus órgãos e entidades das administrações direta e indireta e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

II - empresas, com a finalidade de financiar a aquisição de ativos públicos incluídos no Plano Nacional de Desestatização.

§ 3º Em casos excepcionais, devidamente justificados, o BNDES poderá, no processo de privatização, financiar o comprador, desde que para promover a isonomia entre as entidades participantes.

§ 4º Integrará o relatório de que trata o § 3º do art. 165, da Constituição, demonstrativo dos empréstimos e financiamentos concedidos pelas agências oficiais de fomento, por região e setor de



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

atividade, bem como o demonstrativo da origem dos recursos aplicados.

§ 5º O Poder Executivo demonstrará, em audiência pública perante a Comissão de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, em abril e setembro, a aderência das aplicações dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento de que trata este artigo à política estipulada nesta Lei.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 63. O projeto de lei ou medida provisória que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovada ou editada se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 1º Aplicam-se à lei ou medida provisória que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira as mesmas exigências referidas no *caput*, podendo a compensação, alternativamente, dar-se mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. § 2º O Poder Executivo oferecerá, quando solicitado por deliberação do Plenário de órgão colegiado do Poder Legislativo, no prazo máximo de noventa dias, a estimativa de renúncia de receita ou subsídios técnicos para realizá-la.

Art. 64. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de proposta de emenda constitucional, de projeto de lei ou de medida provisória que esteja em tramitação no Congresso Nacional.

§ 1º Se estimada a receita, na forma deste artigo, no projeto de lei orçamentária:

I - serão identificadas as proposições de alterações na legislação e especificada a receita adicional esperada, em decorrência de cada uma das propostas e seus dispositivos; e

II - será apresentada programação especial de despesas condicionadas à aprovação das respectivas alterações na legislação.

§ 2º Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, até 30 de junho de 2002, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, as dotações à conta dos referidos recursos serão canceladas, mediante decreto, até 31 de julho de 2002, observados os critérios a seguir relacionados, para aplicação sequencial obrigatória e cancelamento linear, até ser completado o valor necessário para cada fonte de receita:

I - de até cem por cento das dotações relativas aos novos subtítulos de projetos;

II - de até sessenta por cento das dotações relativas aos subtítulos de projetos em andamento;

III - de até vinte e cinco por cento das dotações relativas às ações de manutenção;

IV - dos restantes quarenta por cento das dotações relativas aos subtítulos de projetos em andamento; e

V - dos restantes setenta e cinco por cento das dotações relativas às ações de manutenção.

§ 3º O Poder Executivo procederá, mediante decreto, a ser publicado no prazo de até trinta dias após a publicação da lei orçamentária ou da publicação das alterações de que trata este artigo, à troca das fontes de recursos condicionadas constantes da lei orçamentária sancionada, pelas respectivas fontes definitivas.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

§ 4º Aplica-se o disposto neste artigo às propostas de alteração na vinculação das receitas.

§ 5º Não serão considerados no projeto os efeitos de propostas de alteração legislativa cujos recursos se destinem ao custeio de despesas com pessoal e seus encargos.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 65. Até trinta dias após a publicação da lei orçamentária anual, as unidades orçamentárias, inclusive as do Poder Judiciário, discriminarão no SIAFI a relação dos precatórios incluídos em suas respectivas dotações orçamentárias, especificando a ordem cronológica dos pagamentos e os respectivos valores a serem pagos.

Art. 66. Os custos unitários de obras executadas com recursos dos orçamentos da União, relativas à construção de prédios públicos, saneamento básico, pavimentação e habitação popular, não poderão ser superiores ao valor do Custo Unitário Básico – CUB – por m², divulgado pelo Sindicato da Indústria da Construção, por Unidade da Federação, acrescido de até trinta por cento para cobrir custos não previstos no CUB.

Parágrafo único. Somente em condições especiais, devidamente justificadas, poderão os respectivos custos ultrapassar os limites fixados no *caput* deste artigo, sem prejuízo da avaliação dos órgãos de controle interno e externo.

Art. 67. Caso seja necessária a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir a meta de resultado primário prevista no art. 18 desta Lei, conforme determinado pelo art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, será fixado, separadamente, percentual de limitação para o conjunto de “projetos”, “atividades” e “operações especiais”, calculado de forma proporcional à participação dos Poderes e do Ministério Público da União no total das dotações iniciais constantes da lei orçamentária de 2002, em cada um dos citados conjuntos, excluídas:

I - as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução, conforme anexo previsto no art. 2º, § 2º, desta lei;

II - as dotações constantes da proposta orçamentária, desde que a nova estimativa de receita, demonstrada no relatório de que trata o § 3º deste artigo, seja igual ou superior àquela estimada na proposta orçamentária, destinadas às:

a) despesas com ações vinculadas às funções saúde, educação e assistência social, não incluídas no inciso I; e

b) “atividades” dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União.

§ 1º Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo informará aos demais Poderes e ao Ministério Público da União, até o vigésimo terceiro dia do mês subsequente ao final do bimestre, acompanhado dos parâmetros adotados e das estimativas de receitas e despesas, o montante que caberá a cada um na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§ 2º Os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público da União, com base na informação de que trata o § 1º, publicarão ato, até o final do mês subsequente ao encerramento do respectivo bimestre, estabelecendo os montantes disponíveis para empenho e movimentação financeira em cada um dos conjuntos de despesas mencionados no *caput* deste artigo.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

§ 3º O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, no mesmo prazo previsto no § 1º deste artigo, relatório que será apreciado pela Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, contendo:

I - a memória de cálculo das novas estimativas de receitas e despesas, e demonstrando a necessidade da limitação de empenho e movimentação financeira nos percentuais e montantes estabelecidos;

II - a revisão das projeções das variáveis de que trata o anexo de Metas Fiscais desta Lei;

III - a justificação das alterações de despesas obrigatórias e as providências quanto à alteração da respectiva dotação orçamentária;

IV - os cálculos da frustração das receitas não financeiras, que terão por base demonstrativos atualizados de que trata o item VII, "h" e "i", do anexo de informações complementares, e demonstrativos equivalentes, no caso das demais receitas, justificando os desvios em relação à sazonalidade originalmente prevista;

V - a estimativa atualizada do superávit primário das empresas estatais, acompanhada da memória dos cálculos para as empresas que responderem pela variação.

Art. 68. Todas as receitas realizadas pelos órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, inclusive as diretamente arrecadadas, serão devidamente classificadas e contabilizadas no SIAFI no mês em que ocorrer o respectivo ingresso.

Art. 69. Todos os atos e fatos relativos a pagamento ou transferência de recursos financeiros para outra esfera de governo ou entidade privada, registrados no SIAFI, conterão obrigatoriamente referência ao programa de trabalho correspondente ao respectivo crédito orçamentário no detalhamento existente na lei orçamentária.

Art. 70. Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000:

I - as especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição; e

II - entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 71. Para efeito do disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 101, de 2000:

I - considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere;

II - no caso de despesas relativas a prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da administração pública, considera-se como compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 72. Os Poderes deverão elaborar e publicar até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2002, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 2000, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

§ 1º No caso do Poder Executivo, o ato referido no *caput* e os que o modificarem conterão:

I - metas quadrimestrais para o resultado primário dos orçamentos fiscal e da seguridade social;



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

II - metas bimestrais de realização de receitas, em atendimento ao disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101 de 2000, desagregado pelos principais tributos federais:

a) as receitas financeiras, excluídas as emissões para o refinanciamento da dívida pública, e primárias, identificadas segundo a metodologia de cálculo das necessidades de financiamento;

b) dentre as primárias, aquelas administradas pela Secretaria da Receita Federal, as do Instituto Nacional de Seguro Social, as outras receitas do Tesouro Nacional e as próprias de entidades da administração indireta, bem como, identificando separadamente, quando cabível, as resultantes de medidas de combate à evasão e à sonegação fiscal, da cobrança da dívida ativa e da cobrança administrativa, de que trata o art. 13 da Lei Complementar nº 101, de 2000;

III - cronograma de desembolso mensal à conta de recursos do Tesouro e de outras fontes, excluído o refinanciamento da dívida pública federal, incluindo os restos a pagar;

IV - limites bimestrais, por órgão do Poder Executivo, para a execução de despesas não financeiras à conta de recursos do Tesouro e de outras fontes;

V - demonstrativo de que a programação atende às metas quadrimestrais e à meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

§ 2º Excetuadas as despesas com pessoal e encargos sociais, os cronogramas anuais de desembolso mensal dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União terão como referencial o repasse previsto no art. 168 da Constituição, na forma de duodécimos.

Art. 73. Para efeito de emissão e fiscalização dos Relatórios de Gestão Fiscal previstos no art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 2000:

I - o Poder Executivo publicará, até vinte dias do encerramento do quadrimestre, a metodologia e a memória de cálculo da evolução da receita corrente líquida;

II - Nos termos do art. 5º, inciso I da Lei nº 10.028, de 2000, os Poderes e órgãos enviarão os referidos relatórios ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas da União;

III - O Tribunal de Contas da União remeterá à Comissão Mista permanente prevista no § 1º do art. 166, da Constituição, no prazo de 45 dias do recebimento, análise e avaliação dos relatórios mencionados no *caput*.

Parágrafo único. Fica facultada à Justiça Federal a elaboração e a publicação do relatório de que trata o *caput* deste artigo em nível de órgão orçamentário, nos termos do parágrafo único do art. 4º desta Lei.

Art. 74. À exceção do pagamento de eventuais reajustes gerais concedidos aos servidores públicos federais, despesas decorrentes de convocação extraordinária do Congresso Nacional, ou de vantagens autorizadas por atos previstos no art. 59 da Constituição a partir de 1º de julho de 2001, a execução de despesas não previstas nos limites estabelecidos na forma do art. 55 desta Lei somente poderá ocorrer após a abertura de créditos adicionais para fazer face a tais despesas.

Art. 75. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

§ 1º A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentário-financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do *caput* deste artigo.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

§ 2º É vedada a realização de atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial no âmbito do SIAFI do exercício após o décimo dia útil de seu encerramento, exceto para fins de apuração do resultado do exercício, que deverão ocorrer até o trigésimo dia útil de seu encerramento.

Art. 76. Para fins de apreciação da proposta orçamentária, do acompanhamento e da fiscalização orçamentária a que se refere o art. 166, § 1º, inciso II, da Constituição, será assegurado, ao órgão responsável, o acesso irrestrito, para fins de consulta, bem como o recebimento de dados, em meio digital, dos seguintes sistemas:

- I - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI;
- II - Sistema Integrado de Dados Orçamentários – SIDOR;
- III - Sistema de Análise Gerencial de Arrecadação – ANGELA, respeitado o sigilo fiscal do contribuinte;
- IV - Sistemas de Gerenciamento da Receita e Despesa da Previdência Social;
- V - Sistema de Informação das Estatais – SIEST;
- VI - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Plano Plurianual – SIGPLAN; e
- VII - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG.

Art. 77. O Poder Executivo, por intermédio do seu órgão central do Sistema de Planejamento e de Orçamento, deverá atender, no prazo máximo de dez dias úteis, contados da data de recebimento, as solicitações de informações encaminhadas pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, relativas a aspectos quantitativos e qualitativos de qualquer categoria de programação ou item de receita, incluindo eventuais desvios em relação aos valores da proposta que venham a ser identificados posteriormente ao encaminhamento do projeto de lei.

Art. 78. Se o projeto de lei orçamentária não for sancionado pelo Presidente da República até 31 de dezembro de 2001, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:

- I - pessoal e encargos sociais;
- II - pagamento de benefícios previdenciários e prestações de duração continuada a cargo do Ministério da Previdência e Assistência Social;
- III - pagamento do serviço da dívida;
- IV - transferências constitucionais e legais por repartição de receitas a Estados, Distrito Federal e Municípios;
- V - atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar do Sistema Único de Saúde – SUS, observado o disposto na Emenda Constitucional nº 29, de 2000;
- VI - pagamento dos benefícios do seguro-desemprego e do abono salarial, previstos no art. 239 da Constituição;
- VII - despesas obrigatórias de duração continuada de que trata o art. 2º, § 2º, desta Lei; e
- VIII - destinadas à realização do processo eleitoral de 2002, apropriadas na ação “pleitos eleitorais”.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Art. 79. Até vinte e quatro horas após o encaminhamento à sanção presidencial dos autógrafos do projeto de lei orçamentária e dos projetos de lei de créditos adicionais, o Poder Legislativo enviará ao Poder Executivo, em meio magnético de processamento eletrônico, os dados e informações relativos aos autógrafos, indicando:

I - em relação a cada categoria de programação e grupo de despesa dos projetos originais, o total dos acréscimos e o total dos decréscimos, por fonte, realizados pelo Congresso Nacional; e

II - as novas categorias de programação e, em relação a estas, os detalhes fixados no art. 4º desta Lei, as fontes e as denominações atribuídas.

Art. 80. As unidades responsáveis pela execução dos créditos orçamentários e adicionais aprovados processarão o empenho da despesa, observados os limites fixados para cada categoria de programação e respectivos grupos de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso, especificando o elemento de despesa.

Art. 81. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição, será efetivada mediante decreto do Presidente da República.

Art. 82. Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da Administração pública federal direta e indireta submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Advocacia-Geral da União, antes do atendimento da requisição judicial, observadas as normas e orientações a serem baixadas por aquela unidade.

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto no *caput* deste artigo, o Advogado-Geral da União poderá incumbir os órgãos jurídicos das autarquias e fundações públicas, que lhe são vinculados, do exame dos processos pertinentes aos precatórios devidos por essas entidades.

Art. 83. O Tribunal de Contas da União enviará à Comissão Mista Permanente prevista no art. 166, §1º, da Constituição, até 30 dias após o encaminhamento da proposta orçamentária pelo Poder Executivo, informações recentes sobre a execução físico-financeira das obras constantes dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento, inclusive em meio magnético.

§1º Das informações referidas no *caput* constarão, para cada obra fiscalizada:

I - a classificação institucional, funcional e programática, atualizada conforme constante da lei orçamentária para 2001;

II - sua localização e especificação, com as etapas, os subtrechos ou as parcelas e seus respectivos contratos, conforme o caso, nos quais foram identificadas irregularidades;

III - a classificação dos eventuais indícios de irregularidades identificados, de acordo com sua gravidade;

IV - as providências já adotadas pelo Tribunal quanto às irregularidades;

V - o percentual de execução físico-financeira;

VI - a estimativa do valor necessário para conclusão; e

VII - outros dados considerados relevantes pelo Tribunal.

§ 2º No cumprimento do disposto no *caput*, o Tribunal envidará esforços no sentido de incrementar o universo objeto de procedimentos fiscalizatórios específicos para subsidiar a apreciação da proposta orçamentária pelo Congresso Nacional, se possível, acrescentando o número de obras em vinte por cento em relação ao exercício de 2000.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

§ 3º A seleção das obras a serem fiscalizadas deve considerar, dentre outros fatores, o valor liquidado no exercício de 2000 e o fixado para 2001, a regionalização do gasto e o histórico de irregularidades pendentes obtido a partir de fiscalizações anteriores do Tribunal, devendo dela fazer parte todas as obras contidas no Quadro V anexo à Lei nº 10.171, de 5 de janeiro de 2001, que não foram objeto de deliberação do Tribunal pela regularidade durante os doze meses anteriores à data da publicação desta Lei.

§ 4º O Tribunal deverá, adicionalmente, no mesmo prazo previsto no *caput*, enviar informações sobre outras obras, nas quais tenham sido constatados indícios de irregularidades graves em outros procedimentos fiscalizatórios realizados nos últimos doze meses contados da publicação desta Lei, com o mesmo grau de detalhamento definido no § 1º deste artigo.

§ 5º O Tribunal encaminhará à Comissão referida no *caput*, sempre que necessário, relatórios de atualização das informações fornecidas

§ 6º O Tribunal de Contas da União disponibilizará na sua página na Internet, até o 10º dia de cada mês, relatório consolidado de atualização das informações referentes às obras mencionadas no parágrafo anterior, sem prejuízo das informações remetidas ao Congresso Nacional.

§ 7º A lei orçamentária anual poderá contemplar subtítulos relativos a obras com indícios de irregularidades graves informados pelo Tribunal, permanecendo a execução dos contratos, convênios, parcelas ou subtrechos em que foram identificados os indícios condicionada à adoção de medidas saneadoras pelo órgão responsável, sujeitas à prévia deliberação do Congresso Nacional e da Comissão referida no *caput*.

§ 8º O Tribunal de Contas da União remeterá ao Congresso Nacional, em até quinze dias após sua constatação, informações referentes aos indícios de irregularidades graves identificados em procedimentos fiscalizatórios em contratos, convênios, parcelas ou subtrechos referentes a obras constantes do Orçamento de 2002, inclusive em meio magnético, cabendo à Comissão Mista referida no *caput* e ao Congresso Nacional condicionarem ou não a execução orçamentária do contrato, convênio, parcela ou subtrecho irregular.

Art. 84. As contas de que trata o art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000, serão prestadas pelo Presidente da República, pelos Presidentes dos órgãos do Poder Legislativo, pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, pelos Presidentes dos Tribunais Superiores, consolidando as dos respectivos tribunais, e pelo Chefe do Ministério Público e deverão ser apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, que as encaminhará ao Tribunal de Contas da União, exceto no caso previsto no § 2º do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000, para elaboração dos respectivos pareceres prévios, dentro do prazo de sessenta dias do seu recebimento.

Art. 85. Os órgãos setoriais de planejamento e orçamento disponibilizarão, para a Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição e para a Secretaria de Orçamento Federal, até 30 dias após a remessa do projeto de lei orçamentária ao Congresso Nacional, em meio magnético, a identificação dos subtítulos correspondentes aos contratos relativos às obras fiscalizadas pelo Tribunal de Contas da União.

Parágrafo Único. Para o cumprimento do disposto no *caput*, o Tribunal de Contas da União disponibilizará para os órgãos setoriais de planejamento e orçamento, até 1º de agosto, a relação das obras, de acordo com a lei orçamentária para 2001, e seus contratos fiscalizados.

Art. 86. O Poder Executivo constituirá, no prazo de sessenta dias, grupo de estudos destinado a estabelecer procedimentos para o ingresso de todos os órgãos e entidades que



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

participem dos orçamentos fiscal, da seguridade social ou de investimento das estatais, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, incluindo um representante de cada um dos seguintes órgãos:

I - do Ministério da Fazenda, do Ministério da Defesa e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no âmbito do Poder Executivo;

II - do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Tribunal de Contas da União, no âmbito do Poder Legislativo;

III - do Supremo Tribunal Federal, de cada um dos tribunais superiores e do Conselho da Justiça Federal, no âmbito do Poder Judiciário;

IV - do Ministério Público da União.

§ 1º O grupo de estudos, presidido pelo representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, apresentará junto à Comissão Mista de que trata o art. 166, §1º, da Constituição, para fins de apreciação conjunta com o projeto de lei orçamentária para 2002, relatório conclusivo em sessenta dias, a contar do termo final do prazo previsto no *caput* deste artigo.

§ 2º A indicação dos representantes dos órgãos referidos nos incisos II a IV será de responsabilidade dos titulares dos respectivos órgãos.

Art. 87 As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 88 . O impacto e o custo fiscal das operações realizadas pelo Banco Central do Brasil serão demonstrados nas notas explicativas dos respectivos balanços e balancetes.

Parágrafo Único. O impacto e o custo fiscal das operações extra-orçamentárias constantes do Balanço Financeiro e da Demonstração de Variações patrimoniais da União serão igualmente demonstrados em notas explicativas nos respectivos balanços, inclusive os publicados nos termos do art. 165, § 3º, da Constituição.

Art. 89 . Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de junho de 2001.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

ANEXO

RELAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO PROJETO DE LEI
ORÇAMENTÁRIA DE 2002

I - critérios utilizados para a discriminação na programação de trabalho do código identificador de resultado primário previsto no art. 14 desta lei;

II - recursos destinados a eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental, de forma a caracterizar o cumprimento do disposto no art. 60 do ADCT, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996, detalhando fontes e valores por categoria de programação;

III - detalhamento dos principais custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos, para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados;

IV - programação orçamentária, detalhada por operações especiais, relativa à concessão de quaisquer empréstimos, destacando os respectivos subsídios, quando houver, no âmbito dos orçamentos fiscal e da seguridade social;

V - gastos, por unidade da Federação, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação, conforme informações dos órgãos setoriais, com indicação dos critérios utilizados;

VI - despesa com pessoal e encargos sociais, por Poder, órgão e total, executada nos últimos dois anos, a execução provável em 2001 e o programado para 2002, com a indicação da representatividade percentual do total e por Poder em relação à receita corrente líquida, tal como definida na Lei Complementar nº 101, de 2000, demonstrando a memória de cálculo.

VII - memória de cálculo das estimativas:

a) do resultado da previdência social geral, especificando receitas e despesas mensais e no exercício, explicitando as hipóteses quanto aos fatores que afetam o crescimento das receitas e o crescimento vegetativo das despesas com benefícios, os índices de reajuste dos benefícios vinculados ao salário mínimo e dos demais;

b) do gasto com pessoal e encargos sociais, por órgão, e no exercício, explicitando as hipóteses e os valores correspondentes quanto ao crescimento vegetativo, concursos públicos, reestruturação de carreiras, reajustes gerais e específicos e ao aumento ou diminuição do número de servidores;

c) das despesas com amortização e com juros e encargos da dívida pública mobiliária federal interna, separando o pagamento ao Banco Central do Brasil e ao público, e externa em 2002, indicando os prazos médios de vencimento, considerados para cada tipo e série de títulos e, separadamente, as despesas com juros, e respectivas taxas, com deságios e com outros encargos;

d) da reserva de contingência e das transferências constitucionais para Estados, Distrito Federal e Municípios;

e) da complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, indicando-se o valor mínimo por aluno, nos termos do art. 6º, §§ 1º e 2º, da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, discriminando-se os recursos por unidade da Federação;

f) do montante de recursos para aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino, a



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

que se refere o art. 212 da Constituição, e do montante de recursos para aplicação na erradicação do analfabetismo e na manutenção e no desenvolvimento do ensino fundamental, previsto no art. 60 do ADCT;

g) do impacto orçamentário das renegociações das dívidas com o setor rural, no período 1997-2000, com estimativas para 2001 e 2002, especificando o impacto de cada ano;

h) das receitas brutas administradas pela Secretaria da Receita Federal, mês a mês, destacando os efeitos da variação do índice de preços, das alterações da legislação e dos demais fatores que contribuam para as estimativas;

i) das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal, mês a mês, líquida de restituições, calculadas a partir dos montantes estimados na alínea anterior; e

j) da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária, explicitando a metodologia utilizada;

VIII - efeito, por região, decorrente de isenções e de quaisquer outros benefícios tributários, indicando, por tributo e por modalidade de benefício contido na legislação do tributo, a perda de receita que lhes possa ser atribuída, bem como os subsídios financeiros e creditícios concedidos por órgão ou entidade da administração direta e indireta com os respectivos valores por espécie de benefício, identificada expressamente a legislação autorizativa, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 6º, da Constituição, observado o disposto no § 10 do art. 8º desta Lei; os valores referentes à renúncia fiscal do Regime Geral de Previdência Social são aqueles relativos à contribuição:

a) dos empregadores e trabalhadores para a Seguridade Social das entidades beneficentes de assistência social que atendam aos requisitos do art. 55 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991,

b) do segurado especial,

c) do empregador doméstico,

d) do empregador rural – pessoa física e jurídica -,

e) das associações desportivas que mantêm equipe de futebol profissional e

f) das empresas optantes do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples, correspondentes à diferença entre o valor que seria devido segundo o disposto nos arts. 21 e 22, incisos I a IV, da mesma Lei e no art. 57, § 6º, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, conforme o caso, e o efetivamente devido

IX - demonstrativo da receita nos termos do art. 12 da Lei Complementar nº 101, de 2000, destacando-se os principais itens de:

a) impostos;

b) contribuições sociais;

c) taxas;

d) concessões e permissões; e

e) privatizações;

X - evolução das receitas diretamente arrecadadas nos dois últimos anos, por órgão e



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

unidade orçamentária, a execução provável para 2001 e a estimada para 2002, separando-se, para estes dois últimos anos, as de origem financeira das de origem não-financeira utilizadas no cálculo das necessidades de financiamento do setor público federal a que se refere o inciso III do § 2º do art. 8º desta Lei;

XI - custo médio por beneficiário, por unidade orçamentária, por órgão e por Poder, dos gastos com:

- a) assistência médica e odontológica;
- b) auxílio-alimentação/refeição; e
- c) assistência pré-escolar;

XII - impacto em 1998, 1999 e 2000, e as estimativas para 2001 e 2002, no âmbito do orçamento fiscal, das dívidas de Estados e Municípios assumidas pela União, discriminando por Estado e conjunto de Municípios;

XIII - estoque da dívida pública federal, interna e externa junto ao mercado, distinguindo a de responsabilidade do Tesouro Nacional daquela do Banco Central do Brasil, bem como a do Tesouro Nacional junto àquela Instituição em 31 de dezembro dos três últimos anos e em 30 de junho de 2001, e as previsões do estoque para 31 de dezembro de 2001 e 2002, especificando-se para cada uma delas:

- a) mobiliária ou contratual;
- b) tipo e série de título, no caso da mobiliária; e
- c) prazos de emissão e vencimento;

XIV - impacto do programa de privatização na receita e na despesa da União de 1997 até 2000, por empresa, e com estimativas para 2001 e 2002, discriminando, , os custos de reestruturação prévia das empresas privatizadas e os empréstimos realizados diretamente pela União ou por meio de instituição financeira pública federal;

XV - resultado do Banco Central do Brasil realizado no exercício de 2000 e o realizado nos dois primeiros trimestres de 2001, especificando os principais elementos que contribuíram para esse resultado;

XVI - das despesas do Sistema Único de Saúde – SUS, por Estado e Distrito Federal, indicando os critérios previstos no art. 35 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e as respectivas parcelas;

XVII - subtítulos de projeto em andamento, cuja execução financeira, até 30 de junho de 2001, ultrapasse vinte por cento do seu custo total estimado, informando o percentual de execução e o custo total, para fins do que estabelece o art. 24 desta Lei;

XVIII - orçamento de investimento, indicando, por empresa, as fontes de financiamento, distinguindo os recursos originários da empresa controladora e do Tesouro Nacional;

XIX - impacto da assunção das obrigações decorrentes dos empréstimos compulsórios instituídos pelo Decreto-lei nº 2.288, de 23 de julho de 1986, conforme determinação da Medida Provisória nº 2.101-30, de 27 de março de 2001;

XX - situação atual dos créditos do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional - PROER, contendo os recursos utilizados com os respectivos encargos e pagamentos efetuados, por instituição devedora;



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

XXI - dados relativos ao Índice de Desenvolvimento Humano de que trata o parágrafo único do art. 2º desta Lei, indicando, dentre outros, a instituição responsável e a abrangência da apuração, bem como os critérios utilizados para a escolha das áreas priorizadas;

XXII - valores das aplicações das agências financeiras oficiais de fomento nos dois últimos anos, a execução provável para 2001 e as estimativas para 2002, consolidadas e por agência, região, estado, setor e fonte de recursos, evidenciando, ainda, a participação dos pequenos, médios e grandes tomadores;

XXIII - relação das entidades, organismos ou associações, nacionais e internacionais, aos quais serão destinados recursos de contribuições, informando a respectiva legislação autorizativa da concessão e valor previsto;

XXIV - contratações por organismos internacionais, para desenvolver projetos junto ao governo, informando, relativamente a cada órgão e por objeto de contrato, em 2000 e 2001 (até junho):

- a) número de pessoas contratadas, por faixa de remuneração e por período de contratação;
- b) valor dos contratos e forma de reajuste; e
- c) Valor a ser despendido mensalmente no exercício de 2002.

XXV - as contrapartidas constantes da proposta orçamentária, por unidade orçamentária e classificação funcional programática, com base em informações fornecidas pelos órgãos setoriais, inclusive contratante e contratado, valor total, prazo e finalidade."

XXVI - a evolução do estoque e da arrecadação da Dívida Ativa da União, nos exercícios de 1997 a 2000, e as estimativas para os exercícios de 2001 e 2002, segregando-se por item de receita;

XXVII - demonstrativo, por Identificador de Operação de Crédito - IDOC, das dívidas agrupadas em operações especiais no âmbito das Unidades Orçamentária 71101 - Encargos Financeiros da União, 74101 - Operações Oficiais de Créditos e 75101 - Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal, em formato compatível com as informações constantes do SIAFI;

XXVIII - discriminação, por órgão, atividade, projeto, operação especial e respectivos subtítulos, dos recursos destinados aos Programas "Comunidade Solidária", "Brasil e Ação", "Rede de Proteção Social" e "Projeto Alvorada";

XXIX - Relação de subtítulos, detalhados por elemento de despesa, das dotações destinadas a entidades privadas a título de subvenções, auxílios ou contribuições, identificando, em cumprimento ao art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 2000:

- a) para cada dotação específica, o fundamento legal que a ampara;
- b) para cada dotação global, o fundamento legal de cada parcela de recurso alocada; e
- c) para cada parcela de dotação sem amparo de lei especial ou específica, a finalidade e a importância para o setor pública de tal alocação;

XXX - evolução dos resultados primários das empresas estatais federais nos dois últimos anos, destacando as principais empresas das demais, a execução provável para 2001 e a estimada para 2002, separando-se, nas despesas, as correspondentes a investimentos.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

ANEXO PREVISTO NO ART. 2º, § 2º

I - DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO

1. Alimentação Escolar (Medida Provisória nº 1.784, de 14/12/1998);
2. Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar em Regime de Gestão Plena do Sistema Único de Saúde – SUS (Lei nº 8.142, de 28/12/1990);
3. Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar Prestado pela Rede Cadastrada no Sistema Único de Saúde – SUS (Lei nº 8.142, de 28/12/1990);
4. Atendimento Assistencial Básico com o Piso de Atenção Básica - PAB, Referente à Parte Fixa nos Municípios em Gestão Plena da Atenção Básica – SUS (Lei nº 8.142, de 28/12/1990);
5. Concessão de Subvenção Econômica aos Produtores de Borracha Natural (Lei nº 9.479, de 12/8/1997);
6. Concessão de Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel Consumido por Embarcações Pesqueiras Nacionais (Lei nº 9.445, de 15/3/1997);
7. Contribuição à Previdência Privada;
8. Dinheiro Direto na Escola – FUNDESCOLA – (Medida Provisória nº 1.784, de 14/12/1998);
9. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF Complementação (Art. 212 da Constituição);
10. Garantia de Padrão Mínimo de Qualidade - Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Emenda Constitucional nº 14, de 1996);
11. Incentivo Financeiro a Municípios Habilitados à Parte Variável do Piso de Atenção Básica - PAB, para a Saúde da Família – SUS (Lei nº 8.142, de 28/12/1990);
12. Incentivo Financeiro a Municípios Habilitados à Parte Variável do Piso de Atenção Básica - PAB para Assistência Farmacêutica Básica - Farmácia Básica – SUS (Lei nº 8.142, de 28/12/1990);
13. Incentivo Financeiro a Municípios Habilitados à Parte Variável do Piso de Atenção Básica - PAB para as Ações de Vigilância Sanitária – SUS (Lei nº 8.142, de 28/12/1990);
14. Incentivo Financeiro a Municípios Habilitados à Parte Variável do Piso de Atenção Básica - PAB, para Ações de Prevenção e Controle das Doenças Transmissíveis – SUS (Lei nº 8.142, de 28/12/1990);
15. Incentivo Financeiro a Municípios Habilitados à Parte Variável do Piso de Atenção Básica - PAB para Ações de Combate às Carências Nutricionais – SUS (Lei nº 8.142, de 28/12/1990);



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

16. Indenizações e Restituições relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO, incidentes a partir da Vigência da Lei nº. 8.171/91;
17. Pagamento de Benefício de Prestação Continuada à Pessoa Idosa;
18. Pagamento de Benefício de Prestação Continuada à Pessoa Portadora de Deficiência;
19. Pagamento do Benefício Abono Salarial;
20. Pagamento do Seguro-Desemprego;
21. Produção, Aquisição e Distribuição de Medicamentos para Tratamento dos Portadores da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - AIDS e das Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST (Lei nº 9.313, de 13/11/1996);
22. Pessoal e Encargos Sociais.

II - DESPESAS QUE CONSTITUEM OBRIGAÇÃO CONSTITUCIONAL DA UNIÃO

1. Sentenças judiciais transitadas em julgado;
2. Transferências constitucionais por repartição de receita;
3. Cota-Parte dos Estados e DF Exportadores na Arrecadação do IPI (Lei Complementar nº 61/89).

III – DEMAIS DESPESAS QUE CONSTITUEM OBRIGAÇÃO LEGAL DA UNIÃO

1. Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios para Compensação da Isenção do ICMS aos Estados Exportadores (Lei Complementar nº 87/96);
2. Transferências da receita de concursos de prognósticos (Lei nº 9615/98 – Lei Pelé);
3. Transferências a Estados e Distrito Federal da Cota-Parte do Salário Educação.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

LDO 2002

PROJETO DE LEI N.º 4, DE 2001-CN

**DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO
DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2002 E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

SUBSTITUTIVO

ANEXO DE METAS E PRIORIDADES

Presidente: Senador CARLOS BEZERRA
Relatora: Deputada LÚCIA VÂNIA

CONGRESSO NACIONAL COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO LDO/2002 - ANEXO DE PRIORIDADES E METAS PROGRAMAS E AÇÕES						
	Produto	Unidade de Medida	Meta Proposta	Meta Acre/Canc Emenda	Meta Acre/Canc Destaque	Meta Substitutivo
PROGRAMA: 054 AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF						
1066	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS MUNICIPAIS -	MUNICÍPIO ATENDIDO	1.018	0	0	1.018
3695	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL -					
3651	CAPACITAÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES -	PRODUTOR ASSISTIDO	0	890.000	0	890.000
3696	DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO RURAL -	AGRICULTOR CAPACITADO	36.870	0	0	36.870
3654	ESTUDOS DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DO PRONAF -	COOPERATIVA ASSISTIDA	0	2.250	0	2.250
0281	FINANCIAMENTO E EQUALIZAÇÃO DE JUROS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF (LEI Nº 8.429/92) -	ESTUDO REALIZADO	8	0	0	8
2607	MONITORAMENTO DAS AÇÕES DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR -	AGRICULTORUS BENEFICIADOS	0	0	150.000	150.000
2174	PESQUISAS TECNOLÓGICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR -	PROJETO ACOMPANHADO	1.018	0	0	1.018
5684	REMUNERAÇÃO ÀS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PÚBLICAS PELA OPERACIONALIZAÇÃO DO PRONAF -	TECNOLOGIA GERADA	8	0	0	8
		PROJETO CONTRATADO	1.018	0	0	1.018
PROGRAMA: 909 ASSISTÊNCIA A VÍTIMAS E A TESTEMUNHAS AMEACADAS						
1717	CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO DE AGENTES OPERADORES DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA A VÍTIMAS E A TESTEMUNHAS AMEACADAS -	AGENTE CAPACITADO	380	0	0	380
1781	IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA E APOIO A TESTEMUNHAS E VÍTIMAS DE CRIMES -	SERVIÇO IMPLANTADO	5	0	0	5
1787	IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO ESPECIAL A TESTEMUNHAS E VÍTIMAS DE CRIMES -	SERVIÇO IMPLANTADO	4	0	0	4
4278	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO ESPECIAL, ASSISTÊNCIA E APOIO A TESTEMUNHAS E VÍTIMAS DE CRIMES -	SERVIÇO MANTIDO	16	0	0	16
2311	TRANSPORTE, CUSTÓDIA E PROTEÇÃO A TESTEMUNHAS E PESSOAS SOB GRAVE AMEAÇA -	PESSOA ASSISTIDA	120	0	0	120
PROGRAMA: 945 ATENÇÃO À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA						
1740	ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS ARQUITETÔNICAS E AMBIENTAIS -	BARREIRA ELIMINADA	0	567	0	567
0975	PAGAMENTO DE BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA - LOAS -	PESSOA ATENDIDA	924.000	0	0	924.000
0565	PAGAMENTO DE RENDA MENSAL VITALÍCIA POR INVALIDEZ -	PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA ATENDIDA	450.000	0	0	450.000
PROGRAMA: 946 BIOTECNOLOGIA E RECURSOS GENÉTICOS - GENOMA						
4416	CARACTERIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RECURSOS GENÉTICOS -	GERMOPLASMA AVALIADO	10.212	0	0	10.212
2153	ENRIQUECIMENTO E CONSERVAÇÃO DE RECURSOS GENÉTICOS -	GERMOPLASMA CONSERVADO	12.000	0	0	12.000
1106	ESTUDOS EM BIOTECNOLOGIA PARA O AGRONEGÓCIO -	ESTUDO REALIZADO	22	0	0	22
3674	FOMENTO A CENTROS DE ENSINO E PESQUISA NA ÁREA DE RECURSOS GENÉTICOS -	CENTRO APOIADO	8	0	0	8
1261	IMPLANTAÇÃO DA REDE DE LABORATÓRIOS DE MAPEAMENTO GENÉTICO - GENOMA -	REDE IMPLANTADA	20	0	0	20
1259	IMPLANTAÇÃO DO LABORATÓRIO NACIONAL DE BIOLOGIA MOLECULAR -	LABORATÓRIO IMPLANTADO	30	0	0	30

Emissão: 21/06/01 14:49:55

030 Ref Substitutivo - Relatoria

Diário de Notícias - CONOR/SF

Página 1 de 20

CONGRESSO NACIONAL COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO LDO/2002 - ANEXO DE PRIORIDADES E METAS PROGRAMAS E AÇÕES						
	Produto	Unidade de Medida	Meta Proposta	Meta Acre/Canc Emenda	Meta Acre/Canc Destaque	Meta Substitutivo
PROGRAMA: 0643 CALHA NORTE						
	APOIO ÀS COMUNIDADES CARENTES NA REGIÃO DA CALHA NORTE -	UNIDADE:	0	0	40	40
0644	CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS NA REGIÃO DA CALHA NORTE -	KM	0	0	3.000	3.000
0442	IMPLANTACÃO DA INFRA-ESTRUTURA BÁSICA NOS MUNICÍPIOS MAIS CARENTES DA REGIÃO DA CALHA NORTE -	EMPRESA	0	0	3	3
1211	IMPLANTACÃO DE UNIDADES MILITARES NA REGIÃO DA CALHA NORTE -	UNIDADE:	0	0	1	1
1113	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA INSTALADA NOS PILOTTOS ESPECIAIS DE FRONTEIRA DA REGIÃO DA CALHA NORTE -	UNIDADE:	0	15	0	15
0452						
PROGRAMA: 0156 COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER						
	CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE RISCO -	UNIDADE:	0	250	0	250
0054						
PROGRAMA: 0073 COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES						
	ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM JORNADA ESCOLAR AMPLIADA NO COMBATE À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES -	UNIDADE:	0	15.000	0	15.000
4446						
2815	REDE NACIONAL DE INFORMAÇÕES PARA PREVENÇÃO E COMBATE AO ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES -	UNIDADE:	0	25	0	25
PROGRAMA: 0237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS						
	9003 ADEQUAÇÃO DE TRAVESSIAS URBANAS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS -	KM	0	3	0	3
5741	ADEQUAÇÃO DE TRAVESSIAS EM PERÍMETROS URBANOS NO ESTADO DE TOCANTINS	KM	0	35	0	35
5730	9015 ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS - BR-0907F - BRASILIA - DIVISA DEFO	KM	10	0	0	10
5730	0015 ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS - BR-0907F - BRASILIA - DIVISA DEFO	KM	36	0	0	36
5730	0001 ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS - BR-0907F - BRASILIA - DIVISA DEFO	KM	0	22	0	22
5730	0008 ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS - BR-153/GO - ADEQUAÇÃO DO TRECHO ENTRONCAMENTO GO-411 - ENTRONCAMENTO BR-060 (CONTORNO DE ANÁPOLIS)	KM	0	0	0	0
	CONSTRUÇÃO DE ECLUSAS DE TUCURUÍ -	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	20	0	0	20
5750						
5718	9005 CONSTRUÇÃO DE PONTES NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS - BR-153/PA - SOBRE O RIO ARAGUAIA (LIGACÃO XAMBIOITO - SÃO GERALDO DO ARAGUAIA/PA)	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	0	50	0	50
5144	0003 CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS - IMPERATRIZ (MA) - SENADOR CANEDO (GO) - FERROVIA NORTE SUL	KM	25	0	0	25
5710	0021 CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS - BR-0907F - BRASILIA - DIVISA DEFO	KM	0	100	0	100
5710	0026 CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS - BR-153/PA - ENTR. BR-326 - ENTR. BR-242 - DIV. M17/PA	KM	0	80	0	80
5710	0019 CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS - BR-414/GO - COCALZINHO - NIQUELÂNIA	KM	0	60	0	60

Página

Fim: 27 de 01 de 40,56

DNO Rel Substitutivo - Relatoria

Elaboração: COFFCD - CONOR/SF

2 de 20

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LD02/2002 - ANEXO DE PRIORIDADES E METAS
PROGRAMAS E AÇÕES

0000	35749	0000	IMPLANTACÃO DE HIDROVIAS NO CORREDOR ARAUAIA-TOCANTINS - HIDROVIA DA ILHA DE MARAUÁ	HIDROVIA IMPLANTADA	KM	50	0	50
0001	35749	0001	IMPLANTACÃO DE HIDROVIAS NO CORREDOR ARAUAIA-TOCANTINS - HIDROVIA DO ARAUAIA - TOCANTINS	HIDROVIA IMPLANTADA	KM	450	0	450
0002	35749	0002	IMPLANTACÃO DE HIDROVIAS NO CORREDOR ARAUAIA-TOCANTINS - HIDROVIA DO CAPIM	HIDROVIA IMPLANTADA	KM	300	0	300
PROGRAMA: 0238 CORREDOR FRONTEIRA NORTE								
0003	35800	9024	CONSTRUÇÃO DE PONTES NO CORREDOR FRONTEIRA NORTE - BR-164/AC/RSO - CONSTRUÇÃO DE PONTE SOBRE O RIO MADEIRA	OBRA DE ARTE ESPECIAL CONSTRUÍDA	UNIDADE	0	0	1
0004	35711	0001	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR FRONTEIRA NORTE - BR-156/AP - FERREIRA GOMES - OIAPOQUE (FRONTEIRA GUIANA FRANCESA)	TRECHO PAVIMENTADO	KM	170	0	170
0005	35711	9014	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR FRONTEIRA NORTE - BR-230 - AM - LABREA - DIVISA AMPA	TRECHO PAVIMENTADO	KM	0	80	80
0006	35711	0005	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR FRONTEIRA NORTE - BR-317/AC - BRASILIA - ASSIS BRASIL	TRECHO PAVIMENTADO	KM	40	0	40
0007	35711	0013	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR FRONTEIRA NORTE - BR-364/AC - SENNA MADUREIRA - RIO LIBERDADE	TRECHO PAVIMENTADO	KM	100	0	100
PROGRAMA: 0239 CORREDOR LESTE								
0008	35731	9008	ADEQUAÇÃO DE ANEL RODOVIÁRIO NO CORREDOR LESTE - BR-060/356/MG - EM BELO HORIZONTE	TRECHO ADEQUADO	KM	0	18	0
0009	35731	0001	ADEQUAÇÃO DE ANEL RODOVIÁRIO NO CORREDOR LESTE - BR-381/MG - EM BELO HORIZONTE	ANEL ADEQUADO	KM	10	0	10
0010	35731	0003	ADEQUAÇÃO DE ANEL RODOVIÁRIO NO CORREDOR LESTE - BR-393/166/RJ - EM VOLTA REDONDA	ANEL ADEQUADO	KM	0	10	0
0011	35735	0019	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE - BR-040/MG - BARBEIRA DO TRUNFO (KM 771) - SANTOS DUMONT - VIADUTO VILA RICA - BELO HORIZONTE - TREVO DE CURVELO	TRECHO ADEQUADO	KM	0	50	0
0012	35735	0005	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE - BR-153/GO - APARECIDA DE GOIÂNIA - ITUMBARA	TRECHO ADEQUADO	KM	65	0	65
0013	35735	0015	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE - BR-153/MG - DIVISA GOIÁS - ENTRONCAMENTO BR-365 (TREVO)	TRECHO ADEQUADO	KM	15	0	15
0014	35863	0002	AMPLIAÇÃO DO PORTO DE BARRA DO RIACHO - NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUÇÃO (RICA)	0	8	100
0015	35721	0021	CONSTRUÇÃO DE ACESSOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE - AO PORTO DE SEPETIBA	ACESSO CONSTRUÍDO	KM	8	0	8
0016	35756	0002	CONSTRUÇÃO DE INTERLOGAÇÕES RODOVIÁRIAS NO CORREDOR LESTE - INTERLOGAÇÃO DAS BR-452/508/997/365/635/MG - NA REGIÃO DE UBERLÂNDIA	TRECHO PAVIMENTADO	KM	0	0	40
0017	35756	0008	CONSTRUÇÃO DE PONTES NO CORREDOR LESTE - BR-154/MG - CONSTRUÇÃO DE PONTE SOBRE O RIO PARANAÍBA CACHOEIRA DOURADA DE MINAS - CACHOEIRA DOURADA DE GOIÁS	OBRA DE ARTE ESPECIAL CONSTRUÍDA	% DE EXECUÇÃO (RICA)	0	100	100
0018	35704	0026	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE - BR-146/MG - PATOS DE MINAS - APAJÁ - DIVISA MG/SP	TRECHO PAVIMENTADO	KM	0	8	100

Zinbardo: Confab - Confab

0.30 Rel Substitutivo - Relatoria

Entendido: 21 DE JULIO DE 1956

Page 1

112-790

63

CONGRESSO NACIONAL		COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO		Produto	Unidade de Medida	Meta Proposta	Meta Acrec./Canc. Emenda	Meta Acrec./Canc. Destaque	Meta Substitutivo
Programas e Ações									
3704 0029	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE - BR-265/MG - DIVISA RUMI - RJ/CE - DIVISA MG/SP			TRECHO PAVIMENTADO	KM	11	0	0	0
3704 0016	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE - BR-322/S - ENTRONCAMENTO BR-101 - DIVISA ES/MG			TRECHO PAVIMENTADO	KM	11	0	0	0
3704 0011	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE - BR-484/ES - ITARANA - ACONSO CLAUDIO			TRECHO PAVIMENTADO	KM	0	20	0	0
3499 0001	RECONSTRUÇÃO DO PORTO DE VITÓRIA - NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO			RECONSTRUÇÃO REAJUSTADA	M²	0	6.000	0	6.000
3742 0001	DUPLICAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE - BR-361/MG - DIVISA SP/MG - BILLO HORIZONTE			TRECHO DUPLICADO	KM	30	0	0	0
PROGRAMA: 023 CORREDOR MERCOSUL									
7270 9031	AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURA PORTUÁRIA - ITAJAI - SANTA CATARINA			OBRA EXECUTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	0	0	0	0
5737 0001	ADEQUAÇÃO DE CONTORNOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL - BR-116/PR - EM CURITIBA (LESTE)			CONTORNO ADEQUADO	KM	5	0	0	5
5727 0001	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL - BR-101/MS - DIVISA PR/SC - PALHOÇA			TRECHO ADEQUADO	KM	5	0	0	5
5727 0003	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL - BR-101/MS - DIVISA SC/RS - OSÓRIO			TRECHO ADEQUADO	KM	20	20	0	40
5727 0005	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL - BR-101/SC - PALHOÇA - DIVISA SC/RS			TRECHO ADEQUADO	KM	50	0	0	50
5727 0007	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL - BR-116/PR - DIVISA SP/PR - KM 42,7			TRECHO ADEQUADO	KM	5	0	0	5
5727 9037	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL - BR-280/SC - DUPLICAÇÃO DO TRECHO SÃO FRANCISCO DO SUL - PORTO UNIÃO			TRECHO ADEQUADO	KM	0	130	0	130
5727 0002	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL - BR-376/PR - CONTORNO SUL DE CURITIBA			TRECHO ADEQUADO	KM	0	12	0	12
5019	AMPLIAÇÃO DOS MOLHES DO PORTO DE RIO GRANDE E DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO DO CANAL DE ACESSO			OBRA EXECUTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	18	0	0	18
5755 0001	CONSTRUÇÃO DE INTERLIGAÇÕES RODOVIÁRIAS NO CORREDOR DO MERCOSUL - NO MUNICÍPIO DE CURITIBA (LESTE E NORTE)			INTERLIGAÇÃO CONSTRUÍDA	KM	10	0	0	10
5798 9030	CONSTRUÇÃO DE PONTES NO CORREDOR MERCOSUL - CONSTRUÇÃO DA PONTE SOBRE O RIO ITAJAI-AÇU - ITAJAI - SC			OBRA DE ARTE ESPECIAL CONSTRUÍDA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	0	0	100	100
5798 9027	CONSTRUÇÃO DE PONTES NO CORREDOR MERCOSUL - CONSTRUÇÃO DE PONTE INTERNACIONAL BRASIL - ARGENTINA			OBRA DE ARTE ESPECIAL CONSTRUÍDA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	0	0	100	100
5707 0004	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL - BR-153/PR - CONSTRUÇÃO DO TRECHO ENTRONCAMENTO BR-376 - ALTO AMPARO - VENTANIA - IMBITUBA			TRECHO PAVIMENTADO	KM	0	83	0	83
5707 0013	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL - BR-158/RS - SANTA MARIA - ROSÁRIO DO SUL			TRECHO PAVIMENTADO	KM	0	30	0	30
5707 0029	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL - BR-158/SC - MARAVILHA - CAMPO ERÊ - SC			TRECHO PAVIMENTADO	KM	0	0	40	40

Elaborado: COFFED - CONORSEF

030 Rel Substitutivo - Relatoria

Emissão: 22 DE JUN DE 2001

Página

1 de 20

CONGRESSO NACIONAL COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO LDO/2002 - ANEXO DE PRIORIDADES E METAS PROGRAMAS E AÇÕES									
		Produto	Unidade de Medida	Meta Proposta	Meta Acre/Canc Emenda	Meta Acre/Canc Desaque	Meta Substitutivo		
5707	0015	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL - BR-262/SC - FLORIANÓPOLIS - DIVISA COM ARGENTINA	KM	3,5	0	0	0	15	
5707	9036	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL - BR-470/RS - LAGOA VERMELHA - ANDRÉ DA ROCHA - NOVA PRATA	KM	0	0	40	40	40	
5707	0001	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL - BR-476/PR - ADRIANÓPOLIS - BOCAIUA DO SUL	KM	0	100	0	0	100	
5707	0003	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL - BR-487/PR - PORTO CAMARGO - CAMPO MOURAO	KM	0	58	0	0	58	
7276		DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO NO PORTO DE PARANAGUÁ (PR)	1000 M3	0	25	0	0	25	
7284		MELHORAMENTOS E AMPLIAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DO PORTO DE PARANAGUÁ (PR)	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	0	0	100	100	100	
7463	0001	RECUPERAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DO PORTO DE LAGUNA - NO ESTADO DE SANTA CATARINA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	0	0	70	70	70	
PROGRAMA: 0235 CORREDOR NORDESTE									
5728	0017	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR NORDESTE - BR-101/RN/PI/PE/AL - NATAL - DIVISA ALISE	KM	50	0	0	0	50	
5728	0005	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR NORDESTE - BR-116/CE - FORTALEZA - PACAUS	KM	10	0	15	15	25	
5728	0007	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR NORDESTE - BR-230/PE - JOÃO PESSOA - CAMPINA GRANDE	KM	15	0	0	0	15	
5728	0009	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR NORDESTE - BR-232/PE - RECIFE - CARUARU	KM	50	0	0	0	50	
5311		COMPLEMENTAÇÃO E MELHORAMENTO DO PORTO DE SUAPE	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	4	0	0	0	4	
5312		COMPLEXO PORTUÁRIO DO PORTO DE PEÇÉM	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	10	2	0	0	12	
5397		CONSTRUÇÃO DE CAIS PARA CONTÊINERES NO PORTO DE MACHO	METROS LINEARES	0	0	420	420	420	
5708	9019	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR NORDESTE - BR-010/SÃO RAIMUNDO NONATO - BARREIRAS (BA)	KM	0	0	100	100	100	
5708	0001	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR NORDESTE - BR-070/PI - SÃO RAIMUNDO NONATO - PICO	KM	0	100	0	0	100	
PROGRAMA: 0236 CORREDOR OESTE-NORTE									
5786	0002	CONSTRUÇÃO DE ANÉIS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR OESTE-NORTE - BR-364/RO - CONSTRUÇÃO DE ANEL RODOVIÁRIO EM JI-PARANÁ	KM	0	10	0	0	10	
5789	0007	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR OESTE-NORTE - BR-230/PA - DIVISA PATO - MARABÁ - ALTAMIRA - ITAITUBA	KM	55	0	75	75	130	
5789	0007	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR OESTE-NORTE - BR-230/PA - DIVISA PATO - MARABÁ - ALTAMIRA - ITAITUBA	KM	135	0	0	0	175	
5789	9018	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR OESTE-NORTE - BR-317/AM - BOCA DO ACRE - DIVISA AMIAC	KM	0	0	40	40	40	
5789	9021	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR OESTE-NORTE - BR-319/AM - CONSTRUÇÃO RODOVIAS FEDERAIS, MELHORIAS E PAVIMENTAÇÃO NO ESTADO DE AMAZONAS	KM	0	0	40	40	40	

Emissão: 21/06/01 14:49:57

Página 5 de 20

030 Ref Substitutivo - Reboita

Elaboração: COFFC/D - CONOM/SE

CONGRESSO NACIONAL COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO LDO/2002 - ANEXO DE PRIORIDADES E METAS PROGRAMAS E AÇÕES									
		Produto	Unidade de Medida	Meta Proposta	Meta Acre/Canc Emenda	Meta Acre/Canc Destaque	Meta Substitutivo		
5705	0009	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR OESTE-NORTE - BR-368MT - DIAMANTINO - SANEZAL - COMODORO	KM	64	11	0	0	64	
5709	0013	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR OESTE-NORTE - BR-429RO - PRESIDENTE MÉDICI - SÃO MIGUEL DO GUARÉ	KM	0	96	0	0	96	
PROGRAMA: 8229 CORREDOR SÃO FRANCISCO									
5841	0004	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR SÃO FRANCISCO - BR-101SE - DUPLICAÇÃO DO TRECHO DIVISA ALZÉE - DIVISA SÉBIA	KM	11	10	0	0	10	
5841	9012	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR SÃO FRANCISCO - BR-407BAPE - RESTAURAÇÃO DA PONTE PRESIDENTE DUTRA	UNHAJE	0	1	0	0	1	
5795	0004	CONSTRUÇÃO DE PONTES NO CORREDOR SÃO FRANCISCO - BR-030BA - CONSTRUÇÃO DE PONTE (MALHADA CARIMUANA)	UNDAVE	0	0	1	1	1	
5703	0001	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR SÃO FRANCISCO - BR-116BA - EUCUIDES DA CUNHA - IBO	KM	0	59	0	0	59	
5703	9007	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR SÃO FRANCISCO - BR-135BA - CONSTRUÇÃO DO TRECHO BARREIRASBA - DIVISA BAPI	KM	0	13	0	0	13	
5703	9001	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR SÃO FRANCISCO - BR-135BA - CONSTRUÇÃO DO TRECHO RIACHÃO DAS NEVES - DIVISA BAPI	KM	0	40	0	0	40	
5703	0013	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR SÃO FRANCISCO - BR-235BA - BENEDICO - JUAZEIRO	KM	0	20	0	0	20	
5703	0017	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR SÃO FRANCISCO - BR-367MG - MINAS NOVA - ALMEIRARA - SALTO DA DIVISA	KM	0	40	0	0	40	
5859	0001	OBRAS COMPLEMENTARES NA HIDROVIA DO SÃO FRANCISCO - OBRAS COMPLEMENTARES NA HIDROVIA DO SÃO FRANCISCO	% DA EXECUÇÃO FÍSICA	25	0	0	0	25	
PROGRAMA: 8321 CORREDOR SUDOESTE									
5842	0002	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR SUDOESTE - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL	KM	0	80	0	0	80	
5797	9009	CONSTRUÇÃO DE PONTES NO CORREDOR SUDOESTE - CONSTRUÇÃO DA SUPER-ESTRUTURA DA PONTE DA DIVISA SPMS ENTRE PALUCÉIA (SP) E BRASÍLIA (MS)	% DA EXECUÇÃO FÍSICA	0	100	0	0	100	
5706	0001	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR SUDOESTE - BR-470MT - CACERES - FRONTEIRA COM A BOLÍVIA	KM	18	0	0	0	18	
5706	0009	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR SUDOESTE - BR-267MS - JARDIM - PORTO MURTINHO	KM	22	0	0	0	22	
PROGRAMA: 8331 CORREDOR TRANSMETROPOLITANO									
5740		BR-381/16SP - CONSTRUÇÃO DO RODOANEL -	KM	9	0	0	0	9	
5703	0001	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR TRANSMETROPOLITANO - BR-364MG - ENTRONCAMENTO BR-133 - ENTRONCAMENTO BR-365	KM	0	40	0	0	40	
5743	0001	DUPLICAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR TRANSMETROPOLITANO - BR-116SP - SÃO PAULO - DIVISA SP/RJ	KM	10	0	0	0	10	
5743	0001	DUPLICAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR TRANSMETROPOLITANO - BR-381/SP - DIVISA MG/SP - ENTRONCAMENTO BR-116	KM	3	0	0	0	3	

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - ANEXO DE PRIORIDADES E METAS
PROGRAMAS E AÇÕES

	Produto	Unidade de Medida	Meta Proposta	Meta Acre/Canc Emenda	Meta Acre/Canc Destaque	Meta Substitutivo
7686	IMPLEMENTAÇÃO DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO - PROMEF.	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	20	0	0	20
PROGRAMA: 0075 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL						
2818	0004 AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO FRONTEIRA DO MERCOSUL - AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO FRONTEIRA DO MERCOSUL	UNIDADE	0	25	0	25
7669	0002 IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA MESORREGIÃO FRONTEIRA DO MERCOSUL - IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DA MESORREGIÃO DA GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL - REGIÃO SUL - SI.	UNIDADE	0	0	25	25
7669	0001 IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA MESORREGIÃO FRONTEIRA DO MERCOSUL - NA REGIÃO SUL	UNIDADE	0	220	0	220
PROGRAMA: 0047 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS						
7857	ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NAS ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA -	UNIDADE	15.403	0	0	15.403
2047	ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA PARA JOVENS E ADULTOS -	UNIDADE	785.000	0	0	785.000
2333	FOMENTO A PROJETOS ESPECIAIS PARA OFERTA DE ENSINO FUNDAMENTAL A JOVENS E ADULTOS -	UNIDADE	93.896	0	0	93.896
3098	FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DE JOVENS E ADULTOS -	UNIDADE	34.444	0	0	34.444
2335	MATERIAL DIDÁTICO-PEDAGÓGICO PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS -	UNIDADE	476.190	0	0	476.190
PROGRAMA: 0173 ENERGIA DAS PEQUENAS COMUNIDADES						
1379	ATENDIMENTO DAS DEMANDAS POR ENERGIA ELÉTRICA EM LOCALIDADES ISOLADAS NÃO SUPRIDAS PELA REDE ELÉTRICA CONVENCIONAL -	UNIDADE	3.300	0	0	3.300
1380	CAPACITAÇÃO DE USUÁRIOS E DE AGENTES DAS COMUNIDADES NA INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA -	UNIDADE	5.880	0	0	5.880
7111	ESTUDOS PARA AVALIAÇÃO DE MICROREGIÕES COM MERCADO PARA PROJETOS ENERGÉTICOS E PRODUTIVOS INTEGRADOS -	UNIDADE	50	0	0	50
PROGRAMA: 0197 ENERGIA NO EIXO MADEIRA-AMAZONAS						
3242	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO ACRE - RONDÔNIA (1.180 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO E SUBESTAÇÕES ASSOCIADAS COM 107,6 MW) TOTALIZANDO 728 MVA) -	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	21	0	0	21
3246	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO ASSOCIADO À DHE TUCURUÍ NO PARÁ (960 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO E SUBESTAÇÕES ASSOCIADAS COM 2.190 MVA) TOTALIZANDO 1.873 MVA) -	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	20	0	0	20
PROGRAMA: 0356 ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA						
3650	CAMPANHA EDUCATIVA PARA ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA -	UNIDADE	0	96	0	96
3664	FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA PARA ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA -	UNIDADE	0	500.000	0	500.000
0753	VACINAÇÃO DE BOVINOS E BOVALINHOS -	UNIDADE	0	0	150.000	150.000
PROGRAMA: 0465 ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL						

Emissão: 23.06.01 14:49:34

C.O. Rel Substitutivo - Relatoria

Elaboração: COFECD - CONORSEF

Página

A. A. 20

CONGRESSO NACIONAL COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO LDO/2002 - ANEXO DE PRIORIDADES E METAS PROGRAMAS E AÇÕES						
	Produto	Unidade de Medida	Meta Proposta	Meta Acre/Canc Emenda	Meta Acre/Canc Destaque	Meta Substitutivo
2060	ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM JORNADA ESCOLAR AMPLIADA -	UNIDADE	858.000	0	0	858.000
2469	CONCESSÃO DA BOLSA CRIANÇA-CIDADÃ -	UNIDADE	781.000	0	0	781.000
2688	FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL -	UNIDADE	230	0	0	230
6337	GERAÇÃO DE OCUPAÇÕES PRODUTIVAS PARA FAMÍLIAS DE CRIANÇAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL -	UNIDADE	271.000	0	0	271.000
2602	MAPEAMENTO DOS FOCOS DE TRABALHO INFANTIL POR MUNICÍPIO -	UNIDADE	2	0	0	2
PROGRAMA: 0041 ESCOLA DE QUALIDADE PARA TODOS						
3160	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O USO DE TECNOLOGIAS NO ENSINO FUNDAMENTAL -	UNIDADE	3.000	0	0	3.000
4088	CORREÇÃO DO FLUXO ESCOLAR - ACELERAÇÃO DA APRENDIZAGEM -	MILHAR	12	0	0	12
7619	EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL IMPRESSO DE APOIO À EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA E AO USO DE NOVAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO -	MILHAR	5.200	0	0	5.200
3697	EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA O CENTRO DE EXPERIMENTAÇÃO E TECNOLOGIA EDUCACIONAL - CETE, NÚCLEOS DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL - NTE E ESCOLAS -	UNIDADE	1.161	0	0	1.161
1181	EQUIPAMENTOS PARA TV ESCOLA -	UNIDADE	400	0	0	400
3205	FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL PARA IMPLEMENTAÇÃO DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS -	UNIDADE	20.625	0	0	20.625
4030	VEICULAÇÃO DE PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA -	MINUTO	280.080	0	0	280.080
PROGRAMA: 0190 ESPORTE SOLIDÁRIO						
2667	FUNCIONAMENTO DE NÚCLEOS DE ESPORTE EM COMUNIDADES CARENTES -	UNIDADE	695	0	0	695
5450	IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA EM COMUNIDADES CARENTES -	UNIDADE	95	105	0	200
1543	IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS DE ESPORTE EM COMUNIDADES CARENTES -	UNIDADE	615	0	0	615
PROGRAMA: 0395 FLORESTAR						
2962	FOMENTO A PROJETOS DE REFLORESTAMENTO - REFLORESTAMENTO NA REGIÃO DO CARIÍ	% DE EXECUÇÃO	0	0	100	100
PROGRAMA: 0625 GESTÃO DA POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL						
1489	IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DE OPERAÇÕES DO COMANDO SUPREMO E FORÇAS SINGULARES -	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	0	0	10	10
3703	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE COMUNICAÇÕES MILITARES VIA SATELITE -	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	0	0	25	25
PROGRAMA: 0446 HOSPITAIS DE ENSINO						
4399	APOIO AO FUNCIONAMENTO DE HOSPITAIS DE ENSINO -	UNIDADE	0	0	30	30
PROGRAMA: 0883 INFRA-ESTRUTURA URBANA						
1920	IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA -	UNIDADE	0	650	0	650
PROGRAMA: 0799 INTEGRAÇÃO ELÉTRICA NORTE-SUL						

Emissão: 21/06/01 18:49:59

030 Rd Substitutivo - Relatoria

Elaborado: COFFICD - CONORSE

Página

9 de 20

70

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - ANEXO DE PRIORIDADES E METAS
PROGRAMAS E AÇÕES

		Produto	Unidade de Medida	Meta Proposta	Meta Acre/Canc Emenda	Meta Acre/Canc Destaque	Meta Substitutivo
1836	0075	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM - PROJETO PINDORAMA NO ESTADO DE ALAGOAS	HA	0	1.200	0	1.200
1836	0075	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM - PROJETO SALANGO NO ESTADO DO MARANHÃO	HA	2.966	0	0	2.966
1836	0065	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM - PROJETO TRÊS BARRAS NO ESTADO DE GOIÁS	HA	1.000	0	0	1.000
1836	0047	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM - PROJETO VÁRZEA DE SOUSA NO ESTADO DA PARAÍBA	HA	1.300	0	0	1.300
1836	9022	ESTUDOS PARA O APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA EM ÁREAS IRRIGÁVEIS - BREJO DA BARRA - BA	UNIDADE	0	0	2	2
1836	0029	ESTUDOS PARA O APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA EM ÁREAS IRRIGÁVEIS - PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO BAIXO DE IRECE NO ESTADO DA BAHIA	UNIDADE	0	0	2	2
PROGRAMA: 7006 - LUZ NO CAMPO							
3401		AMPLIAÇÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA RURAL DE BOA VISTA (1 RR 10722 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO E 3 MYA DE TRANSFORMADORES) -	%	3	0	0	3
3429		IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO RURAL DE ALAGOAS -	%	20	0	0	20
3405		IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO RURAL EM RONDÔNIA 494 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO E TRANSFORMADORES DE 12,54 MYA -	%	40	0	0	40
PROGRAMA: 8028 - MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL							
2834		RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS -	KM	3.500	0	0	3.500
2834	9002	RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS - BR-153/BA - RESTAURAÇÃO DO TRECHO RIO BRANCO - ENTROCAMENTO SANTA RITA DE CÁSSIA	KM	0	70	0	70
PROGRAMA: 8034 - MANUTENÇÃO DE RODOVIAS EM REGIME DE GESTÃO TERCEIRIZADA							
4399		SERVIÇO DE MANUTENÇÃO TERCEIRIZADA DE RODOVIAS -	KM	6.561	0	0	6.561
PROGRAMA: 8044 - MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL							
1899		AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA POLICIAMENTO FEDERAL (PROMOTEC) -	UNIDADE	3.393	0	0	3.393
7079		CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES OPERACIONAIS DA POLÍCIA FEDERAL - PRÓ-AMAZÔNIA/PROMOTEC -	UNIDADE	20	0	0	20
1778		IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES DA POLÍCIA FEDERAL (PRÓ-AMAZÔNIA) -	% DE EXECUÇÃO/FÍSICA	15	0	0	15
3832		INTEGRAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÕES DA POLÍCIA FEDERAL E DO SISTEMA INTEGRADO DE VIGILÂNCIA DA AMAZÔNIA - SIYAM (PRÓ-AMAZÔNIA) -	% DE EXECUÇÃO/FÍSICA	20	0	0	20
7003		REFORMA E MODERNIZAÇÃO DA ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA -	UNIDADE	1	0	0	1
PROGRAMA: 8013 - MONUMENTAL: PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO							
5535		PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO - MONUMENTAL -	UNIDADE	4	0	0	4
PROGRAMA: 8028 - MOBILAR MELHOR							
3069		IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO EM MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO DE ATÉ 75 MIL HABITANTES -	UNIDADE	112.388	87.612	50.000	250.000

Elaboração: COFFED - CONORUS

000 Rel Substitutivo - Relatoria

Emissão: 21/06/01 14:50:00

Página

11 de 20

CONGRESSO NACIONAL COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO LDO/2002 - ANEXO DE PRIORIDADES E METAS PROGRAMAS E AÇÕES						
	Produto	Unidade de Medida	Meta Proposta	Meta Acre/Canc. Emenda	Meta Acre/Canc. Destaque	Meta Substitutivo
5011	IMPLANTACÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO INTEGRADO EM MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO INFERIOR A 20 MIL HABITANTES -	UNIDADE	100	0	0	100
3966	IMPLANTACÃO, AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DE SISTEMA DE COLETA, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM MUNICÍPIOS COM CRIANÇAS QUE VIVEM DO LIXO -	UNIDADE	378.142	0	0	378.142
3948	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE -	UNIDADE	16.405	13.595	0	30.000
3981	REMUNERAÇÃO ÀS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PÚBLICAS PELA OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE GOVERNO -	UNIDADE	1	0	0	1
PROGRAMA: 944 NACIONAL DE ATIVIDADES ESPACIAIS - INAE						
7799	CONSTRUÇÃO DE TERMINAL PORTUÁRIO NA BASE DE ALCANTARA -	9. IMPLANTAÇÃO FÍSICA	30	0	0	30
PROGRAMA: 9121 NOSSO BAIRRO						
3970	IMPLANTACÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO (PASS/ BID) -	UNIDADE	16.357	0	0	16.357
3979	MELHORIA DAS CONDIÇÕES HABITACIONAIS, DE INFRA-ESTRUTURA E DE SANEAMENTO BÁSICO (HABITAR/ BID) -	UNIDADE	6.433	0	0	6.433
3980	PROJETOS INTEGRADOS DE SANEAMENTO BÁSICO -	UNIDADE	15	0	0	15
PROGRAMA: 9135 NOVO MUNDO RURAL: ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS						
2104	ASSISTÊNCIA JURÍDICA ÀS FAMÍLIAS ACAMPADAS -	UNIDADE	45.000	0	0	45.000
2109	ASSISTÊNCIA SOCIAL ÀS FAMÍLIAS ACAMPADAS -	UNIDADE	45.000	0	0	45.000
5613	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E CAPACITAÇÃO DE ASSENTADOS - LUMIAR -	UNIDADE	0	100.000	0	100.000
0061	CONCESSÃO DE CRÉDITO PARA AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS - BANCO DA TERRA -	HA	838.252	0	0	838.252
0062	CONCESSÃO DE CRÉDITO PARA INSTALAÇÃO ÀS FAMÍLIAS ASSENTADAS -	UNIDADE	37.000	0	0	37.000
2107	DISCRIMINAÇÃO DE ÁREAS DEVOLUTAS E TERRAS IRREGULARMENTE OCUPADAS -	HA	215.889	0	0	215.889
2116	IDENTIFICAÇÃO DE IMÓVEIS PASSÍVEIS DE DESAPROPRIAÇÃO E AQUISIÇÃO -	UNIDADE	2.188	0	0	2.188
5611	OBTENÇÃO DE TERRAS -	HA	1.214.147	0	0	1.214.147
2908	PERÍCIA JUDICIAL EM AÇÕES DE DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS -	UNIDADE	750	0	0	750
5608	PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ASSENTAMENTO RURAL -	UNIDADE	37.000	0	0	37.000
2106	SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA - SIPRA -	UNIDADE	1	0	0	1
2111	TITULAÇÃO DE TERRAS -	UNIDADE	10.000	0	0	10.000
5527	TOPOGRAFIA EM ÁREAS DE ASSENTAMENTO RURAL -	UNIDADE	37.000	0	0	37.000
PROGRAMA: 9136 NOVO MUNDO RURAL: CONSOLIDAÇÃO DE ASSENTAMENTOS						
4576	ACOMPANHAMENTO DA INSTALAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTOS RURAIS -	UNIDADE	829	0	0	829
5613	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E CAPACITAÇÃO DE ASSENTADOS - LUMIAR -	UNIDADE	52.902	0	0	52.902
0060	CONCESSÃO DE CRÉDITO PARA IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA BÁSICA - BANCO DA TERRA -	UNIDADE	20.800	0	0	20.800
1545	IMPLANTACÃO DE INFRA-ESTRUTURA BÁSICA EM ASSENTAMENTOS RURAIS - COMBATE À POBREZA RURAL -	UNIDADE	12.200	0	0	12.200
Subtotal: 00						

Emissão: 21/06/01 18:50:00

000 Ref Substitutivo - Relatoria

Elaboração: COFIC/D - CONORSEF

Página

12 de 20

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - ANEXO DE PRIORIDADES E METAS
PROGRAMAS E AÇÕES

	Produto	Unidade de Medida	Meta Proposta	Meta Acre/Canc Emenda	Meta Acre/Canc Destaque	Meta Substitutivo
3067	INVESTIMENTO EM INFRA-ESTRUTURA BÁSICA PARA ASSENTAMENTOS RURAIS - FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	37.000	0	0	17.000
PROGRAMA: 026 OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL						
3312	DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS NATURAL NO CAMPO PETROLÍFERO DE MARLIM (RU) (ACRÉSCIMO DE 120.000 BOFEIDA) - SISTEMA DE PRODUÇÃO IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	4	0	0	4
3317	DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS NATURAL NO CAMPO PETROLÍFERO DE MARLIM SUL (RU) (ACRÉSCIMO DE 108.000 BOFEIDA) - SISTEMA DE PRODUÇÃO IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	12	0	0	12
PROGRAMA: 009 PANTANAL						
3020	AÇÕES SOCIO-ECONÔMICAS EM TERRAS INDÍGENAS NA BACIA DO ALTO RIO PARAGUAI - PANTANAL - COMUNIDADE ASSISTIDA	UNIDADE	1	0	0	1
3004	AMPLIAÇÃO E MELHORIA DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA BACIA DO ALTO RIO PARAGUAI - PANTANAL - FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	8.399	0	0	8.399
3005	AMPLIAÇÃO E MELHORIA DOS SISTEMAS DE ESCOTAMENTO SANITÁRIO DA BACIA DO ALTO RIO PARAGUAI - PANTANAL - FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	16.799	0	0	16.799
6369	ASSISTÊNCIA TÉCNICA AOS PRODUTORES RURAIS DA PLANÍCIE PANTAHEIRA - PRODUTOR ASSISTIDO	UNIDADE	120	0	0	120
3007	DIFUSÃO DE TECNOLOGIA E REGULARIZAÇÃO DE ATIVIDADES MINERADORAS DA BACIA DO ALTO RIO PARAGUAI - PANTANAL - MINERADORA CONTROLADA	UNIDADE	5	0	0	5
3009	GERENCIAMENTO DE RECURSOS FAUNÍSTICOS DA BACIA DO ALTO RIO PARAGUAI - PANTANAL - PLANO IMPLANTADO	UNIDADE	7	0	0	7
3011	IMPLANTAÇÃO DA RESERVA DA BIOSFERA DO PANTANAL - PANTANAL - RESERVA IMPLANTADA	HA	3.300.000	0	0	3.300.000
3019	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE GERENCIAMENTO E MANEJO DOS RECURSOS PESQUEIROS NA BACIA DO ALTO RIO PARAGUAI - PANTANAL - SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	18	0	0	18
3010	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS DA BACIA DO ALTO RIO PARAGUAI - PANTANAL - SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	16	0	0	16
3013	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA BACIA DO ALTO RIO PARAGUAI - PANTANAL - FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	12.600	0	0	12.600
3012	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA ESTADUAL DE GERENCIAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA DO ALTO RIO PARAGUAI - PANTANAL - SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	12	0	0	12
3008	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS PARA O ORDENAMENTO E PROMOÇÃO DO ECOTURISMO NA BACIA DO ALTO RIO PARAGUAI - PANTANAL - SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	16	0	0	16
3018	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA POR SUB-BACIAS CRÍTICAS DO ALTO RIO PARAGUAI - PANTANAL - UNIDADE	UNIDADE	3	0	0	3
7329	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE GESTÃO AMBIENTAL NA BACIA DO ALTO RIO PARAGUAI - PANTANAL - UNIDADE	UNIDADE	3	0	0	3
3003	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE MANEJO DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS DA BACIA DO ALTO RIO PARAGUAI - PANTANAL - UNIDADE	UNIDADE	1	0	0	1
3017	IMPLEMENTAÇÃO DE ESTRADAS-PARQUE NA BACIA DO ALTO RIO PARAGUAI - PANTANAL - ESTRADA PARQUE IMPLANTADA	KM	73	0	0	73
3014	IMPLEMENTAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA BACIA DO ALTO RIO PARAGUAI - PANTANAL - AMOSTRA PROTEGIDA	HA	45.359	0	0	45.359

Emissão: 21/06/01 18:30:01

Página

13 de 20

Elaboração: COFFICD - CONORAF 030 Rel Substitutivo - Rcloria

CONGRESSO NACIONAL COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO LDO/2002 - ANEXO DE PRIORIDADES E METAS PROGRAMAS E AÇÕES									
		Produto	Unidade de Medida	Meta Proposta	Meta Acre/Canc Emenda	Meta Acre/Canc Destaque	Meta Substitutivo		
1851	0099	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA - NO ESTADO DA BAHIA	UNIDADE	0	0	0	10	10	
1851	9002	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA - PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS NO ESTADO DE GOIÁS	UNIDADE	0	0	0	50	50	
1851	0909	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA - PROJETO PROPOSTOS NO ESTADO DE TOCANTINS	UNIDADE	0	0	0	0	0	R
1851	9003	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA - REGULARIZAÇÃO DO LETO DE RIOS NO ESTADO DE GOIÁS	UNIDADE	0	0	0	5	5	5
1279		IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS SANITÁRIO E DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM ESCOLAS PÚBLICAS -	UNIDADE	6.927	0	0	0	6.927	
3642	0005	PROVA-GUA - SEMI-ÁRIDO - NA REGIÃO NORDESTE	UNIDADE	23	0	0	0	23	
PROGRAMA: 0383 PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR									
0867		CONCESSÃO DE CRÉDITO RURAL -	UNIDADE	0	0	0	20.000	20.000	
PROGRAMA: 0406 PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA									
1391		INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS EM SÍTIOS OPERACIONAIS DO SISTEMA DE VIGILÂNCIA DA AMAZÔNIA - SIVAM -	UNIDADE	0	0	0	4	4	
6333		MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA - SIPAM -	UNIDADE	0	0	0	1	1	
5325		OBRAS CIVIS DO SISTEMA DE VIGILÂNCIA DA AMAZÔNIA - SIVAM -	M²	0	0	0	8.000	8.000	
PROGRAMA: 0981 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO TRABALHADOR									
5420		QUALIFICAÇÃO DE AGENTES DE TURISMO NOS MUNICÍPIOS -	UNIDADE	111.000	0	0	0	111.000	
5421		QUALIFICAÇÃO DE CUIDADORES DE IDOSOS -	UNIDADE	60.000	0	0	0	60.000	
5422		QUALIFICAÇÃO DE JOVENS EM RISCO SOCIAL -	UNIDADE	100.000	0	0	0	100.000	
5423		QUALIFICAÇÃO DE PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA E DE ATENDENTES DE PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA -	UNIDADE	80.000	0	0	0	80.000	
1281		QUALIFICAÇÃO DE POLÍCIAS CIVIS E MILITARES -	UNIDADE	18.000	0	0	0	18.000	
5424		QUALIFICAÇÃO DE TRABALHADORES AUTÔNOMOS/AUTOGESTIONADOS -	UNIDADE	380.000	0	0	0	380.000	
5425		QUALIFICAÇÃO DE TRABALHADORES DA ÁREA DA CULTURA -	UNIDADE	100.000	0	0	0	100.000	
5426		QUALIFICAÇÃO DE TRABALHADORES DESOcupADOS -	UNIDADE	680.000	0	0	0	680.000	
5427		QUALIFICAÇÃO DE TRABALHADORES SOB RISCO DE DESOCUPAÇÃO -	UNIDADE	540.000	0	0	0	540.000	
5405		QUALIFICAÇÃO PARA PEQUENOS E MICROEMPREENDEDORES -	UNIDADE	880.000	0	0	0	880.000	
PROGRAMA: 0632 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA									
3113		AQUISIÇÃO DE AERONAVES -	UNIDADE	0	0	0	18	18	
3128		MODERNIZAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE AERONAVES -	UNIDADE	0	0	0	26	26	
PROGRAMA: 0661 REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO									
2698		ASSISTÊNCIA AO PRESO, À VÍTIMA E AO EGRESSO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO -	UNIDADE	1.579	0	0	0	1.579	

Emissão: 21/06/01 18:30:02

030 Rei Substitutivo - Relatoria

Elaborado: COFEV - CONORSE

Página 16 de 20

CONGRESSO NACIONAL COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO LDO/2002 - ANEXO DE PRIORIDADES E METAS PROGRAMAS E AÇÕES						
	Produto	Unidade de Medida	Meta Proposta	Meta Acre/Canc Emenda	Meta Acre/Canc Destaque	Meta Substitutivo
1718	CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DE AGENTES RESPONSÁVEIS PELA CUSTÓDIA DO PRESO.	UNIDADE	4.463	0	0	4.463
1844	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E APARELHAMENTO DE ESTABELECIMENTOS PENAS -	UNIDADE	6.868	0	0	6.868
1846	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES PENITENCIÁRIAS - INFOPEN -	% DE EXECUÇÃO TÉCNICA	23	0	0	23
2719	MUTUAÇÃO NA EXECUÇÃO PENAL -	UNIDADE	38.712	0	0	38.712
3448	PRODUÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO POR-DETTENTOS - PNTANDO A LIBERDADE -	UNIDADE	1.915.000	0	0	1.915.000
2727	PROFISSIONALIZAÇÃO DO PRESO -	UNIDADE	1.379	0	0	1.379
1701	REAPARELHAMENTO DE ESTABELECIMENTOS PENAS -	UNIDADE	153	0	0	153
2730	SERVIÇO DE ACOMPANHAMENTO DA APLICAÇÃO DE PENAS ALTERNATIVAS -	UNIDADE	3.302	0	0	3.302
PROGRAMA: 0152 REINSEÇÃO SOCIAL DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI						
1724	ASSISTÊNCIA SOCIOEDUCATIVA AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI -	UNIDADE	0	47	0	47
PROGRAMA: 0119 SANEAMENTO BÁSICO						
3880	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DE SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO PARA CONTROLE DE AGRAVOS -	UNIDADE	286.315	0	0	286.315
3861	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA CONTROLE DE AGRAVOS -	UNIDADE	801.364	0	0	801.364
3859	IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DE AGRAVOS -	UNIDADE	453.301	0	0	453.301
PROGRAMA: 8122 SANEAMENTO E VIDA						
3973	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO NA ILHA DE SÃO LUIS -	UNIDADE	11.694	0	0	11.694
PROGRAMA: 0037 SAÚDE DA CRIANÇA E ALEITAMENTO MATERNO						
5602	MULTIVACINAÇÃO DE CRIANÇAS DE 0 A 5 ANOS DE IDADE -	MILHAR	15.800	0	0	15.800
PROGRAMA: 0091 SAÚDE DA FAMÍLIA						
0387	ATENDIMENTO ASSISTENCIAL BÁSICO REFERENTE À PARTE FIXA DO PRISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB, NOS MUNICÍPIOS EM GESTÃO PLENA DA ATENÇÃO BÁSICA -	MILHAR	169.163	0	0	169.163
0389	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICÍPIOS HABILITADOS À PARTE VARIÁVEL DO PRISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB, PARA A SAÚDE DA FAMÍLIA -	UNIDADE	20.000	0	0	20.000
PROGRAMA: 0446 SEGURANÇA DO CIDADÃO						
7807	IMPLANTAÇÃO DA POLÍCIA COMUNITÁRIA -	UNIDADE	27	0	0	27
7801	IMPLANTAÇÃO DE CENTROS INTEGRADOS DE CIDADANIA -	UNIDADE	8	0	0	8
7799	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE POLÍCIAS -	% DE EXECUÇÃO TÉCNICA	27	0	0	27
7803	INTENSIFICAÇÃO DO POLICIAMENTO OSTENSIVO EM ÁREAS CRÍTICAS -	UNIDADE	27	0	0	27
7797	REAPARELHAMENTO DAS POLÍCIAS ESTADUAIS -	UNIDADE	27	0	0	27
Emissão: 21.01.18 50.03						
Página: 17 de 20						
Sistema: COFFICD - CONOR/28						
010 Rel Substitutivo - Substituta						

Emissão: 21.06.01 18:50:03

030 Rel Substitutivo - Substitua

Emissão: CORRIG - CONOR/SP

Página 17 de 24

CONGRESSO NACIONAL COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO LODO/2002 - ANEXO DE PRIORIDADES E METAS PROGRAMAS E AÇÕES									
	Produto	Unidade de Medida	Meta Proposta	Meta AcreCanc Emenda	Meta AcreCanc Desleque	Meta Substitutivo			
7795	TREINAMENTO DE INSTRUTORES PARA POLÍCIA COMUNITÁRIA E TRATAMENTO DE MANIFESTAÇÕES.	UNIDADE:	6.000	0	0	6.000			
PROGRAMA: 006 SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS									
2120	ANÁLISE DE PERÍODOS FÍSICOS, QUÍMICOS E MICROBIOLÓGICOS E CONTROLE DE PONTOS CRÍTICOS NA PRODUÇÃO AGRICOLA/INDUSTRIAL.	UNIDADE:	100	0	0	100			
4239	CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS, SEUS SUBPRODUTOS E RESÍDUOS DE VALOR ECONÔMICO.	T/M	630.500	0	0	630.500			
2150	FISCALIZAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS, SEUS SUBPRODUTOS E RESÍDUOS DE VALOR ECONÔMICO.	UNIDADE:	1.000	0	0	1.000			
2131	INSPEÇÃO DE BEBIDAS, VINHOS E OUTROS PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL.	UNIDADE:	5.698	0	0	5.698			
2145	INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL.	UNIDADE:	4.170	0	0	4.170			
2132	OPERÇÃO DO SISTEMA LABORATORIAL DE APOIO ANIMAL.	UNIDADE:	5	0	0	5			
2136	OPERÇÃO DO SISTEMA LABORATORIAL DE APOIO VEGETAL.	UNIDADE:	6	0	0	6			
2148	PADRONIZAÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS, SEUS SUBPRODUTOS E RESÍDUOS DE VALOR ECONÔMICO.	UNIDADE:	11	0	0	11			
2164	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM BENEFICIAMENTO, PROCESSAMENTO E PRESERVAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS.	UNIDADE:	23	0	0	23			
2163	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM BENEFICIAMENTO, PROCESSAMENTO E PRESERVAÇÃO DE PRODUTOS PECTÁRIOS.	UNIDADE:	2	0	0	2			
2146	TIPIFICAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL.	UNIDADE:	64.728	0	0	64.728			
PROGRAMA: 045 SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO - INTERNET II									
4202	APOIO AO FORTALECIMENTO DAS EMPRESAS DE SOFTWARE PARA EXPORTAÇÃO.	REAIS	99.000.000	0	0	99.000.000			
2199	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA PESQUISA DE INTERESSE DA ÁREA DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO.	UNIDADE:	287	0	0	287			
4178	DESENVOLVIMENTO DE PADRÕES PARA BIBLIOTECAS DIGITAIS.	UNIDADE:	10	0	0	10			
4138	DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS EM INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO AVANÇADA.	UNIDADE:	17	0	0	17			
4212	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NA ÁREA DE COMPONENTES ELETRÔNICOS E DE MICROESTRUTURAS.	UNIDADE:	18	0	0	18			
4141	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO PARA A PRODUÇÃO INDUSTRIAL DE SOFTWARE.	UNIDADE:	31	0	0	31			
4185	POMENTO À PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.	UNIDADE:	74	0	0	74			
4166	POMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE APLICAÇÕES DE PROCESSAMENTO DE ALTO DESEMPENHO - PAD.	UNIDADE:	32	0	0	32			
4172	MANUTENÇÃO DA REDE NACIONAL DE PESQUISA.	UNIDADE:	27	0	0	27			
4186	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO NA ÁREA DE INFORMÁTICA.	UNIDADE:	13	0	0	13			
3401	REDE NACIONAL DE PESQUISA - INTERNET II.	CRÉDITO	4	0	0	4			
PROGRAMA: 0437 TECNOLOGIA DE USO AEROSPAÇIAL									
3122	DESENVOLVIMENTO DO AM-X.	% DE EXECUÇÃO/FISCA	0	0	0	20			

Elaborado: CONFICD - CONORSE

030 Rel Substitutivo - Redação

Emissão: 21/06/01 14:39:03

Página

18 de 20

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - ANEXO DE PRIORIDADES E METAS
PROGRAMAS E AÇÕES

	Produto	Unidade de Medida	Meta Proposta	Meta Acre/Canc Emenda	Meta Acre/Canc Destaque	Meta Substitutivo
PROGRAMA: 0639 TECNOLOGIA DE USO NAVAL						
1421	CONSTRUÇÃO DO PROTÓTIPO DE REATOR NUCLEAR -	% EXECUÇÃO FÍSICA	0	5	0	5
PROGRAMA: 0151 TERRITÓRIO E CULTURA INDÍGENAS						
4390	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE TERRAS INDÍGENAS -					
PROGRAMA: 0040 TODA CRIANÇA NA ESCOLA						
4207	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR -					
4085	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL -					
4042	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA A ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL (SAÚDE DO ESCOLAR) -					
6121	DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - REGIÕES NORTE, NORDESTE E CENTRO-OESTE - FUNDESCOLA -	UNIDADE	36.800	0	0	36.800
6125	DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - REGIÕES SUL, SUDESTE E DISTRITO FEDERAL -	UNIDADE	180	0	0	180
4045	DISTRIBUIÇÃO DE ACERVOS BIBLIOTÉCAROS PARA ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL -	UNIDADE	3.500	0	0	3.500
4046	DISTRIBUIÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS PARA ALUNOS E PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL -	UNIDADE	95.850	0	0	95.850
3693	FUNDO DE FORTALECIMENTO DA ESCOLA - FUNDESCOLA II -	UNIDADE	42.370	0	0	42.370
0615	PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MÍNIMA ASSOCIADOS A AÇÕES SOCIO-EDUCATIVAS (LEI Nº 9.333) -	UNIDADE	12.850	0	0	12.850
3699	VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR -	UNIDADE	73.190	0	0	73.190
PROGRAMA: 0022 TRANSPORTE FURBOVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS						
7335	CONSTRUÇÃO DO METRÔ DE SUPERFÍCIE NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM -	KM	0	5	0	5
5319	CONSTRUÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE FORTALEZA - LINHA 1 - TRECHO CAUCAIA - VILA DAS FLORES	KM	31	0	0	31
1030	CONSTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO METRÔ DE SUPERFÍCIE NO ESPRITO SANTO - TRECHO VIANA - CARIACICA - VILA VELHA - VITÓRIA - SERRA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	0	17	0	17
5752	EXPANSÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE - TRECHO SÃO LIBERDADO - NOVO HAMBURG	KM	9	0	0	9
1044	IMPLANTAÇÃO DO METRÔ DE CURTIBÁ - NO ESTADO DO PARANÁ					
1048	IMPLANTAÇÃO DO METRÔ DE GOIÂNIA - NO ESTADO DE GOIÁS	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	0	13	0	13
5366	IMPLANTAÇÃO DO METRÔ DE SALVADOR - DO METRÔ - TRECHO LAPA-PRAIÁ	KM	4	12	0	16
5753	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE - DA LINHA 1 DO METRÔ - TRECHO SÃO GABRIEL - VIA NORTE	KM	1	4	0	5
5753	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE - TRECHO CALAFATE - BARREIRO	KM	0	0	0	0
5754	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE RECIFE - DO METRÔ - TRECHO RECIFE - CALDEIRO SECO COM MELHORAMENTOS NA LINHA SUL	KM	6	10	0	16

Elaboração: COFFAC/D - CONOR/2002

030 Rel. Substitutivo - Relatório

Emissão: 21/06/01 14:50:02

Página

19 de 20

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - ANEXO DE PRIORIDADES E METAS
PROGRAMAS E AÇÕES

		Produto	Unidade de Medida	Meta Proposta	Meta Acre/Canc Emenda	Meta Acre/Canc Destaque	Meta Substitutivo
1046	0002	IMPLANTACÃO DO SISTEMA METROVIÁRIO DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	Km	0	7	0	7
2843		MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE PASSAGEIROS -	UNIDADE:	425.982	0	0	425.982
7625		RECUPERAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE SALVADOR -	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	14	0	0	14
PROGRAMA: 8038 - TRANSMISSÃO DE ÁGUAS DO RIO SÃO FRANCISCO							
3690		CONSTRUÇÃO DE ADUTORES -	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	5	0	0	5
3691		CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE BOMBAMENTO -	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	13	0	0	13
5414		ESTUDOS PARA A TRANSPOSIÇÃO DAS ÁGUAS DO RIO SÃO FRANCISCO -	UNIDADE:	4	0	0	4
PROGRAMA: 8057 - UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES							
1319		IMPLANTACÃO DE ACESSOS AOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE SAÚDE PÚBLICA -	UNIDADE:	20.000	0	0	20.000
1323	0001	IMPLANTACÃO DE ACESSOS AOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES EM LOCALIDADES ONDE O CUSTO DOS SERVIÇOS NÃO POSSA SER RECUPERADO COM SUA EXPLORAÇÃO COMERCIAL - NACIONAL	UNIDADE:	18.000	0	0	18.000
1321		IMPLANTACÃO DE ACESSOS AOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS DE ENSINO E BIBLIOTECAS PÚBLICAS -	UNIDADE:	8.500	0	0	8.500
PROGRAMA: 8066 - VALORIZAÇÃO E SAÚDE DO IDOSO							
0573		PAGAMENTO DE BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA À PESSOA IDOSA - LOAS -	UNIDADE:	554.000	0	0	554.000
0561		PAGAMENTO DE RENDA MENSAL VITALÍCIA POR IDADE -	UNIDADE:	235.000	0	0	235.000
5600		VACINAÇÃO DE IDOSO COM 60 ANOS DE IDADE OU MAIS -	MILHAR	13.900	0	0	13.900

Elaborado: COMFICD - CONORJF

010 Ref. Substituto - Retorno

Emissão: 21/06/01 14:50:04

Página

210 de 20

ANEXO DE METAS FISCAIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2002
Metas e Projeções Fiscais
 (Art. 4º, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 2000)

Discriminação	R\$ milhões correntes					
	2002		2003		2004	
	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB
I. RECEITA TOTAL	289.220,0	21,90	311.277,1	21,74	336.688,2	21,74
II. DESPESA TOTAL	262.811,3	19,90	282.645,2	19,74	305.701,7	19,74
II. RESULTADO PRIMÁRIO (I-II)	26.408,7	2,00	28.631,9	2,00	30.986,6	2,00
IV. RESULTADO NOMINAL	-27.232,7	-2,06	-19.075,6	-1,33	-20.134,2	-1,30
V. DÍVIDA LÍQUIDA GOVERNO CENTRAL (*)	407.825,9	30,32	441.416,7	30,35	474.790,3	30,18

(*) A preços de dezembro

Discriminação	R\$ milhões médios de 2001					
	2002		2003		2004	
	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB
I. RECEITA TOTAL	276.735,9	21,90	287.268,6	21,74	300.181,9	21,74
II. DESPESA TOTAL	251.467,1	19,90	260.845,0	19,74	272.570,5	19,74
II. RESULTADO PRIMÁRIO (I-II)	25.268,8	2,00	26.423,6	2,00	27.611,4	2,00
IV. RESULTADO NOMINAL	-26.057,2	-2,06	-17.604,3	-1,33	-17.982,1	-1,30
V. DÍVIDA LÍQUIDA GOVERNO CENTRAL (*)	392.140,2	30,32	410.067,6	30,35	426.136,4	30,18

(*) A preços de dezembro de 2001

ANEXO DE METAS FISCAIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2002
Metas e Projeções Fiscais
(Art. 4º, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 2000)

Discriminação	Lei 99				Realizado 99				Lei 2000				Realizado 2000				PLO 2001				Lei 2001			
	Valor		% PIB		Valor		% PIB		Valor		% PIB		Valor		% PIB		Valor		% PIB		Valor		% PIB	
	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB		
I. RECEITA TOTAL	200.934,6	20,9			211.025,5	22,0			229.216,7	21,0			237.102,9	21,8			268.893,2	22,1			280.234,1	23,0		
II. DESPESA TOTAL	186.161,2	19,4			190.788,6	19,9			200.331,8	18,4			215.949,7	19,8			240.772,3	19,8			252.017,7	20,7		
III. RESULTADO PRIMÁRIO (I-II)	14.773,4	1,5			20.236,9	2,1			28.883,9	2,7			21.153,2	1,9			28.120,9	2,3			28.216,4	2,3		
IV. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA					2.415,2	0,3							-691,7	-0,1										
V. RESULTADO PRIMÁRIO (III+IV)	14.773,4	1,5			22.672,1	2,4			28.883,9	2,7			20.461,5	1,9			28.120,9	2,3			28.216,4	2,3		
VI. RESULTADO NOMINAL					-86.209,0	-6,9							-34.496,0	-3,2										
VII. DÍVIDA LÍQUIDA GOVERNO CENTRAL (*)					316.222,0	30,2							352.967,0	31,0										

(*) A preços de dezembro

(*) A preços de dezembro

Discriminação	Lei 99		Realizado 99		Lei 2000		Realizado 2000		PLO 2001		Lei 2001	
	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB
I. RECEITA TOTAL	248.230,1	20,9	258.595,8	22,0	246.911,2	21,0	255.407,3	21,8	268.893,2	22,1	280.234,1	23,0
II. DESPESA TOTAL	228.126,4	19,4	233.772,5	19,9	215.797,5	18,4	232.621,1	19,8	240.772,3	19,8	252.017,7	20,7
III. RESULTADO PRIMÁRIO (I-II)	18.103,7	1,5	24.823,3	2,1	31.113,7	2,7	22.786,2	1,9	28.120,9	2,3	28.216,4	2,3
IV. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA			2.959,6	0,3			-745,1	-0,1				
V. RESULTADO PRIMÁRIO (III+IV)	18.103,7	1,5	27.782,9	2,4	31.113,7	2,7	22.041,1	1,9	28.120,9	2,3	28.216,4	2,3
VI. RESULTADO NOMINAL			-81.134,1	-6,9			-37.159,1	-3,2				
VII. DÍVIDA LÍQUIDA GOVERNO CENTRAL (*)			365.950,1	30,2			372.013,6	31,0				

(*) A preços de dezembro de 2001

ANEXO DE METAS FISCAIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2002
Avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior
(Art. 4º, § 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 2000)

A Lei nº 9.811, de 1999, que estabeleceu as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2000, determinou, em seu art. 18, que a elaboração, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2000 contemplasse um superávit primário de, no mínimo, 2,70% do PIB, dos quais os orçamentos fiscal e da seguridade social responderiam pelo equivalente a 2,60% do PIB.

A Lei Orçamentária Anual (Lei nº 9.969, de 2000) fixou um superávit primário no âmbito do Governo Central equivalente a 2,65% do PIB em 2000, valor ligeiramente superior ao piso estabelecido pela LDO. À época, tal meta implicava um superávit de R\$ 28,5 bilhões, com base nas estimativas disponíveis para o PIB de 2000.

A meta em valores nominais foi afetada ao longo dos meses seguintes por revisões na estimativa do PIB de 2000, decorrentes de alterações na estimativa do deflator do PIB de 1999. A forte variação do câmbio em 1999 comprometeu a previsão do deflator do PIB para aquele ano, por causa da mudança nos preços relativos. O deflator do PIB para 1999 só foi conhecido com detalhe em meados do segundo semestre de 2000. Como resultado, houve sucessivas revisões do valor nominal do PIB de 1999, sobre o qual, o PIB de 2000, era estimado. Na ausência de grandes flutuações cambiais como as observadas em 1999, este fenômeno não deve se repetir.

Em meados do ano de 2000, o Governo alterou o art. 18 da LDO, por meio da Medida Provisória nº 2.030-30, de 20 de junho de 2000, e estabeleceu um valor nominal para o superávit primário, com objetivo de reduzir eventuais incertezas quanto às metas fiscais para aquele exercício. Na ocasião ampliou-se também o escopo das metas fiscais estabelecidas pela legislação federal. A meta de superávit primário passou a abranger os orçamentos fiscal, da seguridade social e das empresas estatais federais. A meta conjunta estabelecida pela Medida Provisória em questão fixou o superávit do Governo Central e das Empresas Estatais Federais em, no mínimo, R\$ 30,5 bilhões. A razão de se estabelecer uma meta conjunta decorre da relação entre a receita do governo central através da Conta Petróleo e o resultado da Petrobrás. O preço internacional do petróleo acima do esperado implicaria uma diminuição da arrecadação da Conta Petróleo e um aumento do resultado da Petrobrás. Desta forma, uma meta conjunta evitaria a geração de um excesso de superávit no Setor Público Consolidado às custas de cortes adicionais de despesa no Governo Central.

De acordo com a apuração do Banco Central, pelo critério de Necessidades de Financiamento - Conceito Primário, o superávit para o Governo Central e Empresas Estatais em 2000 alcançou R\$ 30,6 bilhões, equivalente a 2,81% do PIB, cumprindo o estabelecido na LDO. Ressalte-se que esta meta foi alcançada com menor participação de receitas extraordinárias, notadamente receita de concessões, que foram compensadas por um incremento nas receitas de caráter permanente. Por seu lado, as despesas como proporção do PIB mantiveram-se praticamente estáveis. Algumas rubricas orçamentárias cresceram de forma moderada em termos nominais, enquanto os gastos sociais, por exemplo, refletiram um aumento nominal de quase quinze por cento.

Em uma conjuntura de estabilidade cambial e redução das taxas de juros da economia, este superávit primário permitiu que o déficit nominal do Governo Central e das Empresas Estatais Federais fosse substancialmente reduzido, declinando de 6,50% do PIB em 1999 para 2,31% do PIB em 2000. Em decorrência, a dívida líquida do Governo Central e das Empresas Estatais Federais se manteve no mesmo patamar em dezembro de 2000 (30,9%) quando comparado a dezembro de 1999 (30,2% do PIB).

O cumprimento das metas pelo segundo ano consecutivo atestou mais uma vez o comprometimento do Governo com o Programa de Estabilidade Fiscal proposto à Nação em outubro de 1998, o que permitiu reverter a trajetória de crescente endividamento público, propiciando as bases para a recuperação da economia.

A responsabilidade fiscal refletida no continuado cumprimento de metas complementa e é reforçada pelas transformações estruturais e institucionais implementadas nos últimos anos (Reformas da Previdência e Administrativa, Privatizações, Lei de Responsabilidade Fiscal, entre outras). O equilíbrio das contas públicas constitui um instrumento fundamental para a consecução das prioridades sociais do Governo e para garantir um crescimento econômico não inflacionário e duradouro.

ANEXO DE METAS FISCAIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2002
Demonstrativo das metas anuais
(Art. 4º, § 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 2000)

As metas de superávit primário apresentadas no presente Anexo à Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2002 foram fixadas com objetivo de consolidar os resultados obtidos com o Programa de Estabilidade Fiscal. Mantêm-se, para o triênio 2002-2004, os objetivos básicos da política econômica, quais sejam, a estabilidade de preços e a confiança na saúde financeira do Estado, de forma a promover um ambiente propício ao investimento e à continuidade do crescimento da economia e do nível de emprego.

A variável mais importante no longo prazo para conferir credibilidade à política macroeconômica é a relação dívida/Produto Interno Bruto - PIB. Uma trajetória estável desta relação proporciona a folga necessária à gestão de eventuais desajustes de curto prazo e reduz o risco financeiro de qualquer empreendimento ou investimento no país.

O instrumento fundamental para a consecução dos objetivos propostos do ponto de vista da política fiscal é o estabelecimento de metas para o resultado primário e o controle dos gastos e das receitas em consonância com as metas fixadas.

Essa transição do objetivo último - controlar a relação entre dívida e PIB - para a meta de superávit primário é uma etapa necessária, pois os instrumentos básicos da política fiscal residem, essencialmente, na elaboração e no controle do orçamento de receitas e despesas, e não no universo mais amplo de variáveis representado pela relação entre dívida e PIB propriamente dita.

Propõe-se para o ano de 2002 um superávit primário do Governo Central de R\$ 26,4 bilhões, equivalente a 2% do PIB, dado o valor estimado para o PIB de R\$ 1.320,4 bilhões. O superávit primário resulta da diferença entre receitas líquidas estimadas em R\$ 289,2 bilhões e despesas de R\$ 262,8 bilhões.

Para os anos de 2003 e 2004, prevê-se a manutenção do esforço fiscal consubstanciado em metas de 2% do PIB para cada ano. Estas metas, cujo caráter neste momento é meramente indicativo, são de resultados primários positivos da ordem de, respectivamente, R\$ 28,6 bilhões e R\$ 31,0 bilhões. Esses números revelam uma pequena mudança no perfil temporal dos resultados primários em relação ao divulgado no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentária para 2001.

Em relação aos níveis projetados de receitas e despesas, considerou-se uma pequena queda da receita como proporção do PIB, em 2002, em relação aos níveis esperados para 2001. Isso decorre basicamente da redução prevista nas receitas de concessões. Uma questão crucial para a política fiscal nos próximos anos é o futuro da Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras - CPMF, que já se tornou a quarta fonte de arrecadação por ordem de grandeza. A importância relativa dessa contribuição para a saúde das contas públicas impõe que seja encontrada uma solução adequada para evitar a perda de receita. Para os anos seguintes, está prevista uma nova redução moderada (0,16% do PIB) por conta do fim da alíquota de 27,5% do Imposto de Renda pessoa física.

Para as Empresas Estatais Federais está sendo previsto um superávit primário de R\$ 5,3 bilhões (0,4% do PIB). Cumpre lembrar que o art. 17 desta Lei permite a compensação entre o resultado primário daquelas Empresas e o do Governo Central. A razão de se estabelecer uma meta conjunta decorre da relação entre a receita do Governo Central através da Conta Petróleo e o resultado da

Petrobrás. Variações no preço internacional do petróleo provocam mudanças em direções opostas na arrecadação da Conta Petróleo e no resultado das Estatais Federais. Desta forma, uma meta conjunta pode evitar - como de fato, o fez no ano 2000 - a geração de um excesso de superávit no Setor Público Consolidado às custas de um maior corte de despesa no Governo Central.

Em função do mecanismo de compensação previsto para o resultado primário, a meta de resultado nominal para o Governo Central também ficará alterada no mesmo montante da compensação efetuada.

A meta de superávit primário para o Governo Central mais Empresas Estatais Federais de R\$ 31,7 bilhões, equivalente a 2,4% do PIB e as projeções de resultados para Estados e Municípios apontam para a realização de um superávit primário de 3,0% do PIB para o setor público consolidado em 2002.

VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS PROJETADAS			
	2002	2003	2004
Taxa de câmbio (R\$/US\$ - dez.)	2,15	2,18	2,21
Taxa de juros nominal (% a.a.)	13,2	12,3	12,3
Crescimento real do PIB(%a.a.)	4,5	4,5	4,5
Inflação (% a.a.)	4,0	3,5	3,5
Esqueletos-Privatização (R\$ bilhões)	0,43	4,36	4,72

Tomou-se como ponto de partida para projetar o comportamento da economia brasileira o quadro traçado pelos seus fundamentos. A situação atual permite antever a continuidade do processo de crescimento do PIB com redução gradual da taxa de inflação e da taxa de juros real. Nesse ambiente, estima-se um resultado nominal do Governo Central de 2,06% do PIB em 2002, 1,33% em 2003 e 1,30% em 2004. Em relação à dívida líquida do Governo Central, a previsão é que essa alcance 30,32%, 30,35% e 30,18% do PIB em 2002, 2003 e 2004 respectivamente.

Há que se ressaltar que tanto os valores de déficit nominal quanto os de dívida dependem diretamente das hipóteses macroeconômicas consideradas. Uma variável crítica para a determinação do estoque da dívida é a taxa de câmbio, dado que parcela significativa da dívida bruta do setor pút depende diretamente da mesma. Num regime de câmbio flutuante uma deterioração do ambiente externo pode levar a uma desvalorização cambial, o que implica elevação do nível da dívida. Cumpre lembrar, no entanto, que choques externos adversos muitas vezes têm efeitos maiores no curto prazo que no longo prazo, de forma que as projeções aqui apresentadas não consideram a hipótese de novos choques externos. Na verdade, apenas choques permanentes, com impacto na solvência do setor no longo prazo, devem resultar em mudanças na política fiscal. Cabe também ressaltar que os diversos passivos contingentes apresentados no Anexo de Riscos Fiscais podem contribuir adicionalmente para um aumento do estoque de dívida.

Estima-se, assim, que o nível de esforço fiscal determinado pelas metas de resultado primário aqui fixadas seja compatível com a manutenção ou até ligeira queda da relação entre a dívida pública líquida e o PIB. Essas estimativas supõem a evolução da economia brasileira em conformidade com os sólidos fundamentos econômicos atuais, com a redução relativa da vulnerabilidade a abalos de origem externa e com os demais fatores de risco remanescentes.

ANEXO DE METAS FISCAIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2002
Patrimônio Líquido da União
(Art. 4º, § 2º, Inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 2000)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ Milhões					
	2000		1999		1998	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Patrimônio/Capital	152.634	53,5	67.918	40,4	139.996	65,4
Reservas	7.082	2,5	5.844	3,5	3.608	1,7
Resultado Acumulado	125.847	44,1	94.258	56,1	70.575	33,0
TOTAL	285.563	100,0	168.021	100,0	214.179	100,0

FONTE: SIAFI / Secretaria do Tesouro Nacional

ANEXO DE METAS FISCAIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2002
Origem e Aplicação dos Recursos de Desestatizações
(Artigo 4º, § 2º, Inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 2000)

Posição: 31.12.98		R\$ mil	
FONTE	Valores Ingressados	Valores Utilizados	HISTÓRICO
	548.315		Saldo de Exercícios Anteriores
			TESOURO NACIONAL
	1.335.461		Primeiras parcelas da Banda B (Áreas 3,4,5 e 6)
	2.705.710		Antecipações de financiamentos-Banda B (Áreas 1,7,9 e 10); 1ª parcela da Área 2
	2.353		Malha Paulista
	5.280		Amortizações de financiamentos das malhas ferroviárias desestatizadas
	40.832		Outras receitas
	4.089.636		Sub-total Ingressos - Tesouro Nacional
	24.483		ANATEL/FISTEL
			Valor ingressado para a ANATEL, conforme determinado pela Portaria Interministerial dos
			Ministérios da Fazenda e das Comunicações nº 209, de 13/8/98.
	24.483		Sub-total Ingressos - ANATEL/FISTEL
F			
O			
N			
T			
E			
	4.114.119		Total Ingressos
			TESOURO NACIONAL
		1.984.056	Amortização da Dívida Interna
1		55.249	ANATEL/FISTEL (Lei nº 9.472, de 16.7.97)
2		1.480.370	Minist. Previd. e Assist. Social (Lei nº 9.751, de 16.12.98 e MP nº 1.785, de 29.12.98)
9		431.483	Minist. Educação e Desporto-MEC (Lei nº 9.598, de 30.12.97 e Decreto de 24.6.98)
		102.000	Justiça do Trabalho (Lei nº 9.723, de 30.11.98)
		3.654	Ministério dos Transportes (Lei nº 9.747, de 16.12.98 e Decreto de 21.12.98)
		70	Minist. Minas e Energia (Lei nº 9.598, de 30.12.97)
		581.066	Reclassificado p/Fonte 197 - Apropriação de Superávit
		4.637.951	Sub-total utilizado - Tesouro Nacional
		24.483	ANATEL/FISTEL (Lei nº 9.472, de 16.7.97 e Portaria Intermin.MF/MC nº 209, de 13.8.98)
		24.483	Sub-total utilizado - ANATEL/FISTEL
		4.662.434	Total utilizado
	0		Saldo para o Exercício Seguinte
	76.177		Saldo de Exercícios Anteriores
F	8.800.000		Sistema Telebrás
O	860.399		Gerasul
N	4.489		Banco Meridional alienado em 1997
T	2.684		Outras receitas
E	9.667.682		Total Ingressos
1		9.649.731	Amortização da Dívida Interna
6		9.649.731	Total utilizado
3			
	94.028		Saldo para o Exercício Seguinte
T			
O	624.492		SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
T	13.781.701		TOTAL DE INGRESSOS
A	14.312.185		UTILIZADO NO PERÍODO
I	94.028		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
S			

FONTE: SIAFI, STN/COAFI, STN/COFIN, STN/COOP.

* Desestatizações ocorridas em 1998 e outros exercícios

ANEXO DE METAS FISCAIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2002
Origem e Aplicação dos Recursos de Desestatizações
(Artigo 4º, § 2º, Inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 2000)

Posição: 31.12.99

R\$ mil

FONTE	Valores Ingressados	Valores Utilizados	HISTÓRICO
	0		Saldo de Exercícios Anteriores
	2.401.702		Sistema Telebrás - Remanejado da Fonte 163
	8.188		Amortizações de financiamentos das malhas ferroviárias desestatizadas
	933.745		Banda B (Áreas 2,3,4 e 6)
	1.077.559		Outras receitas
F	4.421.194		Total Ingressos
O		3.587.043	Amortização da Dívida Interna
N		2.000	Justiça do Trabalho (Lei nº 9.789, de 23.2.99)
T		5.234	Ministério dos Transportes (Lei nº 9.789/99)
E		44.954	Minist. Minas e Energia (Lei nº 9.789/99)
1		638.841	Ministério da Saúde (Lei nº 9.789/99)
2		5.948	Minist.Educação (Lei nº 9.789/99) - Cota Liberada pela Fonte 329
9		12.246	ANATEL (Lei nº 9.789/99, Lei nº 9.472, de 16.7.97) - Disponibilidade da ANATEL
		4.296.266	Total utilizado
	124.928		Saldo para o Exercício Seguinte
	94.028		Saldo de Exercícios Anteriores
	1.665.910		Sistema Telebrás - Leião/96
F	317.658		Sistema Telebrás -Ofertas aos Empregados
O	82.930		Gerasul - Ações remanescentes
N	1.058		Gerasul - Oferta aos Empregados
T	13.511		Participações minoritárias - Decreto 1.068/94
E	11.966		Banco Meridional alienado em 1997
	56.599		Outras receitas
1	2.149.632		Total Ingressos
6		2.214.477	Amortização da Dívida Interna
3		2.214.477	Total utilizado
	29.183		Saldo para o Exercício Seguinte
T			
O	94.028		SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
T	6.570.826		TOTAL DE INGRESSOS
A	6.510.743		TOTAL UTILIZADO
I	154.111		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
S			

FONTE: SIAFI, STN/COAFI, STN/COFIN, STN/CODIP.

* Desestatizações ocorridas em 1999 e outros exercícios

ANEXO DE METAS FISCAIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2002
Origem e Aplicação dos Recursos de Desestatizações
(Artigo 4º, § 2º, Inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 2000)

Posição: 31.12.00

R\$ mil

FONTE	Valores Ingressados	Valores Utilizados	HISTÓRICO
	124.928		Saldo de Exercícios Anteriores
	1.692.271		ANATEL (Lei nº 9.472, de 16.7.97 e Lei nº 9.969, de 11.5.00)
	3.073.622		Sistema Telebrás - Leilão/98
F	9.807		Amortizações de financiamentos das malhas ferroviárias desestatizadas
O	476.154		Outras receitas
N			
T	5.251.854		Total ingressos
E		5.137.886	Amortização da Dívida Interna
1		12.045	Agência Nacional de Petróleo - ANP (Lei nº 9.969, de 11.5.00)
2		42.090	Minist. Minas e Energia (Lei nº 9.969, de 11.5.00)
9		2.218	Outros
		5.194.239	Total utilizado
	182.543		Saldo para o Exercício Seguinte
	29.183		Saldo de Exercícios Anteriores
	2.165.345		Sistema Telebrás - Leilão/98
F	4.841		Sistema Telebrás - Oferta aos Empregados
O	5.602.556		Petrobras - Oferta Pública
N	293		Gerasul - Oferta aos Empregados
T	7.020.123		Banco do Estado de São Paulo S.A - Banespa
E	6.002		Banco Meridional - Leilão/97
	426.197		Outras receitas
1	15.225.357		Total ingressos
6		14.824.612	Amortização da Dívida Interna
3		14.824.612	Total utilizado
	429.928		Saldo para o Exercício Seguinte
T			
O	154.111		SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
T	20.477.211		TOTAL DE INGRESSOS
A	20.018.851		TOTAL UTILIZADO
I	612.471		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
S			

FONTE: SIAFI, STN/COAFI, STN/COFIN, STN/CODIP.

* Desestatizações ocorridas em 2000 e outros exercícios

ANEXO DE METAS FISCAIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2002
Demonstrativo de Benefícios Tributários e Beneficiários
(Art. 42, § 2º, Inciso V, da Lei Complementar nº 101, de 2000)

ESPECIFICAÇÃO	1998	1999	2000	2001 Valor Estimado	2002		
					Valor Estimado	Participação %	
						PIB	Total dos Benefício
Tributários (1)	17.279,5	16.530,1	18.043,2	20.554,5	23.801,4	1,79	72,0
Zona Franca de Manaus e Amazônia	3.352,1	2.718,1	2.262,6	3.294,3	3.812,3	0,27	11,0
Áreas de livre Comércio	48,3	48,1	29,5	25,8	27,9	0,00	0,1
Informática	480,2	534,0	1.080,3	1.230,0	1.237,3	0,09	3,8
Máquinas e Equipamentos	92,4	800,5	127,8	140,5	149,0	0,01	0,5
Componentes de Aeronaves e Embarcações	36,1	48,8	88,3	91,8	99,3	0,01	0,3
Lojas Francas	149,5	117,9	184,3	140,2	153,6	0,01	0,5
Bagagem	801,3	540,8	348,0	494,3	523,9	0,04	1,6
Mineração	0,3	2,3	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0
Objetos de Arte	0,0	0,0	0,0	30,7	31,2	0,00	0,1
Material Promocional	0,1	0,2	0,2	0,2	0,3	0,00	0,0
Itaipu Binacional	2,9	2,8	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0
Construção Naval	123,1	94,8	103,1	121,7	126,5	0,01	0,4
Sector Automotivo	920,2	1.106,7	180,0	237,7	320,8	0,02	1,0
Rendimentos Isentos e não tributáveis	4.249,9	4.398,1	6.856,6	6.046,7	6.972,6	0,53	21,3
Deduções do rendimento Tributável	2.894,1	3.154,0	3.500,9	4.403,8	5.078,2	0,38	15,5
Deduções do Imposto Devido	0,0	0,0	0,0	6,0	6,9	0,00	0,0
Desenvolvimento Regional	2.181,2	1.285,8	1.283,2	1.377,0	1.811,3	0,14	5,5
SUDENE	567,6	174,1	206,4	292,0	384,0	0,03	1,2
SUDAM	487,1	266,7	281,5	299,6	394,0	0,03	1,2
FINOR	656,2	496,1	468,9	387,1	508,2	0,04	1,6
FINAM	453,6	335,4	315,7	378,3	497,6	0,04	1,5
FUNRES	14,8	11,4	10,7	20,1	26,4	0,00	0,1
Benefícios ao Trabalhador	171,4	172,0	265,7	126,4	166,3	0,01	0,5
Cultura	53,3	48,7	209,8	188,4	247,8	0,02	0,8
Criança e Adolescentes	5,4	6,7	12,0	6,4	8,5	0,00	0,0
Audiovisual	87,9	58,2	109,6	77,7	100,7	0,01	0,3
Micro e Pequenas Empresas	1.290,4	516,7	1.247,0	2.286,3	2.856,9	0,20	8,1
Ciência e Tecnologia	170,0	52,7	41,7	53,1	65,9	0,00	0,2
Doações a Institutos de pesquisa	1,8	2,0	2,5	1,8	2,1	0,00	0,0
Doações a entidades s/ fins lucrativos	23,5	22,5	27,8	25,9	33,6	0,00	0,1
Operações de crédito p/ habitação	0,0	0,0	25,0	93,8	110,6	0,01	0,3
Operações de crédito p/ Fundos constitucionais	0,0	0,0	28,0	31,3	36,8	0,00	0,1
Operações de crédito p/ aquisição de taxa	0,0	0,0	14,4	4,8	5,7	0,00	0,0
Propriedade Territorial Rural	0,0	0,0	15,0	18,0	15,4	0,00	0,0
Desporto	21,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0
Outros	122,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0
Previdenciários (2)	6.246,8	6.682,6	7.387,2	8.194,5	9.206,9	0,70	28,0
Segurado Especial	2.090,7	2.540,7	2.851,3	3.162,8	3.080,9	0,23	9,4
Produtor Rural Pessoa Física e Jurídica	376,6	606,7	683,0	757,7	898,0	0,07	2,7
Clubes de Futebol Profissional	35,1	48,1	54,0	59,9	50,1	0,00	0,2
SIMPLES	1.039,0	1.726,4	1.937,4	2.149,1	2.671,6	0,20	8,1
Empregados Domésticos	131,8	157,4	176,7	196,0	290,2	0,02	0,9
Entidades Filantrópicas	1.572,7	1.501,4	1.684,9	1.689,0	2.210,1	0,17	6,7
Total (3)	22.526,4	22.112,7	25.430,5	28.748,9	32.802,3	2,48	100,0

ANEXO DE METAS FISCAIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2002

Demonstrativo da estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado
(Art. 4º, § 2º, inciso V, da Lei Complementar nº 101, de 2000)

A estimativa de margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado é um requisito introduzido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 4º, § 2º, V). O demonstrativo da utilização dessa margem, no projeto de lei orçamentária foi exigência da LDO de 2001. Esta LDO determina que tal demonstrativo conste do projeto de lei orçamentária e também autoriza a revisão dos cálculos da margem bruta de expansão, para o caso de reestimativa da taxa de crescimento do Produto Interno Bruto – PIB e de refinamento do conceito, de forma a considerar outros elementos que compõem a base de cálculo de impostos e contribuições, e deduções.

Apesar de não haver uma definição específica desse conceito na referida Lei, seu art. 17, ao tratar da criação de despesas obrigatórias de caráter continuado, traz elementos à compreensão da natureza do problema. Nesse artigo, exige-se como requisito, para a efetivação desse grupo de despesas, a compensação pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa, onde aumento permanente de receita é aquele proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição. Entende-se como conceito de base de cálculo a grandeza econômica ou numérica sobre a qual se aplica uma alíquota, para obter o montante tributário a ser arrecadado. Assim, o crescimento real da atividade econômica é um dos fatores determinantes do aumento da base de cálculo da arrecadação tributária.

O aumento na base de cálculo em 2002 é estimado preliminarmente em R\$ 6,5 bilhões, em virtude da expectativa de crescimento real do PIB de 4,5%. A metodologia de estimação utilizada buscou isolar o efeito de variação das quantidades sobre a receita administrada líquida prevista, deduzindo-se os efeitos da variação de preços e das alterações na legislação tributária. Foram excluídos os tributos baseados na propriedade e os benefícios previdenciários, além de terem sido deduzidas as transferências constitucionais vinculadas a esse aumento de receita.

Margem de Expansão em 2002	
	R\$ milhões
1. Aumento Real da Arrecadação	8.317
2. Transferências Constitucionais de Impostos	1.837
3. Margem Bruta	6.480

ANEXO DE RISCOS FISCAIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2002
(Art. 4º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de maio de 2000)

O substancial avanço na implementação de um regime fiscal responsável foi uma marca da política econômica dos últimos anos, constituindo-se um importante pilar para o atual cenário de crescimento econômico acompanhado de estabilidade de preços. Além da melhora nos resultados fiscais, significando um maior comprometimento com o ajuste fiscal, várias foram as mudanças institucionais, com o objetivo não só de permitir a solvência do setor público no longo prazo, por meio da estabilização do endividamento público, mas também de aumentar a transparência fiscal.

Mesmo com o avanço na solidificação do ajuste fiscal, existem sempre riscos que podem representar alterações nos indicadores fiscais esperados. As alterações desses indicadores podem ter consequência nas decisões futuras de política fiscal, devendo ser analisadas cuidadosamente. Pode-se classificar dois tipos de riscos fiscais: os que afetam o cumprimento da meta de resultado primário e os que afetam o primário requerido para a trajetória da razão dívida/PIB desejada.

Os riscos que afetam o cumprimento de determinada meta de resultado primário têm efeito sobre fluxos de receitas e despesas de forma que estes sejam diferentes das previsões contidas nas propostas de execução orçamentária, sendo denominados riscos orçamentários. Com relação aos riscos orçamentários, a Lei de Responsabilidade Fiscal, no seu art. 9º prevê que, se ao final de um bimestre, a realização da receita não comportar o cumprimento das metas de resultados estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira. Este mecanismo permite que desvios em relação às previsões sejam corrigidos ao longo do ano de forma a não afetar o cumprimento das metas de resultado primário. Dessa forma, os riscos orçamentários são compensados por meio da realocação e da redução de despesas.

O segundo conjunto de riscos tem impacto direto no estoque da dívida pública. O aumento desse estoque, por sua vez, deverá ser compensado por uma aceleração no processo de privatização ou por uma geração de resultados primários futuros maior que aqueles inicialmente estimados, de forma a manter a trajetória da razão dívida/PIB desejada. Assim, se o aumento do endividamento implicar risco para a solvência do setor público no longo prazo, haverá necessidade de maior esforço fiscal no médio prazo.

Alterações no cenário econômico previsto podem ter impacto importante na execução orçamentária, na medida em que afetam diretamente projeções de receitas e despesas. Uma variável econômica importante para a projeção das contas fiscais é o crescimento real da economia. Grande parte das receitas tributárias e previdenciárias depende do nível de atividade econômica. Os impostos sobre a produção, o faturamento, ou a renda, são bons exemplos. De modo geral, essas receitas podem variar mais ou menos proporcionalmente com o nível de atividade econômica, isto é, sua elasticidade em relação ao PIB pode ser maior ou menor do que 1. Algumas despesas também variam em função do nível de atividade econômica. As despesas com seguro desemprego, por exemplo, aumentam quando a economia desacelera. Por outro lado, despesas de pessoal do governo são basicamente determinadas por decisões associadas a planos de carreira, aumentos salariais, etc. Finalmente, as despesas chamadas discricionárias

ajustam-se, em grande medida, à política do governo, e podem ter comportamento bastante distinto, dependendo dos objetivos da política fiscal e das circunstâncias econômicas.

Considerando-se o Governo Central, por exemplo, em 2002 um crescimento do PIB em 0,5% inferior (superior) ao projetado significa uma redução (aumento) da receita primária bruta de aproximadamente R\$ 1,5 bilhão. Essa redução de receitas deverá ser compensada via redução de despesas suficiente para se atingir a meta de superávit primário. Por sua vez, para 2003 e 2004, um crescimento do PIB 0,5% inferior (superior) à estimativa atual implica diminuição (aumento) da arrecadação bruta em R\$ 1,5 bilhão e R\$ 1,6 bilhão respectivamente.

O cenário macroeconômico também tem impacto importante sobre a razão dívida/PIB e, por consequência, sobre o primário requerido. Estimativas do Banco Central do Brasil indicam que uma depreciação de 1% do Real aumenta em 0,21 ponto percentual a razão dívida/PIB, enquanto o aumento de 1% ao ano da taxa de juros SELIC pelo período de doze meses, aumenta em 0,26 ponto percentual a dívida/PIB. Quanto ao ritmo de crescimento da economia, além do efeito direto sobre o denominador, cumpre lembrar que uma taxa de crescimento maior, ao alterar as receitas primárias, torna possível a realização de resultados primários maiores que implicam redução mais rápida do estoque da dívida.

Parte substancial dos riscos fiscais que podem determinar o aumento do estoque da dívida pública é passivo contingente derivado em sua maioria de ações judiciais. É importante ressaltar que a listagem dos passivos a seguir não implica ou infere probabilidade de ocorrência, mas apenas aponta os passivos que, se reconhecidos, teriam maior impacto sobre a política fiscal. Cumpre lembrar, ainda, que a mensuração destes passivos muitas vezes é difícil e imprecisa.

Parte das ações contra a União se refere ao controle de preços ou à aplicabilidade de índices de correção no período anterior à vigência do Real. Deve-se mencionar aqui a correção dos cruzados bloqueados pelo Plano Collor, em março de 1990. A correção aplicada pelos bancos foi o Bônus do Tesouro Nacional Fiscal (BTNF), de acordo com a Lei nº 8.024, de 12 de abril de 1990. Os correntistas alegam que deveria ter sido aplicado o Índice de Preços ao Consumidor, de acordo com a Lei nº 7.730, de 1989. De acordo com decisão do Superior Tribunal da Justiça, a correção deverá ser feita pelo BTNF, entretanto, a tese está hoje submetida à apreciação do Supremo Tribunal Federal. Uma eventual mudança no índice de correção deverá ser paga pelo Banco Central do Brasil, em consonância com decisão do Superior Tribunal de Justiça.

Outra questão relevante reside no questionamento relativo à conversão em URV em março de 1994 do valor dos benefícios previdenciários mantidos no período. Tal conversão, nos termos do art. 20, inciso I, da Lei nº 8.880, de 1994, deveria ser efetivada "dividindo-se o valor nominal, vigente nos meses de novembro e dezembro de 1993 e janeiro e fevereiro de 1994, pelo valor em cruzeiros reais do equivalente em URV do último dia desses meses, respectivamente, de acordo com o Anexo I da referida Lei". O Superior Tribunal de Justiça, em reiteradas decisões, entendeu legítima a forma de conversão aplicada. A questão hoje pende de exame junto ao Supremo Tribunal Federal no que toca à constitucionalidade da expressão "nominal" contida no dispositivo legal citado.

Há que se mencionar também um conjunto de ações relacionadas à responsabilidade civil do Estado. Ações movidas por companhias de aviação e por empresas do setor sucro-alcooleiro reivindicam supostas perdas derivadas dos reajustes de preços estipulados pelo setor público, assim como do controle da comercialização e distribuição do produto. No entanto, as decisões judiciais recentes têm

sido favoráveis à União de forma que a probabilidade destes passivos virem a se efetivar se afigura bastante reduzida.

No que se refere às ações de natureza trabalhista e tributária, há aqui um amplo conjunto de demandas, muitas delas já julgadas, entre as quais vale fazer referência, dentro do critério anteriormente estabelecido, à ação que questiona a constitucionalidade do uso da taxa SELIC na correção dos impostos atrasados. Uma decisão desfavorável ao governo, poderia representar uma despesa adicional estimada em R\$ 4,5 bilhões, considerando o período compreendido entre o ano de 1996 até o mês de agosto de 2000. Cumpre lembrar que passivos desta natureza já com sentença definitivas foram tratados como precatórios.

A Lei nº 9.703, de 1998, determina que os depósitos judiciais sejam recolhidos à Conta Única do Tesouro Nacional, enquanto suas devoluções são computadas como restituições. Entre dezembro de 1998 e fevereiro de 2001 foram recolhidos R\$ 7,4 bilhões em depósitos judiciais. Esses valores são considerados passivos contingentes, no sentido de que decisões judiciais desfavoráveis à União podem representar diminuição da receita líquida. Como essa alteração na legislação é recente, torna-se difícil mensurar o volume de restituições a título de devolução desses depósitos. Em 1999 e 2000, esse valor totalizou R\$ 691 milhões, sendo que R\$ 446 milhões estão concentrados no mês de agosto de 2000, ou seja, nos outros meses a restituição média mensal foi de R\$ 11 milhões. Em relação aos depósitos judiciais, há de se mencionar ainda que o estoque depositado junto à Caixa Econômica Federal até dezembro de 2000 tem sido recolhido à Conta Única do Tesouro à medida que ações judiciais são ganhas. Esse seria um exemplo de um ativo contingente da União.

Outro passivo contingente a ser mencionado é o empréstimo compulsório sobre o consumo de combustíveis e aquisição de veículos, criado pelo Decreto-lei nº 2.288, de 23/07/86 e recolhido até 1989. O saldo desses empréstimos em dezembro de 2000 era de R\$ 12,6 bilhões, dos quais R\$ 10,2 bilhões referem-se ao consumo de combustíveis e R\$ 2,4 bilhões à aquisição de veículos. Decisões judiciais acerca destes empréstimos têm tido impactos tanto positivos quanto negativos no fluxo financeiro da União. A União perdeu algumas ações que têm sido pagas na forma de precatórios. Ao mesmo tempo, como houve contestações jurídicas na época da cobrança, com recolhimento via depósitos judiciais na Caixa Econômica Federal, as ações ganhas pela União referente a estes depósitos têm significado receitas adicionais para a União.

A explicitação dos passivos contingentes neste Anexo representa um avanço no sentido de maior dar transparência fiscal. No entanto, é importante ressaltar que as ações aqui citadas representam apenas passivos contingentes. Ou seja, ainda estão em julgamento, não estando de forma alguma definido o seu reconhecimento pela União. Ao contrário, a União vem despendendo um grande esforço no sentido de defender a legalidade de seus atos. Além disso, caso a União perca algum destes julgamentos a política fiscal será acionada visando neutralizar eventuais perdas, de forma a garantir a solvência do setor público.

As garantias concedidas pela União em operações de crédito também constituem-se em passivos contingentes, ainda que de natureza diferente daqueles decorrentes de ações judiciais. Uma grande parte dessas garantias refere-se a fianças e avais concedidos a empréstimos contratados junto a organismos internacionais. Nesse caso, é importante lembrar que o valor pago tem sido muito pequeno em relação aos compromissos assumidos. Em 2000, por exemplo, a União foi obrigada a honrar apenas US\$ 8,2 milhões. Em 1999 e 1998 este montante foi igual a US\$ 74 milhões e US\$ 52 milhões respectivamente. Logo, apesar de estarem sendo consideradas neste Anexo, as garantias concedidas não representam um risco elevado para as contas fiscais, dado o histórico recente. Além disso, grande parte

destas garantias é acompanhada de contragarantias de forma que o efeito líquido para as contas públicas é ainda menor, na medida que devemos descontar do montante honrado pela União as contragarantias executadas. Cumpre lembrar que a Lei de Responsabilidade Fiscal, no art. 40, § 1º, condiciona a concessão de garantia dos entes da Federação ao oferecimento de contragarantia, em valor igual ou superior ao da garantia a ser concedida.

Finalmente, além dos itens enumerados acima, deve-se considerar também os passivos da União ainda não contabilizados, mas que se inserem no cronograma de reconhecimento futuro de passivos. É importante ressaltar o esforço despendido nos últimos anos para o reconhecimento de dívidas antes não contabilizadas por parte do Governo Central, o que significou uma maior transparência nas contas públicas. Em 2002 espera-se reconhecer passivos no montante de R\$ 11,4 bilhões compostos de acordo com a tabela abaixo:

Perspectivas de Emissões do Tesouro Nacional
Decorrentes de Assunção e Reestruturação de Passivos da União

DÍVIDA		
CREDOR	ORIGEM	PREVISTO * (a partir de 2002/01)
2002		
1) Dívidas originárias da extinção de entidades/órgãos de administração pública		1.191.379.886,23
2) Dívidas originárias da criação/extinção de Unidades da Federação		223.418.935,11
3) Dívidas diretas da União		15.683.298,44
4) Fundo de Compensação das Variações Sotais - FCVS		98.900.808.808,80
TOTAL EXERCÍCIO DE 2002		11.438.378.915,78

ANEXO DE METAS FISCAIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
(Artigo 4º, § 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 101, de maio de 2000)

A Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, em seu artigo 4º estabelece que, integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais contendo, entre outros, a avaliação da situação financeira e atuarial dos Regimes Geral de Previdência Social (RGPS) e Próprio dos Servidores Públicos, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e dos demais fundos públicos e programas estatais de natureza atuarial.

Dando cumprimento ao diploma legal, encaminhamos as referidas projeções atuariais da seguinte forma:

- Projeção Atuarial do RGPS, até o ano de 2020, elaborada pelo Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), tomando por base modelo demográfico-atuarial, levando em conta a estrutura previdenciária existente, o comportamento demográfico, a trajetória do mercado de trabalho e transições da condição de contribuinte para inatividade para determinação dos montantes de Receita e de Despesa.
- Projeção Atuarial dos Servidores Públicos do Executivo Civil, até o ano de 2075, elaborada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) e pelo MPAS. Para efeito desta avaliação não foram incluídos dados dos servidores do Banco Central, do Ministério Público da União e dos servidores do Ministério das Relações Exteriores lotados no exterior, face à ausência ou incompatibilidade das bases de dados. Considerou-se as recentes alterações na legislação, particularmente as concernentes ao regime previdenciário, às regras de contratação de servidores, mudança no leque de beneficiários e as modificações na atual estrutura de pessoal do governo federal. Nesta projeção não estão inclusas as avaliações dos Poderes Legislativo e Judiciário em função de dificuldades para a obtenção das informações. Para os anos seguintes, espera-se que as dificuldades cadastrais, de sistema, e de base de dados sejam superadas e que as projeções atuariais possam ser feitas levando em consideração o conjunto dos servidores públicos, abrangendo os três poderes da república.
- Projeção Atuarial dos Servidores Militares, até o ano de 2075, elaborada pelo Ministério da Defesa e pelo MPAS. Considerou-se o conjunto dos servidores militares das três forças armadas, levando-se em consideração as alterações referentes às regras de concessão de benefícios, de contribuição e de leque de beneficiários.
- Projeção Atuarial da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), até o ano de 2020, levando em conta o modelo de concessão de benefícios, sua tendência expansionista dada a recente implantação deste benefício, a trajetória do mercado de trabalho e o comportamento demográfico. A avaliação da LOAS nesse anexo ocorre já que a mesma é considerada um programa de natureza atuarial. Não foram identificados outros fundos públicos e programas estatais de natureza atuarial, além dos aqui listados.

- Análise financeira do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), levando em conta aspectos demográficos, de mercado de trabalho, e referentes à estrutura do programa.

Hipóteses acerca destes programas e do comportamento da economia em nível micro e macro são fundamentais na determinação dos resultados, de forma que a alteração das mesmas provoca importantes alterações nas conclusões aqui obtidas.

Diversas dificuldades foram encontradas para a realização das projeções atuariais. Dentre elas podemos destacar algumas de caráter geral como a precariedade das bases de dados, a inexistência de informações em outras e mesmo incompatibilidades entre os diversos sistemas informacionais dos órgãos envolvidos. Dada a necessidade legal de realização das avaliações, o desenvolvimento de sistemas que levem em conta as questões acima apontadas é de grande relevância para que as projeções atuariais sejam representativas do conjunto das populações avaliadas.

**ANEXO DE METAS FISCAIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Avaliação da situação financeira e atuarial dos amparos assistenciais da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)

(Artigo 4º, § 2º, inciso IV, alínea b da Lei Complementar nº 101, de maio de 2000)

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este documento tem como objetivo apresentar projeções de longo prazo para os benefícios de amparos assistenciais ao idoso e ao portador de deficiência física previstos na Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (Lei n.º 8.742 de 07 de dezembro de 1993), atendendo ao disposto no art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000).

Os amparos assistenciais são pagos aos idosos com idade igual ou superior a 67 anos, que possuam uma renda familiar mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo e às pessoas portadoras de deficiência que atendam as mesmas condições de renda familiar. O benefício é equivalente a 1 (um) salário mínimo.

Este documento está dividido em três partes, além destas considerações iniciais. Na primeira apresenta-se a metodologia utilizada nas projeções, na segunda são definidas as hipóteses básicas do modelo e na terceira são apresentados os resultados.

2. METODOLOGIA

Para projeção da quantidade de beneficiários foi utilizado o denominado “método do estoque”, que funciona por meio da construção de probabilidades dinâmicas dos indivíduos estarem recebendo os amparos assistenciais para determinada coorte de sexo e idade. As projeções apresentadas resultam da combinação das probabilidades dinâmicas em conjunto com a projeção demográfica do IBGE.

As projeções dos amparos assistenciais são condicionadas pela evolução demográfica e pela evolução do nível de renda da população mais pobre (com renda per capita domiciliar inferior a ¼ do salário mínimo). Além disso, é importante frisar que se trata de um benefício, cujo número de concessões está em fase de transição em direção à maturidade, pois começou a ser concedido em janeiro de 1996.

Neste estudo foi usada a mesma metodologia tanto para o amparo assistencial ao idoso quanto ao portador de deficiência.

Primeiramente, observou-se a evolução do quantitativo total de LOAS desde o início da concessão do benefício para analisar o seu comportamento. Depois foram construídas as probabilidades dinâmicas de recebimento do benefício para coortes de sexo e

idade e para cada tipo de benefício a partir dos dados de estoque dos anos 1998 e 1999. Finalmente, aplicaram-se as probabilidades construídas para cada coorte de sexo e idade e para cada benefício à projeção populacional do IBGE até o ano de 2020.

Para se construir a probabilidade de recebimento do benefício para determinada coorte, observaram-se os dados de 1997 a 1999, e usou-se a seguinte equação:

$$P_{x,t,g,b} = \frac{QL_{x,t,g,b}}{QT_{x,t,g}}; \text{ onde, nesse caso, estabeleceu-se } t=1999.$$

$P_{x,t,g,b}$ = probabilidade de uma pessoa na idade x , gênero g , no tempo t e para o benefício b estar recebendo o benefício;

$b = 1$ para o benefício de amparo assistencial ao idoso; 2 para o benefício de amparo assistencial ao portador de deficiência;

$QL_{x,t,g,b}$ = quantidade de pessoas que recebem LOAS na idade x , no ano t , gênero g e para o benefício b ;

$QT_{x,t,g}$ = quantidade total de pessoas na idade x , no ano t e gênero g .

O tratamento de dinâmica de transição de acordo com o método do estoque estabelece probabilidades variáveis ao longo do tempo, aqui denominadas de $P'_{x,g,t}$, onde:

$$P'_{x,g,t,b} = \begin{cases} P_{x,g,t,b}, & \text{se } P_{x,g,t,b} \geq P_{x-1,g,t-1,b} \\ P_{x-1,g,t-1,b}, & \text{caso contrário.} \end{cases}$$

A equação utilizada para se encontrar a quantidade de benefícios na idade x e no ano t está a seguir:

$$QL_{x,t,g,b} = QT_{x,t,g} * P'_{x,g,t,b}$$

$QL_{x,t,g,b}$ = quantidade de pessoas que recebem LOAS na idade x , no ano t , gênero g e para o benefício b ;

$QT_{x,t,g}$ = quantidade total de pessoas na idade x , no ano t e gênero g determinada pela projeção demográfica do IBGE.

3. HIPÓTESES UTILIZADAS

As projeções utilizadas são extremamente sensíveis às hipóteses de reajuste dos benefícios, dinâmica demográfica, nível de renda dos mais pobres e evolução do PIB.

Adotou-se a hipótese de que os amparos assistenciais deverão manter o valor real de R\$ 180, sendo concedidos reajustes anuais correspondentes à variação da inflação do período. As projeções demográficas foram feitas pelo IBGE e estão apresentadas no Anexo

1. Observa-se nesse anexo que, em 2000, 4,27% da população encontrava-se na faixa etária acima de 67 anos, chegando a 7,16% em 2020, ou seja, no ano 2000 havia 7,1 milhões de pessoas que preenchiam o primeiro requisito para a obtenção de LOAS idoso. Em 2020 esse número estará próximo a 14,9 milhões.

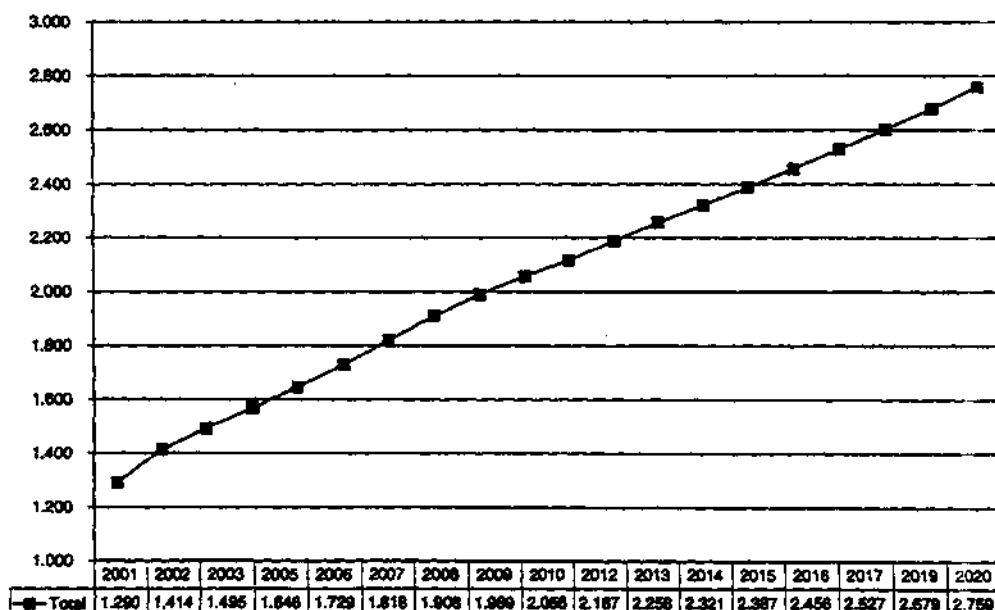
Em relação ao nível de renda, optou-se pela hipótese conservadora de se manter fixa a relação entre o número de pessoas cuja renda per capita domiciliar é menor que $\frac{1}{4}$ do salário mínimo e o total da população existente em 2000 para os próximos anos até 2020.

Para a análise da despesa total com benefícios em relação ao PIB, considerou-se a evolução do PIB real de 4,5% até 2004, seguindo parâmetros do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2002 (PLDO 2002), e 3,5% para os demais anos.

4. RESULTADOS

Analisando os resultados obtidos pelo método do estoque, observa-se uma trajetória de crescimento para os benefícios ao longo do tempo. A projeção inicia no ano 2001 com 1,29 milhões de benefícios de amparo assistencial ao idoso e ao portador de deficiência, chegando a 2,76 milhões de benefícios em 2020, como pode ser observado no Gráfico 1. A tendência de aumento da quantidade de benefícios concedidos é consistente com a realidade social da cobertura previdenciária. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar - PNAD de 1999, somente 40% da população ocupada está protegida pelo Seguro Social. Os demais, correspondentes a 40,2 milhões de trabalhadores, caso não se filiem à previdência, são potenciais clientes da política de assistência social e, portanto, dos benefícios da LOAS.

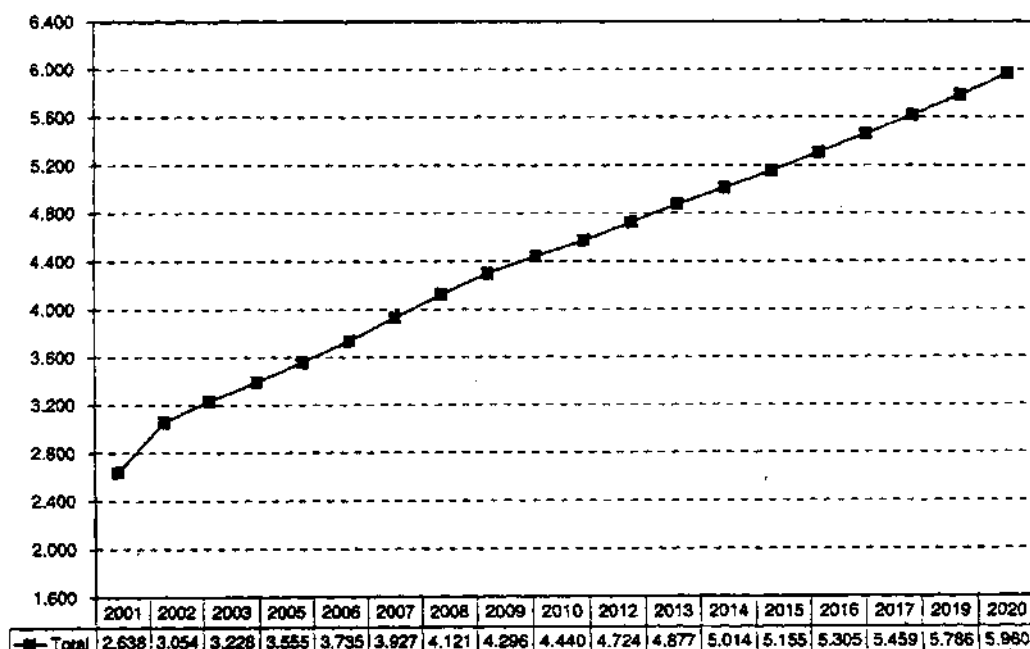
GRÁFICO 1
EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE TOTAL DE BENEFÍCIOS EMITIDOS DE AMPARO
ASSISTENCIAL AO IDOSO E AO DEFICIENTE
QUANTIDADE EM MILHARES
- 2001 A 2020 -



Fonte: SPS/MPAS

A evolução do gasto total com benefício de amparo assistencial ao idoso e ao deficiente apresenta a mesma trajetória da quantidade total. Isso ocorre devido ao fato de a despesa evoluir em uma relação direta com a quantidade, pois o valor de cada benefício é igual ao valor do salário mínimo. Conforme assinalado, estas projeções consideram que o valor de R\$ 180,00 do salário mínimo será mantido em termos reais de 2001 em diante. Observa-se que, já no ano 2001, o gasto com o benefício estará na casa dos R\$ 2.638 milhões (Gráfico 2), chegando a mais de R\$ 5.960 milhões no ano 2020.

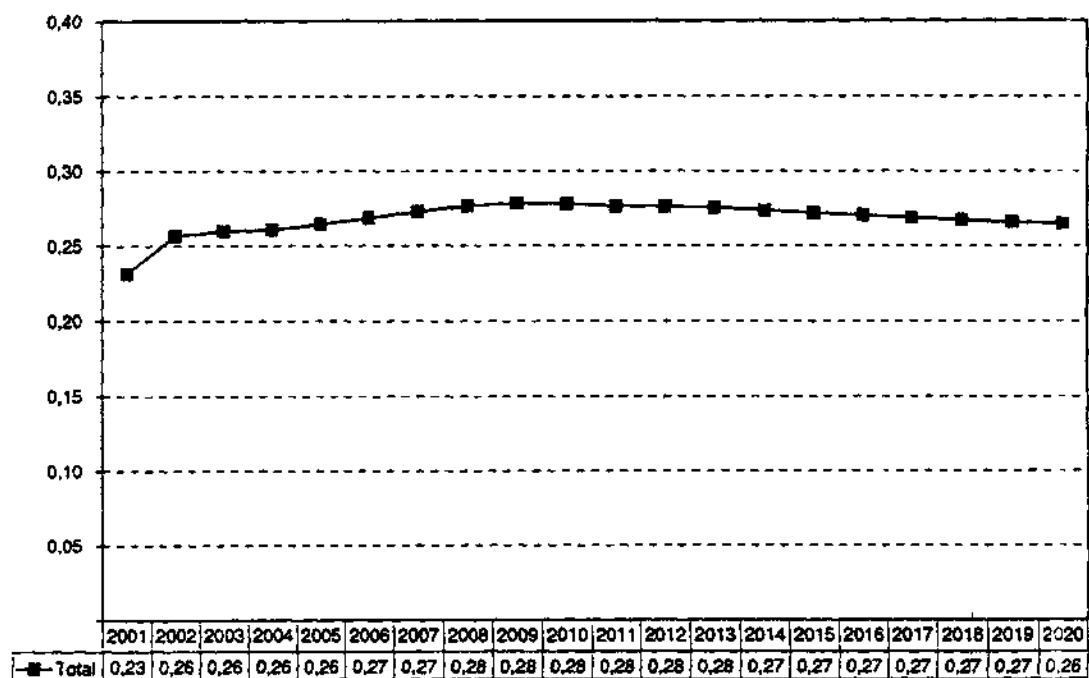
GRÁFICO 2
EVOLUÇÃO DO GASTO TOTAL COM BENEFÍCIO DE AMPARO ASSISTENCIAL AO
IDOSO E AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA
 - Valores em R\$ milhões de 2001 -
 - 2001 A 2020 -



Fonte: SPS/MPAS

A relação Despesa/PIB passa de 0,23% em 2001 para 0,26% em 2002, em razão do impacto do reajuste real dado ao salário mínimo em 2001. No entanto, essa relação não apresenta grandes variações para os demais anos, oscilando entre os valores de 0,26% e 0,28% (Gráfico 3).

GRÁFICO 3
EVOLUÇÃO DO GASTO TOTAL COM BENEFÍCIO DE AMPARO ASSISTENCIAL AO
IDOSO E AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA COMO PROPORÇÃO DO PIB
- 2001 A 2020 -



Fonte: SPS/MPAS

ANEXO 1 – PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA 2000 – 2020

Período	População Total A	População Acima de 67 anos B	% C = B/A
2000	166.112.518	7.097.272	4,27
2001	168.288.748	7.333.531	4,36
2002	170.472.971	7.592.253	4,45
2003	172.660.461	7.877.282	4,56
2004	174.850.798	8.185.447	4,68
2005	177.043.039	8.508.224	4,81
2006	179.231.290	8.833.763	4,93
2007	181.409.923	9.154.360	5,05
2008	183.579.662	9.469.190	5,16
2009	185.734.517	9.784.098	5,27
2010	187.862.137	10.106.546	5,38
2011	189.964.445	10.446.859	5,50
2012	192.044.884	10.813.040	5,63
2013	194.094.332	11.208.188	5,77
2014	196.112.097	11.632.550	5,93
2015	198.105.420	12.087.746	6,10
2016	200.075.147	12.574.838	6,29
2017	202.014.758	13.094.963	6,48
2018	203.925.784	13.649.587	6,69
2019	205.818.683	14.240.914	6,92
2020	207.696.505	14.871.512	7,16

Fonte: IBGE.

**ANEXO DE METAS FISCAIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

**Avaliação da situação financeira do Fundo de Amparo ao Trabalhador
(Artigo 4º, § 2º, inciso IV, alínea a da Lei Complementar nº 101, de maio de 2000)**

De acordo com o que estabelece a alínea "a" do inciso IV do § 2º do art.4º da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), de 04 de maio de 2000, apresenta-se a avaliação financeira do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.

O trabalho está dividido em duas partes:

I - Desempenho Econômico-Financeiro do FAT – Esta parte analisa o desempenho econômico-financeiro do FAT durante os últimos anos. São apresentados os comportamentos da arrecadação das contribuições para o PIS e para o PASEP; das Receitas e Despesas do Fundo (e consequentemente, do resultado primário); bem como da evolução patrimonial. Todas essas grandezas são tratadas em termos reais, a preços de dezembro de 2000, utilizando-se o IGP-DI/FGV como indexador.

II – Projeções para os exercícios financeiros de 2001 a 2003 – Nesta parte foram realizadas as estimativas das receitas e das despesas do fundo para os exercícios de 2001 a 2003, seguindo em anexo os quadros demonstrativos e a metodologia utilizada para a elaboração das estimativas.

O Ministério do Trabalho e Emprego – MTE está estudando, em conjunto com o BNDES e outras instituições, a possibilidade da realização da avaliação atuarial do Fundo. Os especialistas no assunto têm apresentado dúvidas quanto a aplicabilidade desse tipo de avaliação para o FAT, por tratar-se de fundo diverso daqueles de natureza previdenciária.

I - DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR - FAT

1. Introdução

O Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT é um fundo contábil, de natureza financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, instituído por meio da Lei 7.998, de 11 de janeiro de 1990, por ocasião da regulamentação do artigo 239 da Constituição Federal.

Os recursos do FAT são provenientes, basicamente, das contribuições para o PIS e para o PASEP. Também fazem parte da composição dos recursos do FAT os juros pagos semestralmente pelo BNDES, como remuneração dos repasses de recursos para financiamentos de projetos de desenvolvimento econômico, bem como as receitas financeiras provenientes da alocação das disponibilidades financeiras do Fundo em depósitos especiais e no extramercado. Adicione-se a essas fontes a arrecadação da cota-parte

da contribuição sindical, algumas multas trabalhistas, remuneração sobre saldo disponível nas instituições financeiras pagadoras dos benefícios e outros recursos que sejam destinados ao Fundo.

Os recursos do FAT são direcionados para o custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e para o financiamento de programas de desenvolvimento econômico, nos termos do que determina o artigo da Constituição acima citado.

Pelo alcance social que possui, o Programa do Seguro-Desemprego é de fundamental importância para o trabalhador brasileiro. Esse Programa desenvolve diversas atividades de apoio ao trabalhador, destacando-se:

- pagamento de benefício financeiro temporário ao trabalhador demitido sem justa-cause;
- qualificação profissional;
- intermediação de mão-de-obra;
- geração de informações sobre o mercado de trabalho (RAIS, CAGED e PED);
- apoio operacional ao PROGER;
- identificação profissional (Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS); e
- Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

As disponibilidades financeiras do Fundo são aplicadas em títulos do Tesouro Nacional, no Fundo BB-Extramercado FAT/FUNCAFÉ/FNDE, por intermédio do Banco, ou em depósitos especiais, em instituições financeiras oficiais federais, conforme determina a Lei 8.352, de 28 de dezembro de 1991.

Os depósitos especiais são aplicações financeiras realizadas pelo FAT nas instituições financeiras oficiais federais, com o objetivo de conceder financiamentos no âmbito de programas de geração de emprego e renda, tais como o PROGER – Setor Rural e Urbano – o PRONAF, o PROEMPREGO e o PROTRABALHO, constituindo-se em importante fonte de recursos para o financiamento às micro, pequenas e médias empresas.

2. Arrecadação das Contribuições para o PIS e para o PASEP.

As receitas provenientes da arrecadação das contribuições para o PIS e para o PASEP são a principal fonte de recursos do FAT.

Vale lembrar que parte da arrecadação tem sido direcionada para o Tesouro Nacional, com o objetivo de saneamento financeiro da Fazenda Pública Federal e de estabilização econômica.

QUADRO I
ARRECADAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES PARA O PIS E PARA O PASEP E
DIRECIONAMENTO DE RECURSOS PARA O TESOIRO NACIONAL
(R\$ MILHÕES)/1

ANO	ARRECADAÇÃO	FSE/FEF/DRU	%	FAT
	(A)	(B)	(C=B/A)*100	(D=A-B)
1.994	8.119,9	2.005,0	24,7	6.114,9
1.995	9.777,4	2.544,7	26,0	7.232,7
1.996	10.636,1	2.642,8	24,8	7.993,3
1.997	10.015,1	2.590,8	25,9	7.424,3
1.998	9.451,3	2.520,0	26,7	6.931,4
1.999	11.342,9	4.110,0	36,2	7.233,0
2.000	10.121,0	1.549,9	15,3	8.571,1
TOTAL	61.343,8	15.958,1	26,0	45.385,7

Fonte: CGFAT/SPOAF/SE/ME

/1 – Preços de dezembro de 2000 – IGP-DI

O direcionamento de recursos para o Tesouro Nacional iniciou-se em 1994, com a instituição do Fundo Social de Emergência – FSE (Emenda Constitucional de Revisão nº 01, de 01 de março de 1994), posteriormente alterado para Fundo de Estabilização Fiscal - FEF (Emenda Constitucional nº 10, de 04 de março de 1996 e Emenda Constitucional nº 17 de 22 de novembro de 1977). Foram direcionados 100% das contribuições das instituições financeira e 20% das demais contribuições para esses Fundos, que vigoraram até 31 de dezembro de 1999.

Atualmente, são direcionados 20% da arrecadação das contribuições para o Tesouro Nacional, nos termos da desvinculação (Desvinculação de Recursos da União – DRU) autorizada pela Emenda Constitucional nº 27, de 21 de março de 2000. A DRU vigorará até o ano de 2003.

3. Receitas, Despesas e Resultado primário do FAT

As receitas do FAT são originárias das contribuições para o PIS e para o PASEP, após deduzidos os repasses para o Tesouro Nacional pela Desvinculação das Receitas da União – DRU (antes FSE e FEF). Em 2000, as receitas alcançaram a importância de R\$ 8,28 bilhões, com crescimento de 13,8% sobre os R\$ 7,27 bilhões observados no ano anterior.

Pelo menos 40% dessas receitas são transferidas para o BNDES, para aplicação em financiamentos de programas de desenvolvimento econômico, nos termos do que determina o artigo 239 da Constituição Federal. Por tratar-se de uma proporção das receitas provenientes das contribuições, essa rubrica tem comportamento idêntico ao da referida receita.

QUADRO II
RECETAS E DESPESAS DO FAT
R\$ MILHÕES

ANO	RECETA PIS/PASEP (A)	D E S P E S A S						TOTAL DAS DESPESAS (H)	SALDO (I)=(A-H)
		EMPRESTIMOS AO BNDES (B)=0,4(A)	SEGURO- DESEMPREGO (C)	ABONO SALARIAL (D)	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL (E)	INTERMEDIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA (F)	OUTRAS (G)		
1995	7.310,88	2.885,52	4.711,48	797,79	27,43	132,40	8,48	8.563,10	(1.252,22)
1996	7.156,25	3.189,80	5.083,49	807,55	390,20	39,34	100,40	9.590,78	(2.424,53)
1997	6.450,76	2.980,88	4.901,58	736,22	483,66	46,28	168,31	9.296,95	(2.846,19)
1998	6.879,08	2.776,11	5.552,27	768,96	524,41	63,59	238,70	9.923,44	(3.044,37)
1999	7.272,41	2.916,63	4.914,92	713,96	422,72	61,31	202,76	9.231,31	(1.958,89)
2000	8.275,89	3.373,84	4.472,45	729,92	465,95	84,74	203,83	9.330,74	(1.054,85)

Fonte: CGFAT/SPOAF/SE/ME

/1 - Preços de dezembro de 2000 - IGP-DI

As despesas do Fundo são constituídas pelo pagamento dos benefícios do seguro desemprego e do abono salarial bem como o custeio das atividades de qualificação profissional e de intermediação de mão-de-obra, além de outras despesas, tais como a manutenção dos programas (ações de apoio ao pagamento dos benefícios do seguro e do abono), apoio ao CODEFAT, manutenção das DRTs, etc.

Dentre as rubricas de despesas do FAT o destaque recai sobre o Programa do Seguro-Desemprego, que consumiu R\$ 4,47 bilhões durante o exercício de 2000, o que corresponde a 75,1% do total das despesas do Fundo.

Por outro lado, essas despesas têm decrescido, em termos reais (IGP-DI), sistematicamente. No exercício de 2000, as despesas com o pagamento do benefício caiu 9,0% relativamente ao ano anterior.

As despesas com o abono alcançaram a cifra de R\$ 729,92 milhões, superando em 2,2% as despesas do ano anterior. Essa rubrica correspondeu a 12,3% do total das despesas do FAT no exercício de 2000.

A Qualificação Profissional absorveu R\$ 465,95 milhões durante o exercício de 2000. Esse valor correspondeu a 7,8% do total das despesas do FAT e um crescimento real da ordem de 10,2% sobre o ano anterior.

A Intermediação de Mão-de-Obra foi a rubrica que mais cresceu durante o exercício de 2000 (+38,2%), aumentando sua participação no total das despesas do Fundo de 1,0% em 1999 para 1,4% no exercício seguinte.

Desde a criação dos fundos que destinam parte dos recursos das contribuições para o PIS e para o PASEP para o Tesouro Nacional, o FAT vem apresentando déficits primários (receitas PIS/PASEP menos as despesas)¹. Nem mesmo o excelente desempenho das receitas observado em 2000

¹ Inclusive os empréstimos realizados ao BNDES em virtude do que determina o parágrafo 1º do artigo 239 da Constituição Brasileira (pelo menos 4% do total das receitas das contribuições para o PIS e para o PASEP).

(crescimento real de 13,8%) foi suficiente para anular o déficit primário estrutural do FAT, embora este último tenha regredido 46,2% durante o ano de 2000.

Esse déficit vem sendo financiado pelas receitas financeiras provenientes das aplicações das disponibilidades financeiras do Fundo e dos juros pagos pelo BNDES, como remuneração dos empréstimos constitucionais direcionados àquele banco.

4 - O Patrimônio do FAT

O patrimônio do FAT é composto, basicamente, dos recursos financeiros aplicados nas instituições financeiras oficiais federais. Esses recursos estão alocados nas seguintes modalidades:

- **Empréstimos Constitucionais** – Recursos destinados ao BNDES, por força do que determina o artigo 239 de Constituição Federal, para financiar programas de desenvolvimento econômico. Pelo menos quarenta por cento das receitas provenientes da arrecadação das contribuições para o PIS e para o PASEP são destinados ao Banco com essa finalidade.
- **Depósitos Especiais** – Disponibilidades financeiras do FAT aplicadas nas instituições financeiras oficiais federais nos termos do que determina a Lei 8.352, de 28 de dezembro de 1991. São recursos destinados ao financiamento de projetos com alto potencial de geração de emprego e renda, como por exemplo o PROGER, o PRONAF, o PROEMPREGO, dentre outros.
- **Extramercado** – Disponibilidades de caixa aplicadas em fundo composto de títulos públicos federais gerido pelo Banco do Brasil (Fundo BB-Extramercado FAT/FUNCAFÉ/FNDE).
- **Bens** - existe uma pequena parcela alocada em bens e direitos (linhas telefônicas, carros, computadores etc) do FAT administrados pelo Ministério do Trabalho e Emprego e pelos Estados. Os ativos que se encontram nos estados foram adquiridos no âmbito dos convênios celebrados para a execução das ações do Sistema Nacional de Emprego – SINE.
- **Recursos em Caixa ou em Trânsito** - também pode acontecer de, transitoriamente, existir algum recurso na conta caixa ou em trânsito (p.ex.: recursos destinados às instituições financeiras mas que ainda não foram recebidos por elas, em razão do prazo de compensação das ordens bancárias, que é D + 2).

No final do ano 2000 o patrimônio do FAT alcançou os R\$ 53,6 bilhões, com crescimento real de 7,2% sobre o ano anterior.

QUADRO III
PATRIMÔNIO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR – FAT

ANO	R\$ MILHOES	VAR (%)
1.990	5.342,87	-
1.991	11.644,76	117,9
1.992	17.592,13	51,1
1.993	21.414,23	21,7
1.994	28.073,94	31,1
1.995	34.028,66	21,2
1.996	38.595,95	13,4
1.997	42.127,21	9,1
1.998	49.285,22	17,0
1.999	49.966,74	1,4
2.000	53.573,11	7,2

Fonte: CGFAT/SPOAF/SE/ME

/1 – Preços de dezembro de 2000 – IGP-DI

Desde a instituição do FAT, em 1990, até o ano de 2000, seu patrimônio tem crescido a uma taxa média real (IGP-DI) de 27,1% ao ano.

O BNDES é a instituição financeira que detém a maior participação dos recursos que compõem o patrimônio do FAT. A participação das transferências constitucionais para financiamento de programas de desenvolvimento econômico alcançaram 62,1% do total do patrimônio do Fundo. Se se acrescenta os depósitos especiais realizados pelo FAT no Banco esta participação sobe para 76,0%, ou seja, mais de $\frac{3}{4}$ do patrimônio do FAT está alocado no BNDES

QUADRO IV
COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DO FAT/1

PROGRAMA	ANO	1999	2000
I - FUNDO BB-EXTRAMERCADO		4.572,90	6.044,7
II - BNDES-Prog. Desenv. Econômico		31.175,85	33.287,8
III - DEPÓSITOS ESPECIAIS		13.734,7	14.157,9
III.1 - Banco do Nordeste		2.442,92	2.485,4
III.2 - Banco do Brasil		4.082,49	3.650,6
III.3 - BNDES		6.808,46	7.415,0
III.4 - FINEP		221,30	194,8
III.5 - CAIXA		179,47	412,0
IV - IMOBILIZADO		38,94	57,6
V - VALORES EM CAIXA		273,20	4,0
VI - VALORES EM TRANSITO		188,06	21,1
TOTAL		49.983,6	53.573,1

Fonte: CGFAT/SPOAF/SE/ME

/1 – R\$ milhões de dezembro de 2000 – IGP-DI

Também importante tem sido o direcionamento de recursos do FAT para os depósitos especiais. Já são R\$ 14,2% do patrimônio do Fundo aplicados nessa modalidade. Os depósitos especiais são importante na medida em que são aplicações cujo principal objetivo é a geração de empregos e de renda para o trabalhador.

Nos depósitos especiais, também o BNDES é a principal instituição no direcionamento de recursos do FAT, principalmente em razão da existência de dois depósitos especiais significativos (PROEMPREGO I E PROEMPREGO II) naquela instituição.

O Banco do Brasil vem a seguir, com um montante de R\$ 3,7 bilhões aplicados em depósitos especiais, dos quais R\$ 2,8 bilhões (76,1%) estão aplicados na área rural. Estão também aplicadas no Banco do Brasil as disponibilidades financeiras do FAT que, em 31 de dezembro de 2000, alcançaram a importância de R\$ 6,0 bilhões.

O Banco do Nordeste participa no patrimônio do FAT com R\$ 2,5 bilhões em depósitos especiais. Esse banco opera principalmente na área urbana e, mais recentemente, em projetos estruturantes das cadeias produtivas, por meio do PROTRABALHO.

Menos expressivas são as participações da Caixa Econômica Federal – CAIXA (R\$ 412,0 milhões – ou 0,8% do patrimônio do FAT) e da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP (R\$ 194,8 milhões – ou 0,4% do total do patrimônio do FAT).

As outras rubricas que compõem o patrimônio do FAT (Imobilizado, Valores em Caixa e Valores em Trânsito) são pouco expressivas, tendo representado, no ano de 2000, apenas 0,15% do patrimônio do Fundo.

II – ESTIMATIVA DAS RECEITAS E DESPESAS DO FAT PARA OS EXERCÍCIOS DE 2001 A 2003

Os recursos do FAT originam-se das contribuições para o PIS e para o PASEP (como fonte primária), da Contribuição Sindical e das remunerações das aplicações financeiras do FAT nas instituições oficiais federais de crédito. Esses recursos são destinados ao custeio do Programa de Seguro-Desemprego, ao pagamento de Abono Salarial, ao financiamento de programas de desenvolvimento econômico, através do BNDES, e às ações na geração de emprego e renda.

1. Receitas do FAT

Para o custeio e o financiamento dos programas estabelecidos pelo art. 239 da Constituição Federal de 1988, o FAT conta com as seguintes fontes de recursos (vide Anexo II):

1.1. Arrecadação da Contribuição PIS/PASEP.

A receita da arrecadação da contribuição PIS/PASEP, fonte primária do FAT, é repassada pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN após a dedução de parcela de 20% por desvinculação de receita (Desvinculação de Receita da União - DRU).

Essa arrecadação está diretamente relacionada ao desempenho da atividade da economia formal do país. Para os exercícios de 2001 a 2003 estima-se crescimento sucessivos na arrecadação projetando-se taxas de crescimento de 2,79% para os exercício de 2001, e de 2,0% para os demais exercícios, com taxas de inflação de 5,4%, 4,0% e 3,5% para os exercícios de 2001 a 2003, respectivamente.

1.2. Contribuição Sindical

A receita proveniente da arrecadação da Contribuição Sindical está relacionada a contribuição daqueles que integram as categorias reunidas no quadro de atividades e profissões de que trata o art. 577 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pela Lei n.º 5452, de 1º de maio de 1943, no que respeita à Contribuição Sindical Urbana, e no Decreto-lei n.º 1.166, de 15 de abril de 1971, e na Lei n.º 18.847, de 28 de janeiro de 1994, quanto à Contribuição Sindical Rural.

Na estimativa dessa receita foi mantido o montante arrecadado em 2000, com aplicação das taxas de inflação projetadas 5,4%, 4,0% e 3,5% para exercícios de 2001 a 2003, respectivamente.

1.3. Juros de Títulos e Renda

Disponibilidades financeiras do FAT que estão aplicadas no Fundo Extramercado FAT/FUNCAFÉ/FNDE, administrado pela BB Administradora de Títulos e Valores Mobiliários S/A – BBDTV, do Banco do Brasil S/A, nos termos do art. 9º da Lei n.º 8.019, de 11 de abril de 1990, com a redação dada pela Lei n.º 8.352, de 28 de dezembro de 1991 e Medida Provisória 1948-62, de 14.12.2000, e suas reedições. Essas aplicações são remuneradas tendo como base a taxa que remuneram os Títulos Público Federais.

A receita proveniente dessas aplicações se realizam conforme estoque de recursos aplicados no Fundo Extramercado, variando conforme projeção de caixa do FAT. Estima-se que as taxas que remunerarão essas disponibilidades são de 14,4%, 13,14% e 12,25%aa para os exercícios de 2001 a 2003, respectivamente.

1.4. Remuneração de Depósitos Especiais.

Receita baseada na estimativa do saldo médio mensal dos recursos do FAT aplicados em depósitos especiais nas instituições financeiras oficiais federais que operam os programas de geração de emprego e renda, conforme facultado pela Lei n.º 8.019/90, com a redação dada pela Lei n.º 8.352/91. Os recursos são remunerados pela TJLP, quando desembolsados para os tomadores dos financiamentos, e pela Taxa SELIC, enquanto disponíveis nas instituições financeiras.

Estima-se que as taxas que remunerarão essas aplicações serão de 14,4%, 13,14% e 12,25% para os exercícios de 2001 a 2003, respectivamente, quando os recursos se encontrarem em caixa da instituição financeira, e taxas de remuneração de 8,5%, 8,0% e 7,5%aa, respectivamente para os exercícios de 2001 a 2003, quando se encontrarem com os beneficiários finais dos recursos do FAT.

1.5. Remuneração de Saldos não desembolsados

Receita baseada na estimativa do saldo médio mensal dos recursos do FAT depositados nas contas suprimentos para pagamento dos benefícios do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial. Esses recursos são remunerados pela Taxa Extramercado do Banco Central do Brasil.

Na estimativa dessa receita foi mantido o montante arrecadado em 2000, com aplicação das taxas de inflação projetadas 5,4%, 4,0% e 3,5% para exercícios de 2001 a 2003, respectivamente.

1.6. Remuneração sobre repasse de recursos para programas de desenvolvimento econômico através do BNDES.

Receita baseada no saldo médio dos recursos do FAT emprestados ao BNDES, nos termos do art. 2º da Lei n.º 8.019/90, relativos aos 40% da Contribuição PIS/PASEP, destinados à aplicação em programas de desenvolvimento econômico. Os recursos são remunerados pela Taxa de Juros para Empréstimo e Financiamento do Mercado Interbancário de Londres - Libor, quando aplicados em financiamento de empreendimentos e projetos destinados à produção e à comercialização de bens de reconhecida inserção no mercado internacional, e pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, quando para aplicação nos diversos programas de financiamento do BNDES, exceto aqueles financiamentos para o mercado internacional.

A estimativa de receita é baseada no cálculo dos juros sobre o montante de recursos emprestados ao BNDES, sendo os juros limitados a 6%aa quando os recursos do FAT são remunerados pela TJLP e a Libor quando os recursos forem indexados pelo Dólar. Para os exercícios de 2001 a 2003 projeta-se crescimento da receita de 19%aa, tomando por base a receita do exercício de 2000.

1.7. Multas e Juros Devidos ao FAT

A receita de multas e juros devidos ao FAT são provenientes de aplicação de penalidades por infrações relativas à Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, ao Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, ao Seguro-Desemprego, ao Abono Salarial, ao Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, ao Vale-Pedágio, quando aplicadas pelo MTE e às Multas e/ou Indenizações imputadas pelo Poder Judiciário em favor do FAT.

Na estimativa dessa receita foi mantido o montante arrecadado em 2000, com aplicação das taxas de inflação projetadas 5,4%, 4,0% e 3,5% para exercícios de 2001 a 2003, respectivamente.

1.8. Restituição de Convênios

A receita de restituição de convênios são provenientes da devolução de recursos não utilizados pelos parceiros dos convênios firmados com o MTE para a realização de ações na área de políticas de emprego.

Na estimativa dessa receita foi mantido o montante arrecadado em 2000, com aplicação das taxas de inflação projetadas 5,4%, 4,0% e 3,5% para exercícios de 2001 a 2003, respectivamente.

1.9. Restituição de Benefícios não Desembolsados

A receita de restituição de benefícios não desembolsados são provenientes da devolução de recursos depositados nas instituições financeiras que pagam o benefício do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial e não utilizados em cada exercício financeiro.

Para o cálculo dessa receita tomou-se por base a expectativa de devolução para o exercício de 2001, e para os exercícios de 2002 e 2003 a projeção fica, ano a ano, acrescida de 4,0% e 3,5%, respectivamente.

2. Despesas do FAT

As despesas do FAT projetadas para os exercícios de 2001 a 2003 foram calculadas com base nas despesas do exercício de 2000 e na expectativa de gastos para os próximos exercícios (vide Anexo II).

2.1. Empréstimo ao BNDES para aplicação em Programas de Desenvolvimento Econômico.

Em cada o exercício é repassado ao BNDES 40% da receita da arrecadação PIS/PASEP, conforme disposto no artigo.239 da CF. Estima-se um crescimento dessa despesa de capital para próximos exercícios, na razão direta do crescimento da receita da arrecadação PIS/PASEP.

2.2. Seguro-Desemprego

Para o cálculo das despesas com pagamento do benefício do Seguro-Desemprego para os exercícios de 2001 a 2003 tomou-se por base o número de documentos do Seguro-Desemprego pagos no exercício de 2000, o valor médio em salários mínimos por documento de pagamento e o valor do salário mínimo por período.

Estima-se que o número de documentos do Seguro-Desemprego - DSD, crescerá para os exercícios de 2001 a 2003, ano base 2000, conforme demonstrado no quadro abaixo, sendo o valor do salário mínimo de R\$ 151,90 até março/2001, R\$ 180,00 até março/2002, R\$ 186,30 até março/2003, e de R\$ 192,82 de abril a dezembro/2003, conforme planilha de cálculo (Anexo III).

QUADRO V
QUANTIDADE DE DOCUMENTOS DE SEGURO-DESEMPREGO
PROJEÇÃO PARA 2001 A 2003

Ano / DSD	Seguro Conv.	Pesc. Artesanal	Bolsa Qualif.	Emp. Doméstico
2000	18.270.668	200.804	39.090	-
2001	18.478.770	230.786	39.888	467.355
2002	19.021.266	276.944	41.884	801.180
2003	19.401.691	332.333	43.978	961.416

Fonte: CGFAT/SPOAF/SE/ME

2.3. Abono Salarial

Para o cálculo das despesas com pagamento do Abono Salarial para os exercícios de 2001 a 2003 tomou-se por base a meta orçamentária de 2001, número de beneficiários identificados, projetado-se a realização de 89,35% dessa meta para o exercício de 2001 e 90% para os exercícios de 2002 e 2003, sendo, estes últimos, crescidos de 5% ao ano no número de beneficiários a serem atendidos.

Estima-se que o número de beneficiários do Abono Salarial no exercício de 2001 será de 5.550.383, ampliando essa meta para os exercícios de 2002 e 2003, para 5.870.259 e 6.163.772, respectivamente. Como o calendário de pagamento do Abono não segue o calendário do ano civil, considerou-se que 15% dos trabalhadores receberão seus benefícios com o salário vigente no ano anterior, até a vigência do salário mínimo a ser divulgado em cada exercício. Foi considerado na estimativa o valor do salário mínimo de R\$ 151,00 até março/2001, R\$ 180,00 até março/2002, R\$ 186,30 até março/2003, e de R\$ 192,82 de abril a dezembro/2003, conforme planilha de cálculo (anexo III).

2.4. Despesas operacionais para pagamento dos benefícios do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial.

Para o cálculo das despesas operacionais para os exercícios de 2001 a 2003 quanto ao pagamento dos benefícios do Seguro-Desemprego, tomou-se por base o gasto de 3,4% sobre a estimativa do pagamento do benefício do Seguro-Desemprego, e quanto do Abono Salarial, 3,1% sobre a estimativa do pagamento do benefício do Abono.

2.5. Qualificação Profissional (PLANFOR/PROEP/PROFAE)

Para o cálculo das despesas com o Plano Nacional de Qualificação Profissional – PLANFOR, para os exercícios de 2001 a 2003, tomou-se por base a despesa orçamentária fixada para o exercício de 2001, e para 2002 e 2003 o valor fica, ano a ano, acrescido de 10%.

As despesas com repasse para o PROEP e o PROFAE seguem cronograma de desembolso estabelecido com os parceiros de convênios.

2.6. Intermediação de Emprego

Para o cálculo das despesas com intermediação de emprego para os exercícios de 2001 a 2003, tomou-se por base a despesa orçamentária fixada para o exercício de 2001, e para os demais exercícios o valor fica, ano a ano, acrescido de 20%.

2.7. Apoio Operacional ao PROGER

Para o cálculo das Despesas com apoio operacional ao PROGER para os exercícios de 2001 a 2003 tomou-se por base a despesa orçamentária fixada para o exercício de 2001, e para os demais exercícios o valor fica, ano a ano, acrescido de 10%.

2.8. Outros Projetos/Atividades

Para o cálculo dessas despesas para os exercícios de 2001 a 2003 tomou-se por base a despesa orçamentária fixada para o exercício de 2001, e para os demais exercícios o valor fica, ano a ano, acrescido de 10%.

As principais despesas relacionadas em outros projetos/atividades são: Pesquisa sobre emprego e desemprego, Campanhas educativas e divulgação, estudos e pesquisas, Implementação do sistema informatizado da emissão da Carteira do Trabalho e Previdência Social – CTPS, Confecção e distribuição da CTPS, Melhoria do atendimento ao trabalhador e orientações trabalhistas.

2.9. Considerações Finais

As Receitas e Despesas dos FAT projetadas para os exercícios de 2001 e 2003 registraram déficit primário, como vem acontecendo desde 1994, quando da criação do FSE. Contudo, este déficit tem sido compensado por outras receitas, principalmente a receita financeira, gerando resultados operacionais positivos, conforme pode ser observado no anexo II.

O *superavit* gerado em cada exercício vem possibilitando ao FAT a realização de aplicações em depósitos especiais, possibilitando a continuidade dos programas de geração de emprego em renda, dentre eles, o PROEMPREGO, financiado pelo BNDES, o PROTRABALHO, financiado pelo Banco do Nordeste, e os Programas PROGER-URBANO, PROGER-RURAL e PRONAF, financiados pelo Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Caixa Econômica Federal, e pela Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP.

ANEXO DE METAS FISCAIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Geral de Previdência Social
(Artigo 4º, § 2º, inciso IV, alínea da Lei Complementar nº 101, de maio de 2000)

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS: DINÂMICA E LIMITAÇÕES DO MODELO

Este documento tem como objetivo apresentar as projeções atuariais do Regime Geral de Previdência Social - RGPS para os próximos 20 anos, atendendo ao disposto no Art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000). As projeções foram realizadas com base em modelo demográfico-atuarial, organizado em quatro módulos: desenho do plano previdenciário, demografia, mercado de trabalho e transições da condição de contribuinte para inatividade. A dinâmica de interação entre os módulos e as limitações do modelo dependem da definição de uma série de hipóteses acerca do comportamento das variáveis, conforme explicado a seguir.

O módulo inicial consiste na definição da cobertura dos riscos associados à perda da capacidade laboral que a Previdência Social oferece ao trabalhador e a sua família. Entre as principais coberturas estão aquelas relacionadas à idade avançada, invalidez, maternidade recente, morte, doença e acidente de trabalho, as quais geram alguns dos benefícios do RGPS. A definição precisa da cobertura dos riscos ocorre por meio do desenho do plano de benefícios, o qual é determinado por três elementos: condições para habilitação, fórmula de cálculo e indexação dos benefícios.

Em primeiro lugar, é necessário ter o conhecimento das condições sob as quais os segurados passam a ter o direito aos benefícios. Por exemplo, para um homem se aposentar por tempo de contribuição, deve ter contribuído por 35 anos e uma mulher, por 30 anos. O conjunto de regras que determina as condições nas quais os segurados assumem a condição de beneficiários define as *condições para habilitação aos benefícios*. Um segundo ponto importante relaciona-se à *fórmula de cálculo dos benefícios*. Em outras palavras, trata-se do método de determinar o valor do benefício que o segurado passa a receber no momento de sua aposentadoria. Tal fórmula varia de acordo com o benefício requerido pelo segurado. O valor de alguns benefícios é equivalente ao salário mínimo; outros estão relacionados ao histórico de salários-de-contribuição, idade de aposentadoria e tempo de contribuição do segurado.

Por fim, após concedidos os benefícios, deve haver alguma regra para determinar como o valor desses variará ao longo do tempo, ou seja, a definição da forma da *indexação dos benefícios*. No caso do RGPS, os benefícios são reajustados conforme a variação da inflação, com exceção dos benefícios equivalentes ao piso previdenciário, que variam de acordo com o reajuste do salário mínimo. Neste modelo, considerou-se que os reajustes do salário mínimo e dos demais benefícios deverão ser correspondentes à inflação anual acumulada. A seção 2 deste texto apresenta maiores detalhes sobre o desenho do plano do RGPS, conforme a legislação vigente.

Além do desenho do plano de benefícios, para a realização de projeções de longo prazo de um regime previdenciário é necessário o conhecimento do fluxo potencial de contribuintes e beneficiários do sistema. O RGPS cobre potencialmente qualquer indivíduo da população brasileira que não esteja filiado a um regime próprio de previdência social no setor público. Trata-se de um plano bastante distinto do de uma entidade fechada de previdência privada ou de um regime próprio de previdência social de servidores públicos, que cobre apenas as pessoas com algum vínculo empregatício com a patrocinadora ou com o ente estatal. Enquanto nestes a política de pessoal da empresa ou do ente federativo exerce um papel fundamental na evolução da razão entre contribuintes e beneficiários, a dinâmica demográfica do país é uma variável de grande relevância.

É nesse sentido que surge a necessidade de um módulo demográfico. Em primeiro lugar porque, à exceção dos benefícios caracterizados como de risco, é usual que o período contributivo ocorra em idades jovens, enquanto o de recebimento de benefícios em idades avançadas. Dessa forma, o conhecimento da distribuição etária da população se torna essencial. Em segundo lugar, a duração dos benefícios depende da probabilidade de sobrevivência da população coberta pela Previdência Social. Quanto maior a probabilidade de alguém que recebe um benefício sobreviver, maior será sua duração esperada. Como as probabilidades de sobrevivência se diferenciam em função da idade e do sexo, torna-se necessário o conhecimento da evolução populacional desagregada por gênero e idade simples. Além disso, o plano de benefício do RGPS apresenta condições de habilitação diferenciadas por clientela, o que demanda a desagregação dos dados entre a população urbana e rural. Em resumo, as projeções populacionais devem estar desagregadas por sexo, idade e clientela da previdência social. A seção 3 deste texto apresenta os principais indicadores obtidos a partir das projeções demográficas elaboradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Uma vez conhecida a dinâmica demográfica, para chegar ao número de contribuintes e beneficiários é necessário, respectivamente, estimar a parcela da população que está inserida no mercado formal de trabalho e calcular as probabilidades de entrada em benefícios da população coberta.

Por um lado, o número de contribuintes é fortemente correlacionado com o nível de emprego formal. Dessa forma é importante entender a dinâmica do mercado de trabalho, estimando a população ocupada em atividades formais, desagregada também por gênero, clientela e idade.

Os resultados das projeções são extremamente sensíveis às hipóteses demográficas e de mercado de trabalho utilizadas, sendo que, enquanto as mudanças na estrutura demográfica são mais lentas e previsíveis, as alterações na composição da força de trabalho estão cada vez mais aceleradas em razão dos avanços tecnológicos, da flexibilização das relações laborais e da reestruturação dos processos produtivos. Elementos como a taxa de atividade, grau de informalidade e taxa de desemprego, que são fundamentais para as projeções previdenciárias, são variáveis de difícil previsão, o que constitui uma séria limitação deste modelo em relação às estimativas do número de contribuintes. Neste estudo, em razão da ausência de informações sobre o comportamento futuro destas variáveis, adotou-se a hipótese de manutenção da atual estrutura de mercado de trabalho para os próximos 20 anos.

Por outro lado, a evolução do número de beneficiários deriva das probabilidades de transição do estado de contribuinte para o estado de beneficiário. Há duas grandes classes de benefícios: os de risco e os programáveis. Cada uma delas apresenta razões distintas de transição para uma situação de recebimento de benefício. Os benefícios programáveis têm como condição de habilitação limites etários ou de tempo de contribuição. Tais regras tornam possível ao segurado programar a data de início de recebimento do benefício. Exemplos típicos de benefícios programáveis são as aposentadorias por idade e por tempo de contribuição. Por sua vez, os benefícios de risco surgem em caso de sinistro. Exemplos clássicos são os benefícios de pensão, que somente surgem após o falecimento de um segurado, e as aposentadorias por invalidez, que são concedidas quando, em função de doença ou acidente, o segurado perde sua capacidade de trabalho.

As probabilidades de entrada no sistema foram calculadas com base no comportamento recente dos fluxos de concessão de benefícios. No caso das probabilidades de transição dos benefícios programáveis, como o segurado escolhe a data de concessão após obedecidos os requisitos mínimos de idade ou tempo de contribuição, seu início depende do comportamento do segurado em relação ao momento em que ele julga mais conveniente começar a receber sua aposentadoria.

No RGPS, a fórmula de cálculo das aposentadorias programáveis traz mecanismos que fazem o valor do benefício variar em função da idade e tempo de contribuição no momento da concessão deste, sendo que o segurado pode optar por postergar seu início na expectativa de receber um valor mais elevado. Nesse caso, o regime previdenciário seria beneficiado pelo adiamento do início da concessão do benefício e pelo recebimento de contribuições durante um maior período. Entretanto, teria que pagar um benefício de valor superior. A probabilidade de entrada neste tipo de benefício depende das hipóteses de comportamento dos segurados em resposta aos incentivos para postergação da aposentadoria presentes na fórmula de cálculo do benefício. Nas projeções apresentadas nesse texto, adotou-se uma hipótese mais conservadora de que os indivíduos não postergarão as aposentadorias, solicitando-as no momento do preenchimento das condições de elegibilidade.

Com as variáveis descritas acima, é factível projetar o número de contribuintes e beneficiários. Entretanto, as informações ainda são insuficientes para a projeção da arrecadação e do gasto com benefícios. A maior parte da receita de contribuições varia como proporção dos salários percebidos pelos segurados, conforme a legislação vigente. Por sua vez, a fórmula de cálculo dos benefícios relaciona o valor da aposentadoria ao que o segurado contribuiu durante sua vida ativa, sendo que as contribuições estão relacionadas ao histórico salarial do segurado. Nesse sentido, informações relativas à evolução salarial, no mesmo nível de desagregação requisitado para variáveis demográficas e de mercado de trabalho, são a base para a projeção das receitas e despesas previdenciárias. A evolução salarial, por sua vez, depende da trajetória de ascensão salarial média, além das hipóteses de crescimento da produtividade do trabalho em relação às variações do Produto Interno Bruto – PIB. A seção 4 deste estudo consolida as projeções de mercado de trabalho e, na seção 5, são apresentadas as projeções atuariais de benefícios, receitas e despesas previdenciárias, assim como o resultados financeiros do RGPS.

Conforme observado, as projeções dependem de uma série de hipóteses acerca da evolução demográfica, estrutura do mercado de trabalho e probabilidades de entrada em benefícios, assim como de suposições sobre as taxas de crescimento da inflação, produtividade, PIB e mesmo acerca do comportamento dos indivíduos em relação à decisão de se aposentar. Parcela das limitações deste estudo reside, justamente, no grau de segurança em relação à definição das hipóteses. Quaisquer modificações em relação ao quadro de hipóteses, pode alterar substancialmente os resultados. Além disso, os resultados de curto prazo modificam o ponto de partida das projeções deslocando as curvas de receita, despesa e déficit. Por isso, é fundamental que haja a atualização anual deste estudo, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, aprimorando-o em relação aos dados observados e aos cenários futuros.

Finalmente, é importante destacar as limitações impostas pela qualidade dos registros de informações sobre os contribuintes e beneficiários do RGPS. O uso de dados individualizados dos segurados, conforme feito nas avaliações atuariais tradicionais, poderia conferir maior precisão aos cálculos. Entretanto, a base de dados da Previdência Social não foi concebida com o objetivo de fornecer informações para tais projeções, mas sim para operacionalizar a concessão e manutenção dos benefícios e controlar a arrecadação. Em razão da ausência de informações com o grau de confiabilidade desejado, optou-se por trabalhar com dados agregados em coortes de sexo, idade e clientela, pois os dados podem estar contaminados com algumas inconsistências cadastrais. Nesse sentido, a melhora na base cadastral junto com novos métodos que permitam traçar melhores hipóteses em relação ao mercado de trabalho, à demografia e às probabilidades de transição permitirão o aperfeiçoamento e sofisticação das futuras projeções.

2. PLANO DE BENEFÍCIOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Os benefícios oferecidos pelo RGPS têm por objetivo assegurar aos contribuintes e a suas famílias meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, idade avançada, tempo de contribuição, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente.

A descrição do plano de benefícios aborda três aspectos. O primeiro dispõe sobre a fórmula de cálculo do valor do benefício, o segundo, sobre as condições necessárias para que o segurado se habilite ao benefício e o terceiro, sobre a duração do pagamento.

Inicialmente, convém destacar que o salário-de-benefício é a base para o cálculo dos benefícios de prestação continuada do RGPS, inclusive do regido por norma especial e do decorrente de acidente do trabalho, exceto do salário-família, da pensão por morte e do salário-maternidade, sendo indexado à inflação.

Para os benefícios de aposentadoria por idade e por tempo de contribuição, no caso dos segurados inscritos até 28/11/99, o salário-de-benefício consiste na média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição, corrigidos monetariamente, correspondentes a, no mínimo, 80% de todo período contributivo desde a competência 07/94 e multiplicado pelo fator previdenciário. Para os inscritos a partir de 29/11/99, o salário-de-benefício corresponde à média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição, corrigidos monetariamente, correspondentes a 80% de todo o período contributivo e multiplicado pelo fator previdenciário.

É importante ressaltar que é garantido aos segurados aposentados por idade a opção pela não aplicação do fator previdenciário. Para o cálculo dos auxílio-doença, auxílio-acidente, aposentadoria por invalidez e especial não se aplica tal fator.

Nos casos de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez em que o segurado conte com menos de cento e quarenta e quatro contribuições mensais no período contributivo, o salário-de-benefício corresponderá à soma dos salários-de-contribuição dividida pelo número de contribuições apurado.

O fator previdenciário leva em consideração a idade, o tempo de contribuição, a expectativa de sobrevida (conforme tábua biométrica divulgada pelo IBGE) e a alíquota de contribuição, de acordo com a seguinte fórmula:

$$f = \frac{Tc * a}{Es} * \frac{[1 + (Id + Tc * a)]}{100}$$

Onde:

f = fator previdenciário;

Es = expectativa de sobrevida no momento da aposentadoria, atualizada anualmente pelo IBGE;

Tc = tempo de contribuição até o momento da aposentadoria;

Id = idade no momento da aposentadoria;

a = alíquota de contribuição correspondente a 0,31.

Para efeito da aplicação do fator previdenciário, ao tempo de contribuição do segurado são adicionados:

- cinco anos, quando se tratar de mulher;
- cinco anos, quando se tratar de professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio;
- dez anos, quando se tratar de professora que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

Todos os benefícios do RGPS sujeitam-se ao limite mínimo de 1 (um) salário mínimo e ao limite máximo do salário-de-contribuição, à exceção do salário-maternidade, que não se sujeita a limite máximo, e ao salário-família e auxílio-acidente, que não se sujeitam ao limite mínimo.

2.1 Aposentadoria por Idade

Fórmula do benefício: 70% do salário-de-benefício, mais 1% deste por grupo de 12 contribuições, não podendo ultrapassar 100% do salário-de-benefício.

Para o segurado especial, o valor da aposentadoria é de um salário mínimo. Caso o segurado especial opte por contribuir facultativamente, o valor do benefício será calculado como o dos demais segurados.

Na aposentadoria por idade é facultado ao segurado a aplicação ou não do fator previdenciário.

Condições para habilitação: 60 anos de idade, se do sexo feminino, e 65 anos, se do masculino, reduzida em 5 anos para os trabalhadores rurais.

A aposentadoria por idade é compulsória aos 70 anos para o homem e 65 anos para a mulher, desde que requerida pela empresa e cumprido o prazo de carência.

Para os inscritos a partir de 24/07/91, a carência para habilitação ao benefício é de 180 contribuições mensais.

Os inscritos até 24/07/91 devem obedecer à tabela progressiva de carência a seguir:

TABELA PROGRESSIVA DE CARÊNCIA

ano de implementação das condições	meses de contribuição exigidos
2001	120 meses
2002	126 meses
2003	132 meses
2004	138 meses
2005	144 meses
2006	150 meses
2007	156 meses
2008	162 meses
2009	168 meses
2010	174 meses
2011	180 meses

Amplitude dos benefícios: fluxo de renda paga mensalmente até a morte do segurado com reversão em pensão por morte aos dependentes legalmente habilitados.

2.2 Aposentadoria por tempo de contribuição**Fórmula do benefício:**

- Integral: 100% do salário-de-benefício.
- Proporcional: 70% do salário-de-benefício, acrescido de 5% por ano de contribuição contados a partir do momento em que o segurado cumprir os requisitos para se aposentar com proventos proporcionais.

Condições para habilitação:

- Integral: 30 anos de tempo de contribuição, se segurado do sexo feminino, e 35 anos se do sexo masculino.
- Proporcional: O segurado que, até 16/12/98, não havia completado o tempo mínimo exigido para a aposentadoria por tempo de contribuição, 30 anos se homem e 25 anos se mulher, tem direito à aposentadoria proporcional desde que cumprida a carência e os seguintes requisitos:
 - Idade: 53 anos para o homem e 48 anos para a mulher.
 - Tempo de contribuição: 30 anos de contribuição para o homem e 25 anos de contribuição para a mulher.
 - Tempo de contribuição adicional: o equivalente a 40% (quarenta por cento) do tempo que, em 16/12/98, faltava para atingir o limite do tempo de contribuição.

O segurado que, em 16/12/98, já contava com 30 ou 25 anos de serviço, homem e mulher respectivamente, tem o direito a requerer, a qualquer tempo, aposentadoria com renda mensal proporcional ao tempo de serviço computado até aquela data, calculada com base nos 36 salários-de-contribuição anteriores a 12/98 e reajustada até a data do requerimento.

Se, no entanto, o segurado, nas condições acima, optar pela inclusão de tempo de contribuição posterior àquela data, desde que tenha 53 anos de idade, se homem, e 48 anos, se mulher, a renda mensal será calculada com base nos 36 salários-de-contribuição anteriores ao

requerimento ou com base na regra descrita anteriormente (média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição, correspondentes a 80% de todo o período contributivo, multiplicada pelo fator previdenciário), caso haja inclusão de tempo posterior a 28/11/99.

Quanto à carência, aplicam-se as mesmas regras destacadas no subitem 2.1.

Amplitude dos benefícios: fluxo de renda paga mensalmente até a morte do segurado com reversão em pensão por morte aos dependentes legalmente habilitados.

2.3 Aposentadoria Especial

Fórmula do benefício: 100% do salário-de-benefício.

Condições para habilitação: comprovar o segurado que trabalhou sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou integridade física, durante 15, 20 ou 25 anos, conforme a atividade.

Quanto à carência, aplicam-se as mesmas regras destacadas no subitem 2.1.

O segurado que tiver 60 anos, se do sexo feminino, e 65 anos, se do masculino, tem direito a se habilitar ao benefício de aposentadoria por idade, desde que cumprida a carência.

Amplitude dos benefícios: fluxo de renda paga mensalmente até a morte do segurado com reversão em pensão por morte aos dependentes legalmente habilitados.

2.4 Aposentadoria por Invalidez

Fórmula do benefício: 100% do salário-de-benefício. O segurado que necessitar de assistência permanente terá direito a um acréscimo de 25% no valor do seu benefício.

Para o segurado especial que não tenha optado por contribuir facultativamente, o valor será de um salário mínimo.

Condições para habilitação: o segurado que for considerado inválido e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência tem direito a este benefício.

A carência exigida é de 12 (doze) contribuições mensais.

Em caso de aposentadoria por invalidez decorrente de acidente de trabalho ou de qualquer natureza, não é exigida carência.

Independente de carência a concessão deste benefício ao segurado que, após filiar-se ao RGPS, for acometido de tuberculose ativa, hanseníase, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estado avançado de doença de Paget (osteíte deformante),

síndrome da deficiência imunológica adquirida (AIDS), ou contaminação por radiação, com base em conclusão da medicina especializada.

Não é concedida aposentadoria por invalidez ao segurado que, ao filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social, já era portador da doença ou da lesão que geraria o benefício, salvo quando a incapacidade decorreu de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.

Amplitude dos benefícios: fluxo de renda paga mensalmente até a morte do segurado, enquanto permanecer inválido, com reversão em pensão por morte aos dependentes legalmente habilitados.

2.5 Auxílio-doença

Fórmula do benefício: 91% do salário-de-benefício.

Condições para habilitação: o segurado que estiver incapacitado para seu trabalho ou para sua atividade habitual por mais de 15 dias consecutivos tem direito a perceber este benefício.

Para o segurado empregado, incumbe à empresa pagar ao segurado o seu salário durante os primeiros 15 dias, iniciando-se a responsabilidade do RGPS apenas após o 16º dia de afastamento. Nos demais casos, o auxílio-doença será devido a contar da data do início da incapacidade e enquanto ele permanecer incapaz.

Quanto à carência, aplicam-se as mesmas regras descritas no subitem anterior.

Não é concedido auxílio-doença ao segurado que, ao filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social, já era portador da doença ou da lesão que geraria o benefício, salvo quando a incapacidade decorreu de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.

Amplitude dos benefícios: fluxo de renda paga mensalmente até que o segurado seja considerado hábil para o desempenho de uma atividade remunerada. Caso isso não ocorra, o segurado será aposentado por invalidez.

2.6 Salário-família

Este benefício será devido apenas ao segurado empregado, exceto o trabalhador doméstico, e ao trabalhador avulso que tenham salário-de-contribuição inferior ou igual a R\$398,48.

Fórmula do benefício: R\$ 9,58 por filho menor de 14 anos de idade ou inválido de qualquer idade.

Condições para habilitação: além da comprovação da existência dos filhos ou equiparados (enteado e menor tutelado), este benefício será concedido e pago ao:

- segurado empregado, pela empresa, com o respectivo salário, e ao trabalhador avulso, pelo órgão gestor de mão-de-obra, mediante convênio;

- segurado empregado e trabalhador avulso que esteja recebendo auxílio-doença, juntamente com o benefício;
- segurado empregado e trabalhador avulso de qualquer idade que esteja recebendo aposentadoria por invalidez, juntamente com o benefício;
- segurado trabalhador rural aposentado por idade aos 60 anos, se do sexo masculino, ou 55 anos, se do sexo feminino, juntamente com a aposentadoria;
- demais segurados empregado e trabalhadores avulsos aposentados aos 65 anos, se do sexo masculino, ou 60 anos, se do sexo feminino, juntamente com a aposentadoria.

Amplitude dos benefícios: renda mensal temporária paga até que todos os filhos completem 14 anos ou fluxo de renda paga mensalmente até a morte do segurado no caso de filho inválido.

2.7 Salário-maternidade

Fórmula do benefício: No caso de segurada empregada e trabalhadora avulsa, 100% da remuneração integral que vinha percebendo. No caso de segurada doméstica, 100% do último salário-de-contribuição. No caso de segurada especial, 1 (um) salário mínimo. Para as demais seguradas, 1/12 da soma dos 12 últimos salários-de-contribuição, apurados em um período não superior a 15 meses.

Para a empregada doméstica e as contribuintes individuais, o valor do salário-maternidade sujeita-se aos limites mínimo e máximo do salário-de-contribuição.

Condições para habilitação: comprovação da gravidez, sendo a renda devida a partir do 28º dia antes do parto.

Em se tratando da contribuinte individual e da segurada facultativa, é exigida a carência de 10 (dez) contribuições mensais para concessão do benefício, reduzida no mesmo número de meses em que o parto tenha sido antecipado.

No caso de segurada especial, exige-se a comprovação de exercício de atividade rural nos últimos dez meses imediatamente anteriores ao requerimento do benefício, mesmo que de forma descontínua.

É de cinco anos o prazo para a segurada requerer o benefício a partir da data do parto.

Amplitude dos benefícios: Renda mensal temporária por 120 dias.

2.8 Pensão por morte

Fórmula do benefício: 100% da aposentadoria que o segurado vinha percebendo ou daquela a que o participante teria direito caso se aposentasse por invalidez.

Condições para habilitação: será concedida aos dependentes do segurado falecido, aposentado ou não, estabelecidos na forma da lei.

Amplitude dos benefícios: Fluxo de renda paga mensalmente até a morte do segurado ou temporária dependendo do tipo de dependente. Reverterá a favor dos demais dependentes a parte daquele cujo direito à pensão cessar.

Classes de Dependentes:

- Classe I: o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido;
- Classe II: os pais;
- Classe III: o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido.

A existência de dependente de qualquer das classes supracitadas exclui do direito às prestações os das classes seguintes.

2.9 Auxílio-reclusão

Fórmula do benefício: 100% da aposentadoria a que o participante teria direito caso se aposentasse por invalidez, nos mesmos moldes da pensão por morte.

Condições para habilitação: será concedido aos dependentes do segurado recolhido à prisão e desde que este não receba remuneração da empresa nem esteja em gozo de auxílio-doença ou de aposentadoria e cujo salário-de-contribuição seja igual ou inferior a R\$ 398,48.

Amplitude dos benefícios: renda mensal temporária paga pelo tempo que o segurado estiver recluso. Reverterá a favor dos demais dependentes a parte daquele cujo direito ao benefício cessar.

2.10 Auxílio-acidente

Fórmula do benefício: 50% do salário-de-benefício que deu origem ao auxílio-doença do segurado, corrigido até o mês anterior ao do início do auxílio acidente.

Condições para habilitação: será concedido, como indenização, ao segurado empregado, exceto o doméstico, ao trabalhador avulso, ao segurado especial e ao médico-residente quando, após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultar seqüela definitiva que implique:

- redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exerciam e exija maior esforço para o desempenho da mesma atividade que exerciam à época do acidente;
- impossibilidade de desempenho da atividade que exerciam à época do acidente, porém permita o desempenho de outra, após processo de reabilitação profissional, nos casos indicados pela perícia do Instituto Nacional de Seguridade Social.

- redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exerciam e se enquadrem nas situações discriminadas no Anexo III do Regulamento da Previdência Social (lesões do aparelho visual, traumas acústicos e outras).

Amplitude dos benefícios: fluxo de renda paga mensalmente até a concessão de uma aposentadoria ou falecimento do segurado.

2.11 Reabilitação Profissional

Consiste no tratamento para proporcionar aos segurados e dependentes incapacitados (parcial ou totalmente) os meios indicados para a (re)educação e (re)adaptação profissional e social, de modo que possam voltar a participar do mercado de trabalho.

Fórmula do benefício: custo decorrente do tratamento.

Condições para habilitação: ser segurado, aposentado ou dependente incapacitado (total ou parcialmente) ou portador de deficiência.

Amplitude dos benefícios: atendimento feito por uma equipe multidisciplinar, que envolve médicos, assistentes sociais, psicólogos, sociólogos, fisioterapeutas, entre outros.

2.12 Abono Anual

Fórmula do benefício: corresponde ao valor da renda mensal do benefício no mês de dezembro, quando o benefício foi recebido no ano todo, ou seja, durante todos os 12 meses.

O recebimento de benefício por período inferior a 12 meses determina o cálculo do abono anual de forma proporcional, devendo ser considerado como mês integral o período igual ou superior a 15 dias, observando-se como base a última renda mensal.

Condições para habilitação: ter recebido, durante o ano, auxílio-doença, auxílio-acidente, aposentadoria, pensão por morte, auxílio-reclusão ou salário maternidade.

Amplitude dos benefícios: pagamento único no mês de dezembro.

2.13 Renda Mensal Vitalícia

Fórmula do benefício: 1 (um salário mínimo).

Condições para habilitação: este benefício era devido aos maiores de 70 (setenta) anos de idade e aos inválidos, definitivamente incapacitados para o trabalho, que, num ou noutro caso, não exercessem atividade remunerada, não auferissem rendimento, sob qualquer forma, superior ao valor da sua renda mensal, não fossem mantidos por pessoa de quem dependiam obrigatoriamente e não tivessem outro meio de prover ao próprio sustento, desde que:

I - tivessem sido filiados à Previdência Social, em qualquer época, no mínimo por 12(doze) meses, consecutivos ou não;

II - tivessem exercido atividade remunerada abrangida pelo RGPS, no mínimo por 5 (cinco) anos, consecutivos ou não;

III - tivessem-se filiado à antiga Previdência Social Urbana após complementar 60 (sessenta) anos de idade, sem direito aos benefícios regulamentares.

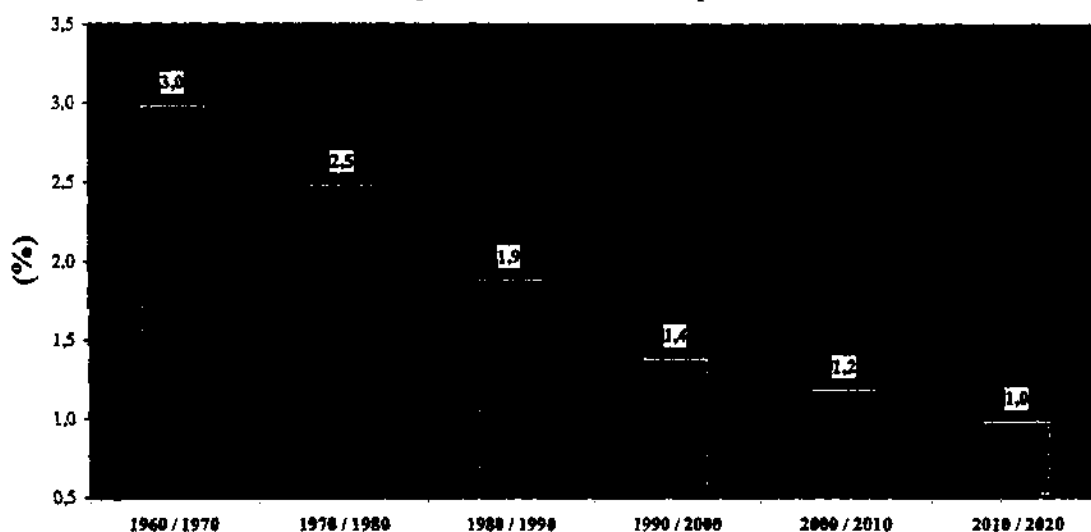
Amplitude dos benefícios: este benefício foi extinto a partir de 1º de janeiro de 1996, sendo mantido apenas para aqueles que o requereram até 31 de dezembro de 1995, extinguindo-se com a morte do beneficiário.

3. TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS

O RGPS funciona em regime de repartição simples, onde os trabalhadores em atividade financiam os inativos na expectativa de que, no futuro, outra geração de trabalhadores sustentará a sua inatividade. Neste sistema, a taxa de crescimento da população, a evolução de seu perfil etário e a taxa de urbanização são variáveis fundamentais para estimar a evolução dos contribuintes e beneficiários. Esta seção apresenta as projeções demográficas para os próximos 20 anos realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e por Rigotti et al. (2001), considerando-se as coortes por idade, sexo e clientela, que serviram de base para as projeções atuariais do RGPS, conforme disposto no Anexo 2.¹

De acordo com o IBGE, nos próximos 20 anos, deverá ser mantida a tendência observada nas últimas décadas de declínio da taxa de crescimento da população com aceleração do envelhecimento populacional. De fato, de acordo com o Gráfico 3.1, a taxa média anual de crescimento da população, que diminui de 3,0% na década de 60 para 1,4% na década de 90, deverá manter a tendência de queda nos próximos 20 anos, chegando a 1,0% entre 2010 e 2020.

Gráfico 3.1
Taxa de Crescimento Populacional - Média Anual por Década - 1960/2020 -



Fonte: IBGE.

Elaboração: Secretaria de Previdência Social (SPS) / Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS).

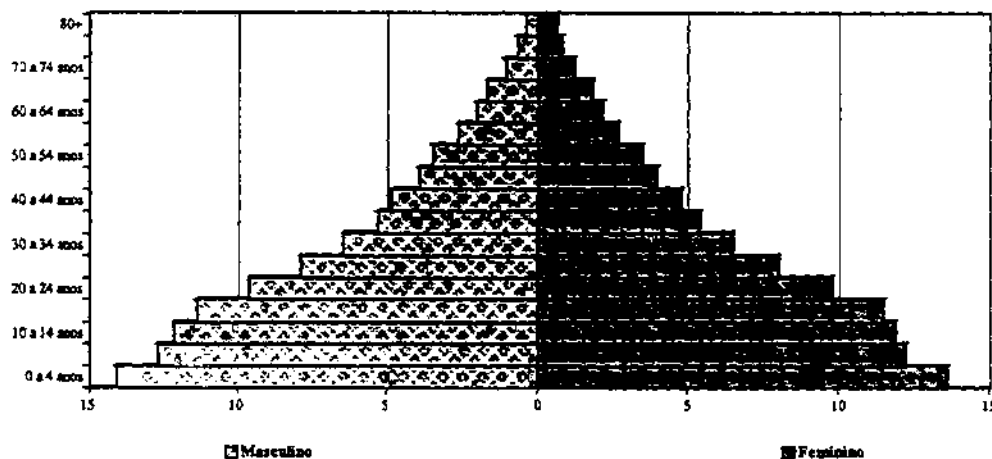
Por outro lado, as pirâmides populacionais brasileiras mostram as significativas modificações na estrutura etária com o progressivo envelhecimento populacional. Conforme

CONGRESSO NACIONAL

As projeções foram realizadas com dados anteriores ao CENSO 2000, já que até a data de finalização deste trabalho, os dados desagregados do CENSO 2000 ainda não haviam sido disponibilizados.

as projeções do IBGE, apresentadas nos Gráficos 3.2, 3.3 e 3.4, observa-se claramente o estreitamento gradual da base da pirâmide demográfica e o alargamento de seu topo entre 1980 e 2020, refletindo os efeitos da redução da proporção da população jovem em relação ao total e aumento gradativo da população com idade avançada.

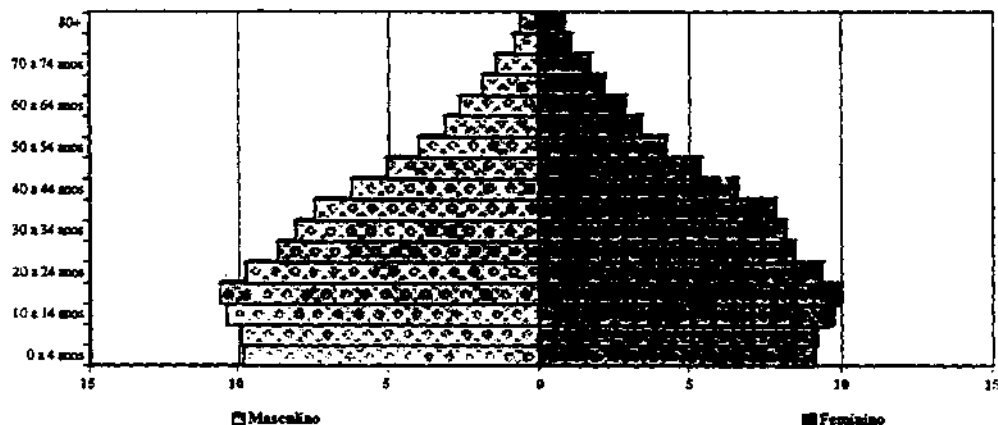
GRÁFICO 3.2
PIRÂMIDE POPULACIONAL BRASILEIRA - 1980



Fonte: IBGE.

Elaboração: Secretaria de Previdência Social (SPS) / Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS).

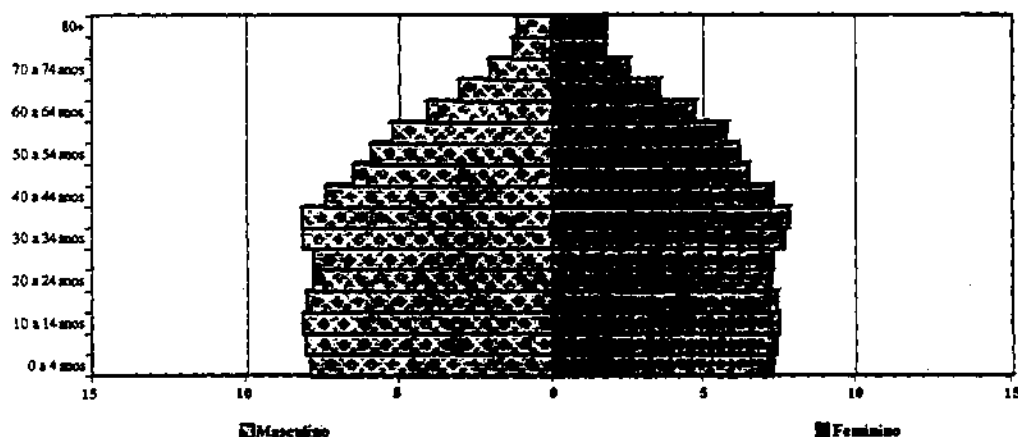
GRÁFICO 3.3
PIRÂMIDE POPULACIONAL BRASILEIRA - 2000



Fonte: IBGE

Elaboração: SPS/MPAS

GRÁFICO 3.4
PIRÂMIDE POPULACIONAL BRASILEIRA - 2020



Fonte: IBGE

Elaboração: SPS/MPAS

O processo de envelhecimento populacional é explicado pela composição de dois fenômenos: o aumento da expectativa de vida e a redução da taxa de fecundidade. O aumento da expectativa de vida e de sobrevida em idades avançadas da população está relacionado aos avanços na área de saúde, assim como ao investimento em saneamento e educação. Nas décadas de 30 e 40, a expectativa de sobrevida para uma pessoa de 40 anos era de 24 anos para homens e 26 anos para mulheres. Já em 1998 ela subiu para 31 e 36 anos para homens e mulheres, respectivamente. No caso de uma pessoa de 60 anos, a expectativa era de 13 anos para homens e 14 anos para mulheres em 1930 e 1940 e de 16 e 19 anos em 1998, como pode ser observado na Tabela 3.1.

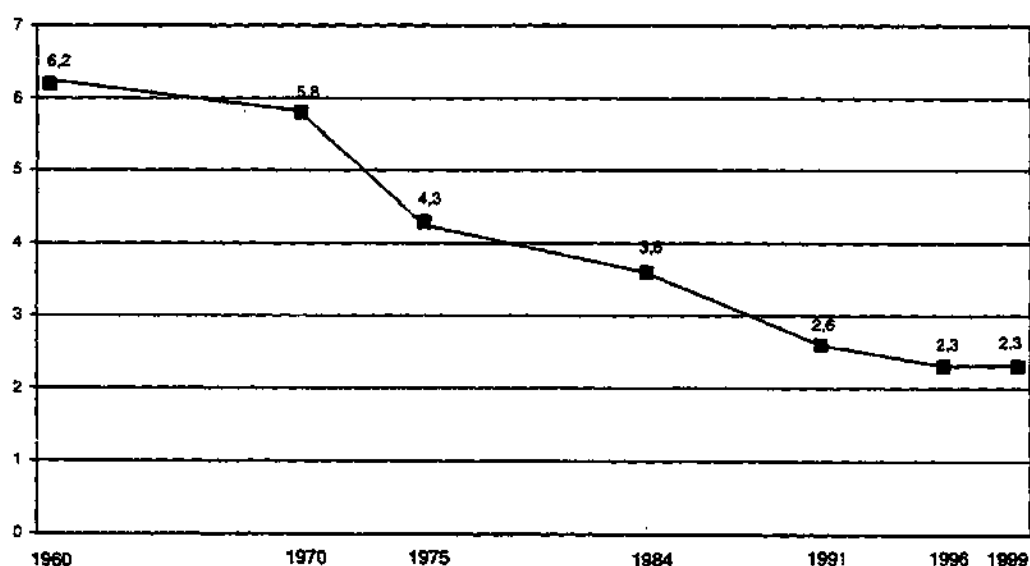
TABELA 3.1
EVOLUÇÃO DA EXPECTATIVA DE SOBREVIDA NO BRASIL - 1930/1998 -

Idade	1930/40		1970/80		1998	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
0	39	43	55	60	64	72
10	45	48	53	57	58	65
20	38	40	45	48	48	55
30	31	33	37	40	40	46
40	24	26	29	32	31	36
50	18	20	22	24	23	27
55	16	17	19	21	19	23
60	13	14	16	17	16	19
65	11	11	13	14	13	15
70	8	9	11	11	10	12

Fonte: 1930/1940: Previdência em Dados; 1970/1980: CEPAL; IBGE: 1998

Além das pessoas estarem, em média, vivendo por mais tempo, o número de filhos por mulher em seu período fértil, mensurado pela taxa de fecundidade, têm declinado de maneira acelerada. Conforme o Gráfico 3.5, enquanto em 1960, cada mulher tinha em média 6,2 filhos, em 1999 esse indicador caiu para 2,3. A queda nas taxas de fecundidade está associada a aspectos socioculturais, como a revisão de valores sociais relacionados à família e aumento da escolaridade feminina; científicos, como o desenvolvimento de métodos contraceptivos; e econômicos, como o aumento da participação da mulher no mercado trabalho.

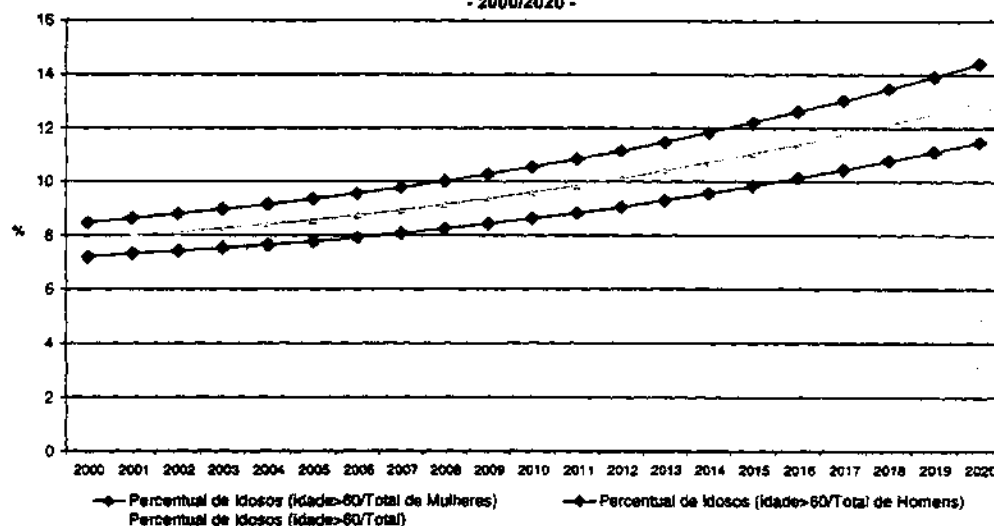
GRÁFICO 3.5
EVOLUÇÃO DA TAXA DE FECUNDIDADE
- 1960/1999 -



Fonte: IBGE
Elaboração: SPS/MPAS

O aumento da expectativa de sobrevida e a diminuição da taxa de fecundidade trazem o aumento da participação dos idosos na composição da população. Conforme se pode observar no gráfico 3.6, o percentual da população idosa, considerada neste documento com idade superior a 60 anos, deverá aumentar de 7,9% no ano 2000 para 13% no ano 2020. Esse processo deve ser mais intenso em relação às mulheres para as quais o percentual de idosos aumentará de 8,5% no ano 2000 para 14,5% em 2020, em razão da expectativa de vida feminina ser maior que a masculina.

GRÁFICO 3.6
EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO ACIMA DE 60 ANOS POR GÊNERO E TOTAL
 - 2000/2020 -

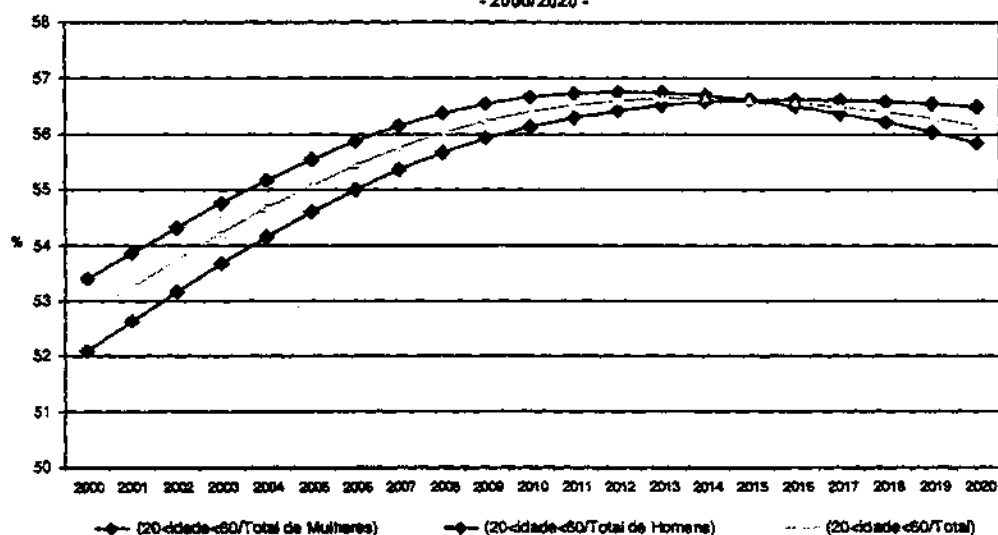


Fonte: IBGE

Elaboração: SPS/MPAS

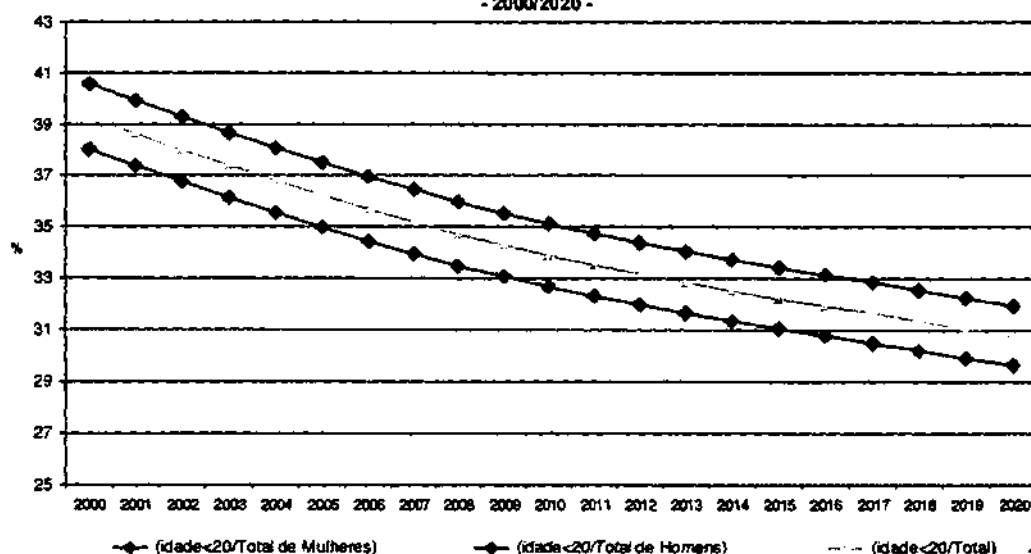
Quando se analisa a evolução da parcela da população com idade entre 20 e 60 anos, observa-se que ainda haverá um crescimento de pouco mais de 4 pontos percentuais entre 2000 e 2012, com posterior estagnação e decréscimo após 2016. A queda é mais acelerada em relação aos homens mas, de qualquer forma, a participação desta parcela da população aumenta de 52,1% em 2000 para 56,5% em 2020 (Gráfico 3.7)

GRÁFICO 3.7
EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO ENTRE 20 E 60 ANOS POR GÊNERO E TOTAL
 - 2000/2020 -



A faixa etária inferior a 20 anos apresenta o caminho inverso das faixas analisadas anteriormente, ou seja, observa-se uma trajetória decrescente ao longo do tempo desde o ano 2000 até 2020. No ano 2000, o percentual de pessoas com menos de 20 anos em relação ao total é de 39,3%, caindo para 30,8% em 2020. Para as mulheres o percentual cai de 38,7% em 2000 para 29,7% em 2020 e para os homens diminui de 40,6% para 32,0% no período (Gráfico 3.8)

GRÁFICO 3.8
EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO COM MENOS DE 20 ANOS POR GÊNERO E TOTAL
- 2000/2020 -

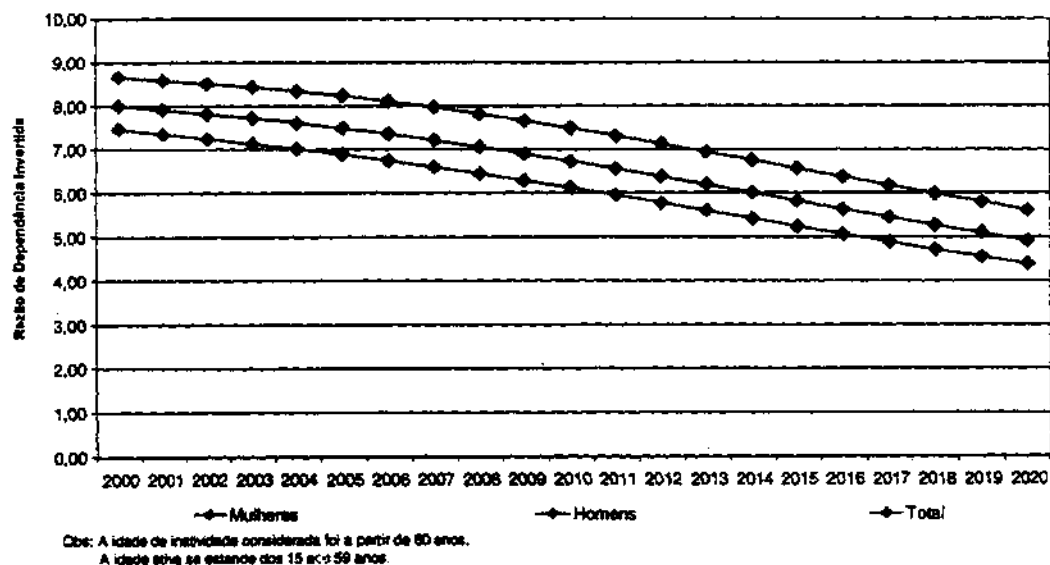


Fonte: IBGE

Elaboração: SPS/MPAS

Por meio da divisão entre o número de pessoas com idade entre 20 e 60 anos e o número de pessoas com mais de 60 anos obtém-se a *razão de dependência invertida*, que é um importante indicador para os sistemas previdenciários que funcionam em regime de repartição. As projeções do IBGE demonstram a deterioração desta relação nos próximos 20 anos. No ano 2000, para cada pessoa com mais de 60 anos, têm-se 8 pessoas com idade entre 20 e 60. No ano 2020 esta relação deverá diminuir para 4,9 (Gráfico 3.9).

GRÁFICO 3.9
QUANTIDADE DE PESSOAS EM IDADE ATIVA PARA CADA
PESSOA EM IDADE INATIVA

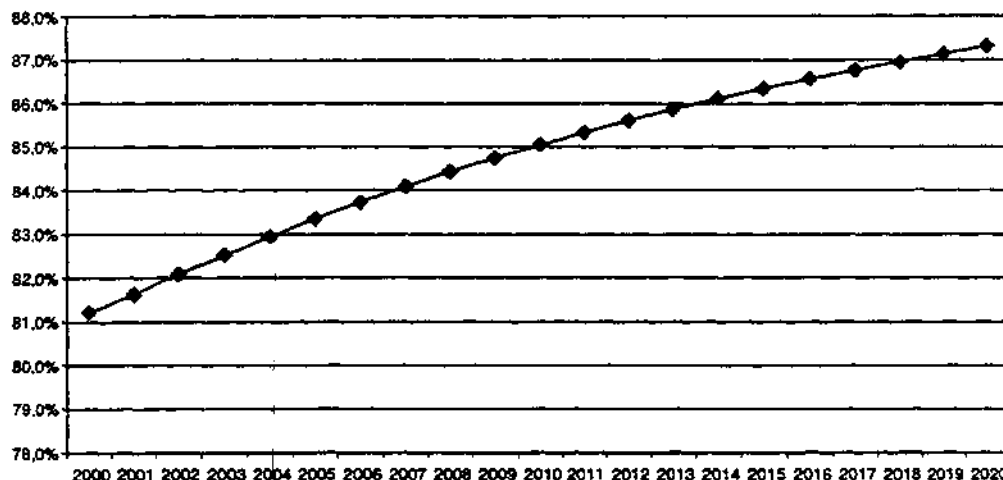


Fonte: IBGE

Elaboração: SPS/MPAS

Como as condições de elegibilidade para entrada nos benefícios previdenciários são distintas para os grupos urbano e rural, é necessário também projetar a taxa de urbanização. De acordo com Rigotti et al. (2001), nos próximos anos o número de pessoas residentes nas áreas urbanas deverá aumentar de 81,2% em 2000 para 87,3% em 2020 (Gráfico 3.10).

GRÁFICO 3.10
TAXA DE URBANIZAÇÃO TOTAL
- 2000 A 2020 -



Em resumo, as projeções demográficas utilizadas neste estudo indicam o progressivo crescimento da participação dos idosos na população nos próximos 20 anos. Para a Previdência, o incremento do número de idosos é parcialmente compensado pelo fato de que a população com idade entre 20 e 60 anos também deverá crescer. Entretanto, o aumento relativo desta parcela da população deverá ocorrer somente até 2012 e a taxas menores do que a de incremento na participação dos idosos. Após 2012, a tendência é de declínio relativo da participação do contingente com idade entre 20 e 60 anos no total. Em 2020, para cada pessoa com mais de 60 anos, teremos 4,9 pessoas com idade entre 20 e 60 anos em 2020. Essa relação é substancialmente inferior à atual, que está ao redor de 8, mas ainda é superior à encontrada nos países europeus, onde as razões de dependência invertidas situam-se já no ano 2000 abaixo de 4.

Apesar da tendência de envelhecimento, o Brasil ainda permanecerá durante as primeiras décadas deste século como um país relativamente jovem. Assim, os principais problemas atuais do sistema previdenciário estão relacionados à prodigalidade do plano de benefícios e à baixa cobertura, conforme analisado na próxima seção, que trata da dinâmica do mercado de trabalho.

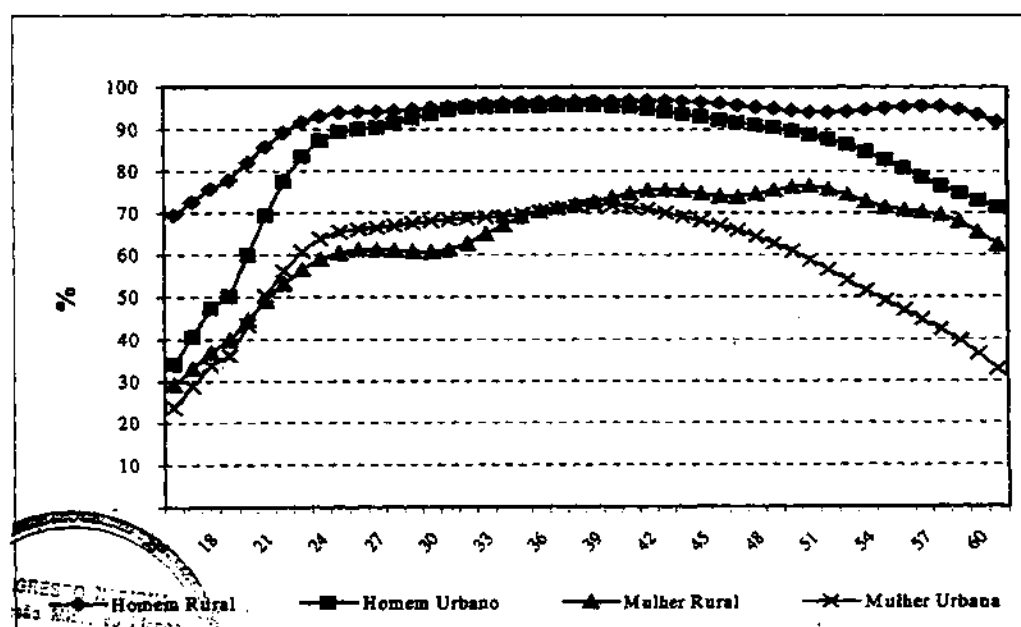
4. ESTRUTURA DO MERCADO DE TRABALHO

As projeções de contribuintes e beneficiários para 2020 foram elaboradas aplicando-se a dinâmica demográfica apresentada na seção anterior sobre a estrutura do mercado de trabalho estimada para 2000, com base no estudo de Picchetti (2001). Para o desenho da estrutura do mercado de trabalho, é necessário o estudo da taxa de participação na força de trabalho e taxa de desemprego por coorte de sexo, idade simples e situação de domicílio, conforme apresentado nos Anexos 3 e 4, além da análise da taxa de cobertura da população ocupada.

Entende-se por taxa de participação na força de trabalho a relação entre o número de pessoas economicamente ativas e o número de pessoas em idade ativa. A taxa de desemprego é definida como a relação entre o número de pessoas desocupadas (procurando trabalho) e o número de pessoas economicamente ativas. A referência para as projeções atuariais foram os dados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar – PNAD estimados para 2000.

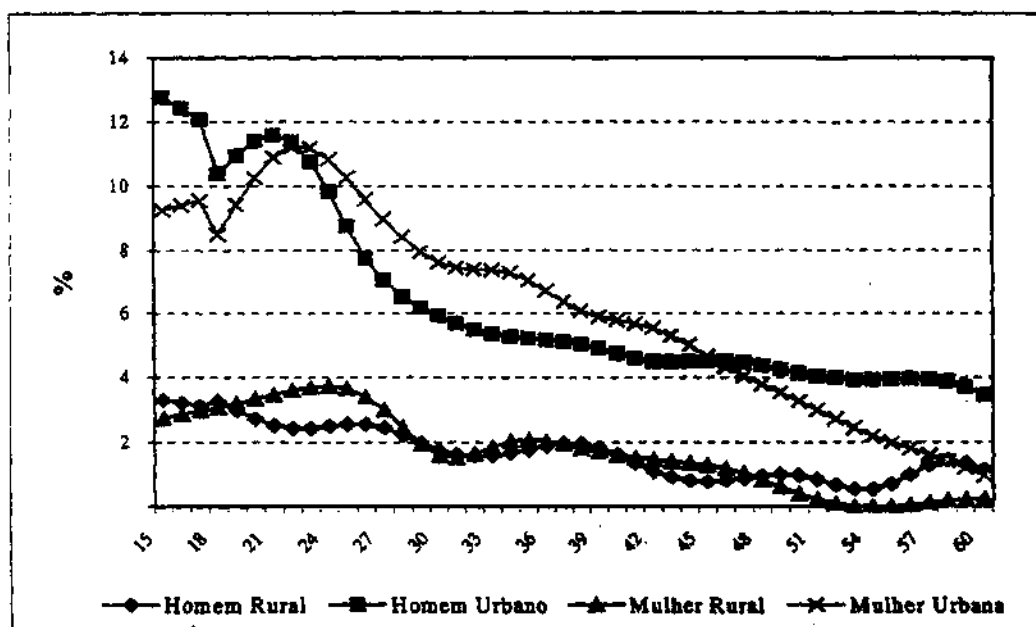
Como pode ser observado no gráfico 4.1, os homens urbanos têm uma taxa de participação inferior aos rurais nas faixas etárias inferiores a 25 anos e superiores aos 50 anos, devido à maior escolaridade e a possibilidade de aposentadoria precoce na área urbana. Entre 25 e 50 anos as taxas de participação masculinas são praticamente as mesmas para as áreas urbanas e rurais. Por outro lado, as taxas de participação femininas são significativamente inferiores à masculinas tanto na área urbana como rural.

GRÁFICO 4.1
COMPOSIÇÃO DA TAXA DE PARTICIPAÇÃO POR SEXO E POR
CLIENTELA PARA DIFERENTES IDADES - 2000 -



Quanto às taxas de desemprego, conforme o Gráfico 4.2, ao se comparar a clientela rural e urbana, observa-se que aqueles residentes na área rural apresentam taxas menores que as observadas na área urbana, devido à intensidade do trabalho para o próprio consumo na área rural. Diferentemente, ao se comparar as taxas de desemprego dos gêneros por clientela, observa-se situações em que a mulher ou o homem ora apresenta taxas superiores, ora inferiores. No caso da clientela urbana, na faixa etária entre os 23 e 45 anos as taxas de desemprego feminino são superiores à masculina, enquanto que, nas demais faixas, as taxas são inferiores.

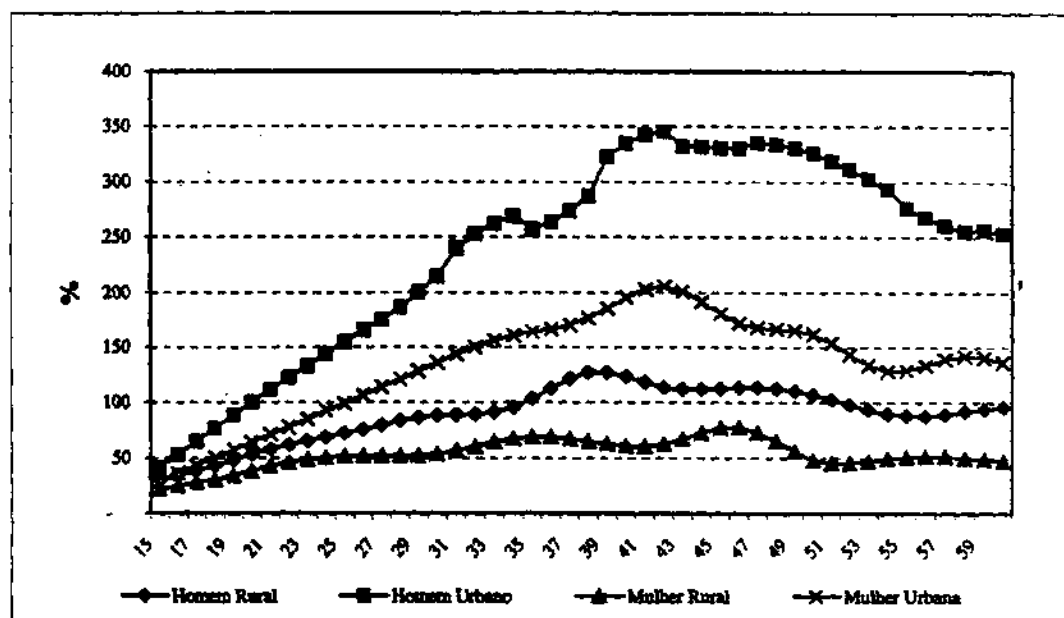
GRÁFICO 4.2
COMPOSIÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO POR SEXO
E CLIENTELA - 2000 -



Fonte: Picchetti (2001).
Elaboração: SPS/MPAS

Por último, quanto ao perfil salarial, percebe-se que, não importando a faixa etária, os homens auferem salários superiores ao das mulheres, enquanto que os residentes em área urbana percebem salários maiores do que os da área rural (Gráfico 4.3).

GRÁFICO 4.3
COMPOSIÇÃO DA FAIXA SALARIAL POR SEXO E POR CLIENTELA PARA
DIFERENTES IDADES - 2000 -
BASE HOMEM URBANO 20 ANOS = 100

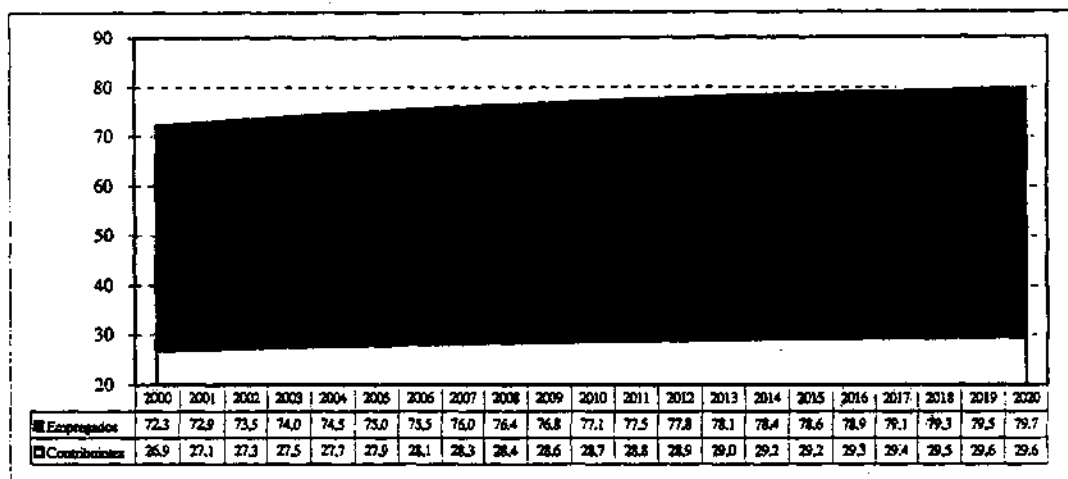


Fonte: Picchetti (2001).

Elaboração: SPS/MPAS

Com base na taxa de participação e taxa de desemprego para os diferentes sexos e clientela, foi elaborada uma série de quantidade de empregados ou pessoas ocupadas, considerando que as taxas de participação e de desemprego se mantêm constantes ao longo do período de 2000 a 2020. De acordo com o gráfico 4.4, a quantidade empregados aumentará de 72,3 milhões em 2000 para 79,7 milhões em 2020. Entretanto, somente 37,2% deste total está filiada ao RGPS, o que corresponde a uma quantidade de contribuintes de 26,9 milhões em 2000 e, 29,6 milhões em 2020.

GRÁFICO 4.4
EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE DE EMPREGADOS E DE CONTRIBUINTES
CONSIDERANDO AO LONGO DOS ANOS A TAXA DE PARTICIPAÇÃO E
DESEMPREGO DE 2000 - VALORES EM MILHÕES - 2000/2020 -



A baixa cobertura é o principal problema atual do sistema previdenciário. Segundo dados da Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio – PNAD de 1999, dispostos na Tabela 4.1, das 71,7 milhões de pessoas ocupadas nesse ano, 31,5 milhões (43,9%) estão filiados ao RGPS e 4,7 milhões são estatutários ou militares filiados a regimes próprios de previdência social da União, Distrito Federal, Estados e Municípios.

Mais de 40,2 milhões de pessoas, o que corresponde a 56,1% da população ocupada total, não estão protegidos por qualquer tipo de seguro social. Deste total, cerca de 19,8 milhões estão à margem do sistema porque não têm capacidade contributiva, pois ganham menos que um salário mínimo ou não têm remuneração, o que significa que grande parte do problema da cobertura previdenciária é explicada por razões estruturais relacionadas com a insuficiência de renda.

Os demais 19,9 milhões de trabalhadores que ganham um salário mínimo ou mais e não estão filiados à previdência são majoritariamente trabalhadores sem carteira assinada, autônomos e domésticos inseridos em atividades informais nos setores de serviços, construção civil e agricultura.

TABELA 4.1
PESSOAS COM 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, OCUPADAS NA SEMANA DE
REFERÊNCIA, SEGUNDO A CONTRIBUIÇÃO PARA INSTITUTO DE
PREVIDÊNCIA EM QUALQUER TRABALHO – 1999

	Qtde	%
POPULAÇÃO OCUPADA	71.676.219	100,0
<i>Contribuintes da Previdência Social</i>	<i>31.453.839</i>	<i>43,9</i>
Filiados ao RPPS (militares e estatutários)*	4.732.949	6,6
Filiados ao RGPS	26.720.890	37,3
<i>Não-contribuintes da Previdência Social</i>	<i>40.216.026</i>	<i>56,1</i>
Trab. c/ renda inferior 1 SM **	19.814.368	27,6
Trab. c/ renda maior ou igual a 1 SM	19.876.374	27,7
Sem Declaração	525.283	0,7
Sem Declaração	6.354	0,0

Fonte: PNAD 1999

* Inclui os militares não-contribuintes da PNAD 1999 (281.919), uma vez que estes serão beneficiários da Previdência Social.

** Inclui pessoas sem rendimento.

A combinação do perfil demográfico com uma população relativamente jovem, mas em processo acelerado de envelhecimento, com o perfil de mercado de trabalho caracterizado por uma baixa cobertura previdenciária é extremamente preocupante para a presente e para as próximas gerações. Tem ocorrido gradativamente a erosão da base contributiva, o que agrava a situação deficitária em que se encontra o sistema previdenciário de repartição. No futuro, os trabalhadores que hoje não estão filiados à Previdência provocarão forte pressão sobre o aumento dos gastos assistenciais, em especial sobre os benefícios da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS e sobre a redução da renda média domiciliar.

5. APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

Esta seção apresenta a evolução da quantidade de benefícios previdenciários, arrecadação, despesa e déficit do RGPS até o ano de 2020, de acordo com a dinâmica demográfica e estrutura de mercado de trabalho, apresentados nas seções 3 e 4, e com a série de parâmetros definidos a seguir.

5.1. Parâmetros Biométricos, Hipóteses Macroeconômicas e de Reajustes dos Benefícios

As projeções do quantitativo de benefícios de longa duração, como as aposentadorias e pensões, foram realizadas a partir da aplicação das probabilidades de entrada em benefício sobre os resultados encontrados na seção anterior, deduzidas as cessações dos mesmos, obtidas a partir das probabilidades de saída.

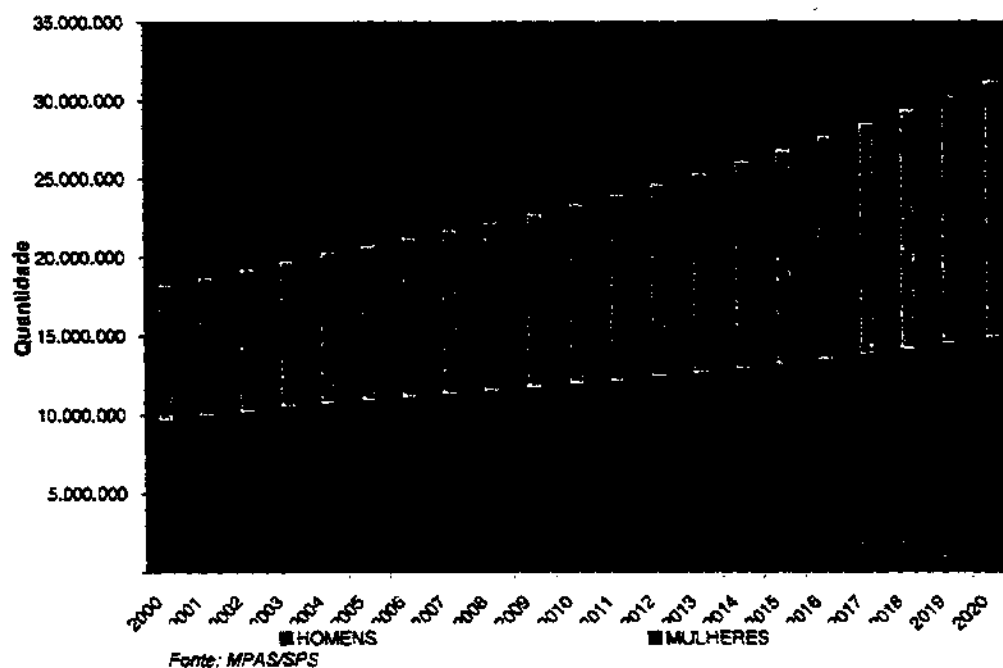
As probabilidades de entrada foram calculadas com base no fluxo de concessão de benefícios nos anos recentes e as probabilidades de saída foram calculadas com base na tábua de mortalidade do IBGE para a população brasileira. A escolha da tábua do IBGE ocorreu tendo em vista que esta é a tábua existente que mais se aproxima do perfil biométrico do segurado do RGPS que, potencialmente, pode ser qualquer pessoa residente no país. Além disso, a tábua é compatível com as projeções populacionais deste estudo e com o fator previdenciário utilizado na fórmula de cálculo das aposentadorias por tempo de contribuição e idade. A tábua é dinâmica tanto para a população, como para o cálculo dos benefícios.

Para projeção dos benefícios temporários, como os auxílios, utilizou-se o método do estoque, calculando-se a probabilidade dos segurados estarem em gozo do benefício com base no período recente.

Em relação ao comportamento dos segurados sobre a escolha do momento da aposentadoria, adotou-se a hipótese conservadora de que não deverá haver postergação da aposentadoria ou seja, os segurados deverão se aposentar quando alcançarem as condições de elegibilidade.

Para se fazer a estimativa do déficit do RGPS, foram consideradas algumas hipóteses para a receita e despesa com benefícios previdenciários. Conforme apresentado na tabela 5.1, no lado da receita, entre os anos 2001 e 2004, consideraram-se as taxas de crescimento do PIB e da massa salarial de acordo com os parâmetros da Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2002. A partir de 2004, a taxa de crescimento do PIB se iguala ao crescimento da massa salarial determinada pelos modelos demográfico e de mercado de trabalho, explicado nas seções anteriores. Além disso, também foi considerado um crescimento da produtividade média de 1,6% ao ano. No lado da despesa, para o ano de 2001, considerou-se o reajuste do salário mínimo de 19,2% (R\$ 151 para R\$ 180) e reposição da inflação para os demais benefícios. A partir de 2002, todos os benefícios foram reajustados de forma a preservar o seu valor real. Segue o quadro de hipóteses e os resultados encontrados.

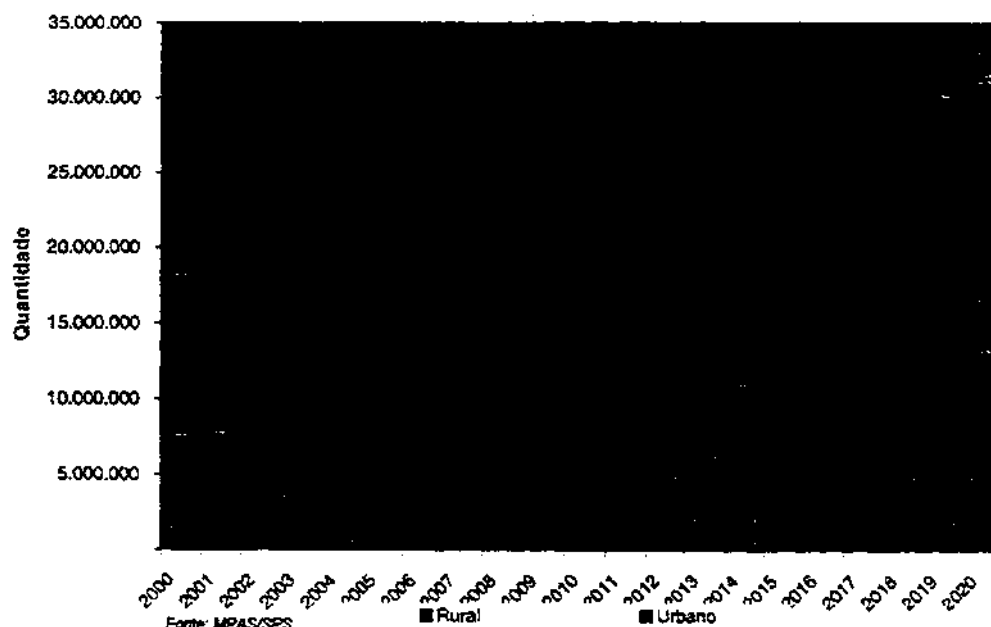
GRÁFICO 5.1
EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE TOTAL DE BENEFÍCIOS E POR SEXO
- 2000 A 2020 -



Observa-se que, apesar de ambos os sexos começarem o ano de 2000 no patamar entre 8,8 e 9,6 milhões de benefícios, há um crescimento mais acentuado de benefícios femininos ao longo do tempo. Enquanto que em 2020, haverá aproximadamente 16,6 milhões de mulheres recebendo esses benefícios, o número de homens será de 14,7 milhões, consequência da maior inserção da mulher no mercado de trabalho, das regras de aposentadoria menos restritivas para as mulheres que para os homens e da maior longevidade feminina.

Quando se analisam os benefícios separando-os por clientela urbana e rural, observa-se, no Gráfico 5.2, que a quantidade de benefícios urbanos sempre se mantém superior à rural. Em 2020 haverá aproximadamente 18,2 milhões de benefícios urbanos e 13,1 milhões de benefícios rurais.

GRÁFICO 5.2
EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS
URBANO E RURAL - 2000 A 2020 -



O crescimento mais acentuado dos benefícios urbanos deve-se, em parte, ao processo estimado de urbanização da sociedade brasileira.

Como pode-se observar na tabela 5.2, a arrecadação estimada em 2001 de R\$ 63,6 bilhões deverá chegar, em 2020, a R\$ 250 bilhões, mantendo-se no patamar de 5,37% do PIB. Por sua vez, a despesa estimada em 2000 de R\$ 76,0 bilhões deverá alcançar o valor de R\$ 298,0 bilhões, atingindo o patamar de 6,40% do PIB. Desta maneira, o déficit do RGPS que, em 2001 está previsto para R\$ 12,4 bilhões, deverá atingir, em 2020, a ordem de R\$ 47,9 bilhões, equivalente a uma proporção de 1,03% do PIB.

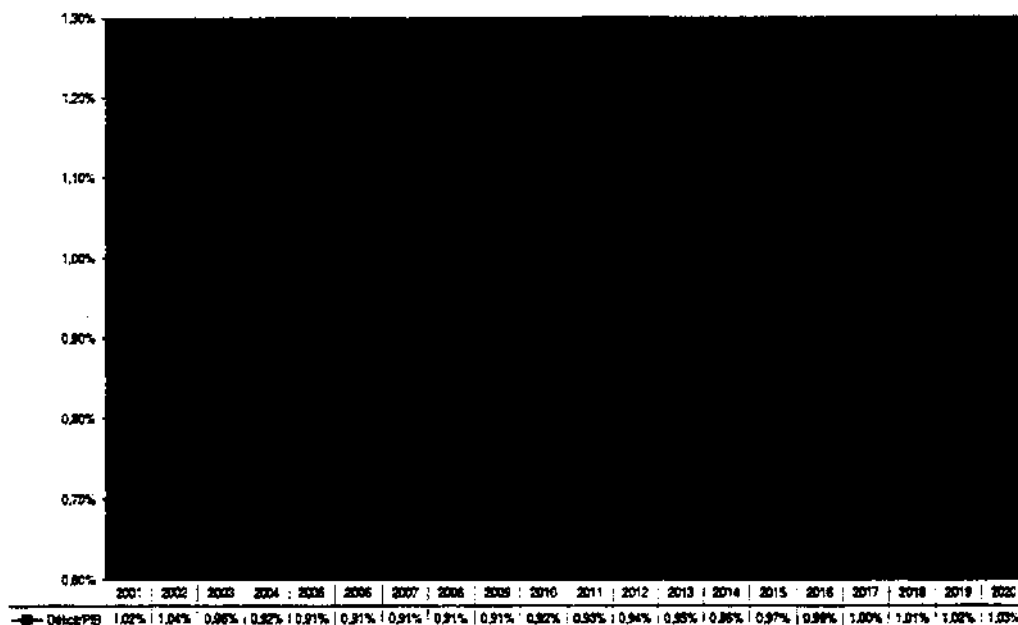
TABELA 5.2
EVOLUÇÃO DA RECEITA, DESPESA E DÉFICIT PREVIDENCIÁRIO EM R\$ MILHÕES E
COMO PROPORÇÃO DO PIB – 2001/2020 -

Período	Receita Previdenciária		Despesa Previdenciária		Déficit Previdenciário	
	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB
2001	63.572	5,22%	76.011	6,24%	12.439	1,02%
2002	70.171	5,31%	83.888	6,35%	13.717	1,04%
2003	76.473	5,34%	90.262	6,31%	13.790	0,96%
2004	83.156	5,37%	97.330	6,29%	14.174	0,92%
2005	89.079	5,37%	104.223	6,28%	15.144	0,91%
2006	95.424	5,37%	111.616	6,28%	16.193	0,91%
2007	102.220	5,37%	119.552	6,28%	17.332	0,91%
2008	109.501	5,37%	128.082	6,28%	18.581	0,91%
2009	117.300	5,37%	137.266	6,28%	19.966	0,91%
2010	125.655	5,37%	147.165	6,29%	21.510	0,92%
2011	134.604	5,37%	157.841	6,30%	23.236	0,93%
2012	144.192	5,37%	169.337	6,31%	25.146	0,94%
2013	154.462	5,37%	181.724	6,32%	27.262	0,95%
2014	165.463	5,37%	195.049	6,33%	29.586	0,96%
2015	177.248	5,37%	209.385	6,34%	32.136	0,97%
2016	189.873	5,37%	224.785	6,36%	34.912	0,99%
2017	203.396	5,37%	241.288	6,37%	37.892	1,00%
2018	217.883	5,37%	258.948	6,38%	41.065	1,01%
2019	233.402	5,37%	277.826	6,39%	44.424	1,02%
2020	250.026	5,37%	297.983	6,40%	47.956	1,03%

Fonte/Elaboração: SPS/MPAS

Como se pode observar no Gráfico 5.3, a relação Déficit/PIB apresenta queda até 2004 em função das flutuações de curto prazo. A partir de 2005, este valor tende a flutuar em torno de 0,97%. Há uma forte tendência de estabilidade da relação Déficit/PIB nesse patamar, haja vista que, no ano de 2016, tal evolução apresenta um ponto de inflexão com a relação Déficit/PIB crescendo a taxas decrescentes.

GRÁFICO 5.3
EVOLUÇÃO DO DÉFICIT DO RGPS COMO PROPORÇÃO DO PIB CONSIDERANDO
UMA TAXA DE CRESCIMENTO DE 3,5% DO PIB – 2001/2020 –



Fonte/Elaboração: SPS/MPAS

A estabilização do déficit da previdência está relacionada com as medidas de reforma da previdência implementadas desde dezembro de 1998 introduzidas pela Emenda Constitucional nº. 20 de dezembro de 1998, Lei 9.876/99 e demais leis que lograram aperfeiçoar os mecanismos de arrecadação, adaptando o sistema às mudanças no mercado de trabalho, e reduziram a despesa com benefícios com a eliminação da aposentadoria proporcional em idade precoce, adequação das aposentadorias especiais e com a alteração da regra de cálculo dos benefícios, entre outros pontos.

Este resultado também é bastante influenciado pela hipótese de crescimento do PIB de 4,5% até 2004 e 3,5% de 2004 a 2020, o que determina aumentos na arrecadação.

Finalmente, é importante reiterar que os resultados apresentados neste documento são fortemente influenciados pelas hipóteses de curto e longo prazo relativas à dinâmica demográfica, laboral e macroeconômica, assim como às probabilidades de entrada e saída em benefícios e aos resultados verificados no curto prazo. Quaisquer revisões nestes parâmetros ou observação de resultados no curto prazo diferentes dos projetados implicam, necessariamente, revisão das projeções de longo prazo.

BIBLIOGRAFIA

Picchetti, Paulo (2000) – Modelo de Previsão do Mercado de Trabalho, mimeo;

Rigotti, José; Castro, Márcia; Simões, Celso (2000) – Projeção da População por Sexo, Idade e Situação do Domicílio 2000 a 2050.

LISTA DE ABREVIATURAS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

MP – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

MF – Ministério da Fazenda.

MPAS – Ministério da Previdência e Assistência Social.

RGPS – Regime Geral de Previdência Social.

RPPS – Regimes Próprios de Previdência Social de Estados e Municípios.

SPE – Secretaria de Política Econômica.

SPS – Secretaria de Previdência Social.

EQUIPE TÉCNICA:

Vinicius C. Pinheiro	Secretário de Previdência Social
Marcelo Abi-Ramia Caetano	Coordenador-Geral de Estudos Atuariais - CGAET
Paulo Estevão T. Cavalcanti	Coordenador da CGAET
Krisjanis Figueirôa Bakuzis	Coordenador da CGAET
Roberta de Aguiar Costa	Assessora da CGAET
Jaqueline Rodrigues de Oliveira	Atuária – consultora da SPS/MPAS
Antônio Mário Ratts de Oliveira	Atuário – consultor da SPS/MPAS
Meire Sanda	Estatística – consultora da SPS/MPAS

Colaboradores Externos

Celso Cardoso da Silva Simões - DATAPREV
Márcia Caldas de Castro- DATAPREV
José Irineu Rangel Rigotti - DATAPREV
Paulo Picchetti – FEA/USP

ANEXO 1 – METODOLOGIA DE CÁLCULO

Este anexo tem por objetivo apresentar a metodologia desenvolvida para o cálculo das projeções. Para melhor compreensão dos pontos abordados, dividiu-se o trabalho em cinco seções. Na primeira, são apresentados os quatro parâmetros de indexação e a exemplificação da notação geral adotada ao longo do texto. Na segunda, descrevem-se as equações dinâmicas do quantitativo de benefícios. A terceira mostra as equações da despesa com benefícios. A quarta seção expõe a metodologia do quantitativo de contribuintes. A última seção contém as fórmulas de cálculo para as receitas previdenciárias.

I. Parâmetros de Indexação e Notação Geral.

Nesta nota, as variáveis apresentam quatro indexadores. Os parâmetros de indexação seguem as seguintes definições e conjuntos domínio.

i – indexa a idade; $i = 0, 1, \dots, 80$;

t – indexa o tempo, $t = 2001, 2002, \dots, 2020$;

s – indexa o sexo, $s = 1$ para homens, $s = 2$ para mulheres;

c – indexa a clientela, $c = 1$ para clientela rural, $c = 2$ para clientela urbana;

k – indexa o tipo de benefício.

Ao longo do texto, a notação $X(i, t, s, c)$ representa o valor da variável quadridimensional X para uma idade i , no ano t , para o sexo s e clientela c . Por sua vez, a notação $X(i, t, s, c, k)$ representa o valor da variável pentadimensional para uma idade i , no ano t , para o sexo s , clientela c e tipo de benefício k .

II. Determinação do Quantitativo de Benefícios.

Os valores dos quantitativos de benefícios foram calculados pelo método dos fluxos, onde primeiro se determinam os fluxos para posteriormente se chegar aos valores dos estoques. Os fluxos de concessão de benefícios são determinados pela equação (1).

$$FB(i, t, s, c, k) = P(i, t, s, c) * PB(i, t, s, c, k); \quad (1)$$

onde FB é o fluxo de entrada nos benefícios do tipo k com idade i , no ano t para o sexo s e clientela c ; P é a população e PB é a probabilidade de entrada no benefício.

Por sua vez, o estoque de benefícios é dado pela equação (2).

$$EB(i, t, s, c, k) = EB(i-1, t-1, s, c, k) * PS(i, t, s, c) + FB(i, t, s, c, k); \quad (2)$$

onde EB representa o estoque de benefícios do tipo k , $PS(i, t, s, c)$ a probabilidade de um indivíduo do sexo s e clientela c sobreviver da idade $i-1$ no ano $t-1$ a idade i no ano t .

Como corolário, obtém-se que o estoque total de benefícios no ano t é dado por:

$$\sum_i \sum_s \sum_c \sum_k EB(i, t, s, c, k) \quad (3)$$

III – Determinação da Despesa com Benefícios.

A despesa com benefícios é determinada a partir do conhecimento do estoque de benefícios e de seu valor médio, tal como pode ser observado nas equações abaixo.

$$DEB(i, t, s, c, k) = EB(i-1, t-1, s, c, k) * PS(i, t, s, c) * VEB(i, t, s, c, k) + FB(i, t, s, c, k) * VFB(i, t, s, c, k); \quad (4)$$

onde DEB é a despesa com estoque de benefícios e VEB é o valor médio anual do benefício pago ao estoque de benefícios e VFB é o valor médio anual do benefício pago ao fluxo de entrada dos benefícios.

IV – Determinação do Quantitativo de Contribuintes

A quantidade de contribuintes no ano t é determinada por:

$$\sum_i \sum_s \sum_c C(i, t, s, c) = \sum_i \sum_s \sum_c P(i, t, s, c) * Part(i, t, s, c) * [1 - Desemp(i, t, s, c)] * d(i, t, s, c) \quad (5)$$

Onde C é o estoque de contribuintes; $Part$ é a taxa de participação; $Desemp$ é a taxa de desemprego e d é a densidade de contribuição.

V – Determinação do Valor da Receita

O valor da receita fica determinado por (6)

$$R_i \equiv \sum_i \sum_s \sum_c C(i, t, s, c) * [\tau_1 * \text{Min}(T, W(i, t, s, c)) + \tau_2 * W(i, t, s, c)] \quad (6)$$

τ_1 é a alíquota de contribuição previdenciária sobre o empregado;

τ_2 é a alíquota de contribuição previdenciária sobre o empregador;

T é o teto de contribuição para o INSS e,

W é o salário.

ANEXO 2 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA POR SEXO E CLIENTELA 2000 – 2020

Período	TOTAL (urb. + rural)	Clientela					
		Urbana			Rural		
		Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino
2000	166.112.518	134.916.587	65.507.340	69.409.247	31.195.931	16.323.340	14.872.591
2001	168.288.748	137.369.337	66.698.498	70.670.838	30.919.411	16.185.244	14.734.168
2002	170.472.971	139.939.616	67.947.859	71.991.757	30.533.355	15.994.497	14.538.858
2003	172.660.461	142.494.385	69.190.848	73.303.537	30.166.076	15.813.320	14.352.756
2004	174.850.798	145.033.130	70.427.402	74.605.728	29.817.668	15.641.650	14.176.018
2005	177.043.039	147.554.984	71.657.176	75.897.808	29.488.055	15.479.457	14.008.598
2006	179.231.290	150.055.000	72.877.858	77.177.143	29.176.290	15.326.148	13.850.141
2007	181.409.923	152.528.448	74.086.942	78.441.505	28.881.475	15.181.446	13.700.030
2008	183.579.662	154.975.953	75.284.688	79.691.265	28.603.709	15.045.521	13.558.188
2009	185.734.517	157.392.535	76.468.450	80.924.085	28.341.982	14.917.965	13.424.017
2010	187.862.137	159.767.792	77.632.622	82.135.170	28.094.345	14.798.037	13.296.308
2011	189.964.445	162.103.422	78.777.593	83.325.829	27.861.023	14.685.933	13.175.090
2012	192.044.884	164.402.510	79.904.350	84.498.160	27.642.374	14.582.019	13.060.355
2013	194.094.332	166.657.445	81.008.778	85.648.667	27.436.887	14.485.697	12.951.190
2014	196.112.097	168.867.831	82.090.541	86.777.290	27.244.266	14.396.937	12.847.329
2015	198.105.420	171.040.163	83.152.920	87.887.243	27.065.257	14.316.173	12.749.084
2016	200.075.147	173.175.503	84.196.570	88.978.933	26.899.644	14.243.197	12.656.447
2017	202.014.758	175.268.559	85.218.554	90.050.004	26.746.199	14.177.615	12.568.585
2018	203.925.784	177.321.013	86.219.540	91.101.474	26.604.771	14.119.531	12.485.239
2019	205.818.683	179.342.363	87.204.138	92.138.225	26.476.320	14.069.647	12.406.673
2020	207.696.505	181.335.725	88.173.801	93.161.925	26.360.780	14.028.002	12.332.777

Fonte: IBGE.

ANEXO 4 - COMPOSIÇÃO DA TAXA DE PARTICIPAÇÃO, TAXA DE DESEMPREGO E PERFIL SALARIAL DA CLIENTELA RURAL PARA DIFERENTES IDADES - 2000 -

Idade	Homens Rurais			Mulheres Rurais		
	Taxa de participação	Taxa de desemprego	Perfil Salarial Base: Homem de 20 anos urbano = 100	Taxa de participação	Taxa de Desemprego	Perfil Salarial Base: Homem de 20 anos urbano = 100
15	69,5%	3,3%	29,5	29,1%	2,7%	21,2
16	72,6%	3,2%	34,1	32,9%	2,8%	24,6
17	75,7%	3,1%	38,6	36,8%	3,0%	27,9
18	77,8%	3,3%	42,6	39,8%	3,1%	30,3
19	82,0%	3,0%	47,7	44,6%	3,2%	34,5
20	83,8%	2,7%	50,7	49,1%	3,3%	38,5
21	89,1%	2,5%	57,4	53,2%	3,5%	42,3
22	91,6%	2,4%	61,5	56,9%	3,6%	45,6
23	93,1%	2,4%	65,3	58,9%	3,7%	48,2
24	93,8%	2,3%	68,7	60,4%	3,7%	50,1
25	94,0%	2,5%	72,1	61,2%	3,7%	51,3
26	94,0%	2,6%	75,8	61,2%	3,4%	51,7
27	94,3%	2,4%	79,6	61,1%	3,0%	51,8
28	94,6%	2,2%	83,3	60,8%	2,4%	51,7
29	95,0%	2,0%	86,4	60,8%	1,9%	52,0
30	95,3%	1,8%	89,0	61,3%	1,6%	53,4
31	95,6%	1,6%	92,9	62,4%	1,5%	56,3
32	95,9%	1,6%	95,4	64,8%	1,6%	60,2
33	96,1%	1,6%	91,1	67,1%	1,8%	64,3
34	96,3%	1,7%	95,6	69,1%	2,0%	67,6
35	96,4%	1,8%	103,1	70,4%	2,1%	69,0
36	96,5%	1,9%	112,5	71,3%	2,0%	68,9
37	96,6%	2,0%	121,3	72,0%	1,9%	67,6
38	96,6%	2,0%	126,9	72,7%	1,8%	65,1
39	96,7%	1,8%	127,1	73,7%	1,7%	63,9
40	96,7%	1,6%	123,7	74,7%	1,6%	60,8
41	96,7%	1,3%	118,5	75,4%	1,5%	60,3
42	96,7%	1,1%	113,8	75,7%	1,5%	62,4
43	96,8%	0,9%	112,1	75,3%	1,4%	66,7
44	96,4%	0,8%	112,0	74,7%	1,4%	72,5
45	96,1%	0,8%	112,8	74,0%	1,3%	77,1
46	95,7%	0,8%	113,9	73,9%	1,2%	77,9
47	95,3%	0,9%	113,6	74,5%	1,0%	73,4
48	94,8%	1,0%	112,5	75,5%	0,8%	65,1
49	94,4%	1,0%	110,4	76,3%	0,8%	55,8
50	94,1%	1,0%	107,1	76,6%	0,4%	48,0
51	94,0%	0,8%	102,9	75,8%	0,2%	45,0
52	94,2%	0,7%	98,1	74,4%	0,1%	45,0
53	94,5%	0,5%	93,4	72,7%	0,0%	46,8
54	93,0%	0,5%	89,6	71,9%	0,0%	49,5
55	93,3%	0,7%	88,0	70,7%	0,0%	50,7
56	93,5%	1,0%	87,8	70,3%	0,0%	51,4
57	93,4%	1,3%	89,1	69,6%	0,1%	51,2
58	94,8%	1,4%	91,6	68,0%	0,2%	50,0
59	93,9%	1,4%	90,9	65,5%	0,2%	48,5
60	91,7%	1,1%	86,2	62,3%	0,2%	47,0

Fonte: Picchetti, Paulo (2001).

Obs.: Os salários para as diferentes idades, foram normalizados tendo, como base, o salário da coorte do sexo masculino urbano com idade de 20 anos.

ANEXO 3 - COMPOSIÇÃO DA TAXA DE PARTICIPAÇÃO, TAXA DE DESEMPREGO E PERFIL SALARIAL DA CLIENTELA URBANA PARA DIFERENTES IDADES – 2000 –

Idade	Homens Urbanos			Mulheres Urbanas		
	Taxa de participação	Taxa de Desemprego	Perfil Salarial Base Homens de 20 anos urbano = 100	Taxa de Participação	Taxa de Desemprego	Perfil Salarial Base Homens de 20 anos urbano = 100
15	34.0%	12.8%	40.6	23.8%	9.3%	28.8
16	40.6%	12.4%	52.8	28.8%	9.4%	35.9
17	47.3%	12.1%	64.9	33.7%	9.5%	42.9
18	50.1%	10.4%	76.8	36.0%	8.5%	49.9
19	60.1%	10.9%	88.5	43.4%	9.4%	57.0
20	69.4%	11.4%	100.0	50.3%	10.2%	64.0
21	77.4%	11.6%	111.3	56.2%	10.8%	71.1
22	83.5%	11.4%	122.4	60.9%	11.2%	78.1
23	87.3%	10.8%	132.7	63.8%	11.2%	85.1
24	89.2%	9.8%	143.6	65.5%	10.8%	92.1
25	90.0%	8.8%	154.6	66.2%	10.3%	99.2
26	90.4%	7.7%	165.7	66.4%	9.6%	106.2
27	91.4%	7.0%	174.2	67.0%	9.0%	113.5
28	92.6%	6.5%	186.5	67.5%	8.4%	120.8
29	93.7%	6.2%	199.8	68.0%	7.9%	128.3
30	94.6%	5.9%	214.2	68.4%	7.6%	136.0
31	95.1%	5.7%	239.9	68.7%	7.4%	143.3
32	95.3%	5.5%	252.5	68.9%	7.4%	150.2
33	95.3%	5.4%	262.0	69.3%	7.4%	156.0
34	95.4%	5.3%	268.6	69.7%	7.3%	160.3
35	95.5%	5.2%	256.7	70.3%	7.0%	163.6
36	95.6%	5.2%	263.5	71.0%	6.7%	166.3
37	95.7%	5.1%	273.6	71.6%	6.4%	170.0
38	95.7%	5.0%	286.9	72.0%	6.1%	176.5
39	95.6%	4.9%	322.7	71.9%	5.9%	185.1
40	95.2%	4.8%	334.8	71.5%	5.8%	194.9
41	94.8%	4.6%	342.4	70.8%	5.7%	202.7
42	94.2%	4.5%	345.5	70.0%	5.5%	205.3
43	93.6%	4.5%	332.2	69.1%	5.3%	200.8
44	92.9%	4.5%	331.3	68.1%	5.0%	191.4
45	92.2%	4.5%	330.7	67.0%	4.7%	180.4
46	91.6%	4.5%	330.4	65.8%	4.3%	171.4
47	90.9%	4.5%	335.1	64.4%	4.0%	167.5
48	90.3%	4.4%	333.6	62.8%	3.8%	166.2
49	89.6%	4.3%	330.6	61.0%	3.5%	163.0
50	88.8%	4.1%	326.0	58.8%	3.3%	161.2
51	87.7%	4.0%	318.7	56.5%	3.0%	153.3
52	86.3%	4.0%	311.5	54.0%	2.7%	143.2
53	84.6%	3.9%	303.2	51.4%	2.4%	133.9
54	82.7%	3.9%	293.8	49.0%	2.2%	128.8
55	80.7%	3.9%	276.2	46.8%	2.0%	129.0
56	78.6%	4.0%	267.5	44.7%	1.8%	133.5
57	76.5%	4.0%	260.5	42.4%	1.6%	138.8
58	74.7%	3.9%	258.2	39.7%	1.4%	141.9
59	73.0%	3.7%	256.7	36.5%	1.2%	140.5
60	71.3%	3.5%	253.0	32.8%	1.0%	136.6

Fonte: Picchetti, Paulo (2001).

Obs.: Os salários para as diferentes idades, foram normalizados tendo, como base, o salário da coorte do sexo masculino urbano com idade de 20 anos.

**ANEXO DE METAS FISCAIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio dos servidores públicos

(Artigo 4º, § 2º, inciso IV, alínea a da Lei Complementar nº 101, de maio de 2000)

I – INTRODUÇÃO

Tem-se aqui o objetivo de avaliar, de acordo com a teoria e a prática atuariais correntes, os compromissos e direitos previdenciais atuais e futuros da União, relativos à concessão de benefícios previdenciais a servidores civis para atender ao disposto no Art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar no. 101 de 4 de maio de 2.000)

Este relatório apresenta uma avaliação atuarial da evolução futura das obrigações previdenciais do Poder Executivo dos servidores civis, excetuando-se os contingentes dos militares, que serão tratados em avaliação específica, e dos servidores do Banco Central - BACEN, do Ministério Público da União - MPU, dos servidores do Ministério das Relações Exteriores - MRE lotados no exterior, servidores dos poderes Legislativo e Judiciário, face a ausência da correspondente base de dados. O grupo analisado equivale a 96,0% do total dos Servidores Civis do Governo Federal, apontados no Boletim Estatístico de Pessoal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, na posição de novembro de 2000. A descentralização dos sistemas de pessoal desses órgãos e a limitação do tempo requerido para a coleta e realização deste trabalho são as razões principais para as deficiências dos dados utilizados.

A referida avaliação revela o fluxo prospectivo das variáveis salariais e previdenciais desses servidores, registrando-se ano a ano as Esperanças Estocásticas Monetárias de Salários, Contribuições e Benefícios, durante um período de 75 anos futuros. Evidencia-se, deste modo, toda a cronologia estimada das obrigações futuras da União com o pagamento dos correspondentes benefícios previdenciais durante esse período.

A inclusão posterior dos demais grupos de contingentes na avaliação atuarial a que se refere o presente relatório, servidores civis, militares e servidores do Banco Central - BACEN, Ministério Público da União - MPU, servidores do Ministério das Relações Exteriores - MRE lotados no exterior do Poder Executivo e servidores dos poderes Legislativo e Judiciário será implementada oportunamente, na dependência da disponibilidade das bases de dados correspondentes, do que resultará modificações importantes nos montantes finais do fluxo prospectivo consolidado.

Os resultados constantes deste Relatório estão influenciados por premissas e parâmetros, i) escolhidos pelo contratante, com destaque especial para as taxas de reposição de servidores e de crescimento real de salários, ii) determinados pelo Atuário e iii) de acordo com a legislação vigente para os Regimes Próprios de Previdência da União, Estados e Municípios, destacando-se as tábuas biométricas de mortalidade, de entrada em invalidez e de retirada de servidores laborativos.

Essas hipóteses de trabalho estão registradas na subseção II.1 – Crítica e Ajustamento dos Dados e, também, na seção III – Bases Técnicas Atuariais, constantes

deste relatório.

Cumpra-se investigar os resultados que adviriam do emprego de outros valores para esses parâmetros e ajuizar cuidadosamente os cenários mais aderentes à realidade futura conseqüente das decisões hoje adotadas.

II – DESCRIÇÃO DA MASSA DE SERVIDORES

Muitos são os atributos que singularizam os indivíduos da extensa massa de servidores civis do Poder Executivo. Uma análise de todas as possíveis interseções de atributos dessa massa seria contraproducente, razão por que trabalhamos com um *breakdown* menos analítico, radiografando a massa através de um atributo por vez, conforme apresentado nos quadros dispostos ao longo desta seção e nos Apêndices deste estudo.

Os atributos aludidos e suas respectivas ramificações são aqueles presentes no conjunto de arquivos enviados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, extraídos do SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos do Poder Executivo, refletindo a posição de novembro de 2000.

II.1 – CRÍTICA E AJUSTAMENTO DOS DADOS

Registrarmos que os dados cadastrais fornecidos revelaram algumas inconsistências que nos forçaram a estimar dados viesados ou a abandonar registros. Os quadros mostrados nesta seção resultam de críticas e ajustes no cadastro, que vão destacados a seguir:

1. Registros zerados

- Por orientação da Secretaria de Previdência Social, foram excluídos os registros de participantes que apresentavam valores iguais a zero no campo *Valor da Remuneração*, tanto para aposentados como pensionistas;
- Igualmente, para os registros zerados no campo *Valor da Remuneração* de participantes ativos, considerou-se um valor médio dos registros válidos que leva em consideração a idade do participante, seu cargo e o órgão a que está vinculado.

2. Falta de especificação no cadastro

- Desconsideraram-se, por falta de especificação no cadastro, as regras específicas para aposentadorias especiais. Foram consideradas nestes casos as regras gerais para aposentadoria de servidores públicos.

Teto de benefício

Estabeleceu-se um teto de benefício de R\$ 12.720,00 para os futuros aposentados e pensionistas; este teto de benefício não foi utilizado, portanto, para os atuais aposentados e pensionistas.

- Consideraram-se, para os atuais servidores, 100 anos como a idade atual máxima e 14 anos como a idade mínima de entrada no serviço público;
- Para as gerações futuras de servidores utilizou-se 18 anos como idade mínima de entrada no serviço público.

5. Dependentes

- Por falta de dados específicos, admitiu-se que, em média, o participante ativo ou inativo possui sempre um cônjuge válido de mesma idade e dois filhos, também válidos. Considera-se que esses dependentes serão aqueles existentes no momento do falecimento do participante, para o recebimento das futuras pensões.

6. Pensionistas

- Admitiu-se, por falta de dados específicos, que todos os pensionistas são válidos;
- Para o grupo familiar de um dado participante, pensionistas com 22 anos ou mais e pensionistas com 15 anos ou mais, se for o mais velho, são considerados vitalícios; os demais são temporários até a idade de 21 anos.

7. Tempo de serviço anterior à União

- Para estimar o tempo de serviço antes do ingresso como servidor da União, estabeleceu-se uma idade padrão de entrada no mercado de trabalho de 18 anos, utilizando-se 50% da diferença entre a idade de entrada na União e a idade padrão de entrada no mercado de trabalho, como tempo de serviço anterior à União; presume-se, desta forma, que no tempo restante desse período o servidor não possuía uma vinculação previdencial, permanecendo no mercado informal ou mesmo desempregado. O Quadro N.º 01, registra esses tempos estimados, segmentados por idade de entrada na União;

Quadro N.º 01
Tempo Estimado de Serviço Anterior à União

IDADE DE ENTRADA NA UNIAO	TEMPO DE SERVIÇO ANTERIOR À UNIAO	IDADE DE ENTRADA NA UNIAO	TEMPO DE SERVIÇO ANTERIOR À UNIAO
até 16	0	34	8
17	0	35	9
18	0	36	9
19	1	37	10
20	1	38	10
21	2	39	11
22	2	40	11
23	3	41	12
24	3	42	12
25	4	43	13
26	4	44	13
27	5	45	14
28	5	46	14
29	6	47	15
30	6	48	15
31	7	49	16
32	7	50	16
33	8		

FONTE: Estimativas da
PROBUS.

8. Dados salariais de participantes ativos

- Conforme orientação da Secretaria de Previdência Social, considerou-se que os campos *Valor da Remuneração* e *Valor da Função* compõem o salário-de-contribuição, enquanto que apenas o campo *Valor da Remuneração* é considerado no cálculo do salário-de-benefício;
- Nos casos em que a soma dos campos *Valor da Remuneração* e *Valor da Função* é inferior ao Salário Mínimo, o campo *Valor da Remuneração* foi substituído por um valor médio dos registros válidos que considera a idade do participante, seu cargo e o órgão a que está vinculado;
- Foram considerados também os pisos salariais de cada carreira como o valor mínimo da remuneração do servidor, conforme mostrado no Quadro N.º 03;
- Para os servidores ativos que possuem o campo *Valor da Função* diferente de zero, foi necessário estimar o percentual da função (entendida como o somatório das parcelas salariais que não se incorporam ao salário-de-benefício) em relação ao total de sua remuneração, ao longo de toda a sua carreira laboral. Desta forma, o percentual da função em relação à remuneração total foi estimado pelas médias dos valores observados no cadastro de servidores ativos, como mostra o Quadro N.º 02;

Quadro N.º 02
Valor da Função / Valor da Remuneração
Percentuais Médios

Tempo de Serviço na União	Percentual Médio	Tempo de Serviço na União	Percentual Médio
0	21,20%	26	14,40%
1	20,90%	27	14,10%
2	20,60%	28	13,90%
3	20,40%	29	13,60%
4	20,10%	30	13,40%
5	19,90%	31	13,10%
6	19,60%	32	12,80%
7	19,30%	33	12,60%
8	19,10%	34	12,30%
9	18,80%	35	12,10%
10	18,60%	36	11,80%
11	18,30%	37	11,50%
12	18,00%	38	11,30%
13	17,80%	39	11,00%
14	17,50%	40	10,80%
15	17,30%	41	10,50%
16	17,00%	42	10,20%
17	16,70%	43	10,00%
18	16,50%	44	9,70%
19	16,20%	45	9,50%
20	16,00%	46	9,20%
21	15,70%	47	8,90%
22	15,40%	48	8,70%
23	15,20%	49	8,40%
24	14,90%	50 anos ou mais	7,90%
25	14,70%		

FONTE: Estimativas da
PROBUS.

O contingente de servidores ativos foi classificado de acordo com os cargos e carreiras da Administração Pública Federal constantes do Boletim Estatístico de Pessoal – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Recursos Humanos – Dezembro de 2000. Por orientação da Secretaria de Previdência Social, os servidores cujos cargos não puderam ser classificados nas carreiras existentes foram distribuídos na carreira PCC na proporção dos contingentes de seus cargos, informados no Boletim Estatístico de Pessoal, de

acordo com a lista decrescente de seus salários; o Apêndice N.º 01 registra esta classificação;

- O Boletim Estatístico de Pessoal registra um contingente de 30.727 servidores para as carreiras típicas de Estado. Identificamos nos arquivos enviados, extraídos do SIAPE, um contingente de apenas 25.532 servidores. A diferença encontrada fez necessário um ajuste para alcançar o contingente registrado no Boletim Estatístico.

9. Auxílios

- Os benefícios de Auxílio Enfermidade, Auxílio Reclusão e Auxílio Funeral não foram contemplados no escopo deste estudo devido a ausência de dados sobre os mesmos no cadastro.

II.2 – OS SERVIDORES ATIVOS

Em 30.11.00, de acordo com o cadastro analisado, o Poder Executivo Civil da União contava com 457.756 servidores civis na ativa, distribuídos em 203 órgãos, conforme mostra o Apêndice N.º 02.

Nesse cadastro, o atributo “Sexo” nos revela uma ligeira prevalência do quantitativo masculino em relação ao feminino, representando 55,9% do conjunto de servidores, como mostra o Quadro N.º 03.

Quadro N.º 03
Poder Executivo
Servidores Civis - Ativos
Subdivisão da Massa por Sexo

SEXO	TOTAL	
	conting.	%
1- Masculino	255.920	55,91%
2- Feminino	201.836	44,09%
TOTAL	457.756	100,00%

FONTE: SIAPE.

O atributo “Remuneração Total”, ou salário-de-contribuição, é entendido como a soma do campo *Valor da Remuneração* com o campo *Valor da Função*. O Apêndice N.º 03, registra a partição da massa por intervalos de salários-de-contribuição e também o agregado de dispêndios mensais com salários nessas faixas. O salário-de-contribuição médio resultou em R\$ 2.047,35.

O Apêndice N.º 04 contém o atributo “Idade Atual” que revela a estrutura etária corrente dos servidores. Segundo os dados cadastrais, as idades variam dos 19 aos 100 anos e a idade média é de 44,4 anos. A menção a servidores com idades acima de

70 anos, um contingente de apenas 189 pessoas, decorre do fato de constarem na base de dados utilizada, provavelmente devido a erros cadastrais.

O atributo "Idade de Entrada" investiga a idade do servidor por ocasião da vinculação laboral ao serviço público. Este atributo é analisado para os sexos masculino e feminino, isoladamente, bem como para o conjunto deles, como vai registrado no Apêndice N.º 05. A idade média de entrada observada foi de 28,5 anos.

O atributo "Anos de Serviço Anterior à União", isto é, o intervalo de tempo entre o primeiro emprego e a entrada em serviço na União, permite deduzir o tempo laboral anterior, dedicado a outros empregadores, que é recepcionado pela União para fins previdenciais. Esse intervalo médio foi estimado em 5,5 anos, e a distribuição de contingentes está registrada no Apêndice N.º 06.

Os "Anos de Serviço Público" já prestados à União trazem, em conjunto com "Anos de Serviço Anterior à União", a informação que permite estimar a data de início da fruição da aposentadoria programada, bem como comandar a dinâmica de reposição dos quadros da União, segundo a premissa adotada para esse fim. O Apêndice N.º 07, mostra o fracionamento da massa pelo tempo de serviço público correntemente acumulado pelos atuais servidores. O tempo médio calculado foi de 16,0 anos.

Os "Anos para a Aposentadoria" traduzem, por tempo faltante, os contingentes dos atuais laborativos que hoje estão na União recebendo proventos e pagando contribuições. Esse tempo faltante médio é de 15,9 anos para homens, de 11,8 anos para mulheres e de 14,0 anos para toda a massa. O Apêndice N.º 08 traz os resultados dessa análise.

Por fim, o atributo "Idades Projetadas de Aposentadoria" representa para os servidores ativos, as idades projetadas de aposentadoria e os correspondentes contingentes, desdobrados por sexo, o que vai grafado no Apêndice N.º 09. As idades anormais de aposentadorias ali encontradas, acima de 70 anos, decorrem do fato de estarem cadastrados no banco de dados servidores com essas idades, os quais estão sendo automaticamente aposentados neste estudo.

II.3 – OS ATUAIS SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS

O Quadro N.º 04 mostra a divisão do contingente de Inativos por sexo, observando-se a preponderância dos homens, 58,8%, nesse grupo. Os Apêndices N.ºs 10, 11 e 12 exibem, respectivamente, as partições dessa massa por i) Proventos Mensais, cuja média é de R\$ 1.953,40, ii) Idade Atual, com média de 65,2 anos e, iii) Tipo de Benefício, segundo codificação própria.

Quadro N.º 04
Poder Executivo
Servidores Civis - Inativos
Subdivisão da Massa por Sexo

SEXO	TOTAIS	
	Conting.	%
1- Masculino	221.333	58,80%
2- Feminino	155.108	41,20%
TOTAL	376.441	100,00%

FONTE: SIAPE.

O Quadro N.º 05 revela a composição dos Pensionistas por sexo, constatando-se aqui a ampla maioria de mulheres, 94,1%. Por seu turno, os Apêndices N.ºs 13, 14 e 15 apresentam, respectivamente as partições dessa massa por i) Benefícios Mensais, com valor médio de R\$ 1.497,48, ii) Idade Atual, com média de 60,0 anos e, iii) Tipo de Benefício, conforme a classificação pertinente.

Quadro N.º 05
Poder Executivo
Servidores Civis – Grupos Pensionistas (*)
Subdivisão da Massa por Sexo

SEXO	TOTAIS	
	Conting.	%
1- Masculino	12.037	5,86%
2- Feminino	193.526	94,14%
TOTAL	205.563	100,00%

FONTE: SIAPE.

(*) Em relação ao pensionista mais longo

III – BASES TÉCNICAS ATUARIAIS

A avaliação atuarial do cenário previdencial sob investigação foi feita utilizando-se critérios, premissas, hipóteses e métodos de cálculos inerentes a esse procedimento, refletindo os resultados, com as limitações próprias de um extenso estudo estocástico prospectivo, a estimativa dos compromissos previdenciais atuais e futuros com os servidores civis do Poder Executivo da União.

O modelo adotado incorpora, ao lado dos atuais servidores, a entrada de novos servidores até o horizonte de análise de 75 anos no futuro. A mecânica de reposição do grupo, que dá origem aos contingentes de novos entrados, foi aqui praticada com base nas seguintes taxas de crescimento:

- 1 – Para o conjunto das carreiras típicas de Estado, identificadas no Apêndice N.º 01:
 - i) 1% de crescimento até o ano 2010;
 - ii) 0,5% de crescimento de 2010 a 2020;
 - iii) 0% a partir de 2020.
- 2 – Para as demais carreiras, também enumeradas no Apêndice N.º 01: 0% de crescimento.

Os percentuais de crescimento e decréscimo do contingente das carreiras típicas de Estado foram estabelecidos em estudo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e informados pelo Ministério da Previdência e Assistência Social.

Substitui-se o servidor afastado, em decorrência de morte, retirada, invalidez ou de aposentadoria, por um novo servidor que preserve, no instante da reposição, a mesma situação laboral e previdencial vigente na data de entrada no serviço público do antigo servidor que lhe deu origem.

III.1 – TÁBUAS BIOMÉTRICAS

A Tábua de Serviço para análise da sobrevivência/mortalidade, da entrada em invalidez e da retirada dos servidores ativos, em ambiente tridecremental, foi calculada, com o método do Winklevoss/Bowers, a partir da tábua AT49-Homens, da tábua IAPB-57 Fraca, e da taxa de retirada de servidores ativos adiante comentada.

A tábua AT49-Homens foi utilizada também para mensurar a sobrevivência/mortalidade dos servidores inativos e pensionistas.

A tábua Experiência do IAPC, teve seu emprego na determinação da sobrevivência/mortalidade dos servidores inválidos.

A Taxa de Retirada dos Servidores Ativos, traduzindo o desligamento por vontade própria, a demissão com ou sem justa causa e a adesão a programa de demissão voluntária – PDV, utilizada neste estudo foi constante e de 1,00% (um por cento) ao ano, o que corresponde à taxa máxima admitida na Portaria MPAS N.º 4.992, de 5 de fevereiro de 1999, para os Regimes Próprios de Previdência da União, Estados e Municípios.

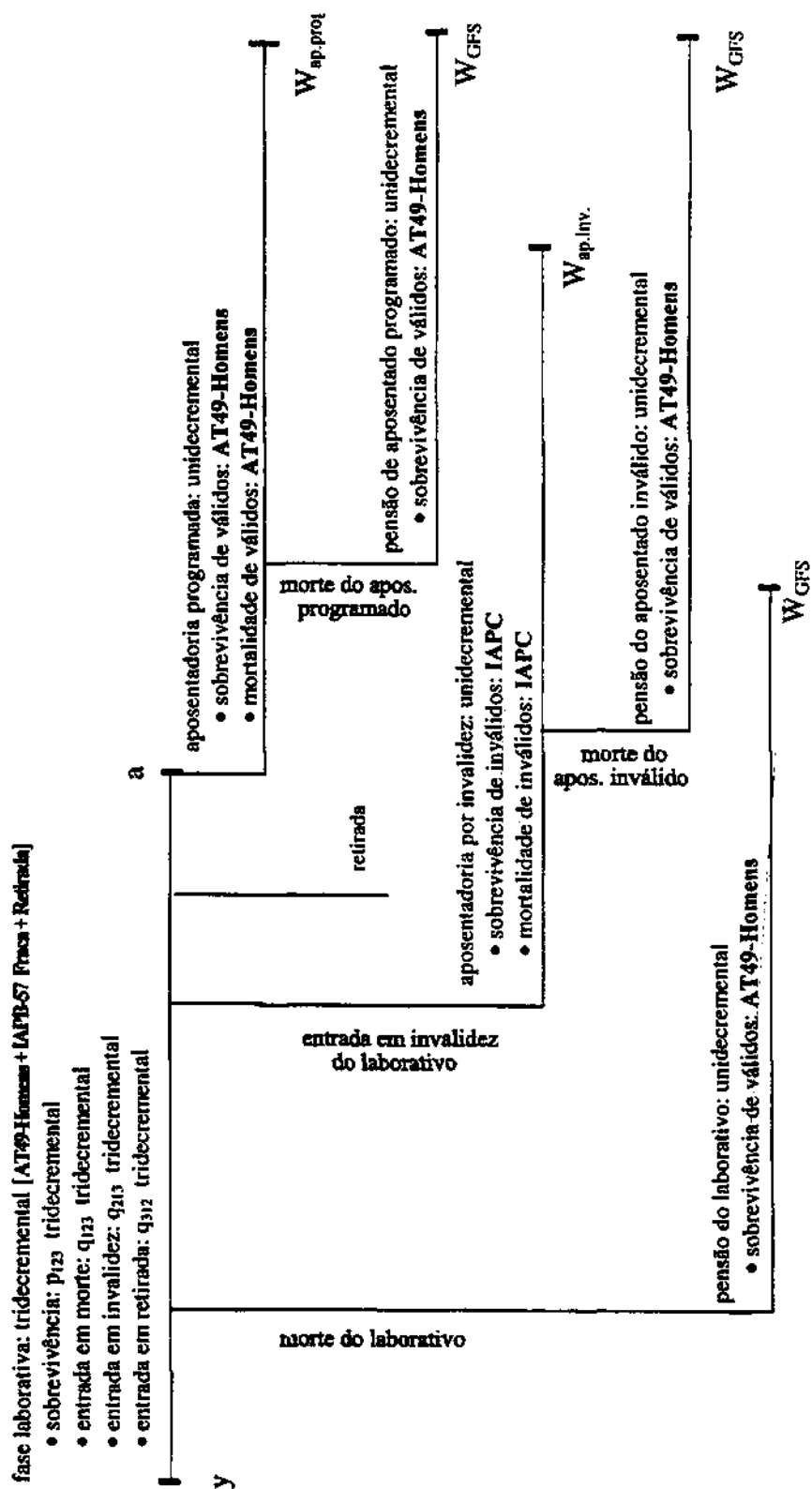
O Quadro N.º 06, mostra a estrutura geral da proteção previdencial do servidor, destacando suas mudanças de *status* e as tábuas que governam essas transições.

III.2 – VARIÁVEIS ECONÔMICAS E LABORAIS

Considerou-se uma evolução salarial real linear em 35 anos, entre o piso e o teto da carreira respectiva, consoante o Apêndice N.º 01, cessando essa evolução ao se atingir o teto da carreira.

Conforme a legislação vigente, considerou-se que os servidores ativos contribuem uniformemente com 11% sobre sua remuneração, não havendo contribuições para os grupos de inativos e pensionistas.

Quadro N.º 06
Poder Executivo - Civil
Trajetória Previdencial



NOTAS: $W_{ap. prog.}$ = idade inatingível de aposentado programado; $W_{ap. inv.}$ = idade inatingível de aposentado inválido; W_{GFS} = idade inatingível de grupo familiar sobrevivente

IV – RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL

Os Apêndices deste relatório contêm informações sobre, i) as carreiras da administração pública federal (Apêndice N.º 01), ii) as estatísticas dos anuais servidores ativos (Apêndices N.ºs 02 a 09), iii) as estatísticas dos servidores inativos e grupos de pensionistas (Apêndices N.ºs 10 a 15) e, por fim, iv) outros resultados da avaliação atuarial, desdobrados em carreiras típicas e carreiras não típicas de Estado e, também o agregado de todas as carreiras (Apêndices N.ºs 16 a 27).

Nesta seção do relatório estão agrupados tabelas e gráficos que sintetizam os principais resultados deste estudo.

Os Quadros N.ºs 07 e 08 revelam a evolução dos quantitativos dos servidores e beneficiários de todas as carreiras do Poder Executivo Civil, onde se vê, sob as premissas adotadas, que todos os contingentes, i) de servidores ativos, ii) de servidores aposentados programados, iii) de servidores aposentados por invalidez e, iv) de pensionistas convergem para um valor constante no horizonte de 75 anos aqui adotado.

É de ressaltar o rápido decrescimento dos servidores ativos e a predominância do contingente das outras categorias frente ao desses servidores ativos, antes de se atingir o regime estacionário.

Para esses mesmos quatro grupos, os Quadros N.ºs 09 e 10 retratam a evolução dos gastos da União, em moeda forte e com ganhos de produtividade. Vê-se no gráfico que o agregado dos salários cai inicialmente, pressionado pela não reposição das carreiras não típicas de Estado, mas cresce ao final pelo efeito cumulativo da produtividade sobre as carreiras típicas de Estado. Diferentemente se dá com os gastos das aposentadorias programadas e das pensões, crescendo em uma primeira fase, decrescendo em fase intermediária e voltando a crescer lentamente na fase final. Os gastos com invalidez são de pouca expressão.

Nos Quadros N.ºs 11 e 12 estão, para todas as carreiras, os vetores dos gastos com benefícios, das contribuições dos ativos e o do déficit previdencial resultantes deste estudo.

O Quadro N.º 12 mostra na sua base a área minúscula representada pelas Contribuições dos Ativos, imediatamente acima a grande área indicadora do Déficit Previdencial e, no conjunto das áreas, a representação dos Gastos Previdenciais.

Merece comentário o comportamento projetado do Déficit Previdencial, ascendente na primeira fase, descendente em uma segunda fase, e de novo ascendente ao final. Em qualquer dessas fases, todavia, a insuficiência de custeio sob o enfoque do regime de repartição simples é de grande expressão quantitativa.

Cumpra agora obter a relação percentual entre esse Déficit Previdencial e o

Produto Interno Bruto - PIB, projetado à taxa constante de 4,5% a.a. até 2003 e à 3,5% a.a. a partir de então, como mostrado nos Quadros N.ºs 13 e 14. Tanto o vetor de números como o gráfico que o representa exibem claramente uma tendência decrescente partindo de 1,14% em 2001 para 0,05% em 2075, se forem cumpridas todas as premissas aqui adotadas.

Vale sublinhar que esse grande progresso relativo entre o Déficit Previdencial e o PIB se deve a diversos fatores, com destaque para, i) a intensa redução do contingente e dos agregados de benefícios dos servidores que ficam a cargo do orçamento da União (carreiras típicas de Estado e o resíduo declinante das carreiras não típicas de Estado) e, ii) a visível diferença entre os parâmetros exponenciais da produtividade dos salários reais desses servidores, 1,5% ao ano, e do crescimento do PIB, 3,5% ao ano.

Por fim, devemos comentar os Valores Presentes Atuariais - VPA's calculados com taxa de juro real de 5% ao ano, mostrados no rodapé do Quadro N.º 11, para os vetores de Gastos Previdenciais, Contribuições de Ativos e de Déficit Previdencial.

Esses números se referem não ao grupo de servidores hoje vinculados à União, mas a esse grupo acrescido dos novos entrados dele decorrente, bem como dos novos entrados decorrentes de qualquer geração de novos entrados, até o horizonte de planejamento de 75 anos no futuro. Mas, esses VPA's não incorporam valores posicionados à frente desse horizonte, para qualquer das gerações envolvidas.

Assim, o VPA dos Gastos Previdenciais desse grande grupo, de R\$ 366,4 bilhões, significa que se essa importância fosse hoje aplicada a juros anuais de 5% ao ano, líquidos de toda e qualquer despesa ou custo de aplicação, seria suficiente, sem cobrar contribuições sobre salários, para pagar todas as obrigações previdenciais, mas não salários, desse grande grupo até o horizonte de análise citado.

Raciocínio em tudo semelhante pode ser feito com o VPA do Déficit Atuarial de R\$ 348,0 bilhões, montante este que aplicado em mercado, acrescido dos juros ganhos e das contribuições sobre salários cobradas, cobririam todas as obrigações previdenciais do grande grupo descrito.

Convém destacar que esses VPA's envolvem obrigações com servidores que ainda não estão vinculados à União, muitos deles ainda nem nascidos, o que lhes empobrece o significado.

O modelo de fundação mais precoce, sem qualquer interesse prático, considera o aporte integral do custeio da aposentadoria programada na data da contratação do funcionário, mas nenhum modelo ousa fundar esse benefício antes do efetivo início da fase laborativa do segurado.

Por prudência, elegeu-se a taxa de 5% ao ano considerando-se que deve representar um retorno real líquido e certo ao longo dos 75 anos do estudo, independentemente dos ciclos da economia e das flutuações da inflação, refletindo uma

taxa livre de risco de mercado equivalente às taxas de títulos do Tesouro Federal em ambiente de perfeito equilíbrio fiscal, de baixo endividamento da União e, conseqüentemente, de completa normalidade do mercado de renda fixa.

Este é o nosso Relatório.

Fortaleza, 07 de abril de 2001

Probus Suporte Empresarial S/C Ltda.

Emílio Recamonde Capelo

Atuário

Membro do Instituto Brasileiro de Atuária – MIBA

Membro da Associação Internacional de Atuária - MIAA

Quadro N.º 7
Governo Federal - Poder Executivo - Civil
Evolução do Número de Servidores e Beneficiários
Todas as Carreiras

Posição Nov/2000

ANO	ATIVOS	INATIVOS E PENSIONISTAS			TOTAL
		APOSENTADORIA PROGRAMADA	APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	PENSÃO (*)	
2000	457.756	337.410	39.031	205.561	1.039.758
2001	422.637	353.481	37.908	217.863	1.031.869
2002	407.422	349.033	36.601	229.062	1.022.118
2003	390.670	346.263	35.451	239.307	1.011.691
2004	371.982	345.900	34.425	248.672	1.000.580
2005	351.041	347.098	33.483	257.252	988.884
2006	337.837	340.684	32.619	265.097	976.237
2007	314.876	344.405	31.888	272.243	963.389
2008	291.555	348.648	31.117	278.436	949.754
2009	267.758	353.873	30.361	283.964	935.756
2010	244.180	358.821	29.582	288.836	921.219
2011	221.429	362.863	28.771	293.099	906.162
2012	210.040	355.603	27.929	296.775	890.347
2013	188.808	358.982	27.162	299.831	874.463
2014	168.092	361.510	26.350	302.345	858.297
2015	149.468	362.527	25.487	304.334	841.816
2016	132.116	362.583	24.586	305.801	825.085
2017	116.782	360.711	23.844	306.775	807.911
2018	109.542	350.697	22.671	307.263	790.174
2019	96.730	346.558	21.756	302.288	772.333
2020	85.139	341.318	20.811	306.817	754.084
2021	75.312	334.895	19.838	305.915	735.660
2022	67.273	328.341	18.846	304.577	717.038
2023	60.398	317.151	17.851	302.806	698.205
2024	56.547	305.154	16.856	300.613	679.171
2025	51.494	294.714	15.900	297.994	660.102
2026	47.333	283.476	14.951	294.957	640.716
2027	44.275	271.357	14.019	291.505	621.155
2028	41.807	258.874	13.116	287.635	601.432
2029	39.959	246.111	12.246	283.345	581.661
2030	38.783	232.880	11.411	278.630	561.704
2031	37.722	219.939	10.615	273.481	541.757
2032	36.890	206.977	9.857	267.892	521.606
2033	36.281	194.237	9.138	261.853	501.509
2034	35.776	181.675	8.458	255.361	481.271
2035	35.516	169.358	7.820	248.412	461.105
2036	35.428	157.145	7.224	241.007	440.804
2037	35.378	145.528	6.674	233.153	420.733
2038	35.349	134.224	6.168	224.895	400.605
2039	35.336	123.917	5.707	216.182	380.721
2040	35.331	113.251	5.287	207.076	360.945
2041	35.330	103.608	4.906	197.845	341.482
2042	35.330	94.447	4.569	187.917	322.262
2043	35.330	85.909	4.267	177.949	303.455
2044	35.330	77.922	4.000	167.807	285.059
2045	35.330	70.696	3.767	157.582	267.315
2046	35.330	63.665	3.563	147.291	250.050
2047	35.330	57.805	3.387	137.075	233.596
2048	35.330	52.201	3.236	126.995	217.762
2049	35.330	47.251	3.108	117.131	202.821
2050	35.330	42.801	2.999	107.560	188.690
2051	35.330	38.917	2.908	98.353	175.608
2052	35.330	35.453	2.832	89.574	163.189
2053	35.330	32.538	2.789	81.279	151.915
2054	35.330	29.818	2.716	73.513	141.477
2055	35.330	27.732	2.673	66.312	132.046
2056	35.330	25.873	2.638	59.698	123.538

Quadro N.º 7
Governo Federal - Poder Executivo - Civil
Evolução do Número de Servidores e Beneficiários
Todas as Carreiras

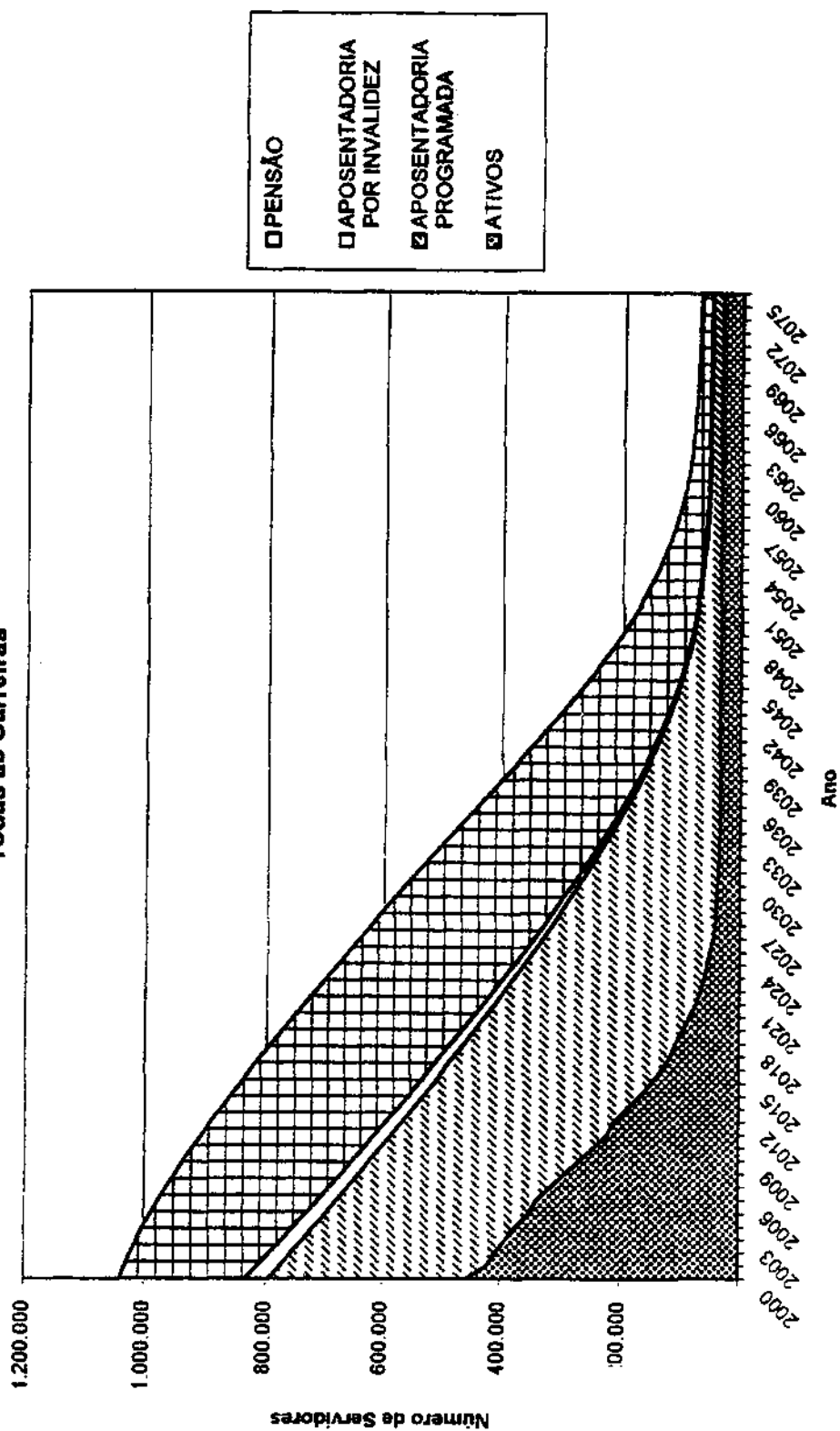
Posição Nov./2000

ANO	ATIVOS	INATIVOS E PENSIONISTAS			TOTAL
		APOSENTADORIA PROGRAMADA	APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	PENSAO (*)	
2057	35.330	24.311	2.609	53.684	115.935
2058	35.330	22.969	2.585	48.271	109.156
2059	35.330	21.901	2.586	43.450	103.248
2060	35.330	20.995	2.550	39.201	98.077
2061	35.330	20.285	2.538	35.487	93.650
2062	35.330	19.697	2.527	32.302	89.956
2063	35.330	19.237	2.518	29.575	86.981
2064	35.330	18.830	2.511	27.275	83.946
2065	35.330	18.590	2.305	25.263	81.778
2066	35.330	18.303	2.499	23.785	79.927
2067	35.330	18.127	2.494	22.495	78.416
2068	35.330	17.930	2.490	21.411	77.181
2069	35.330	17.828	2.488	20.583	76.209
2070	35.330	17.703	2.485	19.887	75.406
2071	35.330	17.648	2.484	19.352	74.815
2072	35.330	17.527	2.483	18.931	74.271
2073	35.330	17.504	2.483	18.589	73.917
2074	35.330	17.425	2.484	18.340	73.579
2075	35.330	17.403	2.485	18.135	73.354

Fonte: PROBUS

Nota: (*) Número de grupos familiares pensionistas.

Quadro N.º 8
Governo Federal - Poder Executivo - Civil
Evolução do Número de Servidores e Beneficiários
Todas as Carreiras



Quadro N.º 9
Governo Federal - Poder Executivo - Civil
Evolução dos Gastos com Ativos, Inativos e Beneficiários
Ambiente de Moeda Forte - Com Ganhos de Produtividade (*)
Todas as Carreiras

Posição Nov./2000

R 1,00

ANO	ATIVOS	INATIVOS E PENSIONISTAS			TOTAL
		APOSENTADORIA PROGRAMADA	APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	PENSÃO	
2000	12.520.405.373,45	8.650.412.646,46	891.505.044,17	4.001.594.921,87	26.063.917,35,95
2001	11.760.532.065,84	9.091.173.098,70	853.381.683,57	4.321.672.609,84	26.026.759,37,96
2002	11.675.020.518,03	9.125.910.555,80	826.046.101,37	4.683.250.741,45	26.310.227,36,66
2003	11.524.077.580,10	9.214.183.780,79	804.306.809,29	5.030.679.381,23	26.573.247,31,41
2004	11.290.577.184,37	9.368.074.773,11	787.364.270,04	5.365.962.728,28	26.811.978,35,80
2005	10.961.180.530,73	9.602.525.138,40	774.385.518,96	5.681.232.789,44	27.029.323,77,53
2006	10.856.992.303,88	9.579.720.847,48	764.242.063,35	6.007.049.742,67	27.208.004,77,39
2007	10.428.111.388,23	9.885.841.245,60	759.180.536,86	6.314.395.141,97	27.388.528,12,66
2008	9.974.937.188,06	10.207.963.024,70	755.255.282,81	6.606.508.598,42	27.544.665,33,97
2009	9.484.802.734,45	10.567.995.647,57	751.982.942,14	6.889.970.918,65	27.694.752,12,81
2010	8.974.967.581,18	10.934.912.629,86	748.540.519,36	7.164.706.229,98	27.823.146,30,38
2011	8.478.050.031,66	11.276.074.495,58	744.399.256,07	7.432.296.783,05	27.931.820,36,36
2012	8.312.691.449,11	11.262.939.328,21	739.525.543,15	7.691.868.918,37	28.007.025,38,84
2013	7.836.027.202,67	11.571.912.153,71	737.348.430,30	7.942.196.774,32	28.087.484,31,00
2014	7.365.711.530,51	11.872.836.668,45	733.674.925,06	8.185.227.843,18	28.157.450,37,20
2015	6.950.062.535,68	12.113.622.163,48	728.178.089,68	8.421.184.361,59	28.213.047,36,43
2016	6.553.714.994,56	12.330.282.845,38	721.152.497,79	8.650.085.659,55	28.255.235,37,28
2017	6.214.434.700,06	12.474.586.401,60	712.281.678,18	8.871.578.425,41	28.272.881,35,24
2018	6.087.812.423,56	12.379.423.729,25	701.889.356,92	9.084.633.985,02	28.253.759,34,76
2019	5.802.767.199,84	12.446.623.017,17	692.488.591,13	9.289.193.491,32	28.231.072,39,46
2020	5.537.142.193,42	12.474.063.074,17	681.483.261,49	9.485.818.288,99	28.178.506,18,07
2021	5.316.205.419,13	12.452.360.928,51	668.853.329,11	9.672.989.571,86	28.110.419,46,41
2022	5.141.229.571,33	12.377.600.711,89	654.694.322,18	9.850.796.277,08	28.024.320,32,47
2023	4.990.269.907,49	12.272.261.028,83	639.348.537,90	10.018.098.236,59	27.919.977,10,81
2024	4.917.415.890,37	12.076.887.835,79	622.820.333,46	10.174.345.393,73	27.791.469,33,35
2025	4.809.332.923,37	11.921.464.618,41	606.090.637,56	10.318.143.050,42	27.655.031,29,77
2026	4.739.530.200,96	11.706.265.158,93	588.185.274,76	10.448.475.407,61	27.482.456,12,26
2027	4.702.558.383,26	11.447.607.783,21	569.816.161,33	10.564.022.978,20	27.284.005,16,00
2028	4.687.768.240,23	11.154.449.367,90	551.351.418,70	10.663.332.821,48	27.056.901,18,31
2029	4.687.936.705,72	10.848.412.924,41	533.098.471,18	10.744.808.544,46	26.814.256,15,77
2030	4.708.774.226,47	10.507.134.363,05	515.034.229,68	10.806.726.282,88	26.537.689,32,08
2031	4.731.327.248,30	10.189.882.848,29	487.500.241,11	10.847.248.241,55	26.245.959,39,25
2032	4.764.499.078,18	9.807.146.526,75	480.334.959,33	10.864.568.958,69	25.916.549,22,95
2033	4.804.806.622,92	9.449.689.243,79	463.829.661,49	10.856.856.565,58	25.574.982,33,79
2034	4.852.287.802,24	9.071.529.036,60	447.923.008,98	10.822.453.411,32	25.194.193,39,13
2035	4.906.075.232,57	8.703.441.484,08	432.956.349,67	10.759.851.703,06	24.802.324,39,37
2036	4.971.526.235,28	8.309.194.694,39	418.884.875,57	10.667.864.031,90	24.367.469,37,14
2037	5.030.089.113,88	7.950.029.896,02	406.245.449,96	10.545.647.430,78	23.932.011,30,64
2038	5.096.330.581,55	7.575.368.690,07	394.629.483,12	10.392.889.943,73	23.459.238,38,48
2039	5.158.771.573,86	7.229.896.121,81	384.329.529,61	10.209.727.125,90	22.982.824,31,18
2040	5.228.184.127,94	6.878.654.667,21	375.079.155,57	9.996.924.565,04	22.478.842,15,76
2041	5.295.940.449,95	6.598.173.708,47	367.180.496,22	9.755.838.428,71	21.977.133,35,36
2042	5.368.710.079,64	6.237.644.351,09	360.374.808,52	9.488.455.430,10	21.455.184,39,34
2043	5.441.808.075,39	5.843.390.977,06	354.910.276,61	9.197.341.327,30	20.937.460,36,35
2044	5.519.352.110,44	5.660.464.963,24	350.524.503,38	8.885.640.227,62	20.415.981,34,68
2045	5.592.424.308,49	5.420.086.997,50	347.371.862,41	8.558.936.927,49	19.916.820,35,90
2046	5.675.523.212,52	5.176.751.031,25	344.959.712,03	8.215.229.953,66	19.412.463,19,45
2047	5.751.601.174,57	4.983.235.220,15	343.656.152,00	7.864.742.435,11	18.943.234,31,83
2048	5.838.829.376,33	4.786.870.267,60	342.929.777,59	7.509.864.353,07	18.478.493,74,59
2049	5.922.749.982,51	4.628.924.707,67	343.084.315,39	7.154.978.371,85	18.049.715,37,21
2050	6.012.570.268,75	4.485.105.392,40	343.710.671,24	6.804.406.692,86	17.645.793,025,25
2051	6.100.587.497,04	4.371.699.502,26	344.984.743,99	6.462.230.888,84	17.279.502,432,12
2052	6.197.386.665,53	4.264.552.584,00	346.610.367,95	6.132.224.040,07	16.940.773,67,55
2053	6.287.662.281,42	4.195.928.698,42	348.727.798,80	5.817.781.529,57	16.650.100,38,01
2054	6.387.894.799,61	4.122.918.310,05	351.011.582,80	5.521.837.425,61	16.382.692,38,37

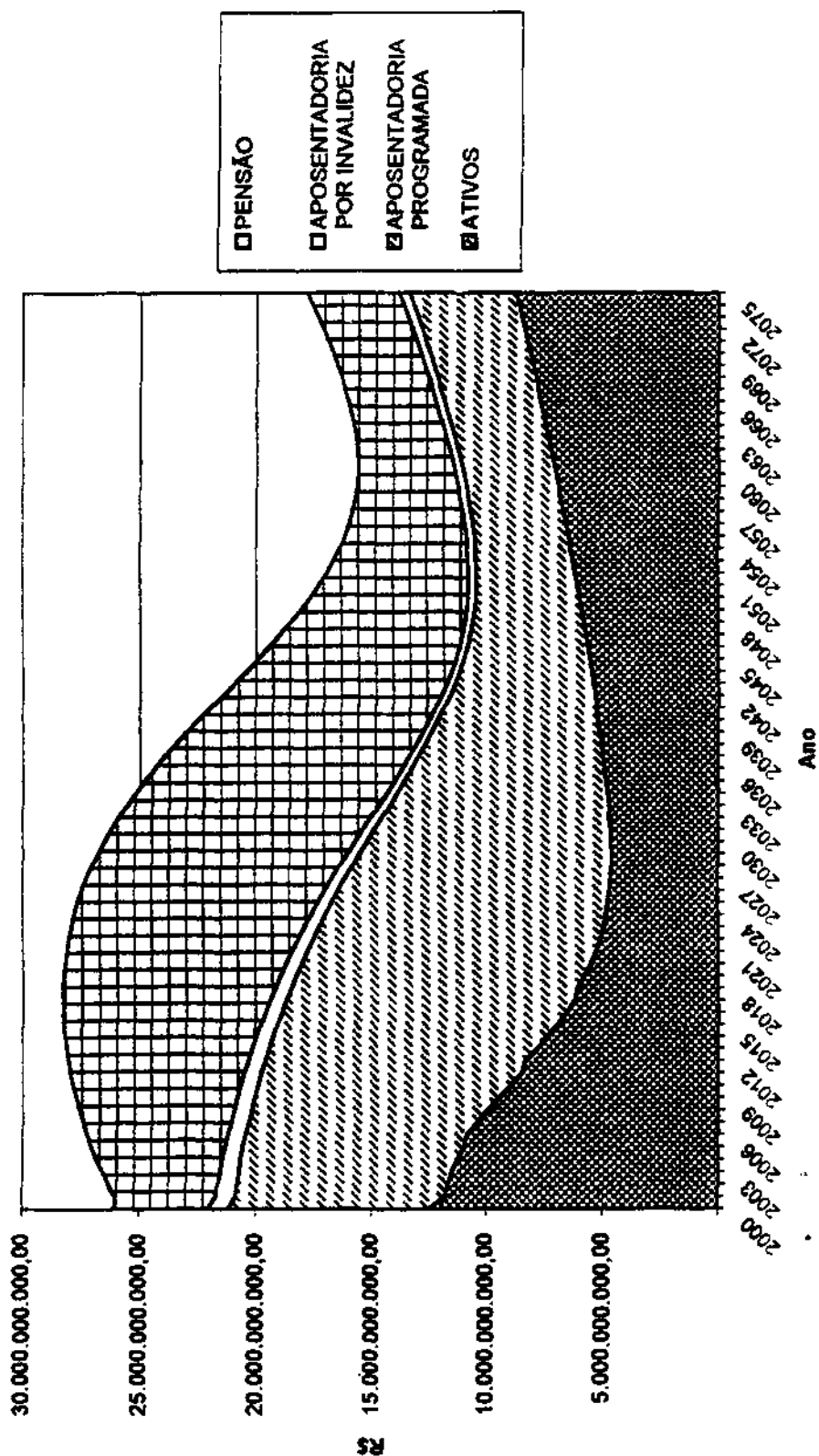
Quadro N.º 9
Governo Federal - Poder Executivo - Civil
Evolução dos Gastos com Ativos, Inativos e Beneficiários
Ambiente de Moeda Forte - Com Ganhos de Produtividade (*)
Todas as Carreiras

Posição Nov./2000					R\$ 1,00
ANO	ATIVOS	INATIVOS E PENSIONISTAS			TOTAL
		APOSENTADORIA PROGRAMADA	APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	PENSÃO	
2055	6.487.355.748,05	4.073.162.274,42	353.725.795,40	5.246.793.958,79	16.161.037.775,67
2056	6.588.010.091,09	4.040.795.142,87	356.728.837,67	4.994.555.465,07	15.980.089.536,71
2057	6.690.708.757,06	4.018.901.165,84	359.946.984,23	4.788.464.654,91	15.836.021.562,04
2058	6.800.100.718,69	3.998.000.610,49	363.325.196,01	4.563.332.100,90	15.724.758.626,09
2059	6.904.857.824,52	4.000.119.360,90	367.022.500,45	4.365.432.500,66	15.657.431.986,54
2060	7.015.278.365,57	4.002.221.932,47	370.895.820,56	4.232.553.142,06	15.620.949.260,67
2061	7.124.756.430,97	4.016.785.860,84	374.983.236,29	4.104.039.893,78	15.620.565.421,87
2062	7.236.572.776,81	4.037.319.591,88	379.272.404,09	3.998.838.831,26	15.652.003.604,05
2063	7.346.986.364,58	4.064.502.870,94	383.731.245,07	3.945.567.175,80	15.710.787.656,38
2064	7.463.284.042,38	4.088.182.112,78	388.312.894,33	3.852.565.901,80	15.792.344.951,29
2065	7.573.734.237,28	4.138.039.951,12	393.189.039,49	3.808.006.019,10	15.912.969.248,98
2066	7.693.421.103,97	4.166.393.169,66	398.020.980,71	3.779.939.761,65	16.037.775.015,98
2067	7.809.784.898,93	4.211.094.573,57	403.203.715,95	3.786.360.181,35	16.190.443.379,80
2068	7.931.781.401,26	4.247.409.419,50	408.532.352,88	3.765.309.422,94	16.353.032.596,59
2069	8.049.921.339,05	4.300.448.593,92	414.210.686,48	3.774.893.171,10	16.539.471.772,55
2070	8.173.375.292,33	4.342.227.924,46	420.008.335,11	3.793.366.722,57	16.728.978.274,48
2071	8.294.425.142,77	4.401.237.359,19	426.178.452,65	3.819.115.660,68	16.940.856.605,28
2072	8.422.875.088,37	4.441.731.374,55	432.486.733,84	3.850.733.280,26	17.147.826.477,02
2073	8.543.920.930,48	4.506.557.298,23	439.278.049,59	3.886.978.622,96	17.376.734.901,26
2074	8.674.113.775,42	4.556.302.165,09	446.188.018,86	3.926.844.866,63	17.603.448.826,00
2075	8.799.837.960,80	4.621.652.804,67	453.524.547,34	3.989.469.512,27	17.844.484.825,18

Fonte: PROBUS

Nota: (*) Considera ganhos de produtividade de 1,5% ao ano a partir de 2002 em todas as variáveis laborais e previdenciárias.

Quadro N.º 10
Governo Federal - Poder Executivo - Civil
Evolução dos Gastos com Ativos, Inativos e Beneficiários
Ambiente de Moeda Forte - Com Ganhos de Produtividade
Todas as Categorias



Quadro N.º 11
Governo Federal - Poder Executivo - Civil
Evolução dos Gastos, Contribuições e Déficit Previdencial
Ambiente de Moeda Forte - Com Ganhos de Produtividade (*)
Todas as Carreiras

Posição Nov./2000

R\$ 1,00

ANO	GASTOS PREVIDENCIAIS	CONTRIBUIÇÃO DE ATIVOS	DÉFICIT PREVIDENCIAL
2000	13.543.512.612,50	1.377.244.591,08	12.166.268.021,42
2001	14.266.227.392,11	1.293.658.527,24	12.972.568.864,87
2002	14.635.207.398,62	1.284.252.256,98	13.350.955.141,64
2003	15.049.169.971,31	1.267.648.533,81	13.781.521.437,50
2004	15.521.401.771,43	1.241.963.490,28	14.279.438.281,15
2005	16.068.143.448,80	1.205.729.858,38	14.862.413.588,42
2006	16.351.012.673,50	1.194.269.153,43	15.156.743.520,08
2007	16.959.416.924,43	1.147.202.252,70	15.812.214.671,73
2008	17.569.727.905,92	1.097.243.090,68	16.472.484.815,24
2009	18.209.949.508,36	1.043.328.300,79	17.166.621.207,57
2010	18.648.159.379,21	987.248.633,93	17.660.910.745,28
2011	19.452.770.534,70	932.695.503,48	18.520.075.031,21
2012	19.694.333.789,73	914.396.059,40	18.779.937.730,33
2013	20.251.457.358,33	861.962.982,29	19.389.494.366,03
2014	20.791.739.436,68	810.228.268,36	19.981.511.168,32
2015	21.262.984.610,75	764.506.878,92	20.498.477.731,82
2016	21.701.521.002,72	720.908.649,40	20.980.612.353,32
2017	22.058.448.505,19	683.587.817,01	21.374.858.688,18
2018	22.185.947.071,20	669.859.366,59	21.496.267.704,61
2019	22.428.305.099,62	638.304.391,98	21.790.000.707,64
2020	22.641.384.824,84	609.085.641,28	22.032.278.983,36
2021	22.794.213.827,28	584.782.598,10	22.209.431.231,18
2022	22.883.091.311,14	565.535.252,85	22.317.556.058,30
2023	22.929.707.803,32	548.929.689,82	22.380.778.113,50
2024	22.874.053.562,98	540.915.747,94	22.333.137.815,04
2025	22.845.698.306,40	529.026.621,57	22.316.671.684,83
2026	22.742.925.841,30	521.348.322,11	22.221.577.519,20
2027	22.581.448.922,75	517.281.423,26	22.064.165.499,49
2028	22.369.133.608,08	515.654.506,43	21.853.479.101,65
2029	22.126.319.940,05	515.873.037,63	21.610.446.902,42
2030	21.828.894.875,80	517.965.164,91	21.310.929.710,89
2031	21.514.632.330,95	520.445.997,31	20.994.186.333,64
2032	21.152.050.444,77	524.094.898,60	20.627.955.546,17
2033	20.770.375.470,87	526.506.728,52	20.241.868.742,34
2034	20.341.905.456,90	533.751.658,25	19.808.153.798,65
2035	19.898.249.536,80	539.668.275,58	19.358.581.261,22
2036	19.395.943.601,86	546.867.885,88	18.849.075.715,98
2037	18.901.922.776,76	553.309.802,53	18.348.612.974,23
2038	18.362.908.116,82	560.596.363,97	17.802.311.752,85
2039	17.824.052.777,32	567.464.884,12	17.256.587.893,20
2040	17.250.658.387,82	575.100.254,07	16.675.558.133,75
2041	16.681.192.635,40	582.553.449,49	16.098.639.185,91
2042	16.086.474.589,70	590.558.108,76	15.495.916.480,94
2043	15.495.642.580,97	598.598.888,29	14.897.043.692,67

PROBUS Suporte Empresarial S/C Ltda.

Quadro N.º 11
Governo Federal - Poder Executivo - Civil
Evolução dos Gastos, Contribuições e Déficit Previdencial
Ambiente de Moeda Forte - Com Ganhos de Produtividade (*)
Todas as Carreiras

Posição Nov./2000

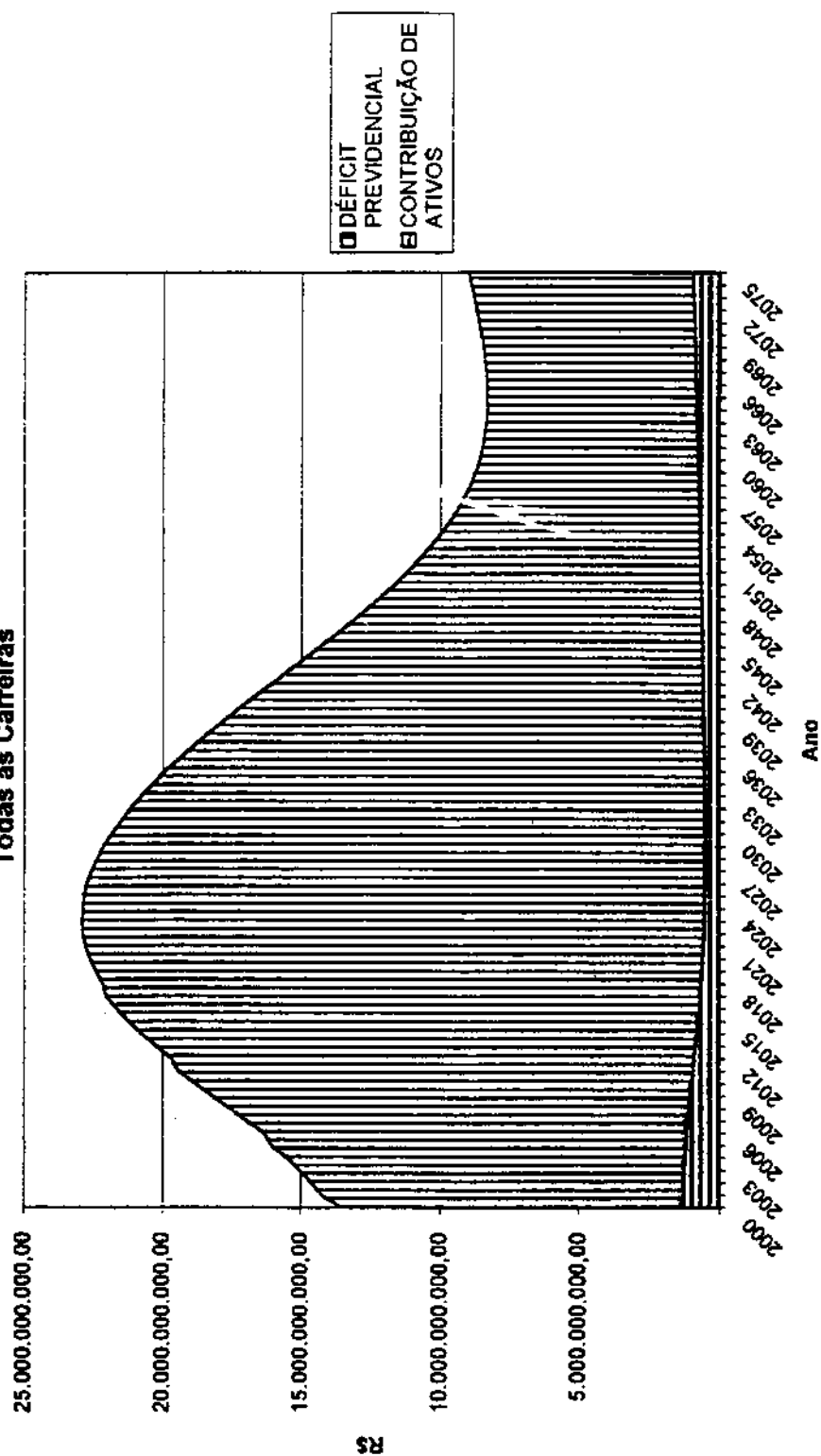
R\$ 1,00

ANO	GASTOS PREVIDENCIAIS	CONTRIBUIÇÃO DE ATIVOS	DÉFICIT PREVIDENCIAL
2044	14.896.629.694,24	607.128.732,15	14.289.500.962,09
2045	14.324.395.787,40	815.186.673,93	13.509.229.113,47
2046	13.736.940.696,94	624.307.553,38	13.112.633.143,56
2047	13.191.633.807,28	632.676.129,20	12.558.957.678,06
2048	12.639.664.398,26	642.271.231,40	11.997.393.166,86
2049	12.128.965.394,70	651.502.498,08	11.475.462.896,63
2050	11.633.222.758,50	661.382.729,56	10.971.840.028,93
2051	11.178.914.935,09	671.064.624,67	10.507.850.310,41
2052	10.743.386.992,02	681.712.533,21	10.061.674.458,81
2053	10.362.438.026,80	691.642.850,96	9.670.795.175,84
2054	9.995.767.318,46	702.668.427,96	9.293.098.890,51
2055	9.673.682.028,81	713.609.132,29	8.960.072.896,53
2056	9.392.079.445,62	724.681.110,02	8.667.398.335,60
2057	9.145.312.804,98	735.677.963,28	8.409.634.841,70
2058	8.924.657.907,40	748.011.079,06	8.176.646.828,35
2059	8.752.574.362,02	759.534.338,70	7.993.040.023,32
2060	8.605.670.895,11	771.660.620,21	7.833.990.274,89
2061	8.495.808.990,90	783.723.207,41	7.712.085.783,50
2062	8.415.430.827,24	796.023.005,45	7.619.407.821,79
2063	8.363.801.291,81	808.168.500,10	7.555.632.791,71
2064	8.329.060.908,91	820.961.244,66	7.508.099.664,25
2065	8.339.235.009,70	833.110.768,10	7.506.124.241,60
2066	8.344.353.912,01	846.276.321,44	7.498.077.590,57
2067	8.380.658.480,87	859.076.338,88	7.521.582.141,99
2068	8.421.251.195,32	872.495.954,14	7.548.755.241,19
2069	8.489.550.433,50	885.491.347,30	7.604.059.086,21
2070	8.555.602.982,15	899.071.282,16	7.656.531.699,99
2071	8.646.531.462,52	912.386.765,70	7.734.144.696,81
2072	8.724.951.388,65	926.516.259,72	7.798.435.128,93
2073	8.832.813.970,78	939.631.302,35	7.893.182.668,43
2074	8.929.335.050,58	954.152.515,30	7.975.182.535,28
2075	9.044.846.864,28	967.982.175,70	8.076.864.688,59
VPA 6% a.a.	R\$ 366.372.147.609,81	R\$ 18.415.571.525,85	R\$ 347.956.576.083,96

Fonte: PROBUS.

Nota: (*) Considera ganhos de produtividade de 1,5% ao ano a partir de 2002 em todas as variáveis laborais e previdenciais.

Quadro N.º 12
Governo Federal - Poder Executivo - Civil
Evolução dos Gastos Previdenciais
Ambiente de Moeda Forte - Com Ganhos de Produtividade
Todas as Carreiras



Quadro N.º 13
Governo Federal - Poder Executivo - Civil
Evolução do Déficit Previdencial em Função do PIB Projetado
Ambiente de Moeda Forte - Com Ganhos de Produtividade (*)
Todas as Carreiras

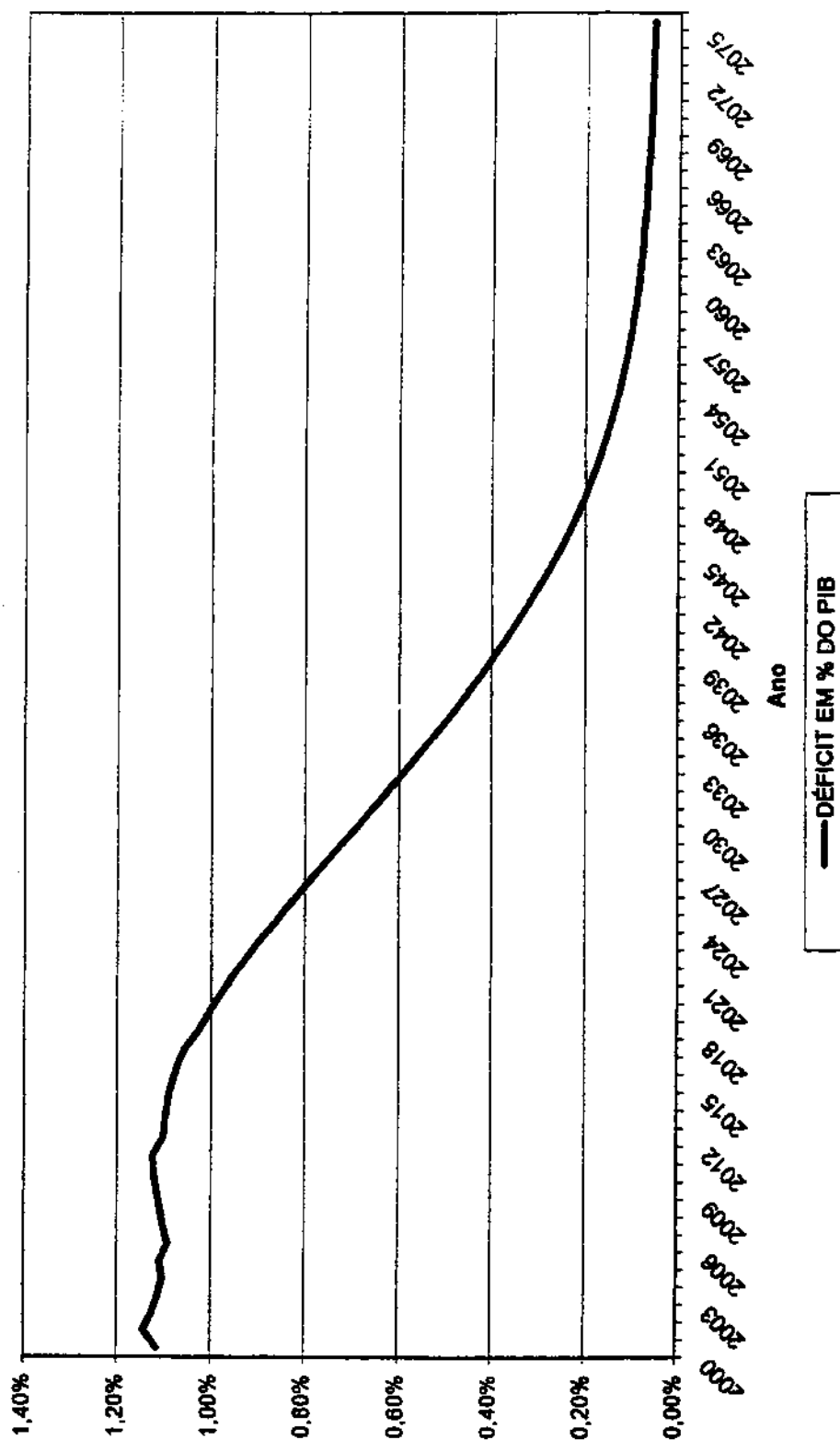
Posição Nov./2000			R\$ 1,00
ANO	DÉFICIT PREVIDENCIAL	PIB PROJETADO	DÉFICIT EM % DO PIB
2000	12.166.268.021,42	1.089.688.140.000,00	1,12%
2001	12.972.568.864,87	1.133.275.665.800,00	1,14%
2002	13.350.955.141,64	1.184.273.070.552,00	1,13%
2003	13.781.521.437,50	1.237.565.358.728,84	1,11%
2004	14.279.438.281,15	1.293.255.799.869,55	1,10%
2005	14.862.413.588,42	1.338.519.752.884,98	1,11%
2006	15.156.743.520,08	1.385.367.944.215,26	1,09%
2007	15.812.214.671,73	1.433.855.822.262,79	1,10%
2008	16.472.484.815,24	1.484.040.776.041,99	1,11%
2009	17.166.621.207,57	1.535.982.203.203,46	1,12%
2010	17.860.910.745,28	1.589.741.580.315,58	1,12%
2011	18.520.075.031,21	1.645.382.535.626,62	1,13%
2012	18.779.937.730,33	1.702.970.924.373,55	1,10%
2013	19.389.494.366,03	1.762.574.906.726,63	1,10%
2014	19.981.511.168,32	1.824.265.028.462,06	1,10%
2015	20.498.477.731,82	1.888.114.304.458,23	1,08%
2016	20.980.812.353,32	1.954.198.305.114,27	1,07%
2017	21.374.858.888,18	2.022.595.245.793,27	1,06%
2018	21.496.287.704,61	2.093.386.079.396,03	1,03%
2019	21.790.000.707,64	2.166.854.592.174,89	1,04%
2020	22.032.278.983,36	2.242.487.502.901,02	0,98%
2021	22.209.431.231,18	2.320.974.565.502,55	0,98%
2022	22.317.556.058,30	2.402.208.675.295,14	0,93%
2023	22.380.778.113,50	2.486.285.978.930,47	0,90%
2024	22.333.137.815,04	2.573.305.988.193,04	0,87%
2025	22.316.671.684,83	2.663.371.697.779,79	0,84%
2026	22.221.577.519,20	2.758.589.707.202,08	0,81%
2027	22.064.165.499,49	2.853.070.346.954,16	0,77%
2028	21.853.479.101,65	2.952.927.809.097,55	0,74%
2029	21.610.646.902,42	3.056.280.282.415,97	0,71%
2030	21.310.929.710,69	3.163.250.092.300,53	0,67%
2031	20.994.186.333,84	3.273.963.845.531,04	0,64%
2032	20.627.955.546,17	3.388.552.580.124,63	0,61%
2033	20.241.868.742,34	3.507.151.920.428,96	0,58%
2034	19.808.153.798,65	3.629.902.237.644,01	0,55%
2035	19.356.581.261,22	3.756.948.815.981,55	0,52%
2036	18.849.075.715,98	3.888.442.024.520,20	0,48%
2037	18.348.612.974,23	4.024.537.495.378,41	0,46%
2038	17.802.311.752,95	4.165.396.307.716,65	0,43%
2039	17.256.587.893,20	4.311.185.178.466,73	0,40%
2040	16.675.558.133,75	4.462.076.659.733,77	0,37%
2041	16.098.639.185,91	4.618.249.342.624,45	0,35%
2042	15.495.916.480,94	4.779.888.069.823,30	0,32%
2043	14.897.043.692,67	4.947.184.152.267,12	0,30%

Quadro N.º 13
Governo Federal - Poder Executivo - Civil
Evolução do Déficit Previdencial em Função do PIB Projetado
Ambiente de Moeda Forte - Com Ganhos de Produtividade (*)
Todas as Carreiras

Posição Nov./2000			R\$ 1,00
ANO	DÉFICIT PREVIDENCIAL	PIB PROJETADO	DÉFICIT EM % DO PIB
2044	14.289.500.982,09	5.120.335.597.596,47	0,28%
2045	13.709.229.113,47	5.299.547.343.512,34	0,26%
2046	13.112.633.143,56	5.485.031.500.535,28	0,24%
2047	12.558.957.678,06	5.677.007.803.054,01	0,22%
2048	11.997.393.166,86	5.875.702.869.160,90	0,20%
2049	11.475.462.896,63	6.081.352.469.581,53	0,19%
2050	10.971.840.028,93	6.294.199.806.016,88	0,17%
2051	10.507.850.310,41	6.514.496.799.227,47	0,16%
2052	10.061.674.458,81	6.742.504.187.200,44	0,15%
2053	9.670.795.175,84	6.978.491.833.752,45	0,14%
2054	9.293.098.890,51	7.222.739.047.933,78	0,13%
2055	8.960.072.896,33	7.475.534.914.611,47	0,12%
2056	8.667.398.335,60	7.737.178.636.622,87	0,11%
2057	8.409.334.841,70	8.007.979.888.904,67	0,11%
2058	8.176.646.828,35	8.288.259.185.016,33	0,10%
2059	7.993.040.023,32	8.578.348.256.491,96	0,09%
2060	7.833.990.274,89	8.878.590.445.469,12	0,09%
2061	7.712.085.783,50	9.189.341.111.080,54	0,08%
2062	7.619.407.821,79	9.510.968.049.947,65	0,08%
2063	7.555.632.791,71	9.843.651.931.695,82	0,08%
2064	7.508.099.664,25	10.188.386.749.305,20	0,07%
2065	7.508.124.243,60	10.544.980.285.530,90	0,07%
2066	7.498.077.590,57	10.914.054.595.524,40	0,07%
2067	7.521.582.141,99	11.296.046.506.367,80	0,07%
2068	7.548.755.241,19	11.691.408.134.090,70	0,06%
2069	7.604.059.086,21	12.100.607.418.783,80	0,06%
2070	7.656.531.699,99	12.524.128.678.441,30	0,06%
2071	7.734.144.696,81	12.962.473.182.186,70	0,06%
2072	7.798.435.128,93	13.416.159.743.563,20	0,06%
2073	7.892.982.668,43	13.885.725.334.588,00	0,06%
2074	7.975.182.535,28	14.371.725.721.298,50	0,06%
2075	8.076.664.688,59	14.874.736.121.544,00	0,05%

Nota: (*) Considera ganhos de produtividade de 1,5% ao ano a partir de 2002 em todas as variáveis laborais e previdenciais.

Quadro N.º 14
Governo Federal - Poder Executivo - Civil
Evolução do Déficit em % do PIB
Todas as Carreiras



APÊNDICES



ESTATÍSTICAS DOS ATUAIS SERVIDORES ATIVOS

Apêndice N.º 01
Poder Executivo - Civil
Servidores das Carreiras da Administração Pública Federal

Postado: Novembro 2000

CARRERA	CARGO	QUANTITATIVO DO POLETIM ESTADÍSTICO DE PESSOAL	QUANTITATIVO DOS ARQUIVOS ENVIADOS SIAPE	PISO	TETO	CARRERA TÍPICA DE ESTADO
Gestão	Análise de Planejamento e Controle Financeiro e Contábil - NS	1.243	1.004	2.868,59	8.735,32	SIM
	Análise de Comércio Exterior - NS	89	89	2.868,59	8.735,32	SIM
	Técnico de Planejamento - TP 1500 - NS	42	0	2.868,59	8.735,32	NÃO
	Técnico de Planejamento e Pesquisa do IPEA - NS	216	146	2.868,59	8.735,32	NÃO
	Dados e Cargos de Nível Superior do IPEA	64	356	2.868,59	8.735,32	NÃO
	Dados e Cargos de Nível Intermediário do IPEA	266	175	1.177,50	2.201,70	NÃO
Auditoria	Técnicos de Planejamento e Controle Financeiro e Contábil - NI	1.818	1.459	1.177,50	2.201,70	NÃO
	Auditor-Fiscal da Receita Federal	7.409	7.386	3.132,56	7.080,24	SIM
	Técnicos da Receita Federal	8.266	8.231	1.288,34	2.905,14	NÃO
Diplomacia	3.º Secretário - Ministro 1.º Chefe	1.044	887	3.538,11	5.427,52	SIM
	Oficial de Chancelaria - NS	708	676	1.450,02	2.988,92	SIM
Jurídica	Assistente de Chancelaria - NI	830	816	392,80	1.112,78	SIM
	Procurador Federal	2.442	11	3.446,15	7.080,24	SIM
	Procurador da Fazenda Nacional	817	780	5.183,57	5.452,72	SIM
	Advogado/Assistente Jurídico AGU	372	6	3.446,15	7.080,24	SIM
Polícia Federal	Defensor Público da União	24	0	3.446,15	7.080,24	SIM
	Delegado - NS	739	736	7.165,11	8.485,73	SIM
	Censor - NS	0	0	7.165,11	8.485,73	SIM
	Perito - NS	280	279	7.165,11	8.485,73	SIM
	Escritivo - NI	1.068	1.068	3.334,95	4.880,51	SIM
	Agente - NI	4.755	4.737	3.334,95	4.880,51	SIM
Pesquisas em Q. e T.	Paleoecologista - NI	181	168	3.334,95	4.880,51	SIM
	Análise de Níveis de Poluição do Ar - NI	1.800	1.730	1.368,46	4.885,32	NÃO
	Tecnologista - NS	4.123	4.088	1.368,46	4.885,32	NÃO
	Pesquisador - NS	2.059	1.966	2.112,36	4.885,32	NÃO
	Assistente - NI	8.798	8.597	722,69	1.591,37	NÃO
	Técnico - NI	8.668	8.579	722,69	1.591,37	NÃO
Tecnologia Militar	Auxiliar Técnico - NA	70	680	402,42	652,29	NÃO
	Agente - NA	615	0	402,42	652,29	NÃO
	Analista	0	0	1.480,82	3.240,58	NÃO
Grupo Informações	Engenheiro	259	258	1.480,82	3.240,58	NÃO
	Nível Superior	0	0	2.313,48	3.855,26	NÃO
	Nível Intermediário	0	0	891,58	1.758,33	NÃO

Apêndice N.º 01 (Cont.)
Poder Executivo - Civil
Servidores das Carreiras da Administração Pública Federal

Período: Novembro 2000

CARREIRA	CARGO	QUANTITATIVO DO BOLETIM ESTATIS- TICO DE PESSOAL	QUANTITATIVO DOS ARQUIVOS ENVIADOS SIAPE	PISO	TETO	CARREIRA TÍPICA DE ESTADO
Reforma Agrária	Engenheiro Agrônomo - NS	468	0	2.072,31	3.307,20	NÃO
	Fiscal de Cadastro e Tributação Rural - NS	119	0	2.013,60	3.119,99	NÃO
	Orientador de Assentamentos - NS	84	0	2.013,60	3.119,99	NÃO
Auditoria - Fiscal	Auditor Fiscal da Previdência Social - NS	3.816	3.798	3.132,56	7.000,24	SIM
	Fiscal do Trabalho - Legislação do Trabalho	2.439	2.432	3.132,56	7.000,24	SIM
	Fiscal do Trabalho - Medicina no Trabalho	290	292	3.132,56	7.000,24	SIM
	Fiscal do Trabalho - Segurança do Trabalho	392	393	3.132,56	7.000,24	SIM
	Médico do Trabalho - 4º Nível - NS	15	0	4.853,62	5.243,00	SIM
Fiscalização	Fiscal Federal Agropecuario	1.804	0	2.123,65	5.100,83	SIM
	Supervisor Médico Federal - NS	180	0	2.237,66	3.496,74	SIM
	Professor Superior (Auditor e Thales)	60.346	42.250	1.176,94	4.880,17	NÃO
Docente	Professor de 1.º a 2.º grau (A e B)	22.284	20.393	907,28	3.377,39	NÃO
CVM	Inspeção e Análise - NS	141	0	2.868,58	6.735,32	NÃO
SUSEP	Agente Executivo - NI	0	0	1.459,81	2.238,81	NÃO
	Análise Técnico - NS	134	0	2.868,59	6.735,32	NÃO
	Cargos de Nível Intermediário	100	0	1.690,95	2.238,81	NÃO
Saúde	Médico	0	0	1.271,97	2.728,36	NÃO
	Médico de Saúde Pública	0	0	1.271,97	2.728,36	NÃO
	Fundação Nacional de Saúde	0	0	733,83	1.572,80	NÃO
PRO	Cargos de Nível Superior	68.871	70.000	4.441.605,99	1.389,16	NÃO
	Corpos de Nível Intermediário	226.941	230.000	392,60	933,30	NÃO
	Cargos de Nível Auxiliar	28.452	28.000	392,60	934,80	NÃO
DAGTA	Cargos de Nível Superior	19	59	1.456,70	2.461,47	NÃO
	Cargos de Nível Intermediário	181	77	656,53	1.695,23	NÃO
	Pública Rodoviária Federal - NI	8.116	8.074	1.234,80	2.921,92	NÃO
Min. da Justiça	Análise - NI	0	0	3.513,62	8.144,24	NÃO
	Procurador - NS	0	0	3.513,62	8.144,24	NÃO
	Técnicos - NI	0	0	1.126,32	2.690,31	NÃO
SIAPE	Sig. Técnico e Abrevidado de Esquema	0	0	2.102,91	5.893,25	NÃO
	TOTAL	464.738	457.756			

Fonte: Boletim Estatístico de Pessoal / Dezembro de 2000
SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos do Poder Executivo
SRH - Secretaria de Recursos Humanos

Apêndice N.º 02
Poder Executivo
Servidores Cíveis - Ativos
Órgãos - Contingente e Soma de Salários Mensais

ÓRGÃO	Conting.	%	Soma de Salários Mensais
40106 - ADVOCACIA - GERAL DA UNIÃO	2.233	0,4878%	2.977.537,78
21300 - AGENCIA ESPACIAL BRASILEIRA	51	0,0111%	46.702,59
32200 - AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA	83	0,0181%	151.139,81
36208 - AGENCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR	43	0,0094%	63.987,63
41231 - AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES	266	0,0581%	522.875,10
36207 - AGENCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1.120	0,2447%	1.891.470,70
32300 - AGENCIA NACIONAL DO PETRÓLEO	140	0,0306%	241.665,13
21201 - CAIXA DE FINANCIAMENTO IMOB. AERONÁUTICA	2	0,0004%	3.338,16
26217 - CEFET DE QUÍMICA DE NILÓPOLIS - RJ	445	0,0972%	719.329,76
26202 - CENTRO FED. DE EDUC. TECNOL. DE ALAGOAS	571	0,1247%	1.078.611,76
26336 - CENTRO FED. DE ED. TEC. DE PETROLINA	79	0,0173%	113.985,77
26204 - CENTRO FED. DE EDUC. TECNOL. DA BAHIA	794	0,1735%	1.279.627,58
26209 - CENTRO FED. DE EDUC. TECNOL. DO MARANHÃO	506	0,1105%	1.005.357,92
26258 - CENTRO FED. DE EDUCAÇÃO TECNOL. DO PARANÁ	1.629	0,3559%	2.885.251,17
26205 - CENTRO FED. DE EDUC. TECNOL. DE CAMPOS	647	0,1413%	1.162.121,38
26208 - CENTRO FED. DE EDUC. TECNOL. DE GOIÁS	555	0,1212%	908.420,37
26215 - CENTRO FED. DE EDUC. TECNOL. DE PERNAMBUCO	896	0,1957%	1.389.449,24
26216 - CENTRO FED. DE EDUC. TECNOL. DO PIAUÍ	371	0,0810%	580.798,53
26213 - CENTRO FED. DE EDUC. TECNOL. DA PARAÍBA	580	0,1267%	1.143.509,40
26214 - CENTRO FED. DE EDUC. TECNOL. DE PELOTAS	566	0,1236%	971.770,39
26220 - CENTRO FED. DE EDUC. TECNOL. DE SÃO PAULO	447	0,0977%	749.991,49
26206 - CENTRO FED. DE EDUC. TECNOL. DO CEARÁ	505	0,1103%	883.577,87
26212 - CENTRO FED. DE EDUC. TECNOL. DO PARÁ	450	0,0983%	910.451,18
26207 - CENTRO FED. DE EDUC. TECNOL. ESPÍRITO SANTO	479	0,1046%	832.346,61
26257 - CENTRO FED. DE EDUC. TECNOL. MINAS GERAIS	936	0,2045%	1.623.670,37
26256 - CENTRO FED. EDUC. TECNOL. CELSO S. FONSECA	822	0,1796%	1.554.979,08
26218 - CENTRO FED. EDUC. TECNOL. DO R. G. DO NORTE	549	0,1199%	1.040.878,15
26201 - COLÉGIO PEDRO II	1.755	0,3834%	2.975.542,49
21000 - COMANDO DA AERONÁUTICA	7.716	1,6856%	10.978.383,40

Apêndice N.º 02 (Cont.)
Poder Executivo
Servidores Cíveis - Ativos
Órgãos - Contingente e Soma de Salários Mensais

ÓRGÃO	Conting.	%	Soma de Salários Mensais
70000 - COMANDO DA MARINHA	9.338	2,0400%	10.323.825,36
16000 - COMANDO DO EXERCITO	10.843	2,3687%	12.198.326,97
45203 - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS	290	0,0634%	1.235.657,91
40301 - COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR	2.590	0,5658%	8.357.131,81
99010 - COMPANHIA DE PESQUISA DE REC. MINERAIS	3	0,0007%	23.381,73
22203 - COMPANHIA DESENV. DO VALE SÃO FRANCISCO	1	0,0002%	839,30
22200 - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	2	0,0004%	2.287,63
38000 - CONSELHO ADMINIST. DE DEFESA ECONÔMICA	41	0,0090%	136.724,18
40501 - CONSELHO NAC. DE DESEN. CIEN. E TECNOLÓGICO	573	0,1252%	1.654.816,37
37000 - DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO	48	0,0105%	198.532,58
20115 - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL	8.905	1,9454%	44.713.371,16
49201 - DEPARTAMENTO NAC. DE ESTRADAS DE RODAGEM	3.409	0,7447%	5.780.722,22
32100 - DEPARTAMENTO NAC. DE PRODUÇÃO MINERAL	828	0,1809%	1.351.373,86
42204 - DEPTO. NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS	2.203	0,4813%	3.377.628,72
29203 - EMPRESA BRAS. DE PLANEJ. DE TRANSPORTES	1	0,0002%	2.781,18
41200 - EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO S.A.	5	0,0011%	7.458,55
26330 - ESCOLA AGROT. FED. DE S.J. EVANGELISTA	115	0,0251%	176.607,58
26338 - ESCOLA AGROT. FED. DE S. VICENTE DO SUL	108	0,0232%	163.738,92
26319 - ESCOLA AGROT. FED. DE VIT. DE S. ANTÃO	83	0,0181%	155.270,70
26339 - ESCOLA AGROT. FED. COLORADO DO OESTE	94	0,0205%	139.249,70
26340 - ESCOLA AGROT. FED. S. GABRIEL DA CACHOEIRA	75	0,0164%	114.533,28
26346 - ESCOLA AGROT. FEDERAL SENHOR DO BONFIM/BA	45	0,0098%	66.945,28
26344 - ESCOLA AGROTEC. FEDERAL DE SANTA INÊS/BA	53	0,0116%	89.181,93
26343 - ESCOLA AGROTEC. FED. ANTÔNIO JOSÉ TEIXEIRA	74	0,0162%	104.752,52
26331 - ESCOLA AGROTÉCNICA FED. DE ARAGUATINS	98	0,0210%	136.423,17
26318 - ESCOLA AGROTÉCNICA FED. DE BELO JARDIM	100	0,0218%	178.784,97
26327 - ESCOLA AGROTÉCNICA FED. DE INCONFIDENTES	127	0,0277%	197.835,13
26320 - ESCOLA AGROTÉCNICA FED. DE SÃO CRISTÓVÃO	120	0,0262%	177.849,18
26335 - ESCOLA AGROTÉCNICA FED. DE STA. TERESA	127	0,0277%	200.411,54
26321 - ESCOLA AGROTÉCNICA FED. JUSC. KUBITSCHKE	112	0,0245%	173.811,67
26305 - ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE ALEGRE	145	0,0317%	247.659,76
26333 - ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE ALEGRETE	71	0,0155%	117.934,17
26308 - ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE BAMBUI	119	0,0260%	178.341,95
26309 - ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE BARBACENA	159	0,0347%	265.233,50
26317 - ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE BARREIROS	115	0,0251%	163.554,84
26332 - ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE CACERES	98	0,0214%	154.186,66

Apêndice N.º 02 (Cont.)
Poder Executivo
Servidores Cíveis - Ativos
Órgãos – Contingente e Soma de Salários Mensais

ÓRGÃO	Conting.	%	Soma de Salários Mensais
26315 - ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE CASTANHAL	117	0,0256%	180.089,47
26302 - ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE CATU	102	0,0223%	158.332,94
26337 - ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE CERES	87	0,0190%	118.873,57
26345 - ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE CODOBÁ	50	0,0109%	70.274,46
26324 - ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE COLATINA	114	0,0249%	188.928,79
26322 - ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE CONCORDIA	75	0,0164%	122.630,57
26303 - ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE CRATO	114	0,0249%	152.647,43
26326 - ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE CUIABÁ	100	0,0218%	164.211,20
26304 - ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE IGUAÇU	124	0,0271%	188.379,94
26310 - ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE JANUÁRIA	100	0,0218%	145.766,59
26328 - ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE MACHADO	90	0,0197%	136.061,41
26301 - ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE MANAUS	102	0,0223%	174.347,15
26311 - ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE MUZAMBINHO	128	0,0280%	187.945,44
26342 - ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE RIO DO SUL	85	0,0186%	143.703,92
26312 - ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE RIO POMBA	125	0,0273%	186.935,64
26306 - ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE RIO VERDE	117	0,0256%	162.489,65
26329 - ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SALINAS	112	0,0245%	157.824,33
26307 - ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SÃO LUÍS	102	0,0223%	179.614,19
26300 - ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SATUBA	115	0,0251%	191.139,85
26323 - ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SERTÃO	99	0,0216%	143.046,40
26341 - ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SOMBRIÓ	107	0,0234%	164.744,73
26316 - ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SOUSA	112	0,0245%	158.970,41
26313 - ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE UBERABA	142	0,0310%	242.845,99
26314 - ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE UBERLÂNDIA	108	0,0238%	173.163,14
26325 - ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE URUTAI	121	0,0264%	182.998,85
26260 - ESCOLA DE FARM. E ODONTOLOGIA DE ALFENAS	243	0,0531%	497.910,91
26261 - ESCOLA FEDERAL DE ENGENHARIA DE ITAJUBA	407	0,0889%	876.629,37
26264 - ESCOLA SUP. DE AGRICULTURA DE MOSSORÓ	273	0,0596%	800.547,38
26210 - ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE MATO GROSSO	348	0,0782%	722.163,91
26211 - ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE OURO PRETO	287	0,0627%	461.998,52
26222 - ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE RORAIMA	227	0,0496%	360.422,44
26219 - ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE SANTA CATARINA	596	0,1302%	1.082.734,24
26221 - ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE SERGIPE	336	0,0734%	512.843,50
26203 - ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO AMAZONAS	404	0,0883%	703.747,66
26255 - FAC. FEDERAL DE ODONTOLOGIA DE DIAMANTINA	113	0,0247%	189.518,59
26254 - FAC. DE MEDICINA DO TRIÂNGULO MINEIRO	1.301	0,2842%	2.324.403,45

Apêndice N.º 02 (Cont.)
Poder Executivo
Servidores Civis - Ativos
Órgãos – Contingente e Soma de Salários Mensais

ÓRGÃO	Conting.	%	Soma de Salários Mensais
26253 - FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRÁRIA DO PARA	557	0,1217%	1.054.100,92
26298 - FUND. COORD. APERF. PESSOAL NÍVEL SUPERIOR	136	0,0297%	377.535,62
26285 - FUND. DE ENS. SUPERIOR DE SÃO JOÃO DEL REI	431	0,0942%	844.280,38
26284 - FUND. FAC. FED. CIENC. MED. PORTO ALEGRE	230	0,0502%	381.861,93
45205 - FUND. INST. BRASIL. GEOG. E ESTATÍSTICA	6.976	1,5240%	16.781.078,83
26268 - FUND. UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA	575	0,1256%	1.310.442,52
57201 - FUND. JORGE DUPRAT FIG. SEG. MED. TRABALHO	288	0,0629%	831.886,20
35201 - FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO	38	0,0083%	47.830,89
24205 - FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL	384	0,0839%	684.860,15
40403 - FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA	105	0,0229%	331.091,75
40408 - FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES	21	0,0048%	36.182,10
40202 - FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PÚBLICA	114	0,0249%	172.943,37
26292 - FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO	396	0,0865%	1.057.515,87
24203 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES	402	0,0878%	602.660,26
36205 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE	32.290	7,0540%	48.511.462,86
30202 - FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO	2.231	0,4874%	3.389.908,19
16100 - FUNDAÇÃO OSÓRIO	92	0,0201%	102.230,28
36201 - FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ	3.022	0,6602%	9.845.359,71
26277 - FUNDAÇÃO UNIV. FEDERAL DE OURO PRETO	1.027	0,2244%	2.042.524,05
26274 - FUNDAÇÃO UNIV. FEDERAL DE UBERLÂNDIA	4.039	0,8823%	7.780.388,29
26271 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	3.307	0,7224%	8.958.725,23
26273 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE RIO GRANDE	1.354	0,2958%	3.337.944,61
26270 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	2.177	0,4758%	3.937.293,35
26272 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO MARANHÃO	1.992	0,4352%	3.887.492,09
26278 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	1.933	0,4223%	3.708.292,99
26281 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	1.378	0,3010%	2.577.948,44
26286 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ	291	0,0636%	445.688,69
26106 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLV. DA EDUCAÇÃO	393	0,0859%	832.366,82
40803 - GOVERNO DO EX-TERRITÓRIO DE RONDÔNIA	7.310	1,5989%	11.788.020,57
40804 - GOVERNO DO EX-TERRITÓRIO DE RORAIMA	8.541	1,8658%	8.692.454,03
40802 - GOVERNO DO EX-TERRITÓRIO DO ACRE	24	0,0052%	27.847,30
40801 - GOVERNO DO EX-TERRITÓRIO DO AMAPÁ	7.637	1,6684%	10.779.255,07
99013 - HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE	1	0,0002%	9.684,58
40701 - INST. BR. MEIO AMB. REC. NAT. RENOVÁVEIS	5.139	1,1227%	9.848.127,23
30203 - INST. NAC. METROLOGIA, NORM. E QUAL. INDL.	787	0,1719%	1.902.991,77
26107 - INST. NACIONAL DE EST. E PESQ. EDUCACIONAIS	93	0,0203%	188.742,60

Apêndice N.º 02 (Cont.)
Poder Executivo
Servidores Cíveis - Ativos
Órgãos - Contingente e Soma de Salários Mensais

ÓRGÃO	Conting.	%	Soma de Salários Mensais
26105 - INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT	188	0,0411%	309.214,36
40604 - INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO	132	0,0288%	250.341,72
45206 - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA	340	0,0743%	1.477.685,94
24204 - INSTITUTO DO PATR. HIST. E ART. NACIONAL	1.207	0,2637%	1.936.015,78
30204 - INSTITUTO NAC. DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL	543	0,1186%	1.585.482,70
42201 - INSTITUTO NAC. DE COLONIZ. E REF. AGRÁRIA	5.441	1,1886%	10.985.122,10
26295 - INSTITUTO NACIONAL DE DESENV. DO DESPORTO	94	0,0205%	151.185,19
26104 - INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS	299	0,0653%	449.814,54
57202 - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL	39.587	8,6481%	89.147.831,34
13000 - MINIST. DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO	10.149	2,2171%	19.037.875,53
40103 - MINIST. DA ADM. FEDERAL E REF. DO ESTADO	1	0,0002%	151,00
23000 - MINIST. DA PREVIDÊNCIA E ASSIST. SOCIAL	891	0,1946%	1.411.598,69
28000 - MINIST. DO DESENV. INDUST. E COMER. EXTERIOR	446	0,0974%	803.718,23
40108 - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	3.393	0,7412%	10.352.973,85
40107 - MINISTÉRIO DA CULTURA	267	0,0583%	483.743,39
40105 - MINISTÉRIO DA DEFESA	776	0,1695%	859.286,27
15000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	1.140	0,2490%	1.858.741,88
17000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA	24.218	5,2906%	95.358.485,25
40112 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	88	0,0192%	70.906,84
20000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	9.393	2,0520%	22.519.682,32
25000 - MINISTÉRIO DA SAÚDE	64.228	14,0311%	98.592.896,52
41000 - MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	400	0,0874%	627.016,17
35000 - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	2.932	0,6405%	9.259.284,98
32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	358	0,0782%	550.245,05
43000 - MINISTÉRIO DO BEM ESTAR SOCIAL	1	0,0002%	2.439,76
42000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	61	0,0133%	45.696,79
29000 - MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO	40	0,0087%	34.162,11
40111 - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	312	0,0682%	638.878,71
20113 - MINISTÉRIO DO PLANEJ., ORÇAMENTO E GESTÃO	3.469	0,7578%	6.627.007,57
26000 - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO	7.226	1,5786%	30.488.750,00
49000 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	624	0,1363%	1.018.516,60
20101 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	1.896	0,4142%	5.479.633,68
25207 - SERVIÇO FED. DE PROCESSAMENTO DE DADOS	1	0,0002%	11.822,95
40601 - SUPERINT. DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE	909	0,1986%	1.589.823,88
45208 - SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS	249	0,0544%	1.115.269,77
40602 - SUPERINTENDÊNCIA DO DESENV. DA AMAZÔNIA	504	0,1101%	809.168,71
40603 - SUPERINTENDÊNCIA ZONA FRANCA DE MANAUS	292	0,0638%	543.914,32
26283 - UNIV. FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	2.574	0,5623%	5.513.406,79
26249 - UNIV. FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	1.701	0,3716%	3.498.461,01

Apêndice N.º 02 (Cont.)
Poder Executivo
Servidores Cíveis - Ativos
Órgãos – Contingente e Soma de Salários Mensais

ÓRGÃO	Conting.	%	Soma de Salários Mensais
26269 - UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO	1.486	0,3246%	2.581.662,92
26243 - UNIVERSIDADE FED. DO RIO GRANDE DO NORTE	4.919	1,0746%	8.595.795,27
26244 - UNIVERSIDADE FED. DO RIO GRANDE DO SUL	5.043	1,1017%	11.248.189,75
26232 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	5.000	1,0923%	8.790.842,70
26240 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	7.442	1,6258%	13.499.091,14
26231 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	2.189	0,4782%	4.490.442,37
26235 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	3.004	0,6562%	5.788.882,13
26237 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	1.968	0,4299%	3.878.641,98
26263 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	697	0,1523%	1.887.922,46
26276 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	2.416	0,5278%	5.297.232,75
26238 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	6.642	1,4510%	12.938.433,67
26242 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	4.877	1,0654%	8.465.282,14
26250 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	451	0,0985%	861.969,51
26246 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	4.718	1,0307%	11.080.215,54
26247 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	3.559	0,7775%	7.205.612,17
26280 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	1.306	0,2853%	3.193.789,48
26262 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	3.571	0,7801%	5.999.789,46
26282 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	3.445	0,7526%	5.358.997,74
26275 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE	869	0,1898%	1.881.848,39
26233 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	4.479	0,9785%	8.094.763,05
26234 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	3.049	0,6661%	5.547.234,35
26239 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	4.055	0,8858%	7.870.608,75
26241 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	5.163	1,1279%	9.403.778,74
26279 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ	1.988	0,4343%	3.884.024,12
26245 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	11.966	2,6141%	24.894.399,94
26236 - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	6.575	1,4384%	12.690.686,82
26248 - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	1.213	0,2650%	2.274.702,29
20102 - VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	51	0,0111%	33.750,12
TOTAL	457.756	100,00%	937.184.814,54

FONTE: SIAPE.

Apêndice N.º 03
Poder Executivo
Servidores Cíveis - Ativos
Partição da Massa por Salário-de-Contribuição Mensal

FAIXA SALARIAL MENSAL	TOTAIS		
	Conting.	%	Soma Salários
0,00 – 1.000,00	84.094	18,3709%	63.677.366,23
1.000,00 – 2.000,00	239.171	52,2486%	329.409.111,42
2.000,00 – 3.000,00	53.812	11,7556%	130.470.119,62
3.000,00 – 4.000,00	28.073	6,1327%	98.533.930,08
4.000,00 – 5.000,00	18.015	3,9355%	79.887.295,90
5.000,00 – 6.000,00	11.430	2,4970%	62.481.623,46
6.000,00 – 7.000,00	9.809	2,1428%	62.357.048,83
7.000,00 – 8.000,00	5.761	1,2585%	43.404.823,25
8.000,00 – 9.000,00	5.004	1,0932%	42.065.016,12
9.000,00 – 10.000,00	1.413	0,3087%	13.308.042,32
10.000,00 – 11.000,00	701	0,1531%	7.336.146,25
11.000,00 – 12.000,00	217	0,0474%	2.473.806,14
12.000,00 – 13.000,00	109	0,0238%	1.360.434,86
13.000,00 – 14.000,00	42	0,0092%	562.472,59
14.000,00 – 15.000,00	30	0,0066%	435.077,39
15.000,00 – 16.000,00	22	0,0048%	339.046,77
16.000,00 – 17.000,00	5	0,0011%	82.776,44
17.000,00 – 18.000,00	7	0,0015%	121.872,42
18.000,00 – 19.000,00	12	0,0026%	222.090,24
19.000,00 – 20.000,00	5	0,0011%	97.350,94
20.000,00 – 21.000,00	6	0,0013%	122.676,04
21.000,00 – 22.000,00	3	0,0007%	64.962,07
22.000,00 – 23.000,00	4	0,0009%	89.973,17
23.000,00 – 24.000,00	6	0,0013%	140.891,78
24.000,00 – 25.000,00	3	0,0007%	74.478,12
acima de 25.000,00	2	0,0004%	66.362,09
TOTAL	457.756	100,00%	937.184.814,54

FONTE: SIAPE.

Apêndice N.º 04
Poder Executivo
Servidores Cíveis - Ativos
Partição da Massa por Idade Atual

IDADE	TOTAL	
	Conting.	%
19	1	0,0002%
20	13	0,0028%
21	42	0,0092%
22	78	0,0170%
23	164	0,0358%
24	554	0,1210%
25	1.191	0,2602%
26	1.877	0,4100%
27	2.346	0,5125%
28	3.105	0,6783%
29	3.904	0,8529%
30	4.451	0,9724%
31	5.351	1,1690%
32	6.269	1,3695%
33	7.981	1,7435%
34	9.762	2,1326%
35	12.713	2,7772%
36	14.732	3,2183%
37	16.919	3,6961%
38	18.081	3,9499%
39	18.991	4,1487%
40	20.063	4,3829%
41	21.053	4,5992%
42	22.042	4,8152%
43	22.859	4,9937%
44	23.023	5,0295%
45	22.710	4,9612%

IDADE	TOTAL	
	Conting.	%
46	22.184	4,8462%
47	20.705	4,5232%
48	19.691	4,3016%
49	17.798	3,8881%
50	16.901	3,6921%
51	15.096	3,2978%
52	13.539	2,9577%
53	11.764	2,5699%
54	9.521	2,0799%
55	8.096	1,7686%
56	7.027	1,5351%
57	6.115	1,3359%
58	5.148	1,1246%
59	4.205	0,9186%
60	3.939	0,8605%
61	3.289	0,7185%
62	2.698	0,5894%
63	2.201	0,4808%
64	1.963	0,4288%
65	1.575	0,3441%
66	1.323	0,2890%
67	905	0,1977%
68	809	0,1767%
69	634	0,1385%
70	166	0,0363%
acima de 70	189	0,0413%
TOTAL	457.756	100,00%

FONTE: SIAPE.

Apêndice N.º 05
Poder Executivo
Servidores Civis - Ativos
Subdivisão da Massa por Idade de Entrada como Servidor

IDADE DE ENTRADA	TOTAIS					
	HOMEM		MULHER		AMBOS	
	Conting.	%	Conting.	%	Conting.	%
14	155	0,0606%	41	0,0203%	196	0,0428%
15	258	0,1008%	81	0,0401%	339	0,0741%
16	457	0,1786%	227	0,1125%	684	0,1494%
17	710	0,2774%	493	0,2443%	1.203	0,2628%
18	2.401	0,9382%	2.239	1,1093%	4.640	1,0136%
19	6.883	2,6895%	5.842	2,8944%	12.725	2,7799%
20	11.209	4,3799%	8.629	4,2753%	19.838	4,3337%
21	13.163	5,1434%	10.443	5,1740%	23.606	5,1569%
22	14.460	5,6502%	11.493	5,6942%	25.953	5,6696%
23	15.698	6,1339%	12.598	6,2417%	28.296	6,1815%
24	16.293	6,3664%	13.218	6,5489%	29.511	6,4469%
25	16.662	6,5106%	13.270	6,5746%	29.932	6,5389%
26	16.802	6,5653%	12.829	6,3562%	29.631	6,4731%
27	16.424	6,4176%	12.343	6,1154%	28.767	6,2844%
28	15.832	6,1863%	11.698	5,7958%	27.530	6,0141%
29	14.369	5,6146%	10.747	5,3246%	25.116	5,4868%
30	13.235	5,1715%	9.846	4,8782%	23.081	5,0422%
31	11.953	4,6706%	8.682	4,3015%	20.635	4,5079%
32	10.299	4,0243%	7.852	3,8903%	18.151	3,9852%
33	8.813	3,4437%	6.760	3,3493%	15.573	3,4020%
34	7.718	3,0158%	6.093	3,0188%	13.811	3,0171%
35	6.459	2,5238%	5.113	2,5332%	11.572	2,5280%
36	5.529	2,1604%	4.659	2,3083%	10.188	2,2256%
37	4.678	1,8279%	4.038	2,0006%	8.716	1,9041%
38	3.992	1,5599%	3.601	1,7841%	7.593	1,6587%
39	3.372	1,3176%	3.092	1,5319%	6.464	1,4121%
40	2.880	1,1175%	2.677	1,3263%	5.537	1,2086%
41	2.358	0,9214%	2.321	1,1499%	4.679	1,0222%
42	2.015	0,7874%	2.043	1,0122%	4.058	0,8865%
43	1.761	0,6881%	1.595	0,7902%	3.356	0,7331%

Apêndice N.º 05 (Cont.)
Poder Executivo
Servidores Cíveis - Ativos
Subdivisão da Massa por Idade de Entrada como Servidor

IDADE DE ENTRADA	TOTAIS					
	HOMEM		MULHER		AMBOS	
	Conting.	%	Conting.	%	Conting.	%
44	1.478	0,5775%	1.425	0,7080%	2.903	0,6342%
45	1.252	0,4892%	1.182	0,5856%	2.434	0,5317%
46	1.138	0,4447%	992	0,4915%	2.130	0,4653%
47	955	0,3732%	807	0,3998%	1.762	0,3849%
48	805	0,3146%	681	0,3374%	1.486	0,3246%
49	719	0,2809%	541	0,2680%	1.260	0,2753%
50	530	0,2071%	414	0,2051%	944	0,2062%
51	489	0,1833%	303	0,1501%	772	0,1686%
52	354	0,1383%	239	0,1184%	593	0,1295%
53	320	0,1250%	173	0,0857%	493	0,1077%
54	228	0,0891%	136	0,0674%	364	0,0795%
55	173	0,0676%	84	0,0416%	257	0,0561%
56	152	0,0594%	70	0,0347%	222	0,0485%
57	128	0,0500%	77	0,0381%	205	0,0448%
58	113	0,0442%	48	0,0236%	161	0,0352%
59	74	0,0289%	33	0,0163%	107	0,0234%
60	59	0,0231%	14	0,0069%	73	0,0159%
61	43	0,0168%	15	0,0074%	58	0,0127%
62	35	0,0137%	6	0,0030%	41	0,0089%
63	23	0,0090%	11	0,0054%	34	0,0074%
64	23	0,0090%	6	0,0030%	29	0,0063%
65	12	0,0047%	3	0,0015%	15	0,0033%
66	7	0,0027%	4	0,0020%	11	0,0024%
67	3	0,0012%	2	0,0010%	5	0,0011%
68	3	0,0012%	0	-	3	0,0007%
69	1	0,0004%	0	-	1	0,0002%
70	1	0,0004%	0	-	1	0,0002%
acima 70	4	0,0016%	7	0,0035%	11	0,0024%
TOTAL	255.920	100,00%	201.836	100,00%	457.756	100,00%

FONTE: SIAPE.

Apêndice N.º 06
Poder Executivo
Servidores Civis - Ativos
Partição da Massa por Anos de Serviço Anterior à União

TEMPO DE SERVIÇO ANTERIOR À UNIÃO	TOTAL	
	Conting.	%
0	7.062	1,54%
1	32.563	7,11%
2	49.559	10,83%
3	57.807	12,63%
4	59.563	13,01%
5	56.297	12,30%
6	48.197	10,53%
7	38.786	8,47%
8	29.384	6,42%
9	21.760	4,75%
10	16.309	3,56%
11	12.001	2,62%
12	8.737	1,91%
13	6.259	1,37%
14	4.584	1,00%
15	3.248	0,71%
16	5.660	1,24%
TOTAL	457.756	100,00%

FONTE: Estimativas da PROBUS.

Apêndice N.º 07
Poder Executivo
Servidores Cíveis - Ativos
Fracionamento da Massa por Anos de Serviço Público

TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO	TOTAL	
	Conting.	%
0	1.941	0,4240%
1	3.037	0,6635%
2	8.297	1,8125%
3	7.895	1,7247%
4	9.745	2,1289%
5	21.511	4,6992%
6	17.303	3,7800%
7	9.263	2,0236%
8	5.860	1,2802%
9	4.376	0,9560%
10	6.704	1,4645%
11	5.598	1,2229%
12	14.780	3,2288%
13	23.275	5,0848%
14	16.706	3,6495%
15	33.897	7,4050%
16	32.725	7,1490%
17	28.712	6,2723%
18	37.584	8,2105%
19	26.661	5,8243%
20	28.523	6,2310%
21	24.639	5,3826%

TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO	TOTAL	
	Conting.	%
22	18.469	4,0347%
23	16.340	3,5698%
24	12.987	2,8371%
25	13.229	2,8900%
26	6.961	1,5207%
27	5.492	1,1998%
28	3.980	0,8695%
29	2.317	0,5062%
30	1.780	0,3889%
31	1.003	0,2191%
32	1.546	0,3377%
33	1.031	0,2252%
34	758	0,1656%
35	454	0,0992%
36	300	0,0655%
37	299	0,0653%
38	690	0,1507%
39	260	0,0568%
40	233	0,0509%
acima de 40	595	0,1300%
TOTAL	457.756	100,00%

FONTE: SLAPE.

Apêndice N.º 08
Poder Executivo
Servidores Cíveis - Ativos
Fracionamento da Massa por Anos para a Aposentadoria

TEMPO FALTANTE	ATIVOS					
	HOMEM		MULHER		AMBOS	
	Conting.	%	Conting.	%	Conting.	%
1	8.993	3,51%	11.784	5,84%	20.777	4,54%
2	2.366	0,92%	3.622	1,79%	5.988	1,31%
3	2.912	1,14%	5.006	2,48%	7.918	1,73%
4	3.454	1,35%	7.018	3,48%	10.472	2,29%
5	4.933	1,93%	9.074	4,50%	14.007	3,06%
6	4.127	1,61%	5.986	2,97%	10.113	2,21%
7	7.013	2,74%	10.754	5,33%	17.767	3,88%
8	8.669	3,39%	12.682	6,28%	21.351	4,66%
9	10.017	3,91%	13.535	6,71%	23.552	5,15%
10	11.907	4,65%	14.100	6,99%	26.007	5,68%
11	12.301	4,81%	14.042	6,96%	26.343	5,75%
12	8.277	3,23%	6.575	3,26%	14.852	3,24%
13	13.293	5,19%	12.540	6,21%	25.833	5,64%
14	14.383	5,62%	11.502	5,70%	25.885	5,65%
15	14.884	5,82%	9.921	4,92%	24.805	5,42%
16	14.026	5,48%	8.779	4,35%	22.805	4,98%
17	13.640	5,33%	6.760	3,35%	20.400	4,46%
18	7.482	2,92%	3.283	1,63%	10.765	2,35%
19	12.044	4,71%	6.247	3,10%	18.291	4,00%
20	11.290	4,41%	6.707	3,32%	17.997	3,93%
21	9.991	3,90%	5.289	2,62%	15.280	3,34%
22	9.011	3,52%	3.648	1,81%	12.659	2,77%
23	7.725	3,02%	3.099	1,54%	10.824	2,36%

Apêndice N.º 08 (Cont.)
Poder Executivo
Servidores Cíveis - Ativos
Fracionamento da Massa por Anos para a Aposentadoria

TEMPO FALTANTE	ATIVOS					
	HOMEM		MULHER		AMBOS	
	Conting.	%	Conting.	%	Conting.	%
24	5.625	2,20%	2.348	1,16%	7.973	1,74%
25	8.105	3,17%	1.889	0,94%	9.994	2,18%
26	7.029	2,75%	1.694	0,84%	8.723	1,91%
27	4.925	1,92%	1.433	0,71%	6.358	1,39%
28	4.202	1,64%	1.358	0,67%	5.560	1,21%
29	3.548	1,39%	773	0,38%	4.321	0,94%
30	2.513	0,98%	183	0,09%	2.696	0,59%
31	2.153	0,84%	126	0,06%	2.279	0,50%
32	1.714	0,67%	46	0,02%	1.760	0,38%
33	1.293	0,51%	27	0,01%	1.320	0,29%
34	1.106	0,43%	6	0,00	1.112	0,24%
35	575	0,22%	0	-	575	0,13%
36	199	0,08%	0	-	199	0,04%
37	101	0,04%	0	-	101	0,02%
38	56	0,02%	0	-	56	0,01%
39	29	0,01%	0	-	29	0,01%
40	9	0,00%	0	-	9	0,00%
TOTAL	255.920	100,00%	201.836	100,00%	457.756	100,00%

FONTE: Estimativas da PROBUS.

Apêndice N.º 09
Poder Executivo
Servidores Cíveis - Ativos
Fracionamento da Massa por Idades Projetadas de Aposentadoria

IDADE	HOMEM		MULHER		AMBOS	
	Conting.	%	Conting.	%	Conting.	%
48	0	-	542	0,2685%	542	0,1184%
49	0	-	1.463	0,7248%	1463	0,3196%
50	0	-	4.388	2,1740%	4388	0,9588%
51	0	-	9.845	4,8777%	9845	2,1507%
52	0	-	15.322	7,5913%	15322	3,3472%
53	637	0,2489%	17.262	8,5525%	17.899	3,9102%
54	959	0,3747%	17.851	8,8443%	18.810	4,1092%
55	2.890	1,1293%	58.391	28,9299%	61.281	13,3873%
56	6.802	2,6579%	9.924	4,9169%	16.726	3,6539%
57	12.743	4,9793%	16.339	8,0952%	29.082	6,3532%
58	19.590	7,6547%	6.934	3,4355%	26.524	5,7944%
59	21.206	8,2862%	6.219	3,0812%	27.425	5,9912%
60	94.944	37,0991%	30.416	15,0697%	125.360	27,3858%
61	13.406	5,2384%	1.532	0,7590%	14.938	3,2833%
62	22.315	8,7195%	1.284	0,6362%	23.599	5,1554%
63	9.097	3,5546%	961	0,4761%	10.058	2,1972%
64	7.967	3,1131%	742	0,3676%	8.709	1,9025%
65	39.515	15,4404%	669	0,3315%	40.184	8,7785%
66	1.056	0,4126%	519	0,2571%	1.575	0,3441%
67	906	0,3540%	417	0,2066%	1.323	0,2890%
68	596	0,2329%	309	0,1531%	905	0,1977%
69	577	0,2255%	232	0,1149%	809	0,1767%
70	457	0,1786%	177	0,0877%	634	0,1385%
acima de 70	257	0,1004%	96	0,0488%	355	0,0776%
TOTAL	255.920	100,00%	201.836	100,00%	457.756	100,00%

FONTE: Projeções da PROBUS.

ESTATÍSTICAS DOS ATUAIS SERVIDORES INATIVOS E GRUPOS PENSIONISTAS

Apêndice N.º 10
Poder Executivo
Servidores Civis - Inativos
Partição da Massa por Proventos Mensais

FAIXA DE PROVENTO MENSAL	TOTAL		
	Conting.	%	Soma Benefícios
0,00 — 1.000,00	113.766	30,2215%	82.603.645,93
1.000,00 — 2.000,00	175.191	46,5388%	234.728.812,84
2.000,00 — 3.000,00	27.480	7,2999%	67.733.708,17
3.000,00 — 4.000,00	21.009	5,5810%	72.258.297,09
4.000,00 — 5.000,00	8.051	2,1387%	35.850.300,74
5.000,00 — 6.000,00	6.698	1,7793%	36.794.581,27
6.000,00 — 7.000,00	5.462	1,4510%	35.269.018,86
7.000,00 — 8.000,00	6.553	1,7408%	48.852.019,86
8.000,00 — 9.000,00	3.837	1,0193%	32.553.389,75
9.000,00 — 10.000,00	3.548	0,9425%	33.666.302,74
10.000,00 — 11.000,00	2.897	0,7696%	30.273.525,08
11.000,00 — 12.000,00	933	0,2478%	10.593.820,56
12.000,00 — 13.000,00	358	0,0951%	4.459.944,07
13.000,00 — 14.000,00	351	0,0932%	4.754.166,58
14.000,00 — 15.000,00	132	0,0351%	1.904.309,67
15.000,00 — 16.000,00	69	0,0183%	1.067.249,22
16.000,00 — 17.000,00	47	0,0125%	777.746,29
17.000,00 — 18.000,00	20	0,0053%	347.748,06
18.000,00 — 19.000,00	9	0,0024%	166.045,11
19.000,00 — 20.000,00	11	0,0029%	213.249,28
20.000,00 — 21.000,00	8	0,0021%	164.310,44
21.000,00 — 22.000,00	2	0,0005%	42.322,28
22.000,00 — 23.000,00	1	0,0003%	22.230,82
23.000,00 — 24.000,00	1	0,0003%	23.430,18
24.000,00 — 25.000,00	2	0,0005%	49.270,19
25.000,00 — 26.000,00	1	0,0003%	25.016,57
acima de 26.000	4	0,0011%	144.656,38
TOTAL	376.441	100,00%	735.338.918,01

FONTE: SLAPE.

Apêndice N.º 11
Poder Executivo
Servidores Civis - Inativos
Partição da Massa por Idade Atual

IDADE	TOTAL		IDADE	TOTAL	
	Conting.	%		Conting.	%
24	1	0,0003%	63	12.794	3,3987%
25	2	0,0005%	64	13.459	3,5753%
26	2	0,0005%	65	13.291	3,5307%
27	2	0,0005%	66	12.946	3,4391%
28	3	0,0008%	67	12.718	3,3785%
29	4	0,0011%	68	12.770	3,3923%
30	8	0,0021%	69	11.949	3,1742%
31	11	0,0029%	70	12.816	3,4045%
32	17	0,0045%	71	12.030	3,1957%
33	30	0,0080%	72	11.247	2,9877%
34	43	0,0114%	73	10.757	2,8576%
35	93	0,0247%	74	9.822	2,6092%
36	110	0,0292%	75	9.123	2,4235%
37	141	0,0375%	76	8.350	2,2181%
38	206	0,0547%	77	7.500	1,9923%
39	228	0,0606%	78	6.828	1,8133%
40	307	0,0816%	79	5.757	1,5293%
41	399	0,1060%	80	5.205	1,3827%
42	541	0,1437%	81	4.469	1,1872%
43	947	0,2516%	82	4.257	1,1309%
44	1.448	0,3847%	83	3.588	0,9531%
45	2.087	0,5544%	84	3.180	0,8448%
46	2.854	0,7582%	85	2.732	0,7257%
47	3.598	0,9558%	86	2.376	0,6312%
48	4.374	1,1619%	87	1.883	0,5002%
49	5.115	1,3588%	88	1.618	0,4298%
50	6.337	1,6834%	89	1.268	0,3368%
51	7.472	1,9849%	90	904	0,2401%
52	8.313	2,2083%	91	639	0,1697%
53	9.028	2,3983%	92	483	0,1283%
54	9.445	2,5090%	93	397	0,1055%
55	10.175	2,7029%	94	269	0,0715%
56	10.507	2,7911%	95	179	0,0476%
57	11.159	2,9843%	96	171	0,0454%
58	11.739	3,1184%	97	106	0,0282%
59	11.589	3,0786%	98	66	0,0175%
60	12.650	3,3604%	99	155	0,0412%
61	13.297	3,5323%	100 ou mais	696	0,1849%
62	13.363	3,5498%	TOTAL	376.441	100,00%

FONTE: SIAPE.

Apêndice N.º 12
Poder Executivo
Servidores Cíveis - Inativos
Partição da Massa por Tipo de Benefício

TIPO DE BENEFÍCIO	Conting.	%	Soma de Benefícios
5000 - APOSENTADORIA NORMAL	21	0,0056%	40.862,25
5001 - APOSENTADORIA P/INVALIDEZ COM PROVENTOS INTEGRAIS	7.395	1,9645%	8.207.701,25
5002 - APOSENTADORIA INVALIDEZ C/PROVENTOS PROPORCIONAIS	2.292	0,8089%	2.172.309,64
5003 - APOSENTADORIA COMPULSÓRIA C/PROVENTOS INTEGRAIS	1.155	0,3068%	2.964.465,72
5004 - APOSENTADORIA COMPULSÓRIA COM PROV. PROPORCIONAIS	1.968	0,5228%	1.826.588,72
5005 - APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA COM PROVENTOS INTEGRAIS	70.395	18,7001%	137.515.822,48
5006 - APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA C/PROVENTOS PROPORCIONAIS	21.511	5,7143%	26.537.540,75
5007 - APOS. VOLUNT. C/PROV. INTEGRAIS E VANT. LEI 6732/79	3.834	1,0185%	13.858.052,34
5008 - AP. VOL. C/PROV. INT. VANT. ART. 180, ITEM I LEI 1711/52	1.050	0,2789%	2.702.008,73
5009 - AP. VOL. C/PROV. INT. VANT. ART.180 ITEM II LEI 1711/52	782	0,2077%	2.198.434,91
5010 - AP. VOL. C/PROV. INT. VANT. ART.184 ITEM I LEI 1711/52	14.544	3,8636%	24.044.456,32
5011 - APOS. VOL. C/PROV. INTEG. E VANT. ART.184 ITEM II L 1711	39.304	10,4409%	99.891.172,17
5012 - AP. VOL. C/PROV. INT. VANT. ART.184 ITEM III LEI 1711/52	875	0,2324%	2.834.499,23
5013 - DECISÃO JUDICIAL	144	0,0383%	207.189,32
5014 - DOENÇA ESPEC. EM LEI(ART.104 LEI-1711/52 E 1050/50)	5.980	1,5888%	11.918.205,20
5100 - AP. P/INVALIDEZ C/ PROV. INTEGRAIS (ART. 186,I)	19.280	5,1217%	41.909.061,37
5101 - APOSENT. P/INVALIDEZ C/PROV. PROPORC. (ART. 186,I)	3.632	0,9648%	3.278.124,82
5102 - APOSENT. COMPULSÓRIA C/PROV. PROP. (ART. 186,II)	3.148	0,8363%	3.741.255,30
5103 - AP. VOL. C/PROV. INTEG. (ITEM A, INC. III, ART.186)	33.401	8,8728%	70.611.871,22
5104 - AP. VOL. C/PROV. INT. (ITEM B, INC. III, ART. 186)	5.833	1,5495%	18.434.736,29
5105 - AP. VOL. C/PROV. PROPOR.(ITEM C, INC. III, ART.186)	73.468	19,5165%	116.012.242,47
5106 - AP. VOL. C/PROV. PROPOR.(ITEM D, INC. III, ART.186)	4.534	1,2044%	5.363.526,00
5107 - AP. VOL. C/VANT. ART.192, INC. I, LEI 8112/90	23.291	6,1872%	49.986.318,85
5108 - AP. VOL. C/VANT. ART.192, INC. II, LEI 8112/90	32.022	8,5065%	65.010.504,36
5109 - APOSENTADORIA C/ VANTAGENS ART. 193 LEI 8112/90	3.540	0,9404%	12.909.922,41
5200 - APS. INV. ART. 186 I PROV. PROP COMB. ART. 193 8112/90	1	0,0003%	4.293,03
5201 - APS. INV. ART. 186 I PROV. INT. COMB. ART. 193 8112/90	13	0,0035%	24.995,52
5202 - APS. INV. COM PROV. INT. 186 I CC ART. 192 I L 8112	69	0,0183%	277.157,26
5203 - APS. INV. ART. 186 I PROV. INT. COMB. ART. 192 II L 8112	5	0,0013%	12.070,42
5204 - APOS. POR INVALIDEZ PERM. PROV. INT.COMB.A.193 L8112	11	0,0029%	31.850,33
5205 - APOSENTADORIA COMPULSÓRIA II PROV. INTEG. L 8112	113	0,0300%	354.374,64
5206 - AP. COMP. ART. 186 II CC ART. 250 LEI 8112/90	63	0,0167%	399.434,18
5208 - AP VOL. PROV. PROP. ART. 186 III C CC ART. 193 8112/90	67	0,0178%	146.495,69
5209 - AP VOL. PROV. PROP. ART. 186 III D CC ART. 193 8112/90	8	0,0021%	9.182,46
5210 - APOS. COMP. ART. 186 II CC 192 I L 8112/90	22	0,0058%	56.943,19

Apêndice N.º 12 (Cont.)
Poder Executivo
Servidores Civis - Inativos
Partição da Massa por Tipo de Benefício

TIPO DE BENEFÍCIO	Conting.	%	Soma de Benefícios
5211 - APOS. COMP. 186 II CC 192 II LEI 8112/90	38	0,0101%	114.344,54
5212 - APOS. COM PROV. INTEGRAIS 186 II CC 193 LEI 8112/90	6	0,0016%	17.902,73
5214 - APOS. COMP. COM PROV. PROPORC. ART. 186 II LEI 8112/90	44	0,0117%	52.493,39
5215 - L.8112,ART.186,INC.I CCART.2 L8911/94(INV. PROP)	1	0,0003%	425,48
5216 - L.8112,ART.186,INC.I CC ART. 2E3 L8911/94(INV. PROP)	2	0,0005%	7.939,66
5217 - L.8112,ART.186,INC.I CC ART.3,L8911/94(INV. PROP)	13	0,0035%	31.372,17
5218 - L.8112,ART.186,INC.I CCART.8,L8911/94(INV. PROP)	3	0,0008%	8.133,25
5219 - L.8112,ART.186,INC.I §1} CC ART.2,L.8911(INV. INTEG)	13	0,0035%	28.359,45
5220 - L.8112,ART.186,INC.I §1}CC,ART.2E3,L8911(INV. INTEG)	76	0,0202%	313.977,92
5221 - L.8112,,ART.186,INC.I §1},CC,ART3,L8911(INV. INTEG)	67	0,0178%	272.202,11
5222 - L.8112,ART.186,INC.I §1}CC,ART.8},L8911(INV. INTEGR)	9	0,0024%	37.726,73
5223 - L.8112,ART.186,INC.II CC,ART.2},L8911(COMPUL. PROP)	2	0,0005%	7.401,21
5224 - L.8112,ART.186,INC.II CC ART.2E3,L8911(COMP. PROP)	9	0,0024%	31.029,01
5225 - L.8112,ART.186,INC.II CC,ART3},L8911(COMPUL. PROP)	12	0,0032%	21.276,06
5227 - L.8112,ART.186,INC.III,ALI"A"CC AR2}L8911,PRO.INTEG	52	0,0138%	151.232,09
5228 - L.8112,ART.186,INC.III,ALI"A"CC ART.2E3L8911,PRO.INT	456	0,1211%	2.774.332,30
5229 - L.8112,ART.186,INC.III,ALI"A"CC ART3,L8911(PRO. INTE)	406	0,1079%	1.576.837,70
5230 - L.8112,ART.186,INC.III,ALI"A"CC ART8,L8911(PRO. INTEG)	70	0,0186%	281.166,89
5231 - L.8112,ART.186,INC.III,ALI"C"CC ART2L8911(PROV. PROP)	39	0,0104%	129.240,15
5232 - L.8112,ART.186,INC.III,ALI"C"CC ART2E3L8911(PROV. PROP)	163	0,0433%	814.788,05
5233 - L.8112,ART.186,INC.III,ALI"C"CC ART3}L8911(PROV. PROP)	420	0,1116%	1.371.179,53
5234 - L.8112,ART.186,INC.III,ALI"C"CC ART8}L8911(PROV. PROP)	160	0,0425%	530.172,99
5235 - L.8112,ART.186,INC.III,ALI"D"CC 2}L8911(PROV. PROP)	9	0,0024%	31.953,17
5236 - L8112,ART.186,INC.III,ALI"D"CC ART2E3L8911(PROV. PROP)	3	0,0008%	7.449,90
5237 - L8112,ART.186,INC.III,ALI"D"CC ART3}L8911(PROV. PROP)	6	0,0016%	11.794,17
5238 - PROP.L.8112-ART.186,III,D C/ART.8 L.8.911	3	0,0008%	7.932,03
5239 - EX-COMBATENTE,ART.195,LEI8112,CC O ART53ADCT/CF88	21	0,0056%	61.414,78
5250 - ART.186,ITIII,LTB,LEI8112,VT ART62 COM AT2E3 L8911	82	0,0218%	391.401,39
11001 - APOS. P/INV. PERM. C/PROV INT-EC/20/98, ART40,INC I §1}	107	0,0284%	161.888,09
11002 - APOS. P/INV. PER C/PROV PROP-EC/20/98, ART40 INC I §1}	62	0,0165%	51.589,57
11003 - AP. COMP. 70A C/PROV. PROP. TEM. CONT. EC/20/98 A40 § 1}	41	0,0109%	61.052,34
11004 - APOS. VONL. EC 20/98 ART. 40 § 1} INCISO III	40	0,0106%	71.781,96
11005 - APOS. C/PROV PROP., EC 20/98, ART40 §1} INC III AL B	69	0,0183%	71.467,57
11006 - APOS. VOL. C/PROV INT. MAG. EC 20/98 ART 40 §5}	15	0,0040%	31.085,94
12001 - APOSENTADORIA NORMAL	43	0,0114%	71.015,04
12002 - APOSENTADORIA NORMAL	85	0,0226%	111.926,74
12003 - APOSENTADORIA NORMAL	23	0,0061%	71.963,06
TOTAL	376.441	100,00%	735.331.918,01

FONTE: SIAPE.

Apêndice N.º 13
Poder Executivo
Servidores Cíveis – Grupos Pensionistas
Partição da Massa por Benefícios Mensais

FAIXA DE BENEFÍCIO MENSAL	TOTAL		
	Conting.	%	Soma Benefícios
0,00 – 1.000,00	110.581	53,7942%	75.778.035,99
1.000,00 – 2.000,00	67.634	32,9018%	85.433.235,25
2.000,00 – 3.000,00	5.727	2,7860%	14.046.248,98
3.000,00 – 4.000,00	3.879	1,8870%	13.295.733,59
4.000,00 – 5.000,00	3.823	1,8598%	17.611.305,49
5.000,00 – 6.000,00	3.750	1,8243%	20.910.757,75
6.000,00 – 7.000,00	3.769	1,8335%	23.971.264,59
7.000,00 – 8.000,00	2.560	1,2454%	19.039.453,80
8.000,00 – 9.000,00	1.848	0,8990%	15.744.923,40
9.000,00 – 10.000,00	1.044	0,5079%	9.869.008,55
10.000,00 – 11.000,00	487	0,2369%	5.093.559,98
11.000,00 – 12.000,00	161	0,0783%	1.825.400,06
12.000,00 – 13.000,00	86	0,0418%	1.071.158,20
13.000,00 – 14.000,00	37	0,0180%	494.728,24
14.000,00 – 15.000,00	31	0,0151%	449.918,49
15.000,00 – 16.000,00	16	0,0078%	247.571,64
16.000,00 – 17.000,00	14	0,0068%	230.238,84
17.000,00 – 18.000,00	12	0,0058%	209.284,64
18.000,00 – 19.000,00	26	0,0126%	481.196,44
19.000,00 – 20.000,00	20	0,0097%	391.991,94
20.000,00 – 21.000,00	15	0,0073%	306.226,00
21.000,00 – 22.000,00	4	0,0019%	86.932,62
22.000,00 – 23.000,00	7	0,0034%	156.457,33
23.000,00 – 24.000,00	5	0,0024%	117.013,29
24.000,00 – 25.000,00	3	0,0015%	72.775,27
25.000,00 – 26.000,00	5	0,0024%	127.200,88
26.000,00 – 27.000,00	2	0,0010%	52.409,52
acima de 27.000,00	17	0,0083%	711.997,91
TOTAL	205.563	100,00%	307.826.028,68

FONTE: SLAPE.

Apêndice N.º 14
Poder Executivo
Servidores Civis - Grupos Pensionistas
Partição da Massa por Idade Atual

IDADE	TOTAL		IDADE	TOTAL	
	Conting.	%		Conting.	%
0	9	0,0044%	56	2.992	1,4555%
1	18	0,0088%	57	3.202	1,5577%
2	32	0,0156%	58	3.049	1,4832%
3	50	0,0243%	59	3.393	1,6506%
4	88	0,0428%	60	3.579	1,7411%
5	97	0,0472%	61	3.939	1,9162%
6	133	0,0647%	62	3.802	1,8496%
7	171	0,0832%	63	4.072	1,9809%
8	204	0,0992%	64	4.185	2,0359%
9	230	0,1119%	65	4.209	2,0475%
10	271	0,1318%	66	4.112	2,0004%
11	260	0,1265%	67	4.515	2,1964%
12	276	0,1343%	68	4.464	2,1716%
13	298	0,1440%	69	4.967	2,4260%
14	285	0,1386%	70	4.983	2,4241%
15	282	0,1372%	71	4.986	2,4265%
16	465	0,2262%	72	5.107	2,4844%
17	555	0,2700%	73	4.906	2,3876%
18	686	0,3337%	74	4.996	2,4304%
19	780	0,3897%	75	4.766	2,3292%
20	183	0,0890%	76	4.460	2,1697%
21	202	0,0983%	77	4.332	2,1074%
22	631	0,3070%	78	3.933	1,9133%
23	644	0,3133%	79	3.624	1,8603%
24	754	0,3668%	80	3.437	1,6720%
25	845	0,4111%	81	3.480	1,6929%
26	949	0,4617%	82	3.202	1,5577%
27	1.076	0,5234%	83	2.862	1,3923%
28	1.151	0,5599%	84	2.564	1,2473%
29	1.268	0,6168%	85	2.291	1,1145%
30	1.377	0,6699%	86	2.157	1,0493%

Apêndice N.º 14 (Cont.)
Poder Executivo
Servidores Cíveis - Grupos Pensionistas
Partição da Massa por Idade Atual

IDADE	TOTAL	
	Conting.	%
31	1.532	0,7453%
32	1.646	0,8007%
33	1.834	0,8922%
34	2.117	1,0299%
35	2.223	1,0814%
36	2.299	1,1184%
37	2.417	1,1758%
38	2.383	1,1593%
39	2.472	1,2026%
40	2.374	1,1549%
41	2.471	1,2021%
42	2.588	1,2590%
43	2.597	1,2634%
44	2.578	1,2541%
45	2.708	1,3174%
46	2.575	1,2527%
47	2.732	1,3290%
48	2.662	1,2950%
49	2.777	1,3509%
50	2.689	1,3081%
51	2.689	1,3057%
52	2.893	1,4074%
53	2.785	1,3548%
54	2.890	1,4059%
55	2.928	1,4244%

IDADE	TOTAL	
	Conting.	%
87	1.753	0,8528%
88	1.429	0,6952%
89	1.281	0,6134%
90	974	0,4738%
91	724	0,3522%
92	628	0,3055%
93	474	0,2306%
94	360	0,1751%
95	286	0,1391%
96	164	0,0798%
97	133	0,0647%
98	87	0,0423%
99	78	0,0379%
100	43	0,0209%
101	20	0,0097%
102	14	0,0068%
103	12	0,0058%
104	3	0,0015%
105	6	0,0029%
106	9	0,0044%
107	1	0,0005%
108	3	0,0015%
110	2	0,0010%
TOTAL	205.563	100,00%

FONTE: SLAPE.

Apêndice N.º 15
Poder Executivo
Servidores Cíveis - Grupos Pensionistas
Partição da Massa por Tipo de Benefício

TIPO DE BENEFÍCIO	Conting.	%	Soma Benefícios
1000 - LEI 3373/58	48.817	23,7480%	50.650.029,98
2000 - LEI 3373/58 COMBINADA COM LEI 3738/60	2.390	1,1627%	3.991.464,63
3000 - LEI 3373/58 COMBINADA COM 6782/80	60.081	29,2275%	96.909.403,64
4000 - LEI 3373/58 COMBINADA COM ART. 242 DA LEI 1711/52	1.493	0,7263%	1.855.160,11
5000 - MONTEPIO CIVIL	1.655	0,8051%	2.783.767,01
6000 - MONTEPIO CIVIL COMBINADA COM LEI 3738/60	30	0,0146%	126.187,42
7000 - MONTEPIO CIVIL COMBINADA COM LEI 6782/80	973	0,4733%	2.556.161,07
8000 - MONTEPIO CIVIL COMBINADA COM ART. 242 LEI 1711/52	94	0,0457%	197.346,32
9000 - LEI 6782/80	9.738	4,7372%	13.047.719,81
11000 - PROVISÓRIA ART. 221 DA LEI 8112/90	50	0,0243%	79.632,15
13000 - LEI 8112/90	80.000	38,9175%	134.941.187,17
19000 - LEI 8112/90 COMBINADA COM LEI 3738/60	5	0,0024%	49.645,09
20000 - LEI 3373/58 COMBINADA COM 6782/80 PARECER TCU	55	0,0268%	262.183,05
21000 - MONTEPIO CIVIL COM LEI 6782/80 PARECER TCU	6	0,0029%	17.704,28
22000 - PENSÃO DA LEI NR 6683/79 - LEI DA ANISTIA	21	0,0102%	32.073,98
29000 - 8112/90 - DECISÃO JUDICIAL	89	0,0433%	183.194,28
30000 - 3.373/58 - DECISÃO JUDICIAL	61	0,0297%	132.330,59
33000 - PENSÃO CLT DECISÃO JUDICIAL INSS MS 93.0003962-8	5	0,0024%	10.838,11
TOTAL	205.563	100,00%	307.826.028,68

FONTE: SIAPE.

OUTROS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL

Apêndice N.º 16
Governo Federal - Poder Executivo - Civil
Atuais Ativos - com Gerações Futuras
Contingentes de Servidores e Beneficiários
Carreiras Típicas de Estado

ANO	SERVIDORES ATIVOS	BENEFICIÁRIOS					TOTAL
		APOSENTADORIA PROGRAMADA	APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	PENSÃO DO ATIVO	PENSÃO DO APOSENTADO PROGRAMADO	PENSÃO DO APOSENTADO INVÁLIDO	
2000	30.727	-	-	-	-	-	-
2001	31.037	1.581	152	128	-	-	1.859
2002	31.344	1.889	274	238	28	10	2.438
2003	31.654	2.319	394	356	81	28	3.157
2004	31.973	2.809	512	478	100	53	3.953
2005	32.285	3.381	629	608	148	86	4.851
2006	32.612	3.987	743	738	208	126	5.410
2007	32.939	4.251	857	878	270	173	6.430
2008	33.270	4.815	870	1.020	347	227	7.478
2009	33.607	5.710	1.080	1.184	436	287	8.678
2010	33.780	6.602	1.188	1.308	540	354	9.990
2011	33.953	7.387	1.288	1.451	682	427	11.214
2012	34.120	7.802	1.383	1.594	801	505	12.084
2013	34.291	8.645	1.478	1.738	953	588	13.401
2014	34.463	8.521	1.568	1.880	1.123	676	14.768
2015	34.638	10.384	1.651	2.018	1.314	769	16.115
2016	34.810	11.236	1.728	2.151	1.524	865	17.507
2017	34.981	11.814	1.788	2.280	1.758	965	18.712
2018	35.157	12.258	1.862	2.404	2.006	1.068	19.596
2019	35.333	12.780	1.924	2.528	2.271	1.173	20.876
2020	35.330	13.269	1.981	2.649	2.552	1.280	21.732
2021	35.330	13.758	2.034	2.787	2.848	1.369	22.796
2022	35.330	14.217	2.081	2.880	3.159	1.499	23.836
2023	35.330	14.627	2.124	2.990	3.483	1.610	24.834
2024	35.330	14.980	2.162	3.085	3.820	1.720	25.778
2025	35.330	15.457	2.196	3.188	4.165	1.830	26.844
2026	35.330	15.744	2.224	3.281	4.521	1.940	27.720
2027	35.330	15.895	2.260	3.383	4.881	2.047	28.527
2028	35.330	16.128	2.273	3.472	5.244	2.153	29.270
2029	35.330	16.334	2.285	3.557	5.605	2.256	30.048
2030	35.330	16.435	2.315	3.638	5.984	2.357	30.709
2031	35.330	16.521	2.333	3.716	6.318	2.454	31.440
2032	35.330	16.661	2.349	3.780	6.680	2.547	32.008
2033	35.330	16.798	2.364	3.860	6.980	2.638	32.648
2034	35.330	16.820	2.377	3.926	7.308	2.721	33.150

PROBUS Suporte Empresarial S/C Ltda.

Apêndice N.º 16
Governo Federal - Poder Executivo - Civil
Atuais Ativos - com Gerações Futuras
Contingentes de Servidores e Beneficiários
Carreiras Típicas de Estado

Posição: Nov /2000

ANO	SERVIDORES ATIVOS	BENEFICIÁRIOS					TOTAL
		APOSENTADORIA PROGRAMADA	APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	PENSÃO DO ATIVO	PENSÃO DO APOSENTADO PROGRAMADO	PENSÃO DO APOSENTADO INVÁLIDO	
2035	35.330	16.916	2.390	3.988	7.802	2.800	33.697
2036	35.330	16.853	2.401	4.047	7.877	2.875	34.053
2037	35.330	16.868	2.413	4.103	8.127	2.945	34.553
2038	35.330	16.928	2.424	4.154	8.350	3.010	34.866
2039	35.330	16.988	2.435	4.203	8.544	3.070	35.248
2040	35.330	16.983	2.445	4.248	8.708	3.124	35.510
2041	35.330	17.048	2.456	4.289	8.843	3.174	35.809
2042	35.330	17.024	2.468	4.327	8.947	3.220	35.984
2043	35.330	17.044	2.478	4.383	9.022	3.262	36.187
2044	35.330	17.026	2.488	4.398	9.089	3.300	36.276
2045	35.330	17.135	2.496	4.427	9.081	3.334	36.483
2046	35.330	17.128	2.504	4.454	9.092	3.368	36.544
2047	35.330	17.285	2.513	4.479	9.075	3.395	36.726
2048	35.330	17.282	2.520	4.501	9.044	3.422	36.769
2049	35.330	17.395	2.528	4.522	9.004	3.447	36.893
2050	35.330	17.469	2.531	4.539	8.959	3.470	36.8
2051	35.330	17.595	2.535	4.555	8.914	3.482	37.090
2052	35.330	17.657	2.537	4.568	8.871	3.512	37.145
2053	35.330	17.814	2.539	4.578	8.834	3.532	37.297
2054	35.330	17.848	2.538	4.588	8.806	3.550	37.328
2055	35.330	17.928	2.537	4.595	8.787	3.567	37.414
2056	35.330	17.969	2.535	4.601	8.779	3.583	37.487
2057	35.330	18.038	2.533	4.608	8.782	3.598	37.554
2058	35.330	18.027	2.529	4.609	8.786	3.611	37.572
2059	35.330	18.053	2.525	4.611	8.818	3.624	37.631
2060	35.330	18.033	2.521	4.612	8.849	3.635	37.651
2061	35.330	18.032	2.517	4.613	8.887	3.645	37.694
2062	35.330	18.005	2.513	4.612	8.929	3.654	37.714
2063	35.330	17.984	2.509	4.612	8.975	3.661	37.740
2064	35.330	17.915	2.504	4.610	9.023	3.687	37.720
2065	35.330	17.932	2.500	4.608	9.071	3.672	37.784
2066	35.330	17.838	2.486	4.608	9.119	3.675	37.734
2067	35.330	17.804	2.493	4.604	9.165	3.678	37.743
2068	35.330	17.710	2.489	4.601	9.207	3.679	37.687

ANEXO: FEDERAL

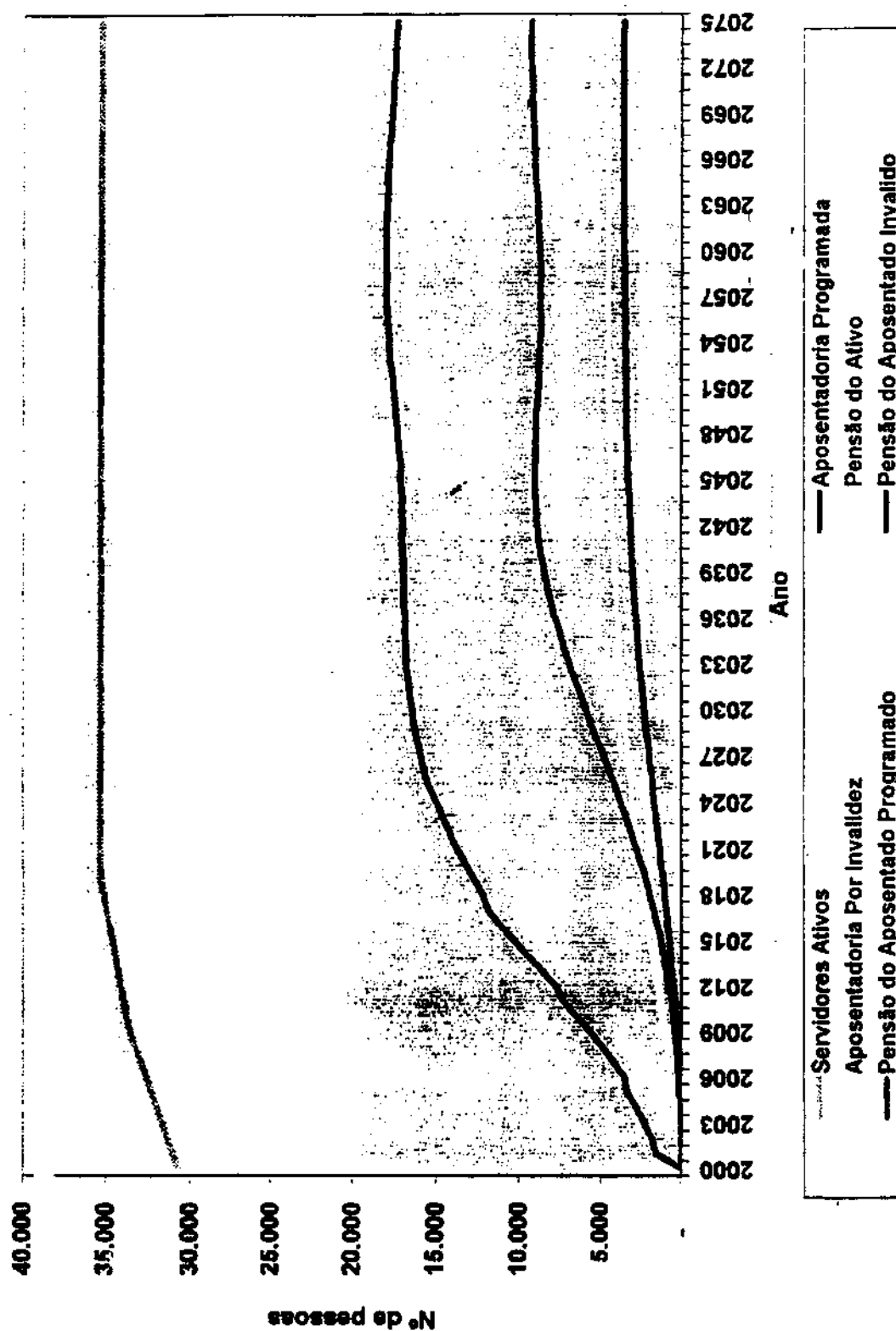
ROBUS Suporte Empresarial S/C Ltda.

Apêndice N.º 16
Governo Federal - Poder Executivo - Civil
Atuais Ativos - com Gerações Futuras
Contingentes de Servidores e Beneficiários
Carreiras Típicas de Estado

Posição: Nov./2000

ANO	SERVIDORES ATIVOS	BENEFICIÁRIOS					TOTAL
		APOSENTADORIA PROGRAMADA	APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	PENSÃO DO ATIVO	PENSÃO DO APOSENTADO PROGRAMADO	PENSÃO DO APOSENTADO INVALIDO	
2069	35.330	17.662	2.483	4.598	9.245	3.878	37.691
2070	35.330	17.608	2.485	4.587	9.278	3.877	37.645
2071	35.330	17.598	2.484	4.595	9.305	3.875	37.647
2072	35.330	17.490	2.453	4.593	9.328	3.871	37.583
2073	35.330	17.482	2.463	4.582	9.340	3.887	37.564
2074	35.330	17.412	2.484	4.580	9.347	3.882	37.496
2075	35.330	17.398	2.485	4.598	9.347	3.887	37.475

Apêndice N.º 17
Governo Federal - Poder Executivo - Civil
Atuais Ativos - com Gerações Futuras
Contingentes de Servidores e Beneficiários
Carreiras Típicas de Estado



Apêndice N.º 18
Governo Federal - Poder Executivo - Civil
Atuais Ativos - com Gerações Futuras
Esperanças Monetárias Anuais de Salários, Contribuições e Benefícios
Carreiras Típicas de Estado

ANO	SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO	CONTRIBUIÇÃO	BENEFÍCIOS					TOTAL
			APOSENTADORIA PROGRAMADA	APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	PENSÃO DO ATIVO	PENSÃO DO APOSENTADO PROGRAMADO	PENSÃO DO APOSENTADO RIVÁLDO	
2000	2.690.818.487,29	264.900.811,40	146.471.801,74	8.856.550,20	8.710.111,53			165.038.563,46
2001	2.837.876.822,74	280.177.391,90	176.588.218,21	16.887.202,58	15.788.688,64		629.440,69	212.510.253,91
2002	2.854.719.802,55	292.019.156,28	176.588.218,21	24.008.813,41	23.388.421,27		1.701.734,83	272.477.860,80
2003	2.867.811.083,18	293.437.226,25	284.571.162,10	31.115.183,47	31.407.728,09		3.214.170,33	339.811.629,41
2004	2.879.881.570,48	294.786.972,75	318.371.328,78	38.228.586,38	39.836.214,48		5.159.579,21	418.848.131,82
2005	2.889.880.083,83	295.888.103,32	340.093.204,50	45.298.898,73	48.595.107,28		7.531.580,88	461.006.738,60
2006	2.712.364.688,03	298.362.313,26	402.014.572,95	52.654.538,84	57.962.719,33		10.320.465,06	548.531.919,59
2007	2.728.385.358,44	300.120.189,43	486.172.085,28	59.865.133,51	67.538.515,06		13.538.778,83	639.914.199,11
2008	2.733.350.148,83	300.690.516,13	542.534.520,83	68.825.948,74	77.219.607,85		17.165.304,07	745.068.580,44
2009	2.728.789.873,52	299.947.964,09	627.170.571,87	79.632.422,28	88.828.092,64		21.196.773,81	859.930.168,84
2010	2.727.012.580,38	299.971.381,64	701.165.777,24	73.860.382,80	98.216.752,92		25.572.285,99	965.482.000,63
2011	2.740.580.972,84	301.463.907,01	740.673.071,92	85.779.820,39	105.468.270,94		30.265.723,42	1.038.125.684,80
2012	2.747.381.207,88	302.213.032,86	815.362.879,83	91.663.695,47	114.858.216,78		35.298.453,87	1.147.262.748,10
2013	2.754.857.987,87	303.043.376,47	893.502.815,06	97.136.003,98	123.852.273,33		40.604.515,85	1.261.258.717,98
2014	2.767.987.885,89	304.478.484,13	985.592.847,08	102.052.286,91	132.635.414,38		45.165.845,34	1.370.311.855,34
2015	2.780.191.742,96	305.621.091,73	1.038.410.740,95	108.475.614,52	140.927.788,32		51.941.456,53	1.481.173.995,84
2016	2.799.984.952,50	307.988.348,18	1.083.883.715,75	110.324.118,50	149.753.859,63		57.693.844,90	1.575.634.780,72
2017	2.826.725.589,92	310.939.814,89	1.121.057.218,91	113.757.752,88	156.251.949,61		63.979.942,64	1.642.802.734,31
2018	2.851.343.854,43	313.847.823,89	1.162.177.705,00	117.112.250,72	163.717.303,71		70.165.842,58	1.725.140.160,47
2019	2.865.281.688,50	315.180.985,74	1.200.533.172,02	120.224.827,33	170.974.160,80		78.435.952,94	1.805.698.788,30
2020	2.879.488.200,18	318.229.637,46	1.237.481.740,53	123.077.674,80	176.003.476,08		82.785.533,40	1.883.889.090,03
2021	2.892.896.522,58	319.676.388,10	1.271.768.385,05	125.641.758,80	184.775.465,98		89.127.214,31	1.963.722.964,84
2022	2.905.239.891,78	320.851.176,40	1.304.715.057,61	127.926.233,61	191.290.482,55		95.490.483,86	2.040.825.808,38
2023	2.924.167.100,05	321.860.581,01	1.331.377.853,10	129.868.700,81	197.538.887,14		101.824.137,86	2.112.242.848,70
2024	2.939.247.277,00	322.787.200,47	1.366.769.203,15	131.795.377,92	203.588.511,98		108.097.846,81	2.184.549.345,38
2025	2.954.822.077,48	323.634.688,12	1.399.584.390,41	133.285.767,43	209.208.895,38		114.282.928,54	2.260.108.516,45
2026	2.972.131.801,07	324.471.840,64	1.408.618.737,75	134.888.884,82	214.884.007,85		120.339.357,20	2.321.829.423,25
2027	2.989.878.877,09	325.250.706,19	1.417.108.874,44	136.006.574,38	218.828.352,72		128.240.913,12	2.378.812.971,68
2028	2.953.884.168,83	324.838.258,35	1.433.262.708,88	138.527.854,83	225.057.033,85		131.980.228,73	2.436.498.839,03
2029	2.858.822.077,48	325.448.428,52	1.439.886.883,01	137.318.437,08	225.057.033,85		137.473.777,14	2.485.718.580,88
2030	2.859.053.057,61	325.493.636,34	1.453.968.838,74	138.754.885,81	234.892.848,45		142.762.548,69	2.541.850.984,22
2031	2.868.878.877,09	325.588.876,48	1.457.403.801,39	140.665.211,94	239.180.595,72		147.776.189,18	2.585.185.189,75
2032	2.858.508.895,80	325.508.706,19	1.470.139.872,42	141.984.864,47	243.472.829,11		152.520.221,38	2.638.285.850,53
2033	2.851.487.305,34	324.684.703,99	1.470.800.048,30	142.970.320,25	247.477.869,10		158.967.485,08	2.692.889.038,90
2034	2.849.589.115,57	324.453.902,71	1.478.504.369,27	144.918.513,05	254.868.164,71		161.097.787,21	2.743.775.430,72
2035	2.841.731.220,40	323.580.434,24	1.488.016.178,48	145.982.338,41	258.318.875,00		164.907.206,90	2.793.775.430,72
2036	2.837.197.381,51	323.091.713,07	1.487.526.219,18	146.924.397,30	261.445.255,64		167.386.112,33	2.844.706.126,74
2037	2.829.640.850,22	322.290.481,53	1.486.792.801,75	147.895.519,72	264.389.947,00		171.473.776,26	2.896.495.851,71
2038	2.825.428.228,28	321.788.181,11	1.485.109.873,92	148.750.880,58	267.048.365,52		176.980.817,90	2.947.275.951,97
2039	2.819.452.428,28	321.139.767,22	1.503.109.875,04	149.650.454,80	269.548.942,78		178.274.714,08	2.998.758.329,07
2040	2.815.830.132,33	320.741.314,58	1.501.925.311,88	150.481.074,97	271.793.899,00		181.323.929,45	3.049.089.751,30

Posição: Nov./2000

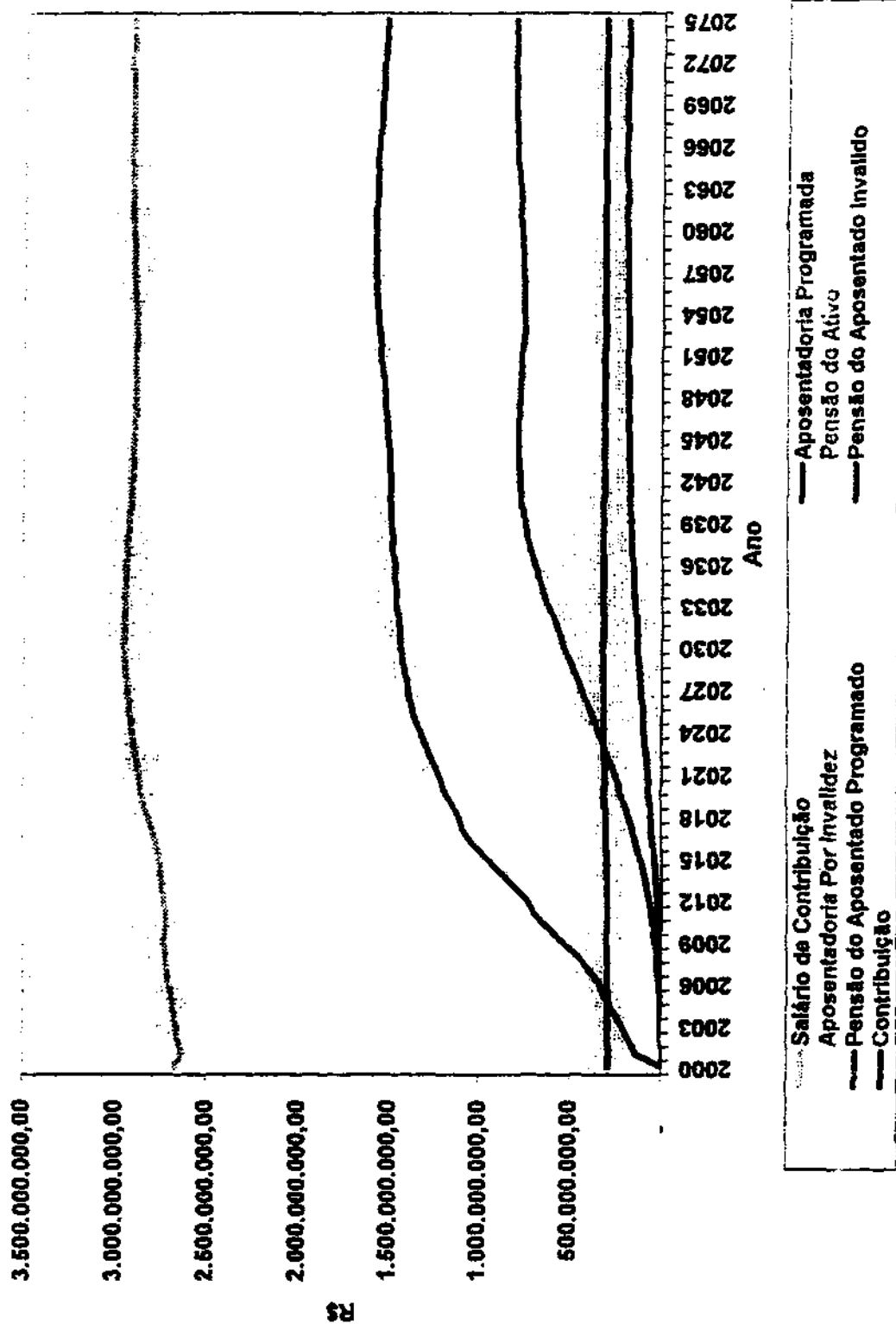
Apêndice N.º 18
Governo Federal - Poder Executivo - Civil
Atuais Ativos - com Gerações Futuras
Esperanças Monetárias Anuais de Salários, Contribuições e Benefícios
Carreiras Típicas de Estado

ANO	SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO	CONTRIBUIÇÃO	BENEFÍCIO S					TOTAL
			APOSENTADORIA PROGRAMADA	APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	PENSÃO DO ATIVO	PENSÃO DO APOSENTADO PROGRAMADO	PENSÃO DO APOSENTADO INVÁLIDO	
2043	2.911.852.986,30	320.303.829,81	1.505.511.955,47	151.332.071,30	273.823.832,73	791.441.309,11	183.153.603,87	2.905.362.472,28
2044	2.908.700.470,75	320.087.051,76	1.505.158.725,37	152.138.088,04	275.868.828,57	794.010.575,82	184.799.991,95	2.911.975.010,74
2045	2.904.852.888,83	319.511.828,77	1.516.752.858,44	152.885.250,18	277.715.839,25	794.487.741,97	188.282.212,13	2.928.233.502,97
2046	2.904.250.033,47	319.467.503,69	1.516.089.705,73	153.839.886,55	278.301.141,38	793.308.020,51	187.868.212,84	2.930.092.968,79
2047	2.898.664.988,61	318.865.348,76	1.530.068.048,28	154.322.787,56	280.823.363,93	790.850.510,21	186.940.813,32	2.945.055.624,35
2048	2.900.158.833,90	318.017.482,73	1.531.772.959,36	154.787.880,84	282.091.236,95	787.900.288,89	190.148.755,18	2.948.368.861,33
2049	2.896.388.972,37	318.820.366,98	1.541.845.843,64	155.242.324,07	283.277.897,80	783.651.442,61	191.296.251,20	2.955.333.759,53
2050	2.898.838.885,00	318.872.288,45	1.548.387.579,57	155.521.346,68	284.278.988,20	778.658.081,03	192.488.834,58	2.960.230.612,08
2051	2.897.807.895,11	318.768.836,56	1.559.352.639,84	155.728.010,30	285.168.058,25	775.851.445,31	193.488.456,48	2.969.588.609,18
2052	2.900.283.411,88	318.031.175,31	1.563.587.213,51	155.770.876,60	285.872.747,11	772.817.874,66	194.548.081,45	2.972.394.603,33
2053	2.899.045.357,08	318.894.999,26	1.576.588.987,77	155.749.874,57	286.492.535,08	770.111.458,36	185.575.897,84	2.984.518.354,63
2054	2.901.733.448,46	318.180.878,44	1.578.868.884,65	155.548.829,46	288.818.123,80	768.617.027,36	186.577.088,44	2.988.550.750,83
2055	2.903.363.632,73	318.388.889,80	1.583.788.669,75	155.324.424,38	287.281.838,82	768.104.002,90	187.538.734,17	2.992.038.866,00
2056	2.904.838.088,96	318.532.180,88	1.588.095.114,22	155.038.005,32	287.549.788,59	768.638.738,88	188.455.689,27	2.998.778.298,25
2057	2.908.522.871,55	318.717.528,87	1.582.312.379,57	154.884.230,48	287.712.132,81	770.204.328,34	199.318.834,57	3.004.231.908,85
2058	2.910.388.308,13	320.142.713,88	1.580.020.901,08	154.263.497,39	287.773.501,04	772.707.073,43	200.116.708,20	3.004.883.681,14
2059	2.911.550.187,12	320.270.518,38	1.582.288.604,01	153.864.419,84	287.808.884,78	775.948.174,08	200.844.771,87	3.010.763.654,54
2060	2.914.395.017,55	320.583.451,93	1.588.818.886,55	153.442.815,73	287.760.734,04	778.824.057,90	201.492.753,17	3.012.437.347,39
2061	2.918.134.071,06	320.774.747,82	1.588.703.486,96	153.078.537,72	287.872.341,44	784.132.580,45	202.058.525,28	3.015.594.481,84
2062	2.918.128.126,50	320.894.094,13	1.588.479.973,00	152.830.638,81	287.538.241,12	788.714.015,87	202.531.780,28	3.017.894.846,87
2063	2.918.888.068,96	321.075.597,58	1.584.012.902,51	152.242.402,50	287.361.070,87	793.407.128,81	202.918.719,05	3.018.940.223,54
2064	2.921.253.924,78	321.337.831,73	1.577.748.235,12	151.853.745,18	287.135.202,18	798.075.980,28	203.209.439,17	3.018.022.611,92
2065	2.920.875.836,76	321.274.342,04	1.579.684.389,43	151.537.034,70	286.922.800,54	802.538.194,99	203.409.498,84	3.024.089.926,51
2066	2.922.886.154,78	321.528.477,03	1.571.601.225,94	151.165.218,02	286.615.502,87	808.793.154,77	203.521.572,19	3.019.698.873,90
2067	2.923.348.428,20	321.588.107,10	1.588.437.793,94	150.892.239,38	286.351.548,90	810.621.681,82	203.544.094,48	3.019.947.338,81
2068	2.925.134.843,36	321.784.843,77	1.581.085.832,72	150.840.905,61	286.087.600,82	814.016.777,38	203.484.878,85	3.015.275.993,38
2069	2.924.830.808,40	321.731.400,03	1.588.982.788,47	150.488.274,28	285.832.989,28	818.853.458,07	203.348.845,48	3.015.504.103,83
2070	2.925.786.258,02	321.837.818,38	1.592.094.048,57	150.342.738,82	285.580.508,78	818.181.043,18	203.145.873,96	3.010.324.309,32
2071	2.925.283.354,07	321.777.768,78	1.580.778.841,88	150.299.838,13	285.388.811,52	820.832.822,50	202.881.860,88	3.010.182.445,11
2072	2.928.653.857,73	321.931.924,35	1.542.487.845,52	150.272.312,52	285.190.716,31	821.823.881,32	202.589.218,12	3.002.423.776,78
2073	2.924.840.438,43	321.732.446,23	1.542.208.077,88	150.377.282,57	285.081.888,84	822.827.527,58	202.215.028,12	3.002.220.805,81
2074	2.925.528.457,87	321.807.810,58	1.538.468.870,08	150.485.920,25	284.880.042,44	822.184.878,08	201.835.577,08	2.995.886.285,93
2075	2.924.088.543,33	321.947.539,77	1.535.648.503,18	150.700.013,84	284.875.824,59	821.373.604,13	201.438.788,44	2.984.033.845,16

Posição: Nov./2000

R\$ 1,00

Apêndice N.º 19
Governo Federal - Poder Executivo - Civil
Atuais Ativos - com Gerações Futuras
Esperanças Monetárias Anuais de Salários, Contribuições e Benefícios
Carreiras Típicas de Estado



Apêndice N.º 20
Governo Federal - Poder Executivo - Civil
Atuais Ativos - com Gerações Futuras
Contingentes de Servidores e Beneficiários
Carreiras Não Típicas

Posição: Nov./2000

ANO	SERVIDORES ATIVOS	BENEFICIÁRIOS					TOTAL
		APOSENTADORIA PROGRAMADA	APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	PENSÃO DO ATIVO	PENSÃO DO APOSENTADO PROGRAMADO	PENSÃO DO APOSENTADO INVALIDO	
2000	427.029						31.181
2001	391.600	26.879	2.401	2.101			42.788
2002	376.077	34.114	4.188	3.842	490	154	58.087
2003	358.016	43.076	5.862	5.608	1.101	421	71.434
2004	340.010	53.991	7.418	7.375	1.858	792	89.209
2005	316.753	67.188	8.848	8.128	2.780	1.258	99.427
2006	305.225	72.727	10.135	10.830	3.930	1.805	119.494
2007	281.937	87.942	11.357	12.552	5.218	2.427	140.100
2008	256.265	103.625	12.414	14.165	6.758	3.118	161.358
2009	234.150	119.898	13.308	15.713	8.571	3.865	182.389
2010	210.400	135.903	14.038	17.120	10.672	4.658	202.742
2011	187.475	151.190	14.801	18.388	13.071	5.484	211.846
2012	175.920	155.200	15.011	19.538	15.767	6.333	230.791
2013	154.517	168.923	15.376	20.842	18.655	7.193	249.292
2014	133.628	182.189	15.595	21.598	21.839	8.061	265.750
2015	114.830	193.444	15.864	22.398	25.317	8.926	280.938
2016	97.306	203.436	15.604	23.050	29.069	9.779	294.075
2017	81.801	211.410	15.423	23.554	33.079	10.610	299.046
2018	74.385	211.261	15.134	23.918	37.322	11.410	309.385
2019	61.418	216.465	14.829	24.223	41.895	12.172	318.205
2020	49.809	220.240	14.428	24.392	46.250	12.895	325.043
2021	39.981	222.149	13.940	24.433	50.852	13.570	329.843
2022	31.943	222.158	13.381	24.355	55.762	14.180	333.181
2023	25.066	220.857	12.770	24.174	60.628	14.751	333.152
2024	21.217	216.379	12.117	23.888	65.510	15.247	333.922
2025	16.184	212.892	11.484	23.581	70.331	15.874	333.377
2026	12.002	208.350	10.784	23.142	75.071	16.031	331.269
2027	8.644	202.541	10.080	22.648	79.876	16.313	328.071
2028	6.477	195.973	9.388	22.085	84.089	16.518	323.725
2029	4.629	189.630	8.708	21.496	88.255	16.844	311.879
2030	3.452	180.477	8.034	20.828	92.119	16.891	304.796
2031	2.392	172.088	7.378	20.128	95.827	16.857	298.887
2032	1.550	163.395	6.742	19.367	98.726	16.543	288.241
2033	951	154.408	6.128	18.610	101.371	16.350	
2034	447	145.312	5.540	17.802	103.508	16.079	

Apêndice N.º 20
Governo Federal - Poder Executivo - Civil
Atuais Ativos - com Gerações Futuras
Contingentes de Servidores e Beneficiários
Carreiras Não Típicas

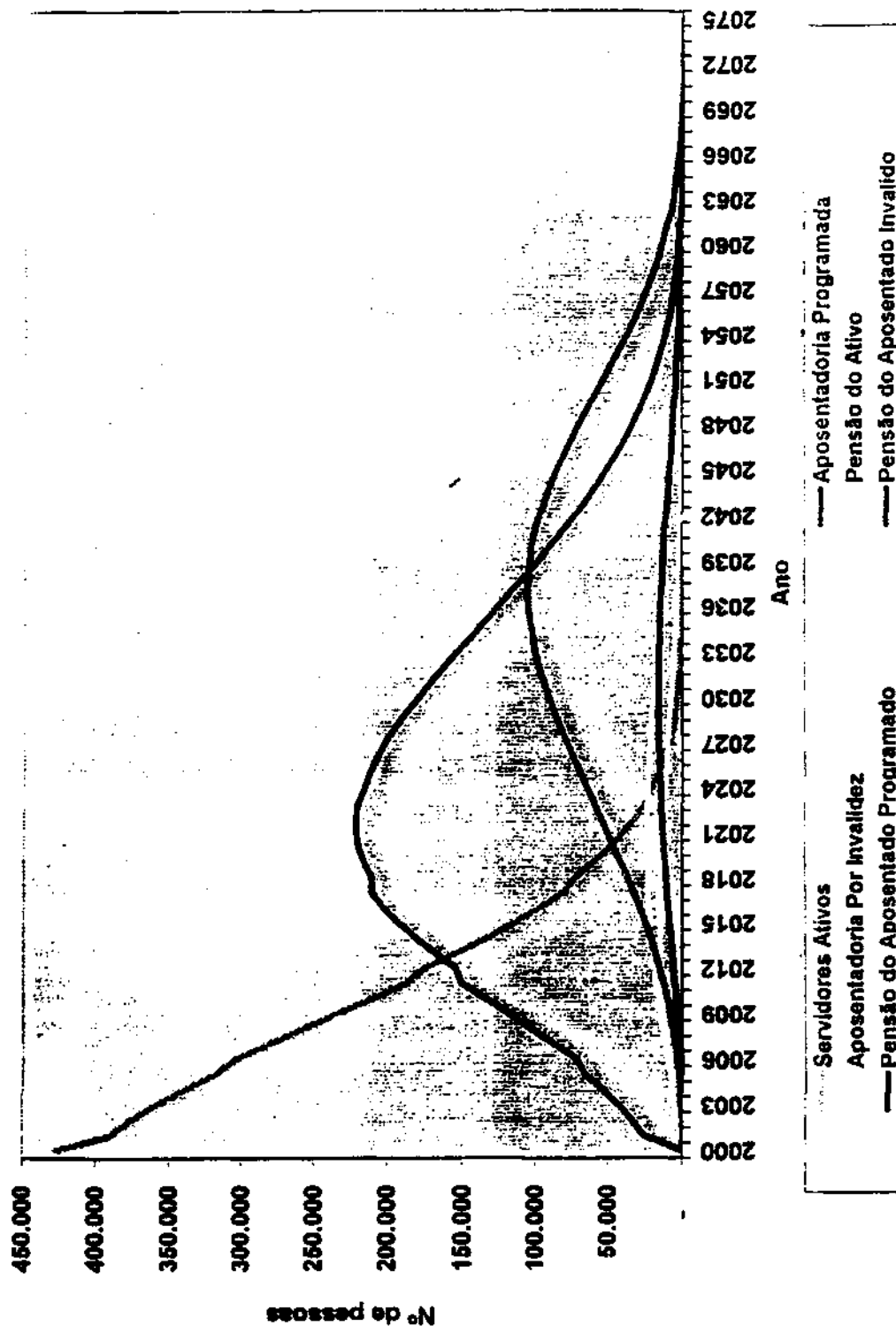
Posição: Nov/2000

ANO	SERVIDORES ATIVOS	BENEFICIÁRIOS					TOTAL
		APOSENTADORIA PROGRAMADA	APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	PENSÃO DO ATIVO	PENSÃO DO APOSENTADO PROGRAMADO	PENSÃO DO APOSENTADO INVÁLIDO	
2035	100	138.000	4.978	18.998	105.098	15.732	278.773
2036	96	128.588	4.450	18.108	108.094	15.313	268.553
2037	48	117.251	3.855	15.238	108.471	14.825	257.737
2038	18	108.057	3.484	14.352	106.204	14.274	246.381
2039	5	98.059	3.069	13.461	105.278	13.668	234.535
2040	0	90.313	2.679	12.570	103.886	13.008	222.267
2041	-	81.869	2.323	11.882	101.485	12.308	209.848
2042	-	73.775	2.001	10.803	98.610	11.574	196.764
2043	-	66.069	1.712	9.938	95.168	10.815	183.700
2044	-	58.787	1.453	9.094	91.181	10.039	170.554
2045	-	51.855	1.224	8.274	88.717	9.258	157.425
2046	-	45.595	1.023	7.483	81.843	8.475	144.418
2047	-	39.722	848	6.728	76.837	7.704	131.638
2048	-	34.344	697	6.008	71.183	6.951	119.182
2049	-	29.480	588	5.328	65.570	6.224	107.150
2050	-	25.085	458	4.693	59.885	5.529	95.631
2051	-	21.145	388	4.104	54.214	4.872	84.702
2052	-	17.862	290	3.562	48.639	4.257	74.430
2053	-	14.852	227	3.088	43.234	3.687	64.868
2054	-	12.027	175	2.621	38.065	3.186	58.054
2055	-	9.777	134	2.220	33.187	2.693	48.011
2056	-	7.867	101	1.884	28.645	2.289	40.747
2057	-	6.285	76	1.552	24.471	1.893	34.256
2058	-	4.836	58	1.279	20.885	1.583	28.519
2059	-	3.845	40	1.045	17.287	1.276	23.904
2060	-	2.960	28	844	14.304	1.033	19.170
2061	-	2.252	20	675	11.886	825	15.469
2062	-	1.691	14	534	9.453	652	12.344
2063	-	1.253	9	418	7.551	508	9.739
2064	-	915	6	323	5.858	391	7.594
2065	-	658	4	247	4.843	297	5.848
2066	-	465	3	186	3.571	222	4.447
2067	-	323	2	138	2.709	164	3.335
2068	-	219	1	101	2.025	119	2.466

Apêndice N.º 20
Governo Federal - Poder Executivo - Civil
Atuais Ativos - com Gerações Futuras
Contingentes de Servidores e Beneficiários
Carreiras Não Típicas

Posto: Nov./2000		BENEFICIÁRIOS					
ANO	SERVIDORES ATIVOS	APOSENTADORIA PROGRAMADA	APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	PENSÃO DO ATIVO	PENSÃO DO APOSENTADO PROGRAMADO	PENSÃO DO APOSENTADO INVÁLIDO	TOTAL
2069	-	146	1	73	1.491	85	1.795
2070	-	95	0	51	1.079	59	1.284
2071	-	60	0	38	766	40	902
2072	-	37	0	24	533	27	621
2073	-	22	0	16	363	18	419
2074	-	13	0	10	241	11	275
2075	-	7	0	7	156	7	178

Apêndice N.º 21
Governo Federal - Poder Executivo - Civil
Atuais Ativos - con. Gerações Futuras
Contingentes de Servidores e Beneficiários
Carreiras Não Típicas



Apêndice N.º 22
Governo Federal - Poder Executivo - Civil
Atuais Ativos - com Gerações Futuras
Esperanças Monetárias Anuais de Salários, Contribuições e Benefícios
Carreiras Não Típicas

ANO	SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO	CONTRIBUIÇÃO	BENEFÍCIOS					TOTAL
			APOSENTADORIA PROGRAMADA	APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	PENSÃO DO ATIVO	PENSÃO DO APOSENTADO PROGRAMADO	PENSÃO DO APOSENTADO INVALIDO	
2000	9.839.453.908,18	1.062.343.778,64	800.868.723,44	42.687.177,86	38.872.965,76	10.837.221,58	2.703.803,22	692.408.867,08
2001	9.122.558.143,10	1.003.461.175,74	776.000.833,06	73.798.510,40	70.779.655,91	24.474.801,08	7.342.145,49	934.120.024,98
2002	8.847.763.689,45	973.254.003,31	992.822.107,61	104.311.885,30	104.148.148,38	41.562.268,38	13.844.534,02	1.233.068.689,44
2003	8.518.370.202,27	937.020.722,25	1.266.165.772,31	162.180.409,57	138.554.554,82	62.903.404,06	22.124.754,71	1.594.053.177,51
2004	8.117.489.260,07	892.823.818,81	1.505.368.145,89	186.428.768,70	173.383.072,82	88.472.398,71	32.089.646,56	2.025.969.786,95
2005	7.637.571.347,54	840.132.848,23	1.735.368.504,46	214.871.833,72	207.783.890,46	119.511.926,71	43.525.526,90	2.253.151.209,89
2006	7.385.730.542,89	810.230.559,72	2.127.267.068,21	237.967.611,07	243.831.905,08	156.080.568,98	58.463.874,48	2.748.626.364,82
2007	6.818.724.820,68	748.839.730,27	2.524.189.566,00	258.250.432,10	277.861.641,78	198.458.872,83	70.874.820,84	3.252.583.462,29
2008	6.259.320.263,12	688.525.231,14	2.834.537.543,48	275.244.687,43	310.236.087,05	250.167.134,09	85.844.875,89	3.773.175.406,07
2009	5.696.214.747,80	625.483.822,26	3.333.140.895,30	288.908.268,48	340.237.441,97	308.398.778,28	102.044.745,08	4.284.735.004,69
2010	5.122.854.820,85	563.492.030,28	3.710.044.887,92	299.357.873,12	367.577.775,12	374.153.587,88	118.743.801,40	4.776.870.222,87
2011	4.579.107.008,03	503.701.770,88	4.144.080.387,03	308.440.013,29	418.550.780,98	444.710.192,36	135.818.882,73	5.450.800.198,39
2012	4.318.339.053,94	474.787.298,14	4.457.128.937,01	318.261.419,67	437.848.234,12	522.711.245,01	153.221.308,54	6.087.189.144,34
2013	3.808.583.381,96	418.721.972,02	4.716.801.438,60	319.816.752,80	455.826.233,00	608.021.825,97	170.725.344,12	6.826.859.592,65
2014	3.314.587.330,10	364.804.808,31	4.948.778.087,64	320.863.873,85	471.027.821,44	700.075.115,52	186.113.714,10	7.627.391.593,49
2015	2.874.435.382,37	316.187.883,16	5.127.417.589,74	319.178.418,99	483.081.755,18	798.543.681,73	205.198.328,29	8.430.430.774,86
2016	2.461.807.058,19	270.788.778,40	5.141.800.890,18	315.195.393,17	492.304.342,89	902.763.344,17	221.795.390,38	9.333.430.774,86
2017	1.899.782.243,90	208.973.846,83	5.283.017.550,39	304.070.606,05	505.327.027,89	1.010.886.594,97	237.741.202,88	10.373.979.160,75
2018	1.587.260.011,15	174.598.601,23	5.362.308.018,92	295.453.011,86	507.847.803,74	1.239.455.229,38	252.979.934,56	11.322.389.442,11
2019	1.307.550.055,82	143.830.508,14	5.392.432.982,45	285.146.801,54	507.408.641,04	1.358.592.833,97	267.351.233,15	12.316.327.722,28
2020	1.087.457.080,73	117.442.278,66	5.385.553.472,39	273.558.086,50	504.808.039,37	1.479.408.872,02	280.703.669,48	13.322.389.442,11
2021	887.800.384,13	95.459.040,05	5.274.875.273,54	260.809.183,44	500.213.970,99	1.600.881.238,87	282.801.141,86	14.322.389.442,11
2022	691.185.823,22	78.030.451,55	5.198.748.975,95	247.857.278,84	493.853.502,48	1.721.351.840,49	303.828.146,43	15.322.389.442,11
2023	574.718.717,03	63.218.058,87	5.068.202.823,38	233.878.163,69	485.738.958,13	1.840.093.035,39	313.372.535,31	16.322.389.442,11
2024	440.152.503,37	48.418.775,37	4.948.855.012,79	219.208.888,81	475.822.705,38	1.955.892.264,53	321.465.710,17	17.322.389.442,11
2025	332.264.578,95	38.548.103,64	4.788.828.347,89	204.570.788,23	464.464.058,88	2.086.823.107,78	332.931.788,29	18.322.389.442,11
2026	251.001.694,02	27.810.205,04	4.610.708.834,38	198.950.225,86	451.817.439,07	2.171.481.429,62	336.173.805,31	19.322.389.442,11
2027	186.305.181,24	20.493.588,94	4.415.870.549,92	175.468.800,84	438.004.288,77	2.268.826.884,90	337.899.395,08	20.322.389.442,11
2028	135.831.396,81	14.941.453,88	4.212.170.401,14	161.289.275,73	423.168.329,80	2.357.186.762,91	335.523.604,17	21.322.389.442,11
2029	99.082.216,14	10.888.843,78	4.000.159.217,13	147.407.871,92	407.382.207,85	2.435.224.880,40	331.827.843,82	22.322.389.442,11
2030	87.862.356,45	7.468.158,54	3.778.352.991,95	133.983.579,19	380.748.443,85	2.501.948.307,11	328.427.515,50	23.322.389.442,11
2031	43.222.115,58	4.754.432,71	3.555.400.878,46	121.058.871,74	373.410.074,21	2.564.856.747,83	319.376.158,73	24.322.389.442,11
2032	26.265.725,89	2.888.229,83	3.324.813.081,53	108.727.869,27	355.458.501,16	2.617.008.428,27	310.748.048,58	25.322.389.442,11
2033	12.197.083,22	1.341.878,15	3.092.859.173,97	87.104.843,26	337.058.669,03	2.697.937.948,85	300.645.774,91	26.322.389.442,11
2034	5.757.643,02	633.340,73	2.882.149.383,52	68.243.268,82	318.348.142,85	2.825.841.524,97	289.193.754,57	27.322.389.442,11
2035	2.821.680,19	310.395,70	2.635.228.512,25	58.089.743,85	289.431.081,05	2.917.175.220,81	269.193.754,57	28.322.389.442,11
2036	1.322.287,86	145.451,88	2.413.497.092,33	58.353.685,76	281.418.840,85	2.940.440.210,35	262.839.972,59	29.322.389.442,11
2037	547.151,46	60.106,86	2.198.280.647,84	50.801.178,51	242.543.863,05	2.490.835.777,16	246.276.760,64	30.322.389.442,11
2038	150.557,78	16.581,36	1.980.868.406,02	43.581.445,76	223.813.812,73	2.418.819.816,71	233.042.137,28	31.322.389.442,11
2039	3.425,62	376,82	1.782.423.113,08					32.322.389.442,11
2040								
2041								
2042								

Posição: Nov./2000

Apêndice N.º 22
Governo Federal - Poder Executivo - Civil
Atuais Ativos - com Gerações Futuras
Esperanças Monetárias Anuais de Salários, Contribuições e Benefícios
Carreiras Não Típicas

Post. 50. Nov. 7/2000

Carteiras não típicas

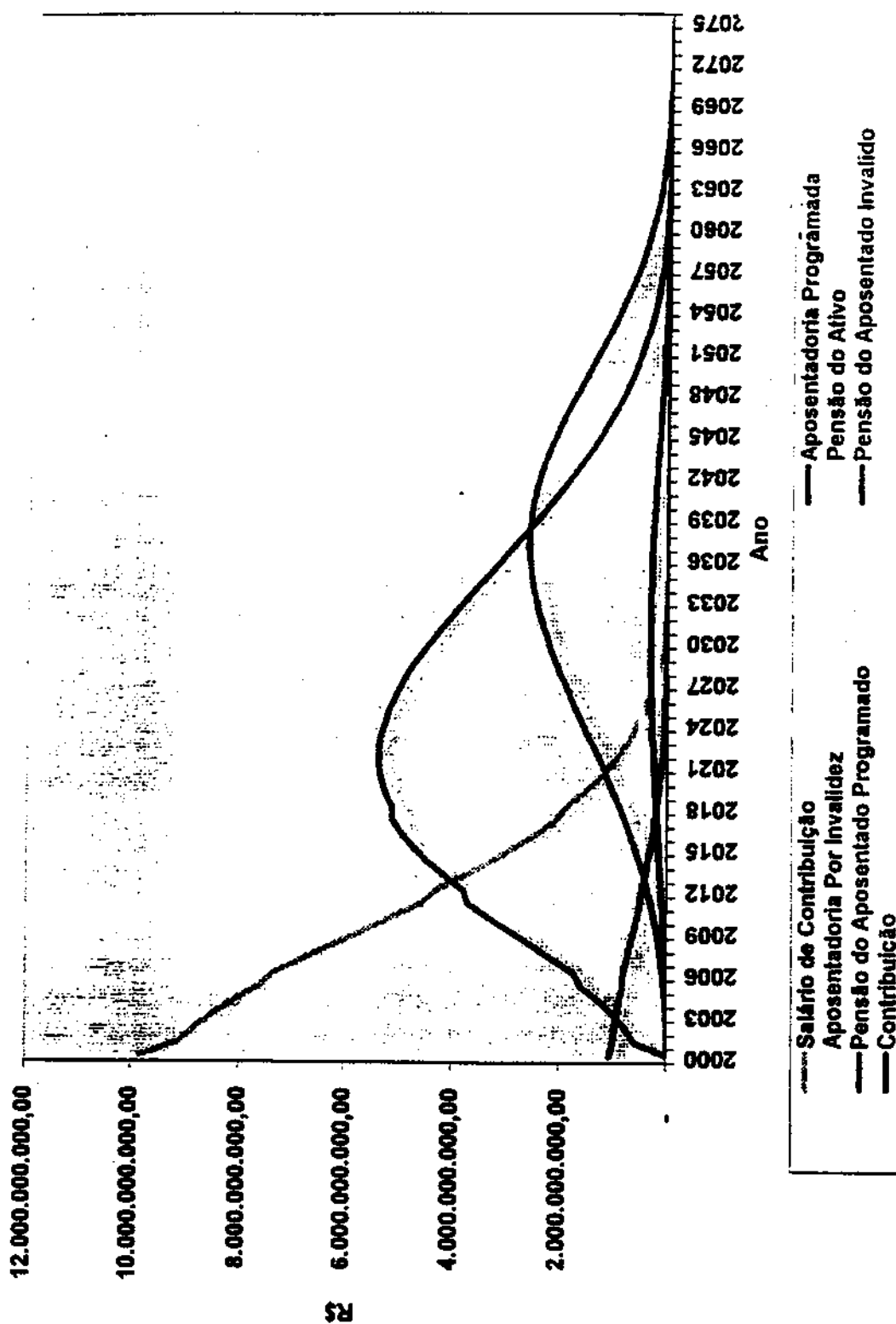
RS 1,00

ANO	SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO	CONTRIBUIÇÃO	BENEFÍCIOS					TOTAL
			APOSENTADORIA PROGRAMADA	APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	PENSAO DO ATIVO	PENSAO DO APOSENTADO PROGRAMADO	PENSAO DO APOSENTADO INVALIDO	
2043	1.603.905.319,84	-	37.265.905,91	205.633.062,07	2.327.876.164,33	217.325.476,79	4.392.043.958,95	
2044	1.426.111.062,57	-	31.661.404,17	187.831.307,86	2.226.052.057,78	201.326.312,90	4.072.962.175,36	
2045	1.259.677.957,80	-	26.711.210,20	170.596.211,46	2.112.704.768,28	185.239.416,28	3.754.929.286,01	
2046	1.105.069.612,05	-	22.345.362,77	154.032.226,33	1.969.867.658,68	169.252.367,61	3.440.587.430,44	
2047	962.572.501,50	-	18.541.841,20	136.227.818,23	1.858.581.654,29	153.541.431,07	3.132.465.144,29	
2048	831.292.920,43	-	15.255.190,65	123.259.928,15	1.724.024.904,65	136.269.057,80	2.833.101.997,68	
2049	714.164.284,51	-	12.440.822,97	106.191.376,35	1.595.403.617,90	123.579.079,25	2.544.779.180,99	
2050	607.957.830,18	-	10.052.423,86	96.070.674,05	1.445.861.361,20	109.595.808,24	2.269.558.117,53	
2051	513.297.981,07	-	8.044.426,07	83.930.894,02	1.307.514.136,25	96.421.663,34	2.009.208.102,75	
2052	429.681.055,31	-	6.372.554,86	72.789.627,17	1.172.193.172,10	84.138.146,07	1.765.172.557,34	
2053	358.496.265,21	-	4.694.555,34	62.649.360,07	1.041.603.104,10	72.794.769,89	1.538.539.074,62	
2054	293.047.965,13	-	3.870.803,71	53.496.378,16	917.167.336,66	62.434.397,06	1.330.036.800,74	
2055	236.576.354,61	-	2.964.484,49	45.311.751,56	800.127.614,31	53.064.857,69	1.140.046.962,66	
2056	192.289.423,50	-	2.242.252,75	38.053.045,29	691.335.061,74	44.879.816,69	968.598.719,96	
2057	153.364.219,71	-	1.673.899,67	31.675.894,64	591.450.008,34	37.255.362,90	815.419.403,48	
2058	120.868.217,60	-	1.232.451,18	26.125.896,43	500.856.923,73	30.752.031,51	679.953.620,45	
2059	94.356.797,51	-	664.268,32	21.342.682,72	419.892.569,92	25.118.272,00	561.404.786,47	
2060	72.710.404,89	-	636.837,95	17.261.871,07	347.871.167,95	20.293.057,24	458.775.339,10	
2061	55.327.159,10	-	448.727,78	13.815.978,29	285.113.580,57	16.208.319,07	370.913.742,62	
2062	41.542.550,27	-	309.435,14	10.937.506,72	230.972.465,31	12.791.756,77	296.553.716,21	
2063	30.754.514,29	-	208.126,00	8.559.782,83	184.870.728,61	9.969.194,28	234.383.328,03	
2064	22.427.163,33	-	136.255,67	6.816.281,65	148.128.536,51	7.887.175,46	182.979.422,81	
2065	16.091.986,39	-	69.240,66	5.052.190,40	114.006.911,54	5.814.515,53	141.058.844,83	
2066	11.346.375,33	-	58.124,93	3.804.741,82	87.740.850,04	4.344.317,00	107.292.209,12	
2067	7.850.123,10	-	34.316,37	2.624.300,75	66.557.530,26	3.194.831,33	80.460.903,61	
2068	5.320.364,83	-	20.351,41	2.084.470,91	49.719.612,77	2.309.596,46	59.434.406,36	
2069	3.523.752,27	-	11.657,53	1.484.373,84	38.535.542,80	1.836.582,16	43.196.676,40	
2070	2.279.943,29	-	6.415,36	1.046.527,94	26.374.706,34	1.141.324,32	30.850.919,25	
2071	1.435.546,95	-	3.965,20	726.690,36	18.678.505,11	777.954,67	21.619.034,33	
2072	876.094,89	-	1.667,26	463.361,56	12.848.659,44	518.416,31	14.840.199,96	
2073	520.953,07	-	771,08	327.641,05	9.774.978,47	337.194,52	9.961.136,16	
2074	266.355,26	-	326,67	212.476,73	5.800.825,25	213.701,47	6.525.686,37	
2075	184.823,87	-	131,80	134.327,00	3.753.236,16	131.762,47	4.164.400,32	

Fonte: PROSUL

Fonte: PROBUS

Apêndice N.º 23
Governo Federal - Poder Executivo - Civil
Atuais Ativos - com Gerações Futuras
Esperanças Monetárias Anuais de Salários, Contribuições e Benefícios
Carreiras Não Típicas



Apêndice N.º 24
Governo Federal - Poder Executivo - Civil
Atuais Aposentados e Grupos Pensionistas
Contingentes de Aposentados e Beneficiários
Todas as Carreiras

Posição Nov./2000

ANO	BENEFICIÁRIOS			
	APOSENTADORIA PROGRAMADA	APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	PENSÃO (*)	TOTAL
2000	337.410	39.031	205.561	582.002
2001	325.202	35.356	215.635	576.193
2002	313.030	32.139	224.301	569.470
2003	300.867	29.195	231.735	561.797
2004	288.700	26.495	238.015	553.210
2005	276.528	24.017	243.239	543.783
2006	264.360	21.741	247.461	533.562
2007	252.212	19.652	250.726	522.589
2008	240.105	17.733	252.783	510.621
2009	228.065	15.973	253.928	497.966
2010	216.116	14.360	254.184	484.659
2011	204.286	12.884	253.609	470.778
2012	192.602	11.535	252.240	456.377
2013	181.094	10.305	250.063	441.463
2014	169.790	9.187	247.168	426.146
2015	158.719	8.172	243.592	410.483
2016	147.909	7.253	239.363	394.524
2017	137.387	6.423	234.531	378.341
2018	127.180	5.675	229.135	361.990
2019	117.313	5.004	223.206	345.522
2020	107.808	4.402	216.799	329.009
2021	98.687	3.884	209.957	312.508
2022	89.968	3.384	202.733	296.085
2023	81.667	2.957	195.169	279.793
2024	73.796	2.577	187.323	263.696
2025	66.365	2.241	179.236	247.842
2026	59.382	1.942	170.962	232.287
2027	52.851	1.679	162.555	217.085
2028	46.773	1.446	154.065	202.284
2029	41.147	1.241	145.542	187.930
2030	35.968	1.061	137.033	174.062
2031	31.229	904	128.583	160.716
2032	26.921	786	120.237	147.924
2033	23.031	645	112.037	135.713
2034	19.543	541	104.021	124.105
2035	16.441	451	96.228	113.119
2036	13.704	373	88.692	102.770
2037	11.311	307	81.447	93.065
2038	9.239	250	74.521	84.010
2039	7.462	202	67.939	75.603
2040	5.955	162	61.720	67.838
2041	4.693	129	55.882	60.704
2042	3.648	102	50.434	54.184
2043	2.795	79	45.383	48.258
2044	2.109	61	40.728	42.898

Apêndice N.º 24
Governo Federal - Poder Executivo - Civil
Atuais Aposentados e Grupos Pensionistas
Contingentes de Aposentados e Beneficiários
Todas as Carreiras

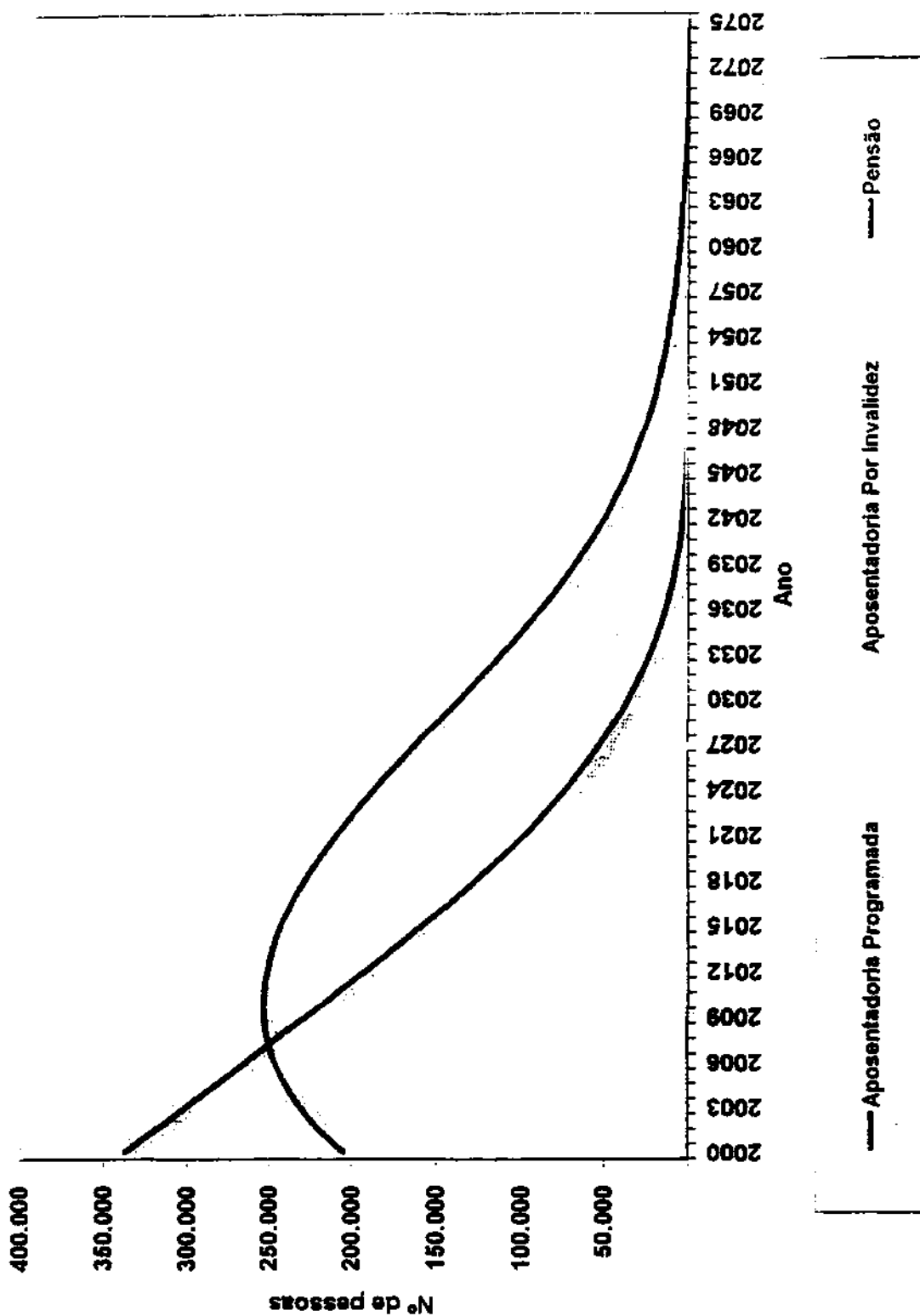
Posição Nov./2000

ANO	BENEFICIÁRIOS			
	APOSENTADORIA PROGRAMADA	APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	PENSÃO (*)	TOTAL
2045	1.586	47	36.463	38.076
2046	1.142	35	32.579	33.757
2047	818	26	28.081	29.905
2048	575	19	25.887	26.482
2049	396	14	23.037	23.447
2050	267	10	20.484	20.761
2051	176	7	18.202	18.386
2052	114	5	16.165	16.283
2053	72	3	14.345	14.420
2054	45	2	12.718	12.765
2055	27	2	11.262	11.291
2056	16	1	9.956	9.974
2057	10	1	8.783	8.794
2058	6	0	7.728	7.735
2059	4	0	6.776	6.782
2060	2	0	5.924	5.926
2061	2	0	5.156	5.157
2062	1	0	4.467	4.468
2063	1	0	3.851	3.851
2064	1	0	3.302	3.302
2065	0	0	2.815	2.815
2066	0	0	2.385	2.385
2067	0	0	2.008	2.008
2068	0	0	1.679	1.679
2069	0	0	1.393	1.393
2070	0	0	1.146	1.146
2071	0	0	935	935
2072	0	0	756	756
2073	0	0	604	604
2074	0	0	477	477
2075	0	0	372	372

Fonte: PROBUS

Nota: (*) Inclui grupos pensionistas futuros de atuais aposentados.

Apêndice N.º 25
Governo Federal - Poder Executivo - Civil
Atuais Aposentados e Grupos Pensionistas
Todas as Carreiras



Apêndice N.º 26
Governo Federal - Poder Executivo - Civil
Atuais Aposentados e Grupos Pensionistas
Esperanças Monetárias Anuais de Benefícios
Todas as Carreiras

Posicao Nov./2000

R\$ 1.00

ANO	BENEFÍCIOS			
	APOSENTADORIA PROGRAMADA	APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	PENSÃO (*)	TOTAL
2000	8.650.412.646,46	891.505.044,17	4.001.594.921,87	13.543.512.612,50
2001	8.343.832.473,53	800.857.955,50	4.274.089.532,55	13.418.779.961,59
2002	8.038.455.830,50	723.142.810,57	4.510.694.625,50	13.272.293.266,56
2003	7.733.371.120,00	652.389.315,48	4.716.318.674,52	13.102.079.110,00
2004	7.428.112.169,76	587.928.590,25	4.893.474.713,77	12.909.515.473,79
2005	7.122.588.283,87	529.193.825,18	5.044.733.337,95	12.696.515.446,99
2006	6.816.993.082,21	475.692.137,55	5.171.153.178,77	12.463.838.398,53
2007	6.511.717.285,44	426.976.160,34	5.274.248.607,90	12.212.942.053,69
2008	6.207.276.512,04	382.652.499,02	5.348.368.875,35	11.938.297.886,41
2009	5.904.255.228,34	342.367.243,81	5.400.308.275,77	11.646.930.747,91
2010	5.603.278.276,36	305.799.640,00	5.430.710.845,19	11.339.788.761,54
2011	5.304.993.460,14	272.657.794,98	5.441.711.457,33	11.019.362.712,46
2012	5.010.057.839,97	242.670.116,89	5.433.347.690,26	10.686.075.647,12
2013	4.719.138.735,78	215.585.253,90	5.405.477.277,39	10.340.201.267,07
2014	4.432.908.626,95	191.168.536,04	5.360.449.993,57	9.984.527.156,56
2015	4.152.041.115,44	169.201.803,03	5.299.392.326,07	9.620.635.244,54
2016	3.877.205.481,26	149.475.422,26	5.223.279.740,96	9.249.960.644,47
2017	3.609.059.981,65	131.796.532,72	5.132.816.445,30	8.873.674.959,67
2018	3.348.244.206,75	115.983.405,09	5.028.305.082,29	8.492.532.694,13
2019	3.095.370.904,67	101.862.583,95	4.910.907.367,64	8.108.140.836,25
2020	2.851.018.107,92	89.275.645,61	4.782.180.514,53	7.722.474.268,07
2021	2.615.721.885,52	78.072.924,54	4.642.332.296,27	7.336.127.086,33
2022	2.389.970.166,65	68.118.995,55	4.492.837.305,31	6.950.926.467,51
2023	2.174.198.240,49	59.286.255,28	4.334.418.851,49	6.567.903.347,25
2024	1.988.785.227,21	51.459.635,62	4.188.330.625,87	6.188.575.488,70
2025	1.774.051.908,30	44.534.365,42	3.995.351.488,96	5.813.937.760,67
2026	1.590.259.204,97	38.415.750,56	3.816.593.146,18	5.445.268.101,72
2027	1.417.806.886,82	33.019.095,12	3.633.151.002,08	5.083.776.984,02
2028	1.256.232.221,25	28.268.893,19	3.446.099.201,29	4.730.600.315,72
2029	1.106.208.272,07	24.098.139,26	3.258.502.882,89	4.386.809.294,22
2030	967.541.625,70	20.445.588,04	3.065.413.158,28	4.053.400.372,03
2031	840.169.723,01	17.257.721,59	2.873.883.775,98	3.731.311.220,57
2032	723.958.057,74	14.485.993,73	2.682.975.807,73	3.421.419.859,19
2033	618.697.542,13	12.086.371,72	2.493.764.280,86	3.124.548.174,71
2034	524.102.710,73	10.019.329,98	2.307.333.726,02	2.841.455.766,73
2035	439.811.251,16	8.248.544,53	2.124.777.231,82	2.572.837.027,51
2036	365.385.349,24	6.740.363,27	1.947.182.176,32	2.319.307.888,83
2037	300.315.317,80	5.484.435,47	1.775.607.009,84	2.081.386.763,11
2038	244.025.725,47	4.393.103,49	1.611.064.311,16	1.859.483.140,12
2039	195.884.054,61	3.500.786,91	1.454.483.602,77	1.653.868.444,30
2040	155.211.858,94	2.783.934,84	1.306.689.454,63	1.464.665.248,51
2041	121.297.983,14	2.161.139,81	1.168.389.444,67	1.291.828.567,43
2042	93.413.455,22	1.672.656,24	1.040.039.019,16	1.135.125.130,63
2043	70.827.341,34	1.280.696,29	922.037.288,37	994.145.326,01
2044	52.822.771,98	969.520,56	814.498.502,96	868.290.795,47

Apêndice N.º 26
Governo Federal - Poder Executivo - Civil
Atuais Aposentados e Grupos Pensionistas
Esperanças Monetárias Anuais de Benefícios
Todas as Carreiras

Posição Nov./2000

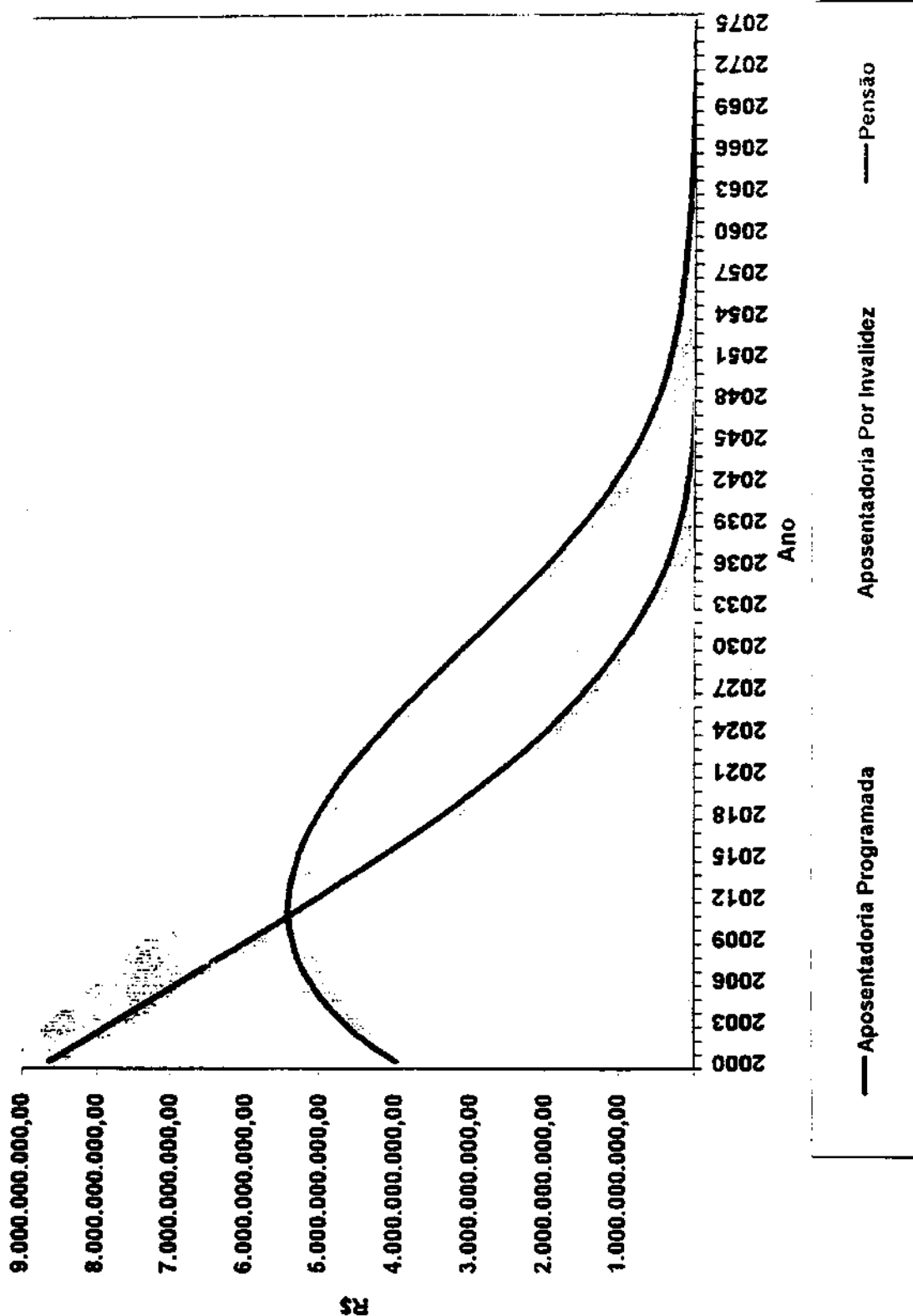
R\$ 1,00

ANO	BENEFÍCIOS			
	APOSENTADORIA PROGRAMADA	APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	PENSÃO (*)	TOTAL
2045	38.712.280,77	725.242,75	717.357.162,45	756.794.685,97
2046	27.851.537,71	535.787,84	630.350.091,96	658.737.417,51
2047	19.650.703,77	390.731,82	553.034.971,29	573.076.408,87
2048	13.582.733,87	281.100,00	484.813.399,25	498.677.233,13
2049	9.188.314,28	199.387,93	424.971.701,87	434.359.404,08
2050	6.077.327,68	139.367,13	372.717.344,17	378.934.038,99
2051	3.927.098,39	95.931,17	327.216.157,87	331.239.187,24
2052	2.477.968,42	64.988,95	287.632.826,21	290.175.783,58
2053	1.526.859,97	43.302,91	253.170.022,38	254.740.185,26
2054	919.579,01	28.349,69	223.090.168,13	224.038.096,83
2055	542.631,32	18.211,97	196.731.533,02	197.292.378,31
2056	315.174,15	11.474,08	173.526.120,70	173.852.768,93
2057	181.572,56	7.094,36	152.992.007,37	153.180.674,30
2058	104.924,22	4.307,42	134.735.130,85	134.844.362,29
2059	61.678,28	2.587,53	118.438.536,02	118.502.781,83
2060	37.402,86	1.502,21	103.848.782,55	103.887.697,62
2061	23.615,96	860,70	90.767.652,89	90.792.129,34
2062	15.531,23	482,98	79.035.025,44	79.051.039,64
2063	10.550,92	268,90	68.523.008,13	68.533.825,95
2064	7.305,89	146,33	59.123.952,07	59.131.404,28
2065	5.068,41	80,76	50.745.649,33	50.750.816,50
2066	3.518,35	44,80	43.304.698,08	43.308.261,23
2067	2.395,66	24,49	36.724.271,00	36.726.691,16
2068	1.594,12	13,18	30.932.852,80	30.934.480,10
2069	1.030,28	6,95	25.862.223,02	25.863.260,25
2070	643,49	3,62	21.448.311,01	21.448.958,11
2071	386,53	1,83	17.630.239,55	17.630.627,91
2072	222,23	0,87	14.350.583,97	14.350.807,07
2073	121,72	0,36	11.555.128,39	11.555.250,47
2074	63,19	0,11	9.193.138,31	9.193.201,61
2075	30,92	0,02	7.216.993,59	7.217.024,53

Fonte: PROBUS

Nota: (*) Inclui grupos pensionistas futuros de atuais aposentados.

Apêndice N.º 27
Governo Federal - Poder Executivo - Civil
Atuais Aposentados e Grupos Pensionistas
Todas as Carreiras



**ANEXO DE METAS FISCAIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

**Avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio dos servidores militares
(Artigo 4º, § 2º, inciso IV, alínea a da Lei Complementar nº 101, de maio de 2000)**

I – INTRODUÇÃO

Tem-se aqui o objetivo de avaliar, de acordo com a teoria e a prática atuariais correntes, os compromissos atuais e futuros da União, relativos à concessão de reservas remuneradas, reformas e pensões aos militares e seus beneficiários de pensão militar das três Forças Armadas, Marinha, Exército e Aeronáutica, distinguindo-se cada uma delas de acordo com suas respectivas particularidades.

A limitação do tempo requerido para uma ampla coleta de dados e para a própria realização do trabalho e, também, a indisponibilidade de atributos cadastrais necessários ao cálculo configuram as razões principais para a não implementação de um estudo mais detalhado.

Referida avaliação revela o fluxo prospectivo das variáveis salariais e previdenciais dos militares da União, registrando-se ano a ano as esperanças de Contingentes nos diferentes grupos, bem como, as esperanças Monetárias de Salários, de Contribuições para Pensões e as de Reservas Remuneradas e Reformas, durante um período de 75 anos futuros. Evidencia-se, deste modo, o cronograma para a União, i) das obrigações estimadas futuras com o pagamento dos correspondentes salários, pensões, reservas remuneradas e reformas e, ii) dos direitos a contribuições durante esse período.

Os resultados constantes deste Relatório estão influenciados por uma série de premissas e parâmetros escolhidos em comum acordo com os representantes das Forças Armadas e do Ministério da Defesa. Por exemplo, i) a taxa adotada para a reposição anual de militares, 100% (cem por cento), retrata a decisão de se manter constante os contingentes atuais e futuros de militares de cada Força e, ii) as premissas, para todas as Forças, de entrada em Reserva Remunerada ou Reforma e de rotatividade de militares estão apoiadas na experiência Aeronáutica, em face da disponibilidade de dados, ao tempo do estudo, para a elaboração das respectivas tábuas decrementais a que se referem.

Outras hipóteses de trabalho, no entanto, tiveram origens diversas, por exemplo, as relativas ao crescimento real de salários, que foram extraídas da massa de dados cadastrais disponibilizada pelas respectivas Forças e as referentes às tábuas biométricas de mortalidade e de entrada em invalidez, que foram escolha do atuário, respeitando-se, contudo, os regramentos da legislação pertinente.

Essas premissas e hipóteses estão registradas na subseção II.1 – Críticas e Ajustamentos dos Dados e, também, na seção III – Bases Técnicas Atuariais, constantes

deste relatório.

Conviria empreender uma análise de sensibilidade dos resultados ao emprego de outros cenários para se identificar cuidadosamente as premissas críticas do modelo, visando a conhecê-las com mais profundidade para aprimorar futuros estudos da espécie.

II – DESCRIÇÃO ATUARIAL DOS INTEGRANTES DAS FORÇAS ARMADAS

Muitos são os atributos que singularizam os indivíduos da massa de militares das Forças Armadas Brasileiras, mas uma detalhada fragmentação dessa população por todos esses atributos não seria producente. Por esta razão, utilizou-se um esquema menos analítico, preservando-se, contudo, os objetivos maiores a serem alcançados neste trabalho.

Os atributos aludidos, e seus respectivos desdobramentos, são aqueles presentes no conjunto de arquivos enviados por cada Força, Marinha, Exército e Aeronáutica, refletindo a posição de janeiro de 2001. Os resultados pertinentes às Forças estão registrados neste relatório.

II.1 – CRÍTICAS E AJUSTAMENTO DOS DADOS

Os dados fornecidos para este estudo, como é comum em grandes massas cadastrais, revelaram algumas dificuldades. Para solver essas dificuldades, i) estimaram-se valores mais consistentes, quando possível, para os dados visivelmente viesados e, ii) abandonaram-se alguns registros com problemas insanáveis.

Os ajustes no cadastro, resultantes das críticas realizadas, vão resumidos a seguir:

1. Registros com Campos Críticos Incompletos

Os registros com zeros em campos imprescindíveis à avaliação, por exemplo, o montante da remuneração e do benefício, e a data de nascimento, foram inicialmente excluídos do estudo. Ao final, realizou-se um ajustamento por ampliação proporcional dos resultados para reincorporar esses registros.

2. Falta de Especificação no Cadastro

Houve falta de especificação no cadastro de:

Informações do Comando do Exército:

- Identificação de ex-combatentes;
- Identificação de pensionistas de militares ex-combatentes;

Informações do Comando da Marinha:

- Identificação de ex-combatentes;
- Identificação de pensionistas de militares ex-combatentes;

Informações do Comando da Aeronáutica:

- Identificação do grau de parentesco de pensionistas;
- Identificação de ex-combatentes;
- Identificação de pensionistas de militares ex-combatentes;

3. Teto de Benefício

Estabeleceu-se um teto de benefício de R\$ 11.000,00 para os futuros militares da reserva remunerada e reformados, bem como para seus respectivos pensionistas e beneficiários.

4. Idades Máxima e Mínima

Consideraram-se, para os atuais e futuros militares ativos das três Forças, as idades de 70 anos como a idade máxima e de 13 anos como a idade mínima para entrada no serviço militar.

Relativamente aos atuais militares inativos, considerou-se a idade máxima de 110 anos e a idade mínima de 13 anos. Para os atuais pensionistas e beneficiários, por sua vez, admitiu-se a idade máxima de 110 anos e a idade mínima de 0 anos.

5. Pensionistas e Beneficiários de Pensão

Na ausência de uma precisa identificação do inter-relacionamento entre os dados do militar titular e os de seus pensionistas, estimou-se, com base nos dados disponíveis, um conjunto de famílias-padrão, representativas de cada uma das Forças, subdivididas de acordo com o sexo do militar titular.

A análise dos registros de beneficiários de pensão militar, permitiu considerar que, em média, referidas famílias são compostas por um cônjuge e dois filhos, um do sexo masculino, de caráter temporário, e outro do sexo feminino, de caráter vitalício ou temporário. Este constructo tem por objetivo retratar as regras atuais e também futuras relacionadas aos benefícios de pensão aqui estudados.

As especificações adotadas para cada família-padrão estão anotadas na seção III – Bases Técnicas Atuariais, deste relatório.

6. Dados de Remuneração de Militares

Os registros dos militares ativos que apresentaram campos de remunerações com valores inferiores ao salário mínimo foram inicialmente excluídos do estudo. Ao

final, realizou-se um ajustamento por ampliação proporcional dos resultados para resgatar esses registros. As informações relativas aos montantes dos benefícios de inativos passaram por igual procedimento.

Ressalte-se aqui o tratamento dado aos vetores de remuneração para incorporarem, *i*) o aumento do salário mínimo previsto para o ano de 2001 e, *ii*) o reajuste a ser praticado nos percentuais referentes ao adicional de serviço militar, esperado para o ano de 2002.

III – BASES TÉCNICAS ATUARIAIS

A avaliação atuarial dos grupos sob análise foi procedida utilizando-se critérios, premissas, hipóteses e métodos de cálculos inerentes a esse procedimento, refletindo os resultados, com as limitações próprias de um extenso estudo estocástico prospectivo, a estimativa dos compromissos e direitos atuais e futuros da União relativos aos militares das três Forças: Marinha, Exército e Aeronáutica.

O Apêndice N.º 01 mostra a estrutura geral da trajetória previdencial dos militares, destacando-se as mudanças de *status* e as tábuas biométricas e laborais que traduzem essas transições.

III.1 – REPOSIÇÃO DOS CONTINGENTES DE MILITARES DA ATIVA

O modelo de análise adotado incorpora, em conjunto com os atuais militares, a entrada de novos militares até o horizonte de análise de 75 anos no futuro. A mecânica de reposição do grupo, que dá origem aos contingentes de novos entrados, foi aqui praticada com base na taxa de reposição de 1 para 1. Desta forma, o contingente de militares na ativa será mantido sempre constante durante todo o tempo futuro do estudo.

Para tanto, substitui-se o militar afastado, em decorrência da morte, da entrada em reserva remunerada ou reforma ou da retirada do serviço, por um novo militar que preserva, no instante da substituição, a mesma situação laboral e previdencial vigente na data de entrada em serviço do antigo militar que lhe deu origem.

III.2 – TÁBUAS BIOMÉTRICAS

A Tábua de Serviço para a análise, i) da sobrevivência/mortalidade, ii) da entrada em reserva remunerada ou reforma regulamentares, iii) da entrada em reforma por invalidez e, iv) da retirada dos militares da ativa, em ambiente tetradecremental, foi calculada com o método do Winklevoss/Bowers, a partir das tábuas AT49-Homens, de entrada em reserva remunerada ou reforma regulamentares, IAPB-57 Fraca e de desligamento por retirada do serviço militar, adiante comentadas.

A tábua Experiência do IAPC, teve seu emprego na determinação da sobrevivência/mortalidade dos militares inválidos.

III.2.1 – TÁBUA DE ROTATIVIDADE DE MILITARES DA ATIVA

Com base na experiência disponível registrada pela Aeronáutica relativamente às saídas de serviço dos seus militares, construiu-se uma tabela decremental de retiradas, por idade do militar, para representar todas as Forças da União. Este procedimento, acordado com os representantes de todas as Forças e do Ministério da Defesa, resultou da completeza e da consistência desses dados.

As estatísticas utilizadas para o cálculo da retirada em cada idade foram estabelecidas de acordo com, *i*) as saídas voluntárias e, *ii*) os desligamentos efetivos do serviço militar, ambos da Aeronáutica. Com base no quantitativo de militares que no ano de 2000 se retiraram do serviço militar em determinada idade, de forma voluntária ou não, e no respectivo contingente de militares nessa idade, calcularam-se as taxas decrementais de retirada para cada idade da fase ativa do serviço militar, empregando-se as técnicas atuariais pertinentes.

Os dados considerados se referem, contudo, somente às informações do ano de 2000. Por isso, tornou-se necessário graduar a primeira tábua obtida para minimizar as flutuações irregulares encontradas. Esse procedimento de graduação foi efetuado em duas etapas distintas: *i*) por interpolação e *ii*) por médias móveis.

A interpolação foi utilizada para as idades que não apresentavam informações de retiradas de serviço. Desta maneira, preencheram-se referidas lacunas com valores condizentes com todo o vetor de dados em questão. A técnica de médias móveis, por sua vez, foi empregada para suavizar os dados com a remoção das variações irregulares verificadas. Utilizou-se, para isso, uma média móvel centrada em períodos de cinco anos de idade.

III.2.2 – TÁBUA DE ENTRADA EM RESERVA REMUNERADA OU REFORMA

Com base, mais uma vez, na experiência registrada pela Aeronáutica quanto à entrada de militares da ativa em reserva remunerada, calculou-se uma tábua para os decrementos de entrada em reserva remunerada ou reforma, por idade do militar, para representar todas as Forças da União. Este procedimento, também acordado com os representantes de todos os Comandos das Forças e do Ministério da Defesa, resultou, novamente, da inteireza e do grau de consistência dos dados disponibilizados da Aeronáutica.

Desta maneira, apoiados no quantitativo de militares que no ano de 2000 ingressou na reserva remunerada em determinada idade, e do correspondente contingente de militares nessa idade, calcularam-se as taxas decrementais de entrada em reserva remunerada ou reforma, empregando-se novamente as técnicas atuariais

pertinentes.

Os dados utilizados cobrem apenas o reduzido período referente ao ano de 2000. Deste modo, tornou-se necessário graduar a tábua obtida para minimizar as flutuações irregulares encontradas. Este tratamento foi procedido com a técnica das médias móveis de 9 períodos, centrada entre a primeira e a última idade. Esta técnica é costumeiramente utilizada para suavizar tábuas, removendo variações irregulares em seus vetores de dados.

III.3 – FAMÍLIA-PADRÃO

A premissa de um conjunto de famílias-padrão representativas de cada Força, compostas de acordo com o sexo do militar titular, está baseada na análise dos beneficiários de pensão militar constantes dos dados cadastrais. Esta análise procurou evidenciar a estrutura média das famílias dos militares da ativa.

Constituíram-se, portanto, quatro famílias-padrão para cada Força, distinguindo-se militares titulares de ambos os sexos e suas respectivas idades médias, sendo as estruturas familiares constantes de:

- i) uma esposa ou um marido válidos;
- ii) uma filha, beneficiária de pensão militar vitalícia, e um filho, beneficiário de pensão militar temporário, ambos válidos; ou

uma filha, beneficiária de pensão militar temporária, e um filho, beneficiário de pensão militar temporário, ambos válidos.

Essas estruturas familiares procuram retratar também as modificações futuras a serem implementadas na concessão dos benefícios de pensão dos militares, quando da extinção futura da concessão de pensões vitalícias para beneficiário de pensão militar do sexo feminino.

As definições de cada família-padrão vão adiante relacionadas, considerando-se as respectivas idades médias de cada integrante da família, idades estas calculadas com base nos dados cadastrais:

Exército

~~Grupo~~ Grupo Atual – Militar Homem - Exército:

~~Militar~~ Militar Titular Homem;

- Esposa, 1 ano mais jovem que o titular;
- Filha, beneficiária de pensão militar vitalícia, nascida quando o titular contava com a idade de 23 anos;
- Filho, beneficiário de pensão militar temporário, nascido quando o titular contava com a idade de 24 anos;

Grupo Atual – Militar Mulher - Exército:

- Militar Titular Mulher;
- Marido, 1 ano mais jovem que a titular;
- Filha, beneficiária de pensão militar vitalícia, nascida quando a titular contava com a idade de 24 anos;
- Filho, beneficiário de pensão militar temporário, nascido quando a titular contava com a idade de 25 anos;

Grupo Futuro – Militar Homem - Exército:

- Militar Titular Homem;
- Esposa, 1 ano mais jovem que o titular;
- Filha, beneficiária de pensão militar temporária, nascida quando o titular contava com a idade de 23 anos;
- Filho, beneficiário de pensão militar temporário, nascido quando o titular contava com a idade de 24 anos;

Grupo Futuro – Militar Mulher - Exército:

- Militar Titular Mulher;
- Marido, 1 ano mais jovem que a titular;
- Filha, beneficiária de pensão militar temporária, nascida quando a titular contava com a idade de 24 anos;
- Filho, beneficiário de pensão militar temporário, nascido quando a titular contava com a idade de 25 anos;

Marinha

Grupo Atual – Militar Homem - Marinha:

- Militar Titular Homem;
- Esposa, 3 anos mais jovem que o titular;
- Filha, beneficiária de pensão militar vitalícia, nascida quando o titular contava com a idade de 26 anos;
- Filho, beneficiário de pensão militar temporário, nascido quando o titular contava com a idade de 28 anos;

Grupo Atual – Militar Mulher - Marinha:

- Militar Titular Mulher;
- Marido, 1 ano mais velho que a titular;
- Filha, beneficiária de pensão militar vitalícia, nascida quando a titular contava com a idade de 26 anos;
- Filho, beneficiário de pensão militar temporário, nascido quando a titular contava com a idade de 27 anos;

Grupo Futuro – Militar Homem - Marinha:

- Militar Titular Homem;
- Esposa, 3 anos mais jovem que o titular;
- Filha, beneficiária de pensão militar temporária, nascida quando o titular contava com a idade de 26 anos;
- Filho, beneficiário de pensão militar temporário, nascido quando o titular contava com a idade de 28 anos;

Grupo Futuro – Militar Mulher - Marinha:

- Militar Titular Mulher;
- Marido, 1 ano mais velho que a titular;
- Filha, beneficiária de pensão militar temporária, nascida quando a titular contava com a idade de 26 anos;
- Filho, beneficiário de pensão militar temporário, nascido quando a titular contava com a idade de 27 anos;

Grupo Atual – Militar Homem - Aeronáutica:

- Militar Titular Homem;
- Esposa, da mesma idade do titular;
- Filha, beneficiária de pensão militar vitalícia, nascida quando o titular contava com a idade de 20 anos;
- Filho, beneficiário de pensão militar temporário, nascido quando o titular contava com a idade de 24 anos;

Grupo Atual – Militar Mulher - Aeronáutica:

- Militar Titular Mulher;
- Marido, 4 anos mais velho que a titular;
- Filha, beneficiária de pensão militar vitalícia, nascida quando a titular contava com a idade de 27 anos;
- Filho, beneficiário de pensão militar temporário, nascido quando a titular contava com a idade de 28 anos;

Grupo Futuro – Militar Homem - Aeronáutica:

- Militar Titular Homem;
- Esposa, da mesma idade do titular;
- Filha, beneficiária de pensão militar temporária, nascida quando o titular contava com a idade de 20 anos;
- Filho, beneficiário de pensão militar temporário, nascido quando o titular contava com a idade de 24 anos

Grupo Futuro – Militar Mulher - Aeronáutica:

- Militar Titular Mulher;
- Marido, 4 anos mais velho que a titular;
- Filha, beneficiária de pensão militar vitalícia, nascida quando a titular contava com a idade de 27 anos;
- Filho, beneficiário de pensão militar temporária, nascido quando a titular contava com a idade de 28 anos;

As idades constantes dessas estruturas familiares serão usadas como referencial

para se estabelecer as idades dos beneficiários de pensão militar no estudo de uma família observada através do registro cadastral do militar titular.

III.4 – EVOLUÇÃO DAS REMUNERAÇÕES

O cálculo das evoluções salariais de cada Força foi efetuado distintamente para os subconjuntos de militares, Oficiais e Praças, considerando-se ainda a exclusão futura do adicional por tempo de serviço do valor total de suas remunerações.

Com o objetivo de avaliar a influência da extinção do adicional por tempo de serviço sobre as evoluções das remunerações futuras, calcularam-se fatores de ajustamento das projeções salariais incidentes sobre os salários médios de contribuição sem essa extinção, referentes a cada ano de serviço militar.

A experiência obtida dos registros da Aeronáutica quanto às progressões salariais dos seus militares foi utilizada para o cálculo desses fatores de ajustamento salarial, que foram aplicados na projeção dos vetores de remuneração das demais Forças, procedimento este acordado com os representantes de todas as Forças e do Ministério da Defesa.

Calculou-se, então, para toda a extensão do tempo de serviço, a remuneração integral média dos militares com e sem a extinção do adicional de tempo de serviço militar. Em seguida, dividiu-se a remuneração média sem o adicional pela remuneração média com o adicional, para cada ano de tempo de serviço, encontrando-se, ao final, os fatores de ajustamento salarial buscados, para todos os anos de serviço futuro da vida ativa dos militares em questão.

A aplicação destes fatores sobre os salários médios de contribuição resultou, assim, nos vetores de remunerações futuras a serem adotados como base para o cálculo das projeções salariais dos militares das três Forças, subdivididos ainda em Oficiais e Praças.

Referidos vetores de remunerações balizaram o ajustamento de equações de regressão, lineares, quadráticas ou exponenciais, que melhor representassem a evolução remuneratória particular de cada carreira, Oficiais e Praças, e de cada Força, Marinha, Exército e Aeronáutica.

III.5 – CONTRIBUIÇÕES PARA PENSÃO MILITAR E SUAS MODIFICAÇÕES

Conforme legislação em vigor, os militares ativos e na reserva remunerada ou reforma contribuem uniformemente com 7,5% sobre sua remuneração. No entanto, considerou-se que todos os atuais militares, ativos ou não, contribuiriam com mais 1,5%

para manter a pensão vitalícia referente aos beneficiários de pensão militar do sexo feminino e a lista de tipos de beneficiários anterior à edição da Medida Provisória nº 2131/2001. Deste modo, a contribuição total para pensão considerada neste estudo para os atuais militares, ativos ou não, foi de 9% sobre suas remunerações, premissa esta proveniente dos representantes do Ministério da Defesa e dos Comandos das Forças em questão.

A geração futura de militares, seguindo as modificações legislativas, contribuirá somente com 7,5% sobre sua remuneração, tendo em vista a extinção da pensão vitalícia referente aos beneficiários de pensão militar do sexo feminino e a alteração da lista de tipos de beneficiários prevista na MP nº 2131/2001.

IV – RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL

Os quadros postos em Apêndice trazem os resultados da avaliação atuarial dos militares da União.

A estrutura desses quadros mostra as seguintes tabelas e correspondentes gráficos:

Atuais Militares da Ativa, com Gerações Futuras, Atuais e Futuros Militares da Reserva Remunerada / Reforma e Pensionistas Atuais e Futuros:

- Contingentes de Militares da Ativa e da Reserva Remunerada / Reforma e Pensionistas;
- Esperanças Monetárias Anuais de Salários, Reservas Remuneradas / Reformas, Pensões e Contribuições para Pensão.

Os pares tabela-gráfico falam por si mesmo e apenas teceremos considerações gerais sobre os comportamentos das variáveis envolvidas, que estão fortemente dependentes das premissas adotadas para cada subconjunto do grupo total e das regras de interligação entre esses subconjuntos.

A cadeia de interligações entre esses subconjuntos pode ser assim resumida:

- os Militares na Ativa são incrementados a partir da população do país, e são decrementados pela morte, pelo desligamento, pela entrada em reserva remunerada / reforma antes do fim da carreira e pela reforma ao fim da carreira;
- os Militares na Reserva Remunerada / Reforma são incrementados pela entrada nessas duas condições e são decrementados apenas pela morte;
- os Militares na Reforma por Invalidez são incrementados pelos eventos da entrada em invalidez por doença ou por acidente e são decrementados somente pela morte;
- os Pensionistas são incrementados pela morte dos militares integrantes das três categorias acima e são decrementados pela morte e pelo alcançamento da idade limite para a dependência temporária.

Semelhantemente a um grupo humano, que se incrementa a partir dos filhos gerados pelo próprio grupo e se decrementa pela morte, o subconjunto dos Militares na Ativa se incrementa a partir dos decrementos ocorridos nele próprio, em respeito à reposição integral dos que se afastam por qualquer razão da vida ativa.

Diferentemente, os demais subconjuntos se incrementam a partir de eventos ocorridos em outros grupos, tornando mais complexa a previsão do comportamento de seus

contingentes. Contudo, o alcançamento do regime estacionário nos subconjuntos a montante de um dado subconjunto o leva também ao *steady state*, algum tempo depois.

Quando se fala em constância das forças incrementais e decrementais pretende-se dizer que essa estabilidade deve ser observada na estratificação por idades ou tempo de serviço, condição esta nem sempre obedecida em sistemas governados por regras institucionais que não guardam a necessária consistência com a força natural da morte, uma integrante importante do modelo analisado. Assim sendo, seria melhor falar em regime quase estacionário, oscilando em torno de um ponto de equilíbrio.

O primeiro par tabela-gráfico retrata a evolução dos subconjuntos que a compõem, inclusive o de pensionistas, destacando-se o fato, oriundo da premissa básica, de que o subconjunto dos Militares na Ativa deve permanecer constante praticando-se uma taxa de substituição de um para um, o que já lhe assegura o regime estacionário desde o início.

A constância, mas não a igualdade, da dinâmica de entradas e saídas nos subconjuntos de, i) Militares na Reserva Remunerada / Reforma e, ii) Militares na Reforma por Invalidez, faz com que demorem ao alcançar o regime estacionário, a partir de seus contingentes iniciais, o que é de se esperar pela Teoria Demográfica, sempre que forças incrementais e decrementais constantes por idade incidem sobre uma população.

Diferentemente, o subconjunto dos Pensionistas cresce inicialmente, para depois decrescer progressivamente, sem atingir o *steady state*, até horizonte de planejamento deste estudo, devido à inconstância da força de eliminação introduzida pela mudança nas regras de permanência das filhas beneficiárias de pensão militar que deixam de ser vitalícias e se tornam beneficiárias temporárias.

Mantida constante esta nova regra e também as que governam o comportamento dos três subconjuntos de militares que alimentam o subconjunto dos Pensionistas, este também atingirá o regime quase estacionário, o que somente vai acontecer além o horizonte de 75 anos desta análise.

O comportamento das curvas dos Militares na Reserva Remunerada / Reforma traz a lume um outro aspecto correlato desta mesma questão de interligação entre os subconjuntos, qual seja, a escolha das premissas sobre o fluxo na interface entre dois subconjuntos em contato.

Como a premissa de entrada em Reserva Remunerada foi extraída da experiência da Aeronáutica, somente para o ano de 2000, e foi aplicada a todas as Forças, fosse essa uma perfeita premissa e estivessem os subconjunto de Reserva Remunerada / Reforma já em seu estado estacionário nas Forças, seus respectivos contingentes não deveriam se alterar significativamente. Alterações observadas significam que as duas condições acima não foram simultânea e perfeitamente cumpridas destacando-se a premissa que se apoia em um só ano e em uma só Força.

Se a curva do contingente de Reserva Remunerada / Reforma saiu de um patamar menor e se estabilizou em patamar maior, conclui-se que a premissa está produzindo mais

entradas em Reservas Remuneradas do que anteriormente, afirmando-se o contrário se inversa é a movimentação dessa curva. Raciocínio idêntico pode ser feito com relação a qualquer outro par de subconjuntos em contato.

Os modelos são sempre simplificações da realidade e o desta análise não é uma exceção. Daí porque suas projeções terão menor qualidade à medida que se caminha para o futuro, tendo em vista a potencialização de pequenas discrepâncias entre o realizado e o idealizado. Projeções com mais de cinco anos já devem ser vistas com cautela.

Entende-se agora porque o atuário é tão demandante por dados estatísticos do passado recente para deles extrair procuradores de comportamentos futuros das variáveis relevantes de seus modelos.

A segunda variável analisada, as Esperanças Monetárias dos diversos agregados econômicos presentes na análise, como os salários e os diferentes benefícios, são o objeto de outro par tabela-gráfico.

Há aqui, também, um encadeamento de variáveis, começando com salários e se desdobrando em contribuições e diversos benefícios, razão por que o estudo da progressão salarial é outro componente crítico neste estudo.

Montar as equações simbólicas algébricas de todas as muitas possibilidades dessas progressões salariais nas três Forças, com base nos regulamentos que as governam é, em termos práticos, uma tarefa inviável. Um procedimento indireto, de satisfatória qualidade, consiste em reunir os dados de determinada massa de assalariados de uma mesma categoria num espaço salário X tempo de serviço, calcular suas médias por tempo de labor, regressionar essas médias com diversas equações de regressão e selecionar aquela que melhor aderir à nuvem de pontos médios.

Esses resultados serão tanto melhores quanto maior for a massa, mais próximas forem as idades de entrada e mais regulares forem as promoções entre níveis salariais consecutivos, condições estas presentes em boa medida nas Forças Armadas. Entre as melhores regressões escolhidas há equações exponenciais, lineares e quadrática, todas com R^2 maiores que 87,5%.

Essas regressões não serão usadas para se determinar o salário de cada indivíduo presente na base cadastral, mas apenas para determinar a tendência de seu salário futuro, a partir do salário presente em seu registro individual, no processo de projetar seu salário para todos os anos no futuro e, em cada ano, se for o caso, para determinar os proventos de Reserva Remunerada / Reforma Antecipada, de Reforma Final e de Pensão.

As esperanças matemáticas das consequências econômicas de cada um desses cursos de eventos, calculados para o todo do grupo a partir da projeção dos contingentes e da projeção dos salários individuais estão mostradas nesta seção.

Enfado é seria comentar, e perigoso seria tentar explicar, aqui o comportamento de tantos vetores de variáveis tão complexas em sua constituição. Os números e as curvas,

contudo, permitem ao leitor, desvendar suas magnitudes e evoluções, debaixo do jugo do modelo de análise, dos dados primários fornecidos e das premissas adotadas.

Este é o nosso Relatório.

Fortaleza, 07 de abril de 2001

Probus Suporte Empresarial S/C Ltda.

Emílio Recamonde Capelo

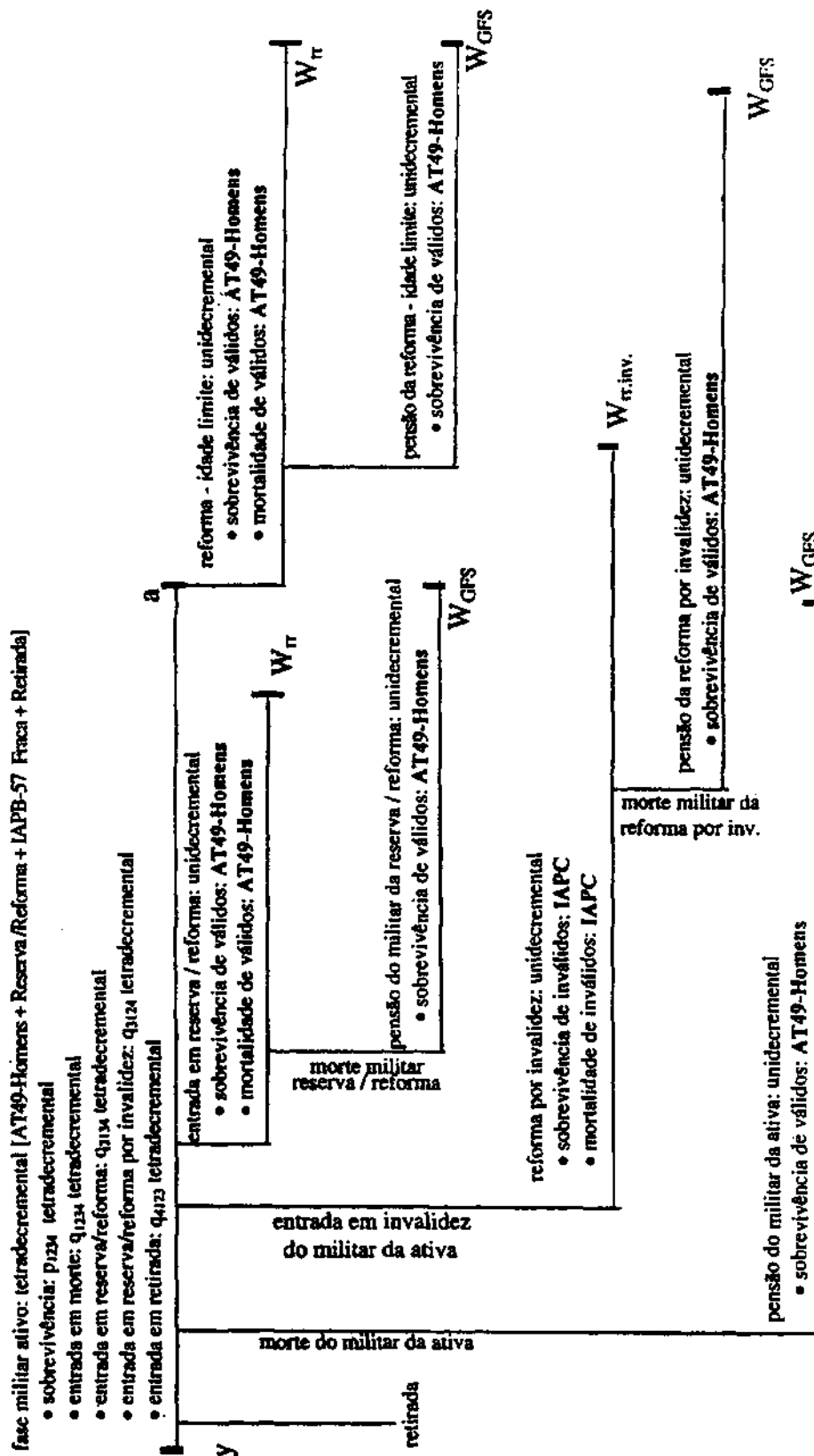
Atuário

Membro do Instituto Brasileiro de Atuária - MIBA

Membro da Associação Internacional de Atuária - MIAA

V – APÊNDICES

APÊNDICE N.º 01 **Militares das Forças Armadas Brasileiras** **Trajatória Previdencial**



NOTAS: W_{π} = Idade Inatingível de reserva / reforma; $W_{\pi, inv}$ = Idade Inatingível de reserva / reforma por invalidez; W_{GFS} = Idade Inatingível do grupo familiar sobrevivente.

Quadro N.º 1
Governo Federal - Poder Executivo - Forças Armadas
Atuais Militares da Ativa - com Gerações Futuras
Atuais e Futuros Militares da Reserva Remunerada / Reforma e Pensionistas
Contingentes de Militares e Pensionistas

Posição: Jan./2001

ANO	MILITARES NA ATIVA	MILITARES NA RESERVA REMUNERADA / REFORMA	MILITARES NA REFORMA POR INVALIDEZ	PENSIONISTAS
2001	259.362	111.863	15.613	168.374
2002	259.362	110.223	14.060	173.010
2003	259.362	110.223	14.060	173.010
2004	259.362	110.514	12.765	177.548
2005	259.362	111.615	11.728	181.828
2006	259.362	113.528	10.897	185.838
2007	259.362	116.262	10.225	189.542
2008	259.362	119.760	9.680	192.906
2009	259.362	123.753	9.234	195.885
2010	259.362	127.589	8.868	198.424
2011	259.362	131.518	8.570	200.479
2012	259.362	135.586	8.325	202.007
2013	259.362	139.718	8.121	202.989
2014	259.362	143.932	7.957	203.354
2015	259.362	148.243	7.825	203.157
2016	259.362	152.646	7.717	202.428
2017	259.362	157.143	7.610	201.381

PROBUS Suporte Empresarial S/C Ltda.

Quadro N.º 1
Governo Federal - Poder Executivo - Forças Armadas
Atuais Militares da Ativa - com Gerações Futuras
Atuais e Futuros Militares da Reserva Remunerada / Reforma e Pensionistas
Contingentes de Militares e Pensionistas

Posição: Jan./2001

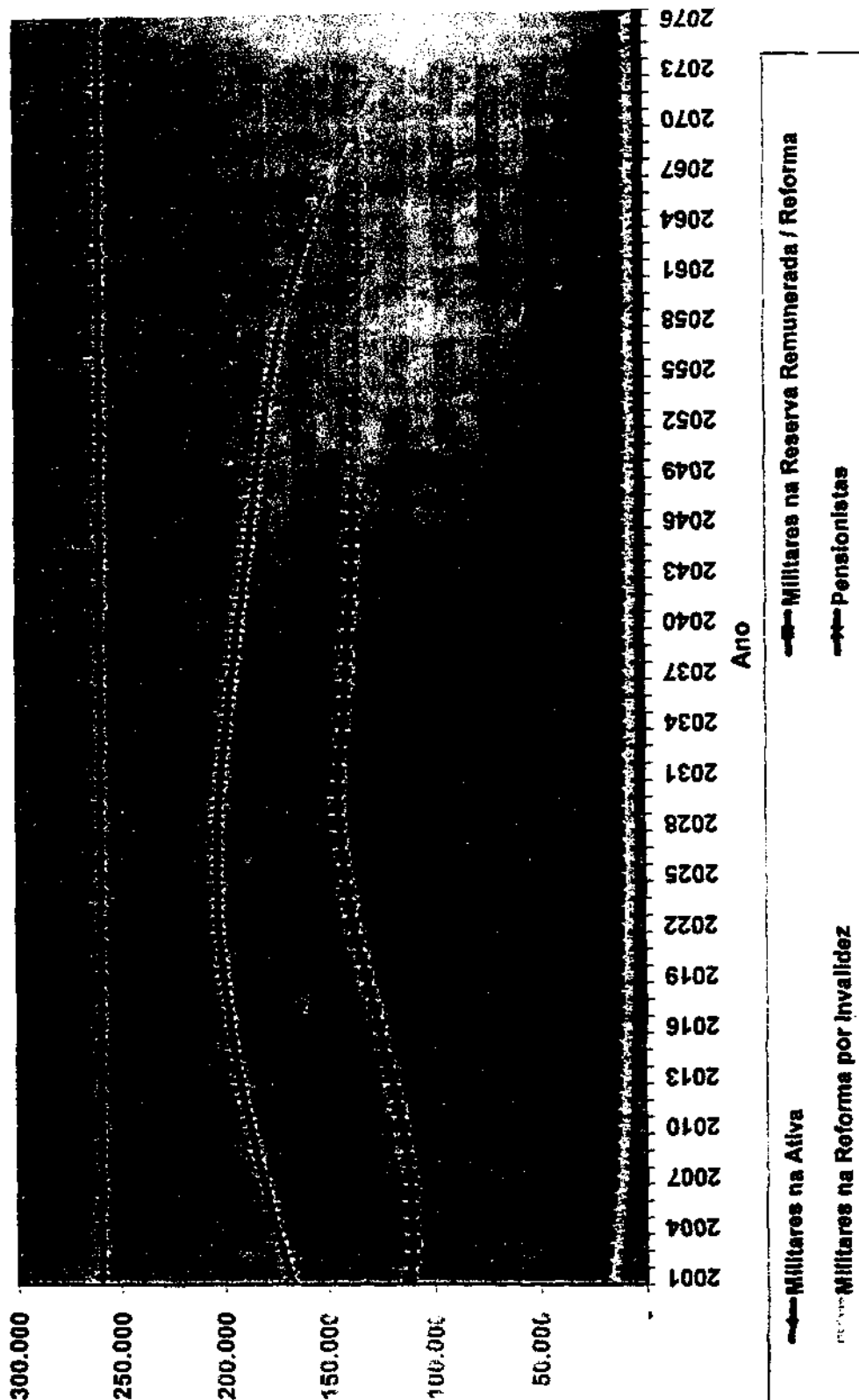
ANO	MILITARES NA ATIVA	MILITARES NA RESERVA REMUNERADA / REFORMA	MILITARES NA REFORMA POR INVALIDEZ	PENSIONISTAS
2031	259.362	144.176	7.630	201.230
2033	259.362	142.997	7.565	199.688
2035	259.362	141.568	7.524	197.845
2037	259.362	140.606	7.498	195.854
2039	259.362	139.614	7.461	193.767
2041	259.362	138.715	7.472	191.639
2043	259.362	137.958	7.467	189.502
2045	259.362	137.298	7.484	187.368
2047	259.362	136.734	7.461	185.221
2049	259.362	136.193	7.458	183.019
2051	259.362	135.652	7.454	180.886
2053	259.362	135.168	7.452	178.124
2055	259.362	134.704	7.449	175.219
2057	259.362	134.253	7.448	171.859
2059	259.362	133.871	7.448	167.947

Quadro N.º 1
Governo Federal - Poder Executivo - Forças Armadas
Atuais Militares da Ativa - com Gerações Futuras
Atuais e Futuros Militares da Reserva Remunerada / Reforma e Pensionistas
Contingentes de Militares e Pensionistas

Posição: Jan./2001

ANO	MILITARES NA ATIVA	MILITARES NA RESERVA REMUNERADA / REFORMA	MILITARES NA REFORMA POR INVALIDEZ	PENSIONISTAS
2061	259.362	133.724	7.449	163.411
2063	259.362	133.454	7.452	158.213
2065	259.362	133.224	7.455	152.349
2067	259.362	133.208	7.458	145.859
2069	259.362	133.318	7.461	138.824
2071	259.362	133.481	7.463	131.380
2073	259.362	133.675	7.465	123.711
2075	259.362	133.865	7.468	116.042
2076	259.362	133.870	7.468	112.283

Quadro N.º 2
Governo Federal - Poder Executivo - Forças Armadas
Atuais Militares da Ativa - com Gerações Futuras
Atuais e Futuros Militares da Reserva Remunerada / Reforma e Pensionistas
Contingentes de Militares e Beneficiários



Quadro N° 3
Governo Federal - Poder Executivo - Forças Armadas
Atuais Militares da Ativa - com Gerações Futuras
Atuais e Futuros Militares da Reserva Remunerada / Reforma e Grupos Pensionistas
Esperanças Monetárias Anuais de Salários, Reservas Remuneradas, Reformas,
Pensões e Contribuições para Pensão

ANO	ATIVOS		RESERVA REMUNERADA / REFORMA	REFORMA POR INVALIDEZ	PENSÕES	CONTRIBUIÇÕES PARA PENSÃO
	REMUNERAÇÃO TOTAL	SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO				
2001	6.769.161.588,25	5.280.477.796,38	4.581.284.118,91	598.629.235,59	4.419.676.102,73	941.525.203,58
2002	6.833.887.861,08	5.363.619.750,59	4.633.887.861,08	539.811.227,80	4.895.492.484,99	1.004.877.659,38
2003	6.908.303.156,59	5.448.030.538,15	4.684.462.466,70	467.895.278,43	5.135.024.261,97	1.029.081.725,40
2004	7.003.803.156,59	5.533.030.538,15	4.735.462.466,70	411.707.280,47	5.359.163.315,44	1.058.773.240,10
2005	7.108.803.156,59	5.628.030.538,15	4.786.462.466,70	367.833.174,28	5.567.590.832,02	1.087.068.161,85
2006	7.213.803.156,59	5.723.030.538,15	4.837.462.466,70	333.663.844,79	5.759.135.653,42	1.120.311.666,02
2007	7.318.803.156,59	5.818.030.538,15	4.888.462.466,70	307.099.185,38	5.932.390.897,98	1.156.194.944,48
2008	7.423.803.156,59	5.913.030.538,15	4.939.462.466,70	286.269.472,85	6.085.461.033,49	1.193.502.454,21
2009	7.528.803.156,59	6.008.030.538,15	5.000.462.466,70	269.776.959,09	6.216.268.106,76	1.229.965.660,78
2010	7.633.803.156,59	6.103.030.538,15	5.051.462.466,70	256.608.075,34	6.323.001.890,78	1.264.921.937,64
2011	7.738.803.156,59	6.198.030.538,15	5.102.462.466,70	245.901.080,36	6.404.172.244,26	1.297.357.628,43
2012	7.843.803.156,59	6.293.030.538,15	5.153.462.466,70	236.940.274,53	6.458.665.574,21	1.324.535.837,41
2013	7.948.803.156,59	6.388.030.538,15	5.204.462.466,70	229.471.405,60	6.486.381.243,92	1.344.660.871,76
2014	8.053.803.156,59	6.483.030.538,15	5.255.462.466,70	223.271.551,68	6.488.139.856,10	1.358.301.580,63
2015	8.158.803.156,59	6.578.030.538,15	5.306.462.466,70	218.134.267,60	6.466.196.340,48	1.365.398.772,36
2016	8.263.803.156,59	6.673.030.538,15	5.357.462.466,70	213.091.288,64	6.413.038.501,93	1.365.398.772,36

PROBUS Suporte Empresarial S/C Ltda.

Quadro N° 3
Governo Federal - Poder Executivo - Forças Armadas
Atuais Militares da Ativa - com Gerações Futuras
Atuais e Futuros Militares da Reserva Remunerada / Reforma e Grupos Pensionistas
Esperanças Monetárias Anuais de Salários, Reservas Remuneradas, Reformas,
Pensões e Contribuições para Pensão

ANO	ATIVOS		RESERVA REMUNERADA / REFORMA	REFORMA POR INVALIDEZ	PENSÕES	CONTRIBUIÇÕES PARA PENSÃO
	REMUNERAÇÃO TOTAL	SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO				
2031	6.778.898,151,85	5.179.288,404,74	6.024.887,517,89	213.952,815,98	6.423.907,759,37	1.386.122,367,65
2033	6.835.052,395,73	5.233.400,748,28	5.931.681,287,12	210.805,724,21	6.365.653,170,63	1.362.344,597,27
2035	6.892.919,405,10	5.287.180,325,41	5.835.767,842,58	208.680,986,21	6.296.073,777,87	1.358.305,853,00
2037	6.935.479,982,40	5.320.998,511,55	5.759.603,683,49	207.276,889,17	6.219.202,349,31	1.349.977,558,05
2039	6.975.409,735,85	5.356,427,104,72	5.686,864,412,33	206,367,817,73	6,138,268,425,41	1,342,577,586,52
2041	7.008,773,305,38	5,382,348,204,14	5,622,189,730,87	205,847,883,93	6,055,748,417,27	1,334,128,787,24
2043	7,026,746,513,91	5,397,430,929,88	5,567,495,580,16	205,595,013,35	5,973,282,537,74	1,325,020,135,39
2045	7,035,725,205,88	5,403,262,415,32	5,521,581,704,90	205,494,393,82	5,891,747,432,71	1,315,447,393,75
2047	7,033,850,053,59	5,399,804,862,91	5,463,799,682,86	205,483,744,51	5,811,179,237,49	1,305,811,687,83
2049	7,024,397,084,76	5,390,478,298,95	5,451,261,980,59	205,448,987,23	5,730,548,564,78	1,295,827,687,32
2051	7,010,399,334,77	5,377,687,208,21	5,422,118,124,12	205,440,395,08	5,647,637,228,86	1,285,886,713,35
2053	6,992,683,359,04	5,361,688,209,85	5,397,498,834,57	205,448,905,85	5,559,124,424,11	1,276,227,684,84
2055	6,975,348,871,11	5,346,731,480,24	5,375,885,686,92	205,469,053,88	5,460,927,843,57	1,267,529,877,61
2057	6,961,272,429,87	5,335,067,408,30	5,358,786,287,63	205,511,862,87	5,348,826,983,87	1,259,828,947,56
2059	6,950,990,778,51	5,326,527,448,07	5,341,955,493,30	205,582,517,87	5,219,112,418,72	1,253,472,748,63
2061	6,942,110,025,36	5,320,837,818,25	5,336,979,624,67	205,625,824,67	5,135,729,620,99	1,250,908,610,60

Posição: Jan./2001

R\$ 1,00

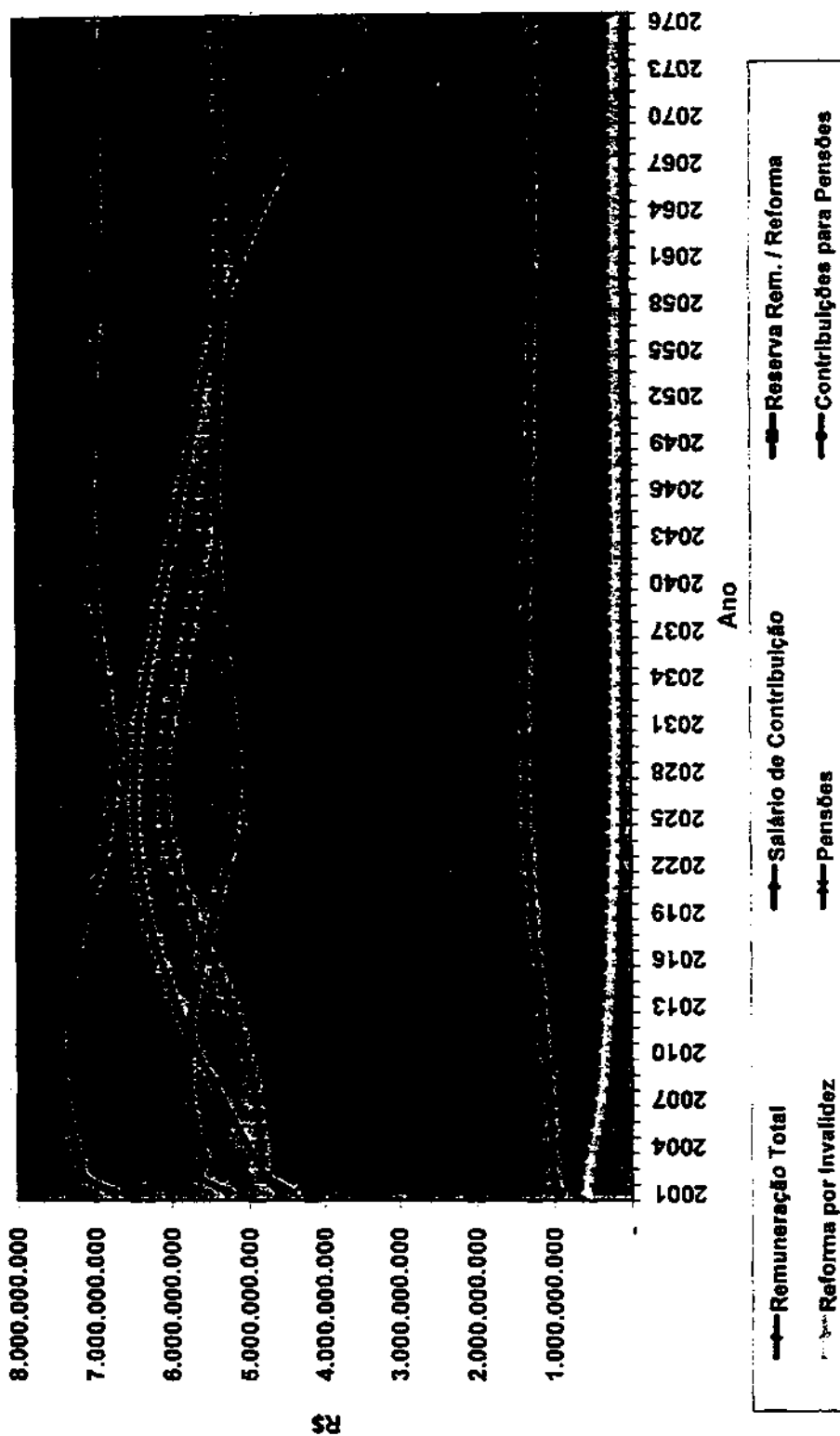
Quadro N° 3
Governo Federal - Poder Executivo - Forças Armadas
Atuais Militares da Ativa - com Gerações Futuras
Atuais e Futuros Militares da Reserva Remunerada / Reforma e Grupos Pensionistas
Esperanças Monetárias Anuais de Salários, Reservas Remuneradas, Reformas,
Pensões e Contribuições para Pensão

ANO	ATIVOS		RESERVA REMUNERADA / REFORMA	REFORMA POR INVALIDEZ	PENSÕES	CONTRIBUIÇÕES PARA PENSÃO
	REMUNERAÇÃO TOTAL	SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO				
2061	6.945.155,16	5.321.964,793,12	5.332.008.598,95	205.670.069,84	5.069.094.578,34	1.248.672.629,63
2062	6.945.155,16	5.321.964,793,12	5.332.008.598,95	205.670.069,84	5.069.094.578,34	1.248.672.629,63
2063	6.943.474,592,04	5.320.951,976,30	5.327.520.890,96	205.768.677,58	4.897.438.738,42	1.245.502.681,68
2064	6.945.585,512,01	5.323.320,199,94	5.327.980.329,38	205.865.405,97	4.704.267.016,11	1.243.858.919,66
2065	6.945.585,512,01	5.323.320,199,94	5.327.980.329,38	205.865.405,97	4.704.267.016,11	1.243.858.919,66
2066	6.949.711,884,63	5.327.134,799,34	5.333.481.226,98	205.950.886,14	4.491.228.494,17	1.243.589.571,48
2067	6.954.151,804,17	5.330.868,806,83	5.343.432.296,14	206.016.849,84	4.261.494.397,08	1.244.366.712,98
2068	6.954.151,804,17	5.330.868,806,83	5.343.432.296,14	206.016.849,84	4.261.494.397,08	1.244.366.712,98
2069	6.959.275,051,53	5.335.437,472,18	5.354.626.589,97	206.052.318,47	4.019.788.509,58	1.245.752.698,25
2070	6.959.275,051,53	5.335.437,472,18	5.354.626.589,97	206.052.318,47	4.019.788.509,58	1.245.752.698,25
2071	6.964.042,965,23	5.339.484,271,28	5.365.536.239,88	206.061.700,14	3.772.281.269,42	1.247.311.238,89
2072	6.964.042,965,23	5.339.484,271,28	5.365.536.239,88	206.061.700,14	3.772.281.269,42	1.247.311.238,89
2073	6.967.907,510,63	5.342.712,667,30	5.374.721.065,83	206.048.188,67	3.528.251.325,75	1.248.722.740,95
2074	6.967.907,510,63	5.342.712,667,30	5.374.721.065,83	206.048.188,67	3.528.251.325,75	1.248.722.740,95
2075	6.967.907,510,63	5.342.712,667,30	5.374.721.065,83	206.048.188,67	3.528.251.325,75	1.248.722.740,95

Posição: Jan./2001

R\$ 1,00

Quadro N.º 4
Governo Federal - Poder Executivo - Forças Armadas
Atuais Militares da Ativa - com Gerações Futuras
Atuais e Futuros Militares da Reserva Remunerada / Reforma e Pensionistas
Esperanças Monetárias Anuais de Salários, Reservas Remuneradas, Reformas, Pensões e Contribuições para Pensões





CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2002

PROJETO DE LEI N.º 4, DE 2001-CN

**DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA
LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2002 E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

Parecer Final

Presidente: Senador CARLOS BEZERRA
Relatora: Deputada LÚCIA VÂNIA

TABELA I
EMENDAS POR AUTOR
TEXTO

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO TEXTO - por AUTOR - EMENDAS APROVADAS E APROVADAS PARCIALMENTE

EMENDA	PARECER	PARTIDO:	PC DO B	UF: DF
AUTOR AGNELO QUEIROZ				
785	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
789	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
791	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
792	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
796	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
798	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
799	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
803	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
804	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
805	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
806	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
807	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
808	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
809	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
810	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
811	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
813	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
814	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
815	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
816	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
889	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
890	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
891	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
1388	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
AUTOR AIRTON DIPP				
		PARTIDO:	PDT	UF: RS
576	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
577	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
578	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
580	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
581	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
584	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
585	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
586	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
588	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
590	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
593	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
594	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
595	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
597	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
598	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
AUTOR ALEXANDRE SANTOS				
		PARTIDO:	PSDB	UF: RJ
817	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
818	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
819	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
821	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
822	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
823	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
824	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
825	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO TEXTO - por AUTOR - EMENDAS APROVADAS E APROVADAS PARCIALMENTE

EMENDA		PARECER			
AUTOR ALMIR SÁ			PARTIDO:	PPB	UF: RR
961	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
964	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
965	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
966	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
971	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
974	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
976	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
978	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
AUTOR ÁLVARO DIAS			PARTIDO:	PSDB	UF: PR
200	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
AUTOR AMIR LANDO			PARTIDO:	PMDB	UF: RO
880	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
881	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
882	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
883	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
884	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
AUTOR ANTONIO CARLOS KONDER REIS			PARTIDO:	PFL	UF: SC
1419	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
1421	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
1490	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
AUTOR ARMANDO ABÍLIO			PARTIDO:	PMDB	UF: PB
565	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
AUTOR ARNALDO FARIA DE SÁ			PARTIDO:	PPB	UF: SP
991	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
992	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
993	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
AUTOR ÁTILA LIRA			PARTIDO:	PSDB	UF: PI
53	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
AUTOR BARBOSA NETO			PARTIDO:	PMDB	UF: GO
1762	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
AUTOR CARLOS BATATA			PARTIDO:	PSDB	UF: PE
643	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
644	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
645	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
AUTOR CARLOS PATROCÍNIO			PARTIDO:	PFL	UF: TO
722	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
723	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
724	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
AUTOR CLEMENTINO COELHO			PARTIDO:	PPS	UF: PE
1540	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
AUTOR EDUARDO BARBOSA			PARTIDO:	PSDB	UF: MG
945	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
950	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
951	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO TEXTO - por AUTOR - EMENDAS APROVADAS E APROVADAS PARCIALMENTE

EMENDA PARECER

952 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 953 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 956 APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

AUTOR EFRAIM MORAIS

PARTIDO: PFL UF: PB

244 APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 245 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 246 APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 249 APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 250 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 252 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

AUTOR EUJÁCIO SIMÕES

PARTIDO: PL UF: BA

667 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 669 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 671 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 672 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 676 APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 677 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 678 APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 681 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 682 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 771 APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 773 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 774 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 775 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 776 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 777 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 778 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 779 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 780 APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 781 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

AUTOR EURÍPEDES MIRANDA

PARTIDO: PDT UF: RO

464 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 466 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 467 APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 469 APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 470 APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 473 APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 475 APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 477 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 479 APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 482 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 483 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 486 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

AUTOR FERNANDO CORUJA

PARTIDO: PDT UF: SC

316 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 318 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 323 APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 324 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 326 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 328 APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO TEXTO - por AUTOR - EMENDAS APROVADAS E APROVADAS PARCIALMENTE

EMENDA	PARECER
330	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
334	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
335	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
338	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
339	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
340	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
341	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
342	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
343	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
344	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
345	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
346	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
347	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
348	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
350	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
351	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
AUTOR GASTÃO VIEIRA	
	PARTIDO: PMDB UF: MA
290	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
291	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
292	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
293	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
296	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
297	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
298	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
300	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
301	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
302	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
304	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
306	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
307	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
309	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
310	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
1547	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
1548	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
1549	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
1550	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
1551	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
1553	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
1556	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
1557	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
1558	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
1560	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
AUTOR GILBERTO MESTRINHO	
	PARTIDO: PMDB UF: AM
606	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
607	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
AUTOR GILMAR MACHADO	
	PARTIDO: PT UF: MG
197	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
AUTOR GIOVANNI QUEIROZ	
	PARTIDO: PDT UF: PA
511	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
512	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO TEXTO - por AUTOR - EMENDAS APROVADAS E APROVADAS PARCIALMENTE

EMENDA PARECER

522 APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 535 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 536 APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 537 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 538 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 539 APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 540 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 541 APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 542 APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 543 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 544 APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 545 APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 546 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 547 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 548 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 549 APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 550 APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 551 APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 552 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 553 APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 554 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 562 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 563 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

AUTOR GONZAGA PATRIOTA

PARTIDO: PSB UF: PE

735 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 737 APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 739 APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 740 APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 741 APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 742 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 743 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 744 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 745 APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 746 APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 747 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 748 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

AUTOR IVANIO GUERRA

PARTIDO: PFL UF: PR

718 APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 719 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

AUTOR JANDIRA FEGHALI

PARTIDO: PC DO B UF: RJ

1660 APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

AUTOR JOÃO COSE

PARTIDO: PT UF: ES

1242 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 1243 APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 1248 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 1249 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 1251 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 1253 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 1257 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 1259 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTÁRIOS, PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO TEXTO - por ALCOR - EMENDAS APROVADAS E APROVADAS PARCIALMENTE

EMENDA	PARECER			
1263	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
1264	APROVADO PARCIALMENTE, NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
1265	APROVADO PARCIALMENTE, NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
1266	APROVADO PARCIALMENTE, NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
1267	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
1268	APROVADO PARCIALMENTE, NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
1271	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
1274	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
1278	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
1279	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
1280	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
1281	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
1282	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
1283	APROVADO PARCIALMENTE, NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
1285	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
1286	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
1288	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
1290	APROVADO PARCIALMENTE, NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
1292	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
1294	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
1295	APROVADO PARCIALMENTE, NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
1296	APROVADO PARCIALMENTE, NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
1297	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
1299	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
1300	APROVADO PARCIALMENTE, NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
1301	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
1302	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
1303	APROVADO PARCIALMENTE, NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
1304	APROVADO PARCIALMENTE, NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
1305	APROVADO PARCIALMENTE, NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
1306	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
1309	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
1310	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
1311	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
1315	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
1316	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
1317	APROVADO PARCIALMENTE, NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
1318	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
1321	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
1325	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
1326	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
1329	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
1330	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
1331	APROVADO PARCIALMENTE, NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
AUTOR JOÃO GRANDÃO				
1004	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			UF: MS
AUTOR JORGE BITTAR				
438	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			UF: RJ
768	APROVADO PARCIALMENTE, NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
770	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
AUTOR JOSÉ CARLOS ELIAS				
				UF: ES

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO TEXTO - por AUTOR - EMENDAS APROVADAS E APROVADAS PARCIALMENTE

EMENDA	PARECER			
657	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
658	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
659	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
660	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
661	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
662	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
663	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
664	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
AUTOR JOVAIR ARANTES				
		PARTIDO:	PSDB	UF: GO
1179	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
1180	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
1181	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
AUTOR LEOMAR QUINTANILHA				
		PARTIDO:	PPB	UF: TO
383	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
384	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
398	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
399	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
400	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
AUTOR LIDIA QUINAN				
		PARTIDO:	PSDB	UF: GO
648	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
649	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
650	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
651	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
AUTOR LÚCIO ALCÂNTARA				
		PARTIDO:	PSDB	UF: CE
1031	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
1033	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
1040	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
AUTOR MÁRCIO REINALDO MOREIRA				
		PARTIDO:	PPB	UF: MG
275	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
277	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
279	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
280	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
283	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
285	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
289	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
AUTOR MIRO TEIXEIRA				
		PARTIDO:	PDT	UF: RJ
529	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
532	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
AUTOR MOZARILDO CAVALCANTI				
		PARTIDO:	PFL	UF: RR
18	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
19	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
AUTOR NABOR JUNIOR				
		PARTIDO:	PMDB	UF: AC
569	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
570	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
571	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
572	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
573	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO TEXTO - por AUTOR - EMENDAS APROVADAS E APROVADAS PARCIALMENTE

EMENDA PARECER

574 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

AUTOR NAIR XAVIER LOBO

PARTIDO: PMDB UF: GO

1377 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 1378 APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 1379 APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 1380 APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 1381 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

AUTOR NELSON MARCHEZAN

PARTIDO: PSDB UF: RS

830 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

AUTOR NEUTON LIMA

PARTIDO: PFL UF: SP

1613 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 1614 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 1616 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 1617 APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 1618 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 1619 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 1621 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 1622 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 1624 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 1628 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 1635 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

AUTOR NILSON MOURÃO

PARTIDO: PT UF: AC

930 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

AUTOR ORLANDO DESCONSI

PARTIDO: PT UF: RS

1073 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

AUTOR OSVALDO COELHO

PARTIDO: PFL UF: PE

1044 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 1045 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

AUTOR PADRE ROQUE

PARTIDO: PT UF: PR

412 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 413 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 414 APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 417 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 418 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 420 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 421 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 422 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 425 APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 426 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 427 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 429 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 431 APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 432 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 434 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

AUTOR PAULO HARTUNG

PARTIDO: PPS UF: ES

1338 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 1339 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO TEXTO - por AUTOR - EMENDAS APROVADAS E APROVADAS PARCIALMENTE

EMENDA	PARECER			
1340	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
1341	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
1342	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
1408	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
1409	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
1413	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
AUTOR PAULO KOBAYASHI				
		PARTIDO:	PSDB	UF: SP
374	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
375	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
376	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
377	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
378	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
379	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
380	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
381	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
AUTOR PAULO MOURÃO				
		PARTIDO:	PSDB	UF: TO
267	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
AUTOR PAULO OCTAVIO				
		PARTIDO:	PFL	UF: DF
454	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
AUTOR PAULO ROCHA				
		PARTIDO:	PT	UF: PA
1366	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
1368	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
AUTOR PEDRO CELSO				
		PARTIDO:	PT	UF: DF
692	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
693	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
1220	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
AUTOR POMPEO DE MATTOS				
		PARTIDO:	PDT	UF: RS
222	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
224	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
225	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
227	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
228	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
229	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
230	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
231	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
232	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
233	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
234	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
235	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
236	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
239	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
241	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
242	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
AUTOR RENATO VIANNA				
		PARTIDO:	PMDB	UF: SC
753	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
754	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
755	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
756	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO TEXTO - por AUTOR - EMENDAS APROVADAS E APROVADAS PARCIALMENTE

EMENDA PARECER

AUTOR RICARDO FERRAÇO

PARTIDO: PSDB UF: ES

165 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 167 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 168 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 170 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 171 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 172 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 173 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

AUTOR ROMERO JUCA

PARTIDO: PSDB UF: RR

4 APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

AUTOR SANTOS FILHO

PARTIDO: PFL UF: PR

457 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 458 APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 460 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

AUTOR SEBASTIÃO ROCHA

PARTIDO: PDT UF: AP

761 APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 762 APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 764 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 765 APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

AUTOR SÉRGIO MIRANDA

PARTIDO: PC DO B UF: MG

1440 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 1441 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 1766 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 1767 APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 1769 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 1770 APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 1771 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 1772 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 1774 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 1775 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 1776 APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 1777 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 1779 APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 1780 APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 1782 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 1783 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 1786 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 1787 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 1793 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 1796 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 1800 APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 1801 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 1803 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 1804 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 1805 APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 1806 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 1807 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 1808 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 1809 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
 1810 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO TEXTO - por AUTOR - EMENDAS APROVADAS E APROVADAS PARCIALMENTE

EMENDA PARECER

1811 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

AUTOR SOCORRO GOMES

PARTIDO: PC DO B UF: PA

1682 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

1685 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

AUTOR TELMA DE SOUZA

PARTIDO: PT UF: SP

1535 APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

1536 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

1563 APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

1569 APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

AUTOR VANESSA GRAZZIOTIN

PARTIDO: PC DO B UF: AM

177 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

178 APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

179 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

180 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

181 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

182 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

183 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

185 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

186 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

190 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

AUTOR VIRGÍLIO GUIMARÃES

PARTIDO: PT UF: MG

843 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

844 APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

849 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

850 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

852 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

854 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

859 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

862 APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

863 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

864 APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

865 APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

866 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

867 APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

868 APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

869 APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

871 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

875 APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

1813 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

1814 APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

1815 APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO TEXTO - por AUTOR - EMENDAS REJEITADAS

EMENDA PARECER

AUTOR AGNELO QUEIROZ

PARTIDO: PC DO B UF: DF

786 REJEITADO
 787 REJEITADO
 788 REJEITADO
 790 REJEITADO POR CONFLITAR COM DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS OU DE LEI COMPLEMENTAR
 793 REJEITADO
 794 REJEITADO
 795 REJEITADO
 797 REJEITADO
 800 REJEITADO
 801 REJEITADO
 802 REJEITADO
 812 REJEITADO

AUTOR AIRTON DIPP

PARTIDO: PDT UF: RS

14 REJEITADO
 575 REJEITADO
 579 REJEITADO
 582 REJEITADO
 583 REJEITADO
 587 REJEITADO
 589 REJEITADO
 591 REJEITADO
 592 REJEITADO
 596 REJEITADO POR CONFLITAR COM DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS OU DE LEI COMPLEMENTAR
 599 REJEITADO

AUTOR ALEXANDRE SANTOS

PARTIDO: PSDB UF: RJ

820 REJEITADO

AUTOR ALMIR SÁ

PARTIDO: PPB UF: RR

962 REJEITADO
 963 REJEITADO
 967 REJEITADO
 968 REJEITADO
 969 REJEITADO
 970 REJEITADO
 972 REJEITADO
 973 REJEITADO
 975 REJEITADO
 977 REJEITADO

AUTOR AMIR LANDO

PARTIDO: PMDB UF: RO

879 REJEITADO
 885 REJEITADO
 886 REJEITADO
 887 REJEITADO

AUTOR ANGELA GUADAGNIN

PARTIDO: PT UF: SP

76 REJEITADO

AUTOR ANTONIO CAMBRALA

PARTIDO: PSDB UF: CE

732 REJEITADO
 733 REJEITADO

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO TEXTO - por AUTOR - EMENDAS REJEITADAS

EMENDA PARECER

AUTOR ANTONIO CARLOS KONDER REIS

PARTIDO: PFL UF: SC

1420 REJEITADO

1422 REJEITADO

AUTOR ARNALDO FARIA DE SÁ

PARTIDO: PPB UF: SP

986 REJEITADO

987 REJEITADO

988 REJEITADO

989 REJEITADO

990 REJEITADO

994 REJEITADO

AUTOR BABÁ

PARTIDO: PT UF: PA

653 REJEITADO

AUTOR CARLITO MERSS

PARTIDO: PT UF: SC

122 REJEITADO

AUTOR CARLOS PATROCÍNIO

PARTIDO: PFL UF: TO

92 REJEITADO

93 REJEITADO

94 REJEITADO

95 REJEITADO

725 REJEITADO

AUTOR CUNHA LIMA

PARTIDO: PPB UF: SP

48 REJEITADO

AUTOR DARCÍSIO PERONDI

PARTIDO: PMDB UF: RS

1522 REJEITADO

1523 REJEITADO

1524 REJEITADO

AUTOR DR. ROSINHA

PARTIDO: PT UF: PR

54 REJEITADO

AUTOR EDISON ANDRINO

PARTIDO: PMDB UF: SC

365 REJEITADO

AUTOR EDUARDO BARBOSA

PARTIDO: PSDB UF: MG

940 REJEITADO

941 REJEITADO

942 REJEITADO

943 REJEITADO

944 REJEITADO

946 REJEITADO

947 REJEITADO

948 REJEITADO

949 REJEITADO

954 REJEITADO

955 REJEITADO

957 REJEITADO

AUTOR EFRAIM MORAIS

PARTIDO: PFL UF: PB

247 REJEITADO

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO TEXTO - por AUTOR - EMENDAS REJEITADAS

EMENDA PARECER

244 REJEITADO

AUTOR EULÁCIO SIMÕES

PARTIDO: PL UF: BA

566 REJEITADO

568 REJEITADO

570 REJEITADO

573 REJEITADO

574 REJEITADO

575 REJEITADO

579 REJEITADO

680 REJEITADO POR CONFLITAR COM DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS OU DE LEI COMPLEMENTAR

772 REJEITADO

782 REJEITADO

AUTOR EURÍPEDES MIRANDA

PARTIDO: PDT UF: RO

463 REJEITADO

468 REJEITADO

471 REJEITADO

472 REJEITADO

474 REJEITADO

476 REJEITADO

478 REJEITADO

480 REJEITADO

481 REJEITADO

484 REJEITADO

485 REJEITADO

487 REJEITADO

AUTOR FERNANDO CORUIJA

PARTIDO: PDT UF: SC

315 REJEITADO

317 REJEITADO

319 REJEITADO

320 REJEITADO

321 REJEITADO

322 REJEITADO

325 REJEITADO

327 REJEITADO

329 REJEITADO

331 REJEITADO

332 REJEITADO

333 REJEITADO

336 REJEITADO

337 REJEITADO

349 REJEITADO

AUTOR FERNANDO MATUSALÉM

PARTIDO: PPB UF: RO

271 REJEITADO

AUTOR FETTER JÚNIOR

PARTIDO: PPB UF: RS

694 REJEITADO

AUTOR GASTÃO VIEIRA

PARTIDO: PMDB UF: MA

294 REJEITADO

295 REJEITADO

299 REJEITADO

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO TEXTO - por AUTOR - EMENDAS REJEITADAS

EMENDA	PARECER
303	REJEITADO
305	REJEITADO
308	REJEITADO POR CONFLITAR COM DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS OU DE LEI COMPLEMENTAR
1546	REJEITADO
1552	REJEITADO
1554	REJEITADO
1555	REJEITADO
1559	REJEITADO
AUTOR GERALDO MAGELA	
	PARTIDO: PT UF: DF
665	REJEITADO POR CONFLITAR COM DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS OU DE LEI COMPLEMENTAR
AUTOR GILBERTO MESTRINHO	
	PARTIDO: PMDB UF: AM
604	REJEITADO
605	REJEITADO
AUTOR GILMAR MACHADO	
	PARTIDO: PT UF: MG
198	REJEITADO
700	REJEITADO
AUTOR GIOVANNI QUEIROZ	
	PARTIDO: PDT UF: PA
509	REJEITADO
510	REJEITADO
513	REJEITADO
514	REJEITADO
515	REJEITADO POR CONFLITAR COM DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS OU DE LEI COMPLEMENTAR
516	REJEITADO
517	REJEITADO
518	REJEITADO
519	REJEITADO
520	REJEITADO
521	REJEITADO
523	REJEITADO
524	REJEITADO
525	REJEITADO
526	REJEITADO
527	REJEITADO
528	REJEITADO
553	REJEITADO
556	REJEITADO
557	REJEITADO
558	REJEITADO
559	REJEITADO
560	REJEITADO
561	REJEITADO
564	REJEITADO
AUTOR GONZAGA PATRIOTA	
	PARTIDO: PSB UF: PE
734	REJEITADO
736	REJEITADO
738	REJEITADO
AUTOR HENRIQUE FONTANA	
	PARTIDO: PT UF: RS
52	REJEITADO

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO TEXTO - por AUTOR - EMENDAS REJEITADAS

EMENDA	PARECER			
AUTOR HUGO NAPOLEÃO		PARTIDO:	PFL	UF: PI
1218	REJEITADO			
1219	REJEITADO			
AUTOR IVAN VALENTE		PARTIDO:	PT	UF: SP
1651	REJEITADO			
AUTOR IVANIO GUERRA		PARTIDO:	PFL	UF: PR
716	REJEITADO			
717	REJEITADO			
720	REJEITADO			
721	REJEITADO			
AUTOR JANDIRA FEGHALI		PARTIDO:	PC DO B	UF: RJ
1661	REJEITADO			
1662	REJEITADO			
1663	REJEITADO			
AUTOR JOÃO COSER		PARTIDO:	PT	UF: ES
1241	REJEITADO			
1244	REJEITADO			
1245	REJEITADO			
1246	REJEITADO			
1247	REJEITADO			
1250	REJEITADO			
1252	REJEITADO			
1254	REJEITADO			
1255	REJEITADO			
1256	REJEITADO			
1258	REJEITADO POR CONFLITAR COM DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS OU DE LEI COMPLEMENTAR			
1260	REJEITADO			
1261	REJEITADO			
1262	REJEITADO			
1269	REJEITADO			
1270	REJEITADO			
1272	REJEITADO POR CONFLITAR COM DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS OU DE LEI COMPLEMENTAR			
1273	REJEITADO			
1275	REJEITADO			
1276	REJEITADO			
1284	REJEITADO			
1287	REJEITADO			
1289	REJEITADO			
1291	REJEITADO			
1293	REJEITADO			
1298	REJEITADO			
1307	REJEITADO			
1308	REJEITADO			
1319	REJEITADO POR CONFLITAR COM DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS OU DE LEI COMPLEMENTAR			
1320	REJEITADO			
1322	REJEITADO			
1323	REJEITADO			
1324	REJEITADO			
1328	REJEITADO			

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO TEXTO - por AUTOR - EMENDAS REJEITADAS

EMENDA PARECER

AUTOR JOÃO GRANDÃO

PARTIDO: PT UF: MS

1001 REJEITADO
1002 REJEITADO
1003 REJEITADO
1005 REJEITADO
1006 REJEITADO
1007 REJEITADO
1008 REJEITADO

AUTOR JOÃO LEÃO

PARTIDO: PSDB UF: BA

1053 REJEITADO

AUTOR JOÃO MAGNO

PARTIDO: PT UF: MG

752 REJEITADO

AUTOR JOÃO ROSA

PARTIDO: BLOCO UF: MG

1327 REJEITADO

AUTOR JORGE BITTAR

PARTIDO: PT UF: RJ

437 REJEITADO
439 REJEITADO
769 REJEITADO

AUTOR JORGE BORNHAUSEN

PARTIDO: PFL UF: SC

1759 REJEITADO

AUTOR JOSÉ ANTONIO

PARTIDO: PSB UF: MA

96 REJEITADO

AUTOR JOSÉ MILITÃO

PARTIDO: PSDB UF: MG

783 REJEITADO

AUTOR LEOMAR QUINTANILHA

PARTIDO: PPB UF: TO

382 REJEITADO

AUTOR LUCI CHOINACKI

PARTIDO: PT UF: SC

1188 REJEITADO
1189 REJEITADO
1190 REJEITADO
1202 REJEITADO
1203 REJEITADO
1204 REJEITADO
1205 REJEITADO

AUTOR LÚCIO ALCÂNTARA

PARTIDO: PSDB UF: CE

1032 REJEITADO
1037 REJEITADO
1461 REJEITADO

AUTOR MÁRCIO REINALDO MOREIRA

PARTIDO: PPB UF: MG

276 REJEITADO
278 REJEITADO
281 REJEITADO
282 REJEITADO
284 REJEITADO
286 REJEITADO

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCAL
LDO/2002 - EMENDAS AO TEXTO - por AUTOR - EMENDAS REJEITADAS

3

EMENDA	PARECER			
287	REJEITADO			
288	REJEITADO			
AUTOR MARINA SILVA		PARTIDO:	PT	UF: AC
1405	REJEITADO			
1406	REJEITADO			
1407	REJEITADO			
AUTOR MÁRIO NEGROMONTE		PARTIDO:	PSDB	UF: BA
1732	REJEITADO			
1751	REJEITADO			
AUTOR MARISA SERRANO		PARTIDO:	PSDB	UF: MS
1515	REJEITADO			
1516	REJEITADO			
AUTOR MIRO TEIXEIRA		PARTIDO:	PDT	UF: RJ
530	REJEITADO			
531	REJEITADO			
533	REJEITADO			
534	REJEITADO			
905	REJEITADO			
AUTOR MOZARILDO CAVALCANTI		PARTIDO:	PFL	UF: RR
15	REJEITADO			
16	REJEITADO			
17	REJEITADO			
43	REJEITADO			
AUTOR NABOR JUNIOR		PARTIDO:	PMDB	UF: AC
348	REJEITADO			
AUTOR NAIR XAVIER LOBO		PARTIDO:	PMDB	UF: GO
1373	REJEITADO			
1374	REJEITADO			
1375	REJEITADO			
1376	REJEITADO			
AUTOR NARCISO RODRIGUES		PARTIDO:	PSDB	UF: MG
984	REJEITADO			
AUTOR NELSON MARCONEZAN		PARTIDO:	PSDB	UF: RS
828	REJEITADO			
1388	REJEITADO			
AUTOR NEUTON LIMA		PARTIDO:	PFL	UF: SP
1612	REJEITADO			
1615	REJEITADO			
1620	REJEITADO			
1623	REJEITADO			
1625	REJEITADO			
1626	REJEITADO			
1627	REJEITADO			
1629	REJEITADO			
1630	REJEITADO			
1631	REJEITADO			

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO TEXTO - por AUTOR - EMENDAS REJEITADAS

EMENDA	PARECER			
1632	REJEITADO			
AUTOR NILSON MOURÃO		PARTIDO:	PT	UF: AC
926	REJEITADO			
927	REJEITADO			
928	REJEITADO			
929	REJEITADO			
931	REJEITADO			
932	REJEITADO			
933	REJEITADO			
AUTOR ORLANDO DESCONSI		PARTIDO:	PT	UF: RS
78	REJEITADO			
1069	REJEITADO			
1070	REJEITADO			
1071	REJEITADO			
1072	REJEITADO			
1074	REJEITADO			
1075	REJEITADO			
1076	REJEITADO			
AUTOR OSVALDO COELHO		PARTIDO:	PFL	UF: PE
7043	REJEITADO			
AUTOR PADRE ROQUE		PARTIDO:	PT	UF: PR
415	REJEITADO			
416	REJEITADO			
419	REJEITADO			
423	REJEITADO			
424	REJEITADO			
428	REJEITADO			
430	REJEITADO			
433	REJEITADO			
AUTOR PAULO HARTUNG		PARTIDO:	PPS	UF: ES
1333	REJEITADO			
1334	REJEITADO			
1335	REJEITADO			
1336	REJEITADO			
1337	REJEITADO			
1343	REJEITADO			
1344	REJEITADO			
1410	REJEITADO			
1411	REJEITADO			
1412	REJEITADO			
1414	REJEITADO			
1415	REJEITADO			
1416	REJEITADO			
AUTOR PAULO MOURÃO		PARTIDO:	PSDB	UF: TO
265	REJEITADO			
266	REJEITADO			
AUTOR PAULO PAIM		PARTIDO:	PT	UF: RS
120	REJEITADO			

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDOV2002 - EMENDAS AO TEXTO - por AUTOR - EMENDAS REJEITADAS

EMENDA	PARECER			
121	REJEITADO			
450	REJEITADO			
AUTOR PAULO ROCHA		PARTIDO:	PT	UF: PA
1367	REJEITADO			
1368	REJEITADO			
1370	REJEITADO			
1371	REJEITADO			
AUTOR PEDRO CELSO		PARTIDO:	PT	UF: DF
601	REJEITADO			
AUTOR PEDRO EUGÊNIO		PARTIDO:	PPS	UF: PE
617	REJEITADO			
618	REJEITADO			
619	REJEITADO			
630	REJEITADO			
621	REJEITADO			
AUTOR PEDRO HENRY		PARTIDO:	PSDB	UF: MT
50	REJEITADO			
AUTOR PINHEIRO LANDIM		PARTIDO:	PMDB	UF: CE
1392	REJEITADO			
1499	REJEITADO			
AUTOR POMPEO DE MATTOS		PARTIDO:	PDT	UF: RS
221	REJEITADO			
223	REJEITADO			
226	REJEITADO			
237	REJEITADO			
238	REJEITADO			
240	REJEITADO			
243	REJEITADO			
AUTOR RAFAEL GUERRA		PARTIDO:	PSDB	UF: MG
603	REJEITADO			
AUTOR RENATO VIANNA		PARTIDO:	PMDB	UF: SC
757	REJEITADO			
AUTOR RICARDO BERZONI		PARTIDO:	PT	UF: SP
13	REJEITADO			
AUTOR RICARDO FERRAÇO		PARTIDO:	PSDB	UF: ES
166	REJEITADO			
169	REJEITADO			
AUTOR RONALDO CUNHA LIMA		PARTIDO:	PMDB	UF: PB
47	REJEITADO			
AUTOR SANTOS FILHO		PARTIDO:	PFL	UF: PR
456	REJEITADO			
459	REJEITADO			
461	REJEITADO			
462	REJEITADO			

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO TEXTO - por AUTOR - EMENDAS REJEITADAS

EMENDA PARECER

AUTOR SEBASTIÃO ROCHA**PARTIDO: PDT UF: AP**

759 REJEITADO
760 REJEITADO
763 REJEITADO POR CONFLITAR COM DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS OU DE LEI COMPLEMENTAR
766 REJEITADO
767 REJEITADO

AUTOR SÉRGIO MIRANDA**PARTIDO: PC DO B UF: MG**

1461 REJEITADO
1462 REJEITADO
1765 REJEITADO
1768 REJEITADO
1773 REJEITADO
1778 REJEITADO
1781 REJEITADO
1784 REJEITADO
1785 REJEITADO
1788 REJEITADO
1789 REJEITADO POR CONFLITAR COM DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS OU DE LEI COMPLEMENTAR
1790 REJEITADO
1791 REJEITADO
1792 REJEITADO
1794 REJEITADO
1795 REJEITADO
1797 REJEITADO
1798 REJEITADO
1799 REJEITADO
1802 REJEITADO

AUTOR SILAS BRASILEIRO**PARTIDO: PMDB UF: MG**

251 REJEITADO

AUTOR SOCORRO GOMES**PARTIDO: PC DO B UF: PA**

1681 REJEITADO
1683 REJEITADO
1684 REJEITADO

AUTOR TELMA DE SOUZA**PARTIDO: PT UF: SP**

1561 REJEITADO
1562 REJEITADO
1563 REJEITADO
1564 REJEITADO
1566 REJEITADO
1567 REJEITADO
1568 REJEITADO
1570 REJEITADO
1571 REJEITADO
1572 REJEITADO
1573 REJEITADO

AUTOR VALDEMAR COSTA NETO**PARTIDO: PL UF: SP**

174 REJEITADO
175 REJEITADO

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO TEXTO - por AUTOR - EMENDAS REJEITADAS

EMENDA PARCEIR

AUTOR VANESSA GRAZZIOTIN**PARTIDO: PC DO B UF: AM**

114 REJEITADO
117 REJEITADO
118 REJEITADO
119 REJEITADO
191 REJEITADO

AUTOR VICENTE CAROPRESO**PARTIDO: PSDB UF: SC**

435 REJEITADO

AUTOR VIRGÍLIO GUIMARÃES**PARTIDO: PT UF: MG**

842 REJEITADO
845 REJEITADO
846 REJEITADO
847 REJEITADO
848 REJEITADO
851 REJEITADO
853 REJEITADO
855 REJEITADO
856 REJEITADO
857 REJEITADO
858 REJEITADO POR CONFLITAR COM DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS OU DE LEI COMPLEMENTAR
860 REJEITADO
861 REJEITADO
870 REJEITADO
872 REJEITADO POR CONFLITAR COM DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS OU DE LEI COMPLEMENTAR
873 REJEITADO
874 REJEITADO
876 REJEITADO
877 REJEITADO
1812 REJEITADO
1816 REJEITADO
1817 REJEITADO
1820 REJEITADO
1821 REJEITADO
1822 REJEITADO
1823 REJEITADO
1824 REJEITADO

AUTOR VITTORIO MEDIOLI**PARTIDO: PSDB UF: MG**

1184 REJEITADO



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2002
PROJETO DE LEI N.º 4, DE 2001-CN

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2002 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer Final

Presidente: Senador CARLOS BEZERRA
Relatora: Deputada LÚCIA VÂNIA

TABELA II
EMENDAS POR AUTOR
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS APROVADAS E APROVADAS PARCIALMENTE

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PRODUTO	UNID.MEDIDA	META
AUTOR: ADÃO PRETTO					
PARTIDO: PT		UF: RS			
996-0	NOVO MUNDO RURAL: ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E CAPACITAÇÃO DE ASSENTADOS - LUMIAR	FAMÍLIA ASSISTIDA	UNIDADE	100.000
<i>Parâmetro: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>					
999-0	AGRICULTURA FAMILIAR - PROMAF	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	MUNICÍPIO APOIADO	UNIDADE	1.370.000
<i>Parâmetro: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>					
904-0	ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA	FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA PARA ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA	PROPRIEDADES ASSISTIDAS	UNIDADE	900.000
<i>Parâmetro: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>					
AUTOR: ALBÉRIO FILHO					
PARTIDO: PMDB		UF: MA			
1317-0	MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL	RESTAURAÇÃO DA BR 1350A	TRECHO RESTAURADO	KM	70
<i>Parâmetro: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>					
AUTOR: ALBERTO GOLDMAN					
PARTIDO: PSDB		UF: SP			
1417-0	CORREDOR SUDESTE	CONSTRUÇÃO DA SUPER-ESTRUTURA DA PONTE DA DIVISA SP/MS ENTRE PAULICÉIA (SP) E BRASÍLIA (MS)	OBRA DE ARTE ESPECIAL CONSTRUÍDA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	100
<i>Parâmetro: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>					
AUTOR: ANÍBAL GOMES					
PARTIDO: PMDB		UF: CE			
1500-0	MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL	RESTAURAÇÃO DA BR 1350A	TRECHO RESTAURADO	KM	70
<i>Parâmetro: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>					
AUTOR: ANTONIO CARLOS KONDER REIS					
PARTIDO: PFL		UF: SC			
1418-0	CORREDOR MERCOSUL	CONSTRUÇÃO DE PONTE NO CORREDOR MERCOSUL - BR 490SC CONSTRUÇÃO DE PONTE SOBRE O RIO ITAJAÍ-AQUÍ, NO MUNICÍPIO DE ILHOTA, NO ESTADO DE SANTA CATARINA	OBRA DE ARTE CONSTRUÍDA	% EXECUÇÃO FÍSICA	100
<i>Parâmetro: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>					
1427-0	PROLÁGIA INFRA-ESTRUTURA	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA - BARRAGEM NOS RIOS DO SALTO E TURVO	OBRA EXECUTADA	% EXECUÇÃO FÍSICA	70
<i>Parâmetro: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>					
1429-0	CORREDOR MERCOSUL	AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURA PORTUÁRIA, EM LAGUNA, NO ESTADO DE SANTA CATARINA	OBRA EXECUTADA	% EXECUÇÃO FÍSICA	70
<i>Parâmetro: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>					

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS APROVADAS E APROVADAS PARCIALMENTE

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PRODUTO	UNID.MEDIDA	META
1433-0	CORREDOR MERCOSUL	AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURA PORTUÁRIA, EM ITAJAÍ, NO ESTADO DE SANTA CATARINA	OBRA EXECUTADA	% EXECUÇÃO FÍSICA	70
<i>Parcear: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>					
1438-0	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL	AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL	PLANOS DE COMBATE A POLUIÇÃO PROVOCADA PELOS DEJETOS SÓLIDOS NA REGIÃO.	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	25
<i>Parcear: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>					
1442-0	PROÁGUA - GESTÃO	RECUPERAÇÃO E MANEJO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO BENTO, BARRAGEM DO RIO SÃO BENTO, NO ESTADO DE SANTA CATARINA	PROJETO APROVADO	PROJETO	1
<i>Parcear: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>					
1457-0	PROÁGUA - GESTÃO	RECUPERAÇÃO E MANEJO DA BACIA HIDROGRÁFICA E RECUPERAÇÃO DE MICROBACIAS NO ESTADO DE SANTA CATARINA	IMPLANTAÇÃO DO PLANO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	30
<i>Parcear: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>					
1453-0	NOSSOS RIOS: ITAJAÍ - AÇU	IMPLANTAÇÃO DO PLANO GLOBAL E INTEGRADO DE DEFESA CONTRA AS ENCHENTES NA BACIA DO RIO ITAJAÍ - AÇU	PLANO IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	25
<i>Parcear: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>					
1454-0	CORREDOR MERCOSUL	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL BR-150/SC - MARAVILHACAMP/RS	TRECHO ADEQUADO	KM	40
<i>Parcear: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>					
1468-0	CORREDOR MERCOSUL	ADEQUAÇÃO DO TRECHO RODOVIÁRIO NO CORREDOR MERCOSUL - BR-280, DUPLICAÇÃO DO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE OS MUNICÍPIOS DE SÃO FRANCISCO DO SUL/PR E UNÃO	TRECHO ADEQUADO	KM	270
<i>Parcear: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>					
AUTOR: ARACELY DE PAULA PARTIDO: PFL UF: MG					
219-0	CORREDOR LESTE	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE	TRECHO PAVIMENTADO	KM	80
<i>Parcear: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>					
220-0	CORREDOR LESTE	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE - BR 146-MG, PATOS DE MINAS - ABAXÁ - DIVISA MG/SP	TRECHO PAVIMENTADO	KM	200
<i>Parcear: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>					
AUTOR: ÁTILA LINS PARTIDO: PFL UF: AM					

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS APROVADAS E APROVADAS PARCIALMENTE

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PRODUTO	UNID.MEDIDA	META
56 - 0	CORREDOR OESTE-NORTE - CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS	MELHORAMENTO E PAVIMENTAÇÃO DA RODOVIA BR-319/AM	MILHORIA E PAVIMENTAÇÃO	KM	100
	Parcear: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
566 - 0	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR FRONTEIRA-NORTE	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR FRONTEIRA-NORTE	TRECHO CONSTRUÍDO	KM	300
	Parcear: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
567 - 0	CORREDOR OESTE-NORTE	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR OESTE-NORTE	TRECHO PAVIMENTADO	KM	100
	Parcear: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
AUTOR: AUGUSTO FARIAS	PARTIDO: PPB UF: AL	PROJETO INDICADOR PIAU NO ESTADO DE ALAGOAS	ÁREA CONSTRUÍDA	HA	3.200
683 - 0	IRRIGAÇÃO E DRENAGEM	COMPANHIA DOCS DO RIO GRANDE DO NORTE - CONSTRUÇÃO DE CAIS PARA CONTÊINERES NO PORTO DE MACEÓ	CONSTRUÇÃO DE CAIS PARA CONTÊINERES NO PORTO DE MACEÓ	METROS LINEARES DE CAIS	420
	Parcear: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
684 - 0	CORREDOR NORDESTE				
	Parcear: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
AUTOR: B. SÁ	PARTIDO: PSDB UF: PI	CONSTRUÇÃO DA BR 134/BA - TRECHO RIACHÃO DAS NEVES - DIVISA BA/PI	TRECHO PAVIMENTADO	KM	40
1533 - 0	CORREDOR SÃO FRANCISCO	RESTAURAÇÃO DA BR 135/BA	TRECHO RESTAURADO	KM	70
	Parcear: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
1534 - 0	MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL				
	Parcear: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
AUTOR: CARLITO MESS	PARTIDO: PT UF: SC	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA	OBRA EXECUTADA	% EXECUÇÃO FÍSICA	50
123 - 0	PROLÂNGUA	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE TERRAS INDÍGENAS	REGULARIZAÇÃO EJETIVADA	HA	700
	Parcear: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
136 - 0	TERRITÓRIO E CULTURA INDÍGENAS				
	Parcear: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
AUTOR: CARLOS BEZERRA	PARTIDO: PMDB UF: MT	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAUÁIA-TOCANTINS	TRECHO PAVIMENTADO	KM	135
158 - 0	CORREDOR ARAUÁIA-TOCANTINS				
	Parcear: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LD0/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS APROVADAS E APROVADAS PARCIALMENTE

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META
AUTOR: CLAUDIO CAJADO					
PARTIDO: PFL UF: BA					
1633 - 0	MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA	RESTAURAÇÃO DA BR-159BA			70
Parcear: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO					
1634 - 0	CORREDOR SÃO FRANCISCO	CONSTRUÇÃO DA BR-159BA - TRECHO RIACHÃO DAS NEVES - DIVISA BA/PI			40
Parcear: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO					
AUTOR: CLEMENTINO COELHO					
PARTIDO: PPS UF: PE					
1541 - 0	CORREDOR SÃO FRANCISCO	BR - 407BA-PE, RECUPERAÇÃO DA CAPACIDADE DA PONTE DUTRA	PONTE	UNIDADE	1
Parcear: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO					
AUTOR: DANILO DE CASTRO					
PARTIDO: PSDB UF: MG					
1527 - 0	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE - BR-080/56MG - ANEL RODOVIÁRIO DE BELO HORIZONTE	TRECHO ADEQUADO	KM	18
Parcear: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO					
1530 - 0	CORREDOR SÃO FRANCISCO	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR SÃO FRANCISCO - BR 367/MG-MINAS NOVA - ALMEINARA-SALTO DA DIVISA	TRECHO PAVIMENTADO	KM	60
Parcear: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO					
1531 - 0	PROVA INTRA-ESTRUTURA	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA - CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE CONCOMANAS EM MG	PARRAGEM CONSTRUÍDA	UM	1
Parcear: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO					
AUTOR: EDUARDO BARBOSA					
PARTIDO: PSDB UF: MG					
939 - 0	ATENÇÃO À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS ARQUITETÔNICAS E AMBIENTAIS	BARREIRA ELIMINADA	UNIDADE	567
Parcear: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO					
AUTOR: EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS					
PARTIDO: PFL UF: TO					
215 - 0	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO	IMPLANTAÇÃO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE TOCANTINS	INSTITUIÇÃO IMPLANTADA	UNIDADE	1
Parcear: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO					
AUTOR: ELISEU RESENDE					
PARTIDO: PFL UF: MG					
468 - 0	CORREDOR LESTE	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE	TRECHO ADEQUADO	KM	30
Parcear: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO					

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS APROVADAS E APROVADAS PARCIALMENTE

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PARTIDO: PFL	UF: RO	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META
AUTOR: EXPEDITO JUNIOR							
1186 - 0	CORREDOIR OESTE-NORTE	BR-429R0 CONSTRUÇÃO DO TRECHO PRESIDENTE MEDICI / SÃO MIGUEL DO GUARAPORÉ			CONSTRUÇÃO DE RODOVIA	KM	%
<i>Parcear: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>							
AUTOR: EZIDIO PINHEIRO							
1479 - 0	AGRICULTURA FAMILIAR - PROMAF	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL			MUNICÍPIO APOIADO	UNIDADE	800000
<i>Parcear: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>							
1484 - 0	NOVO MUNDO RURAL: ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E CAPACITAÇÃO DE ASSENTADOS - LUMINAR			FAMÍLIA ASSISTIDA	UNIDADE	100000
<i>Parcear: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>							
AUTOR: FELIX MENDONÇA							
730 - 0	CORREDOIR SÃO FRANCISCO	CONSTRUÇÃO DA BR-135BA - TRECHO RIACHÃO DAS NEVES - DIVISA BA/PI			TRECHO PAVIMENTADO	KM	40
<i>Parcear: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>							
731 - 0	MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL	RESTAURAÇÃO DA BR 135BA			TRECHO RESTAURADO	KM	70
<i>Parcear: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>							
1347 - 0	TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS	IMPLANTAÇÃO DO METRÔ DE SALVADOR - TRECHO LAPA			TRECHO IMPLANTADO	KM	12
<i>Parcear: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>							
1750 - 0	IRRIGAÇÃO E DRENAGEM	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA - ESTRUTURA HÍDRICA NO ESTADO DA BAHIA			OBRA EXECUTADA	UNIDADE	10
<i>Parcear: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>							
AUTOR: FRANCISTÔNIO PINTO							
1741 - 0	TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS	IMPLANTAÇÃO DO METRÔ DE SALVADOR - TRECHO LAPA			TRECHO IMPLANTADO	KM	12
<i>Parcear: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>							
AUTOR: FREITAS NETO							
601 - 0	IRRIGAÇÃO E DRENAGEM	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM			ÁREA IRRIGADA	HA	3.196
<i>Parcear: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>							
602 - 0	IRRIGAÇÃO E DRENAGEM	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM			ÁREA IRRIGADA IMPLANTADA	HA	2.437
<i>Parcear: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>							
AUTOR: GILBERTO MESTRINHO							
<i>Parcear: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>							

Elaborado: COFFCO - CONORUSP

015 Bat. Emenda: Anexo - por Autor

Emissão: 22/06/01 15:36:20

Página

5 de 26

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS APROVADAS E APROVADAS PARCIALMENTE

EMENDA	PROGRAMA	AÇÃO	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META
608 - 9	PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA	INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS EM SÍTIOS OPERACIONAIS DO SISTEMA DE VIGILÂNCIA DA AMAZÔNIA - SIPAM	SÍTIO IMPLANTADO	UNIDADE	1
	Parâmetro:	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
612 - 9	PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA	MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA - SIPAM	SISTEMA MANTIDO	UNIDADE	0
	Parâmetro:	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
614 - 0	PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA	OBRAS CIVIS DO SISTEMA DE VIGILÂNCIA DA AMAZÔNIA - SIPAM	ÁREA CONSTRUÍDA	M²	13.289,85
	Parâmetro:	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
AUTOR: GILMAR MACHADO		PARTIDO: PT UF: MG			
701 - 0	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR FEDERAIS	BOLSA CONCEDIDA	UNIDADE	5000
	Parâmetro:	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
AUTOR: GIOVANNI QUEIROZ		PARTIDO: PDT UF: PA			
501 - 0	TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS	CONSTRUÇÃO DO METRO DE SUPERFÍCIE NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM	TRECHO CONSTRUÍDO	KM	5
	Parâmetro:	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
502 - 0	CORREDOR MIRAGUÁIA-TOCANTINS	BR-155/PA, CONSTRUÇÃO DE PONTE SOBRE O RIO ARAGUAIA (LOCAÇÃO KAMBORÁ (TO) - SÃO GERALDO DO ARAGUAIA (PA))	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	50
	Parâmetro:	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
505 - 0	CORREDOR OESTE-NORTE	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR OESTE-NORTE BR-230/PA - DIVISA PANTO - MARABÁ - ALTAMIRA - ITAITUBA	TRECHO PAVIMENTADO	KM	350
	Parâmetro:	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
AUTOR: GONZAGA PATRIOTA		PARTIDO: PSB UF: PE			
49 - 0	TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE RECIFE	TRECHO IMPLANTADO	KM	7
	Parâmetro:	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
AUTOR: GUSTAVO FRUET		PARTIDO: PMDB UF: PR			
609 - 0	CORREDOR MERCOSUL	BR-376/PR CONTORNO SUL DE CURITIBA	TRECHO PAVIMENTADO	KM	12
	Parâmetro:	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
615 - 0	CORREDOR MERCOSUL	DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO NO PROTO DE PARANAGUÁ (PR)	OBRA EXECUTADA	M³	25
	Parâmetro:	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			

Elaboração: COFFICID - CONORSE

015 Rel. Emendas Anexo - por Autor

Emissão: 27 de 01 de 96.71

Página

6 de 26

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS APROVADAS E APROVADAS PARCIALMENTE

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PRODUTO	UNID.MEDIDA	META
696 - 0	CORREDOR MERCOSUL	BR-133PR - CONSTRUÇÃO DO TRECHO ENTORCIMENTO BR-136 - ALTO DO AMPARO - VENTANIA - IMBITUBA	TRECHO PAVIMENTADO	KM	83
	Parâmetro: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
712 - 0	CORREDOR MERCOSUL	BR-487PR - CONSTRUÇÃO DO TRECHO PORTO CAMARGO - CAMPO MOURÃO	TRECHO PAVIMENTADO	KM	56
	Parâmetro: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
713 - 0	CORREDOR MERCOSUL	BR-476PR - CONSTRUÇÃO DO TRECHO ADRIANÓPOLIS - BOCAIUVA DO SUL	TRECHO PAVIMENTADO	KM	100
	Parâmetro: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
AUTOR: HUGO NAPOLEÃO					
268 - 0	IRRIGação E DRENAGEM	PARTIDO: PFL UF: PI CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGação DE USO COMUM	KILOMETRO DE IRRIGação PLATO DE GUADALUPE - ESTADO DO PIAUI	HECTARES	3.000
	Parâmetro: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
269 - 0	PRO-AQUA INFRA-ESTRUTURA	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA	OBRA EXECUTADA	UNIDADE	1
	Parâmetro: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
AUTOR: IVAN PAIXÃO					
1 - 0	PRO-AQUA INFRA-ESTRUTURA	PARTIDO: PPS UF: SE CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA	OBRA EXECUTADA	UNIDADE	2
	Parâmetro: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
AUTOR: IVANIO GUERRA					
202 - 0	CORREDOR MERCOSUL	PARTIDO: PFL UF: PR BR-316 - CONTORNO SUL DE CURTIBA	TRECHO PAVIMENTADO	KM	12
	Parâmetro: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
203 - 0	CORREDOR MERCOSUL	BR-416 - CONSTRUÇÃO DO TRECHO ADRIANÓPOLIS - BOCAIUVA DO SUL	TRECHO PAVIMENTADO	KM	100
	Parâmetro: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
204 - 0	CORREDOR MERCOSUL	BR-487PR - CONSTRUÇÃO DO TRECHO PORTO CAMARGO - CAMPO MOURÃO	TRECHO PAVIMENTADO	KM	56
	Parâmetro: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
205 - 0	CORREDOR MERCOSUL	DESAOAGEM DE APROFUNDAMENTO NO PORTO DE PARANAGUÁ (PR)	OBRA EXECUTADA	M³	25
	Parâmetro: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
207 - 0	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESOREGIAO GRANDES FRONTEIRA DO MERCOSUL	IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA MESOREGIAO FRONTEIRA DO MERCOSUL	TRANSFORMAÇÃO DE ÁREAS SUBNORMAIS EM BAIRROS	PROJETO APOIADO	220
	Parâmetro: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				

Elaboração: CONFIC - CONURJ

013 Rel. Emendas Anexo - por Autor

Emissão: 22.06.01 13:56:21

Página

7 de 76

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS APROVADAS E APROVADAS PARCIALMENTE

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META
211 - 0	CORREDOR MERCOSUL	BR-153PR. CONSTRUÇÃO DO TRECHO ENTRONCAMENTO BR-376 - ALTO AMPARO - VENTÂNIA - IMBITUVA	TRECHO PAVIMENTADO	KM	11
Parecer: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO					
AUTOR: JOÃO ALMEIDA					
PARTIDO: PSDB UF: BA					
1730 - 0	CORREDOR SÃO FRANCISCO	BR - 335BIA. CONSTRUÇÃO DO TRECHO BENEDICO - JUAZEIRO	TRECHO PAVIMENTADO	KM	160
Parecer: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO					
1731 - 0	CORREDOR SÃO FRANCISCO	BR-135BIA. CONSTRUÇÃO DO TRECHO BARREIRAS/BA-DIVISA-BAPT	TRECHO PAVIMENTADO	KM	160
Parecer: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO					
AUTOR: JOÃO COSER					
PARTIDO: PT UF: ES					
1225 - 0	CORREDOR LESTE	BR 44MES - CONSTRUÇÃO DO TRECHO ITARANA - AROSO CLAUDIO	TRECHO PAVIMENTADO	KM	20
Parecer: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO					
1228 - 0	CORREDOR LESTE	AMPLIAÇÃO DO PORTO DE BARRA DO RIACHO	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUÇÃO	100
Parecer: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO					
1231 - 0	NESSOS RIOS - DOÇE	RECUPERAÇÃO E PRESEVAÇÃO DE MANANCIAIS E NASCENTES - BACIA DO RIO DOÇE	ÁREA RECUPERADA	HA	2.000
Parecer: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO					
1233 - 0	TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS	IMPLANTAÇÃO DO METRO DE SUPERFÍCIE NO ESTRECHO VIANACARIACCA/VILA VELHA	TRECHO CONSTRUÍDO	KM	20
Parecer: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO					
1238 - 0	PRÓ-AQUA GESTÃO	DESPOJUIÇÃO DE VÁZIA HIDROGRAFIA NO ES	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUÇÃO	100
Parecer: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO					
1312 - 0	CORREDOR LESTE	CONSTRUÇÃO DO TRECHO ENTRONCAMENTO BR 10/ES - DIVISA ES/MG	TRECHO PAVIMENTADO	KM	50
Parecer: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO					
1314 - 0	CORREDOR LESTE	DERROCAMENTO NO PORTO DE VITÓRIA	DRAGAGEM REALIZADA	1000 M³	06
Parecer: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO					
AUTOR: JOÃO GRANDÃO					
PARTIDO: PT UF: MS					
1010 - 0	ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA	FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA PARA ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA	PROPRIEDADES ASSISTIDAS	UNIDADE	500.000
Parecer: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO					

Elaborado: COFFICD - CONORUSP

013 Rel Emendas Anexo - por Autor

Emenda: 22/06/01 15:56:22

Página

7 de 26

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS APROVADAS E APROVADAS PARCIALMENTE

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META
1012 - 0	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO RURAL	COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES	UNIDADE	2.250
<i>Parâmetro: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>					
1017 - 0	PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR	CONCESSÃO DE CRÉDITO RURAL AOS PEQUENOS PRODUTORES PARA PRODUÇÃO E MELHORIA NA QUALIDADE DO LITE	AGRICULTORES BENEFAICIADOS	UNIDADE	400.000
<i>Parâmetro: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>					
1023 - 0	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	MUNICÍPIO APOIADO	UNIDADE	1.320.000
<i>Parâmetro: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>					
1028 - 0	NOVO MUNDO RURAL: ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E CAPACITAÇÃO DE ASSENTADOS - LUMIAR	FAMÍLIA ASSISTIDA	UNIDADE	100.000
<i>Parâmetro: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>					
AUTOR: JOÃO LEÃO					
PARTIDO: PSDB UF: BA					
1041 - 0	IRRIGAÇÃO E DRENAGEM	ESTUDOS PARA O APROVEITAMENTO HIDROGRÁFICO EM ÁREAS IRRIGÁVEIS	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	2
<i>Parâmetro: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>					
1042 - 0	IRRIGAÇÃO E DRENAGEM	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM	ÁREA CONSTRUÍDA	HECTARE	1.000
<i>Parâmetro: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>					
1047 - 0	CORREDOR SÃO FRANCISCO	CONSTRUÇÃO DA BR-13/BA - TRECHO RIACHÃO DAS NEVES - DÍVISA BA/PI	TRECHO PAVIMENTADO	KM	40
<i>Parâmetro: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>					
1048 - 0	MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA	RESTAURAÇÃO DA BR-13/BA	TRECHO RESTAURADO	KM	70
<i>Parâmetro: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>					
1047 - 0	TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS	IMPLANTAÇÃO DO METRÔ DE SALVADOR - TRECHO LAPA	TRECHO IMPLANTADO	KM	12
<i>Parâmetro: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>					
AUTOR: JORGE ALBERTO					
PARTIDO: PMDB UF: SE					
346 - 0	CORREDOR SÃO FRANCISCO	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR SÃO FRANCISCO BR-101/SE - DUPLICAÇÃO DO TRECHO DÍVISA AL/SE - DÍVISA SE/BA	TRECHO ADEQUADO	KM	14
<i>Parâmetro: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>					
347 - 0	PROÁGUA INFRA-ESTRUTURA	CONSTRUÇÃO DE OBRA DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA NO ESTADO DE SERGIPE - CANAL DE XINGÓ	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	10
<i>Parâmetro: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>					
AUTOR: JORGE BITTAR					
PARTIDO: PT UF: RJ					

Elaboração: COFFICD - CONORSEF

015 Rel Emenda Anexo - por Autor

Emissão: 22.06.01 15:46:22

Página

9 de 26

**CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS APROVADAS E APROVADAS PARCIALMENTE**

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PRODUTO	UNID.MEDIDA	META
443 - 0	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR FEDERAIS	ALUNOS MATRICULADOS	UNIDADE	50000
	<i>Paracer:</i>	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
444 - 0	HOSPITAIS DE ENSINO	APOIO AO FINANCIAMENTO DE HOSPITAIS	HOSPITAIS DE ENSINO	UNIDADE	47
	<i>Paracer:</i>	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
AUTOR: JORGE KHOURY					
PARTIDO: PFL UF: BA					
1061 - 0	CORREDOR SÃO FRANCISCO	CONSTRUÇÃO DA BR-153/BA-TRECHO RIACHÃO DAS NEVES - DIVISA BA/PI	TRECHO PAVIMENTADO	KM	40
	<i>Paracer:</i>	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
1092 - 0	MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL	RESTAURAÇÃO DA BR-153/BA	TRECHO RESTAURADO	KM	70
	<i>Paracer:</i>	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
1745 - 0	TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS	IMPLANTAÇÃO DO METRÔ DE SALVADOR - TRECHO LAPA	TRECHO IMPLANTADO	KM	12
	<i>Paracer:</i>	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
AUTOR: JOSÉ BORBA					
PARTIDO: PMDB UF: PR					
100 - 0	CORREDOR MERCOSUL	BR-376/PR CONTOURNO SUL DE CURITIBA	TRECHO PAVIMENTADO	KM	12
	<i>Paracer:</i>	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
101 - 0	CORREDOR MERCOSUL	BR-476/PR CONSTRUÇÃO DO TRECHO ADRIANOPOIS - BOCAIUVA DO SUL	TRECHO PAVIMENTADO	KM	100
	<i>Paracer:</i>	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
102 - 0	CORREDOR MERCOSUL	BR-487/PR CONSTRUÇÃO DO TRECHO PORTO CAMARGO - CAMPO MOURÃO	TRECHO PAVIMENTADO	KM	58
	<i>Paracer:</i>	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
104 - 0	CORREDOR MERCOSUL	DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO NO PORTO DE PARANAGUÁ (PR)	OBRA EXECUTADA	MP	25
	<i>Paracer:</i>	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
107 - 0	CORREDOR MERCOSUL	BR-153/PR CONSTRUÇÃO DO TRECHO ENTRONCAMENTO BR-376 - ALTO DO AMPARO - VENTANIA - IMBITUVA	TRECHO PAVIMENTADO	KM	83
	<i>Paracer:</i>	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
110 - 0	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL	IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA MESOREGIÃO FRONTEIRA DO MERCOSUL - REGIÃO SUL	TRANSFORMAÇÃO DE ÁREAS SUBNORMAIS EM BAIRROS	PROJETO APOIADO	220
	<i>Paracer:</i>	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			

AUTOR: JOSÉ CARLOS ALELUIA

PARTIDO: PFL UF: BA

Elaboração: COFF/CB - CONORSE

015 Ref Emenda Anexo - por Autor

Emissão: 22.06.01 15:56:23

Página

10 de 26

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS APROVADAS E APROVADAS PARCIALMENTE

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META
1056 - 0	MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA Parâmetro: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO	RESTAURAÇÃO DA BR-135/BA	TRIECHO RESTAURADO	KM	70
1057 - 0	CORREDOR SÃO FRANCISCO Parâmetro: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO	CONSTRUÇÃO DA BR-135/BA - TRIECHO RIACHÃO DAS NEVES - DIVISA BARI	TRIECHO PAVIMENTADO	KM	40
1665 - 0	TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS Parâmetro: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO	IMPLANTÇÃO DO METRÔ DE SALVADOR - TRIECHO LAPA	TRIECHO IMPLANTADO	KM	12
AUTOR: JOSÉ CARLOS ELIAS PARTIDO: PTB UF: ES					
114 - 0	TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS Parâmetro: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO	IMPLANTÇÃO DO METRÔ	TRIECHO CONSTRUÍDO	KM	25
654 - 0	INFRA-ESTRUTURA URBANA Parâmetro: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO	IMPLANTÇÃO, AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA	PROJETO APROVADO		650
AUTOR: JOSÉ ROCHA PARTIDO: PFL UF: BA					
75 - 0	CORREDOR SÃO FRANCISCO Parâmetro: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO	CONSTRUÇÃO DE PONTES NO CORREDOR SÃO FRANCISCO	PONTE CONSTRUÍDA	UNIDADE	1
AUTOR: JOYAIR ARANTES PARTIDO: PSDB UF: GO					
1177 - 0	TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS Parâmetro: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO	IMPLANTÇÃO DO METRÔ DE GOIÂNIA - TRIECHO VILA BRASÍLIA / ESTÇÃO RODOVIÁRIA	TRIECHO IMPLANTADO (KM)	KM	8,4
1178 - 0	IRRIGAÇÃO E DRENAGEM Parâmetro: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM - PROJETO BLOCO CORRENTES NO ESTADO DE GOIÁS	ÁREA IRRIGADA	HA	5.447
1183 - 0	CORREDOR ANAGUAÍ-TOCANTINS Parâmetro: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO	CONSTRUÇÃO DE TRIECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA / TOCANTINS - BR 080/GO DIVISA GO/DF - PADRE BERNARDO / URUAÇU / SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA	CONSTRUÇÃO DE RODOVIA	KM	100
AUTOR: JUQUINHIA PARTIDO: PSDB UF: GO					
1175 - 0	PRÓ ÁGUA INFRA-ESTRUTURA Parâmetro: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO	IMPLANTÇÃO/CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA - PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS NO ESTADO DE GOIÁS	POÇOS ARTESIANOS	UNIDADE	90

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS APROVADAS E APROVADAS PARCIALMENTE

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PRODUTO	UNID.MEDIDA	META
1349 - 0	QUALIDADE AMBIENTAL Pensar: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO	REGULARIZAÇÃO DE LEITO DOS RIOS: CLARO, CAIAPO, ALMAS, PIRANHAS E PIÕES	RIO REGULARIZADO	MICROBASIAS	05
1352 - 0	MORAR MELHOR Pensar: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO	IMPLANTACAO DE SERVIÇO DE TRATAMENTO E DESTINO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO DE ATÉ 75.000 HABITANTES	FAMÍLIAS BENEFICIADAS	UNIDADE	10.000
1407 - 0	PARQUES DO BRASIL Pensar: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO	PRESERVAÇÃO DO PARQUE DAS ÁGUAS QUENTES DE CALDAS NOVAS EM GOIÁS	PROJETO IMPLANTADO	UNIDADE	01
AUTOR: LAURA CARNEIRO PARTIDO: PFL UF: RJ					
707 - 0	CORREDOR LESTE Pensar: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO	BR 390/160R, CONSTRUÇÃO DO ANEL VIÁRIO DE VOLTA REDONDA	TRILHO ADEQUADO 22,55 KM	10 KM	1
AUTOR: LAYOISIER MAIA PARTIDO: PFL UF: RN					
46 - 0	TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS Pensar: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO	IMPLANTACAO DO SISTEMA METROVIÁRIO DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL	TRILHO IMPLANTADO	KM	15
AUTOR: LEOMAR QUINTANILHA PARTIDO: PPB UF: TO					
383 - 0	 Pensar: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO	ADEQUACAO DE TRAVESSIAS EM PERÍMETROS URBANOS NO CORREDOR ARAQUÁ-TOCANTINS - NO ESTADO DO TOCANTINS	TRAVESSIA ADEQUADA	UNIDADE	3
391 - 0	 Pensar: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO	CONSTRUÇÃO E RECLAMACAO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA - PROJETO PROPERTINS - NO ESTADO DO TOCANTINS	OBRA EXECUTADA	UNIDADE	8
395 - 0	 Pensar: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE REGUAÇÃO DE USO COMUM - IMPLANTACAO DE PROJETOS DE AGRICULTURA E FRUTICULTURA - NO ESTADO DO TOCANTINS	PROJETO APOIADO	UNIDADE	130
AUTOR: LUCI CHOINACKI PARTIDO: PT UF: SC					
1191 - 0	ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA Pensar: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO	FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA PARA ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA	PROPRIEDADES ASSISTIDAS	UNIDADE	500.000
1196 - 0	AGRICULTURA FAMILIAR - PROINF Pensar: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO	DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO RURAL	COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES	UNIDADE	2.250

**CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS APROVADAS E APROVADAS PARCIALMENTE**

EMENDA	PROGRAMA	AÇÃO	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META
1199-0	NOVO MUNDO RURAL: ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E CAPACITAÇÃO DE ASSENTADOS - LUMIAR	FAMÍLIA ASSISTIDA	UNIDADE	100.000
	Parâmetro: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
1200-0	AGRICULTURA FAMILIAR - PROMAF	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	MUNICÍPIO APMIADO	UNIDADE	1.320.000
	Parâmetro: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
AUTOR: LÚCIO ALCÂNTARA	PARTIDO: PSDB	UF: CE			
1038-0	CORREDOR NORDESTE	COMPLEXO PORTUÁRIO DO PORTO DE RECÉM	OBRA EXECUTADA	PORCENTAGEM	12
	Parâmetro: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
1039-0	CORREDOR NORDESTE	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIARIOS NO CORREDOR NORDESTE - BR 116CE - FORTALEZA-PACAUAS	TRECHO ADEQUADO	KM	30
	Parâmetro: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
AUTOR: LUIS CARLOS HEINZE	PARTIDO: PPB	UF: RS			
1490-0	ESPORTE SOLIDÁRIO	IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA EM COMUNIDADES CARENTES	ESPAÇO ESPORTIVO IMPLANTADO	UNIDADE	300
	Parâmetro: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
1491-0	CORREDOR MERCOSUL	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIARIOS NO CORREDOR MERCOSUL - BR-158 RS SANTA MARIA A ROSÁRIO DO SUL	TRECHO PAVIMENTADO	KM	50
	Parâmetro: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
1493-0	MORAR MELHOR	IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO EM MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO DE ATÉ 15 MIL HABITANTES	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	200.000
	Parâmetro: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
1494-0	0128 - MORAR MELHOR	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABILIDADE	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	30.000
	Parâmetro: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
AUTOR: LUIZ DANTAS	PARTIDO: PRB	UF: AL			
194-0	PRO-ÁGUA - GESTÃO	MACRODRENAGEM DO TABULEIRO DOS MARTINS - AL	POPULAÇÃO BENEFICIADA	HABITANTES	1.000
	Parâmetro: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
196-0	SANEAMENTO BÁSICO	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - PRATAGY	FAMÍLIA BENEFICIADA	FAMÍLIAS	1.968
	Parâmetro: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
AUTOR: MANOEL SALVIANO	PARTIDO: PSDB	UF: CE			

Elaboração: CONFAC - CONORUSE

015 Rel Emendas Anexo - por Autor

Emissão: 22.06.01 15.56.24

Página

13 de 26

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS APROVADAS E APROVADAS PARCIALMENTE

EMENDA	PROGRAMA	AÇÃO		PRODUTO	UNID. MEDIDA	META
1903 - 0	FLORISTAR		REBOLMENTAMENTO DA REGIÃO DO CAMUÍ (REPOSIÇÃO FLORISTAL)	UMA ÁREA FLORESTADA	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO	100
	Partido:	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
1505 - 0	CORREDOR SÃO FRANCISCO		CONSTRUÇÃO DA BR-135/BA - TRECHO RIACHÃO DAS NEVES - DIVISA BA/PI	TRECHO PAVIMENTADO	KM	40
	Partido:	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
1506 - 0	MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL		RESTAURAÇÃO DA BR-135/BA	TRECHO RESTAURADO	KM	70
	Partido:	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
AUTOR: MARCELO CASTRO		PARTIDO: PMDB	UF: PI			
1590 - 0	PRÓ ÁGUA INFRAESTRUTURA		CONSTRUÇÃO E RECURSAÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA - CONSTRUÇÃO DE BARRAGEM NO RIO POTI - CASTELO DO PAUÍ	BARRAGEM CONSTRUÍDA	UNIDADE	01
	Partido:	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
1591 - 0	PRÓ ÁGUA INFRAESTRUTURA		CONSTRUÇÃO E RECURSAÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA - ALCODADO II - ESTADO DO PAUÍ	CONSTRUÇÃO DE BARRAGEM	UNIDADE	01
	Partido:	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
AUTOR: MÁRCIO REINALDO MOREIRA		PARTIDO: PPR	UF: MG			
211 - 0	TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS		IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE	TRECHO IMPLANTADO	KM	10
	Partido:	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
AUTOR: MÁRIO NEGROMONTE		PARTIDO: PSDB	UF: BA			
511 - 0	CORREDOR SÃO FRANCISCO		CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR SÃO FRANCISCO	TRECHO CONSTRUÍDO	KM	50
	Partido:	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
1049 - 0	MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL		RESTAURAÇÃO DA BR-135/BA	TRECHO RESTAURADO	KM	70
	Partido:	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
1050 - 0	CORREDOR SÃO FRANCISCO		CONSTRUÇÃO DA BR-135/BA - TRECHO RIACHÃO DAS NEVES - DIVISA BA/PI	TRECHO PAVIMENTADO	KM	40
	Partido:	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
1735 - 0	TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS		IMPLANTAÇÃO DO METRÔ DE SALVADOR - TRECHO LAPA	TRECHO IMPLANTADO	KM	12
	Partido:	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
AUTOR: MARLUCE PINTO		PARTIDO: PMDB	UF: RR			

76

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS APROVADAS E APROVADAS PARCIALMENTE

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META
311-0	CALHA NORTE	IMPLANTACAO DA INFRA-ESTRUTURA BASICA NOS MUNICIPIOS MAIS CARENTES DA REGIAO DA CALHA NORTE	OBRAS EXECUTADAS	UNIDADE	5
	Parecer: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
312-0	CALHA NORTE	IMPLANTACAO DE UNIDADES MILITARES NA REGIAO DA CALHA NORTE	UNIDADE DE PRONTEIRA IMPLANTADO	UNIDADE	1
	Parecer: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
313-0	CALHA NORTE	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA INSTALADA NOS PELOTOS ESPECIAIS DE PRONTEIRA DA REGIAO DA CALHA NORTE	PELOTÃO ESPECIAL DE PRONTEIRA MARITIMO	UNIDADE	15
	Parecer: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
AUTOR: MAURO MIRANDA PARTIDO: PMDB UF: GO					
122-0	IRIGACAO E DRENACAO	CONSTRUCAO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGACAO DE USO COMUM	AREA IRRIGADA	HA	4.000
	Parecer: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
123-0	MORAS MELHOR	MELHORIA DAS CONDICAOES DE HABITABILIDADE	FAMILIA BENEFICIADA	UNIDADE	200.000
	Parecer: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
124-0	CORREDOR ARAGUAIA - TOCANTINS	CONSTRUCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NO CORREDOR ARAGUAIA - TOCANTINS BR - 414 - TRECHO COCALZINHO - ANQUELADA	TRECHO CONSTRUIDO	KM	60
	Parecer: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
130-0	CORREDOR ARAGUAIA - TOCANTINS	CONSTRUCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS BR - 380 - TRECHO PAURE BERNARDO-URUAQU-SAO MIGUEL DO ARAGUAIA	TRECHO CONSTRUIDO	KM	32
	Parecer: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
139-0	MORAS MELHOR	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATÉ 75 MIL HABITANTES	FAMILIA BENEFICIADA	UNIDADE	87.612
	Parecer: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
AUTOR: MILTON BARBOSA PARTIDO: UF: BA					
166-0	CORREDOR SAO FRANCISCO	CONSTRUCAO DA BR-1358A - TRECHO RIACHAO DAS NEVES - DIVISA BAHIA	TRECHO PAVIMENTADO	KM	40
	Parecer: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
167-0	MANUTENCAO DA MALHA RODOVIARIA FEDERAL	RESTAURACAO DA BR-1358A	TRECHO RESTAURADO	KM	70
	Parecer: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
AUTOR: MOREIRA MENDES PARTIDO: PFL UF: RO					

30

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS APROVADAS E APROVADAS PARCIALMENTE

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PRODUTO	UNID.MEDIDA	META
703 - 0	CORREDOR OESTE-NORTE	CONSTRUÇÃO DE ANEL RODOVIÁRIO NO CORREDOR OESTE-NORTE - BR - 364RO - CONSTRUÇÃO DE ANEL RODOVIÁRIO EM JI-PARANÁ		KM	17
	<i>Parcear:</i>	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
704 - 0	CORREDOR OESTE-NORTE	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR OESTE-NORTE - BR - 429RO - PRESIDENTE MEDICE - SÃO MIGUEL DO GUAPURÉ		KM	96
	<i>Parcear:</i>	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
705 - 0	CORREDOR FRONTEIRA NORTE	CONSTRUÇÃO DE PONTES NO CORREDOR FRONTEIRA NORTE - BR - 364ACRO - CONSTRUÇÃO DE PONTE SOBRE O RIO MADEIRA		METROS	1030
	<i>Parcear:</i>	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
AUTOR: NARCISO RODRIGUES		PARTIDO: PSDB UF: MG			
903 - 0	CORREDOR TRANSMETROPOLITANO	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR TRANSMETROPOLITANO - BR - 364 MG - ENTRONCAMENTO BR 133 - ENTRONCAMENTO BR 365	TRECHO PAVIMENTADO	KM	100
	<i>Parcear:</i>	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
905 - 0	CORREDOR LESTE	CONSTRUÇÃO DE PONTES NO CORREDOR LESTE - BR 154MGO - SOBRE RIO PARANÁ - DÍVISA MGO	OBRA DE ARTE ESPECIAL CONSTRUIDA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	100
	<i>Parcear:</i>	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
AUTOR: NELSON MARCHEZAN		PARTIDO: PSDB UF: RS			
932 - 0	CORREDOR MERCOSUL	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL	TRECHO PAVIMENTADO	KM	30
	<i>Parcear:</i>	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
AUTOR: NELSON PELLEGRINO		PARTIDO: PT UF: BA			
93 - 0	ATENÇÃO À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS ARQUITETÔNICAS E AMBIENTAIS	BARREIRA ELIMINADA	UNIDADE	567
	<i>Parcear:</i>	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
95 - 0	COMBATE À VIOLENCIA CONTRA A MULHER	CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE RISCO	ABRIGO CONSTRUIDO	UNIDADE	290
	<i>Parcear:</i>	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
97 - 0	COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	REDE NACIONAL DE INFORMAÇÕES PARA PREVENÇÃO E COMBATE AO ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	REDE MANTIDA	UNIDADE	23
	<i>Parcear:</i>	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
99 - 0	REINserção SOCIAL DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI	ASSISTÊNCIA SOCIO-EDUCATIVA AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI	SERVIÇO IMPLANTADO	UNIDADE	110
	<i>Parcear:</i>	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO			
AUTOR: NEUTON LIMA		PARTIDO: PFL UF: SP			

Elaborações: COFFCB - CONORSE

015 Rel Emendas Anexo - por Autor

Emissão: 22/06/01 15:36:26

Página

16 de 26

**CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS APROVADAS E APROVADAS PARCIALMENTE**

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META
1611-0	ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA	FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA PARA A ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA	PROPRIEDADES ASSISTIDAS	UNIDADE	500.000
<i>Parâmetro: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>					
1705-0	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	MUNICÍPIO APOIADO	UNIDADE	1.120.000
<i>Parâmetro: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>					
1710-0	NOVO MUNDO RURAL: ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E CAPACITAÇÃO DE ASSENTADOS - LUMIAR	FAMÍLIA ASSISTIDA	UNIDADE	100.000
<i>Parâmetro: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>					
1714-0	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO RURAL	COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES	UNIDADE	2.250
<i>Parâmetro: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>					
AUTOR: NEY SUASSUNA		PARTIDO: PMDB UF: PE			
304-0	PROÁGUA INFRA-ESTRUTURA	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA / BARRAGEM DE ACAJÁ NO ESTADO DA PARAÍBA	OBRA EXECUTADA	UNIDADE	1
<i>Parâmetro: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>					
AUTOR: NILO COELHO		PARTIDO: PSDB UF: BA			
960-0	IRRIGAÇÃO E DRENAGEM	ESTUDOS PARA O APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA EM ÁREAS IRRIGÁVEIS	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	2
<i>Parâmetro: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>					
962-0	PROÁGUA INFRA-ESTRUTURA	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA: BARRAGEM POÇO DO MACRO	PERCENTAGEM DE EXECUÇÃO FÍSICA	PERCENTAGEM	50%
<i>Parâmetro: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>					
AUTOR: NILSON MOURÃO		PARTIDO: PT UF: AC			
909-0	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO RURAL	COOPERATIVA E ASSOCIAÇÕES	UNIDADE	2.250
<i>Parâmetro: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>					
913-0	NOVO MUNDO RURAL: ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E CAPACITAÇÃO DE ASSENTADOS - LUMIAR	FAMÍLIA ASSISTIDA	UNIDADE	100.000
<i>Parâmetro: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>					
922-0	ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA	FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA PARA ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA	PROPRIEDADES ASSISTIDAS	UNIDADE	500.000
<i>Parâmetro: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>					
934-0	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	MUNICÍPIO APOIADO	UNIDADE	1.120.000
<i>Parâmetro: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>					

Emendas CONPAC - CONPAC

015 Rel Emendas Anexo - por Autor

Emissão: 21/06/01 15:36:26

Página 17 de 26

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS APROVADAS E APROVADAS PARCIALMENTE

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PARTIDO: PPB	UF: MG	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META
AUTOR: ODELMOLEÃO							
646 - 0	CORREDOR LESTE	BR-45205049/0634555MG - INTERLIGAÇÃO DAS PR - 45206049/0634555MG, NA REGIÃO DO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA			TRILHO PAVIMENTADO	KM	40
<i>Parâmet: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>							
AUTOR: ORLANDO DESCONSI							
1038 - 0	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL			MUNICÍPIO APOIADO	UNIDADE	1.320.000
<i>Parâmet: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>							
1043 - 0	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO RURAL			COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES	UNIDADE	2.250
<i>Parâmet: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>							
1045 - 0	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	FINANCIAMENTO E EQUALIZAÇÃO DE JUROS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF (LEI Nº 8.437/92)			AGRICULTORES BENEFICIÁRIOS	UNIDADE	1.000.000
<i>Parâmet: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>							
1048 - 0	ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA	FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA PARA ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA			PROPRIEDADES ASSISTIDAS	UNIDADE	500.000
<i>Parâmet: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>							
1055 - 0	ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA	PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL			FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DO TRÁNSITO DE ANIMAIS E PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	% DE EXECUÇÃO	100
<i>Parâmet: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>							
1141 - 0	CORREDORES DO MERCOSUL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	CONSTRUÇÃO BR-470 LACOA VERMELHA/ANDRÉ DA ROCHA / NOVA PRATA			CONSTRUÇÃO DE RODOVIA	KM	64
<i>Parâmet: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>							
1146 - 0	CORREDORES DO MERCOSUL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	DUPLICAÇÃO DA BR-101 - TRECHO DIVISA RS/SC - OSÓRIO			CONSTRUÇÃO DE RODOVIA	KM	100
<i>Parâmet: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>							
1147 - 0	CORREDORES DO MERCOSUL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	PONTES INTERNACIONAIS BRASIL / ARGENTINA			OBRAS DE ARTE	UNIDADE	2
<i>Parâmet: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>							
1161 - 0	IRREGUIÇÃO E DRENAGEM	ESTUDO E OBRAS DE USOS MÚLTIPLOS DA ÁGUA NA METADE SUL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL			PROJETO	UNIDADE	1
<i>Parâmet: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>							

Páginas 14 de 26

Emissão: 22.06.01 15:46:27

Elaboração: CONFED - CONORSEF 015 Bde Elaboração Anexo - por Autor

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS APROVADAS E APROVADAS PARCIALMENTE

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PARTIDO: PT	UF: PR	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META
AUTOR: PADRE ROQUE							
409-0	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	DESENVOLVIMENTO DO COOPRATIVISMO E ASSOCIATIVISMO RURAL			COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES	UNIDADE	2250
<i>Parâmetro: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>							
410-0	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL			MUNICÍPIO ATENDIDO	UNIDADE	1.320.000
<i>Parâmetro: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>							
491-0	COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE RISCO			ABRIGO CONSTRUÍDO	UNIDADE (P)	240
<i>Parâmetro: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>							
492-0	COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	REDE NACIONAL DE INFORMAÇÕES PARA PREVENÇÃO E COMBATE AO ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES			REDE MANTIDA	UNIDADE	25
<i>Parâmetro: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>							
494-0	REINserção SOCIAL DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI	ASSISTÊNCIA SÓCIO EDUCATIVA AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI			SERVIÇO IMPLANTADO	UNIDADE	110
<i>Parâmetro: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>							
AUTOR: PAES LANDIM							
884-0	CORREDOR NORDESTE	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR NORDESTE BR 020P SÃO RAIMUNDO MONATO - Picos	PARTIDO: PFL	UF: PI	TRECHO CONSTRUÍDO	KM	108
<i>Parâmetro: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>							
998-0	CORREDOR NORDESTE	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR NORDESTE BR 020 - PIBA - SÃO RAIMUNDO MONATO (PI) - BARREIRAS (BA)			TRECHO CONSTRUÍDO	KM	100
<i>Parâmetro: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>							
999-0	PROVA-GUA INFRA-ESTRUTURA	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA (AUDITORIA DO GARRINCHO NO ESTADO DO PIAUÍ)			OBRA EXECUTADA	UNIDADE	01
<i>Parâmetro: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>							
AUTOR: PAULO BALTAZAR							
270-0	CORREDOR LESTE	BR 393/1681 - CONSTRUÇÃO DE ANEL VIÁRIO DE VOLTA REDONDA	PARTIDO: PSB	UF: RJ	TRECHO ADEQUADO - 22,15	KM	1
<i>Parâmetro: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>							
AUTOR: PAULO KOBAYASHI							
702-0	TECNOLOGIA DE USO NAVAL	CONSTRUÇÃO DO PROTÓTIPO DE REATOR NUCLEAR	PARTIDO: PSDB	UF: SP	PROTÓTIPO CONSTRUÍDO	% EXECUÇÃO FÍSICA	50
<i>Parâmetro: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>							

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS APROVADAS E APROVADAS PARCIALMENTE

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PRODUTO	UNID.MEDIDA	META
AUTOR: PAULO MAGALHÃES					
990 - 0	MANUTENÇÃO DA MALHA RODoviÁRIA FEDERAL	PARTIDO: PFL UF: EA RESTAURAÇÃO DA BR 1328A	TRECHO RESTAURADO	KM	70
Parâmetro: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO					
991 - 0	CORREDOR SÃO FRANCISCO	CONSTRUÇÃO DA BR-1328A - TRECHO RIACHÃO DAS NEVES - DIVISA BA/PI	TRECHO PAVIMENTADO	KM	40
Parâmetro: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO					
AUTOR: PAULO MOURÃO					
258 - 0		PARTIDO: PSDB UF: TO CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM - IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE AGRICULTURA E FRUTICULTURA NO ESTADO DO TOCANTINS	PROJETO APROVADO	UNIDADE	150
Parâmetro: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO					
261 - 0		ADEQUAÇÃO DE TRAVESSIAS URBANAS NO CORREDOR ARAGUÁIA-TOCANTINS	TRAVESSIA ADEQUADA	UNIDADE	3
Parâmetro: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO					
263 - 0	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO	IMPLANTAÇÃO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE TOCANTINS	INSTITUIÇÃO IMPLANTADA	UNIDADE	1
Parâmetro: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO					
264 - 0	PRÉ-ÁGUA - INFRA-ESTRUTURA	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM	OBRA EXECUTADA	UNIDADE	8
Parâmetro: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO					
AUTOR: PEDRO CANEDO					
134 - 0	TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS	PARTIDO: PSDB UF: GO IMPLANTAÇÃO DO METRÔ DE GOIÂNIA NO ESTADO DE GOIÁS	TRECHO IMPLANTAÇÃO	KM	1
Parâmetro: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO					
AUTOR: PEDRO CELSO					
121 - 0	CORREDOR ARAGUÁIA-TOCANTINS	PARTIDO: PT UF: DF ARAQUÁIS-TOCANTINS - BR-008/DF - BRASÍLIA - DIVISA DF/GO	TRECHO ADEQUADO	KM	35
Parâmetro: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO					
AUTOR: PEDRO FERNANDES					
622 - 0	REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA	PARTIDO: PFL UF: MA MODERNIZAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE AERONAVES	AERONAVE MODERNIZADA/REVITALIZADA	UNIDADE	26
Parâmetro: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO					

3

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LD/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - POR AUTOR - EMENDAS APROVADAS E APROVADAS PARCIALMENTE

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PRODUTO	UNID.MEDIDA	META
623 - 0	REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA FORÇA AEREA BRASILEIRA	AQUIZIÇÃO DE AERONAVES	AERONAVE MILITAR ADQUIRIDA	UNIDADE	76
<i>Parcear: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>					
624 - 0	TECNOLOGIA DE USO AEROSPAÇIAL	DESENVOLVIMENTO DO AM-X	AERONAVE DESENVOLVIDA	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	19,9%
<i>Parcear: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>					
625 - 0	GESTÃO DA POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE COMUNICAÇÕES MILITARES VIA SATELITE	SISTEMA IMPLANTADO	% DA EXECUÇÃO FÍSICA	25
<i>Parcear: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>					
627 - 0	GESTÃO DA POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL	IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DE OPERAÇÕES DO COMANDO SUPREMO E FORÇAS SINGULARES	CENTRO IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	10
<i>Parcear: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>					
1518 - 0	MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL	RESTAURAÇÃO DA BR-132/BA	TRECHO RESTAURADO	KM	70
<i>Parcear: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>					
1519 - 0	CORREDOR SÃO FRANCISCO	CONSTRUÇÃO DA BR-135/BA - TRECHO RIACHÃO DAS NEVES - DIVISA BA/PI	TRECHO PAVIMENTADO	KM	40
<i>Parcear: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>					
AUTOR: PEDRO HENRY					
159 - 0	CORREDOR ARAGUÁIA-TOCANTINS	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUÁIA-TOCANTINS	TRECHO PAVIMENTADO	KM	100
<i>Parcear: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>					
AUTOR: PEDRO IRIJO					
1732 - 0	CORREDOR SÃO FRANCISCO	CONSTRUÇÃO DA BR-132/BA - TRECHO RIACHÃO DAS NEVES - DIVISA BA/PI	TRECHO PAVIMENTADO	KM	40
<i>Parcear: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>					
1755 - 0	TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS	IMPLANTAÇÃO DO METRÔ DE SALVADOR - TRECHO LATA	TRECHO IMPLANTADO	KM	
<i>Parcear: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>					
AUTOR: PEDRO NOVAIS					
314 - 0	PROJÉTO INFRA-ESTRUTURA	DUPLICAÇÃO DO SISTEMA PRODUTOR DO ITAPICURU (ADUTORIA ITALUÍ)	POPULAÇÃO BENEFICIADA	HABITANTES	82000
<i>Parcear: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO</i>					

Elaborado: COFFIC - CONORSEF

015 Rel Emenda, Anexo - por Autor

Emissão: 27.06.01 15:56:29

Página

21 de 26

22

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS APROVADAS E APROVADAS PARCIALMENTE

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PRODUTO	UNID.MEDIDA	META
AUTOR: RICARDO FERRÃO					
142-0	CORREDOR LESTE	PARTIDO: PSDB UF: ES DERROCAGEM NO PORTO DE VITÓRIA	DRACAGEM REALIZADA	1000 M ³	17
Parâmetro: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO					
146-0	TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS	IMPLANTAÇÃO DE METRO DE SUPERFÍCIE NO ESPRITO SANTO - TRECHO VIACARIACIACAVILA VELHA	TRECHO CONSTITUÍDO	% EXECUÇÃO	17
Parâmetro: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO					
AUTOR: RICARDO SANTOS					
636-0	MORAR MELHOR	PARTIDO: PSDB UF: ES IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO EM MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO DE ATÉ 15 MIL HABITANTES	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	600.000
Parâmetro: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO					
637-0	MORAR MELHOR	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	276.000
Parâmetro: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO					
638-0	TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS	IMPLANTAÇÃO DE METRO DE SUPERFÍCIE NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - TRECHO VIANA - CALHOCIA - VILA VELHA - VITÓRIA E SERRA	TRECHO IMPLANTADO	KM	20
Parâmetro: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO					
AUTOR: ROBERTO PESSOA					
1640-0	CORREDOR SÃO FRANCISCO	PARTIDO: PFL UF: CE CONSTRUÇÃO DA BR-159/BA - TRECHO RIACHÃO DAS NEVES - DIVISA BA/PI	TRECHO PAVIMENTADO	KM	40
Parâmetro: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO					
1641-0	MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA	RESTAURAÇÃO DA BR-159/BA	TRECHO RESTAURADO	KM	70
Parâmetro: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO					
AUTOR: ROMERO JUCÁ					
3-0	ESPORTE SOLIDÁRIO	PARTIDO: PSDB UF: RR IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA EM COMUNIDADES CARENTES	ESPAÇO ESPORTIVO IMPLANTADO	UNIDADE	145
Parâmetro: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO					
7-0	MORAR MELHOR	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	66400
Parâmetro: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO					
28-0	CALHA NORTE	APOIO ÀS COMUNIDADES CARENTES NA REGIÃO DA CALHA NORTE	COMUNIDADE ATENDIDA	UNIDADE	57
Parâmetro: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO					
Estimativa: CORRIGIDA - CORRIGIDA					
015 Rel. Expediente Anexo - por Autor					
Estimativa: 22.06.01 15:56:29					
Página 22 de 26					

**CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS APROVADAS E APROVADAS PARCIALMENTE**

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PRODUTO	UNID.MEDIDA	META
30 - 0	CALHA NORTE	CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS NA REGIÃO DA CALHA NORTE	RODOVIA CONSERVADA	KM	3000
Parecer:	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
33 - 0	CALHA NORTE	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA INSTALADA NOS PELOTÕES ESPECIAIS DE FRONTEIRA DA REGIÃO DA CALHA NORTE	PELOTÃO ESPECIAL DE FRONTEIRA	UNIDADE	57
Parecer:	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
34 - 0	INFRA-ESTRUTURA URBANA	IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA	PROJETO APROVADO	UNIDADE	80
Parecer:	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
AUTOR: ROSE DE FREITAS		PARTIDO: PSDB UF: ES			
1694 - 0	INFRA-ESTRUTURA URBANA	IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA	PROJETO APROVADO		650
Parecer:	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
1698 - 0	CORREDOR LESTE	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE BR-484-ES-CONSTRUÇÃO DO TRECHO ITARANA/AUTONSO CLAUDIO-ESPÍRITO SANTO	TRECHO CONSTRUÍDO	KM	44
Parecer:	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
AUTOR: SANTOS FILHO		PARTIDO: PFL UF: PR			
44 - 0	CORREDOR MERCOSUL	BR-316/PR CONTORNO SUL DE CURITIBA	TRECHO PAVIMENTADO	KM	12
Parecer:	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
45 - 0	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL	IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA MESORREGIÃO FRONTEIRA DO MERCOSUL - REGIÃO SUL	TRANSFORMAÇÃO DE ÁREAS SUBNORMAIS EM BAIRROS	PROJETO APROVADO	220
Parecer:	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
60 - 0	CORREDOR MERCOSUL	BR-113/PR CONSTRUÇÃO DO TRECHO ENTRONCAMENTO BR-376 - ALTO DO AMPARO - VENTANIA - MATUTUA	TRECHO PAVIMENTADO	KM	83
Parecer:	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
61 - 0	TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS	IMPLANTAÇÃO DE METRÔ DE CURITIBA - PR	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS	KM	13
Parecer:	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				
62 - 0	CORREDOR MERCOSUL	MELHORAMENTOS E AMPLIAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA PORTUÁRIA	OBRA EXECUTADA	% EXECUÇÃO FÍSICA	100
Parecer:	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO				

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS APROVADAS E APROVADAS PARCIALMENTE

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PRODUTO	UNID.MEDIDA	META
63 - 0	CORREDOR MERCOSUL Parceir: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO	DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO NO PORTO DE PARAMAGUÁ - PR	OBRA EXECUTADA	M²	25
65 - 0	CORREDOR MERCOSUL Parceir: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO	BR-487/PR CONSTRUÇÃO DO TRECHO PORTO CAMARGO - CAMPO MOURÃO	TRECHO PAVIMENTADO	KM	58
66 - 0	CORREDOR MERCOSUL Parceir: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO	BR-476/PR CONSTRUÇÃO DO TRECHO ADRIANÓPOLIS - BOCAIUVA DO SUL	TRECHO PAVIMENTADO	KM	100
AUTOR: SÉRGIO BARROS 1608 - 0	PRÓ-ÁGUA - INFRA-ESTRUTURA Parceir: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO	PARTIDO: PSDB UF: AC IMPLANTÇÃO DA BARRAGEM DE CONTENÇÃO DA BARRANCA DO RIO AUBA	BARRAGEM DE CONTENÇÃO	METRO (M)	15.000m²
AUTOR: SILAS BRASILEIRO 1828 - 0	ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA Parceir: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO	PARTIDO: PMDB UF: MG CAMPANHA EDUCATIVA PARA ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA	CAMPANHA REALIZADA	UNIDADE	96
AUTOR: TELMA DE SOUZA 1531 - 0	COMBATE À VIOLENCIA CONTRA A MULHER Parceir: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO	PARTIDO: PT UF: SP CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE RISCO	ABRIGO CONSTRUÍDO	UNIDADE	300
1590 - 0	COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES Parceir: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO	ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM JORNADA AMPLIADA NO COMBATE À PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIL	CRIANÇA/ADOLESCENTE ATENDIDO	UNIDADE	100000
1597 - 0	DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE Parceir: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO	IMPLANTÇÃO DE UNIDADE DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	UNIDADE DE DEFESA IMPLANTADA	UNIDADE	10
1598 - 0	DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE Parceir: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO	IMPLANTÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÃO PARA A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA - SIPIA	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	25
AUTOR: URSICINO QUEIROZ 1737 - 0	CORREDOR SÃO FRANCISCO Parceir: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO	PARTIDO: PFL UF: BA CONSTRUÇÃO DA BR-159/BA - RECHO RIACHÃO DAS NEVES-DIVISA BAHIA	RECHO PAVIMENTADO	KM	40

31

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS APROVADAS E APROVADAS PARCIALMENTE

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META
1738 - 0	MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL Parâmet: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO	RESTAURAÇÃO DA BR 1359A	RECHO RESTAURADO	KM	70
AUTOR: VILMAR ROCHA					
PARTIDO: PFL UF: GO					
213 - 0	CORREDOR ARAQUÁIA-TOCANTINS Parâmet: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAQUÁIA-TOCANTINS - BR-414000 - COCALZINHO-NIQUELÂNDIA	TRECHO PAVIMENTADO	KM	70
1403 - 0	IRRIGAÇÃO E DRENAGEM Parâmet: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM - PROJETO ALTO PARAÍSO NO ESTADO DE GOIÁS	ÁREA IRRIGADA	HA	2000
AUTOR: VIRGILIO GUIMARÃES					
PARTIDO: PT UF: MG					
940 - 0	TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS Parâmet: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE	TRECHO IMPLANTADO	KM	12
AUTOR: WALDEMIR MOKA					
PARTIDO: PMDB UF: MS					
1511 - 0	TERRETIÔNIO E CULTURA INDÍGENAS Parâmet: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE TERRAS INDÍGENAS	REGULARIZAÇÃO EFETIVADA	HECTARE	681000
1513 - 0	CORREDOR SUDESTE Parâmet: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO	ADEQUAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS NO MATO GROSSO DO SUL	TRECHO ADEQUADO	KM	325
AUTOR: WERNER WANDERER					
PARTIDO: PFL UF: PR					
355 - 0	CORREDOR MERCOSUL Parâmet: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO	DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO NO PORTO DE PARAMAGUÁ (PR)	OBRA EXECUTADA	M³	25
356 - 0	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL Parâmet: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO	IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA MESORREGIÃO FRONTEIRA DO MERCOSUL	TRANSFORMAÇÃO DE ÁREAS SUBNORMAIS EM BAIRROS	PROJETO APOIADO	720
358 - 0	CORREDOR MERCOSUL Parâmet: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO	BR-487PR CONSTRUÇÃO DO TRECHO PORTO CAMARGO - CAMPO NOBUIÃO	TRECHO PAVIMENTADO	KM	58
359 - 0	CORREDOR MERCOSUL Parâmet: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO	BR-476PR CONSTRUÇÃO DO TRECHO ADRIANÓPOLIS - BOCAIUVA DO SUL	TRECHO PAVIMENTADO	KM	100

**CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS APROVADAS E APROVADAS PARCIALMENTE**

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PRODUTO	UNID.MEDIDA	META
360 - 0	CORRETOR MERCOSUL Parcear: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO	BR-376/PR CONTURNO SUB-DECURTIBA	TRECHO PAVIMENTADO	KM	12
361 - 0	CORRETOR MERCOSUL Parcear: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO	BR-153/PR CONSTRUÇÃO DO TRECHO ENTRONCAMENTO BR-376 - ALTO DO AMPARO - VENTANIA - INHITIVA	TRECHO PAVIMENTADO	KM	83
AUTOR: ZÉ GOMES DA ROCHA		PARTIDO: PMDB UF: GO			
979 - 0	CORRETOR ARAGUAIA-TOCANTINS Parcear: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO	ADROGAÇÃO DA BR-153/GO - ENTRONCAMENTO GO-031 - ENTRONCAMENTO BR-060 - CONTOURNO ANÁPOLIS/GO	TRECHO PAVIMENTADO	KM	22

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LD072002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - DO(A) AUTOR - EMENDAS REJEITADAS E PREJUDICADAS

EMENDA		PROGRAMA		ACAO		PRODUTO	UNID.MEDIDA	META
AUTOR: ADÃO PRETTO				PARTIDO: PT	UF: RS			
994 - 0	PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR	ADQUIÇÃO DE CRÉDITO RURAL AOS PEQUENOS PRODUTORES PARA PRODUÇÃO E MELHORIA NA QUALIDADE DO LEITE						400.000
Parâmetro: REJEITADO								
995 - 0	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NAS ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA - PRONERA						100.000
Parâmetro: REJEITADO								
997 - 0	NOVO MUNDO RURAL: ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS	INVESTIMENTO EM INFRA-ESTRUTURA BÁSICA PARA ASSENTAMENTOS RURAIS						100.000
Parâmetro: REJEITADO								
998 - 0	NOVO MUNDO RURAL: ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS	CONCESSÃO DE CRÉDITO PARA IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA BÁSICA - BANCO DA TERRA						20.000
Parâmetro: REJEITADO								
999 - 0	NOVO MUNDO RURAL: ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS	CONCESSÃO DE CRÉDITO-INSTALAÇÃO ÀS FAMÍLIAS ASSENTADAS						100.000
Parâmetro: REJEITADO								
901 - 0	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	FINANCIAMENTO E EQUALIZAÇÃO DE JUROS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR						1.000.000
Parâmetro: REJEITADO								
902 - 0	NOVO MUNDO RURAL: ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS	OBTENÇÃO DE TERRAS						3.000.000
Parâmetro: REJEITADO								
903 - 0	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS MUNICIPAIS						2.300
Parâmetro: REJEITADO								
AUTOR: ANÍBAL GOMES				PARTIDO: PMDB	UF: CE			
1552 - 0	MANUTENÇÃO DA MALHA RODoviÁRIA FEDERAL	RESTAURAÇÃO DA BR 155BIA						70
Parâmetro: PREJUDICADO POR CONFLITAR COM OUTRO DISPOSITIVO OU EMENDA JÁ APROVADOS								
AUTOR: ANTONIO CARLOS KONDER REIS				PARTIDO: PFL	UF: SC			
1473 - 0	GESTÃO URBANA	AÇÕES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO - AÇÕES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA NA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS - SANTA CATARINA						214
Parâmetro: REJEITADO								

Elaboração: COMFICD - COMORUSP

015 Ref Emendas Anexo - por Autor

Emissão: 22/06/01 15:54:09

Páginas

1 de 08

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS REJEITADAS E PREJUDICADAS

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META
1424 - 0	GESTÃO URBANA	AÇÕES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO	OBRAS EXECUTADAS	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	70
Parecer: REJEITADO					
1425 - 0	PROTEÇÃO - GESTÃO	RECUPERAÇÃO E MANEJO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO APARANGUÁ, NO ESTADO DE SANTA CATARINA	PROJETO APOIADO	PROJETO	1
Parecer: REJEITADO					
1426 - 0	PARQUES DO BRASIL	PARQUE NACIONAL DE SÃO JOAQUIM, NO ESTADO DE SANTA CATARINA	ESTUDO PARA AMPLIAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE ÁREAS PROTEGIDAS	PROJETO	1
Parecer: REJEITADO					
1428 - 0	PROTEÇÃO - GESTÃO	RECUPERAÇÃO DA PRAIA DO BALNEÁRIO CAMBORIÚ, NO ESTADO DE SANTA CATARINA	PROJETO APOIADO	PROJETO	1
Parecer: REJEITADO					
1430 - 0	CORREDOR MERCOSUL	BR 263AC - ADEQUAÇÃO DO TRECHO SANGA DA TOCA - DIVERSA SANTA CATARINA/RIO GRANDE DO SUL - RÔM JESUS	TRECHO ADEQUADO	KM	50
Parecer: REJEITADO					
1431 - 0	PROTEÇÃO - GESTÃO	RECUPERAÇÃO E MANEJO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO MAMITUÍRA, NO ESTADO DE SANTA CATARINA	PROJETO APOIADO	PROJETO	1
Parecer: REJEITADO					
1432 - 0	PROTEÇÃO - GESTÃO	RECUPERAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS URUSSANGA E MÃE LUZIA	RIOS REGULARIZADOS	KM	10
Parecer: REJEITADO					
1433 - 0	ENERGIA NO RIO SUL	IMPLANTAÇÃO DE USINA A GÁS NA REGIÃO SUL DO ESTADO DE SANTA CATARINA	OBRAS EXECUTADAS	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	70
Parecer: REJEITADO					
1434 - 0	CORREDOR MERCOSUL	AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURA PORTUÁRIA, EM IMBITUBA, NO ESTADO DE SANTA CATARINA	OBRAS EXECUTADAS	% EXECUÇÃO FÍSICA	100
Parecer: REJEITADO					
1436 - 0	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL	ELABORAÇÃO DE PLANOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL	PLANO ELABORADO	UNIDADE	8
Parecer: REJEITADO					

Emendas COPIADAS - CONOMUS

015 Bal Emenda Anexo - por Autor

Emenda: 23 de 01 15:58:10

Página

2 de 68

3

**CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS REJEITADAS E PREJUDICADAS**

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META
1451 - 0	CORREDOR MERCOSUL	REFORMA E AMPLIAÇÃO DO MOLHE NORTE, DO PORTO DE ITAJAI, APROFUNDAMENTO DO CANAL DE ACESSO EM 11 METROS E DERROCAMENTO DE LAJE DE PEDRA QUE O OBSTRUI.	CANAL DE ACESSO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	55
	Parecer: REJEITADO				
1456 - 0	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	IMPLANTAÇÃO DE ESCOLA TÉCNICA EM URUSSANGA	ESCOLA TÉCNICA IMPLANTADA	1	1
	Parecer: REJEITADO				
1457 - 0	PROTEÇÃO - CISTÃO	RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA: ITUPORANGA, TAO, JOSÉ BOITEUX, POUSO REDONDO E RIO DO OESTE EM SANTA CATARINA	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	25
	Parecer: REJEITADO				
1458 - 0	PROTEÇÃO - CISTÃO	RECUPERAÇÃO E MANEJO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO GRAVATÁ, NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, NO ESTADO DE SANTA CATARINA	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	50
	Parecer: REJEITADO				
1459 - 0	CORREDOR MERCOSUL	CONSTRUÇÃO DE INTERLIGAÇÕES RODOVIÁRIAS NO CORREDOR DO MERCOSUL, ACESSO À BE-LIDISANGA/MORRO DA RUMÇA	OBRA CONSTRUÍDA	KM	11
	Parecer: REJEITADO				
1460 - 0	CORREDOR MERCOSUL	CONSTRUÇÃO DE ACESSOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR DE ACESSO À PRAIA DO RINCAOBR/01	OBRA CONSTRUÍDA	KM	8
	Parecer: REJEITADO				
1463 - 0	PARQUES DO BRASIL	PARQUE ESTADUAL SERRA DO TABULEIRO, EM SANTA CATARINA	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	PROJETO	1
	Parecer: REJEITADO				
1464 - 0	HOSPITAIS DE ENSINO	AMPLIAÇÃO DE HOSPITAIS DE ENSINO	UNIDADE AMPLIADA	M²	150.000
	Parecer: REJEITADO				
1465 - 0	MUSEU MEMÓRIA E FUTURO	IMPLANTAÇÃO E INSTALAÇÃO DE MUSEU OCEANOGRÁFICO DA UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAI EM SANTA CATARINA	PROJETO APOIADO	PROJETO	1
	Parecer: REJEITADO				
1466 - 0	PROTEÇÃO - CISTÃO	RECUPERAÇÃO DA PRAIA DE BARRA VELHA NO ESTADO DE SANTA CATARINA	PROJETO APOIADO	PROJETO	1
	Parecer: REJEITADO				
1467 - 0	PROTEÇÃO - CISTÃO	RECUPERAÇÃO E MANEJO DA BACIA HIDROGRÁFICA DA BARRA DO SUL, NO MUNICÍPIO DO BALNEÁRIO DA BARRA DO SUL, NO ESTADO DE SANTA CATARINA	PROJETO APOIADO	PROJETO	1
	Parecer: REJEITADO				

Zelmarine CORRÊA - CONOR/SP

015 Rel. Emenda Anexo - por Autor

Emissão: 22/06/01 15:58:11

Página

4 de 68

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LD07202 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - POR AUTOR - EMENDAS REJEITADAS E PREJUDICADAS

EMENDA	PROPOSTA	ACAO	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META
1469-0	CONHECER MERCOSUL	ADQUIÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO NO CORREDOR MERCOSUL - IM-101 AC - DUPLICAÇÃO DO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE O MUNICÍPIO DE PALHOÇA/MG E A SERRA DO SULO	RODOVIA FEDERAL (DUPLICAÇÃO)	KM	233
Parâmetro: REJEITADO					
1470-0	CONHECER MERCOSUL	AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURA PORTUÁRIA EM SÃO FRANCISCO DO SUL NO ESTADO DE SANTA CATARINA	OBRA EXECUTADA	% EXECUÇÃO FÍSICA	70
Parâmetro: REJEITADO					
1471-0	SERRA DO SULO SUL	IMPLANTANDO DE LINHA A GÁS NO MUNICÍPIO DE GUARANIEM NA REGIÃO NORTE DO ESTADO DE SANTA CATARINA	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	70
Parâmetro: REJEITADO					
AUTOR: ANTÔNIO DO VALLE					
435-0	REGIÃO DE ENGENHEIRO	PROJETO DE REGRADAÇÃO DO BARRIO DO RIO URUCUBA	HECTARES A SEREM REGRADADOS	HECTARES	10000
Parâmetro: REJEITADO					
AUTOR: ABACELY DE PAULA					
1332-0	PROVAÇÃO INFRA-ESTRUTURA	CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA - BARRAGEM SERRAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS	OBRA EXECUTADA	(UNIDADE) 1	65% A EXECUTADA
Parâmetro: REJEITADO					
AUTOR: R. SÁ					
273-0	ÁGUAS DO BRASIL	CONTROLE E ENCHENTES NO RIO POTY - TERESINA - PI (AV. MARGINAL LESTE)	MUNICÍPIO ATENDIDO	UNIDADE	1
Parâmetro: REJEITADO					
AUTOR: BARBOSA NETO					
1763-0	CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS	TRECHO PAVIMENTADO	KM	60
Parâmetro: REJEITADO					
1764-0	NOSSO BAIRRO	AÇÕES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - IMPLANTAÇÃO DA AVENIDA LESTROGISTE EM DOMÁRIA	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	200.000
Parâmetro: REJEITADO					
AUTOR: CARLITO MEISS					
PARTIDO: PT UF: SC					

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDV2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS REJEITADAS E PREJUDICADAS

EMENDA	PROGRAMA	AÇÃO	PRODUTO	UNID.MEDIDA	META
124 - 0	CORREDOR MERCOSUL	AMPLIAÇÃO DOS MOLHES E ACESSO DO CANAL DE BARRA DO SUL - SC	OBRA EXECUTADA	% EXECUÇÃO FÍSICA	50
	Parecer: REJEITADO				
125 - 0	CORREDOR MERCOSUL	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL	TRECHO ADEQUADO	KM	50
	Parecer: REJEITADO				
126 - 0	PROJÁQUA INFRA-ESTRUTURA	ESTUDO DE VIABILIDADE DA ABERTURA DO CANAL DO LINGUADO	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	1
	Parecer: REJEITADO				
127 - 0	PROJÁQUA - GESTÃO	DESPOLUÇÃO E CONTROLE AMBIENTAL DA BAIJA DA BABITONDA	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	1
	Parecer: REJEITADO				
128 - 0	PROJÁQUA INFRA-ESTRUTURA	DESPOLUÇÃO E CONTROLE AMBIENTAL DA MICRO REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA	OBRA EXECUTADA	UNIDADE	1
	Parecer: REJEITADO				
129 - 0	PROJÁQUA INFRA-ESTRUTURA	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA	OBRA EXECUTADA	UNIDADE	100
	Parecer: REJEITADO				
130 - 0	PROJÁQUA INFRA-ESTRUTURA	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA	OBRA EXECUTADA	UNIDADE	100
	Parecer: REJEITADO				
131 - 0	CORREDOR MERCOSUL	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL	TRECHO ADEQUADO	KM	50
	Parecer: REJEITADO				
132 - 0	DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA NO ESTADO DE SANTA CATARINA	OBRA EXECUTADA	UNIDADE	10
	Parecer: REJEITADO				
133 - 0	MANUTENÇÃO, PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO	PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DAS FORTALEZAS DE FLUMINÓPOLIS - SC	OBRA EXECUTADA	UNIDADE	1
	Parecer: REJEITADO				
134 - 0	TOURISMO NO SUL - PRODETUR	DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NA REGIÃO SUL	PROJETO APROVADO	UNIDADE	1
	Parecer: REJEITADO				
135 - 0	ENFRENTAMENTO À POBREZA	AÇÕES SOCIAIS E ENFRENTAMENTO À POBREZA	PROJETO APROVADO	UNIDADE	1
	Parecer: REJEITADO				
137 - 0	BRASIL JOGA LIMPO	FOMENTO A PROJETOS DE COLETA SELETIVA DE LIXO	PROJETO APROVADO	UNIDADE	40
	Parecer: REJEITADO				

Emenda: COFFICD - CONDORF

015 Rel Emenda Ação - por Autor

Emenda: 22 04 01 15-5R.12

Página

6 de 10

**CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS REJEITADAS E PREJUDICADAS**

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META
1721 - 0	IRRIGAÇÃO E DRENAGEM	ESTUDOS PARA O APROVEITAMENTO HIDROGRÁFICO EM ÁREAS IRRIGÁVEIS - PERÍMUNTO DE IRRIGAÇÃO JAIBA NO ESTADO DE MINAS GERAIS	ESTUDO REALIZADO	UN	1
	Parâmetro: REJEITADO				
1722 - 0	PROLÂNGA INFRA-ESTRUTURA	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA - BARRAGENS PEDRAS	OBRA EXECUTADA	% EXECUÇÃO FÍSICA	20
	Parâmetro: REJEITADO				
1723 - 0	IRRIGAÇÃO E DRENAGEM	EMANCIPAÇÃO DE PERÍMETROS IRRIGADOS: CORUTUBA	ÁREA EMANCIPADA	HA	550
	Parâmetro: REJEITADO				
1724 - 0	IRRIGAÇÃO E DRENAGEM	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM (EQUITA)	ÁREA CONSTRUÍDA	HA	4.000
	Parâmetro: REJEITADO				
1725 - 0	IRRIGAÇÃO E DRENAGEM	EMANCIPAÇÃO DE PERÍMETROS IRRIGADOS: PIRAPORA	ÁREA EMANCIPADA	HA	75
	Parâmetro: REJEITADO				
1726 - 0	IRRIGAÇÃO E DRENAGEM	EMANCIPAÇÃO DE PERÍMETROS IRRIGADOS: JAIBA	ÁREA EMANCIPADA	HA	4.552
	Parâmetro: REJEITADO				
1727 - 0	PROLÂNGA INFRA-ESTRUTURA	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA, BARRAGEM SÃO CRISTÓVÃO	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	20
	Parâmetro: REJEITADO				

AUTOR: DANILO DE CASTRO**PARTIDO: PSDB UF: MG**

1526 - 0	0222 - TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS	IMPLANTACÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE DA LINHA I DO METRÔ - TRECHO ELDOorado - VIA NORTE	TRECHO IMPLANTADO	KM	1
	Parâmetro: REJEITADO				
1528 - 0	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE - AMEL. NORTE DE BELO HORIZONTE	TRECHO CONSTRUÍDO	KM	70
	Parâmetro: REJEITADO				
1529 - 0	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE - BR-301 MG - BELD HORIZONTE - GOVERNADOR VALADARES	TRECHO ADEQUADO	KM	300
	Parâmetro: REJEITADO				

AUTOR: DARCÍSIO PERONDI**PARTIDO: PMDB UF: ES**

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS REJEITADAS E PREJUDICADAS

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PRODUTO	UNID.MEDIDA	META
1520 - 0	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	PORTALECER A AGRICULTURA FAMILIAR, PROMOVENDO SUA INSERÇÃO COMPETITIVA NOS MERCADOS DE PRODUTOS E FATORES	AGRICULTOR BENEFICIÁRIO	UNIDADE	500.000
	Parecer: REJEITADO				
1521 - 0	CORREDOR MERCOSUL	BR - 468RS CONSTRUÇÃO DO TRECHO TRÊS PASSOS - PORTO SOBERIRO	TRECHO PAVIMENTADO	KM	10
	Parecer: REJEITADO				
AUTOR: EDINHO BEZ		PARTIDO: PMDB UF: SC			
1672 - 0	CORREDOR MERCOSUL	RECUPERAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DO PORTO DE LAGUNA NO ESTADO DE SANTA CATARINA - SC	OBRA EXECUTADA	% EXECUÇÃO	80
	Parecer: REJEITADO				
AUTOR: EDUARDO BARBOSA		PARTIDO: PSDB UF: MG			
936 - 0	DIREITOS HUMANOS, DIREITO DE TODOS	IMPLANTANDO O SERVIÇO CIVIL VOLUNTÁRIO	SERVIÇO IMPLANTADO	PERCENTUAL DA EXECUÇÃO FÍSICA	0
	Parecer: REJEITADO				
937 - 0	DIREITOS HUMANOS, DIREITO DE TODOS	IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE DOCUMENTAÇÃO CIVIL BÁSICA E ORIENTAÇÃO JURÍDICA GRATUITA (BALCOES DE DIREITO)	SERVIÇO IMPLANTADO	UNIDADE	6
	Parecer: REJEITADO				
938 - 0	ATENÇÃO À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	CAMPANHA EDUCATIVA SOBRE DIREITOS DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	CAMPANHA REALIZADA	UNIDADE	01
	Parecer: REJEITADO				
AUTOR: EDUARDO CAMPOS		PARTIDO: PSB UF: PE			
448 - 0	NOVO MUNDO RURAL: CONSOLIDAÇÃO DE ASSENTAMENTOS	INVESTIMENTO EM INFRA-ESTRUTURA BÁSICA PARA ASSENTAMENTOS RURAIS	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	7000
	Parecer: REJEITADO				
449 - 0	BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL	PRESERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO	BEM PRESERVADO	UNIDADE	1
	Parecer: REJEITADO				
AUTOR: EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS		PARTIDO: PFL UF: TO			
216 - 0		CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA - TRANSPOSIÇÃO DAS ÁGUAS DO RIO SONO	OBRA EXECUTADA	UNIDADE	1
	Parecer: REJEITADO				
217 - 0	ENFRENTAMENTO À POBREZA	AÇÕES DE GERAÇÃO DE RENDA NO ENFRENTAMENTO À POBREZA	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	15.000
	Parecer: REJEITADO				

Elaboração: COFFICB - CONGRESSO

013 Rel. Emendas Anexo - por Autor

Emissão: 22 de 01 de 2001

Página

9 de 08

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS REJEITADAS E PREJUDICADAS

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PRODUTO	UNID MEDIDA	META
AUTOR: EULER MORAIS					
PARTIDO: PMDB UF: GO					
146 - 6	CONSERVAÇÃO DE SOLOS NA AGRICULTURA	COMBATE A EROSÃO DE MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS	ÁREA RECUPERADA	HA	1.000
Possível: REJEITADO					
147 - 6	TRANSPORTE PRESEMI-URBANO DE PASSAGEIROS	IMPLANTATION DO METRO DE SUPERFÍCIE DA REGIÃO METROPOLITANA DE COIMBRA - GO	TRILHO CONSTRUÍDO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	30%
Possível: PREJUDICADO POR CONFLITAR COM OUTRO DISPOSITIVO OU EMENDA					
24 AMENDADOS					
148 - 6	NOSSOS RIOS - ARACUAIA TOCANTINS	RECUPERAÇÃO DAS NASCENTES E MARGENS DO RIO ARACUAIA	ÁREA RECUPERADA	HA	10.000
Possível: REJEITADO					
154 - 6	ZONAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO	IMPLANTATION DO ZONAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO NA BACIA DO RIO ARACUAIA	ZONAMENTO CONCLUÍDO	KM	1000
Possível: REJEITADO					
152 - 6	PROÁQUA - CUSTÃO	CANALIZAÇÃO DE Córregos em Municípios	MUNICÍPIO ATENDIDO	1	20
Possível: REJEITADO					
AUTOR: EULÍPEDES MIRANDA					
PARTIDO: PDT UF: RO					
445 - 6	CORREDOR OESTE-NORTE	BR-340RO - BR-319/AM - CONSTRUÇÃO DE PONTE SOBRE O RIO MADEIRA - RO/AM	OBRA DE ARTE ESPECIAL CONSTRUÇÃO FÍSICA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	30%
Possível: REJEITADO					
AUTOR: EXPEDITO JUNIOR					
PARTIDO: PFL UF: RO					
61 - 6	PROÁQUA INFRA-ESTRUTURA	CANALIZAÇÃO DE RIACHOS - CONTROLE DE ENCHENTES CUBO PRETO DO OESTE - RO	MUNICÍPIO ATENDIDO	UNIDADE	1
Possível: REJEITADO					
115 - 6	SANEAMENTO BÁSICO	AÇÕES DE SANEAMENTO BÁSICO NO ESTADO DE RORÓBIA	MUNICÍPIOS ATENDIDOS	UNIDADE	40
Possível: REJEITADO					
117 - 6	CORREDOR OESTE-NORTE	CONSTRUÇÃO DO TRILHO ANIQUEBES / CAMPO NOVO DE RONDÔNIO NO CORREDOR OESTE - NORTE	CONSTRUÇÃO DE RODOVIA	KM	70
Possível: REJEITADO					
AUTOR: EZIDIO PINHEIRO					
PARTIDO: PSDB UF: RS					

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS REJEITADAS E PREJUDICADAS

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META
1471-0	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF Parecer: REJEITADO	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS MUNICIPAIS	MUNICÍPIO APOIADO	UNIDADE	2003
1478-0	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS Parecer: REJEITADO	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NAS ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA - PRONERA	ALUNO MATRICULADO	UNIDADE	100000
1480-0	NOVO MUNDO RURAL: ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS Parecer: REJEITADO	IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA BÁSICA EM ASSENTAMENTOS RURAIS COMBATE À POBREZA RURAL	FAMÍLIA BENEFICIÁRIA	UNIDADE	100000
1481-0	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF Parecer: REJEITADO	REMEDIÇÃO AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PÚBLICAS PELA OPERACIONALIZAÇÃO DO PRONAF	PROJETO ACOMPANHADO	UNIDADE	2003
1482-0	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF Parecer: REJEITADO	MONITORAMENTO DAS AÇÕES DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR	PROJETO ACOMPANHADO	UNIDADE	2.000
1483-0	NOVO MUNDO RURAL: ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS Parecer: REJEITADO	OBTERÇÃO DE TERRAS	ÁREA OBTIDA	HECTARE	3.000.000
1485-0	PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR Parecer: REJEITADO	CONCESSÃO DE CRÉDITO RURAL AOS PEQUENOS PRODUTORES PARA PRODUÇÃO E MELHORIA NA QUALIDADE DO LEITE	AGRICULTORES BENEFICIADOS	UNIDADE	400.000
1740-0	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF Parecer: REJEITADO	APOIO A COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO DA AGRICULTURA FAMILIAR	AGRICULTORES BENEFICIADOS	UNIDADE	1.200
1741-0	NOVO MUNDO RURAL: ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS Parecer: REJEITADO	CONCESSÃO DE CRÉDITO À AGRICULTORES FAMILIARES PARA AQUISIÇÃO DE TERRA E INFRA-ESTRUTURA-QUINTO RURAL	AGRICULTORES BENEFICIADOS	UNIDADE	50.000
1746-0	MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVÁRIA FEDERAL Parecer: REJEITADO	MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVÁRIA NO ESTADO DA BAHIA	TRECHO RESTAURADO	KM	1.200
1749-0	LUZ NO CAMPO Parecer: REJEITADO	IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ELETRIFICAÇÃO RURAL NO ESTADO DA BAHIA	REDE IMPLANTADA	%	30

AUTOR: FERNANDO GONÇALVES PARTIDO: PTB UF: RJ

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS REJEITADAS E PREJUDICADAS

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PRODUTO	UNID.MEDIDA	META
1644-0	ADAPTAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE	ADAPTAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE - BR - 101/101L - ENTR. BR 468 (SANTA CRUZ) - ACESSO A MANGARATIBA	TRECHO ADAPTADO	KM	20
Parâmetro: REJEITADO					
AUTOR: FERNANDO MATUSALÉM					
1507-0	CORREDOR OESTE-NORTE	PARTIDO: PPB UF: RO CONSTRUÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO DA BR 421/RO	TRECHO CONSTRUÍDO	KM	350
Parâmetro: REJEITADO					
AUTOR: FRANCISTÔNIO PINTO					
1739-0	EDUCAÇÃO E ORIENTAÇÃO	PARTIDO: PMDB UF: BA CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA - ESTRUTURA HÍDRICA NO ESTADO DA BAHIA	OBRA EXECUTADA	UNIDADE	10
Parâmetro: REJEITADO					
1740-0	MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL	MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA NO ESTADO DA BAHIA	TRECHO RESTAURADO	KM	1.200
Parâmetro: REJEITADO					
1742-0	LIZIÃO CAMPO	IMPLANTANDO DE REDE DE ELETRIFICAÇÃO RURAL NO ESTADO DA BAHIA	REDE IMPLANTADA	%	30
Parâmetro: REJEITADO					
AUTOR: GERALDO CÂNDIDO					
1640-0	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	PARTIDO: PT UF: RJ FOMENTO A PROJETOS INTEGRADOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	PROJETO APOIADO	PROJETO APOIADO	7
Parâmetro: REJEITADO					
AUTOR: GILBERTO MESTRINHO					
610-0	PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA	PARTIDO: PMDB UF: AM SISTEMA DE AERONAVES DO SISTEMA DE VIGILÂNCIA DA AMAZÔNIA - SIVAM	AERONAVE ADQUIRIDA	UNIDADE	2
Parâmetro: REJEITADO					
AUTOR: GIOVANNI QUEIROZ					
495-0	NOVO MUNDO RURAL: CONSOLIDAÇÃO DE ASSENTAMENTOS	PARTIDO: PDT UF: PA INVESTIMENTO EM INFRA-ESTRUTURA BÁSICA PARA ASSENTAMENTOS RURAIS	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	60000
Parâmetro: REJEITADO					
496-0	NOVO MUNDO RURAL: CONSOLIDAÇÃO DE ASSENTAMENTOS	IMPLANTANDO DE INFRA-ESTRUTURA BÁSICA EM ASSENTAMENTOS RURAIS - COMBATE À POBREZA RURAL	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	50.000
Parâmetro: REJEITADO					
497-0	MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL	RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS	TRECHO RESTAURADO	KM	6.500
Parâmetro: REJEITADO					

Elaboração: CORTCIB - CONVOCA/DF 013 Rel. Encadeia. Anexo - por Autor

Emenda: 22 de 91 13:34:13

Página

12 de 48

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LODO2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS REJEITADAS E PREJUDICADAS

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PRODUTO	UNID.MEDIDA	META
498-0	MOBRAR MELHOR	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS DO ESTADO DO PARA	FAMÍLIA BIENEFICIADA	UNIDADE	1000
	Parecer: REJEITADO				
499-0	LUIZ NO CAMPO	AMPLIACAO DA REDE DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELÉTRICA RURAL NO ESTADO DO PARA (200 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO)	REDE AMPLIADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	50
	Parecer: REJEITADO				
500-0	IRMOCAO E DRINACEM	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGACAO DE USO COMUM - NO ESTADO DO PARA	ÁREA IRRIGADA	HA	500
	Parecer: REJEITADO				
503-0	CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS	CONCLUSÃO DA BARRAGEM DE TUCURUI	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	50
	Parecer: REJEITADO				
504-0	CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS	ADEQUACAO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS BR-316/PA	TRECHO ADEQUADO	KM	30
	Parecer: REJEITADO				
505-0	CORREDOR OESTE-NORTE	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR OESTE-NORTE BR-163/PA - DIVISA MT/PA - SANTARÉM	TRECHO PAVIMENTADO	KM	250
	Parecer: REJEITADO				
507-0	CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS BR-158/PA - ENTRONCAMENTO BR-220 (ALTAMIRA) - DIVISA PA/MT	TRECHO PAVIMENTADO	KM	20
	Parecer: REJEITADO				
508-0	CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS BR-158/PA - CONSTRUÇÃO DO TRECHO DIVISA MT/PA - REDENÇÃO	TRECHO PAVIMENTADO	KM	20
	Parecer: REJEITADO				
AUTOR: GONZAGA PATRIOTA		PARTIDO: PSB UF: PE			
77-0	BRIO-ÁGUA	FERRIMENTACAO DO RIO PAJEU - PE	BARRAGEM CONSTRUÍDA	UNIDADE	1
	Parecer: REJEITADO				
749-0	ADEQUACAO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR NORDESTE	ADEQUACAO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR NORDESTE - BR-408/PE - RECIFE - TIMBAUBA	TRECHO ADEQUADO	KM	50
	Parecer: REJEITADO				
AUTOR: GUSTAVO FRUET		PARTIDO: PMDB UF: PR			

Colaboração: CORRICO - CONGRALF

015 Rua Esmeralda Azeite - por Autor

Emenda: 22 de 01/15-15

Página

13 de 69

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS REJEITADAS E PREJUDICADAS

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PRODUTO	UNID.MEDIDA	META
411-0	TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS Pensar: REJEITADO	IMPLANTACAO DE METRO DE CURTUBA - PR	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS	KM	13
413-0	CORREDOR MERCOSUL Pensar: REJEITADO	MELHORAMENTOS E AMPLIAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA PORTUÁRIA	OMRA EXECUTADO	% EXECUÇÃO FÍSICA	100
495-0	DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA Pensar: REJEITADO	CONSTRUÇÃO DA 7ª PISTA DO AEROPORTO APOINSO PERA	AEROPORTO MODERNIZADO	UNIDADES	1
700-0	CORREDOR MERCOSUL Pensar: REJEITADO	CONSTRUÇÃO DE CONTORNOS RODOVIÁRIAS FEDERAIS NO PARANÁ	TRECHO ADEQUADO	KM	24
710-0	CORREDOR MERCOSUL Pensar: REJEITADO	CONSTRUÇÃO DO TERMINAL INTERMODAL DE SANTA TEREZINHA DO ITAPU	TERMINAL CONSTRUÍDO	% EXECUÇÃO FÍSICA	100
711-0	MOBILIDADE URBANA Pensar: REJEITADO	LOTES URBANIZADORES, INFRA-ESTRUTURA E SANEAMENTO BÁSICO NAS ZONAS METROPOLITANA E CANTAS	TRANSFORMAÇÃO DE ÁREAS SUBURBANAS EM BARRIOS	FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS	25075
AUTOR: HAROLD BEZERRA					
431-0	CORREDOR ARAQUAIA-TOCANTINS Pensar: REJEITADO NO MÉRITO	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAQUAIA-TOCANTINS	TRECHO PAVIMENTADO	KM	500
AUTOR: HÉLIO COSTA					
761-0	CORREDOR LESTE Pensar: REJEITADO	ADEQUAÇÃO E CONSTRUÇÃO DO CONTORNO FERROVIÁRIO DE JUIZ DE FORA	TRECHO IMPLANTADO	KM	8000
AUTOR: HERACLITO FORTES					
1435-0	MOBILIDADE URBANA Pensar: REJEITADO	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATÉ 75.000 HABITANTES NO ESTADO DO PIAUI	FAMÍLIA BENEFICIÁRIA	UNIDADE	10.000
1436-0	SANEAMENTO E VIDA Pensar: REJEITADO	IMPLANTACAO DE SISTEMAS DE COLETA E TRATAMENTO DE ESgoto EM POÇOS - PI	FAMÍLIA BENEFICIÁRIA	UNIDADE	10.000

Elaboração: CUFFALO - CONORUS

Ofício Relatando Aprovado por Autor

Sessão: 23 de 01/15-24-16

Página

14 de 68

3

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS REJEITADAS E PREJUDICADAS

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META
1437 - 0	SANEAMENTO BASICO	MELHORIAS SANITARIAS DOMICILIARES PARA IMPLANTACAO DE CONTROLE DE ACRIAS NOS ESTADO DO MAUI	FAMILIA BENEFICIADA	UNIDADE	60.000
Parecer: REJEITADO					
1438 - 0	DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA	MODERNIZACAO AEROPORTUARIA NO ESTADO DO MAUI	AEROPORTO MODERNIZAR	UNIDADE	12
Parecer: REJEITADO					
1439 - 0	SANEAMENTO E VIDA	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO EM PARNASSA	FAMILIA BENEFICIADA	UNIDADE	10.000
Parecer: REJEITADO					
1440 - 0	LUZ NO CAMPO	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE DISTRIBUICAO RURAL DO ESTADO DO MAUI	SISTEMA IMPLANTADO	%	40%
Parecer: REJEITADO					
1441 - 0	AGRICULTURA FAMILIAR - PROMAF	ASSISTENCIA FINANCIADORA A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA E SERVICOS MUNICIPAIS NO ESTADO DO MAUI	MUNICIPIO APOIADO	UNIDADE	120
Parecer: REJEITADO					
AUTOR: INACIO ARRUDA					
PARTIDO: PC DO					
UF: CE					
1508 - 0	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO	PROGRAMA ESPECIAL DE TREINAMENTO - PET	BOLSA CONCEDIDA	UNIDADE	4000
Parecer: REJEITADO					
1509 - 0	DESENVOLVIMENTO DA PESCA	APOIO A PESCA ARTESANAL	MUNICIPIO	UNIDADE	1000
Parecer: REJEITADO					
1510 - 0	DESENVOLVIMENTO DA PESCA	APOIO A FISCALIZACAO DE COMBATE A PESCA PREDATORIA	ESTADOS	UNIDADE	15
Parecer: REJEITADO					
AUTOR: IVAN VALENTE					
PARTIDO: PT					
UF: SP					
1645 - 0	EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	FOMENTO A PROJETOS ESPECIAIS PARA OFERTA DE ENSINO FUNDAMENTAL A JOVENS E ADULTOS	ALUNO MATRICULADO	UNIDADE	1.000.000
Parecer: REJEITADO					
1646 - 0	RELAÇACAO DO TRABALHO INFANTIL	ATENDIMENTO A CRIANCA E AO ADOLESCENTE EM JORNADA ESCOLAR AMPLIADA	CRIANÇAS/ADOLESCENTE ATENDIDO	UNIDADE	1.000.000
Parecer: REJEITADO					
1647 - 0	EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	FORMACAO CONTINUADA DE PROFESSORES DE JOVENS E ADULTOS	PROFESSOR CAPACITADO	UNIDADE	100.000
Parecer: REJEITADO					

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS REJEITADAS E PREJUDICADAS

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META
1648 - 0	EDUCAÇÃO INFANTIL Parâmetro: REJEITADO	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES PARA EDUCAÇÃO INFANTIL	UNIDADE CONSTRUÍDA	UNIDADE	5.000
1649 - 0	Saúde do Trabalhador Parâmetro: REJEITADO	TREINAMENTO DE PROFISSIONAIS PARA REALIZAR ATENDIMENTO A TRABALHADORES ATINGIDOS POR LEBOAORT	PROFISSIONAIS TREINADOS	UNIDADE	4.000
1650 - 0	Saúde do Trabalhador Parâmetro: REJEITADO	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA REABILITAÇÃO FÍSICA E PROFISSIONAL DE TRABALHADORES ATINGIDOS POR LEBOAORT	TRABALHADORES ATENDIDOS	UNIDADE	50.000
1652 - 0	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL Parâmetro: REJEITADO	PONTO A EXPANSÃO DE MATRÍCULAS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	ALUNO MATRICULADO	UNIDADE	100.000
1653 - 0	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR Parâmetro: REJEITADO	AMPLIAÇÃO DE V AGAS NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	ALUNO MATRICULADO	UNIDADE	2.000
1654 - 0	ESCOLA DE QUALIDADE PARA TODOS Parâmetro: REJEITADO	PONTO A CONSTRUÇÃO DE SALAS DE AULA DO ENSINO FUNDAMENTAL NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS	SALA DE AULA CONSTRUÍDA	UNIDADE	30.000
AUTOR: IVANIO GUERRA					
201 - 0	CORREDOR MERCOSUL Parâmetro: REJEITADO	PARTIDO: PFL UF: PR CONSTRUÇÃO DO TERMINAL INTERMODAL DE SANTA TEREZINHA DO ITAÍRU	TERMINAL CONSTRUÍDO	%	100
205 - 0	CORREDOR MERCOSUL Parâmetro: REJEITADO	CONSTRUÇÃO DE CUM TORNOS RODOVIÁRIOS FEDERAIS NO PARANÁ	TRECHO PAVIMENTADO	KM	24
208 - 0	NOSSO BAIRRO Parâmetro: REJEITADO	LOTES URBANIZADOS, INFRA-ESTRUTURA E SANEAMENTO BÁSICO NAS REGIÕES METROPOLITANAS E CAPITAIS	TRANSFORMAÇÃO DE ÁREAS SUBURBANAS EM BAIRROS	FAMÍLIA BENEFICIÁRIA	23.875
209 - 0	CORREDOR MERCOSUL Parâmetro: REJEITADO	MELHORAMENTOS E AMPLIAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DO PORTO DE PARANAGUÁ	OBRA EXECUTADA	%	100
210 - 0	TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS Parâmetro: REJEITADO	AMPLIAÇÃO DO METRO DE CURTUBA	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS	KM	13
Emenda nº 100/2002 - CONJUNTO					
Emenda nº 100/2002 - CONJUNTO			Emenda nº 100/2002 - CONJUNTO		100 de 100

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS REJEITADAS E PREJUDICADAS

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META
212-0	DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	CONSTRUÇÃO DA 2ª PISTA DO AEROPORTO ATOSSO PENA	AEROPORTO MODERNIZADO	UNIDADE	1
Parâmetro: REJEITADO					
714-0	SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO - INTERNET II	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO ENSINO TÉCNICO NA REGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ	PROJETOS DESENVOLVIDOS	UNIDADE	50
Parâmetro: REJEITADO					
715-0	DESENVOLVIMENTO DE SERVIÇOS TECNOLÓGICOS	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO ENSINO TÉCNICO NA REGIÃO SUDOESTE E AÇÕES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO NO SUDOESTE DO PARANÁ	UNIVERSIDADE ATENDIDO	UNIDADE	1
Parâmetro: REJEITADO					
AUTOR: JOÃO COSEK					
PARTIDO: PT UF: ES					
1226-0	CORREIO LISTE	BR 202S - EM VITÓRIA RS - ADEQUAÇÃO ACESSOS	TRECHO ADEQUADO	KM	10
Parâmetro: REJEITADO					
1227-0	CORREIO LISTE	BR 140S - ADEQUAÇÃO DO TRECHO DIVISA RJ / RS - JOÃO NEIVA	TRECHO ADEQUADO - 240 KM	KM	50
Parâmetro: REJEITADO					
1228-0	CORREIO LISTE	BR 120S - CONSTRUÇÃO DO TRECHO DIVISA ES/RS - COLATINA	TRECHO PAVIMENTADO	KM	25
Parâmetro: REJEITADO					
1229-0	CORREIO LISTE	CONSTRUÇÃO DO TRECHO REDEVIOLADO CACHOEIRA DE ITAPUANGA - PONTA DO LUNO (RS)	TRECHO CONSTRUÍDO	% DE EXEC	15%
Parâmetro: REJEITADO					
1230-0	SEGURANÇA NAS RODOVIAS FEDERAIS	ELIMINAÇÃO DE PONTOS CRÍTICOS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	PONTO CRÍTICO ELIMINADO	UNIDADE =	10
Parâmetro: REJEITADO					
1234-0	CORREIO LISTE	BR 402S - CONSTRUÇÃO DE CONTOURNO EM CACHOEIRA DE ITAPUANGA	CONTOURNO CONSTRUÍDO	KM	20
Parâmetro: REJEITADO					
1235-0	MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIAL FEDERAL	BR 101S - RESTAURAÇÃO DE TRECHO DIVISA BAVES - DIVISA ES/RJ	TRECHO RESTAURADO	KM	50
Parâmetro: REJEITADO					
1236-0	MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIAL FEDERAL	BR 302S - RESTAURAÇÃO DO TRECHO VITÓRIA - DIVISA ES/RJ	TRECHO RESTAURADO	KM	20
Parâmetro: REJEITADO					

**CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS REJEITADAS E PREJUDICADAS**

EMENDA	PROGRAMA	AÇÃO	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META
1237-0	MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE VITÓRIA - ES	UNIDADE CONSTRUÍDA	UNIDADE	01
	Parâmetro: REJEITADO				
1239-0	SANEAMENTO E VIDA	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE COLETA E TRATAMENTOS DE ESGOTO EM MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA - ES	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	5.000
	Parâmetro: REJEITADO				
1240-0	PRÓ-ÁGUA INFRA-ESTRUTURA	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUÇÃO	100
	Parâmetro: REJEITADO				
1277-0	SUÍTE DA FAMÍLIA	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICÍPIOS HABILITADOS À PARTE VARIÁVEL DO PMSO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB PARA AÇÕES DE COMBATE ÀS CARENCIAS NUTRICIONAIS	EQUIPE DE SAÚDE DA FAMÍLIA MANTIDA	UNIDADE	34.000
	Parâmetro: REJEITADO				
1313-0	CORREDOR LESTE	OBRAS COMPLEMENTARES NO PORTO DE CAFUABA	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUÇÃO	20
	Parâmetro: REJEITADO				
1728-0	CORREDOR LESTE	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE - BR 262/ES-KM/0,9 AO KM 71,5	TRECHO ADEQUADO	KM	71
	Parâmetro: REJEITADO				
1729-0	CORREDOR LESTE	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE - BR 262/ES - RORAIMANGANOVA VENÉCIA	TRECHO PAVIMENTADO	KM	60
	Parâmetro: REJEITADO				
AUTOR: JOÃO GRANDÃO PARTIDO: PT UF: MS					
1009-0	NOVO MUNDO RURAL: ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS	CONCESSÃO DE CRÉDITO-INSTALAÇÃO ÀS FAMÍLIAS ASSENTADAS	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	100.000
	Parâmetro: REJEITADO				
1011-0	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	CAPACITAÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES	AGRICULTOR CAPACITADO	UNIDADE	200.000
	Parâmetro: REJEITADO				
1013-0	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	MONITORAMENTO DAS AÇÕES DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR	PROJETO ACOMPANHADO	UNIDADE	2.300
	Parâmetro: REJEITADO				
1014-0	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	REMUNERAÇÃO ÀS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PÚBLICAS PELA OPERACIONALIZAÇÃO DO PRONAF	PROJETO ACOMPANHADO	UNIDADE	2.300
	Parâmetro: REJEITADO				

0,15 Real Limitado Anexo - por Autor

Emenda: 22 de 01 de 19 18

Página

19 de 48

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS REJEITADAS E PREJUDICADAS

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PROJETO	UNID. MEDIDA	META
1015 - 0	NOVO MUNDO RURAL: ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS Parecer: REJEITADO	ASSISTÊNCIA JURÍDICA AS FAMÍLIAS ACAMPADAS	FAMÍLIA ASSISTIDA	UNIDADE	100.000
1016 - 0	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF Parecer: REJEITADO	PESQUISAS TECNOLÓGICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR	TECNOLOGIA GERADA	UNIDADE	95
1018 - 0	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS Parecer: REJEITADO	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NAS ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA - PROMERA	ALUNO MATRICULADO	UNIDADE	100.000
1019 - 0	NOVO MUNDO RURAL: ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS Parecer: REJEITADO	IMPLANTACÃO DE INFRA-ESTRUTURA BÁSICA EM ASSENTAMENTOS RURAIS - COMBATE À POBREZA RURAL	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	100.000
1020 - 0	NOVO MUNDO RURAL: CONSOLIDAÇÃO DE ASSENTAMENTOS Parecer: REJEITADO	CONCESSÃO DE CRÉDITO PARA IMPLANTACÃO DE INFRA-ESTRUTURA BÁSICA - BANCO DA TERRA	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	20.800
1021 - 0	NOVO MUNDO RURAL: ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS Parecer: REJEITADO	PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ASSENTAMENTO RURAL	FAMÍLIA ATENDIDA	UNIDADE	100.000
1022 - 0	NOVO MUNDO RURAL: ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS Parecer: REJEITADO	TOPOGRAFIA EM ÁREAS DE ASSENTAMENTO RURAL	FAMÍLIA ATENDIDA	UNIDADE	100.000
1024 - 0	NOVO MUNDO RURAL: ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS Parecer: REJEITADO	OBTENÇÃO DE TERRAS	ÁREA OBTIDA	HECTARE	3.000.000
1025 - 0	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF Parecer: REJEITADO	FINANCIAMENTO E EQUALIZAÇÃO DE JUROS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF (LEI Nº 8.427/92)	AGRICULTORES BENEFICIADOS	UNIDADE	1.000.000
1026 - 0	NOVO MUNDO RURAL: ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS Parecer: REJEITADO	CONCESSÃO DE CRÉDITO PARA AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS - BANCO DA TERRA	ÁREA OBTIDA	HECTARE	858.312
1027 - 0	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF Parecer: REJEITADO	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS MUNICIPAIS	MUNICÍPIO APOIADO	UNIDADE	2.300
1029 - 0	NOVO MUNDO RURAL: ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS Parecer: REJEITADO	TITULAÇÃO DE TERRAS	IMÓVEL TITULADO	UNIDADE	150.000
1030 - 0	NOVO MUNDO RURAL: ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS Parecer: REJEITADO	ASSISTÊNCIA SOCIAL AS FAMÍLIAS ACAMPADAS	FAMÍLIA ASSISTIDA	UNIDADE	100.000

Elaboração: COFFATO - CONORJSE

015 Rel. Emendas Anexo - por Autor

Emissão: 22/06/01 15:38:18

Página

19 de 68

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS REJEITADAS E PREJUDICADAS

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META
AUTOR: JOÃO HENRIQUE					
1738 - 0	CORREDOR NORDESTE	PARTIDO: PMDB UF: PI CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIAIS NO CORREDOR NORDESTE BR-309/1 - BOM JESUS - DIVISA PMA	TRECHO PAVIMENTADO	KM	100
Parecer: REJEITADO					
AUTOR: JOÃO LEÃO					
1686 - 0	LUZ NO CAMPO	PARTIDO: PSDB UF: BA IMPLANTÇÃO DE REDE DE ELETRIFICAÇÃO RURAL NO ESTADO DA BAHIA	REDE IMPLANTADA	%	30
Parecer: REJEITADO					
1688 - 0	TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS PREJUDICADO POR CONFLITAR COM OUTRO DISPOSITIVO OU EMENDA JÁ APROVADOS	IMPLANTÇÃO DO METRO DE SALVADOR - TRECHO LAPA	TRECHO IMPLANTADO	KM	12
Parecer: REJEITADO					
1689 - 0	MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL	MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA NO ESTADO DA BAHIA	TRECHO RESTAURADO	KM	1200
Parecer: REJEITADO					
1690 - 0	MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL	MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA NO ESTADO DA BAHIA	TRECHO RESTAURADO	KM	1700
Parecer: REJEITADO					
1691 - 0	IRRIGAÇÃO E DRENAGEM	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA NO ESTADO DA BAHIA	OBRA EXECUTADA	UNIDADE	10
Parecer: REJEITADO					
1692 - 0	IRRIGAÇÃO E DRENAGEM	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA NO ESTADO DA BAHIA	OBRA EXECUTADA	UNIDADE	10
Parecer: REJEITADO					
1693 - 0	LUZ NO CAMPO	IMPLANTÇÃO DE REDE DE ELETRIFICAÇÃO RURAL NO ESTADO DA BAHIA	REDE IMPLANTADA	%	30
Parecer: REJEITADO					
AUTOR: JOÃO SAMPAIO					
55 - 0	TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS	PARTIDO: PDT UF: RJ CONSTRUÇÃO DA LIGAÇÃO METRÔ - FERROVIÁRIA RIO - NITERÓI - SÃO GONÇALO - ITABONAÍ (RJ)	TRECHO IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	30
Parecer: REJEITADO					
AUTOR: JORGE ALBERTU					
308 - 0	IRRIGAÇÃO E DRENAGEM	PARTIDO: PMDB UF: SE CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM NO BAIXO SÃO FRANCISCO SEROPIANO	ÁREA IRRIGADA	HA	1500
Parecer: REJEITADO					

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS REJEITADAS E PREJUDICADAS

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META
369 - 0	DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA	CAPACITAÇÃO DE FRUTICULTORES	FRUTICULTOR CAPACITADO	UNIDADE	10.000
	Parâmetro: REJEITADO				
370 - 0	DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA	CONTROLE DE PAGOS NA FRUTICULTURA	ÁREA PREVENIDA	HA	2.000.000
	Parâmetro: REJEITADO				
371 - 0	DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA	INOVAÇÃO TECNOLÓGICA PARA A FRUTICULTURA	TECNOLOGIA GERADA	UNIDADE	30
	Parâmetro: REJEITADO				
372 - 0	DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA	RECURSOS E DESENVOLVIMENTO EM FRUTICULTURA	TECNOLOGIA GERADA	UNIDADE	15
	Parâmetro: REJEITADO				
385 - 0	PRODUÇÃO INFRA-ESTRUTURA	ESTUDO E PROJETO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA NO CANAL DE XINGÓ - SE	ESTUDO REALIZADO	UNIDADES	01
	Parâmetro: REJEITADO				
AUTOR: JORGE NITTA					
PARTIDO: PT UF: RJ					
440 - 0	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA	CONCESSÃO DE BOLSAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NO PAÍS E NO EXTERIOR	BOLSISTAS ATENDIDOS	UNIDADES	3.000
	Parâmetro: REJEITADO				
441 - 0	DESENVOLVIMENTO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	FOMENTO À PESQUISA FUNDAMENTAL	PROJETOS APOIADOS	UNIDADES	1.000
	Parâmetro: REJEITADO				
442 - 0	INÍCIOS MENSURAÇÃO E FUTURO	PRESERVAÇÃO DE ACERVOS MUSEOLÓGICOS	MUSEUS PRESERVADOS	UNIDADES	50
	Parâmetro: REJEITADO				
445 - 0	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA PESQUISA	CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTÍMULO À PESQUISA	BOLSA CONCEDIDA	UNIDADE	50.000
	Parâmetro: REJEITADO				
446 - 0	INOVAÇÃO PARA COMPETITIVIDADE	FOMENTO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO PARA A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	PROJETO APOIADO	UNIDADE	500
	Parâmetro: REJEITADO				
447 - 0	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO	PROGRAMA ESPECIAL DE TREINAMENTO - PET	BOLSAS	UNIDADE	10.000
	Parâmetro: REJEITADO				
AUTOR: JORGE BORNHAUSEN					
PARTIDO: PFL UF: SC					
1433 - 0	COMÉDIORES MENTORIA	BR - 202 - AVALIAÇÃO DO TERCEIRO LACOSCAMPOS NOVOSCAMPOS MÓDULO DO ORSTE, DIVISA COM A REPÚBLICA DA ARGENTINA	TERCEIRO ADEQUADO	KM	135
	Parâmetro: REJEITADO				

Relatório COMISSÃO - COMISSÃO

015 Rel. Comissão Assessor - por Autor

Exatidão: 27/06/01 15:55:19

Página

21 de 68

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS REJEITADAS E PREJUDICADAS

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META
AUTOR: JORGE KHOURY					
PARTIDO: PFL UF: BA					
1743-0	IRRIGACAO E DRENAGEM	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA - ESTRUTURA HÍDRICA NO ESTADO DA BAHIA	OBRA EXECUTADA	UNIDADE	10
Parâmetr: REJEITADO					
1744-0	LIZ NO CAMPO	IMPLANTACAO DE REDE DE ELETRIFICACAO RURAL NO ESTADO DA BAHIA	REDE IMPLANTADA	%	30
Parâmetr: REJEITADO					
1746-0	MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL	MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA NO ESTADO DA BAHIA	TRECHO RESTAURADO	KM	1.200
Parâmetr: REJEITADO					
AUTOR: JOSÉ BOREA					
PARTIDO: PMDB UF: PR					
103-0	CORREDOR MERCOSUL	CONSTRUÇÃO DE CONTORNOS RODOVIÁRIOS FEDERAIS NO PARANÁ	TRECHO ADEQUADO	KM	24
Parâmetr: REJEITADO					
105-0	CORREDOR MERCOSUL	MELHORAMENTOS E AMPLIAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DO PORTO DE PARANAGUÁ	OBRA EXECUTADA	% EXECUÇÃO FÍSICA	100
Parâmetr: REJEITADO					
106-0	TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS	IMPLANTACAO DO METRO DE CURITIBA	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS	KM	13
Parâmetr: REJEITADO					
106-9	DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	CONSTRUÇÃO DA 4 PISTA DO AEROPORTO AFONSO PENA	AEROPORTO MODERNIZADO	UNIDADE	1
Parâmetr: REJEITADO					
109-0	NOSSO BAIRRO	LOTES URBANIZADOS, INFRA-ESTRUTURA E SANEAMENTO BÁSICO NAS REGIÕES METROPOLITANA E CAPITAIS	TRANSFORMAÇÃO DE ÁREAS SUBNORMAIS EM BAIRROS	FAMÍLIAS BENEFICIARIAS	23875
Parâmetr: REJEITADO					
111-0	NOSSO BAIRRO	LOTES URBANIZADOS, INFRA-ESTRUTURA E SANEAMENTO BÁSICO NAS CIDADES DE PORTE MÉDIO	TRANSFORMAÇÃO DE ÁREAS SUBNORMAIS	FAMÍLIAS BENEFICIARIAS	100000
Parâmetr: REJEITADO					
112-0	CORREDOR MERCOSUL	CONSTRUÇÃO DO TERMINAL INTERMODAL DE SANTA TEREZINHA DO ITAIPU	TERMINAL CONSTRUÍDO	% EXECUÇÃO FÍSICA	100
Parâmetr: REJEITADO					
AUTOR: JOSÉ CARLOS ALELUIA					
PARTIDO: PFL UF: BA					

Assinatura: COFFAID - CONORSEF

10 Set/2002, às 17h 25m

Protocolo: 22.06.01/15.58.19

Página

22 de 68

3:

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS REJEITADAS E PREJUDICADAS

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META
1666-0	LUZ NO CAMPO Parecer: REJEITADO	IMPLANTACAO DE REDE DE ELETRIFICACAO RURAL NO ESTADO DA BAHIA	REDE IMPLANTADA	%	30
1667-0	IRRIGACAO E DRENAGEM Parecer: REJEITADO	CONSTRUCAO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HIDRICA NO ESTADO DA BAHIA	OBRAS EXECUTADAS	UNIDADE	10
1668-0	MANUTENCAO DA MALHA RODOVIARIA FEDERAL Parecer: REJEITADO	MANUTENCAO DA MALHA RODOVIARIA NO ESTADO DA BAHIA	TRECHO RESTAURADO	KM	1280
AUTOR: JOSÉ CARLOS ELIAS					
PARTIDO: PTB UF: ES					
113-0	CORREDOR LESTE Parecer: REJEITADO	CONSTRUCAO DE CONTOURNOS RODOVIARIOS NO CORREDOR LESTE	TRECHO CONSTRUÍDO	KM	14
115-0	CORREDOR LESTE Parecer: REJEITADO	ADEQUACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NA REGIAO LESTE - BR-101 - PERÍMETRO URBANO DE LINHARES - ES - CONTORNO DE VITÓRIA	TRECHO ADEQUADO	KM	12
116-0	CORREDOR LESTE Parecer: REJEITADO	PORTO BARRA DO RIACHO	INSTALACAO PORTUARIA AMPLIADA	METROS	1500
117-0	CORREDOR LESTE Parecer: REJEITADO	ADEQUACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NO CORREDOR LESTE	TRECHO ADEQUADO	KM	64,1
118-0	CORREDOR LESTE Parecer: REJEITADO	CONSTRUCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NO CORREDOR LESTE	TRECHO CONSTRUÍDO	KM	44
119-0	CORREDOR LESTE Parecer: REJEITADO	RESTAURACAO DE RODOVIAS FEDERAIS	RESTAURACAO DE TRECHO	KM	
653-0	CORREDOR LESTE Parecer: REJEITADO	CONSTRUCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NO CORREDOR LESTE BR - 342ES - CONSTRUCAO DO TRECHO - ENTR. BR - 101ES - SOCRATIMES-NOVA VENECIA/RECOPORACAO E ATAUEIRANG	TRECHO CONSTRUÍDO	KM	170
654-0	PROGUA GESTAO DESPOLUCAO DE BACIAS Parecer: REJEITADO	RECUPERACAO E PRESERVACAO DA BACIA DO RIO DOCE	BACIA RECUPERADA	UNIDADE	01
AUTOR: JOSÉ GOMES					
PARTIDO: PEN UF: GO					
57-0	CORREDOR ARACAJUA-TOCANTINS Parecer: REJEITADO	CONSTRUCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NO CORREDOR ARACAJUA-TOCANTINS	TRECHO PAVIMENTADO	KM	120

Elaboração: COMFIC - CONORSEP

015 Rel Emendas Anexo - por Autor

Emenda: 22-06-01 15:58:20

Página

23 de 68

3:

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTÁRIOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS REJEITADAS E PREJUDICADAS

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PARTIDO: PFL	UF: BA	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META
AUTOR: JOSÉ LOURENÇO							
773-0	PRO-ÁGUA	CONTROLE DE CHEIAS DA CIDADE DE SANTO AMARO - BARRA			PORCENTAGEM	%	100
Parâmetro: REJEITADO							
AUTOR: JOSÉ TELES							
218-0	PRO-ÁGUA	OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA - ADUTORA DO RIO SÃO FRANCISCO - 2ª FASE DA 2ª ETAPA - SE	PARTIDO: PSDB	UF: SE	PORCENTAGEM	%	56
Parâmetro: REJEITADO							
AUTOR: JOSÉ THOMAZ NONO							
1064-0	IRRIGUAÇÃO E DRENAGEM	ESTUDOS PARA O APROVEITAMENTO HIDROGRÁFICO EM ÁREAS INIRREGÁVEIS: PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO MANTUBA NO ESTADO DE ALAGOAS	PARTIDO: PFL	UF: AL	ESTUDO REALIZADO	UM	1
Parâmetro: REJEITADO							
1065-0	PRO-ÁGUA INFRA-ESTRUTURA	ESTUDOS E PROJETOS DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA - NO CANAL DO SERTÃO NO ESTADO DE ALAGOAS			ESTUDO REALIZADO	UM	1
Parâmetro: REJEITADO							
AUTOR: JOVAIR ARANTES							
996-0	CORREDOR ARAQUÁRIA-TOCANTINS	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAQUÁRIA-TOCANTINS - BR 231/000 - TRECHO BR-153/000	PARTIDO: PSDB	UF: GO	TRECHO PAVIMENTADO (KM)	KM	190
Parâmetro: REJEITADO							
1182-0	SAU	CONSTRUÇÃO DE PEQUENOS AEROPORTOS NO INTERIOR DO ESTADO DE GOIÁS			AEROPORTOS CONSTRUÍDOS	UNIDADE	20
Parâmetro: REJEITADO							
AUTOR: JUQUINHIL							
1172-0	PRO-ÁGUA INFRA-ESTRUTURA	CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA NO MUNICÍPIO DE HIDROLÂNDIA - GO	PARTIDO: PSDB	UF: GO	MUNICÍPIO ATENDIDO	UNIDADES	01
Parâmetro: REJEITADO							
1173-0	COMBATE AO DESPERDÍCIO DE ENERGIA ELÉTRICA - PROCEL	SUBSTITUIÇÃO DE LÂMPADAS, REATORES E LUMINÁRIAS DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM GOIÁS			EQUIPAMENTO SUBSTITUÍDO	UNIDADE	100.000
Parâmetro: REJEITADO							

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS REJEITADAS E PREJUDICADAS

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META
1174 - 0	ENERGIA NOS EDIFÍCIOS DO CENTRO OESTE	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA RURAL EM GOIAS (120 KM DE LINHAS E 6 UNHA DE TRANSFORMADORES)	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	100
Parâmetro:	REJEITADO				
1176 - 0	SEGURANÇA DO CIDADÃO	APOIO AS ACOES DE SEGURANCA PUBLICA NO ESTADO DE GOIAS	MUNICIPIO ATENDIDO	UNIDADE	100
Parâmetro:	REJEITADO				
1343 - 0	PRÓ ÁGUA INFRA-ESTRUTURA	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA NO MUNICIPIO DE SÃO LUÍZ DE MONTES BELOS - GO	MUNICIPIO ATENDIDO	UNIDADE	01
Parâmetro:	REJEITADO				
1346 - 0	SEGURANÇA PÚBLICA	APOIO AS ACOES DE SEGURANCA PUBLICA NO ENTORNO DO DF	MUNICIPIO ATENDIDO	UNIDADE	19
Parâmetro:	REJEITADO				
1347 - 0	ESPORTE SOLIDÁRIO	IMPLANTACAO DE CENTRO OLIMPICO EM APARECIDA DE GOIANIA - GO	ESPAÇO ESPORTIVO IMPLANTADO	UNIDADE	01
Parâmetro:	REJEITADO				
1348 - 0	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGRICOLA	MECANIZACAO AGRICOLA	PATRULHA MECANIZADA	UNIDADE	100
Parâmetro:	REJEITADO				
1350 - 0	INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA	IMPLANTACAO DE CENTRO DE EXCELENCIA ESPORTIVA EM GOIAS	NÚCLEO IMPLANTADO	UNIDADE	01
Parâmetro:	REJEITADO				
1351 - 0	VALORIZAÇÃO E SAÚDE DO IDOSO	IMPLANTACAO DE CENTROS DE CONVIVENCIA DE IDOSOS (ASILOS) EM GOIAS	PESSOA IDOSA ATENDIDA	UNIDADE	300
Parâmetro:	REJEITADO				
1353 - 0	INTERAÇÃO ELÉTRICA NORTE-SUL	IMPLANTACAO DE USINA HIDRELÉTRICA COLINAS-COL DE 20MW	UHE	UNIDADE	1
Parâmetro:	REJEITADO				
1354 - 0	INTERAÇÃO ELÉTRICA NORTE-SUL	IMPLANTACAO DE USINA HIDRELÉTRICA VOLTA DO DESERTO DE 28 MW	UHE	UNIDADE	01
Parâmetro:	REJEITADO				
1355 - 0	INTERAÇÃO ELÉTRICA NORTE-SUL	IMPLANTACAO DE USINA HIDRELÉTRICA MAMBAÍCO DE 08 MW	UHE	UNIDADE	1
Parâmetro:	REJEITADO				
1356 - 0	INTERAÇÃO ELÉTRICA NORTE-SUL	IMPLANTACAO DE USINA HIDRELÉTRICA QUINTAL - GO DE 43 MW	UHE	UNIDADE	01
Parâmetro:	REJEITADO				
1357 - 0	INTERAÇÃO ELÉTRICA NORTE-SUL	IMPLANTACAO DE USINA HIDRELÉTRICA CRISTAL-GO DE 31 MW	UHE	UNIDADE	01
Parâmetro:	REJEITADO				

Salvador, 22 de Junho de 2001

22 de 01/15.58.21

Página 23 de 68

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS REJEITADAS E PREJUDICADAS

EMENDA	PROGRAMA	AÇÃO	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META
1358 - 0	INTERCRIAÇÃO ELÉTRICA NORTE-SUL Pensar: REJEITADO	IMPLANTANDO DE USINA HIDRELÉTRICA S. VICENTE - GO. DE 10 MW	UHE	UNIDADE	01
1359 - 0	INTERCRIAÇÃO ELÉTRICA NORTE-SUL Pensar: REJEITADO	IMPLANTANDO DE USINA HIDRELÉTRICA SANTO ANTONIO - GO. DE 34 MW	UHE	UNIDADE	01
1360 - 0	INTERCRIAÇÃO ELÉTRICA NORTE-SUL Pensar: REJEITADO	IMPLANTANDO DE USINA HIDRELÉTRICA PITEIRA - GO. DE 34 MW	UHE	UNIDADE	01
1361 - 0	INTERCRIAÇÃO ELÉTRICA NORTE-SUL Pensar: REJEITADO	IMPLANTANDO DE USINA HIDRELÉTRICA RANCIUNHO-TO. DE 24MW	UHE	UNIDADE	01
1362 - 0	INTERCRIAÇÃO ELÉTRICA NORTE-SUL Pensar: REJEITADO	IMPLANTANDO DE USINA HIDRELÉTRICA QUEIXADA-GO. DE 33 MW	UHE	UNIDADE	01
1363 - 0	INTERCRIAÇÃO ELÉTRICA NORTE-SUL Pensar: REJEITADO	IMPLANTANDO DE USINA HIDRELÉTRICA IRARA-GO. DE 26 MW	UHE	UNIDADE	01
1364 - 0	INTERCRIAÇÃO ELÉTRICA NORTE-SUL Pensar: REJEITADO	IMPLANTANDO DE USINA HIDRELÉTRICA SENTINELA - GO. DE 25 MW	UHE	UNIDADE	01
1365 - 0	INTERCRIAÇÃO ELÉTRICA NORTE-SUL Pensar: REJEITADO	IMPLANTANDO DE USINA HIDRELÉTRICA SANTANA - GO. DE 30 MW	UHE	UNIDADE	01
1658 - 0	INTERCRIAÇÃO ELÉTRICA NORTE-SUL Pensar: REJEITADO	IMPLANTANDO DE USINA HIDRELÉTRICA SÃO DOMINGOS II - GO. DE 28 MW	UHE	UNIDADE	01
1459 - 0	PRODUÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL Pensar: REJEITADO	IMPLANTANDO DE ESPAÇOS CULTURAIS - CENTRO DE CULTURA OSCAR NIEMEYER EM CORANNA - GO	ESPAÇO CULTURAL IMPLANTADO	MP	20000
AUTOR: LAUREA CARNEIRO					
708 - 0	TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS Pensar: REJEITADO	PARTIDO: PFL UF: RJ CONSTRUÇÃO DA LIGAÇÃO METRÔ - FERROVIÁRIA RIO-INTERÔS - SÃO CONÇALO - ITABOUL (RJ)	TRILHO IMPLANTADO	% EXECUÇÃO FÍSICA	30
AUTOR: LEONAR QUINTANILHA					
398 - 0	REJEITADO	PARTIDO: PPB UF: TO CONSTRUÇÃO DE TRILHOS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUÁIA-TUCANTINS	KM	QUANTIDADE	100

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDV2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS REJEITADAS E PREJUDICADAS

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PROJETO	UNID.MEDIDA	META
387-0	Parâmetro: REJEITADO	IMPLANTACAO DE INFRA-ESTRUTURA EM POLOS ECOTURISTICOS NO ESTADO DO TOCANTINS	PROJETO IMPLANTADO	QUANTIDADE	2
388-0	Parâmetro: REJEITADO	CONSTRUÇÃO DE ECLUSAS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS - ECLUSA DE LAJEADO NO RIO TOCANTINS	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	QUANTIDADE	30
389-0	Parâmetro: REJEITADO	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	5.000
390-0	Parâmetro: REJEITADO	CONTROLE DE PRONTEIRAS PARA PROTEÇÃO DA AGROPECUÁRIA	PROJETO APOIADO	UNIDADE	4
391-0	Parâmetro: REJEITADO	MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - CONSTRUÇÃO DO AEROPORTO DE PALMAS - NO ESTADO DO TOCANTINS	AEROPORTO CONSTRUÍDO	UNIDADE	1
392-0	Parâmetro: REJEITADO	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM - PROJETO DE IRRIGAÇÃO 3º ROSAMPÃO - NO ESTADO DO TOCANTINS	ÁREA DE IRRIGAÇÃO IMPLANTADA	HA	20000
393-0	Parâmetro: REJEITADO	IMPLANTACAO DE NÚCLEOS DE ESPORTE EM COMUNIDADES CARENTES - NO ESTADO DO TOCANTINS	NÚCLEO IMPLANTADO	UNIDADE	20
396-0	Parâmetro: REJEITADO	INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA BÁSICA EM ASSENTAMENTOS RURAIS NO ESTADO DO TOCANTINS	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	20000
397-0	Parâmetro: REJEITADO	ASSISTENCIA FINANCEIRA A PROJETOS DE AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO DO TOCANTINS	MUNICÍPIOS APOIADO	UNIDADE	140
AUTOR: LUCI CHONACKI PARTIDO: PT UF: SC					
1191-0	Parâmetro: REJEITADO	NOVO MUNDO RURAL: ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS	CONCESSÃO DE CRÉDITO PARA AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS - BANCO DA TERRA	HECTARE	856.252
1193-0	Parâmetro: REJEITADO	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	ACQUIZIÇÃO DE PROPRIEDADE RURAL	UNIDADE	1.000.000
	Parâmetro: REJEITADO	FINANCIAMENTO E EQUALIZAÇÃO DE JUROS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF (LEI Nº 8.421/92)	AGRICULTORES BENEFICIADOS	UNIDADE	1.000.000

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS REJEITADAS E PREJUDICADAS

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META
1194 - 0	NOVO MUNDO RURAL: ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS	ORTENÇÃO DE TERRAS	ÁREA ORTIDA	HECTARE	1.000.000
Parâmetr:	REJEITADO				
1195 - 0	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS MUNICIPAIS	MUNICÍPIO APOIADO	UNIDADE	2.300
Parâmetr:	REJEITADO				
1197 - 0	PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR	CONCESSÃO DE CRÉDITO RURAL AOS PEQUENOS PRODUTORES PARA PRODUÇÃO E MELHORIA NA QUALIDADE DO LEITE	AGRICULTORES BENEFICIADOS	UNIDADE	400.000
Parâmetr:	REJEITADO				
1198 - 0	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NAS ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA - PROMERBA	ALUNO MATRICULADO	UNIDADE	100.000
Parâmetr:	REJEITADO				
1201 - 0	NOVO MUNDO RURAL: ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS	PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ASSENTAMENTO RURAL	FAMÍLIA ATENDIDA	UNIDADE	100.000
Parâmetr:	REJEITADO				
1206 - 0	NOVO MUNDO RURAL: ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS	TITULAÇÃO DE TERRAS	IMÓVEL TITULADO	UNIDADE	150.000
Parâmetr:	REJEITADO				
1207 - 0	NOVO MUNDO RURAL: ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS	CONCESSÃO DE CRÉDITO-INSTALAÇÃO AS FAMÍLIAS ASSENTADAS	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	100.000
Parâmetr:	REJEITADO				
1208 - 0	NOVO MUNDO RURAL: CONSOLIDAÇÃO DE ASSENTAMENTOS	CONCESSÃO DE CRÉDITO PARA IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA BÁSICA - BANCO DA TERRA	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	20.8000
Parâmetr:	REJEITADO				
1209 - 0	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	CAPACITAÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES	AGRICULTURA CAPACITADO	UNIDADE	200.000
Parâmetr:	REJEITADO				
1210 - 0	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	PERQUISAS TECNOLÓGICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR	TECNOLOGIA GERADA	UNIDADE	95
Parâmetr:	REJEITADO				
1211 - 0	NOVO MUNDO RURAL: ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS	ASSISTÊNCIA SOCIAL AS FAMÍLIAS ACAMPADAS	FAMÍLIA ASSISTIDA	UNIDADE	100.000
Parâmetr:	REJEITADO				
1215 - 0	NOVO MUNDO RURAL: ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS	ASSISTÊNCIA ALIMENTAR A PESSOAS CARENTES	FAMÍLIA ASSISTIDA	UNIDADE	100.000
Parâmetr:	REJEITADO				
1215 - 0	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	REINVENÇÃO AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PÚBLICAS PELA OPERACIONALIZAÇÃO DO PRONAF	PROJETO ACOMPANHADO	UNIDADE	2.300
Parâmetr:	REJEITADO				

Tabulação: CORRIGID - CONDI/SE

015 Ref. Emenda Anexo - por Autor

Emenda: 22-06-01/13-JR-22

Página

26 de 47

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTÁRIOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS REJEITADAS E PREJUDICADAS

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META
1214 - 0	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	MONITORAMENTO DAS AÇÕES DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR	PROJETO ACOMPANHADO	UNIDADE	2.300
Parâmetro:	REJEITADO				
1215 - 0	NOVO MUNDO RURAL: ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS	INVESTIMENTO EM INFRA-ESTRUTURA BÁSICA PARA ASSENTAMENTOS RURAIS	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	100.000
Parâmetro:	REJEITADO				
1216 - 0	NOVO MUNDO RURAL: ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS	IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA BÁSICA EM ASSENTAMENTOS RURAIS - CÉLULA DA TERRA	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	100.000
Parâmetro:	REJEITADO				
1217 - 0	NOVO MUNDO RURAL: ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS	TOPOGRAFIA EM ÁREAS DE ASSENTAMENTO RURAL	FAMÍLIA ATENDIDA	UNIDADE	100.000
Parâmetro:	REJEITADO				
AUTOR: LUCIANO ZICA					
		PARTIDO: PT	UF: SP		
323 - 0	AMORAR MELHOR	IMPLANTAÇÃO DE CONJUNTOS HABITACIONAIS PARA FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	200.000
Parâmetro:	REJEITADO				
AUTOR: LÚCIO ALCÂNTARA					
		PARTIDO: PSDB	UF: CE		
1034 - 0	TURISMO: A INDÚSTRIA DO NOVO MILÊNIO	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE CONVENÇÕES E FEIRAS DE EXPOSIÇÕES	OBRA EXECUTADA	%	90
Parâmetro:	REJEITADO				
1035 - 0	TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS	CONSTRUÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE FORTALEZA - LINHA 1 - TRECHO CAUCAIA - VILA DAS FLORES	TRECHO CONSTRUÍDO	%	30
Parâmetro:	REJEITADO				
1036 - 0	PROÁGUA INFRA-ESTRUTURA	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA - BARRAGEM DO CASTANHO DO ESTADO DO CEARÁ	OBRA EXECUTADA	%	28
Parâmetro:	REJEITADO				
AUTOR: LUIS CARLOS HEINZE					
		PARTIDO: PPB	UF: RS		
1472 - 0	DESENVOLVIMENTO DA PESCA	DIFUSÃO DE TECNOLOGIA NA PRODUÇÃO DE PEIXE E MOLUSCOS	PRODUTOR E PESCADOR ATENDIDO	UNIDADE	1.000
Parâmetro:	REJEITADO				
1473 - 0	GESTÃO DA POLÍTICA AGRPECUÁRIA	PROMOÇÃO DO ASSOCIATIVISMO RURAL E DO COOPERATIVISMO	ENTIDADE ASSISTIDA	UNIDADE	800
Parâmetro:	REJEITADO				
1474 - 0	DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA	APOIO AO DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE NOVOS FRUTICULTORES - FRUTICULTURA SUSTENTÁVEL	PRODUTORES IMPLANTADOS	UNIDADE	1000
Parâmetro:	REJEITADO				

**CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS REJEITADAS E PREJUDICADAS**

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PRODUTO	UNID.MEDIDA	META
1413 - 0	ATENÇÃO À CRIANÇA Parceiro: REJEITADO	ATENDIMENTO À CRIANÇA EM CRECHE	CRIANÇA ATENDIDA	UNIDADE	1.500.000
1476 - 0	CORREDOR MERCOSUL Parceiro: REJEITADO	CONSTRUÇÃO/IMPLANTAÇÃO/EXPANSÃO DO SISTEMA TRENOSURB PORTO ALEGRE - TRECHO - SÃO LEOPOLDO/NOVO HAMBURGO	TRECHO EXPANDIDO - CONSTRUÍDO	KM	10
1489 - 0	CORREDOR MERCOSUL Parceiro: REJEITADO	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL BR-238/RS - SÃO JOSÉ DOS AUSENTES/DIVISA COM SANTA CATARINA	TRECHO ADEQUADO	KM	25
1492 - 0	LIZ NO CAMPO Parceiro: REJEITADO	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO RURAL NA METADE SUL DO RIO GRANDE DO SUL	SISTEMA IMPLANTADO	PORCENTUAL	30
1495 - 0	0115 - NOVO MUNDO RURAL: ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS Parceiro: REJEITADO	CONCESSÃO DE CRÉDITO - INSTALAÇÃO AS FAMILIAS ASSENTADAS	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	50.000
1496 - 0	0515 - PROÁGUA INFRA-ESTRUTURA Parceiro: REJEITADO	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA NOS AFLUENTES DE BACIA DO RIO URUGUAI	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	PORCENTAGEM	20
1497 - 0	UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES Parceiro: REJEITADO	IMPLANTAÇÃO DE ACESSOS AOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES EM LOCALIDADES ONDE O CUSTO DOS SERVIÇOS NÃO POSSA SER RECUPERADO COM SUA EXPLORAÇÃO COMERCIAL	ACESSO EM SERVIÇO	UNIDADE	30.000
1498 - 0	VALORIZAÇÃO E SAÚDE DO IDOSO Parceiro: REJEITADO	IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DE APOIO À PESSOA IDOSA	PESSOA IDOSA ATENDIDA	MILHAR	5.000
AUTOR: LUIZ DANTAS 195 - 0 PROÁGUA - GESTÃO Parceiro: REJEITADO	PARTIDO: PRTB UF: AL AUTORA DE USOS MÚLTIPLOS DO ALTO SERTÃO DE ALAGOAS		POPULAÇÃO BENEFCIADA	HABITANTES	200
AUTOR: MANOEL SALVIANO 1904 - 0 MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL Parceiro: REJEITADO	PARTIDO: PSDB UF: CE RESTAURAÇÃO BR 230/CE		TRECHO RESTAURADO	KM	60
AUTOR: MANOEL VITÓRIO	PARTIDO: PT UF: MS				

Elaboração: COTIC/CD - CONORSEF

015 Sol. Emenda Anexo - por Autor

Emenda: 2706 B1 15-58-23

Página

30 de 68

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDV2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS REJEITADAS E PREJUDICADAS

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PROBUTO	UNID. MEDIDA	META
2 - 0	PANTANAL	RECUPERAÇÃO DA SUB-BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TAQUARI - MS	SUB-BACIA RECUPERADA	UNIDADE	1
PARCER: REJEITADO					
AUTOR: MARIA ABADIA					
PARTIDO: PSDB UF: DF					
652 - 0	REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E APARELHAMENTO DE ESTABELECIMENTOS PENAIS	VACA CRIADA	UNIDADE	3.000
PARCER: REJEITADO					
AUTOR: MARIA DE LOURDES ABADIA					
PARTIDO: PSDB UF: DF					
176 - 0	IRRIGAÇÃO E DRENAGEM	APROVEITAMENTO HIDROGRÁFICO DA BACIA DO RIO PRETO NO DISTRITO FEDERAL	PROPRIEDADES	UN	1000
PARCER: REJEITADO					
AUTOR: MÁRIO NEGROMONTE					
PARTIDO: PSDB UF: BA					
1733 - 0		IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ELETRIFICAÇÃO RURAL NO ESTADO DA BAHIA	REDE IMPLANTADA	%	30
PARCER: REJEITADO					
1734 - 0	IRRIGAÇÃO E DRENAGEM	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA - ESTRUTURA HÍDRICA NO ESTADO DA BAHIA	OBRA EXECUTADA	UNIDADE	10
PARCER: REJEITADO					
1735 - 0	MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL	MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA NO ESTADO DA BAHIA	TRECHO RESTAURADO	KM	1.200
PARCER: REJEITADO					
AUTOR: MAURO MIRANDA					
PARTIDO: PMDB UF: GO					
1334 - 0	CORREDOR ARAQUAIA-TOCANTINS	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR ARAQUAIA-TOCANTINS - IMPERATRIZ (MA) - SENADOR CANEDO (GO) - FERROVIA NORTE SUL	TRECHO CONSTRUÍDO	KM	15
PARCER: REJEITADO					
1395 - 0	CORREDOR LESTE	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE BR-153 GO - DIVISA COMAC - ENTRONCAMENTO BR - 365 (TREVO)	TRECHO ADEQUADO	KM	15
PARCER: REJEITADO					
1396 - 0	CORREDOR LESTE	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE BR - 153 GO - APARECIDA DE GOIÂNIA - ITUMBARA	TRECHO ADEQUADO	KM	45
PARCER: REJEITADO					
1397 - 0	CORREDOR ARAQUAIA-TOCANTINS	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAQUAIA-TOCANTINS BR - 060DF - DISTRITO FEDERAL - DIVISA DF/GO - ENTRONCAMENTO BR - 153 GO	TRECHO ADEQUADO	KM	20
PARCER: REJEITADO					

Relatório: COFFCD - CONCURSO

015 Rel Emendas Anexo - por Autor

Printado: 22-06-01 15:58:24

Página

31 de 68

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS REJEITADAS E PREJUDICADAS

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PRODUTO	UNID.MEDIDA	META
1391 - 0	MORAR MELHOR	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DO SISTEMA DE COLETA, TRATAMENTO E DESTINACAO FINAL DE RESIDUOS SOLIDOS EM MUNICIPIOS COM CRIANCAS QUE VIVEM DO LIXO	CRIANCA BENEFICIADA	UNIDADE	50.000
Pararar: REJEITADO					
1409 - 0	MORAR MELHOR	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO INFERIOR A 20 MIL HABITANTES	FAMILIA BENEFICIADA	UNIDADE	19.900
Pararar: REJEITADO					
1491 - 0	NOSSO BAIRRO	MELHORIA DAS CONDICOES HABITACIONAIS, DE INFRA-ESTRUTURA E DE SANEAMENTO BASICO (HABITABU BID)	FAMILIA BENEFICIADA	UNIDADE	50.433
Pararar: REJEITADO					
1492 - 0	NOSSO BAIRRO	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO (PASS/BID)	FAMILIA BENEFICIADA	UNIDADE	50.157
Pararar: REJEITADO					
AUTOR: MOREIRA MENDES					
706 - 0	CORREDOR OESTE-NORTE	DUPLICACAO DE TRECHO RODOVIARIO NO CORREDOR OESTE-NORTE - BR-364RO - PORTO VELHO - CAMPUS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA		KM	33
Pararar: REJEITADO					
AUTOR: NAIR XAVIER LOBO					
1342 - 0	ESPORTE DIREITO DE TODOS	CENTRO DE CONVENCOES E CONVIVENCIA EM ANEXO CENTRO DE EXCELENCIA ESPORTIVA DE CALDAS NOVAS	MUNICIPIO ATENDIDO	UNIDADE	01
Pararar: REJEITADO					
1383 - 0	REESTRUTURACAO DO SISTEMA PENITENCIARIO	PRESDIO REGIONAL DE GOIANIA	PRESDIO	UNIDADE	01
Pararar: REJEITADO					
1394 - 0	IRRIGACAO E DRENAGEM	INFRA-ESTRUTURA HIDRICA NO ESTADO DE GOIAS	PROJETOS APROVADOS	UNIDADE	02
Pararar: REJEITADO					
1385 - 0	IRRIGACAO E DRENAGEM	CONTENCAO DE ENCHENTES NO ESTADO DE GOIAS	MUNICIPIO ATENDIDO	UNIDADE	01
Pararar: REJEITADO					
1386 - 0	ÁGUAS DO BRASIL	CONTROLE DE EROSOES NO ESTADO DE GOIAS - (VOÇOROCAS) RIO ARAGUAYA	PROJETOS APROVADOS	UNIDADE	02
Pararar: REJEITADO					
1387 - 0	IRRIGACAO E DRENAGEM	CANALIZACAO DO CORREGO CASCAVEL (CONTENCAO DE ENCHENTES) - GOIANIA	MUNICIPIO ATENDIDO	UNIDADE	01
Pararar: REJEITADO					
AUTOR: NELSON MARCHEZAN					
		PARTIDO: PSDB UF: RS			

**CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS REJEITADAS E PREJUDICADAS**

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META
829 - 0	CONSEDER MERCOSUL Parecer: REJEITADO	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL	TRECHO PAVIMENTADO KM	KM	30
829 - 0	ATENÇÃO À CRIANÇA Parecer: REJEITADO	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA PARA A MELHORIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL	CRIANÇA ATENDIDA	MILHAR	5000
831 - 0	TODA CRIANÇA NA ESCOLA Parecer: REJEITADO	PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MÍNIMA ASSOCIADOS A AÇÕES SÓCIO-EDUCATIVAS (LEI Nº 9.333)	FAMÍLIA ATENDIDA	UNIDADE	200000
833 - 0	CONSEDER MERCOSUL Parecer: REJEITADO	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL	TRECHO PAVIMENTADO KM	KM	10
834 - 0	IRREGUIÇÃO E DRENAGEM Parecer: REJEITADO	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM NA MISTADE SUL DO RIO GRANDE DO SUL	ÁREA IRRIGADA HA	HA	400
835 - 0	DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA Parecer: REJEITADO	APOIO A PROJETOS DE FRUTICULTURA NA MISTADE SUL DO RIO GRANDE DO SUL	PROJETOS APOIADOS	UNIDADE	20
836 - 0	APOIO À PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA Parecer: REJEITADO	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	PROJETOS APOIADOS	UNIDADE	50
837 - 0	ENERGIA NO EIXO SUL Parecer: REJEITADO	IMPLANTÇÃO DA USINA TERMOELÉTRICA JACUÍ I, NO RIO GRANDE DO SUL (350 MW)	USINA IMPLANTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	50
838 - 0	ENERGIA NO EIXO SUL Parecer: REJEITADO	IMPLANTÇÃO DA USINA TERMOELÉTRICA CANDOTA III (RS) DE 350 MW	USINA IMPLANTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	50
839 - 0	ENERGIA NO EIXO SUL Parecer: REJEITADO	IMPLANTÇÃO DA USINA TERMOELÉTRICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	USINA IMPLANTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	50
AUTOR: NELSON MEURER	PARTIDO: PPB UF: PR	CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE CONVENÇÕES	CONSTRUÇÃO	UNIDADE	5
84 - 0	TURISMO: A INDÚSTRIA DO NOVO MILÊNIO Parecer: REJEITADO				

**CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS REJEITADAS E PREJUDICADAS**

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META
69 - 0	INFRA-ESTRUTURA URBANA Parâmet: REJEITADO	AÇÕES DE INFRA-ESTRUTURA NO SUDESTE DO ESTADO DO PARANÁ	MUNICÍPIO APOIADO	UNIDADE	40
70 - 0	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO Parâmet: REJEITADO	APOIO FINANCEIRO A UNIVERSIDADE DO OESTE DO ESTADO DO PARANÁ	UNIDADE APOIADA	UNIDADE	2
71 - 0	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF Parâmet: REJEITADO	DESENVOLVIMENTO RURAL NO SUDESTE DO ESTADO DO PARANÁ	PROJETOS DESENVOLVIDOS	UNIDADE	40
72 - 0	QUALIDADE E EFICIÊNCIA DO SUS Parâmet: REJEITADO	CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS DE CENTROS DE SAÚDE NO SUDESTE DO ESTADO DO PARANÁ	CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS	UNIDADE	40
73 - 0		CONSTRUÇÃO DE SALAS PARA ENSINO FUNDAMENTAL NO SUDESTE DO ESTADO DO PARANÁ	SALAS CONSTRUÍDAS	UNIDADE	100
74 - 0	ESPORTE DIREITO DE TODOS Parâmet: REJEITADO	CONSTRUÇÃO DE GINÁSIOS E QUADRAS ESPORTIVAS COBERTAS NO SUDESTE DO ESTADO DO PARANÁ	CONSTRUÇÃO DE QUADRAS	UNIDADE	10
AUTOR: NELSON PELLEGRINO					
79 - 0	DIREITOS HUMANOS, DIREITO DE TODOS Parâmet: REJEITADO	PARTIDO: PT UF: BA IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE DOCUMENTAÇÃO CIVIL BÁSICA E ORIENTAÇÃO JURÍDICA GRATUITA (BALCÕES DE DIREITO)	SERVIÇO IMPLANTADO	UNIDADE	6
80 - 0	ATENÇÃO À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA Parâmet: REJEITADO	CAMPANHA EDUCATIVA SOBRE DIREITOS DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	CAMPANHA REALIZADA	UNIDADE	1
82 - 0	DIREITOS HUMANOS, DIREITO DE TODOS Parâmet: REJEITADO	IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO CIVIL VOLUNTÁRIO	SERVIÇO IMPLANTADO	% DA EXECUÇÃO FÍSICA	0
83 - 0	DEFESA JURÍDICA GRATUITA Parâmet: REJEITADO	SERVIÇOS DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL	SERVIÇO MANTIDO	UNIDADE	3000
84 - 0	DEFESA JURÍDICA GRATUITA Parâmet: REJEITADO	PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA, JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL AO CIDADÃO NECESSITADO	PROCESSO ASSISTIDO	UNIDADE	1313

Plataforma: CORTADO - CONORSE

015 Ref. Emendas Anexo por Autor

Emissão: 22.06.01 13.38.25

Páginas

34 de 68

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS REJEITADAS E PREJUDICADAS

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META
64-0	ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVIZADOR E DEGRADANTE	RSCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVIZADOR E DEGRADANTE	FISCALIZAÇÃO REALIZADA	UNIDADE	150
	Parâmetro: REJEITADO				
64-0	DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	CAMPANHA EDUCATIVA SOBRE O SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	CAMPANHA REALIZADA	UNIDADE	1200
	Parâmetro: REJEITADO				
69-0	DIREITOS HUMANOS, DIREITO DE TODOS	IMPLANTACÃO DA REDE DE COMBATE À TORTURA	INSTITUIÇÃO INSTRUMENTALIZADA	UNIDADE	27
	Parâmetro: REJEITADO				
AUTOR: NEUTON LIMA					
PARTIDO: PFL UF: SP					
1636-0	NOVO MUNDO RURAL: ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS	CONCESSÃO DE CRÉDITO PARA AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS - BANCO DA TERRA	ÁREA ORTIDA	HECTARE	150252
	Parâmetro: REJEITADO				
1673-0	NOVO MUNDO RURAL: ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS	TITULAÇÃO DE TERRAS	IMÓVEL TITULADO	UNIDADE	150000
	Parâmetro: REJEITADO				
1674-0	AGRICULTURA FAMILIAR - PROMAF	PESQUISAS TECNOLÓGICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR	TECNOLOGIA GERADA	UNIDADE	95
	Parâmetro: REJEITADO				
1675-0	AGRICULTURA FAMILIAR - PROMAF	FINANCIAMENTO E EQUALIZAÇÃO DE JUROS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR	AGRICULTORES BENEFICIADOS	UNIDADE	100000
	Parâmetro: REJEITADO				
1676-0	NOVO MUNDO RURAL: ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS	OBTEÇÃO DE TERRAS	ÁREA ORTIDA	HECTARE	300000
	Parâmetro: REJEITADO				
1677-0	NOVO MUNDO RURAL: ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS	ASSISTÊNCIA SOCIAL ÀS FAMÍLIAS ACAMPADAS	FAMÍLIA ASSISTIDA	UNIDADE	10000
	Parâmetro: REJEITADO				
1678-0	NOVO MUNDO RURAL: ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS	ASSISTÊNCIA JURÍDICA ÀS FAMÍLIAS ACAMPADAS	FAMÍLIA ASSISTIDA	UNIDADE	10000
	Parâmetro: REJEITADO				
1679-0	NOVO MUNDO RURAL: ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS	PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ASSENTAMENTO RURAL	FAMÍLIA ATENDIDA	UNIDADE	10000
	Parâmetro: REJEITADO				
1680-0	NOVO MUNDO RURAL: ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS	TOPOGRAFIA EM ÁREAS DE ASSENTAMENTO RURAL	FAMÍLIA ATENDIDA	UNIDADE	10000
	Parâmetro: REJEITADO				

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS REJEITADAS E PREJUDICADAS

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PRODUTO	UNID.MEDIDA	META
1706-0	NOVO MUNDO RURAL: CONSOLIDAÇÃO DE ASSENTAMENTOS	CONCESSÃO DE CRÉDITO PARA IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA BÁSICA - BANCO DA TERRA	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	20.600
	<i>Parâmetro: REJEITADO</i>				
1707-0	NOVO MUNDO RURAL: ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS	IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA BÁSICA EM ASSENTAMENTOS RURAIS - COMBATE À POBREZA RURAL	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	100.000
	<i>Parâmetro: REJEITADO</i>				
1708-0	NOVO MUNDO RURAL: ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS	INVESTIMENTO EM INFRA-ESTRUTURA BÁSICA PARA ASSENTAMENTOS RURAIS	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	100.000
	<i>Parâmetro: REJEITADO</i>				
1709-0	NOVO MUNDO RURAL: ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E CAPACITAÇÃO DE ASSENTADOS - LUMIAR	FAMÍLIA ASSISTIDA	UNIDADE	100.000
	<i>Parâmetro: REJEITADO</i>				
1711-0	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NAS ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA - PRONERA	ALUNO MATRICULADO	UNIDADE	100.000
	<i>Parâmetro: REJEITADO</i>				
1712-0	PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR	CONCESSÃO DE CRÉDITO RURAL AOS PEQUENOS PRODUTORES PARA PRODUÇÃO E MELHORIA NA QUALIDADE DO LITE	AGRICULTORES BENEFICIADOS	UNIDADE	400.000
	<i>Parâmetro: REJEITADO</i>				
1713-0	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS MUNICIPAIS	MUNICÍPIO APOIADO	UNIDADE	2.300
	<i>Parâmetro: REJEITADO</i>				
1715-0	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	MONITORAMENTO DAS AÇÕES DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR	PROJETO ACOMPANHADO	UNIDADE	2.300
	<i>Parâmetro: REJEITADO</i>				
1716-0	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	REMUNERAÇÃO ÀS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PÚBLICAS PELA OPERACIONALIZAÇÃO DO PRONAF	PROJETO ACOMPANHADO	UNIDADE	2.300
	<i>Parâmetro: REJEITADO</i>				
1717-0	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	CAPACITAÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES	AGRICULTOR CAPACITADO	UNIDADE	200.000
	<i>Parâmetro: REJEITADO</i>				
1718-0	NOVO MUNDO RURAL: ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS	CONCESSÃO DE CRÉDITO-INSTALAÇÃO ÀS FAMÍLIAS ASSENTADAS	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	100.000
	<i>Parâmetro: REJEITADO</i>				
AUTOR: NILO COELHO		PARTIDO: PSDB	UF: BA		
998-0	IRRIGAÇÃO E DRENAGEM	ESTUDOS PARA O APROVEITAMENTO HIDROGRÁFICO EM ÁREAS IRRIGÁVEIS	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	2
	<i>Parâmetro: REJEITADO</i>				

Emenda: 23 de 01 13.38.26

015 Est. Emenda Anexo - por autor

Emenda: COFFCO - CONJUSF

Página 36 de 64

CONGRESSO NACIONAL COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO LDO/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS REJEITADAS E PREJUDICADAS									
EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META				
909 - 0	IRRADIÇÃO E DRENAGEM Parecer: REJEITADO	ESTUDOS PARA O APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA EM ÁREAS BARRAGENS	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	1				
AUTOR: NILSON MOURÃO									
PARTIDO: PT UF: AC									
906 - 0	NOVO MUNDO RURAL: ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS Parecer: REJEITADO	ASSISTÊNCIA JURÍDICA ÀS FAMÍLIAS ACAMPADAS	FAMÍLIA ASSISTIDA	UNIDADE	100.000				
907 - 0	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF Parecer: REJEITADO	REINTEGRAÇÃO ÀS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PÚBLICAS PELA OPERACIONALIZAÇÃO DO PRONAF	PROJETO ACAMPADO	UNIDADE	2.300				
908 - 0	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF Parecer: REJEITADO	MONITORAMENTO DAS AÇÕES DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR	PROJETO ACAMPADO	UNIDADE	2.300				
910 - 0	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF Parecer: REJEITADO	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS MUNICIPAIS	MUNICÍPIO APOIADO	UNIDADE	2.300				
911 - 0	PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR Parecer: REJEITADO	CONCESSÃO DE CRÉDITO RURAL AOS PEQUENOS PRODUTORES PARA PRODUÇÃO E MELHORIA NA QUALIDADE DO LESTE	AGRICULTORES BENEFICIADOS	UNIDADE	400.000				
912 - 0	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS Parecer: REJEITADO	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NAS ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA - PROMERA	ALUNO MATRICULADO	UNIDADE	100.000				
914 - 0	NOVO MUNDO RURAL: ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS Parecer: REJEITADO	IMPLANTANDO DE INFRA-ESTRUTURA BÁSICA EM ASSENTAMENTOS RURAIS - COMBATE À POBREZA RURAL	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	100.000				
915 - 0	NOVO MUNDO RURAL: CONSOLIDAÇÃO DE ASSENTAMENTOS Parecer: REJEITADO	CONCESSÃO DE CRÉDITO PARA IMPLANTANDO DE INFRA-ESTRUTURA BÁSICA - BANCO DA TERRA	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	20.000				
916 - 0	NOVO MUNDO RURAL: ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS Parecer: REJEITADO	PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ASSENTAMENTO RURAL	FAMÍLIA ATENDIDA	UNIDADE	100.000				
917 - 0	NOVO MUNDO RURAL: ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS Parecer: REJEITADO	ASSISTÊNCIA SOCIAL ÀS FAMÍLIAS ACAMPADAS	FAMÍLIA ASSISTIDA	UNIDADE	100.000				
918 - 0	NOVO MUNDO RURAL: ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS Parecer: REJEITADO	ORTENÇÃO DE TERRAS	ÁREA ORTIDA	HECTARE	3.000.000				

615

Rel Emendas Anexo - por Autor

Emendas CORTADO - CONOMAR

Estimativa: 22/06/01 15:58:27

Página 17 de 68

Elaboração: 22/06/01 11:58:27

615 Rod. Canasvieiras - por Autor

Página 37 de 68

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LD02202 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS REJEITADAS E PREJUDICADAS

EMENDA	PROPRIETARIO	ACAO	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META
919 - 0	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	FINANCIAMENTO E EQUALIZAÇÃO DE JUROS EM OPERAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS DO GOVERNO FEDERAL - BOF (LEI Nº 8.471/92)	AGRICULTORES BENEFICIADOS	UNIDADE	1.000.000
<i>Parâmetro: REJEITADO</i>					
920 - 0	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	PERQUISAS TECNOLÓGICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR	TECNOLOGIA CEBADA	UNIDADE	95
<i>Parâmetro: REJEITADO</i>					
921 - 0	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	CAPACITAÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES	AGRICULTOR CAPACITADO	UNIDADE	200.000
<i>Parâmetro: REJEITADO</i>					
923 - 0	NOVO MUNDO RURAL: ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS	CONCESSÃO DE CRÉDITO PARA AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS - BANCO DA TERRA	ÁREA OBTIDA	HECTARE	858.252
<i>Parâmetro: REJEITADO</i>					
924 - 0	NOVO MUNDO RURAL: ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS	CONCESSÃO DE CRÉDITO-INSTALAÇÃO ÀS FAMÍLIAS ASSENTADAS	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	100.000
<i>Parâmetro: REJEITADO</i>					
925 - 0	NOVO MUNDO RURAL: ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS	TITULAÇÃO DE TERRAS	IMÓVEL TITULADO	UNIDADE	150.000
<i>Parâmetro: REJEITADO</i>					
935 - 0	NOVO MUNDO RURAL: ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS	TOPOGRAFIA EM ÁREAS DE ASSENTAMENTO RURAL	FAMÍLIA ATENDIDA	UNIDADE	100.000
<i>Parâmetro: REJEITADO</i>					
AUTOR: NILTON CAPIXABA					
PARTIDO: PTB UF: RO					
726 - 0	ENERGIA DAS PEQUENAS COMUNIDADES	IDENTIFICAR E ATENDER AS DEMANDAS DE ENERGIA ELÉTRICA EM LOCALIDADES ISOLADAS EM RONDÔNIA NÃO SUPRIDAS PELA ELETRIFICAÇÃO CONVENCIONAL	LOCALIDADE ATENDIDA	UNIDADE	26
<i>Parâmetro: REJEITADO</i>					
727 - 0	IMÓVEL MELHOR	IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO EM MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO DE ATÉ 75.000 HABITANTES NO ESTADO DE RONDÔNIA	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	12.000
<i>Parâmetro: REJEITADO</i>					
728 - 0	IRRIGAÇÃO E DRENAGEM	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM	ÁREA IRRIGADA	HECTARE	1500
<i>Parâmetro: REJEITADO</i>					
729 - 0	MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL	RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS NO ESTADO DE RONDÔNIA	TRECHO RESTAURADO	KM	500
<i>Parâmetro: REJEITADO</i>					
730 - 0	SEGURANÇA NAS RODOVIAS FEDERAIS	ELIMINAÇÃO DE PONTOS CRÍTICOS NO ESTADO DE RONDÔNIA	PONTO CRÍTICO ELIMINADO	UNIDADE	20
<i>Parâmetro: REJEITADO</i>					

Elaborado: COMFICD - CONORJUS

015 Rel Emendas Anexo - por Autor

85,
CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS REJEITADAS E PREJUDICADAS

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PRODUTO	UNID.MEDIDA	META
731 - 0	LUT NO CAMPO	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE DISTRIBUICAO RURAL EM ROÇONIA PARA CONSUMO IMEDIATO NAS FAMILIAS RURAIS DE BAIXA RENDA	LOCALIDADE ATENDIDA	UNIDADES	26
Parcear: REJEITADO					
AUTOR: ODELMO LEÃO					
647 - 0	CORREIO LESTE	PARTIDO: PPB UF: MG IMPLANTACAO E PAVIMENTACAO DO TRECHO UBERLÂNDIA - PONTE SOBRE O RIO CABACAÇAL	TRECHO PAVIMENTADO	KM	54
Parcear: REJEITADO					
AUTOR: ORLANDO DESCONSI					
1059 - 0	EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	PARTIDO: PT UF: RS EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS NAS AREAS DE REFORMA AGRARIA - PROMERIA	ALUNO MATRICULADO	UNIDADE	100.000
Parcear: REJEITADO					
1060 - 0	PRODUCAO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR	CONCESSAO DE CREDITO RURAL AOS PEQUENOS PRODUTORES PARA PRODUCAO E MELHORIA NA QUALIDADE DO LEITE	AGRICULTORES BENEFICIADOS	UNIDADE	400.000
Parcear: REJEITADO					
1061 - 0	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	ASSISTENCIA FINANCEIRA A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA E SERVICOS MUNICIPAIS	MUNICIPIO APOIADO	UNIDADE	2.300
Parcear: REJEITADO					
1063 - 0	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	MONITORAMENTO DAS ACOES DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR	PROJETO ACOMPANHADO	UNIDADE	2.300
Parcear: REJEITADO					
1064 - 0	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	REMUNERACAO AS INSTITUCOES FINANCEIRAS PUBLICAS PELA OPERACIONALIZACAO DO PRONAF	PROJETO ACOMPANHADO	UNIDADE	2.300
Parcear: REJEITADO					
1066 - 0	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	PESQUISAS TECNOLOGICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR	TECNOLOGIA GERADA	UNIDADE	95
Parcear: REJEITADO					
1067 - 0	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	CAPACITACAO DE AGRICULTORES FAMILIARES	AGRICULTOR CAPACITADO	UNIDADE	200.000
Parcear: REJEITADO					
1077 - 0	PRODUCAO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR	APOIO A PRODUCAO E COMERCIALIZACAO DE SEMENTES E MUDAS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	SISTEMA DE PRODUCAO E CERTIFICACAO DE SEMENTES E MUDAS MELHORADO E IMPLANTADO	PORCENTAGEM	100
Parcear: REJEITADO					

35

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS REJEITADAS E PREJUDICADAS

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META
1078 - 0	AGRICULTURA DE PRECISÃO	AÇÕES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	PESSOAS ASSISTIDAS	UNIDADE	580.000
Parâmetro:	REJEITADO				
1079 - 0	SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS	QUALIDADE DE ALIMENTOS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	ATACADISTAS, PRODUTORES E COMPRADORES INTERNADOS	UNIDADE	3.650
Parâmetro:	REJEITADO				
1080 - 0	CESTA DE ALIMENTOS	BANCO DE ALIMENTOS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	FAMÍLIAS ATENDIDAS	UNIDADE	8.000
Parâmetro:	REJEITADO				
1081 - 0	CESTA DE ALIMENTOS	FUNDO DE ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	UNIDADES DE ABASTECIMENTO POPULAR E EQUIPAMENTO FINANCEIROS	UNIDADE	804 - 04 SACOLONES E 800 EQUIPAME NTOS DE COMERCI LIZAÇÃO DA AGRICULT URA FAMILIAR E PESCA ARTESANA L PROFESSIO NAL
Parâmetro:	REJEITADO				
1082 - 0	Ciência e tecnologia para o agronegócio	ESTRUTURAÇÃO DE PESQUISAS E ANÁLISES TECNOLÓGICAS PARA A CADEIA DE PRODUÇÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	FAMÍLIAS DE AGRICULTORES ATENDIDAS	UNIDADE	1.500
Parâmetro:	REJEITADO				
1083 - 0	Segurança e qualidade de alimentos e bebidas	CENTRAL DE EMBALAGENS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	FAMÍLIAS FINANCIADAS	UNIDADE	435
Parâmetro:	REJEITADO				
1084 - 0	CONTROLE DE FRONTEIRAS PARA PROTEÇÃO DA AGROPECUÁRIA	PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE E ERIADICAÇÃO DA BRUCELOSE E TUBERCULOSE NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	ANIMAIS TESTADOS	UNIDADE	60.000
Parâmetro:	REJEITADO				
1084 - 0	PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR	ESTÍMULO À PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	PRODUTOS AGRICOLAS CERTIFICADOS	% DE EXECUÇÃO	100
Parâmetro:	REJEITADO				

Sábado 23 12345

015 Reg. Exatidão Autor - por Autor

Estimativa: 22.06.01 15:34:28

Página 40 de 60

CONGRESSO NACIONAL COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO LDO/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS REJEITADAS E PREJUDICADAS				
EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PRODUTO	UNID.MEDIDA META
1087-0	QUALIDADE DOS INSUMOS AGRÍCOLAS	FISCALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE SEMENTES E MUDAS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	ÁREA DE MUDAS FLORESTAIS PLANTADAS	HA 10 000
	Parecer: REJEITADO			
1088-0	PRODUTIVIDADE DE CEREAIS	SISTEMA DE BENEFICIAMENTO DO ARROZ EM PALMARES DO SUL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	FAMÍLIAS BENEFICIADAS	UNIDADE 200
	Parecer: REJEITADO			
1089-0	PRODUTIVIDADE DE CEREAIS	MELHORAMENTO GENÉTICO DO ARROZ IRRIGADO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	CULTIVARES LANÇADOS	UNIDADE UM CULTIVAR A CADA DOIS ANOS DE TRABALHO
	Parecer: REJEITADO			
1090-0	PRODUTIVIDADE DE CEREAIS	PRODUÇÃO DE SEMENTES DE ARROZ NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	SACO DE SEMENTE CERTIFICADA	UNIDADE 1.000.000
	Parecer: REJEITADO			
1091-0	PRODUTIVIDADE DE CEREAIS	CULTURAS ALTERNATIVAS EM BUSCA DA DIVERSIFICAÇÃO AGRÍCOLA EM SOLOS DE VARZEA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	ÁREA DE SOLOS DE VARZEA ESTUDADA	HA 3.000.000
	Parecer: REJEITADO			
1092-0	PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR	FORTALECIMENTO DA COMPANHIA ESTADUAL DE SOLOS E ARMAZÉNS - CESA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	CESA FORTALECIDA	% 100
	Parecer: REJEITADO			
1093-0	PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR	REAPARIAMENTO OPERACIONAL DA COMPANHIA ESTADUAL DE SOLOS E ARMAZÉNS - CESA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	MELHORIA DE PRODUTO ARMAZENADO	% 100
	Parecer: REJEITADO			
1094-0	PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR	APOIO À PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE SEMENTES E MUDAS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	SEMENTES E MUDAS RODUZIDAS E CERTIFICADAS	% 100
	Parecer: REJEITADO			
1095-0	PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR	DEFESA E INSPEÇÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	FOCOS DE DOENÇA IDENTIFICADOS	% 100
	Parecer: REJEITADO			
Elaboração: CORRÊA - COMISSÃO				
015 Res Emenda Anexo - por Autor			Emenda: 22.06.01/15.58.29	Página 41 de 49

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDOR2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS REJEITADAS E PREJUDICADAS

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PRODUTO	UNID.MEDIDA	META
1091-0	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NO SETOR PETROLÍFERO	REDE DE POSTOS NO RIO GRANDE DO SUL	PROJETOS DE INTEGRAÇÃO DE EMPRESAS DO SETOR DE PETRÓLEO COM UNIVERSIDADES E SETOR PÚBLICO	UNIDADE	6
Parâmetro: REJEITADO					
1097-0	SISTEMAS LOCAIS DE INOVAÇÃO	PÓLOS DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NO RIO GRANDE DO SUL	PÓLO DE DESENVOLVIMENTO E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA IMPLANTADO	UNIDADE	30
Parâmetro: REJEITADO					
1098-0	EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	CENTRO DE EXCELENCIA EM TECNOLOGIA AVANÇADA - CESTA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	PROJETO-PILOTO REALIZADO	UNIDADE	10
Parâmetro: REJEITADO					
1099-0	SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO - INTERNET E	REDE ESTADUAL DE INFORMAÇÕES EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	PONTOS DE PRESENCIA E REDE MODERNIZADA	UNIDADE	6
Parâmetro: REJEITADO					
1100-0	EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	CENTRO DE EXCELENCIA EM TECNOLOGIA ELETRÔNICA AVANÇADA - CESTEC	CENTRO IMPLANTADO	M2	7.300
Parâmetro: REJEITADO					
1101-0	PRODUÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL	COMPLEXO CULTURAL DO THEATRO SÃO PEDRO NO RIO GRANDE DO SUL	COMPLEXO CULTURAL CONSTRUÍDO	%	42
Parâmetro: REJEITADO					
1102-0	GESTÃO DAS POLÍTICAS INDUSTRIAL DE COMÉRCIO E DE SERVIÇOS	SEMINÁRIO DE COOPERAÇÃO E COMPETITIVIDADE EMPRESARIAL E SOCIAL NO RIO GRANDE DO SUL	SEMINÁRIO/CURSO REALIZADO	UNIDADE	5
Parâmetro: REJEITADO					
1103-0	GESTÃO DAS POLÍTICAS INDUSTRIAL DE COMÉRCIO E DE SERVIÇOS	REGIONALIZAÇÃO DA FABRICAÇÃO DE AUTOPESAS NO RIO GRANDE DO SUL	EMPRESA QUALIFICADA	% DE EXECUÇÃO	100
Parâmetro: REJEITADO					
1104-0	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO TRABALHADOR	CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM DESIGN DE MÓVEIS NO RIO GRANDE DO SUL	CURSO REALIZADO	UNIDADE	01
Parâmetro: REJEITADO					
1105-0	CESTA DE ALIMENTOS	PESQUISA PARA INTRODUÇÃO DA CONSERVA DE PÊSSEGO NA MERENDA ESCOLAR NO RIO GRANDE DO SUL	POPULAÇÃO PESQUISADA NAS ESCOLAS	% DE EXECUÇÃO	100
Parâmetro: REJEITADO					

Elaboração: CONFOP - CONORJ57 015 Rel. Estados Anexo - por Autor

Estados: 27/05/01 15:58:29

Página 42 de 68

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LD02002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS REJEITADAS E PREJUDICADAS

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META
1106 - 0	GERAÇÃO DE EMPLEO E RENDA	APOIO CREDITÍCIO AOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS COOPERADOS DE AUTOQUESTAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL	OPERAÇÃO DE CRÉDITO REALIZADA	UNIDADE	60
	Parâmetro: REJEITADO				
1107 - 0	DESENVOLVIMENTO DE MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS	PROGRAMA REDES DE COOPERAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL	EMPRESA BENEFICIADA	UNIDADE	750
	Parâmetro: REJEITADO				
1108 - 0	CULTURA EXPORTADORA	TREINAMENTO DE NEZÓCIOS INTERNACIONAIS NO RIO GRANDE DO SUL	CURSO REALIZADO	UNIDADE	84
	Parâmetro: REJEITADO				
1109 - 0	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	EDUCAÇÃO ESPECIAL/FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO RIO GRANDE DO SUL	PROFESSOR CAPACITADO	UNIDADE	1.500
	Parâmetro: REJEITADO				
1110 - 0	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	EDUCAÇÃO ESPECIAL/AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO-PEDAGÓGICO NO RIO GRANDE DO SUL	ALUNOS ESPECIAIS ATENDIDOS	UNIDADE	7.500
	Parâmetro: REJEITADO				
1111 - 0	CULTURA AFRO-BRASILEIRA	EDUCAÇÃO AFRO-BRASILEIRA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	ENCONTROS E SEMINÁRIOS REALIZADOS	UNIDADE	10
	Parâmetro: REJEITADO				
1112 - 0	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	FORMAÇÃO/CAPACITAÇÃO DE MULTIPLICADORES NA ÁREA DE EDUCAÇÃO PARA PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA E A PESSOAS PORTADORAS DE ALTAS HABILIDADES	MULTIPLICADORES CAPACITADOS	UNIDADE	90
	Parâmetro: REJEITADO				
1113 - 0	ENERGIA DAS PEQUENAS COMUNIDADES	ELABORAÇÃO DO ATLAS EOLICO	ATLAS EOLICO DO RS EDITADO	UNIDADE	30
	Parâmetro: REJEITADO				
1114 - 0	DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO MINERAL	INCENTIVAR A PRODUÇÃO DE ROCHAS ORNAMENTAIS NA METADE SUL DO RS	CATÁLOGO	UNIDADE	
	Parâmetro: REJEITADO				
1115 - 0	ABASTECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA	FORNECER ENERGIA ELÉTRICA PARA FAMÍLIAS CARENTES E REGULARIZAR LIGAÇÕES CLANDESTINAS	CONSUMIDORES ATENDIDOS	UNIDADE	7.000
	Parâmetro: REJEITADO				
1116 - 0	ABASTECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA	AMPLIAR O FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA AO MUNICÍPIO DE CANOQUE	IMPLANTAR SUBESTAÇÕES E LINHA DE TRANSMISSÃO	MVA IMPLANTADO	62,5
	Parâmetro: REJEITADO				

Estimativa: CORRIGIR - CORRIGIR 015 Red Emendas Anexo - por Autor

Emenda: 22 06 01 / 15:56:29

Página

43 de 68

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS REJEITADAS E PREJUDICADAS

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META
1117-0	ABASTECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA	ATENDER O CRESCIMENTO DA DEMANDA DE ENERGIA ELÉTRICA NO RS	CONSTRUÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA BLANG	MW	3
Parâmetr:	REJEITADO				
1118-0	ABASTECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA	ATENDER O CRESCIMENTO DA DEMANDA DE ENERGIA ELÉTRICA NO RS	AMPLIAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE BUGRES	MW	13
Parâmetr:	REJEITADO				
1119-0	ABASTECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA	EXPANSÃO DA MINA DE CANDOTA PARA ABASTECER DE CARVÃO MINERAL A USINA TERMOELÉTRICA CANDOTA III DA CIA. DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA - COTER, ATUALMENTE EM FASE DE IMPLANTAÇÃO.	GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NA USINA TERMOELÉTRICA DE CANDOTA III, QUE DEVERÁ INICIAR SUAS OPERAÇÕES EM JANEIRO DE 2004.	T	Aumentar a capacidade instalada de 270 MW na Mina de Candota, visando o fornecimento de carvão mineral para a usina Candota III.
Parâmetr:	REJEITADO				
1120-0	CONSERVAÇÃO AMBIENTAL DE RECURSOS MINERÁDAS	RECUPERAÇÃO DAS ANTIGAS ÁREAS DE MINERAÇÃO EM CANDOTAS, PELA COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO.	HA RECUPERAR	HECTARES	56 HA
Parâmetr:	REJEITADO				
1121-0	QUALIDADE DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	PROMOVER O USO RACIONAL E EFICIENTE DE ENERGIA ELÉTRICA NO PRÉDIO DO CENTRO ADMINISTRATIVO DO ESTADO DO RS - CAERGS.	DESENVOLVIMENTO DE DIAGNÓSTICO E ANÁLISE DAS MELHORES FORMAS DE USO DE ENERGIA ELÉTRICA NO PRÉDIO DO CENTRO ADMINISTRATIVO DO ESTADO DO RS - CAERGS.	CONSUMO DE GWH REDUZIDO	2,1
Parâmetr:	REJEITADO				
1122-0	ABASTECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA	FORNECER ENERGIA ELÉTRICA PARA APROXIMADAMENTE 300 PESSOAS NA CIDADE DE CATUPEBES	CONSTRUÇÃO DE UMA PEQUENA CENTRAL HIDRELÉTRICA (PCH) DE 120 KVA	KVA CONSTRUÍDO	120
Parâmetr:	REJEITADO				

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS REJEITADAS E PREJUDICADAS

EMENDA	PROGRAMA	AÇÃO	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META
1123-0	MORAR MELHOR	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS EM PARCERIA COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PÚBLICAS	UNIDADE HABITACIONAL CONSTRUIDA	UNIDADE	5.000
	Parâmetro: REJEITADO				
1124-0	MORAR MELHOR	DESAPROPRIAÇÃO, REASSENTAMENTO DA POPULAÇÃO ANTIGUA E OBRAS COMPLEMENTARES NO SÍTIO AEROPORTUÁRIO DO AEROPORTO SALGADO FILHO EM PORTO ALEGRE - RS	FAMÍLIA REASSENTADA	UNIDADE	3.000
	Parâmetro: REJEITADO				
1125-0	MELHORIA DA QUALIDADE DO SERVIÇO PRESTADO AO CIDADÃO	REAPARELHAMENTO DO LABORATÓRIO DE BIOLOGIA MOLECULAR - DNA NO RIO GRANDE DO SUL	UM LABORATÓRIO COM CONDIÇÕES TÉCNICAS MELHORADAS	UNIDADE	1
	Parâmetro: REJEITADO				
1126-0	MELHORIA DA QUALIDADE DO SERVIÇO PRESTADO AO CIDADÃO	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O CORPO DE BOMBEIROS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS ADQUIRIDOS	% DE EXECUÇÃO	100
	Parâmetro: REJEITADO				
1127-0	MELHORIA DA QUALIDADE DO SERVIÇO PRESTADO AO CIDADÃO	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	VEÍCULOS ADQUIRIDOS	UNIDADE	57
	Parâmetro: REJEITADO				
1128-0	DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	DESENVOLVIMENTO DO SIPIA - SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	IMPLEMENTAÇÃO DO SIPIA EM 20 MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	NÚMERO DE MUNICÍPIOS	20 MUNICÍPIOS
	Parâmetro: REJEITADO				
1129-0	GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	COLETIVOS DE TRABALHO	TRABALHADORES ORGANIZADOS E TREINADOS EM AUTO-EMPREGO	UNIDADE	2000
	Parâmetro: REJEITADO				
1130-0	GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	PROGRAMA NOVO EMPREGO	JOVENS INCLuíDOS NO MERCADO DE TRABALHO NO RIO GRANDE DO SUL	UNIDADE	9000
	Parâmetro: REJEITADO				

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS REJEITADAS E PREJUDICADAS

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PRODUTO	UNID.MEDIDA	META
1131-0	GESTÃO DA POLÍTICA DE TRABALHO E EMPREGO	OBSERVATÓRIO DO TRABALHO NO RIO GRANDE DO SUL	CONSTRUÇÃO E MELHORIA DA BASE DE DADOS E DE NÚCLEO DE CONHECIMENTO SOBRE O TRABALHO NO RIO GRANDE DO SUL	UNIDADE	1
<i>Parecer: REJEITADO</i>					
1132-0	DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	QUALIFICAÇÃO PARA CONSELHEIROS TUTELARES	SEMINÁRIOS REGIONAIS REALIZADOS	UNIDADE	10
<i>Parecer: REJEITADO</i>					
1133-0	VALORIZAÇÃO E SAÚDE DO IDOSO	REDE DE PROTEÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO IDOSO	IDOSOS ATENDIDOS	UNIDADE	40.536
<i>Parecer: REJEITADO</i>					
1134-0	PREVIDÊNCIA SOCIAL BÁSICA	REDE DE PROTEÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL À POPULAÇÃO ADULTA DE RUA E MIGRANTE	MUNICÍPIOS ATENDIDOS	UNIDADE	109 MUNICÍPIO S NA MODALID ADE DE PESSOA ADULTA DE RUA E 49 MUNICÍPIO S DO RS NA MODALID ADE POPULAÇÃO MIGRANTE
<i>Parecer: REJEITADO</i>					
1135-0	GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	QUALIFICAR O ATENDIMENTO NA ÁREA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	PESSOAS ATENDIDAS	UNIDADE	5063
<i>Parecer: REJEITADO</i>					
1136-0	ATENÇÃO À CRIANÇA	NÚCLEO DE APOIO À FAMÍLIA	NÚCLEO DE APOIO À FAMÍLIA IMPLANTADOS	UNIDADE	50
<i>Parecer: REJEITADO</i>					
1137-0	CENTROS DA JUVENTUDE	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE JUVENTUDE OSÓRIO NO RS	CENTRO CONSTRUÍDO	%	100
<i>Parecer: REJEITADO</i>					
1138-0	CENTROS DE JUVENTUDE	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE JUVENTUDE PORTO ALEGRE II NO RS	CENTRO CONSTRUÍDO	%	100
<i>Parecer: REJEITADO</i>					

Elaboração: CONFICD - CONORJ/RS

015 Incl Emendas Anexo - por Autor

Emissão: 22/06/01 15:38:30

Página

46 de 68

3:

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS REJEITADAS E PREJUDICADAS

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META
1139 - 0	CORREDORES DO MERCOSUL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	BR/283 BOM JESUS - SÃO JOSÉ DOS AUSENTES	PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIA	KILOMETROS PAVIMENTADOS	45
Parâmetro: REJEITADO					
1140 - 0	CORREDORES DO MERCOSUL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	BR 377 CRUZ ALTA / SANTA TECLA	CONTINUAÇÃO CONSTRUÇÃO RODOVIA BR 377 TRECHO ENTRE SANTIAGO E CRUZ ALTA, INTERLIGANDO REGIÕES DA FRONTEIRA OESTE COM O CENTRO E O NORTE DO RS	KM	60
Parâmetro: REJEITADO					
1142 - 0	CORREDORES DO MERCOSUL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	BR 473 LITIANO BR 116 A BR 471, COM PONTE SOBRE O CANAL DE SÃO GONÇALO (ESTRADA DE SANTA ISABEL)	CONST. PASSAGEM ALTERNATIVA SOBRE O CANAL DE SÃO GONÇALO NA DIREÇÃO DO PORTO DE RIO GRANDE, BEM COMO REDUÇÃO DA DIST. ACESSO REC. SUL/PORTO MARÍTIMO	KM	34
Parâmetro: REJEITADO					
1143 - 0	CORREDORES DO MERCOSUL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	CONTINUIDADE BR 484 SALTO DO JACUI / AEREO DO TIGRE / SOBRADINHO	PAVIMENTAÇÃO RODOVIÁRIA ESTADUAL	KM	36
Parâmetro: REJEITADO					
1144 - 0	CORREDORES DO MERCOSUL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS - DUPLICAÇÃO DA BR 133 PERÍMETRO URBANO DE ERECHIM	CONSTRUÇÃO DE RODOVIA	KM	10,31
Parâmetro: REJEITADO					
1145 - 0	CORREDORES DO MERCOSUL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	DUPLICAÇÃO DA RODOVIA BR 116 - TRECHO GUAIBA - PELOTAS	CONSTRUÇÃO DE RODOVIA JÁ EXISTENTE	KM	244
Parâmetro: REJEITADO					
1147 - 0	CORREDORES DO MERCOSUL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	HIDROVIAS INTERIORES (PORTO ALEGRE / CANAL SÃO GONÇALO)	DRAGAGEM	METRO CÚBICO	12.500.000
Parâmetro: REJEITADO					
1148 - 0	CORREDORES DO MERCOSUL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	PONTE SOBRE O RIO JACUI ELUGAÇÃO RODOVIÁRIA ENTRE O POLO PETROQUÍMICO E ELDOREDADO	CONSTRUÇÃO DE RODOVIA	KM	16
Parâmetro: REJEITADO					

Estatísticas: CORRFOID - CONCORRUF

015 Rel Emendas Anexo - por Autor

Emenda: 22/06/01 13:58:11

Página

47 de 68

3

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS REJEITADAS E PREJUDICADAS

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META
1150 - 0	CONDEDORES DO MERCOSUL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL Paracar: REJEITADO	PROGRAMA DE REDUÇÃO DE ACIDENTES NAS RODOVIAS	PONTOS CRÍTICOS ELIMINADOS	KM	50
1151 - 0	CORREDORES DO MERCOSUL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL Paracar: REJEITADO	RS/630 SÃO GABRIEL - DOM PEDRITO	PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIA	KM	88
1152 - 0	TURISMO NO SUL Paracar: REJEITADO	RECEPTIVO TURÍSTICO BRASILEIRO NOS PRINCIPAIS PORTÕES DE ENTRADA DO RS	TRAILER	UNIDADE	10
1153 - 0	TURISMO NO SUL Paracar: REJEITADO	CRIAR INFRA-ESTRUTURA DE ATENÇÃO E ATENDIMENTO AO TURISTA NA REGIÃO DAS GUARITAS DE CAÇAPAVA DO SUL	PROJETO IMPLANTADO	UNIDADE	1
1154 - 0	TURISMO NO SUL Paracar: REJEITADO	PESCA ESPORTIVA NO RIO URUGUAI	PROJETO	UNIDADE	1
1155 - 0	TURISMO NO SUL Paracar: REJEITADO	PESCA ESPORTIVA NO RIO GRANDE DO SUL	PROJETO	UNIDADE	1
1156 - 0	TURISMO NO SUL Paracar: REJEITADO	IV SALÃO DO TURISMO DO RS / 1º FESTIVAL DE TURISMO DE GRAMADO	PROJETO	UNIDADE	1
1157 - 0	TURISMO NO SUL Paracar: REJEITADO	II SALÃO GAÚCHO DE TURISMO	PROJETO	UNIDADE	1
1158 - 0	TURISMO NO SUL Paracar: REJEITADO	PROJETO DE PESQUISA TURÍSTICA	PROJETO	UNIDADE	1
1159 - 0	TURISMO NO SUL Paracar: REJEITADO	AMPLIAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA DO PRODETUR - SUL / RIO GRANDE DO SUL	PROJETO	UNIDADE	1
1160 - 0	SANEAMENTO À VIDA Paracar: REJEITADO	CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	ESTÇÃO DE TRATAMENTO	UNIDADE	50
1161 - 0	NOSSO BAIRRO Paracar: REJEITADO	PROJETO DE TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DO LIXO DOMICILIAR NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	MUNICÍPIOS ATENDIDOS	UNIDADE	100

Emenda: 22/06/01 15:38:31

015 Real Emenda Anexo - por Autor

Página 48 de 68

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS REJEITADAS E PREJUDICADAS

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PRODUTO	UNID.MEDIDA	META
1163-0	MOSSO BAIRRO	PROTEÇÃO DE CHEIAS E DRENAGEM URBANA NO RIO GRANDE DO SUL	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE OBRAS PARA CONTROLE DE CHEIAS	SISTEMAS DE OBRAS	30 sistema em Estado do Rio Grande do Sul
	Pensar: REJEITADO				
1164-0	MORAR MELHOR	SANEAMENTO (POÇOS ÁGUA)	POÇOS ARTESIANOS	UNIDADE	720 poços
	Pensar: REJEITADO				
1165-0	CRESTÃO URBANA	SISTEMA ESTADUAL DE SANEAMENTO DO RIO GRANDE DO SUL	SISTEMA ESTADUAL DE SANEAMENTO	UNIDADE	CRIAR O SISTEMA ESTADUAL DE SANEAMENTO DE SANTARÉM DO NITO VISANDO O ESTADO NO SEU TODO
	Pensar: REJEITADO				
1166-0	CORREDORES DO MERCOSUL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	BR/366 TRECHO ENTRE CRUZ ALTA A SANTA MARIA	RECUPERAÇÃO, RECAPAMENTO ASFALTICO E SINALIZAÇÃO A MALHA RODOVIÁRIA	KMS REQUERIDOS	RECUPERAÇÃO DE 100 KMS
	Pensar: REJEITADO				
1167-0	ATENÇÃO A PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	SUBVENÇÃO SOCIAL PARA ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS QUE ATENDEM PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIAS	ENTIDADES DE ATENDIMENTO A PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIAS	UNIDADE	100
	Pensar: REJEITADO				
1168-0	DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA E MODERNIZAÇÃO DE AEROPORTOS	AMPLIAÇÃO, INSTRUMENTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE AEROPORTOS	UNIDADES, INSTRUMENTOS E M2	05
	Pensar: REJEITADO				

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS REJEITADAS E PREJUDICADAS

EMENDA	PROGRAMA	AÇÃO	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META
1169.0	MORAR MELHOR	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM ÁREAS OCUPADAS, NO PERÍMETRO URBANO	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: REGULARIZAR A PROPRIEDADE, ATRAVÉS DA REGULARIZAÇÃO DE ÁREAS	FAMÍLIAS	100.000
Parâmetro: REJEITADO					
1170.0	CASAS ABRIGO	CONSTRUÇÃO DE CASAS ABRIGOS PARA FAMILIARES ACOMPANHANTES DE ENFERMOS DO SISTEMA SUS, NO RIO GRANDE DO SUL	CASAS ABRIGO	UNIDADES	10
Parâmetro: REJEITADO					
1171.0	INCENTIVO À PRODUÇÃO METAL MECÂNICA	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO SETOR METAL MECÂNICO	INCENTIVO À INDÚSTRIA METAL MECÂNICA	UNIDADE	20
Parâmetro: REJEITADO					
AUTOR: OSCAR ANDRADE					
PARTIDO: PFL UF: RO					
91.0	ESPORTE DIREITO DE TODOS	CONSTRUÇÃO DA VILA OLÍMPICA DE PORTO VELHO - RO	MUNICÍPIO ATENDIDO	UNIDADE	1
Parâmetro: REJEITADO					
192.0	CORREDOR OESTE-NORTE	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR OESTE-NORTE		KM	28
Parâmetro: REJEITADO					
193.0	CORREDOR OESTE-NORTE	PONTES NO CORREDOR OESTE-NORTE	BR-319/RO - CONSTRUÇÃO DE PONTE SOBRE O RIO MADEIRA DIV. RO/AM	M	300
Parâmetro: REJEITADO					
AUTOR: OSVALDO COELHO					
PARTIDO: PFL UF: PE					
1046.0	PROÁGUA INFRA-ESTRUTURA	ESTUDOS E PROJETOS DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA - NO CANAL SERTÃO PERNAMBUCANO			
Parâmetro: REJEITADO					
AUTOR: OSVALDO REIS					
PARTIDO: PMDB UF: TO					
97.0	CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS	TRECHO PAVIMENTADO	KM	120
Parâmetro: REJEITADO					
98.0	CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS	TRECHO PAVIMENTADO	KM	120
Parâmetro: REJEITADO					

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS REJEITADAS E PREJUDICADAS

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PROJETO	UNIQ.MEDIDA	META
99 - 0	CORREDOR ARACUAIA-TOCANTINS Parecer: REJEITADO	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARACUAIA-TOCANTINS	TRECHO PAVIMENTADO	KM	40
AUTOR: PADRE ROQUE					
PARTIDO: PT UF: PR					
401 - 0	NOVO MUNDO RURAL: ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS	PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ASSENTAMENTO RURAL	FAMÍLIA ATENDIDA	UNIDADE	100.000
Parecer: REJEITADO					
402 - 0	PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR	CONCESSÃO DE CRÉDITO RURAL AOS PEQUENOS PRODUTORES PARA PRODUÇÃO E MELHORIA NA QUALIDADE DO LEITE	AGRICULTORES BENEFICIADOS	UNIDADE	400.000
Parecer: REJEITADO					
403 - 0	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	MONITORAMENTO DAS AÇÕES DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR	PROJETO ACOMPANHADO	UNIDADE	2.300
Parecer: REJEITADO					
404 - 0	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	REMUNERAÇÃO ÀS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PÚBLICAS PELA OPERACIONALIZAÇÃO DO PRONAF	PROJETO ACOMPANHADO	UNIDADE	2.300
Parecer: REJEITADO					
405 - 0	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	FINANCIAMENTO E EQUALIZAÇÃO DE JUROS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF (LEI Nº 1.477/95)	AGRICULTORES BENEFICIADOS	UNIDADE	1.000.000
Parecer: REJEITADO					
406 - 0	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	PESQUISAS TECNOLÓGICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR	TECNOLOGIA GERADA	UNIDADE	95
Parecer: REJEITADO					
407 - 0	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NAS ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA - PROMERA	ALUNO MATRICULADO	UNIDADE	100.000
Parecer: REJEITADO					
408 - 0	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS MUNICIPAIS	MUNICÍPIO APOIADO	UNIDADE	2.300
Parecer: REJEITADO					
411 - 0	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	CAPACITAÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES	AGRICULTOR CAPACITADO	UNIDADE	200.000
Parecer: REJEITADO					
499 - 0	DEFESA JURÍDICA GRATUITA	PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA, JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL AO CIDADÃO NECESSITADO	PROCESSO ASSISTIDO	UNIDADE	1533
Parecer: REJEITADO					
490 - 0	DEFESA JURÍDICA GRATUITA	SERVIÇOS DE DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL	SERVIÇO MANTIDO	UNIDADE	1000
Parecer: REJEITADO					

Exatidão: CONFIRAR - CONDIÇÃO

015 Incl Exatidão Alocu - por Autor

Exatidão: 22/06/01 15:38:32

Página

51 de 69

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS REJEITADAS E PREJUDICADAS

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META
493 - 0	BRINDAÇÃO DO TRABALHO ESCLAVIZADOR E DEGRADANTE	FISCALIZAÇÃO PARA BRINDAÇÃO DO TRABALHO ESCLAVIZADOR E DEGRADANTE	FISCALIZAÇÃO REALIZADA	UNIDADE	150
Parâmetro: REJEITADO					
AUTOR: PAES DE ANDRADE	PARTIDO: PMDB UF: CE				
971 - 0	CORREDOR NORDESTE	ADQUISIÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR NORDESTE BR-407/PAPE FICOS PETROLINA	TRECHO ADEQUADO	KM	100
Parâmetro: REJEITADO					
AUTOR: PAES LANDIM	PARTIDO: PFL UF: PI				
1000 - 0	LUIZ NO CAMPO	AMPLIAÇÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA RURAL NO ESTADO DO PIAUÍ	REDE AMPLIADA	%	20
Parâmetro: REJEITADO					
AUTOR: PAULO MOURÃO	PARTIDO: PSDB UF: TO				
253 - 0		IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE PALMAS	INSTITUIÇÃO IMPLANTADA	UNIDADE	1
Parâmetro: REJEITADO					
254 - 0		CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM - PROJETO JAVAS NO ESTADO DO TOCANTINS	ÁREA IRRIGADA	HÁ	10.000
Parâmetro: REJEITADO					
255 - 0		IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO EM MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO DE ATÉ 75 MIL HABITANTES NO ESTADO DO TOCANTINS	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	90.000
Parâmetro: REJEITADO					
256 - 0		CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM - PROJETO DE BRIGANÇA 3º RIOSAMPÃO NO ESTADO DO TOCANTINS	ÁREA DE IRRIGAÇÃO IMPLANTADA	HÁ	10.000
Parâmetro: REJEITADO					
257 - 0		IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS DE ESPORTE EM COMUNIDADES CARENTES NO ESTADO DO TOCANTINS	NÚCLEO IMPLANTADO	UNIDADE	20
Parâmetro: REJEITADO					
259 - 0		INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA BÁSICA EM ASSENTAMENTOS RURAIS NO ESTADO DO TOCANTINS	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	20.000
Parâmetro: REJEITADO					
260 - 0	CONTROLE DE FRONTIERAS PARA PROTEÇÃO DA AGROPECUÁRIA	AÇÕES DE VIGILÂNCIA E DEFESA AGROPECUÁRIA NO ESTADO DO TOCANTINS	PROJETO APOIADO	UNIDADE	6
Parâmetro: REJEITADO					

Elaboração: COMPRO - COMPRO

013 Rel Emendas Anexo - por Autor

Exatidão: 22.06.01 15:38:33

Página 52 de 68

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS REJEITADAS E PREJUDICADAS

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META
263 - 0		ASSISTÊNCIA FINANCEIRA A PROJETOS DE AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO DO TOCANTINS	MUNICÍPIO APOIADO	UNIDADE	140
Parâmetro: REJEITADO					
AUTOR: PAULO ROCHA		PARTIDO: PT UF: PA			
1372 - 0	SAÚDE DA FAMÍLIA	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICÍPIOS HABILITADOS À PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAR PARA AÇÕES DE COMBATE ÀS CARENCIAS NUTRICIONAIS	EQUIPE DE SAÚDE DA FAMÍLIA MANTIDA	UNIDADE	34.000
Parâmetro: REJEITADO					
AUTOR: PEDRO CANEDO		PARTIDO: PSDB UF: GO			
1365 - 0	CORREDOR AEROMARÍTIMO-TOCANTINS	ADEQUAÇÃO DA BR-155/GO - ENTRONCAMENTO GO-431 - ENTRONCAMENTO BR-080/GO CONTORNO DE ANAPOLISGO	TRECHO PAVIMENTADO	KM	72
Parâmetro: REJEITADO					
AUTOR: PEDRO CELSO		PARTIDO: PT UF: DF			
603 - 0	POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO	RECOMPOSIÇÃO DO PODER AQUISITIVO DOS VENIMENTOS DO SERVIÇO PÚBLICO	REVISÃO ORÇAL CONCEDIDA	UNIDADE	1
Parâmetro: REJEITADO					
606 - 0	PROFISSIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO	FORMAÇÃO DE SERVIDORES PARA A GESTÃO GOVERNAMENTAL	SERVIDOR FORMADO	UNIDADE	600
Parâmetro: REJEITADO					
607 - 0	POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO	ESTUDOS E PESQUISAS COM VISTAS À FORMULAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO PARA O SERVIÇO PÚBLICO	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	10
Parâmetro: REJEITADO					
608 - 0	POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO	REESTRUTURAÇÃO DA ESTRUTURA REMUNERATÓRIA DE CARGOS E CARREIRAS DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	REESTRUTURAÇÃO DA ESTRUTURA REMUNERATÓRIA DE CARGOS E CARREIRAS DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	SERVIDORES BENEFICIADOS	30000
Parâmetro: REJEITADO					
609 - 0	PROFISSIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO	QUALIFICAÇÃO, TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE SERVIDORES PÚBLICOS	SERVIDOR QUALIFICADO	UNIDADE	6000
Parâmetro: REJEITADO					

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - POR AUTOR - EMENDAS REJEITADAS E PREJUDICADAS

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META
660 - 0	RECOMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO DO SERVIÇO PÚBLICO	RECOMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO DO SERVIÇO PÚBLICO	CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES PRETIVOS E SUBSTITUIÇÃO DE SERVIDORES TERCERIZADOS	SERVIDORES NOMEADOS	60000
AUTOR: PEDRO CHAVES					
PARTIDO: PMDB UF: GO					
828 - 0	PROJECIA INFRA-ESTRUTURA	CANALIZAÇÃO DE CÔRREGOS NO ESTADO DE GOIÁS	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	5000
PARTIDO: REJEITADO					
827 - 0	PROJECIA INFRA-ESTRUTURA	CONTINGÊNCIA DE EROSÕES NO ESTADO DE GOIÁS	MUNICÍPIO ATENDIDO	UNIDADE	40
PARTIDO: REJEITADO					
AUTOR: PEDRO FERNANDES					
PARTIDO: PFL UF: MA					
626 - 0	OBSTÁCIO DA POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL	OPERAÇÕES COMBINADAS E OPERAÇÕES SINGULARES DE CARÁTER SUBSIDIÁRIO	OPERAÇÃO REALIZADA	UNIDADE	15
PARTIDO: REJEITADO					
AUTOR: PEDRO INUIJO					
PARTIDO: PMDB UF: BA					
1153 - 0	MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL	MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA	TRECHO RESTAURADO	KM	70
PARTIDO: REJEITADO					
1154 - 0	IRRIGAÇÃO E DRENAGEM	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA - ESTRUTURA HÍDRICA NO ESTADO DA BAHIA	OBRA EXECUTADA	UNIDADE	10
PARTIDO: REJEITADO					
1156 - 0	MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL	MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA NO ESTADO DA BAHIA	TRECHO RESTAURADO	KM	1.200
PARTIDO: REJEITADO					
1157 - 0	LUZ NO CAMPO	IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ELETRIFICAÇÃO RURAL NO ESTADO DA BAHIA	REDE IMPLANTADA	%	30
PARTIDO: REJEITADO					
AUTOR: RENATO VIANNA					
PARTIDO: PMDB UF: SC					
608 - 0	PROJECIA INFRA-ESTRUTURA	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA	OBRA EXECUTADA	UNIDADE	1
PARTIDO: REJEITADO					
AUTOR: RICARDO BARROS					
PARTIDO: PPB UF: PR					
151 - 0	CORREDOR LESTE	CONSTRUÇÃO DO TRECHO FERROVIÁRIO EM CACHOEIRO DO ITAPEMIRIM - TERMINAL DE UBUES	TRECHO CONSTRUÍDO	% EXECUÇÃO	100
PARTIDO: REJEITADO					
Submissão: COPICOD - CONCURSO 015 Rpt Emendas Anexo - por Autor Finalizar: 27/06/01 15:59:34 Página 3 de 10					

3

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS REJEITADAS E PREJUDICADAS

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PARTIDO: PSDS UF: ES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META
AUTOR: RICARDO FERRAÇO						
138-0	CORREDOR LESTE Parâmet: REJEITADO	CONSTRUÇÃO DE TERMINAL NA PONTA DE URUBES		TERMINAL CONSTRUÍDO	% EXECUÇÃO	60
139-0	CORREDOR LESTE Parâmet: REJEITADO	BR-25MES - CONSTRUÇÃO DO TRECHO DIVISA MOES - COLATIVA		TRECHO PAVIMENTADO	KM	8
140-0	CORREDOR LESTE Parâmet: REJEITADO	OBRAS COMPLEMENTARES NO CAIS DE CAPUABARES		OBRA EXECUTADA	% EXECUÇÃO	100
141-0	CORREDOR LESTE Parâmet: REJEITADO	MELHORAMENTO E AMPLIAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DO PORTO DE BARRA DO RUAÇONES		OBRA EXECUTADA	% EXECUÇÃO	5
143-0	CORREDOR LESTE Parâmet: REJEITADO	ESTUDOS E PROJETOS PARA RACIONALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO PORTUÁRIA		ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	1
144-0	CORREDOR LESTE Parâmet: REJEITADO	EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA NO CAIS DE PAULPES		OBRA EXECUTADA	% EXECUÇÃO	20
145-0	CORREDOR LESTE Parâmet: REJEITADO	EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA NO PORTO DE VITÓRIAS		OBRA EXECUTADA	% EXECUÇÃO	80
147-0	CORREDOR LESTE Parâmet: REJEITADO	AMPLIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DO PORTO DE VITÓRIA		OBRA EXECUTADA	% DE EXECUÇÃO	20
148-0	CORREDOR LESTE Parâmet: REJEITADO	BR-402ES, CONSTRUÇÃO DE CONTOURNO EM CACHOEIRO DO ITAPERIRIMAS		CONTOURNO CONSTRUÍDO	KM	30
149-0	CORREDOR LESTE Parâmet: REJEITADO	BR-402ES, CONSTRUÇÃO DE CONTOURNO EM CACHOEIRO DO ITAPERIRIMAS		CONTOURNO CONSTRUÍDO	KM	30
150-0	CORREDOR LESTE Parâmet: REJEITADO	CONSTRUÇÃO DE TERMINAL PARA CONTÊINERES NO PORTO DE VITÓRIAS		TERMINAL CONSTRUÍDO	% DE EXECUÇÃO	60
152-0	CORREDOR LESTE Parâmet: REJEITADO	BR-360ES - ADEQUAÇÃO DO ACESSO SULA VITÓRIA		TRECHO ADAPTADO	KM	8

31

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LEI 2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS REJEITADAS E PREJUDICADAS

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META
153 - 0	CORREÇÃO LESTE Prejuízo: PREJUDICADO POR CONSULTAR COM OUTRO DISPOSITIVO OU EMENDA JÁ APROVADOS	DEBROCAGEM NO PORTO DE VITÓRIA	DRAGAGEM REALIZADA	1000 M3	17
154 - 0	PROJAZUA INFRA-ESTRUTURA Prejuízo: REJEITADO	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA	SISTEMA IMPLANTADO	UNIDADE	3
155 - 0	ENERGIA NA REDE SUDESTE Prejuízo: REJEITADO	IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA VITÓRIAS DE 500MW	USINA IMPLANTADA	% DE EXECUÇÃO	100
156 - 0	ENERGIA NA REDE SUDESTE Prejuízo: REJEITADO	IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA NO NORTE CAPIXABA DE 150 MW	USINA IMPLANTADA	% DE EXECUÇÃO	100
157 - 0	MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL Prejuízo: REJEITADO	RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS BR - 352RS. RESTAURAÇÃO DO TRECHO VITÓRIA - DIVISA ES-MG	TRECHO RESTAURADO	KM	100
158 - 0	MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL Prejuízo: REJEITADO	RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS BR - 101ES. RESTAURAÇÃO DO TRECHO DIVISÃO-BAVES - DIVISA ES-MG	TRECHO RESTAURADO	KM	100
159 - 0	CORREÇÃO LESTE Prejuízo: REJEITADO	5725 - BR - 101ES - ADEQUAÇÃO DO TRECHO DIVISA RUES - JOÃO NEIVA	TRECHO ADEQUADO	KM	100
160 - 0	ENERGIA NA REDE SUDESTE Prejuízo: REJEITADO	9037 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO VITÓRIA (ES) - OURO PRETO (MG)	LINHA DE TRANSMISSÃO IMPLANTADA 345 KW	KM	370
161 - 0	DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA Prejuízo: REJEITADO	CONTROLE DE PRAGAS NA FRUTICULTURA	ÁREA PREVINIDA	HÁ	445574
162 - 0	DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA Prejuízo: REJEITADO	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DA REDE SUDESTE	AEROPORTO REFORMADO/AMPLIADO	1	3
163 - 0	TRANSPORTE PREJUDICADO URBANO DE PASSAGEIROS Prejuízo: PREJUDICADO POR CONSULTAR COM OUTRO DISPOSITIVO OU EMENDA JÁ APROVADOS	IMPLANTAÇÃO DE METRO DE SUPERFÍCIE NO ESPÍRITO SANTO - TRECHO PLANACARACACAVILA VELHA	TRECHO CONSTRUÍDO	%EXECUÇÃO	17

Estatísticas CONFINCO - CONFINME

015 Rod Brasília Atualiza - por Autor

Atualizado: 23 de 01/2001

Páginas

56 de 68

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS REJEITADAS E PREJUDICADAS

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META
144-0	TRANSPORTE AUTOMÓVEL DE PETRÓLEO, DERIVADOS E GÁS NATURAL	IMPLANTÇÃO DE GASODUTO - CARBONAS (RJ)-BRANCO-BRANCO-TUBARÕES	QUILÔMETRO IMPLANTADO	KM	300
	Parecer: REJEITADO				
214-0	MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL	BR-460 - RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS - RESTAURAÇÃO DO TRECHO CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - DIVISA ESIMO	TRECHO RESTAURADO	KM	100
	Parecer: REJEITADO				
AUTOR: RICARDO SANTOS					
PARTIDO: PSDB UF: ES					
628-0	CORREDOR LESTE	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS ODIOMÁRKIS NO CORREDOR LESTE - NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	TRECHO ADEQUADO	KM	120
	Parecer: REJEITADO				
629-0	CORREDOR LESTE	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE - ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	TRECHO PAVIMENTADO	KM	65
	Parecer: REJEITADO				
630-0	CORREDOR LESTE	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE - NA BR - 342 (ESMAG)	TRECHO CONSTRUÍDO	KM	65
	Parecer: REJEITADO				
631-0	MONUMENTA: PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO	PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO - MONUMENTA	CONJUNTO HISTÓRICO PRESERVADO	UNIDADE	15
	Parecer: REJEITADO				
632-0	PRODUA INFRA-ESTRUTURA	PRODUA-SEMI-ÁRIDO NA REGIÃO DE INFLUÊNCIA DA ADENE - NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	OBRA EXECUTADA	UNIDADE	2
	Parecer: REJEITADO				
633-0	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS MUNICIPAIS	MUNICÍPIO APOIADO	UNIDADE	1800
	Parecer: REJEITADO				
634-0	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	CAPACITAÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES	AGRICULTOR CAPACITADO	UNIDADE	45.150
	Parecer: REJEITADO				
635-0	CORREDOR LESTE	AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO PORTO DE BARBA DO BRANCO - NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	OBRA EXECUTADA	%	30
	Parecer: REJEITADO				
636-0	POSSO BARRO	PROJETOS INTEGRADOS DE SANEAMENTO BÁSICO	PROJETO ELABORADO	UNIDADE	30
	Parecer: REJEITADO				

Emenda: 22/06-01 15:56:33

015 Rod Estadual Amara - por Autor

Emendas ODF/2002 - CONGRESSO

Página 57 de 68

**CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - POR AUTOR - EMENDAS REJEITADAS E PREJUDICADAS**

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META
640-0	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO	DISTRIBUIÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS PARA ALUNOS E PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL	EXEMPLAR DISTRIBUÍDO	MLHAR	8.000
Parâmetro: REJEITADO					
641-0	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO	EXPANSÃO E MELHORIA DA REDE ESCOLAR	ESCOLA ATENDIDA	UNIDADE	680
Parâmetro: REJEITADO					
642-0	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	IMPLANTÇÃO DE CENTROS ESCOLARES DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - PROEP	CENTRO IMPLANTADO	UNIDADE	40
Parâmetro: REJEITADO					
AUTOR: ROMERO JUCA					
PARTIDO: PSDB UF: RR					
5-0	GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	CAPACITAÇÃO GERENCIAL DE EMPREENDEDORES FINANCIADOS	EMPREENDEDOR CAPACITADO	UNIDADE	81642
Parâmetro: REJEITADO					
6-0	GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO EMPREENDEDOR	EMPREENDEDOR ASSISTIDO	UNIDADE	6500
Parâmetro: REJEITADO					
8-0	NOSSO BARRIO	IMPLANTÇÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO (PASS/ BID)	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	36357
Parâmetro: REJEITADO					
9-0	NOSSO BARRIO	MELHORIA DAS CONDIÇÕES HABITACIONAIS, DE INFRA-ESTRUTURA E DE SANEAMENTO BÁSICO (HABITAT/ BID)	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	16433
Parâmetro: REJEITADO					
10-0	SANEAMENTO BÁSICO	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DE SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO PARA CONTROLE DE AGRIAVOS	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	886315
Parâmetro: REJEITADO					
11-0	SANEAMENTO BÁSICO	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA CONTROLE DE AGRIAVOS	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	901.364
Parâmetro: REJEITADO					
12-0	SANEAMENTO BÁSICO	IMPLANTÇÃO DE MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DE AGRIAVOS	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	533301
Parâmetro: REJEITADO					
20-0	CALHA NORTE	IMPLANTÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA BÁSICA NOS MUNICÍPIOS MAIS CARENTES DA REGIÃO DA CALHA NORTE	OBRA EXECUTADA	UNIDADE	30
Parâmetro: REJEITADO					

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS REJEITADAS E PREJUDICADAS

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META
21 - 0	ENFRENTAMENTO À POBREZA Parcear: REJEITADO	AÇÕES DE GERAÇÃO DE RENDA NO ENFRENTAMENTO À POBREZA	FAMÍLIA ATENDIDA	UNIDADE	15000
22 - 0	TURISMO: A INDÚSTRIA DO NOVO MILÊNIO Parcear: REJEITADO	FINANCIAMENTO DA INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA NACIONAL	EMPREENHIMENTO FINANCIADO	UNIDADES	20
23 - 0	TURISMO: A INDÚSTRIA DO NOVO MILÊNIO Parcear: REJEITADO	CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE CONVEÇÕES E FEIRA DE EXPOSIÇÕES	ÁREA CONSTRUÍDA	UNIDADE	10
24 - 0	TURISMO: A INDÚSTRIA DO NOVO MILÊNIO Parcear: REJEITADO	DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA	PROJETO APOIADO	UNIDADE	40
25 - 0	TURISMO VERDE Parcear: REJEITADO	DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA NA REGIÃO AMAZÔNICA	MUNICÍPIO BENEFICIADO	UNIDADE	20
26 - 0	MUNICIPALIZAÇÃO DO TURISMO Parcear: REJEITADO	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE COLETA E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	280000
27 - 0	MUNICIPALIZAÇÃO DO TURISMO Parcear: REJEITADO	FOMENTO À PRODUÇÃO DE ARTESANOS ARTESANAS PARA CONSUMO TURÍSTICO	ARTESÃO APOIADO	UNIDADE	5000
28 - 0	MUNICIPALIZAÇÃO DO TURISMO Parcear: REJEITADO	ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL LOCAL	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	20
31 - 0	CALHA NORTE Parcear: REJEITADO	CONSTRUÇÃO DE ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL NA REGIÃO CALHA NORTE	ESCOLA CONSTRUÍDA	UNIDADE	20
32 - 0	CALHA NORTE Parcear: REJEITADO	DISTRIBUIÇÃO DE EQUIPAMENTO ESCOLAR PARA AS COMUNIDADES ISOLADAS NA REGIÃO DA CALHA NORTE	EQUIPAMENTO DISTRIBUÍDO	UNIDADE	1500
34 - 0	CALHA NORTE Parcear: REJEITADO	CONSTRUÇÃO DE AERÓDROMOS NA REGIÃO DA CALHA NORTE	AERÓDROMO* INSTALADO	UNIDADE	4
35 - 0	ENFRENTAMENTO À POBREZA Parcear: REJEITADO	AÇÕES SOCIAIS E COMUNITÁRIAS NO ENFRENTAMENTO À POBREZA	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	12000
36 - 0	ATENDIMENTO À MULHER Parcear: REJEITADO	CONSTRUÇÃO DE CENTRO INTEGRADO DE ATENDIMENTO À MULHER	CENTRO CONSTRUÍDO	UNIDADE	10

Elaboração: CONTACD - CONORJAF

015 Tel Emendas Anexo - por Autor

Emissão: 22.06.01 15:38:36

Página

59 de 68

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS REJEITADAS E PREJUDICADAS

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PRODUTO	UND.MEDIDA	META
37-0	DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA FAIXA DE FRONTEIRA Parâmetro: REJEITADO	OBRAS CIVIS DE PEQUENO PORTE NOS MUNICÍPIOS DA FAIXA DE FRONTEIRA	MUNICÍPIO ATENDIDO	UNIDADE	30
39-0	INFRA-ESTRUTURA URBANA Parâmetro: REJEITADO	AÇÕES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO	PROJETO APOIADO	UNIDADE	40
40-0	ESPORTE SOLIDÁRIO Parâmetro: REJEITADO	APOIO AO ESPORTE EM COMUNIDADES CARENTES	MUNICÍPIO ATENDIDO	UNIDADE	100
41-0	DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA LEGAL Parâmetro: REJEITADO	PROMOÇÃO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA E SOCIAL NA AMAZONIA OCIDENTAL	PROJETO APOIADO	UNIDADE	20
42-0	CALHAIA NORTE Parâmetro: REJEITADO	DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL E EQUIPAMENTO BÁSICO ÀS COMUNIDADES INDÍGENAS NA REGIÃO DA CALHAIA NORTE	MATERIAL DISTRIBUÍDO	UNIDADE	60
AUTOR: ROMEU QUEIROZ UF: MG					
1531-0	CORREDOR LESTE Parâmetro: REJEITADO	PARTIDO: PSDB BR-424/ACQ. CONSTRUÇÃO DE 24 KM DO TRECHO ENTRE OS MUNICÍPIOS DE PATROCÍNIO E UBERLÂNDIA (VIA MUNICÍPIO DE FELIZES)	TRECHO CONSTRUÍDO	KM	24
AUTOR: ROSE DE FREITAS UF: ES					
1495-0	CORREDOR LESTE Parâmetro: REJEITADO	PARTIDO: PSDB CONSTRUÇÃO DE CONTORNOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE BR-259-ES-CONSTRUÇÃO DE CONTORNO EM COLATINA-ES	TRECHO CONSTRUÍDO	KM	14
1496-0	CORREDOR LESTE Parâmetro: REJEITADO	ADAPTAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE BR-101-FERRENTINO URBANO DE LINHARES-ES-CONTORNO DE VITORIA	TRECHO ADEQUADO	KM	12
1497-0	CORREDOR LESTE Parâmetro: REJEITADO	PORTO BAIRRA DO RINCHO	INSTALAÇÃO PORTUÁRIA AMPLIADA	METROS	1.300
1499-0	CORREDOR LESTE Parâmetro: REJEITADO	ADAPTAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE BR-101-ADAPTAÇÃO DO TRECHO KM 7,41 A KM 7,15	TRECHO ADEQUADO	KM	64
1706-0	CORREDOR LESTE Parâmetro: REJEITADO	CONSTRUÇÃO DE CONTORNOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE BR-259-ES-CONSTRUÇÃO DE CONTORNO EM COLATINA-ES	TRECHO CONSTRUÍDO	KM	110 KM

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - POR AUTOR - EMENDAS REJEITADAS E PREJUDICADAS

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PRODUTO	UNID.MEDIDA	META
1701 - 0	SANEAMENTO BÁSICO	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DE SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO PARA CONTROLE DE AGUAYOS	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO	FAMÍLIA BENEFICIADA	20.000
Parâmetro: REJEITADO					
AUTOR: SANTOS FILHO					
56 - 0	NOSSO BAIRRO	PARTIDO: PFL UF: PR LOTES URBANIZADOS, INFRA-ESTRUTURA E SANEAMENTO BÁSICO NAS REGIÕES METROPOLITANA E CAPITAIS	TRANSFORMAÇÃO DE ÁREAS SUBNORMAIS EM BAIRROS	FAMÍLIAS BENEFICIADAS	25.815
Parâmetro: REJEITADO					
59 - 0	DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	CONSTRUÇÃO DA 3ª PISTA DO AEROPORTO AFONSO PENA	AEROPORTO MODERNIZADO	UNIDADE	1
Parâmetro: REJEITADO					
64 - 0	CORREDOR MERCOSUL	CONSTRUÇÃO DE CONTORNOS RODOVIÁRIOS FEDERAIS NO PARANÁ	TRONCO ADEQUADO	KM	74
Parâmetro: REJEITADO					
435 - 0	CORREDOR MERCOSUL	CONSTRUÇÃO DO TERMINAL INTERMODAL DE SANTA TEREZINHA DO ITAIPU	TERMINAL CONSTRUÍDO	% EXECUÇÃO FÍSICA	100
Parâmetro: REJEITADO					
AUTOR: SARAIVA FELIPE					
871 - 0	IRRIGAÇÃO E DRENAGEM	PARTIDO: PMDB UF: MG PROJETO DE IRRIGAÇÃO DO RIO JEQUITÁ	HECTARES A SEREM IRRIGADOS	HECTARES	8.000
Parâmetro: REJEITADO					
893 - 0	CORREDOR LESTE	ADEQUAÇÃO E CONSTRUÇÃO DO CONTORNO FERROVIÁRIO DE MONTES CLAROS	TRONCO IMPLANTADO	KM	10
Parâmetro: REJEITADO					
AUTOR: SÉRGIO BARROS					
1604 - 0	CORREDOR FRONTEIRA NORTE	PARTIDO: PSDB UF: AC CONSTRUÇÃO DE ANEL VIÁRIO NA BR-369/AC NAS CIDADES DE BUIARI, FEIJÓ E TARAÚCA	TRONCO PAVIMENTADO	QUILÔMETRO (KM)	06
Parâmetro: REJEITADO					
1605 - 0	ENERGIA NO EIXO MADEIRAL/AMAZONAS	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETO PARA CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICA NOS RIOS RQUIRUEMIMARI	UNIDADE HIDRELÉTRICA	UNIDADE	01
Parâmetro: REJEITADO					
1606 - 0	CORREDOR FRONTEIRA NORTE	CONSTRUÇÃO DE PONTE DE CONCRETO NA AC-10 SOBRE O RIO ACRE NA CIDADE PORTO ACRE	PONTE CONSTRUÍDA	METRO (M)	300
Parâmetro: REJEITADO					

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS REJEITADAS E PREJUDICADAS

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PRODUTO	UNID.MEDIDA	META
1607-0	CORREDOR FRONTEIRA NORTE	PAVIMENTAÇÃO DA ESTRADA BUARI AO PROJETO HUMAITÁ-PORTO ACRE	TRECHO PAVIMENTADO	KILÔMETRO (KM)	35
Pensar: REJEITADO					
1609-0	CORREDOR FRONTEIRA NORTE	PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA RODOVIA AC-010.	TRECHO PAVIMENTADO	KILÔMETRO (KM)	32
Pensar: REJEITADO					
1610-0	CORREDOR FRONTEIRA NORTE	CONSTRUÇÃO DE ANEL VIÁRIO NA BR-317/AC NAS CIDADES DE CAPIXABA, SENADOR GUIMARÃES, BRITÂNCOLÂNDIA E BRASÍLIA	TRECHO PAVIMENTADO	KILÔMETRO (KM)	08
Pensar: REJEITADO					
AUTOR: SÉRGIO NOVAIS PARTIDO: PSB UF: CE					
697-0	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	ESTÍMULO AO DESENVOLVIMENTO DA PESCA, DA PISCICULTURA E DA AQUICULTURA	PROJETO ASSISTIDO	UNIDADE	
Pensar: REJEITADO					
698-0	DESENVOLVIMENTO DA PESCA	DIFUSSÃO DE TECNOLOGIAS EM PESCA	PESCADOR ATENDIDO	UNIDADE	300
Pensar: REJEITADO					
699-0	DESENVOLVIMENTO DA PESCA	CAMPANHA PARA PROMOÇÃO DO PESCADOR BRASILEIRO	CAMPANHA REALIZADA	UNIDADE	5
Pensar: REJEITADO					
AUTOR: SILAS BRASILEIRO PARTIDO: PMDB UF: MG					
1021-0	CONTROLE DE FRONTEIRAS PARA PROTEÇÃO DA AGROPECUÁRIA	VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERNACIONAL DE ANIMAIS E SEUS PRODUTOS	PARTEIDA INSPECIONADA	UNIDADE	4900
Pensar: REJEITADO					
1025-1	CONTROLE DE FRONTEIRAS PARA PROTEÇÃO DA AGROPECUÁRIA	VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERNACIONAL DE VEGETAIS E SEUS PRODUTOS	PARTEIDA INSPECIONADA	UNIDADE	317000
Pensar: REJEITADO					
1025-2	CONTROLE DE FRONTEIRAS PARA PROTEÇÃO DA AGROPECUÁRIA	VIGILÂNCIA FITOSSANITÁRIA	PERMISSÃO DE TRÂNSITO EMITIDA	UNIDADE	120000
Pensar: REJEITADO					
1021-3	CONTROLE DE FRONTEIRAS PARA PROTEÇÃO DA AGROPECUÁRIA	VIGILÂNCIA ZOOSANITÁRIA	PERMISSÃO DE TRÂNSITO EMITIDA	UNIDADE	500000
Pensar: REJEITADO					

3

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS REJEITADAS E PREJUDICADAS

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META
1828 - 1	ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA	FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA PARA EMERGENCIAÇÃO DA FEBRE AFTOSA	PROPRIEDADE FISCALIZADA	UNIDADE	424.200
Parâmetro:	REJEITADO				
1827 - 0	DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA	INOVAÇÃO TECNOLÓGICA PARA A FRUTICULTURA IRRIGADA NO SEMI-ÁRIDO NORDESTINO	TECNOLOGIA GERADA	UNIDADE	50
Parâmetro:	REJEITADO				
1827 - 1	DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA	RECURSOS E DESENVOLVIMENTO EM FRUTICULTURA	TECNOLOGIA GERADA	UNIDADE	14
Parâmetro:	REJEITADO				
1827 - 2	DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA	DIFFUSÃO DE TECNOLOGIAS EM FRUTICULTURA	FRUTICULTOR ATENDIDO	UNIDADE	7000
Parâmetro:	REJEITADO				
1827 - 3	DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA	PREVENÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS NA FRUTICULTURA	ÁREA PREVENIDA	HECTARE	1964708
Parâmetro:	REJEITADO				
1827 - 4	DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA	CAMPANHA PARA PROMOÇÃO DAS FRUTAS BRASILEIRAS	CAMPANHA REALIZADA	UNIDADE	22
Parâmetro:	REJEITADO				
1827 - 5	DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA	CAPACITAÇÃO DE FRUTICULTORES	FRUTICULTOR CAPACITADO	UNIDADE	9700
Parâmetro:	REJEITADO				
1827 - 6	DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA	CONTROLE DE RESÍDUOS QUÍMICOS NA FRUTICULTURA	PRODUTO ANALISADO	UNIDADE	34760
Parâmetro:	REJEITADO				
1827 - 7	DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE INTEGRAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO COMERCIAL E TECNOLÓGICA	SISTEMA IMPLANTADO	PERÍODO ANUAL	30
Parâmetro:	REJEITADO				
1828 - 0	DESENVOLVIMENTO DA PESCA	CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA AO PREÇO DO ÓLEO DIESEL CONSUMIDO POR EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS - LEI Nº 9.445/97	EMBARCAÇÃO ATENDIDA	UNIDADE	4500
Parâmetro:	REJEITADO				
1828 - 1	DESENVOLVIMENTO DA PESCA	REGISTRO NACIONAL DA ATIVIDADE PESQUEIRA	REGISTRO REALIZADO	UNIDADE	285.131
Parâmetro:	REJEITADO				
1828 - 2	DESENVOLVIMENTO DA PESCA	CAMPANHA PARA PROMOÇÃO DAS FRUTAS BRASILEIRAS	CAMPANHA REALIZADA	UNIDADE	4
Parâmetro:	REJEITADO				
1828 - 3	DESENVOLVIMENTO DA PESCA	DIFFUSÃO DE TECNOLOGIA EM PESCA	PESCADOR ATENDIDO	UNIDADE	175
Parâmetro:	REJEITADO				

Emendas: CONFEC - CONGRSSE

015 Rel Emendas Anexo - por Autor

Emenda: 22.06.01.15.58.38

Página 63 de 64

3

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LOD/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS REJEITADAS E PREJUDICADAS

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PRODUTO	UNID.MEDIDA	META
1828 - 4	DESENVOLVIMENTO DA PESCIA	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE INTEGRACAO DA INFORMACAO COMERCIAL E TECNOLÓGICA DA PESCIA	SISTEMA IMPLANTADO	PERCENTUAL	30
Parcear: REJEITADO					
1828 - 5	DESENVOLVIMENTO DA PESCIA	IMPLANTACAO DO SISTEMA INFORMATIZADO PARA REGISTRO DA ATIVIDADE PESQUEIRA	SISTEMA IMPLANTADO	PERCENTUAL	30
Parcear: REJEITADO					
1828 - 6	DESENVOLVIMENTO DA PESCIA	ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS DO SETOR PESQUEIRO	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	7
Parcear: REJEITADO					
AUTOR: TÂNIA SOARES					
PARTIDO: PDT UF: SE					
452 - 0	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	ESTÍMULO AO DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA		R\$	50
Parcear: REJEITADO					
453 - 0	DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO NORDESTE	APOIO AO PEQUENO PRODUTOR RURAL - PAPP		R\$	50
Parcear: REJEITADO					
416 - 0	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO		R\$	50
Parcear: REJEITADO					
AUTOR: TÂNIA SOARES					
PARTIDO: UF: SE					
1557 - 0	IRRIGAÇÃO E DRENAGEM	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO - REGIÃO DA CITRICULTURA DO ESTADO DE SERGIPE	ÁREA IRRIGADA	HA	500
Parcear: REJEITADO					
AUTOR: TELMA DE SOUZA					
PARTIDO: PT UF: SP					
1574 - 0	PREVENÇÃO E CONTROLE DA DENGUE	ERRADICAÇÃO DO AEDIS AEGYPTI PARA A PREVENÇÃO E CONTROLE DA DENGUE	MUNICÍPIO ATENDIDO	UNIDADE	3500
Parcear: REJEITADO					
1575 - 0	CESTA DE ALIMENTOS	OPERACIONALIZAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE CESTAS DE ALIMENTOS E FAMÍLIAS	CESTA DISTRIBUIDA	UNIDADE	650000
Parcear: REJEITADO					
1576 - 0	CESTA DE ALIMENTOS	AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA A FAMÍLIAS CARENTES	PRODUTO ADQUIRIDO	TONELADA	50000
Parcear: REJEITADO					
1577 - 0	ATENÇÃO À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	NÚCLEOS DE REABILITAÇÃO PARA A PESSOA PORTADORA	NÚCLEOS APOIADOS	UNIDADE	54
Parcear: REJEITADO					

**CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS REJEITADAS E PREJUDICADAS**

EMENDA	PROGRAMA	AÇÃO	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META
1578 - 0	ATENÇÃO À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS ARQUITETÔNICAS E AMBIENTAIS	BARREIRAS REMOVIDAS	UNIDADE	2200
	Parâmetro: REJEITADO				
1579 - 0	ATENÇÃO À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA ATENÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	12000
	Parâmetro: REJEITADO				
1580 - 0	COMBATE À VIOLENCIA CONTRA A MULHER	INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS EM ABRIGOS PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE RISCO DE VIDA	ABRIGO EQUIPADO	UNIDADE	5
	Parâmetro: REJEITADO				
1581 - 0	COMBATE À VIOLENCIA CONTRA A MULHER	CAPACITAÇÃO DE QUADROS DAS DELEGACIAS DA MULHER E JUIZADOS ESPECIAIS	PROFISSIONAL CAPACITADO	UNIDADE	7200
	Parâmetro: REJEITADO				
1583 - 0	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS ESTRATÉGICOS PARA PLANEJAMENTO FAMILIAR	MULHERES ATENDIDAS	UNIDADE	120000
	Parâmetro: REJEITADO				
1584 - 0	ASSISTÊNCIA A CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR	ASSISTÊNCIA DIPLOMÁTICA E CONSULAR	CIDADÃO ASSISTIDO	UNIDADE	2500
	Parâmetro: REJEITADO				
1585 - 0	HOSPITAIS DE ENSINO	APOIO AO FUNCIONAMENTO DE HOSPITAIS DE ENSINO	HOSPITAL APOIADO	UNIDADE	70
	Parâmetro: REJEITADO				
1586 - 0	HOSPITAIS DE ENSINO	FUNCIONAMENTO DE HOSPITAIS DE ENSINO	LEITO OPERATÓRIO	UNIDADE	5000
	Parâmetro: REJEITADO				
1587 - 0	ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	ERRADICAÇÃO DO TRABALHO DO ADOLESCENTE NAS SUAS PRÓPRIAS FORMAS	ADOLESCENTE ATENDIDO	UNIDADE	40000
	Parâmetro: REJEITADO				
1588 - 0	ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	PROMOÇÃO DE EVENTO PARA SENSIBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE CONTRA O TRABALHO INFANTIL	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	4
	Parâmetro: REJEITADO				
1589 - 0	COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	CAMPANHA EDUCATIVA DE COMBATE À PROSTITUIÇÃO INFANTO JUVENIL	CAMPANHA REALIZADA	UNIDADE	1
	Parâmetro: REJEITADO				
1591 - 0	COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	REDE NACIONAL DE INFORMAÇÕES PARA PREVENÇÃO E COMBATE AO ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	REDE MANTIDA	UNIDADE	1
	Parâmetro: REJEITADO				

Elaboração: COFFC/D - CONOMUSF

015 Rel Emendas Anexo - por Autor

Emissão: 22/06/01 13:56:39

63 de 68

Página

**CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS REJEITADAS E PREJUDICADAS**

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META
1592 - 0	COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	CAMPANHA EDUCATIVA DE COMBATE AO TURISMO SEXUAL	CAMPANHA REALIZADA	UNIDADE	1
	Parâmetro: REJEITADO				
1593 - 0	DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	INSERÇÃO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO CURRÍCULO DE ENSINO FUNDAMENTAL	NORMA PUBLICADA	UNIDADE	1
	Parâmetro: REJEITADO				
1594 - 0	DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	MANUTENÇÃO DE UNIDADES DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	UNIDADE DE DEFESA MANTIDA	UNIDADE	12
	Parâmetro: REJEITADO				
1595 - 0	DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA A ÁREA DE GARANTIA DE DIREITOS PARA CRIANÇA E ADOLESCENTES	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	10000
	Parâmetro: REJEITADO				
1596 - 0	DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	CRIAÇÃO DE DEFENSORIAS PÚBLICAS ESPECIALIZADAS EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES NOS ESTADOS E DF	DEFENSORIA IMPLANTADA	UNIDADE	10
	Parâmetro: REJEITADO				
1599 - 0	DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	IMPLANTAÇÃO DE REDE DE IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DESAPARECIDOS	REDE IMPLANTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	25
	Parâmetro: REJEITADO				
1600 - 0	ATENÇÃO À CRIANÇA	AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA EDUCAÇÃO INFANTIL	MÓDULO DISTRIBUÍDO	MILHAR	1800
	Parâmetro: REJEITADO				
1601 - 0	ATENÇÃO À CRIANÇA	FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL	PROFESSOR CAPACITADO	UNIDADE	18.000
	Parâmetro: REJEITADO				
1602 - 0	ATENÇÃO À CRIANÇA	IMPLEMENTAÇÃO DO REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL	PROFESSOR CAPACITADO	UNIDADE	11.000
	Parâmetro: REJEITADO				
1603 - 0	ATENÇÃO À CRIANÇA	ATENDIMENTO À CRIANÇA EM CRÍESES	CRIANÇA ATENDIDA	UNIDADE	1.000.000
	Parâmetro: REJEITADO				

AUTOR: VIRGÍLIO GUIMARÃES

PARTIDO: PT UF: MG

341 - 0 ÁGUAS DO BRASIL

PROJETO PARA PREVENÇÃO DE ENCHENTES DESASSOREAMENTO DA LAGOA DA PAMPULHA EM BELO HORIZONTE - MG

Parâmetro: REJEITADO

OBRA REALIZADA

UNIDADE

Estimativa CONFID - CONCURSO

015 Rel Encaminh. Anexo - por Autor

Emissão: 22.06.01 13:58:35

Página

66 de 68

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS REJEITADAS E PREJUDICADAS

EMENDA	PROGRAMA	ACAO	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META
876-0	SAÚDE DA FAMÍLIA Pensar: REJEITADO	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICÍPIOS HABILITADOS À PARTE VARIÁVEL DO NBO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB, PARA A SAÚDE DA FAMÍLIA	EQUIPE DE SAÚDE DA FAMÍLIA MANTEIDA	UNIDADE	14.000
1406-0	PROLÂNGUA - CUSTÃO Pensar: REJEITADO	DESPOJUNÇÃO DE BACIAS HIEROGRÁFICAS - SÃO FRANCISCO	PROJETO APROVADO	UNIDADE	0
1818-0	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS Pensar: REJEITADO	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NAS ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA - PROMESA	ALUNO MATRICULADO	UNIDADE	100.000
1819-0	AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF Pensar: REJEITADO	FINANCIAMENTO E QUALIFICAÇÃO DE RIBOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF (LEI Nº 12.729/01)	AGRICULTORES BENEFICIADOS	UNIDADE	1.000.000
AUTOR: WALDEMIR MORA					
PARTIDO: PMDB UF: MS					
1812-0	TERITÓRIO E CULTURA INDÍGENAS Pensar: REJEITADO	DEMARCAÇÃO E AVERTURAÇÃO DE TERREIAS INDÍGENAS	TERREIA INDÍGENA DEMARCADA	HECTARE	943.396
1834-0	LUIZ NO CAMPO Pensar: REJEITADO	IMPLANTACÃO DE SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO RURAL NO MATO GROSSO DO SUL	SISTEMA IMPLANTADO	PERCENTAGEM	330
AUTOR: WERNER WANDERER					
PARTIDO: PPL UF: PR					
331-0	MOSSO BAIRO Pensar: REJEITADO	LOTES URBANIZADOS, INFRA-ESTRUTURA E SANEAMENTO BÁSICO NAS REGIÕES METROPOLITANAS E CARIAS	TRANSFORMAÇÃO DE ÁREAS SUBURBANAS EM BAIRROS	FAMÍLIAS BENEFICIADAS	25.875
333-0	TRANSPORTE FERROVÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS Pensar: REJEITADO	IMPLANTACÃO DO METRÔ DE CURITIBA	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS	KM	13
334-0	CONSEDER MERCOSUL Pensar: REJEITADO	MELHORAMENTOS E AMPLIAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DO PORTO DE PARANAGUÁ	OBRA EXECUTADA	% EXECUÇÃO FÍSICA	100
337-0	CONSEDER MERCOSUL Pensar: REJEITADO	CONSTRUÇÃO DE CONTORNOS RODOVIÁRIOS FEDERAIS NO PARANÁ	TRUJCHO ADEQUADO	KM	24
362-0	DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA Pensar: REJEITADO	CONSTRUÇÃO DA 7ª PISTA DO AEROPORTO AFONSO PENA	AEROPORTO MODERNIZADO	UNIDADE	1

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO2002 - EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS - por AUTOR - EMENDAS REJEITADAS E PREJUDICADAS

EMENDA PROPRIA		ACAO		PRODUTO		UNID.MEDIDA	META
363 - 0	ESCOLA PARA TODOS	INSTRUMENTAL PARA ENSINO E PESQUISA DESTINADO ÀS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR VINCULADAS À UNIVERSIDADE VIRTUAL PÚBLICA DO BR UNIREDE		UNIVERSIDADES EQUIPADAS	UNIDADES		65
Parâmetro:		REJEITADO					

Elaborador: COFF/CD - CONOR/SP

015 Rel Emendas Acreu - por Autor

- Emitidas: 23/06/01 13:36:40

Página

64 de 68



**CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2002

PROJETO DE LEI N.º 4, DE 2001-CN

**DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A
ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2002 E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Parecer Final

***Presidente: Senador CARLOS BEZERRA
Relatora: Deputada LÚCIA VÂNIA***

**TABELA III
DESTAQUES APRESENTADOS AO TEXTO
POR AUTOR**

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - DESTAQUES AO TEXTO - por Autor

Nº DO DESTAQUE	Nº DA EMENDA	PARECER	AIRTON DIPP
Autor do Destaque: AIRTON DIPP			
275	599	REJEITADO	
520	337	REJEITADO	
522	575	REJEITADO	
523	656	REJEITADO	
524	534	REJEITADO	
525	527	REJEITADO	
526	521	REJEITADO	
527	511	REJEITADO	
528	471	REJEITADO	
529	464	REJEITADO	
530	321	REJEITADO	
531	466	REJEITADO	
532	315	REJEITADO	
533	325	REJEITADO	
535	242	REJEITADO	
536	240	REJEITADO	
542	221	REJEITADO	
543	1813	REJEITADO	
544	1822	REJEITADO	
545	527	REJEITADO	
546	534	REJEITADO	
547	236	REJEITADO	
548	471	REJEITADO	
549	561	REJEITADO	
550	1816	REJEITADO	
551	560	REJEITADO	
552	599	REJEITADO	
553	514	REJEITADO	
554	1820	REJEITADO	
561	221	REJEITADO	
565	338	REJEITADO	
567	553	REJEITADO	
568	578	REJEITADO	
569	1821	REJEITADO	
570	1798	REJEITADO	
572	589	REJEITADO	
573	243	REJEITADO	
576	464	REJEITADO	
577	589	REJEITADO	
Autor do Destaque: ANTONIO CARLOS KONDER REIS			
11	1440	REJEITADO	
Autor do Destaque: ARMANDO ABÍLIO			
490	585	REJEITADO	
Autor do Destaque: CARLOS PATROCÍNIO			
374	92	REJEITADO	
375	94	REJEITADO	
376	95	REJEITADO	
377	725	REJEITADO	
378	362	REJEITADO	
384	93	REJEITADO	
Autor do Destaque: EUJÁCIO SIMÕES			
262	660	REJEITADO	
263	772	REJEITADO	
264	773	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO	
265	782	REJEITADO	
266	666	REJEITADO	
267	668	REJEITADO	
268	670	REJEITADO	

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - DESTAQUES AO TEXTO - por Autor

Nº DO DESTAQUE	Nº DA EMENDA	PARECER	ELIACIO SIMÕES
269	673	REJEITADO	
270	674	REJEITADO	
271	675	REJEITADO	
272	678	REJEITADO	
Autor do Destaque: GILMAR MACHADO			
197	700	REJEITADO	
198	198	REJEITADO	
Autor do Destaque: GONZAGA PATRIOTA			
202	96	REJEITADO	
Autor do Destaque: JOÃO COSER			
206	365	REJEITADO	
206	653	REJEITADO	
207	450	REJEITADO	
208	1651	REJEITADO	
209	1371	REJEITADO	
210	665	REJEITADO	
301	1296	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO	
302	1270	REJEITADO	
303	1269	REJEITADO	
323	1281	REJEITADO	
324	1260	REJEITADO	
325	1258	REJEITADO	
326	1256	REJEITADO	
327	1255	REJEITADO	
328	1254	REJEITADO	
329	1252	REJEITADO	
330	1241	REJEITADO	
331	1246	REJEITADO	
332	1247	REJEITADO	
333	1244	REJEITADO	
334	1245	REJEITADO	
335	1250	REJEITADO	
336	1327	REJEITADO	
337	1323	REJEITADO	
338	1328	REJEITADO	
339	1322	REJEITADO	
340	1320	REJEITADO	
341	1319	REJEITADO	
342	1283	REJEITADO	
343	1281	REJEITADO	
344	1289	REJEITADO	
345	1287	REJEITADO	
346	1284	REJEITADO	
347	1276	REJEITADO	
348	1275	REJEITADO	
349	1273	REJEITADO	
350	1272	REJEITADO	
351	1308	REJEITADO	
352	1307	REJEITADO	
353	1305	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO	
354	1304	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO	
355	1288	REJEITADO	
483	603	REJEITADO	
484	1765	REJEITADO	
491	1405	REJEITADO	
492	1406	REJEITADO	
493	1407	REJEITADO	
Autor do Destaque: JOÃO LEÃO			
69	1053	REJEITADO	

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - DESTAQUES AO TEXTO - por Autor

Nº DO DESTAQUE	Nº DA EMENDA	PARECER	JOÃO MAGNO
Autor do Destaque: JOÃO MAGNO			
430	752	REJEITADO	
Autor do Destaque: JORGE BITTAR			
110	439	REJEITADO	
111	437	REJEITADO	
112	769	REJEITADO	
431	875	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO	
432	876	REJEITADO	
433	1461	REJEITADO	
433	1461	REJEITADO	
Autor do Destaque: JOSÉ CARLOS ELIAS			
140	167	REJEITADO	
186	880	REJEITADO	
187	885	REJEITADO	
Autor do Destaque: LAURA CARNEIRO			
118	1523	REJEITADO	
494	1523	REJEITADO	
Autor do Destaque: LÚCIO ALCÂNTARA			
29	1032	REJEITADO	
Autor do Destaque: MOZARILDO CAVALCANTI			
48	15	REJEITADO	
50	43	REJEITADO	
51	16	REJEITADO	
52	17	REJEITADO	
Autor do Destaque: OLAVO CALHEIROS			
363	760	REJEITADO	
364	887	REJEITADO	
365	886	REJEITADO	
366	882	REJEITADO	
367	879	REJEITADO	
368	605	REJEITADO	
369	571	REJEITADO	
370	572	REJEITADO	
Autor do Destaque: PAULO KOBAYASHI			
233	435	REJEITADO	
Autor do Destaque: PEDRO EUGÊNIO			
38	621	REJEITADO	
40	620	REJEITADO	
41	619	REJEITADO	
42	618	REJEITADO	
46	1540	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO	
Autor do Destaque: PEDRO NOVAIS			
25	400	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO	
Autor do Destaque: SEBASTIÃO ROCHA			
192	759	REJEITADO	
193	760	REJEITADO	
194	766	REJEITADO	
195	767	REJEITADO	
Autor do Destaque: SÉRGIO MIRANDA			
440	241	REJEITADO	
442	1461	REJEITADO	
442	1461	REJEITADO	
443	1785	REJEITADO	
444	1778	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO	
445	1780	REJEITADO	
446	1782	REJEITADO	
447	1785	REJEITADO	

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

LDO/2002 - DESTAQUES AO TEXTO - por Autor

Nº DO DESTAQUE	Nº DA EMENDA	PARECER	SÉRGIO MIRANDA
448	1788	REJEITADO	
448	1790	REJEITADO	
450	1794	REJEITADO	
451	1795	REJEITADO	
452	1800	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO	
453	1807	APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO	
454	1812	REJEITADO	
455	1814	REJEITADO	
456	1817	REJEITADO	
457	1816	REJEITADO	
458	1785	REJEITADO	
459	994	REJEITADO	
460	1823	REJEITADO	
461	1822	REJEITADO	
462	1821	REJEITADO	
Autor do Destaque: VIRGÍLIO GUIMARÃES			
119	1220	APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO	
120	1812	REJEITADO	
121	1813	REJEITADO	
122	1814	REJEITADO	
123	1815	REJEITADO	
124	1816	REJEITADO	
125	1817	REJEITADO	
128	1820	REJEITADO	
129	1821	REJEITADO	
130	1822	REJEITADO	
131	1823	REJEITADO	
132	1824	REJEITADO	
173	844	REJEITADO	
174	174	REJEITADO	
175	849	REJEITADO	
176	860	REJEITADO	
177	881	REJEITADO	
178	864	REJEITADO	
179	865	REJEITADO	
180	866	REJEITADO	
181	867	REJEITADO	
182	872	REJEITADO	
183	183	REJEITADO	
184	874	REJEITADO	
185	877	REJEITADO	
463	1820	REJEITADO	



**CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2002

PROJETO DE LEI N.º 4, DE 2001-CN

**DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A
ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2002 E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Parecer Final

Presidente: Senador CARLOS BEZERRA

Relatora: Deputada LÚCIA VÂNIA

**TABELA IV
DESTAQUES APRESENTADOS AO ANEXO DE
PRIORIDADES E METAS
POR AUTOR**

**CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - DESTAQUES APRESENTADOS AO ANEXO - POR AUTOR**

AIRTON DIPP

AUTOR DO DESTAQUE: AIRTON DIPP

Destaque: 537 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 55
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 578 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 521
Parecer do Destaque: REJEITADO

AUTOR DO DESTAQUE: ALBERTO SILVA

Destaque: 33 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 610
Parecer do Destaque: REJEITADO

AUTOR DO DESTAQUE: ALEXANDRE CARDOSO

Destaque: 164 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1477
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 165 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1478
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 166 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 698
Parecer do Destaque: REJEITADO

AUTOR DO DESTAQUE: ANIVALDO VALE

Destaque: 158 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 612
Parecer do Destaque: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Dados da emenda ao Anexo:**Nome do Autor:** GILBERTO MESTRINHO**UF:** NO **Programa:** PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA**Ação:** MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA - SIPAM**Produto:** SISTEMA MANTIDO**Unidade de medida:** UNIDADE**Meta:** 1**Parecer da Emenda:** APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Destaque: 159 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 623
Parecer do Destaque: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Dados da emenda ao Anexo:**Nome do Autor:** PEDRO FERNANDES**UF:** NA **Programa:** REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA**Ação:** AQUISIÇÃO DE AERONAVES**Produto:** AERONAVE MILITAR ADQUIRIDA**Unidade de medida:** UNIDADE**Meta:** 18**Parecer da Emenda:** APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - DESTAQUES APRESENTADOS AO ANEXO - POR AUTOR

ARNALDO VALE

Destaque: 160 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)

Emenda: 625

Parecer do Destaque: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Dados da emenda ao Anexo:

Nome do Autor: PEDRO FERNANDES

UF: NA **Programa:** GESTÃO DA POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL

Ação: IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE COMUNICAÇÕES MILITARES VIA SATÉLITE

Produto: SISTEMA IMPLANTADO

Unidade de medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA **Meta:** 25

Parecer da Emenda: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Destaque: 161 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)

Emenda: 626

Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 162 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)

Emenda: 627

Parecer do Destaque: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Dados da emenda ao Anexo:

Nome do Autor: PEDRO FERNANDES

UF: NA **Programa:** GESTÃO DA POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL

Ação: IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DE OPERAÇÕES DO COMANDO SUPREMO E FORÇAS SINGULARES

Produto: CENTRO IMPLANTADO

Unidade de medida: % DE EXECUÇÃO **Meta:** 10

Parecer da Emenda: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

AUTOR DO DESTAQUE: ANTONIO CARLOS KONDER REIS

Destaque: 1 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)

Emenda: 1444

Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 2 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)

Emenda: 1471

Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 3 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)

Emenda: 1452

Parecer do Destaque: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Dados da emenda ao Anexo:

Nome do Autor: ANTONIO CARLOS KONDER REIS

UF: SC **Programa:** PROÁGUA - GESTÃO

Ação: PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DE CORPOS D'ÁGUA
 RECUPERAÇÃO E MANEJO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS E RIOS (VERTENTE ATLÂNTICA/LITORAL DE SANTA CATARINA)

Produto: IMPLANTAÇÃO DO PLANO

Unidade de medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA **Meta:** 30

Parecer da Emenda: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Destaque: 4 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)

Emenda: 1464

Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 5 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)

Emenda: 1456

Parecer do Destaque: REJEITADO

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - DESTAQUES APRESENTADOS AO ANEXO - POR AUTOR

ANTONIO CARLOS KONDER REIS

Destaque: 6 **Efeito pretendido:** 1 (A) inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1463
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 7 **Efeito pretendido:** 1 (A) inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1426
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 8 **Efeito pretendido:** 1 (A) inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1424
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 9 **Efeito pretendido:** 1 (A) inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1423
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 10 **Efeito pretendido:** 1 (A) inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1453
Parecer do Destaque: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Dados da emenda ao Anexo:**Nome do Autor:** ANTONIO CARLOS KONDER REIS**UF:** SC **Programa:** PROÁGUA INFRA-ESTRUTURA**Ação:** CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE CONTENÇÃO DE ENCHENTES
IMPLANTAÇÃO DO PLANO GLOBAL E INTEGRADO DE DEFESA CONTRA AS ENCHENTES NA BACIA DO RIO ITAJAÍ-AÇU-SC**Produto:** PLANO IMPLANTADO**Unidade de medida:** % DE EXECUÇÃO FÍSICA **Meta:** 25**Parecer da Emenda:** APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Destaque: 12 **Efeito pretendido:** 1 (A) inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1454
Parecer do Destaque: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Dados da emenda ao Anexo:**Nome do Autor:** ANTONIO CARLOS KONDER REIS**UF:** SC **Programa:** CORREDOR MERCOSUL**Ação:** CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL
BR-158/SC - MARAVILHA - CAMPO ERÊ - SC**Produto:** TRECHO ADEQUADO**Unidade de medida:** KM **Meta:** 40**Parecer da Emenda:** APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Destaque: 13 **Efeito pretendido:** 1 (A) inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1465
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 14 **Efeito pretendido:** 1 (A) inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1418
Parecer do Destaque: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Dados da emenda ao Anexo:**Nome do Autor:** ANTONIO CARLOS KONDER REIS**UF:** SC **Programa:** CORREDOR MERCOSUL**Ação:** CONSTRUÇÃO DE PONTES NO CORREDOR MERCOSUL
CONSTRUÇÃO DA PONTE SOBRE O RIO ITAJAÍ-AÇU - ILHOTA - SC**Produto:** OBRA DE ARTE ESPECIAL CONSTRUÍDA**Unidade de medida:** % EXECUÇÃO FÍSICA **Meta:** 100**Parecer da Emenda:** APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - DESTAQUES APRESENTADOS AO ANEXO - POR AUTOR

ANTONIO CARLOS KONDER REIS

Destaque: 15 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1434
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 16 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1470
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 17 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1429
Parecer do Destaque: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Dados da emenda ao Anexo:**Nome do Autor:** ANTONIO CARLOS KONDER REIS**UF:** SC **Programa:** CORREDOR MERCOSUL**Ação:** RECUPERAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DO PORTO DE LAGUNA
NO ESTADO DE SANTA CATARINA**Produto:** OBRA EXECUTADA **Unidade de medida:** % EXECUÇÃO FÍSICA **Meta:** 70**Parecer da Emenda:** APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Destaque: 18 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1435
Parecer do Destaque: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Dados da emenda ao Anexo:**Nome do Autor:** ANTONIO CARLOS KONDER REIS**UF:** SC **Programa:** CORREDOR MERCOSUL**Ação:** AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURA PORTUÁRIA
ITAJAÍ - SANTA CATARINA**Produto:** OBRA EXECUTADA **Unidade de medida:** % EXECUÇÃO FÍSICA **Meta:** 70**Parecer da Emenda:** APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Destaque: 19 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1439
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 20 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1438
Parecer do Destaque: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Dados da emenda ao Anexo:**Nome do Autor:** ANTONIO CARLOS KONDER REIS**UF:** SL **Programa:** DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL**Ação:** IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA MESORREGIÃO FRONT
IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DA MESORREGIÃO DA GRANDE FRONTEIRA DO
MERCOSUL - REGIÃO SUL - SL**Produto:** AÇÃO IMPLEMENTADA **Unidade de medida:** UNIDADE **Meta:** 2**Parecer da Emenda:** APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Destaque: 21 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1433
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 22 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1443
Parecer do Destaque: REJEITADO

AUTOR DO DESTAQUE: ARACELY DE PAULA

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - DESTAQUES APRESENTADOS AO ANEXO - POR AUTOR

ARACELY DE PAULA

Destaque: 36 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)

Emenda: 220

Parecer do Destaque: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Dados da emenda ao Anexo:

Nome do Autor: ARACELY DE PAULA

UF: MG Programa: CORREDOR LESTE

Ação: CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE
BR-146/MG - PATOS DE MINAS - ARAXÁ - DIVISA MG/SP

Produto: TRECHO PAVIMENTADO

Unidade de medida: KM

Meta: 100

Parecer da Emenda: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Destaque: 37 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)

Emenda: 219

Parecer do Destaque: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Dados da emenda ao Anexo:

Nome do Autor: ARACELY DE PAULA

UF: MG Programa: CORREDOR LESTE

Ação: CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE
BR-265/MG - DIVISA RJ/MG - ILICINEIA - DIVISA MG/SP

Produto: TRECHO PAVIMENTADO

Unidade de medida: KM

Meta: 80

Parecer da Emenda: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

AUTOR DO DESTAQUE: ÁTILA LINSDestaque: 23 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)

Emenda: 56

Parecer do Destaque: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Dados da emenda ao Anexo:

Nome do Autor: ÁTILA LINS

UF: AM Programa: CORREDOR OESTE-NORTE

Ação: CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR OESTE-NORTE
BR-319/AM - CONSTRUÇÃO RODOVIAS FEDERAIS, MELHORIAS E PAVIMENTAÇÃO NO ESTADO DE AMAZONAS

Produto: TRECHO PAVIMENTADO

Unidade de medida: KM

Meta: 40

Parecer da Emenda: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Destaque: 24 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)

Emenda: 567

Parecer do Destaque: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Dados da emenda ao Anexo:

Nome do Autor: ÁTILA LINS

UF: AM Programa: CORREDOR OESTE-NORTE

Ação: CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR OESTE-NORTE
BR-317/AM - BOCA DO ACRE - DIVISA AM/AC

Produto: TRECHO PAVIMENTADO

Unidade de medida: KM

Meta: 40

Parecer da Emenda: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

AUTOR DO DESTAQUE: CARLOS PATROCÍNIODestaque: 211 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)

Emenda: 217

Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 373 Efeito pretendida: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)

Emenda: 216

Parecer do Destaque: REJEITADO

**CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - DESTAQUES APRESENTADOS AO ANEXO - POR AUTOR**

CARLOS PATROCÍNIO

Destaque: 379 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 386
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 380 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 388
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 381 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 390
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 382 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 392
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 383 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 393
Parecer do Destaque: REJEITADO

AUTOR DO DESTAQUE: DIVALDO SURUAGY

Destaque: 260 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 196
Parecer do Destaque: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Dados da emenda ao Anexo:**Nome do Autor:** LUIZ DANTAS**UF:** AL **Programa:** PROÁGUA INFRA-ESTRUTURA**Ação:** CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA
CAPTAÇÃO DE ÁGUA NO RIO PRATAGY - AL**Produto:** FAMÍLIA BENEFICIADA**Unidade de medida:** UNIDADE**Meta:** 1368**Parecer da Emenda:** APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Destaque: 261 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 195
Parecer do Destaque: REJEITADO

AUTOR DO DESTAQUE: EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS

Destaque: 371 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 614
Parecer do Destaque: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Dados da emenda ao Anexo:**Nome do Autor:** GILBERTO MESTRINHO**UF:** RO **Programa:** PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA**Ação:** OBRAS CÍVIS DO SISTEMA DE VIGILÂNCIA DA AMAZÔNIA - SIVAM**Produto:** ÁREA CONSTRUÍDA**Unidade de medida:** M²**Meta:** 8000**Parecer da Emenda:** APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - DESTAQUES APRESENTADOS AO ANEXO - POR AUTOR

EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS

Destaque: 372 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)

Emenda: 269

Parecer do Destaque: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Dados da emenda ao Anexo:

Nome do Autor: HUGO NAPOLEÃO

UF: PI Programa: PROÁGUA INFRA-ESTRUTURA

Ação: CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA
CONSTRUÇÃO DE BARRAGEM POÇO DO MARRUÁ - PATOS DO PIAUÍ - PI

Produto: BARRAGEM CONSTRUÍDA

Unidade de medida: UNIDADE

Meta: 1

Parecer da Emenda: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

AUTOR DO DESTAQUE: EURIPEDES MIRANDADestaque: 359 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)

Emenda: 465

Parecer do Destaque: REJEITADO

AUTOR DO DESTAQUE: EXPEDITO JUNIORDestaque: 358 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)

Emenda: 1185

Parecer do Destaque: REJEITADO

AUTOR DO DESTAQUE: FELIX MENDONÇADestaque: 188 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)

Emenda: 1748

Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 189 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)

Emenda: 1749

Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 190 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)

Emenda: 1750

Parecer do Destaque: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Dados da emenda ao Anexo:

Nome do Autor: FELIX MENDONÇA

UF: BA Programa: PROÁGUA INFRA-ESTRUTURA

Ação: CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA
NO ESTADO DA BAHIA

Produto: OBRA EXECUTADA

Unidade de medida: UNIDADE

Meta: 10

Parecer da Emenda: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Destaque: 191 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)

Emenda: 960

Parecer do Destaque: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Dados da emenda ao Anexo:

Nome do Autor: NILO COELHO

UF: BA Programa: IRRIGAÇÃO E DRENAGEM

Ação: ESTUDOS PARA O APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA EM ÁREAS IRRIGÁVEIS
PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO BAIXO DE IRECÊ NO ESTADO DA BAHIA

Produto: ESTUDO REALIZADO

Unidade de medida: UNIDADE

Meta: 2

Parecer da Emenda: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

AUTOR DO DESTAQUE: GILMAR MACHADO

**CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - DESTAQUES APRESENTADOS AO ANEXO - POR AUTOR**

GILMAR MACHADO

Destaque: 196 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)

Emenda: 701

Parecer do Destaque: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Dados da emenda ao Anexo:

Nome do Autor: GILMAR MACHADO

UF: NA **Programa:** DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO

Ação: PROGRAMA ESPECIAL DE TREINAMENTO

Produto: BOLSA CONCEDIDA

Unidade de medida: UNIDADE

Meta: 5000

Parecer da Emenda: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Destaque: 508 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)

Emenda: 1023

Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 509 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)

Emenda: 1017

Parecer do Destaque: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Dados da emenda ao Anexo:

Nome do Autor: JOÃO GRANDÃO

UF: NA **Programa:** PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR

Ação: CONCESSÃO DE CRÉDITO RURAL

Produto: PRODUTOR BENEFICIADO

Unidade de medida: UNIDADE

Meta: 20000

Parecer da Emenda: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Destaque: 510 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)

Emenda: 1011

Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 511 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)

Emenda: 1010

Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 512 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)

Emenda: 1009

Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 513 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)

Emenda: 1014

Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 514 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)

Emenda: 1015

Parecer do Destaque: REJEITADO

AUTOR DO DESTAQUE: GIOVANNI QUEIROZ

Destaque: 53 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)

Emenda: 508

Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 54 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)

Emenda: 507

Parecer do Destaque: REJEITADO

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - DESTAQUES APRESENTADOS AO ANEXO - POR AUTOR

GIOVANNI QUEIROZ

Destaque: 55 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 506
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 56 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 505
Parecer do Destaque: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Dados da emenda ao Anexo:**Nome do Autor:** GIOVANNI QUEIROZ**UF:** PA **Programa:** CORREDOR OESTE-NORTE**Ação:** CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR OESTE-NORTE
BR-230/PA - DIVISA PA/TO - MARABÁ - ALTAMIRA - ITAITUBA**Produto:** TRECHO PAVIMENTADO**Unidade de medida:** KM**Meta:** 75 ¹⁰**Parecer da Emenda:** APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Destaque: 57 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 504
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 58 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 503
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 59 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 500
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 60 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 499
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 61 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 498
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 62 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 497
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 63 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 496
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 64 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 495
Parecer do Destaque: REJEITADO

AUTOR DO DESTAQUE: GONZAGA PATRIOTA

Destaque: 199 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 49
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 200 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 77
Parecer do Destaque: REJEITADO

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - DESTAQUES APRESENTADOS AO ANEXO - POR AUTOR

GONZAGA PATRIOTA

Destaque: 201 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 749
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 229 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 448
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 230 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 449
Parecer do Destaque: REJEITADO

AUTOR DO DESTAQUE: HELENILDO RIBEIRO

Destaque: 203 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 194
Parecer do Destaque: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Dados da emenda ao Anexo:

Nome do Autor: LUIZ DANTAS

UF: AL Programa: PROÁGUA INFRA-ESTRUTURA

Ação: CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA
MACRO E MICRO DRENAGEM NO TABULEIRO DOS MARTINS - MACEIÓ - AL

Produto: OBRA EXECUTADA

Unidade de medida: UNIDADE

Meta: 10

Parecer da Emenda: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Destaque: 204 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 218
Parecer do Destaque: REJEITADO

AUTOR DO DESTAQUE: JOÃO COSER

Destaque: 305 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1313
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 306 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1227
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 307 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1234
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 308 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1236
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 310 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1233
Parecer do Destaque: REJEITADO

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LODO/2002 - DESTAQUES APRESENTADOS AO ANEXO - POR AUTOR

JOÃO COSER

Destaque: 311 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)

Emenda: 1231

Parecer do Destaque: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Dados da emenda ao Anexo:

Nome do Autor: JOÃO COSER

UF: ES Programa: PROÁGUA - GESTÃO

Ação: RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO DE NASCENTES E MANANCIAIS
BACIA DO RIO DOCE

Produto: ÁREA RECUPERADA.

Unidade de medida: HÁ

Meta: 2000

Parecer da Emenda: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Destaque: 312 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)

Emenda: 1230

Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 313 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)

Emenda: 1229

Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 314 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)

Emenda: 1728

Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 315 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)

Emenda: 1312

Parecer do Destaque: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Dados da emenda ao Anexo:

Nome do Autor: JOÃO COSER

UF: ES Programa: CORREDOR LESTE

Ação: CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE
BR-342/ES - ENTRONCAMENTO BR-101 - DIVISA ES/MG

Produto: TRECHO PAVIMENTADO

Unidade de medida: KM

Meta: 50

Parecer da Emenda: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Destaque: 316 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)

Emenda: 1277

Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 317 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)

Emenda: 1240

Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 318 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)

Emenda: 1237

Parecer do Destaque: REJEITADO

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - DESTAQUES APRESENTADOS AO ANEXO - POR AUTOR

JOÃO COSER

Destaque: 319 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1228
Parecer do Destaque: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Dados da emenda ao Anexo:**Nome do Autor:** JOÃO COSER**UF:** ES **Programa:** CORREDOR LESTE**Ação:** AMPLIAÇÃO DO PORTO DE BARRA DO RIACHO
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**Produto:** OBRA EXECUTADA**Unidade de medida:** % DE EXECUÇÃO FÍSICA **Meta:** 100**Parecer da Emenda:** APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Destaque: 320 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1226
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 321 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1239
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 322 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1729
Parecer do Destaque: REJEITADO

AUTOR DO DESTAQUE: JOÃO LEÃO

Destaque: 65 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1041
Parecer do Destaque: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Dados da emenda ao Anexo:**Nome do Autor:** JOÃO LEÃO**UF:** BA **Programa:** IRRIGAÇÃO E DRENAGEM**Ação:** ESTUDOS PARA O APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA EM ÁREAS IRRIGÁVEIS
BREJOS DA BARRA - BA**Produto:** ESTUDO REALIZADO**Unidade de medida:** UNIDADE**Meta:** 2**Parecer da Emenda:** APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Destaque: 66 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1042
Parecer do Destaque: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Dados da emenda ao Anexo:**Nome do Autor:** JOÃO LEÃO**UF:** BA **Programa:** IRRIGAÇÃO E DRENAGEM**Ação:** CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM
BREJOS DA BARRA NO ESTADO DA BAHIA**Produto:** ÁREA CONSTRUÍDA**Unidade de medida:** HÁ**Meta:** 1000**Parecer da Emenda:** APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Destaque: 67 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1047
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 68 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1048
Parecer do Destaque: REJEITADO

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - DESTAQUES APRESENTADOS AO ANEXO - POR AUTOR

JOÃO LEÃO

Destaque: 70 **Efeito pretendido:** 1 (A) inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1686
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 71 **Efeito pretendido:** 1 (A) inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1687
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 72 **Efeito pretendido:** 1 (A) inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1689
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 73 **Efeito pretendido:** 1 (A) inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1690
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 74 **Efeito pretendido:** 1 (A) inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1691
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 75 **Efeito pretendido:** 1 (A) inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1692
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 76 **Efeito pretendido:** 1 (A) inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1693
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 77 **Efeito pretendido:** 1 (A) inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1000
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 78 **Efeito pretendido:** 1 (A) inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 998
Parecer do Destaque: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Dados da emenda ao Anexo:

Nome do Autor: PAES LANDIM

UF: NE **Programa:** CORREDOR NORDESTE

Ação: CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR NORDESTE
 BR-020 SÃO RAIMUNDO NONATO/PI - BARREIRAS (BA)

Produto: TRECHO CONSTRUÍDO

Unidade de medida: KM

Meta: 100

Parecer da Emenda: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Destaque: 79 **Efeito pretendido:** 1 (A) inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 997
Parecer do Destaque: REJEITADO

**CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - DESTAQUES APRESENTADOS AO ANEXO - POR AUTOR**

JOÃO LANDIM

Destaque: 80 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)**Emenda:** 999**Parecer do Destaque:** APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO**Dados da emenda ao Anexo:****Nome do Autor:** PAES LANDIM**UF:** PI **Programa:** PROÁGUA INFRA-ESTRUTURA**Ação:** CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA
ADUTORA DO GARRINCHO - PI**Produto:** OBRA EXECUTADA**Unidade de medida:** UNIDADE**Meta:** 1**Parecer da Emenda:** APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO**AUTOR DO DESTAQUE: JONIVAL LUCAS****Destaque:** 133 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)**Emenda:** 273**Parecer do Destaque:** REJEITADO**Destaque:** 134 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)**Emenda:** 1743**Parecer do Destaque:** REJEITADO**AUTOR DO DESTAQUE: JORGE ALBERTO****Destaque:** 489 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)**Emenda:** 1**Parecer do Destaque:** APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO**Dados da emenda ao Anexo:****Nome do Autor:** IVAN PAIXÃO**UF:** SE **Programa:** PROÁGUA INFRA-ESTRUTURA**Ação:** CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA
CONSTRUÇÃO DE BARRAGEM E ADUTORA NO RIO POXIM - SERGIPE - SE**Produto:** OBRA EXECUTADA**Unidade de medida:** UNIDADE**Meta:** 2**Parecer da Emenda:** APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO**AUTOR DO DESTAQUE: JORGE BITTAR****Destaque:** 102 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)**Emenda:** 447**Parecer do Destaque:** REJEITADO**Destaque:** 103 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)**Emenda:** 446**Parecer do Destaque:** REJEITADO**Destaque:** 104 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)**Emenda:** 445**Parecer do Destaque:** REJEITADO

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - DESTAQUES APRESENTADOS AO ANEXO - POR AUTOR

JORGE BITTAR

Destaque: 105 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)

Emenda: 444

Parecer do Destaque: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Dados da emenda ao Anexo:

Nome do Autor: JORGE BITTAR

UF: NA Programa: HOSPITAIS DE ENSINO

Ação: APOIO AO FUNCIONAMENTO DE HOSPITAIS DE ENSINO

Produto: HOSPITAL DE ENSINO

Unidade de medida: UNIDADE

Meta: 30

Parecer da Emenda: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Destaque: 106 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)

Emenda: 443

Parecer do Destaque: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Dados da emenda ao Anexo:

Nome do Autor: JORGE BITTAR

UF: NA Programa: DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO

Ação: APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR FEDERAIS

Produto: ALUNO MATRICULADO

Unidade de medida: UNIDADE

Meta: 569000

Parecer da Emenda: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Destaque: 107 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)

Emenda: 442

Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 108 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)

Emenda: 441

Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 109 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)

Emenda: 440

Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 485 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)

Emenda: 447

Parecer do Destaque: REJEITADO

AUTOR DO DESTAQUE: JORGE KHOURYDestaque: 135 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)

Emenda: 73

Parecer do Destaque: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Dados da emenda ao Anexo:

Nome do Autor: JOSÉ ROCHA

UF: BA Programa: CORREDOR SÃO FRANCISCO

Ação: CONSTRUÇÃO DE PONTES NO CORREDOR SÃO FRANCISCO
BR-030/BA - CONSTRUÇÃO DE PONTE (MALHADA/CARINHANHA)

Produto: PONTE CONSTRUÍDA

Unidade de medida: UNIDADE

Meta: 1

Parecer da Emenda: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Destaque: 253 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)

Emenda: 939

Parecer do Destaque: REJEITADO

**CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - DESTAQUES APRESENTADOS AO ANEXO - POR AUTOR**

JORGE KHOURY

Destaque: 254 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1746
Parecer do Destaque: REJEITADO

AUTOR DO DESTAQUE: JOSÉ BORBA

Destaque: 167 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 106
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 168 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 934
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 169 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 105
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 486 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 102
Parecer do Destaque: REJEITADO

AUTOR DO DESTAQUE: JOSÉ CARLOS ELIAS

Destaque: 141 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 730
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 142 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 726
Parecer do Destaque: REJEITADO

AUTOR DO DESTAQUE: JOSÉ THOMAZ NONÔ

Destaque: 273 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1055
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 274 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1054
Parecer do Destaque: REJEITADO

AUTOR DO DESTAQUE: JUQUINHA

Destaque: 464 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1349
Parecer do Destaque: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Dados da emenda ao Anexo:**Nome do Autor:** JUQUINHA**UF:** GO **Programa:** PROÁGUA INFRA-ESTRUTURA**Ação:** CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA
REGULARIZAÇÃO DO LEITO DE RIOS NO ESTADO DE GOIÁS**Produto:** RIO REGULARIZADO**Unidade de medida:** UNIDADE**Meta:** 5**Parecer da Emenda:** APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

**CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - DESTAQUES APRESENTADOS AO ANEXO - POR AUTOR**

JUQUINHA

Destaque: 465 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)**Emenda:** 1657**Parecer do Destaque:** APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO**Dados da emenda ao Anexo:****Nome do Autor:** JUQUINHA**UF:** GO **Programa:** PARQUES DO BRASIL**Ação:** GESTÃO, MANEJO E FISCALIZAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
PRESERVAÇÃO DO PARQUE DAS ÁGUAS QUENTES DE CALDAS NOVAS - GO**Produto:** PROJETO IMPLANTADO**Unidade de medida:** UNIDADE**Meta:** 1**Parecer da Emenda:** APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO**Destaque:** 466 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)**Emenda:** 1658**Parecer do Destaque:** REJEITADO**Destaque:** 467 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)**Emenda:** 1175**Parecer do Destaque:** APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO**Dados da emenda ao Anexo:****Nome do Autor:** JUQUINHA**UF:** GO **Programa:** PROÁGUA INFRA-ESTRUTURA**Ação:** CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA
PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS NO ESTADO DE GOIÁS**Produto:** POÇOS ARTESIANOS**Unidade de medida:** UNIDADE**Meta:** 50**Parecer da Emenda:** APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO**Destaque:** 468 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)**Emenda:** 1347**Parecer do Destaque:** REJEITADO**Destaque:** 469 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)**Emenda:** 1350**Parecer do Destaque:** REJEITADO**Destaque:** 470 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)**Emenda:** 1365**Parecer do Destaque:** REJEITADO**Destaque:** 471 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)**Emenda:** 1352**Parecer do Destaque:** APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO**Dados da emenda ao Anexo:****Nome do Autor:** JUQUINHA**UF:** NA **Programa:** MORAR MELHOR**Ação:** IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO EM MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO DE ATÉ 75 MIL HAB**Produto:** FAMÍLIA BENEFICIADA**Unidade de medida:** UNIDADE**Meta:** 50000**Parecer da Emenda:** APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO**Destaque:** 472 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)**Emenda:** 1364**Parecer do Destaque:** REJEITADO**Destaque:** 473 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)**Emenda:** 1363**Parecer do Destaque:** REJEITADO

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - DESTAQUES APRESENTADOS AO ANEXO - POR AUTOR

JULIANA

Destaque: 474 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1362
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 475 Efeito pretendido: 2 (A) Recomposição do projeto de lei (destaque ao projeto de lei)
Emenda: 1356
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 476 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1355
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 477 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1357
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 478 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1353
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 479 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1354
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 480 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1361
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 481 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1360
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 482 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1358
Parecer do Destaque: REJEITADO

AUTOR DO DESTAQUE: LAURA CARNEIRO

Destaque: 487 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 708
Parecer do Destaque: PREJUDICADO NOS TERMOS DO ART. 54, VI, DO REGIMENTO INTERNO DA CMOF

Destaque: 488 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 707
Parecer do Destaque: RETIRADO PELO AUTOR

AUTOR DO DESTAQUE: LÚCIO ALCÂNTARA

Destaque: 28 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1036
Parecer do Destaque: REJEITADO

**CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - DESTAQUES APRESENTADOS AO ANEXO - POR AUTOR**

LÚCIO ALCÂNTARA

Destaque: 30 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)**Emenda:** 1039**Parecer do Destaque:** APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO**Dados da emenda ao Anexo:****Nome do Autor:** LÚCIO ALCÂNTARA**UF:** CE **Programa:** CORREDOR NORDESTE**Ação:** ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR NORDESTE
BR-116/CE - FORTALEZA - PACAJUS**Produto:** TRECHO ADEQUADO**Unidade de medida:** KM**Meta:** 15**Parecer da Emenda:** APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO**Destaque:** 31 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)**Emenda:** 1034**Parecer do Destaque:** REJEITADO**Destaque:** 32 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)**Emenda:** 1035**Parecer do Destaque:** REJEITADO**AUTOR DO DESTAQUE: MÁRCIO REINALDO MOREIRA****Destaque:** 163 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)**Emenda:** 646**Parecer do Destaque:** APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO**Dados da emenda ao Anexo:****Nome do Autor:** ODELMO LEÃO**UF:** MG **Programa:** CORREDOR LESTE**Ação:** CONSTRUÇÃO DE INTERLIGAÇÕES RODOVIÁRIAS NO CORREDOR LESTE
INTERLIGAÇÃO DAS BR-452/050/497/365/455/MG - NA REGIÃO DE UBERLÂNDIA**Produto:** TRECHO PAVIMENTADO**Unidade de medida:** KM**Meta:** 40**Parecer da Emenda:** APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO**AUTOR DO DESTAQUE: MARLUCE PINTO****Destaque:** 136 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)**Emenda:** 312**Parecer do Destaque:** REJEITADO**Destaque:** 137 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)**Emenda:** 311**Parecer do Destaque:** APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO**Dados da emenda ao Anexo:****Nome do Autor:** MARLUCE PINTO**UF:** NO **Programa:** CALHA NORTE**Ação:** IMPLANTAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA BÁSICA NOS MUNICÍPIOS MAIS CARENTES DA REGIÃO DA CALHA NORT**Produto:** OBRA EXECUTADA**Unidade de medida:** UNIDADE**Meta:** 3**Parecer da Emenda:** APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO**AUTOR DO DESTAQUE: MOREIRA MENDES****Destaque:** 276 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)**Emenda:** 706**Parecer do Destaque:** REJEITADO

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - DESTAQUES APRESENTADOS AO ANEXO - POR AUTOR

MOREIRA MENDES

Destaque: 277 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)

Emenda: 705

Parecer do Destaque: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Dados da emenda ao Anexo:

Nome do Autor: MOREIRA MENDES

UF: RO Programa: CORREDOR FRONTEIRA NORTE

Ação: CONSTRUÇÃO DE PONTES NO CORREDOR FRONTEIRA NORTE
BR-364/AC/RO - CONSTRUÇÃO DE PONTE SOBRE O RIO MADEIRA

Produto: OBRA DE ARTE ESPECIAL CONSTRUÍDA

Unidade de medida: UNIDADE

Meta: 1

Parecer da Emenda: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Destaque: 429 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)

Emenda: 704

Parecer do Destaque: REJEITADO

AUTOR DO DESTAQUE: NILO COELHODestaque: 356 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)

Emenda: 982

Parecer do Destaque: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Dados da emenda ao Anexo:

Nome do Autor: NILO COELHO

UF: BA Programa: PROÁGUA INFRA-ESTRUTURA

Ação: CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA
BARRAGEM POÇO DO MAGRO - BA

Produto: OBRA EXECUTADA

Unidade de medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA

Meta: 50

Parecer da Emenda: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Destaque: 357 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)

Emenda: 958

Parecer do Destaque: REJEITADO

AUTOR DO DESTAQUE: OLAVO CALHEIROSDestaque: 362 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)

Emenda: 684

Parecer do Destaque: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Dados da emenda ao Anexo:

Nome do Autor: AUGUSTO FARIAS

UF: AL Programa: CORREDOR NORDESTE

Ação: CONSTRUÇÃO DE CAIS PARA CONTÊINERES NO PORTO DE MACEIÓ

Produto: CONSTRUÇÃO DE CAIS

Unidade de medida: METROS LINEARES

Meta: 420

Parecer da Emenda: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

AUTOR DO DESTAQUE: ORLANDO DESCONSIDestaque: 215 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)

Emenda: 1058

Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 216 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)

Emenda: 1059

Parecer do Destaque: REJEITADO

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - DESTAQUES APRESENTADOS AO ANEXO - POR AUTOR

ORLANDO DESCONSI

Destaque: 217 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1060
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 218 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1061
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 219 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1062
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 220 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1063
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 221 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1064
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 222 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1065
Parecer do Destaque: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Dados da emenda no Anexo:

Nome do Autor: ORLANDO DESCONSI

UF: NA **Programa:** AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF

Ação: FINANCIAMENTO E EQUALIZAÇÃO DE JUROS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF (LEI Nº 8.427/92)

Produto: AGRICULTORES BENEFICIADOS

Unidade de medida: UNIDADE

Meta: 150000

Parecer da Emenda: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Destaque: 223 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1066
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 224 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1067
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 225 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1068
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 226 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1077
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 227 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1078
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 228 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1079
Parecer do Destaque: REJEITADO

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - DESTAQUES APRESENTADOS AO ANEXO - POR AUTOR

ORLANDO DESCONSI

Destaque: 234 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1080
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 235 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1081
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 236 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1082
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 237 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1083
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 238 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1084
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 239 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1085
Parecer do Destaque: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Dados da emenda ao Anexo:

Nome do Autor: ORLANDO DESCONSI

UF: NA **Programa:** ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA

Ação: VACINAÇÃO DE BOVINOS E BUBALINOS

Produto: ANIMAL VACINADO

Unidade de medida: UNIDADE

Meta: 150000

Parecer da Emenda: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Destaque: 240 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1086
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 241 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1087
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 242 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1088
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 243 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1089
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 244 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1090
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 245 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1091
Parecer do Destaque: REJEITADO

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - DESTAQUES APRESENTADOS AO ANEXO - POR AUTOR

ORLANDO DESOONS

Destaque: 246 Efeito pretendido: 1 (A) inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1092
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 247 Efeito pretendido: 1 (A) inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1093
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 248 Efeito pretendido: 1 (A) inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1094
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 249 Efeito pretendido: 1 (A) inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1095
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 250 Efeito pretendido: 1 (A) inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1127
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 251 Efeito pretendido: 1 (A) inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1158
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 252 Efeito pretendido: 1 (A) inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1130
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 278 Efeito pretendido: 1 (A) inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1129
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 279 Efeito pretendido: 1 (A) inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1124
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 280 Efeito pretendido: 1 (A) inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1119
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 281 Efeito pretendido: 1 (A) inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1113
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 282 Efeito pretendido: 1 (A) inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1110
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 283 Efeito pretendido: 1 (A) inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1109
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 284 Efeito pretendido: 1 (A) inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1169
Parecer do Destaque: REJEITADO

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - DESTAQUES APRESENTADOS AO ANEXO - POR AUTOR

ORLANDO DESCONSI

Destaque: 285 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1143
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 286 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1136
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 287 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1137
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 288 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1138
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 289 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1139
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 290 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1140
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 291 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1141
Parecer do Destaque: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Dados da emenda ao Anexo:

Nome do Autor: ORLANDO DESCONSI

UF: RS Programa: CORREDOR MERCOSUL

Ação: CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL
BR-470/RS - LAÇO VERMELHA - ANDRÉ DA ROCHA - NOVA PRATA

Produto: TRECHO PAVIMENTADO

Unidade de medida: KM

Meta: 40

Parecer da Emenda: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Destaque: 292 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1142
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 293 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1144
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 294 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1145
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 295 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1146
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 296 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1147
Parecer do Destaque: REJEITADO

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - DESTAQUES APRESENTADOS AO ANEXO - POR AUTOR

ORLANDO DESCONSI

Destaque: 297 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1148
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 298 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1149
Parecer do Destaque: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Dados da emenda ao Anexo:

Nome do Autor: ORLANDO DESCONSI

UF: RS **Programa:** CORREDOR MERCOSUL

Ação: CONSTRUÇÃO DE PONTES NO CORREDOR MERCOSUL
 PONTE INTERNACIONAL BRASIL - ARGENTINA

Produto: OBRAS DE ARTE ESPECIAL CONSTRUÍDA

Unidade de medida: UNIDADE

Meta: 1

Parecer da Emenda: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Destaque: 299 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1150
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 300 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1151
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 385 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1099
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 386 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1100
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 387 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1101
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 388 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1102
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 389 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1103
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 390 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1104
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 391 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 05
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 392 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1107
Parecer do Destaque: REJEITADO

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - DESTAQUES APRESENTADOS AO ANEXO - POR AUTOR

ORLANDO DESCONSI

Destaque: 393 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1152
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 394 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1153
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 395 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1154
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 396 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1155
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 397 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1156
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 398 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1157
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 399 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1159
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 400 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1160
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 401 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1161
Parecer do Destaque: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Dados da emenda no Anexo:

Nome do Autor: ORLANDO DESCONSI

UF: RS **Programa:** IRRIGAÇÃO E DRENAGEM

Ação: CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM
OBRAS DE USOS MÚLTIPLOS DA ÁGUA NA METADE SUL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Produto: ÁREA IRRIGADA

Unidade de medida: HÁ

Meta: 15000

Parecer da Emenda: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Destaque: 402 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1162
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 403 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1166
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 404 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1163
Parecer do Destaque: REJEITADO

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - DESTAQUES APRESENTADOS AO ANEXO - POR AUTOR

ORLANDO DESCONSI

Destaque: 405 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1164
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 406 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1165
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 407 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1108
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 408 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1111
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 409 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1112
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 411 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1116
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 412 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1117
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 413 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1118
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 414 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1120
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 415 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1125
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 416 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1126
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 417 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1128
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 418 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1131
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 419 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1132
Parecer do Destaque: REJEITADO

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - DESTAQUES APRESENTADOS AO ANEXO - POR AUTOR

ORLANDO DESCONSI

Destaque: 429 Efeito pretendido: 1 (A) inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1133
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 431 Efeito pretendido: 1 (A) inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1134
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 432 Efeito pretendido: 1 (A) inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1135
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 433 Efeito pretendido: 1 (A) inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1171
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 434 Efeito pretendido: 1 (A) inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1098
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 435 Efeito pretendido: 1 (A) inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1170
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 436 Efeito pretendido: 1 (A) inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1096
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 437 Efeito pretendido: 1 (A) inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1097
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 438 Efeito pretendido: 1 (A) inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1167
Parecer do Destaque: REJEITADO

AUTOR DO DESTAQUE: PASTOR VALDECI PAIVA

Destaque: 111 Efeito pretendido: 1 (A) inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 622
Parecer do Destaque: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Dados da emenda ao Anexo:

Nome do Autor: PEDRO FERNANDES

UF: NA Programa: REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA

Ação: MODERNIZAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE AERONAVES

Produto: AERONAVE MODERNIZADA/REVITALIZADA

Unidade de medida: UNIDADE

Meta: 25

Parecer da Emenda: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

AUTOR DO DESTAQUE: PAULO KOBAYASHI

Destaque: 138 Efeito pretendido: 1 (A) inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1504
Parecer do Destaque: REJEITADO

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - DESTAQUES APRESENTADOS AO ANEXO - POR AUTOR

PAULO KOBAYASHI

Destaque: 139 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)

Emenda: 1503

Parecer do Destaque: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Dados da emenda ao Anexo:

Nome do Autor: MANOEL SALVIANO

UF: CE **Programa:** FLORESTAR

Ação: FOMENTO A PROJETOS DE REFLORESTAMENTO
 REFLORESTAMENTO NA REGIÃO DO CARIRI

Produto: ÁREA FLORESTADA

Unidade de medida: % DE EXECUÇÃO

Meta: 100

Parecer da Emenda: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Destaque: 232 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)

Emenda: 624

Parecer do Destaque: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Dados da emenda ao Anexo:

Nome do Autor: PEDRO FERNANDES

UF: NA **Programa:** TECNOLOGIA DE USO AEROSPAIAL

Ação: DESENVOLVIMENTO DO AM-X

Produto: AERONAVE DESENVOLVIDA

Unidade de medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA

Meta: 20

Parecer da Emenda: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

AUTOR DO DESTAQUE: PEDRO CHAVES

Destaque: 26 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)

Emenda: 1391

Parecer do Destaque: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Dados da emenda ao Anexo:

Nome do Autor: MARCELO CASTRO

UF: PI **Programa:** PROÁGUA INFRA-ESTRUTURA

Ação: CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA
 AÇUDE ALGODÃO II NO ESTADO DO PIAUÍ

Produto: BARRAGEM CONSTRUÍDA

Unidade de medida: UNIDADE

Meta: 1

Parecer da Emenda: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Destaque: 143 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)

Emenda: 1222

Parecer do Destaque: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Dados da emenda ao Anexo:

Nome do Autor: MAURO MIRANDA

UF: GO **Programa:** IRRIGAÇÃO E DRENAGEM

Ação: CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM
 PROJETO FLORES DE GOIÁS NO ESTADO DE GOIÁS

Produto: ÁREA IRRIGADA

Unidade de medida: HÁ

Meta: 2000

Parecer da Emenda: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Destaque: 144 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)

Emenda: 1394

Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 145 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)

Emenda: 1397

Parecer do Destaque: REJEITADO

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - DESTAQUES APRESENTADOS AO ANEXO - POR AUTOR

PEDRO CHAVES

Destaque: 146 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1396
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 147 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1395
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 148 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1402
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 149 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1401
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 150 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1400
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 151 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1398
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 152 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1223
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 153 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 608
Parecer do Destaque: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Dados da emenda ao Anexo:

Nome do Autor: GILBERTO MESTRINHO

UF: NO **Programa:** PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

Ação: INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS EM SÍTIOS OPERACIONAIS DO SISTEMA DE VIGILÂNCIA DA AMAZÔNIA - SIV

Produto: SÍTIO IMPLANTADO

Unidade de medida: UNIDADE

Meta: 4

Parecer da Emenda: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

AUTOR DO DESTAQUE: PEDRO EUGÊNIO

Destaque: 38 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1
Parecer do Destaque: REJEITADO

AUTOR DO DESTAQUE: PEDRO NOVAIS

Destaque: 27 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1390
Parecer do Destaque: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Dados da emenda ao Anexo:

Nome do Autor: MARCELO CASTRO

UF: PI **Programa:** PROÁGUA INFRA-ESTRUTURA

Ação: CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA
 CONSTRUÇÃO DE BARRAGEM NO RIO POTI - CASTELO DO PIAUÍ - PI

Produto: BARRAGEM CONSTRUÍDA

Unidade de medida: UNIDADE

Meta: 1

Parecer da Emenda: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - DESTAQUES APRESENTADOS AO ANEXO - POR AUTOR

POMPEO DE MATTOS

AUTOR DO DESTAQUE: POMPEO DE MATTOS

Destaque: 212 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1498
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 213 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1475
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 214 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1476
Parecer do Destaque: REJEITADO

AUTOR DO DESTAQUE: RICARDO SANTOS

Destaque: 255 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 632
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 256 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 635
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 257 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 630
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 258 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 638
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 259 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 629
Parecer do Destaque: REJEITADO

AUTOR DO DESTAQUE: ROMERO JUCÁ

Destaque: 81 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 41
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 82 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 37
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 83 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 40
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 84 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 34
Parecer do Destaque: REJEITADO

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - DESTAQUES APRESENTADOS AO ANEXO - POR AUTOR

ROMERO JUCÁ

Destaque: 85 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 32
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 86 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 31
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 87 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 42
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 88 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 30
Parecer do Destaque: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Dados da emenda ao Anexo:

Nome do Autor: ROMERO JUCÁ

UF: NO Programa: CALHA NORTE

Ação: CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS NA REGIÃO DA CALHA NORTE

Produto: RODOVIA CONSERVADA

Unidade de medida: KM

Meta: 3000

Parecer da Emenda: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Destaque: 89 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 29
Parecer do Destaque: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Dados da emenda ao Anexo:

Nome do Autor: ROMERO JUCÁ

UF: NO Programa: CALHA NORTE

Ação: APOIO ÀS COMUNIDADES CARENTES NA REGIÃO DA CALHA NORTE

Produto: COMUNIDADE CARENTE

Unidade de medida: UNIDADE

Meta: 40

Parecer da Emenda: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Destaque: 90 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 28
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 91 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 27
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 92 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 26
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 93 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 25
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 94 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 24
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 95 Efeito pretendido: 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 23
Parecer do Destaque: REJEITADO

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - DESTAQUES APRESENTADOS AO ANEXO - POR AUTOR

ROMERO JUCA

Destaque: 96 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 22
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 97 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 54
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 98 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 21
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 99 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 20
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 100 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 6
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 101 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 5
Parecer do Destaque: REJEITADO

AUTOR DO DESTAQUE: SANTOS FILHO

Destaque: 114 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 02
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 115 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 62
Parecer do Destaque: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Dados da emenda ao Anexo:

Nome do Autor: SANTOS FILHO

UF: PR **Programa:** CORREDOR MERCOSUL

Ação: MELHORAMENTOS E AMPLIAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DO PORTO DE PARANAGUÁ (PR)

Produto: OBRA EXECUTADA

Unidade de medida: % EXECUÇÃO FÍSICA **Meta:** 100

Parecer da Emenda: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Destaque: 116 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 61
Parecer do Destaque: INADMITIDO NOS TERMOS DO REGIMENTO DA CMPOF

Destaque: 117 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 61
Parecer do Destaque: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Dados da emenda ao Anexo:

Nome do Autor: SANTOS FILHO

UF: PR **Programa:** TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS

Ação: IMPLANTAÇÃO DO METRÔ DE CURITIBA
NO ESTADO DO PARANÁ

Produto: CONSTRUÇÃO DE TRECHOS

Unidade de medida: KM **Meta:** 13

Parecer da Emenda: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

AUTOR DO DESTAQUE: SÉRGIO MIRANDA

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - DESTAQUES APRESENTADOS AO ANEXO - POR AUTOR

SÉRGIO MIRANDA

Destaque: 434 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 453
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 435 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 616
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 436 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 452
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 437 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1510
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 438 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1508
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 439 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1509
Parecer do Destaque: REJEITADO

AUTOR DO DESTAQUE: VIRGÍLIO GUIMARÃES

Destaque: 170 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 312
Parecer do Destaque: APROVADO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Dados da emenda ao Anexo:

Nome do Autor: MARLUCE PINTO

CF: NO Programa: CALHA NORTE

Ação: IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES MILITARES NA REGIÃO DA CALHÃ NORTE

Produto: UNIDADE DE FRONTEIRA IMPLANTADO

Unidade de medida: UNIDADE

Meta: 1

Parecer da Emenda: APROVADO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO

Destaque: 171 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 311
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 172 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 841
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 495 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1727
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 496 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1719
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 497 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1703
Parecer do Destaque: REJEITADO

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2002 - DESTAQUES APRESENTADOS AO ANEXO - POR AUTOR

VIRGÍLIO GUMARÃES

Destaque: 498 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1702
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 499 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1721
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 500 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1704
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 501 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1722
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 502 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1724
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 503 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1723
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 504 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1725
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 505 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1726
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 506 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1727
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 507 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1720
Parecer do Destaque: REJEITADO

AUTOR DO DESTAQUE: ZILA BEZERRA

Destaque: 34 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 1
Parecer do Destaque: REJEITADO

Destaque: 35 **Efeito pretendido:** 1 (A) Inclusão de ação ou alteração de meta física (destaque para aprov. de emenda)
Emenda: 652
Parecer do Destaque: REJEITADO



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
RELATORIA DO PROJETO DE LEI Nº 4/2001-CN - PLDO 2002

**ADENDO AO SUBSTITUTIVO APRESENTADO AO
PLN N.º 4, DE 2001 - CN - PLDO/2002**

Observações:

Os artigos se referem àqueles do substitutivo.

Base: PLDO/2002

Negrito: Incluído pelo substitutivo

~~Tachado:~~ Excluído pelo substitutivo

1. No art. 7º, os incisos IX e XI:

Onde se lê:

"IX - ao pagamento de precatórios judiciais, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos **e de sentenças judiciais transitadas em julgado consideradas de pequeno valor, que constarão da programação de trabalho dos respectivos tribunais;**

.....

XI - ao cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado consideradas de pequeno valor; **e"**

Leia-se:

"IX - ao pagamento de precatórios judiciais, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos;

.....

XI - ao cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado consideradas de pequeno valor, **que constarão da programação de trabalho dos respectivos tribunais; e"**

2. No art. 8º, o § 10, mantida a redação do substitutivo, passa a ser renumerado para 11, conforme segue:

"§ 11. O projeto de lei orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, considerando os acréscimos de receita resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis que implicam aumento da base de cálculo, bem como de alterações na legislação tributária, e demonstrará sua utilização, de forma compatível com os anexos previstos no § 2º do art. 2º e no art. 59."

2. No § 3º do art. 20:

Onde se lê:

"§ 3º A compensação de que trata o art. 18, § 2º, quando da criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, no âmbito dos Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público da União,

**CONGRESSO NACIONAL****COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**
RELATORIA DO PROJETO DE LEI Nº 4/2001-CN – PLDO 2002

poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem de expansão do art. 4º, § 2º, V, da Lei Complementar nº 101, de 2000, desde que observado:

Leia-se:

"§ 3º A compensação de que trata o art. 17, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, quando da criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, no âmbito dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem de expansão do art. 4º, § 2º, V, da mesma Lei Complementar, desde que observado:

3. No art. 21:

Onde se lê:

"Art. 212º. A alocação dos créditos orçamentários será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela execução das ações correspondentes, ficando proibida a consignação de recursos a título de transferência para unidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social.

Parágrafo único. A vedação Desde que observadas as vedações contidas no art. 167, inciso VI, da Constituição, não impede fica facultada a descentralização de créditos orçamentários entre unidades orçamentárias do mesmo órgão orçamentário, para execução de ações de responsabilidade da unidade descentralizadora."

Leia-se:

"Art. 212º. A alocação dos créditos orçamentários será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela execução das ações correspondentes, ficando proibida a consignação de recursos a título de transferência para unidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social.

Parágrafo único. A vedação Desde que observadas as vedações contidas no art. 167, inciso VI, da Constituição, não impede fica facultada a descentralização de créditos orçamentários, para execução de ações de responsabilidade da unidade descentralizadora."

4. No art. 23 :

Onde se lê:

"Art. 23 ...

§ 4º ...

I - nos precatórios não-alimentícios, os créditos individualizados, cujo valor for superior à R\$ 5.181,00 (cinco mil, cento e oitenta e um reais), ou outro que vier a ser definido em lei, serão objeto de parcelamento em até dez parcelas iguais, anuais e sucessivas, estabelecendo-se que o valor de cada parcela não poderá ser inferior ao valor de R\$ 5.181,00 (cinco mil, cento e oitenta e um reais), excetuando o resíduo, se houver;

...

**CONGRESSO NACIONAL****COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**
RELATORIA DO PROJETO DE LEI Nº 4/2001-CN - PLDO 2002

~~III - 1/10 (um décimo) do valor dos precatórios parcela a ser paga em 2002, decorrente do valor dos precatórios~~ parcelados nos exercícios de 2000 e 2001; e

§ 5º Para cumprimento do disposto no inciso III do parágrafo anterior, as entidades da Administração indireta deverão enviar à Secretaria referida no § 1º deste artigo, no prazo estabelecido no § 1º deste artigo, a relação dos precatórios parcelados no exercício de 2000, especificando número do precatório, nome do beneficiário e o valor a ser pago no exercício de 2002.

§ 6º A atualização monetária dos precatórios determinada no § 1º do art. 100 da Constituição ~~observará não poderá superar~~, no exercício de 2002, à variação do **Índice de Preços ao Consumidor – Série Especial (IPCA-E), divulgado pelo IBGE. Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas, devendo ser aplicado à parcela resultante do parcelamento.**

§ 8º **As requisições dos créditos de pequeno valor, de qualquer natureza, com prioridade para os de natureza alimentícia, nos termos do § 3º do art. 100 da Constituição Federal, como previsto no art. 7º, IX, serão feitas pelo juiz da execução diretamente ao Tribunal competente, que, para a efetivação do pagamento, organizará as requisições em ordem cronológica contendo os valores discriminados por beneficiário e natureza alimentícia e não alimentícia.**

Leia-se:

"Art. 23 ...

§ 4º ...

I - nos precatórios não-alimentícios, os créditos individualizados, cujo valor for superior à R\$ 5.181,00 (cinco mil, cento e oitenta e um reais), ~~ou outro que vier a ser definido em lei~~, serão objeto de parcelamento em até dez parcelas iguais, anuais e sucessivas, ~~estabelecendo-se que o valor de cada parcela não poderá ser inferior ao valor de R\$ 5.181,00 (cinco mil, cento e oitenta e um reais) ou outro que vier a ser definido em lei, excetuando o resíduo, se houver;~~

~~III - 1/10 (um décimo) do valor dos precatórios parcela a ser paga em 2002, decorrente do valor~~ parcelados dos precatórios nos exercícios de 2000 e 2001; e

§ 5º Para cumprimento do disposto no inciso III do parágrafo anterior, as entidades da Administração indireta deverão enviar à Secretaria referida no § 1º deste artigo, no prazo estabelecido no § 1º deste artigo, a relação dos precatórios parcelados nos exercícios de 2000 e 2001, especificando número do precatório, nome do beneficiário e o valor a ser pago no exercício de 2002.

§ 6º A atualização monetária dos precatórios, determinada no § 1º do art. 100 da Constituição ~~e das parcelas resultantes da aplicação do art. 78 do ADCT, observará não poderá superar~~, no exercício de 2002, à variação do **Índice de Preços ao Consumidor – Série Especial (IPCA-E), divulgado pelo IBGE. Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas, devendo ser aplicado à parcela resultante do parcelamento.**

§ 8º **As requisições dos créditos de pequeno valor, de qualquer natureza, nos termos do § 3º do art. 100 da Constituição Federal, como**

**CONGRESSO NACIONAL****COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**
RELATORIA DO PROJETO DE LEI Nº 4/2001-CN – PLDO 2002

previsto no art. 7º, IX, serão feitas pelo juiz da execução diretamente ao Tribunal competente, que, para a efetivação do pagamento, organizará as requisições em ordem cronológica contendo os valores discriminados por beneficiário e natureza alimentícia e não alimentícia.”

5. No § 1º do art. 55:

Onde se lê:

“Art. 55 ...

§ 1º Os recursos necessários ao atendimento do reajuste geral de pessoal, previsto no inciso X do art. 37 da Constituição Federal, constarão do projeto da lei orçamentária de 2002, em categoria de programação específica.”

Leia-se:

“Art. 55 ...

§ 1º Os recursos para a revisão geral de pessoal prevista no inciso X do art. 37 da Constituição e a excepcionalidade para as despesas com pessoal e encargos sociais face à realização das eleições gerais no exercício de 2002 poderão constar da lei orçamentária em categoria de programação específica.”

6. No art. 65:

Onde se lê:

“Art. 65. Até trinta dias após a publicação da lei orçamentária anual, as unidades orçamentárias, inclusive as do Poder Judiciário, discriminarão no SIAFI, bem como disponibilizarão na Internet a relação dos precatórios incluídos em suas respectivas dotações orçamentárias, especificando a ordem cronológica dos pagamentos e os respectivos valores a serem pagos, sem os acréscimos de que tratam os §§ 4º, inciso IV, e 5º do art. 22 desta Lei.”

Leia-se:

“Art. 65. Até trinta dias após a publicação da lei orçamentária anual, as unidades orçamentárias, inclusive as do Poder Judiciário, discriminarão no SIAFI, bem como disponibilizarão na Internet a relação dos precatórios incluídos em suas respectivas dotações orçamentárias, especificando a ordem cronológica dos pagamentos e os respectivos valores a serem pagos, sem os acréscimos de que tratam os §§ 4º, inciso IV, e 5º do art. 22 desta Lei.”

7. No § 2º do art. 63:

Onde se lê:

“§ 2º O Poder Executivo, quando solicitado por deliberação do Plenário de órgão colegiado do Poder Legislativo, oferecer, no prazo máximo

**CONGRESSO NACIONAL****COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**
RELATORIA DO PROJETO DE LEI Nº 4/2001-CN – PLDO 2002

de noventa dias. a estimativa de renúncia de receita ou subsídios técnicos realizá-la."

Leia-se:

"§ 2º O Poder Executivo, quando solicitado por deliberação do Plenário de órgão colegiado do Poder Legislativo, oferecer, no prazo máximo de noventa dias. a estimativa de renúncia de receita ou subsídios técnicos para realizá-la."

8. No art. 67:

Onde se lê:

"Art. 67. Caso seja necessária a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir a meta de resultado primário prevista no art. 181 desta Lei, conforme determinado pelo art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, será fixado, separadamente, percentual de limitação para o conjunto de "projetos", e "atividades" e "operações especiais", calculado de forma proporcional à participação dos Poderes e do Ministério Público da União no total das dotações iniciais constantes da lei orçamentária de 2002, em cada um dos citados conjuntos :

I - excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução, conforme relação prevista no art. 2º, § 2º, desta lei;

II - até o limite dos montantes constantes da proposta orçamentária, no caso de a receita não financeira reestimada na lei orçamentária vir a ser superior ao previsto naquela proposta, as demais despesas com ações vinculadas às funções saúde, educação e assistência social;

III - das "atividades" dos Poderes Legislativo e Judiciário e Ministério Público, respeitadas as dotações constantes da lei orçamentária, desde que a nova estimativa de receita prevista no inciso I do § 3º deste artigo seja superior àquela estimada na proposta orçamentária.

...

§ 3º O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, no mesmo prazo previsto no § 1º deste artigo em até quinze dias após decorrido o prazo estabelecido no caput do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, relatório que será apreciado pela Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, contendo:

I - a memória de cálculo das novas estimativas de receitas e despesas, e demonstrando a necessidade da limitação de empenho e movimentação financeira nos percentuais e montantes estabelecidos;

II - a revisão das projeções das variáveis de que trata o anexo desta Lei referido ao art. 4º, § 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 2000;

III - a justificação das alterações de despesas obrigatórias;

IV - os cálculos da frustração das receitas não financeiras, que terão por base demonstrativos atualizados de que trata o item VII, "h" e "i", do anexo de informações complementares, e demonstrativos equivalentes,

**CONGRESSO NACIONAL****COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**
RELATÓRIA DO PROJETO DE LEI Nº 4/2001-CN – PLDO 2002

no caso das demais receitas, justificando os desvios em relação à sazonalidade originalmente prevista;

V - a estimativa atualizada do superávit primário das empresas estatais, acompanhada da memória dos cálculos para as empresas que responderem pela variação.

§ 4º O não pronunciamento conclusivo da Comissão Mista, decorridos quinze dias do prazo previsto no § 3º deste artigo, implicará a admissão do relatório enviado pelo Poder Executivo.”

Leia-se:

“Art. 6764. Caso seja necessária a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir a meta de resultado primário prevista no art. 1817 desta Lei, conforme determinado pelo art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, será fixado, separadamente, percentual de limitação para o conjunto de “projetos”, e “atividades” e “operações especiais”, calculado de forma proporcional à participação dos Poderes e do Ministério Público da União no total das dotações iniciais constantes da lei orçamentária de 2002, em cada um dos citados conjuntos, excluídas:

I - as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução, conforme anexo previsto no art. 2º, § 2º, desta lei;

II – as dotações constantes da proposta orçamentária, desde que a nova estimativa de receita, demonstrada no relatório de que trata o § 3º deste artigo, seja igual ou superior àquela estimada na proposta orçamentária, destinadas às:

a) despesas com ações vinculadas às funções saúde, educação e assistência social, não incluídas no inciso I; e

b) “atividades” dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União.

....

§ 2º Os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público da União, com base na ~~informação~~ ~~comunicação~~ de que trata o § 1º, publicarão ato, até o final do mês subsequente ao encerramento do respectivo bimestre, estabelecendo os montantes disponíveis para empenho e movimentação financeira em cada um dos conjuntos de despesas mencionados no *caput* deste artigo.

§ 3º O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, ~~no mesmo prazo previsto no § 1º deste artigo em até quinze dias após decorrido o prazo estabelecido no caput do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000~~, relatório que será apreciado pela Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, contendo:

I - a memória de cálculo das novas estimativas de receitas e despesas, e demonstrando a necessidade da limitação de empenho e movimentação financeira nos percentuais e montantes estabelecidos;

II - a revisão das projeções das variáveis de que trata o anexo de Metas Fiscais desta Lei;

III - a justificação das alterações de despesas obrigatórias e as providências quanto à alteração da respectiva dotação orçamentária;

IV - os cálculos da frustração das receitas não financeiras, que terão por base demonstrativos atualizados de que trata o item VII, “h” e “i”,

**CONGRESSO NACIONAL****COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**
RELATORIA DO PROJETO DE LEI Nº 4/2001-CN – PLDO 2002

do anexo de informações complementares, e demonstrativos equivalentes, no caso das demais receitas, justificando os desvios em relação à sazonalidade originalmente prevista;

V - a estimativa atualizada do superávit primário das empresas estatais, acompanhada da memória dos cálculos para as empresas que responderem pela variação.

§ 4º O não pronunciamento da Comissão Mista, decorridos quinze dias do prazo previsto no § 3º deste artigo, implicará a admissão do relatório enviado pelo Poder Executivo."

9. No § 1º do art. 72:

Onde se lê:

"§ 1º O ato referido no *caput* e os que o modificarem conterão:

Leia-se:

"§ 1º No caso do Poder Executivo, ato referido no *caput* e os que o modificarem conterão:

10. Acrescente-se no art. 73 o seguinte parágrafo único:

"Art. 73. ...

Parágrafo único. Fica facultada à Justiça Federal a elaboração e a publicação do relatório de que trata o *caput* deste artigo em nível de órgão orçamentário, nos termos do parágrafo único do art. 4º desta Lei."

11. No parágrafo único do art. 85:

Onde se lê:

"Parágrafo Único. Para o cumprimento do disposto no *caput*, o Tribunal de Contas da União disponibilizará para a Secretaria de Orçamento Federal, até 1º de agosto, a relação das obras, de acordo com a lei orçamentária para 2001, e seus contratos fiscalizados."

Leia-se:

"Parágrafo Único. Para o cumprimento do disposto no *caput*, o Tribunal de Contas da União disponibilizará para os órgãos setoriais de planejamento e orçamento, até 1º de agosto, a relação das obras, de acordo com a lei orçamentária para 2001, e seus contratos fiscalizados."

12. No inciso III art. 86:

Onde se lê:

"III - do Supremo Tribunal Federal e de cada um dos tribunais superiores, no âmbito do Poder Judiciário;"

**CONGRESSO NACIONAL****COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**
RELATORIA DO PROJETO DE LEI Nº 4/2001-CN – PLDO 2002Leia-se:**"III - do Supremo Tribunal Federal, de cada um dos tribunais superiores e do Conselho da Justiça Federal, no âmbito do Poder Judiciário;"**

13. No ANEXO - RELAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2002:

Onde se lê:**"I - categorias de programação constantes da proposta orçamentária consideradas como despesa financeira para fins de cálculo do resultado primário; "**Leia-se:**"I – critérios utilizados para a discriminação na programação de trabalho do código identificador de resultado primário previsto no art. 14 desta lei;"**

14. No ANEXO - RELAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2002:

Onde se lê:**"XXX - evolução dos resultados primários das empresas estatais federais nos dois últimos anos, destacando as dez principais empresas das demais, a execução provável para 2001 e a estimada para 2002, separando-se, nas despesas, as correspondentes a investimentos."**Leia-se:**"XXX - evolução dos resultados primários das empresas estatais federais nos dois últimos anos, destacando as principais empresas das demais, a execução provável para 2001 e a estimada para 2002, separando-se, nas despesas, as correspondentes a investimentos."**

15. Republica-se, em anexo, o Demonstrativo de Benefícios Tributários e Beneficiários (Art. 4, § 2º, Inciso V, da Lei Complementar nº 101, de 2000), para correção de erro material, conforme mensagem nº 323/2001-CN (546 na origem) do Poder Executivo.

16. O Anexo previsto no § 2º do art. 2º passa a ter a seguinte redação:

ANEXO PREVISTO NO ART. 2º, § 2º**I - DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO**

- 1. Alimentação Escolar (Medida Provisória nº 1.784, de 14/12/1998);**

**CONGRESSO NACIONAL****COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**
RELATORIA DO PROJETO DE LEI Nº 4/2001-CN – PLDO 2002

- 2. Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar em Regime de Gestão Plena do Sistema Único de Saúde – SUS (Lei nº 8.142, de 28/12/1990);**
- 3. Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar Prestado pela Rede Cadastrada no Sistema Único de Saúde – SUS (Lei nº 8.142, de 28/12/1990);**
- 4. Atendimento Assistencial Básico com o Piso de Atenção Básica - PAB, Referente à Parte Fixa nos Municípios em Gestão Plena da Atenção Básica – SUS (Lei nº 8.142, de 28/12/1990);**
- 5. Concessão de Subvenção Econômica aos Produtores de Borracha Natural (Lei nº 9.479, de 12/8/1997);**
- 6. Concessão de Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel Consumido por Embarcações Pesqueiras Nacionais (Lei nº 9.445, de 15/3/1997);**
- 7. Contribuição à Previdência Privada;**
- 8. Dinheiro Direto na Escola – FUNDESCOLA – (Medida Provisória nº 1.784, de 14/12/1998);**
- 9. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF Complementação (Art. 212 da Constituição Federal);**
- 10. Garantia de Padrão Mínimo de Qualidade - Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Emenda Constitucional nº 14, de 1996);**
- 11. Incentivo Financeiro a Municípios Habilitados à Parte Variável do Piso de Atenção Básica - PAB, para a Saúde da Família – SUS (Lei nº 8.142, de 28/12/1990);**
- 12. Incentivo Financeiro a Municípios Habilitados à Parte Variável do Piso de Atenção Básica - PAB para Assistência Farmacêutica Básica - Farmácia Básica – SUS (Lei nº 8.142, de 28/12/1990);**
- 13. Incentivo Financeiro a Municípios Habilitados à Parte Variável do Piso de Atenção Básica - PAB para as Ações de Vigilância Sanitária – SUS (Lei nº 8.142, de 28/12/1990);**
- 14. Incentivo Financeiro a Municípios Habilitados à Parte Variável do Piso de Atenção Básica - PAB, para Ações de Prevenção e**



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
RELATORIA DO PROJETO DE LEI Nº 4/2001-CN - PLDO 2002

Controle das Doenças Transmissíveis – SUS (Lei nº 8.142, de 28/12/1990);

- 15. Incentivo Financeiro a Municípios Habilitados à Parte Variável do Piso de Atenção Básica - PAB para Ações de Combate às Carências Nutricionais – SUS (Lei nº 8.142, de 28/12/1990);**
- 16. Indenizações e Restituições relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO, incidentes a partir da Vigência da Lei nº. 8.171/91;**
- 17. Pagamento de Benefício de Prestação Continuada à Pessoa Idosa;**
- 18. Pagamento de Benefício de Prestação Continuada à Pessoa Portadora de Deficiência;**
- 19. Pagamento do Benefício Abono Salarial;**
- 20. Pagamento do Seguro-Desemprego;**
- 21. Produção, Aquisição e Distribuição de Medicamentos para Tratamento dos Portadores da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - AIDS e das Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST (Lei nº 9.313, de 13/11/1996);**
- 22. Pessoal e Encargos Sociais.**

II - DESPESAS QUE CONSTITUEM OBRIGAÇÃO CONSTITUCIONAL DA UNIÃO

- 1. Sentenças judiciais transitadas em julgado;**
- 2. Transferências constitucionais por repartição de receita;**
- 3. Cota-Parte dos Estados e DF Exportadores na Arrecadação do IPI (Lei Complementar nº 61/89).**

III – DEMAIS DESPESAS QUE CONSTITUEM OBRIGAÇÃO LEGAL DA UNIÃO


- 1. Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios para Compensação da Isenção do ICMS aos Estados Exportadores (Lei Complementar nº 87/96);**
- 2. Transferências da receita de concursos de prognósticos (Lei nº 9615/98 – Lei Pelé);**



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
RELATORIA DO PROJETO DE LEI Nº 4/2001-CN – PLDO 2002

3. Transferências a Estados e Distrito Federal da Cota-Parte do Salário Educação.

Sala da Comissão, em 12 de junho de 2001.


Deputada Lucía Vânia
Relatora do PL nº 04/01

**CONGRESSO NACIONAL**

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
RELATORIA DO PROJETO DE LEI Nº 4/2001-CN – PLDO 2002

**DEMONSTRATIVO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS E BENEFICIÁRIOS (ART. 4,
§ 2º, INCISO V, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 2000)**

R\$ milhões							
RESPECIFICAÇÃO	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Tributários (1)	17.279,5	15.530,1	18.043,2	20.554,5	23.801,4	1,79	72,0
Zona Franca de Manaus e Amazônia	3.352,1	2.718,1	2.262,6	3.294,3	3.612,3	0,27	11,0
Áreas de Livre Comércio	48,3	48,1	29,5	25,8	27,9	0,00	0,1
Informática	480,2	534,0	1.080,3	1.230,0	1.237,3	0,09	3,8
Máquinas e Equipamentos	92,4	800,5	127,8	140,5	149,0	0,01	0,5
Componentes de Aeronaves e Embarcações	36,1	46,6	88,3	91,8	99,3	0,01	0,3
Lojas Francas	149,5	117,9	184,3	140,2	153,6	0,01	0,5
Bagagem	801,3	540,8	348,0	494,3	523,9	0,04	1,6
Mineração	0,3	2,3	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0
Objetos de Arte	0,0	0,0	0,0	30,7	31,2	0,00	0,1
Material Promocional	0,1	0,2	0,2	0,2	0,3	0,00	0,0
Itapir Binacional	2,9	2,8	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0
Construção Naval	123,1	94,8	103,1	121,7	126,5	0,01	0,4
Sector Automotivo	920,2	1.106,7	180,0	237,7	320,8	0,02	1,0
Rendimentos Isentos e não tributáveis	4.249,9	4.398,1	6.856,6	6.046,7	6.972,6	0,53	21,3
Deduções do rendimento Tributável	2.894,1	3.154,0	3.500,9	4.403,8	5.078,2	0,38	15,5
Deduções do Imposto Devido	0,0	0,0	0,0	6,0	6,9	0,00	0,0
Desenvolvimento Regional	2.181,2	1.285,8	1.283,2	1.377,0	1.811,3	0,14	5,5
SUDENE	567,6	174,1	206,4	292,0	384,0	0,03	1,2
SUDAM	487,1	266,7	281,5	299,6	394,0	0,03	1,2
FINOR	658,2	498,1	488,9	387,1	509,2	0,04	1,6
FINAM	453,6	335,4	315,7	378,3	497,6	0,04	1,5
FUNRES	14,8	11,4	10,7	20,1	26,4	0,00	0,1
Benefícios ao Trabalhador	171,4	172,0	265,7	126,4	186,3	0,01	0,5
Cultura	53,3	48,7	209,8	188,4	247,8	0,02	0,8
Criança e Adolescente	5,4	6,7	12,0	6,4	8,5	0,00	0,0
Audiovisual	87,9	58,2	109,8	77,7	100,7	0,01	0,3
Micro e Pequenas Empresas	1.290,4	516,7	1.247,0	2.286,3	2.656,9	0,20	8,1
Ciência e Tecnologia	170,0	52,7	41,7	53,1	65,9	0,00	0,2
Doações a institutos de pesquisa	1,8	2,0	2,5	1,8	2,1	0,00	0,0
Doações a entidades s/ fins lucrativos	23,5	22,5	27,8	25,9	33,6	0,00	0,1
Operações de crédito p/ habitação	0,0	0,0	25,0	93,8	110,6	0,01	0,3
Operações de crédito p/ Fundos constitucionais	0,0	0,0	28,0	31,3	36,8	0,00	0,1
Operações de crédito p/ aquisição de terras	0,0	0,0	14,4	4,8	5,7	0,00	0,0
Propriedade Territorial Rural	0,0	0,0	15,0	18,0	15,4	0,00	0,0
Desporto	21,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0
Outros	122,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0
Previdenciários (2)	5.245,8	6.582,6	7.387,2	8.194,5	9.200,9	0,70	28,0
Segurado Especial	2.090,7	2.540,7	2.851,3	3.162,8	3.080,9	0,23	9,4

**CONGRESSO NACIONAL****COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**
RELATORIA DO PROJETO DE LEI Nº 4/2001-CN - PLDO 2002

Produtor Rural Pessoa Física e Jurídica	376,6	608,7	683,0	757,7	898,0	0,07	2,7
Clubes de Futebol Profissional	35,1	48,1	54,0	59,8	50,1	0,00	0,2
SIMPLES	1.039,0	1.726,4	1.937,4	2.149,1	2.671,6	0,20	8,1
Empregados Domésticos	131,8	157,4	176,7	196,0	290,2	0,02	0,9
Entidades Filantrópicas	1.572,7	1.501,4	1.584,9	1.869,0	2.210,1	0,17	6,7
Total (3)	22.525,4	22.112,7	25.430,5	28.748,8	32.802,3	2,48	100,0

**CONGRESSO NACIONAL****COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO****ALTERAÇÕES AO PL Nº 4, DE 2001 - LDO/2002, APROVADAS PELO PLENÁRIO DA COMISSÃO MISTA EM 20.06.2001 POR SUGESTÃO DESTA RELATORIA**

1. Altere-se no § 4º do art. 20 o termo "no exercício de 1998" para "no exercício de 2000", ficando o parágrafo com a seguinte redação:

§ 4º A aplicação do limite percentual de que trata o art. 72 da Lei Complementar nº 101, de 2000, para fins das despesas necessárias à realização do processo eleitoral do ano de 2002, tomará como base o montante verificado no exercício de 2000, desde que constantes de programação específica

2. No art. 72, altere-se a redação do § 1º, III, do substitutivo:

Onde se lê:

Art. 72

§ 1º ...

III - cronogramas de desembolsos mensais à conta de recursos do Tesouro e de outras fontes, por órgão, excluído o refinanciamento da dívida pública federal, incluindo os restos a pagar de forma destacada;

Leia-se:

Art. 72

§ 1º ...

III - cronograma de desembolso mensal à conta de recursos do Tesouro e de outras fontes, excluído o refinanciamento da dívida pública federal, incluindo os restos a pagar;

3. No art. 78, conforme parecer favorável emitido no relatório à emenda 00606, fica incluído o inciso VIII no art. 78 do substitutivo, nos seguintes termos:

Art. 78 75. Se o projeto de lei orçamentária não for sancionado pelo Presidente da República até 31 de dezembro de 2001, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:

VIII - destinadas à realização do processo eleitoral de 2002, apropriadas na ação "pleitos eleitorais".

4. Fica alterado o parecer dado à emenda n.º 1468, de autoria do Deputado Antônio Carlos Konder Reis, de rejeitada para aprovada, apresentada ao Anexo de Metas e Prioridades nos seguintes termos:

Programa: Corredor Mercosul

Ação: Adequação De Trechos Rodoviários No Corredor Mercosul

Subtítulo: BR-280/SC - Duplicação do Trecho São Francisco do Sul - Porto União

Produto: Trecho Adequado - Unidade de Medida: KM - Meta: 130

Brasília, 20 de junho de 2001.

Dep. LUCIA VANIA

Relatora do PL nº 4, de 2001


**CONGRESSO NACIONAL***Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização*

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, na Oitava Reunião Ordinária, realizada em 19 e 20 de junho de 2001, **APROVOU**, contra os votos dos Deputados Alexandre Cardoso, Carlito Merss e Virgílio Guimarães, o Relatório da Deputada LÚCIA VÂNIA, favorável ao **Projeto de Lei nº 04/2001-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, o texto do projeto de lei que 'Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2002 e dá outras providências' ", nos termos do Substitutivo e das alterações decorrentes das Erratas e Adendo apresentados e Emendas destacadas. Ao Projeto foram apresentadas 1.828 (mil oitocentas e vinte e oito) Emendas e ao Substitutivo uma Emenda Aglutinativa.

Compareceram os Senhores Senadores Carlos Bezerra, Presidente, Mozarildo Cavalcante, Segundo Vice-Presidente, Ademir Andrade, Alberto Silva, Arlindo Porto, Carlos Patrocínio, Eduardo Siqueira Campos, Eduardo Suplicy, Francelino Pereira, Gilberto Mestrinho, Jonas Pinheiro, José Coelho, Lúcio Alcântara, Lúcio Coelho, Mariuce Pinto, Moreira Mendes, Nabor Júnior, Nilo Teixeira Campos, Paulo Hartung, Ramez Tebet, Ricardo Santos, Romero Jucá, Sebastião Rocha, Tião Viana, Valmir Amaral e Wellington Roberto; e Deputados Santos Filho, Primeiro Vice-Presidente, Virgílio Guimarães, Terceiro Vice-Presidente, Adolfo Marinho, Ailton Dipp, Alberto Goldman, Alceste Almeida, Alexandre Cardoso, Almir Sá, Anivaldo Vale, Antônio Carlos Konder Reis, Antônio do Valle, Aracely de Paula, Armando Abílio, Arnon Bezerra, Átila Lins, Basílio Villani, Carlito Merss, Carlos Batata, Clementino Coelho, Coriolano Sales, Danilo de Castro, Divaldo Suruagy, Domiciano Cabral, Dr. Rosinha, Eliseu Moura, Enivaldo Ribeiro, Eujácio Simões, Expedito Júnior, Fátima Pelaes, Félix Mendonça, Fernando Gonçalves, Francisco Garcia, Gerson Gabrielli, Gilmar Machado, Giovanni Queiroz, Givaldo Carimbão, Gonzaga Patriota, Helenildo Ribeiro, Ildefonso Cordeiro, João Almeida, João Coser, João Grandão, João Leão, João Magno, João Pizzolatti, João Tota, Jonival Lucas Júnior, Jorge Alberto, Jorge Bittar, Jorge Khoury, José Borba, José Carlos Aleluia, José Carlos Coutinho, José Carlos Elias, José Chaves, José Egydio, José Pimentel, José Priante, Josué Bengtson, Juquinha, Lael Varella, Laura Carneiro, Lídia Quinan, Lincoln Portela, Lucia Vânia, Luciano Castro, Marcelo Teixeira, Márcio Reinaldo Moreira, Milton Monti, Mussa Dames, Nelson Meurer, Neuton Lima, Nilo Coelho, Olavo Calheiros, Olímpio Pires, Oliveira Filho, Orlando Desconsi, Pastor Valdeci Paiva, Paulo Braga, Paulo Feijó, Paulo Kobayashi, Paulo Mourão, Pedro Ceiso, Pedro Chaves, Pedro Eugênio, Pedro Novais, Pompeo de Mattos, Raimundo Gomes de Matos, Renildo Leal, Ricardo Barros, Robério Araújo, Roberto Balestra, Roberto Rocha, Romeu Queiroz, Rubens Bueno, Sérgio Barros, Sérgio Miranda, Silas Brasileiro, Socorro Gomes e Zila Bezerra.

Sala de Reuniões, em 20 de junho de 2001.


Senador CARLOS BEZERRA
Presidente


Deputada LÚCIA VÂNIA
Relatora

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização *

Número de membros: 22 Senadores e 64 Deputados

Comissão instalada em 23-5-2001

Composição

Presidente: Senador Carlos Bezerra

1º Vice-Presidente: Deputado Santos Filho

2º Vice-Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti

3º Vice-Presidente: Deputado Virgílio Guimarães

SENADORES	
Titulares	Suplentes
PMDB	
Ramez Tebet	1. Alberto Silva
Wellington Roberto	2. Gilvam Borges
Nabor Júnior	3. Ney Suassuna
Gilberto Mestrinho	4. Valmir Amaral
Amir Lando	5. (vago)
Carlos Bezerra	6. (vago)
Marluce Pinto	7. (vago)
PFL	
Mozarildo Cavalcanti	1. Carlos Patrocínio
Moreira Mendes	2. Romeu Tuma
Eduardo Siqueira Campos	3. Hugo Napoleão
Jonas Pinheiro	4. Francelino Pereira
José Coelho	5. Geraldo Althoff
PSDB	
Romero Jucá(3)	1. Ricardo Santos ⁽²⁾
Nilo Teixeira Campos(3)	2. Sérgio Machado(3)
Antero Paes de Barros (3)	3. Lúcio Alcântara(3)
(vago)	4. Lúdio Coelho(3)
Bloco Oposição (PT/PDT/PPS)	
Tião Viana	1. Eduardo Suplicy
Paulo Hartung	2. Roberto Freire
Sebastião Rocha	3. Jefferson Peres
PSB	
Ademir Andrade	1. Roberto Saturnino ^(1,3)
PPB	
Leomar Quintanilha	1. (vago)
(*)PTB	
Arlindo Porto	1. (vago)

* Designação feita em 16-5-2001 (SF e CN).

⁽³⁾ Indicações feitas em 22-05-2001 (PSDB-SF)

^(1,2) Substituindo o Senador Antonio Carlos Valadares, em 25-5-2001 – PSB (SF)

^(*) Rodízio nos termos da Resolução nº 2/2000-CN

(continuação da Composição da CMPOPF)

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
Bloco PSDB/PTB	
Alberto Goldman-SP	1. Armando Abílio-PB
Anivaldo Vale-PA	2. Carlos Batata-PE
Arnon Bezerra-CE	3. Domiciano Cabral-PB
Basílio Villani-PR	4. Fátima Pelaes-AP
Félix Mendonça-BA	5. Fernando Gonçalves-RJ
Helenildo Ribeiro-AL	6. Josué Bengtson-PA
João Almeida-BA	7. Lídia Quinan-GO
José Carlos Elias-ES	8. Nilo Coelho-BA
Lúcia Vânia-GO	9. Paulo Mourão-TO
Narcio Rodrigues-MG	10. Renildo Leal-PA
Paulo Feijó-RJ	11. Sampaio Dória-SP
Paulo Kobayashi-SP	12. Danilo de Castro-MG ⁽²⁾
Pedro Henry-MT	13. Juquinha-GO ⁽²⁾
Roberto Rocha-MA	14. Raimundo Gomes de Matos-CE ⁽²⁾
Romeu Queiroz-MG	15. Sérgio Barros-AC ⁽⁴⁾
Zila Bezerra-MT	16. Augusto Franco-SE ^{(10) (18)}
Bloco PFL/PST	
Antônio Carlos Konder Reis-SC	1. Aracely de Paula-MG
Divaldo Suruagy-AL	2. Átila Lins-AM
Jorge Khoury-BA	3. Cláudio Cajado-BA
José Carlos Aleluia-BA	4. Expedito Júnior-RO
Lael Varella-MG	5. Francisco Garcia-AM
Luciano Castro-RR	6. Francisco Rodrigues-RR
Mussa Demes-PI	7. Gerson Gabrielli-BA
Neuton Lima-SP	8. Gervásio Silva-SC
Osvaldo Coelho-PE	9. Ildefonso Cordeiro-AC
Paulo Braga-BA	10. João Ribeiro-TO
Pedro Fernandes-MA	11. José Carlos Coutinho-RJ
Santos Filho-PR	12. José Thomaz Nonô-AL
Wilson Braga-PB	13. Laura Carneiro-RJ ⁽¹²⁾

⁽²⁾ Indicações feitas em 22-5-2001 – Bloco (PSDB/PTB) CD

⁽⁴⁾ Indicação do Dep. Sérgio Barros, feita em 23-5-2001 – Bloco (PSDB/PTB) CD

⁽¹⁰⁾ Indicação do Dep. Adolfo Marinho, feita em 24-5-2001 – Bloco (PSDB/PTB) CD

⁽¹⁸⁾ Substituição do Dep. Adolfo Marinho pelo Dep. Augusto Franco, em 20-6-2001 – PSDB(CD)

⁽¹²⁾ Indicação da Dep. Laura Carneiro, feita em 25-5-2001 – Bloco (PFL/PST) CD

(Continuação da Composição da CMPOPF)

DEPUTADOS

PMDB

Antônio do Valle-MG	1. Alceste Almeida-RR
Jonival Lucas Júnior-BA	2. Coriolano Sales-BA
José Borba-PR	3. Jorge Alberto-SE
José Chaves-PE	4. Silas Brasileiro-MG
José Priante-PA	5. Zé Gomes da Rocha-GO ⁽¹⁴⁾ (16)
Milton Monti-SP	6. (vago)
Pedro Chaves -GO ⁽¹³⁾⁽¹⁴⁾⁽¹⁵⁾	7. (vago)
Olavo Calheiros-AL ⁽⁸⁾	8. (vago)
Marcelo Teixeira-CE ⁽⁹⁾	9. (vago)
Pedro Novais-MA ⁽¹⁵⁾	10. (vago)
(vago)	11. (vago)
(vago)	12. (vago)

PT

Carlito Meres-SC	1. Gilmar Machado-MG
João Coser-ES	2. João Paulo-SP
João Grandão-MS	3. Luiz Sérgio-RJ
João Magno-MG	4. Paulo Paim-RS
Jorge Bittar-RJ	5. José Pimentel-CE ⁽⁶⁾
Pedro Celso-DF	6. Professor Luizinho-SP
Virgílio Guimarães-MG	7. Telma de Souza-SP

PPB

Almir Sá-RR	1. Wagner Salustiano-SP
Roberto Balestra-GO	2. Enivaldo Ribeiro-PB
Márcio Reinaldo Moreira-MG	3. Vadão Gomes-SP
Nelson Meurer-PR	4. Eliseu Moura-MA
João Pizzolatti-SC	5. João Tota-AC
João Leão-MG ⁽¹⁷⁾	6. Ricardo Barros-PR

⁽¹⁴⁾ Remanejando o Dep. Pedro Chaves de titular p/ suplente, em 31-5-2001 PMDB (CD)

⁽¹⁵⁾ Indicação do Dep. Pedro Novais (T), em 23-5-2001 – PMDB - CD

⁽¹³⁾ Substituição do Dep. Pedro Novais pelo Dep. Zé Gomes da Rocha em 30-5-2001 – PMDB-CD.

⁽¹⁶⁾ Remanejamento do Dep. Pedro Chaves para titular e do Dep. Zé Gomes da Rocha para suplente em 6-6-2001-PMDB (CD)

⁽⁸⁾ Indicação do Dep. Olavo Calheiros (T), em 24-5-2001 – PMDB - CD

⁽⁹⁾ Indicação do Dep. Marcelo Teixeira (T), em 24-5-2001 – PMDB - CD

⁽¹⁵⁾ Indicação do Dep. Pedro Novais (T), em 31-5-2001- PMDB (CD)

⁽⁶⁾ Substituição do Dep. Paulo Rocha pelo Dep. José Pimentel em 23-5-2001 PT-CD

⁽¹⁷⁾ Substituição do Dep. Iberê Ferreira pelo Dep. João Leão, em 12-6-2001 – PPB-CD

(Continuação da Composição da CMPOPF)

DEPUTADOS

Bloco PSB/PC do B

Alexandre Cardoso-RJ	1. Agnelo Queiroz-DF
Gonzaga Patriota-PE	2. Givaldo Carimbão-AL
Sérgio Miranda-MG	3. Socorro Gomes-PA

Bloco PDT/PPS

Airton Dipp ⁽¹⁾	1. Olímpio Pires ⁽¹⁾
Giovanni Queiroz ⁽¹⁾	2. Pompeo de Mattos ⁽¹⁾
Pedro Eugênio-PE ⁽¹⁾ ⁽¹⁹⁾	3. Clementino Coelho-PE ⁽¹⁾ ⁽¹⁹⁾

Bloco PL/PSL

Eujácio Simões-BA	1. Lincoln Portela-MG
José Egydio-RJ ⁽⁷⁾	2. Oliveira Filho-PR
Cornélio Ribeiro-RJ ⁽²⁰⁾	3. Robério Araújo-RR

^(*)PV

Orlando Desconsi-RS (cessão)	1. Dr. Rosinha-PR (cessão)
------------------------------	----------------------------

⁽¹⁹⁾ Substituição do Dep. Rubens Bueno pelo Dep. Pedro Eugênio(T) e do Dep. Pedro Eugênio pelo Dep. Clementino Coelho(S), em 20-6-2001 – Bloco PDT/PPS-CD

⁽¹⁾ Indicações feitas em 17-5-2001 – Bloco PDT/PPS-CD.

⁽⁷⁾ Substituição do Dep. João Caldas pelo Dep. José Egydio em 23-5-2001 – Bloco PL/PSL-CD.

⁽²⁰⁾ Substituição do Dep. Valdeci Paiva pelo Dep. Cornélio Ribeiro, em 21-6-2001 – Bloco PL/PSL.

^(*) Rodízio nos termos da Resolução nº 2/2000-CN

CONGRESSO NACIONAL

**ÓRGÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO EXTERNOS
DA POLÍTICA NACIONAL DE INTELIGÊNCIA**

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO EM MARÇO DE 2001

Presidente:

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado JUTAHY JÚNIOR (Bloco PSDB/PTB-BA) Telefones: 318-8221 e 318-7167/8224	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL) Telefones: 311-2261/2262 e 311-3051/3052
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado WALTER PINHEIRO (PT-BA) Telefones: 318-5274 e 318-5170	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco PT/PDT/PPS-SE) Telefones: 311-2391/2397 e 311-3191/3192
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado HÉLIO COSTA (PMDB-MG) Telefones: 318-5206 e 318-6992/6997	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador JEFFERSON PÉRES (Bloco PT/PDT/PPS-AM) Telefones: 311-2063/2065 e 311-3259/3496

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SACOP)

Telefones: 311-4561 e 311-3265

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Representação Brasileira)

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

MESA DIRETORA

CARGO	TÍTULO	NOME	PART	UF	GAB	FONE	FAX
PRESIDENTE	DEPUTADO	JULIO REDECKER	PPB	RS	621	318 5621	318 2621
VICE-PRESIDENTE	SENADOR	JOSÉ FOGAÇA	PMDB	RS	*07	311 1207	223 6191
SECRETÁRIO-GERAL	SENADOR	JORGE BORNHAUSEN	PFL	SC	** 04	311 4206	323 5470
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO	DEPUTADO	FEU ROSA	PSDB	ES	960	318 5960	318 2960

MEMBROS TITULARES MEMBROS SUPLENTEs

SENADORES

NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223 6191	PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3230	311 1018
CASILDO MALDANER	SC		311 2141	323 4063	AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
ROBERTO REQUIÃO	PR	*** 09	311 2401	3234198	MARLUCE PINTO	RR	*08	311 1301	225 7441
PFL									
JORGE BORNHAUSEN	SC	** 04	311 4206	323 5470	DJALMA BESSA	BA	# 13	311 2211	224 7903
GERALDO ALTHOFF	SC	### 05	311 2041	323 5099	JOSÉ JORGE	PE	* 04	311 3245	323 6494
PSDB									
ANTERO PAES DE BARROS	MT	** 24	311 1248	321 9470	GERALDO LESSA	AL	#02	3111102	3233571
PEDRO PIVA	SP	*01	311 2351	323 4448	LUZIA TOLEDO (1)	ES	*13	311 2022	323 5625
PT/PSB/PDT/PPS									
EMÍLIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	ROBERTO SATURNINO	RJ	# 11	311 4230	323 4340

LEGENDA:		
* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIAL
**ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
***ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	*# ALA SEN. AFONSO ARINOS
●●●ALA SEN. DINARTE MARIZ		

(1) Afastada do exercício do mandato em 31/05/2000.

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PFL									
NEY LOPES	RN	328	318 5328	318 2328	MALULY NETTO	SP	219	318 5219	318 2219
SANTOS FILHO	PR	522	318 5522	318 2522	LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318 5541	318 2541
PMDB									
CONFUCIO MOURA	RO	* 573	318 5573	318 2573	EDISON ANDRINO	SC	639	318 5639	318 2639
GERMANO RIGOTTO	RS	838	318 5838	318 2838	OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318 5845	318 2845
PSDB									
NELSON MARCHEZAN	RS	# 13	318 5963	318 2963	MARISA SERRANO (*)				
FEU ROSA	ES	960	318 5960	318 2960	JOÃO HERRMANN NETO	SP	637	318 5637	318 5637
PPB									
JÚLIO REDECKER	RS	621	318-5821	318-2821	CELSO RUSSOMANNO	SP	756	318 5756	318 2756
PT									
LUIZ MAINARDI	RS	*369	3185369	3182369	PAULO DELGADO	MG	* 268	318 5268	318 2268

LEGENDA:
* GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III
GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

SECRETARIA DA COMISSÃO:
ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900
FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154
http://www.camara.gov.br (botão de Comissões Mistas)
e-mail - mercoaul@ebordo.com.br
SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO
ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. JORGE FONTOURA e Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO

Atualizada em 25/10/2000